



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
DO TRÓPICO ÚMIDO**

ROSANE MARIA ALBINO STEINBRENNER

RÁDIOS COMUNITÁRIAS NA TRANSAMAZÔNICA:
desafios da comunicação comunitária em regiões de mídiatização periférica

Belém
2011

ROSANE MARIA ALBINO STEINBRENNER

RÁDIOS COMUNITÁRIAS NA TRANSAMAZÔNICA:
desafios da comunicação comunitária em regiões de mediação periférica

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA – da Universidade Federal do Pará – UFPA. Orientador: Prof. Dr. Thomas Peter Hurtienne.

Belém
2011

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Steinbrenner, Rosane Maria Albino

...Rádios comunitárias na Transamazônica: desafios da comunicação comunitária em regiões de mídiatização periférica / Rosane Maria Albino Steinbrenner; Orientador, Thomas Peter Hurtienne . – 2011.

386 f.: il. ; 29 cm
Inclui bibliografias

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

1– Amazônia. 2. Comunicação – Aspectos-Amazônia. 3. Rodovia Transamazônica (Brasil). 4. Colonização dirigida. 5. Comunicação – Desenvolvimento – Amazônia. I. Hurtienne, Thomas. II. Título.

CDD 22. ed. 070.4309811

ROSANE MARIA ALBINO STEINBRENNER

RÁDIOS COMUNITÁRIAS NA TRANSAMAZÔNICA:
desafios da comunicação comunitária em regiões de midiatização periférica

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônico – NAEA – da Universidade Federal do Pará – UFPA. Orientador: Prof. Dr. Thomas Peter Hurtienne.

Aprovado em: ___/___/____.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Thomas Peter Hurtienne - Orientador
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - Universidade Federal do Pará

Profª. Dra. Edna Maria Ramos de Castro
Examinadora – NAEA/UFPA

Profª. Dra. Luciana Miranda Costa]
Examinadora externa – FACOM/UFPA

Prof. Dr. Manuel Sena Dutra
Examinador externo - FACOM/UFPA

Prof. Dr. Maurílio de Abreu Monteiro
Examinador – NAEA/UFPA

Resultado: _____

Belém
2011

À minha família e ao meu Santo.

AGRADECIMENTOS

Meus mais sinceros e profundos agradecimentos a todos aqueles que apoiaram e estimularam a realização deste trabalho, direta e indiretamente:

Ao movimento de rádios comunitárias da Transamazônica de forma especial e aos ativistas da radiodifusão comunitária do estado do Pará, de forma geral, na figura do Fórum de Rádios Comunitárias;

Aos professores e colegas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) e ao meu orientador, Thomas Peter Hurtienne;

Aos colegas professores e alunos da Faculdade de Comunicação (FACOM/UFPA);

Às instituições de financiamento e apoio à pesquisa: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pela bolsa de doutoramento, e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará (FAPESPA), pelo apoio à pesquisa de campo deste estudo;

Aos amigos de forma geral, em especial à Ana Petruccelli, Lívia Barbosa, Rosaly Brito, Simone Morelli, Roselis Mazureck, Luiz Cezar LZ Santos e Ivanete Frazão;

Meu especial agradecimento à Lara Lages, Eugênia Isnardi, James Jonhson e Maximilian Steinbrenner;

E claro, de forma fundamental, aos meus familiares todos, em nome dos mais próximos: Vitória, Anna Julia e Max.

Obrigada .

*‘só investigamos de verdade o que nos afeta’,
e afetar vem de afeto.*

Palavras de Gramsci completadas por Martín-Barbero
(2004, p.25)

RESUMO

As rádios comunitárias instaladas em municípios ao longo da BR 230, mais conhecida como Rodovia Transamazônica, no trecho em que corta o estado do Pará, são herdeiras de um dos mais combativos movimentos de organização popular em busca de protagonismo em torno do desenvolvimento de uma região e pioneiro no uso da comunicação como estratégia de ação política. O estudo das rádios comunitárias nesse palco ímpar permitiu verificar situações que podem ser tomadas como emblemáticas para o conjunto das rádios instaladas em pequenos municípios do interior de regiões periféricas como a Amazônia, e outras ainda que tendem a refletir dilemas mais gerais do setor da radiodifusão comunitária como um todo, no país. Duas teorias em especial embasam este estudo: a teoria dos campos sociais de Bourdieu e a teoria das mediações, de Martín-Barbero. Igualmente lançaram luz sobre os dados coletados na pesquisa de campo deste trabalho, os autores da corrente crítica latino-americana de comunicação, principalmente Beltrán e Matellart. A pergunta é como as rádios comunitárias se originam e funcionam e se de fato conseguem atuar como um modelo de comunicação alternativa, baseado na participação e dialogia, num campo marcado pelo que chamamos de *mediatização periférica*, em que se repete o padrão de concentração de meios e fluxos que se dá em esfera global e nacional, porém acrescido da condição de precariedade ou insuficiência e da relação ainda mais evidenciada de promiscuidade entre mídia e poder. Potencialmente as rádios comunitárias surgem nesses ambientes como a possibilidade de contrapor-se ao modelo unidirecional (monológico) e vertical (autoritário) que ainda mais fortemente domina territórios periféricos. Na prática, entretanto, o esgarçamento da *identidade de resistência* dos movimentos sociais, uma crise não exclusiva da região de estudo, fragiliza e distancia os movimentos e compromete os mecanismos de participação no fazer diário das rádios comunitárias. São, entretanto, as *institucionalidades*, traduzidas em condicionamentos diversos, como leis, regras ou políticas públicas, paradoxalmente atravessadas e dominadas por lógicas privadas, que limitam o desenvolvimento da radiodifusão comunitária no país e, de forma muito especial, impedem-no em regiões rurais ou isoladas, justamente as mais excluídas do acesso à comunicação. Dentre os impedimentos diversos gerados, porém, o exemplo mais vital diz respeito à potência (25 Watts) e alcance (4 km de raio) das emissoras comunitárias. Caso não se flexibilize a legislação que regulamenta o setor, fazer rádio comunitária nas condições impostas, em territórios marcados por grandes distâncias e baixa densidade demográfica, como no interior da Amazônia, torna-se praticamente peça de ficção.

Palavras-chave: Rádios comunitárias, mediatização periférica, Transamazônica, Amazônia, Comunicação e Desenvolvimento.

ABSTRACT

The community radio stations established in the municipalities along the BR 230 that crosses the State of Pará, better known as the Transamazon Highway, are pioneers in the use of communication as a strategy of political action in this region which has inherited one of the most combative movements of popular organizations seeking a more protagonist role in the development of the region. The study of the community radio stations in this unprecedented scenario has allowed us to verify situations which may be considered as emblematic for a wider universe of radio stations in small municipalities in remote regions such as the Amazon, and in situations which reflect the more general dilemmas of the community radio stations as a whole in the country. Especially two theories sustain this study: the theory of social fields of Bourdieu and the theory of mediation by Martín-Barbero. In the same way the authors of the critical Latin American upstream about communication give a light upon the collected data during the field research, especially Beltrán and Mattelart. The question is then how do the community radio stations become established and function and if, in fact, they succeed in acting as a model of alternative communication, based on participation and dialogue in a field characterised by what we call the *peripheral mediatisation*, , in which the pattern of concentration of means of production and the flow of capital that take place at national and global levels, albeit, with growing precarious nature and insufficiency of living conditions and the increasingly evident promiscuous relationship between the media and power. The community radio stations arise in this context as a potential counter position to the unidirectional (monologic), and vertical (authoritarian), which, with growing strength, still dominate peripheral territories. Meanwhile, in practice the tearing up of the identity of the resistance of the social movements, a crisis which is not exclusive to the study region, weakens and distances the movements and compromise the mechanisms of participation of the community radios in everyday life. However, the institutionalities, translated into diverse conditionalities such as laws, rules or public policies, which are paradoxically traversed and dominated by the logics of private enterprise, which limit the development of community radio stations in the country and which, in a very particular way, impede them from complying with their intended role in either rural or isolated regions, precisely those regions which are most excluded from access to communication. These generate diverse barriers, a prime example is the limit imposed on the capacity (25 Watts) and range (4 km) of the community radio stations. If the legislation that regulates the sector is not made more flexible the possibility of operating community radio stations under current conditions in territories characterised by considerable distances and low population densities, as is the case in much of the Amazon region, or will be relegated to fiction.

Key words: Community Radio Stations, Peripheral Mediatisation, Transamazon Highway, Amazonia.

RESUMEN

Las radios comunitarias instaladas en municipios a lo largo de la ruta 230, más conocida como Carretera Transamazónica, en el trecho que corta el estado de Pará (Brasil), son herederas de uno de los más combativos movimientos de organización popular en busca de protagonismo, en torno al desarrollo de una región y pionero en el uso de la comunicación como estrategia de acción política. El estudio de las radios comunitarias en este palco singular nos permitió verificar situaciones que pueden ser tomadas como emblemáticas para el conjunto de las radios instaladas en pequeños municipios del interior de regiones periféricas como la Amazonía y otras, que tienden a reflejar dilemas más generales del sector de la radiodifusión comunitaria como un todo en el país. Dos teorías en especial embasan este estudio: la teoría de los campos sociales de Bourdieu y la teoría das mediaciones de Martín-Barbero. Igualmente lanzaron luz sobre los datos coleteados en la investigación de campo de este trabajo los autores de la corriente crítica latino-americana de comunicación, principalmente Beltrán y Matellart. La pregunta es cómo las radios comunitarias se originan y funcionan y se de facto logran actuar como un modelo de comunicación alternativa, embasado en participación y dilogía, en un campo marcado por lo que denominamos *mediatización periférica*, en cual repite-se el patrón de concentración de medios y flujos que se dan en la esfera global y nacional; sin embargo, ampliado por la condición de precariedad o insuficiencia y por la relación aún más evidente de promiscuidad entre los medios y el poder. Potencialmente, las radios comunitarias surgen en esos ambientes, como una posibilidad de contraponerse al modelo unidireccional (monológico), vertical (autoritario), lineal y hegemónico que aún más fuertemente domina los territorios periféricos. En la práctica, sin embargo, la rasgadura de la *identidad de resistencia* de los movimientos sociales, una crisis no exclusiva de la región de estudio, fragiliza y distancia los movimientos y compromete los mecanismos de participación en el quehacer diario de las radios comunitarias. Son, sin embargo, las *institucionalidades*, traducidas como condicionamientos diversos, tales como leyes, reglas o políticas públicas, atravesadas en forma paradójica y dominadas por lógicas privadas, que limitan el desarrollo de la radiodifusión comunitaria en el país y, de forma muy especial la impiden de cumplir su rol en regiones rurales o aisladas, justamente las más excluidas del acceso a la comunicación. Generan impedimentos diversos, sin embargo, el ejemplo más vital es el referente a la potencia (25 Watts) y al alcance (4 kilómetros de radio) de las emisoras comunitarias. En caso que no se flexibilice la legislación que regula el sector, hacer una radio comunitaria bajo las condiciones impuestas, en territorios marcados por grandes distancias y baja densidad demográfica, como en el interior de la Amazonía, se convierte prácticamente en una obra de ficción.

Palabras clave: radios comunitarias, mediatización periférica, Transamazónica, Amazonía.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1:	Domicílios com Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil e por Região	41
Mapa 1:	Região da Transamazônica segundo dinâmicas locais	109
Mapa 2:	Situação Física da BR 230	119
Mapa 3:	Plano de Colonização Dirigida no governo Médici para a Amazônia	135
Imagem 1:	Traçado da Colonização Dirigida na Transamazônica	139
Gráfico 1:	Sistema de Radiodifusão Sonora no Brasil por categorias de emissoras	218
Gráfico 2:	Radiodifusão Sonora por regiões do Brasil	218
Tabela 2:	Radiodifusão Sonora no País, por Regiões e Estados	219
Gráfico 3:	Rádios Comunitárias por regiões	220
Tabela 3:	Distribuição de Rádios comunitárias por município/habitante	220
Tabela 4:	Radiodifusão Sonora nos municípios do Estado do Pará	221
Esquema 1:	O campo midiático na Transamazônica	229
Tabela 5:	Meios eletrônicos de comunicação existentes nos municípios ao longo da Transamazônica e distribuição da população	231
Esquema 2:	O campo midiático em Altamira	241
Tabela 6:	Licenciamento e fiscalização de Rádios Comunitárias ao longo da Transamazônica	251

LISTA DE SIGLAS

ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
ABRAÇO – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária
ADUFPA – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará
AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas
AI – Atos Institucionais
AM – Amplitude Modelada
AMARC – Associação Mundial de Rádios Comunitárias
ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações
ANFAVEA – Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores
APRAAR – Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Altamira e Região
ARCA – Associação Rádio Comunitária de Altamira
ARCAFAR – Associação Casa Familiar Rural de Altamira
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ASFORT – Associação dos Fornecedores de Cana da Transamazônica
BASA – Banco da Amazônia
BB – Banco do Brasil
CAMPOS – Centro de Apoio ao Movimento Popular e Sindical de Santarém
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CECAAF – Cooperativa Central de Comercialização da Agricultura Familiar
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
CEPASP – Centro de Educação Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular
CEPIS – Instituto Sedes Sapientiae
CEPLAC – Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira
CEREN – Centro de Estudos da Realidade Nacional
CETIC – Centro de Estudos sobre o uso das Tecnologias da Comunicação e da Informação no Brasil
CFR – Casas Familiares Rurais
CGI.Br – Conselho Gestor da Internet no Brasil
CIBRAZEN – Companhia Brasileira de Armazenamento
CIESPAL – Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para a América Latina
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNT – Central Nacional de Televisão
COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CONTEL – Conselho Nacional de Telecomunicações
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CR – Competências de Recepção ou Consumo
CSLU – Corrente Sindical de Lavradores Unidos
CSN – Conselho de Segurança Nacional
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DENTEL – Departamento Nacional de Telecomunicações
DETER – Detecção do Desmatamento em Tempo Real
DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
ECT – Empresa de Correios e Telégrafos
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMFA – Estado Maior das Forças Armadas
ESG – Escola Superior de Guerra
FAB – Força Aérea Brasileira
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FASE – Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional
FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FI – Formatos Industriais
FISTEL – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FM – Frequência Modulada
FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FSESP – Fundação Serviço Saúde Pública
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FVPP – Fundação Viver Produzir e Preservar
GTA – Grupo de Trabalho Amazônico
GTZ – Cooperação Técnica Alemã
IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios
IICA – Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ITR – Imposto da Terra
IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
LAET – Laboratório Agroecológico da Transamazônica

LDE – Licença Definitiva
LP – Lógicas de Produção
LSN – Lei de Segurança Nacional
MC – Matrizes Culturais
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MDTX – Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
MEB – Movimento de Educação de Base
MINICOM – Ministério das Comunicações
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MMTA/CC – Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Cidade de Altamira
MPST – Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica
MST – Movimento Sem Terra
MXVPS – Movimento Xingu Vivo Para Sempre
NOMIC - Nova Ordem da Informação e Comunicação
OC – Ondas Curtas
OEA – Organização dos Estados Americanos
OM – Ondas Médias
ONGs – Organizações Não-Governamentais
OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
ORM – Organizações Rômulo Maiorana
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OT – Ondas Tropicais
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PADs – Projetos de Assentamento Dirigido
PDAM – Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PDRSX – Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Xingu
PGDT – Plano Global de Desenvolvimento da Transamazônica
PIB – Produto Interno Bruto
PICs – Projetos Integrados de Colonização
PIN – Programa de Integração Nacional
PL – Projeto de Lei
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POR – Partido Obrero Revolucionário
PPG7 – Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
RADIOBRAS – Empresa Brasileira de Radiodifusão
RBA – Rede Brasil Amazônia de Comunicação
RCA – Rádio Comunitária Altamira
RESEX – Reserva Extrativista
RMART – Rede Amazônica de Rádio e Televisão
SBT – Sistema Brasileiro de Televisão
SDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação
SESPA – Secretaria de Estado de Saúde Pública
SINDISESPA – Sindicato dos Trabalhadores na Saúde Pública do Estado do Par
SINTEPP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará
SINTSEP – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal
SIT – Sistema de Informações Territoriais
SNI - Serviço Nacional de Informações
SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão
SSR – Secretaria de Serviços de Radiodifusão
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUCAM – Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TELEBRAS – Telecomunicações Brasileiras S.A
TICs – Tecnologias da Informação e da Comunicação
UDR – União Democrática Ruralista
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	20
2. TRAMA TEÓRICA ENTRE COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	30
2.1 MODERNIZAÇÃO E MEDIATEZACÃO PERIFÉRICAS.....	31
2.1.1 Periferia e MEDIATEZACÃO	31
2.1.2 Modernização periférica	33
2.1.3 Amazônia: emblema da mEDIATEZACÃO periférica	40
2.2 COMUNICAÇÃO EM CAMPO.....	44
2.2.1 A noção de campo	44
2.2.2 O habitus em campo	46
2.2.3 O Campo MEDIATECICO	47
2.2.3.1 Mediação como lógica de ação e reprodução no campo.....	51
2.2.3.2 Concentração dos meios como padrão global.....	52
2.2.3.3 A recursividade de sentidos do campo mEDIATECICO.....	54
2.2.3.4. A repetição de sentidos e o habitus na comunicação.....	56
2.2.4 Movimentos sociais – espaços inter e intra-campos.....	59
2.3 COMUNICAÇÃO & DESENVOLVIMENTO: BINÔMIOS TEÓRICOS EM AÇÃO.....	63
2.3.1 Desenvolvementismo-Difusionismo	65
2.3.2 Dependência-Dialogismo	70
2.3.3 Globalização-mEDIATEZACÃO: novos paradigmas do desenvolvimento, novos modelos de comunicação	77
3. A TRANSAMAZÔNICA	105
3.1. DIMENSÕES DA REGIÃO.....	106
3.2 A TRANSAMAZÔNICA (BR230) SURGE NO MAPA.....	109
3.2.1 Visões sobre a região e os atores locais	111
3.2.2 A estrada (BR 230): desenvolvementismo de alto impacto	116
3.3 O ESTADO INTERVENTOR.....	118
3.3.1 SPVEA: um ensaio de grande porte	119
3.3.2 Integração parte I: Operação Amazônia e o estímulo ao capital privado	121
3.3.2.1. Pecuária na Amazônia: modelo perverso de degradação e conflito.....	123

3.3.2.2. Desenvolvimentismo nacionalista.....	125
3.3.3 Integração parte II: Segurança Nacional e Colonização Dirigida.....	126
3.3.3.1 Comunicação para integrar o país.....	128
3.3.3.2 O projeto agrário "linha dura" e o Plano de Integração Nacional (PIN).....	131
3.3.3.3 O PIC Altamira.....	133
3.3.3.4 Propaganda oficial, promessas e realidade.....	135
3.3.3.5 A colonização dirigida na Transamazônica e o modelo de urbanismo rural.....	136
3.4 A TRANSIÇÃO DO REGIME MILITAR E SEUS EFEITOS SOBRE A REGIÃO	139
3.4.1 “Milagre” em crise e distensão política.....	141
3.4.2 O II PND e seus impactos na Amazônia.....	142
3.5 REAÇÃO AO ABANDONO: MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNICAÇÃO NA TRANSAMAZÔNICA.....	148
3.5.1 Rompendo o isolamento: a formação de um movimento regional.....	149
3.5.2 Mobilização social e o uso de ferramentas de comunicação popular.....	155
3.5.3 A origem: o novo sindicalismo rural e o papel da Igreja na região.....	158
3.5.4 Anos 90 até hoje: tempo de transição: novos discursos e esvaziamento institucional.....	164
4. RADIOS COMUNITÁRIAS: TEORIAS E PRÁTICAS.....	171
4.1 FENÔMENO GLOBAL, CRESCENTE, MAS INVISÍVEL.....	173
4.2 DEFINIÇÃO DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS.....	176
4.3 RÁDIOS COMUNITÁRIAS E A VERTENTE NÃO OFICIAL DA RADIODIFUSÃO.....	178
4.4 PRÁTICAS E TEORIAS QUE ORIGINAM AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS.....	181
4.4.1 Rádios livres e o modelo europeu.....	181
4.4.2 Rádios comunitárias na esteira das rádios latinas.....	185
4.4.2.1 O modelo hegemônico: difusão de inovações.....	186
4.4.2.2 O novo paradigma: comunicação participativa.....	189
4.4.3 A comunicação comunitária na prática.....	194
4.5 RÁDIOS COMUNITÁRIAS NO BRASIL.....	198
4.5.1 O movimento de rádios livres e comunitárias.....	201
4.5.2 A institucionalização das rádios comunitárias.....	204
4.5.3 Radcom e o modelo de radiodifusão no Brasil.....	208
4.5.4 O Marco legal: a Lei 6.912/98.....	212

4.5.4.1	Armadilhas da lei ou contra-reforma.....	213
4.5.4.2	Coronelismo eletrônico e a questão da autenticidade.....	215
4.6	RADCOM EM NÚMEROS OFICIAIS.....	217
4.6.1	Dados nacionais e por regiões.....	217
4.6.2	Rádios Comunitárias no Pará: Cenário em números oficiais e relatos.....	221
5	RÁDIOS COMUNITÁRIAS E O CAMPO MIDIÁTICO NA TRANSAMAZÔNICA.....	226
5.1	O CAMPO MIDIÁTICO NA TRANSAMAZÔNICA.....	228
5.1.1	A formação do campo midiático na Transamazônica.....	234
5.1.2	Feudo político e alianças no “balcão” das concessões.....	237
5.1.3	Mediatização periférica na Transamazônica: repete-se o modelo concentrador ainda mais intenso e precário.....	244
5.2	RÁDIOS COMUNITÁRIAS NA TRANSAMAZÔNICA: ORIGEM, REPRESSÃO E LEGALIZAÇÃO.....	248
5.2.1	Repressão contra Radcom e a Distensão anunciada.....	253
5.2.2	Tentativas de formação de um movimento de Rádios Comunitárias.....	255
5.3	RADCOM NO CONTEXTO LOCAL: ALGUNS CASOS EM DESTAQUE.....	257
5.3.1	Hipóteses e procedimentos da pesquisa.....	259
5.3.2	Altamira: o campo em disputa.....	263
5.3.3	Brasil Novo: emissora única e o desafio de fazer diferente.....	272
5.3.4	Rurópolis: do pioneirismo à perda de identidade.....	285
5.3.5	Realidades comparadas: uma síntese.....	299
6.	DISCUSSÃO E CONCLUSÕES.....	301
	REFERÊNCIAS	315
	ANEXOS.....	340

1. INTRODUÇÃO

*“Comunicación es una calle ancha y abierta que amo transitar.
Se cruza con compromiso y hace esquina con comunidad.”*

Mario Kaplún, Montevideo, 1992.*

Em lugares onde as distâncias ainda se medem em dias de barco ou estrada (quando trafegável), a energia elétrica não é para todos e as novas tecnologias lá não chegam assim tão fácil e tão rápido, é o velho rádio de pilha, justamente aquele que mais independe das fontes de energia, que rompe o isolamento de populações que lá habitam. É também nesses locais onde as rádios comunitárias constituem-se, inúmeras vezes, não como modelo alternativo de comunicação, mas como única alternativa de produção local de informação. Esta é a realidade de regiões inteiras no interior da Amazônia brasileira, assim como em outras regiões da América Latina, África e Ásia, regiões de histórica escassez econômica e indigência institucional, resultado dos vícios e equívocos dos modelos de desenvolvimento pensados de ‘fora pra dentro’, que findam por limitar o acesso da maioria à bens sociais públicos, como saúde, educação, transporte e também o direito à comunicação.

É justamente nesses cenários de modernização e *midiatização periféricas*, como denominamos nesse estudo, onde mais tem crescido o fenômeno das rádios comunitárias, assim chamadas e institucionalizadas no Brasil, mas também denominadas em outros países como rádios livres, independentes, participativas ou associativas.

As rádios comunitárias atuam em geral nas franjas de sociedades muitas vezes já periféricas, vinculadas à iniciativas de grupos mais ou menos organizados e tradicionalmente excluídos pelo sistema tradicional dos meios de comunicação de massa, mas em geral também marginalizados por outros campos sociais (Economia, Política, Justiça, Saúde etc) nos quais estes indivíduos estão inseridos. Indivíduos e grupos que, insatisfeitos com seus representantes e alijados como sujeitos dos meios de comunicação existentes, buscam na organização de meios próprios e alternativos a possibilidade de contrapor-se ao modelo unidirecional (monológico) dominante de comunicação para então gerar visibilidade a

*Esta frase do pioneiro da comunicação educativa na América latina, o argentino Mario Kaplún, é citada por José Luis Aguirre Alvis, representante de Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC), no relato “La radiodifusión Comunitaria em Bolivia; um signo de esperanza por um pluralismo desde La palabra”. Disponível em: http://www.amarc.org/index.php?p=Articulos_Informes&l=ES . Acessado em 20 de novembro de 2007.

suas demandas, valores ou crenças. Foi assim com as rádios mineiras da Bolívia no final dos anos de 1940 e também é o que se busca nas emissoras comunitárias analisadas por esse estudo, na região da Transamazônica, no interior da Amazônia paraense.

Entretanto, pelo mesmo motivo, por atuarem em territórios periféricos a partir de iniciativas de grupos subalternos, as rádios comunitárias muitas vezes não conseguem impactar a agenda política ou mesmo disputar a audiência dos ouvintes onde propagam seus sinais, gerando em si um paradoxo: constituem-se como fenômeno crescente, relevante social e politicamente, mas muitas vezes desconhecido do grande público e *invisíveis* para além de suas bases ou segmentos diretamente antagônicos.

Atualmente, existiriam ao menos quatro mil rádios locais livres em 115 países nos cinco continentes (AMARC, 2010). Esse é um número subestimado, já que somente no Brasil os dados oficiais ultrapassam esta cifra. Surgidas nos anos 80, as rádios comunitárias representam um fenômeno comunicacional recente e sem precedentes no país, porém desconhecido da sociedade em geral e pouco reconhecido por gestores públicos, que mantém o setor à míngua de políticas públicas. A legislação que regula o setor no Brasil é considerada uma ‘armadilha’, ainda mais em regiões com largas distâncias e baixa densidade demográfica, como é o caso da região amazônica. Com baixa potência (25 Wats) e alcance restrito (1 km de raio), como determina a Lei 9.612/98, fazer radiodifusão comunitária na Amazônia beira a peça de ficção.

Em termos quantitativos não há dúvidas de seu vigor: existem atualmente espalhadas pelo país mais rádios comunitárias do que emissoras comerciais de FM (Frequência Modulada) ou de AM (Amplitude Modulada). Na Amazônia, em quase 12 anos, cerca de 300 rádios comunitárias já foram licenciadas pelo Ministério, mas não existem estimativas do número real de emissoras que estariam operando. Considerando a perspectiva nacional não oficial (quatro a cinco não regulamentadas para cada outorgada¹), o volume pode superar mil emissoras em funcionamento na região. No Pará, os dados oficiais falam em uma centena de emissoras licenciadas, porém a realidade trazida pelos ativistas indica haver muitas mais em operação não legalizada. O número de rádios comunitários de fato em atividade no Estado, como no resto do país, é impreciso e difuso. Esconde-se sob a capa da clandestinidade imposta a inúmeras emissoras que praticam o exercício temporário e arriscado da rádio livre, expostas à fiscalização e apreensão de seus equipamentos por parte da Anatel e Polícia

¹ Segundo dados de ativistas, estudiosos e entidades do movimento de rádios comunitárias, 20 mil seria o número estimado de rádios comunitárias em funcionamento no país, enquanto não chega a quatro mil (3.905) o número de emissoras licenciadas pelo Ministério das Comunicações (Jan/2011).

Federal e a processo judicial de seus comunicadores enquanto aguardam a lenta burocracia do Estado por uma chance de legalização.

É grande também a instabilidade e alta rotatividade do setor. É consenso em todos os países onde existem rádios comunitárias que um dos grandes desafios que elas têm a enfrentar, mesmo depois de licenciadas, é a manutenção de suas estruturas de produção, tanto em termos físicos quanto de recursos humanos. Burocracia, perseguições de concorrentes e adversários locais e impedimentos são de tal sorte que findam por promover a informalidade, a ilegalidade e a insustentabilidade financeira e operacional das emissoras comunitárias.

De forma geral, pode-se dizer que apesar dos números impressionantes e do volume crescente de estudos sobre o tema, ainda sabe-se muito pouco sobre as rádios comunitárias no Brasil e ainda menos na Amazônia. Constituem uma realidade que se dá no contexto da localidade, da comunidade, porém atravessadas pela lógica global, na medida em que o campo midiático é justamente o espaço de mediação e de fluxo das lógicas privadas e globais, ainda que nas chamadas regiões periféricas. Por sua complexidade, é tema que carece, portanto, de empiria que gere maior compreensão de sua dimensão e desafios, de suas similaridades e distinções enquanto mídia alternativa, popular e, no Brasil, por força de lei, impositivamente de pequeno alcance, frente ao modelo da *grande mídia*.

Este o *objetivo principal* deste estudo: contribuir para revelar o fenômeno da radiodifusão comunitária em regiões periféricas, no caso do recorte deste estudo no interior da Amazônia paraense, e discutir seus limites e possibilidades como modelo de comunicação alternativo aos meios de comunicação de massa tradicionais. O que determinaria tal distinção seria o caráter comunitário da comunicação, ou seja, a participação como princípio gerador e gestor da emissora comunitária. Tal distinção tenderia a se refletir não apenas na gestão (participativa) das rádios, mas também no conteúdo de sua programação. Esta, por sua vez, é parte central da premissa que move este estudo.

Como *hipótese principal* deste trabalho, defende-se a possibilidade de que, por sua origem e pela característica essencial que as distinguem – a gestão participativa – as rádios comunitárias têm, potencialmente, a capacidade de operar como um modelo de comunicação alternativo ao sistema tradicional dos meios de comunicação de massa. Um modelo pautado pela dialogia, capaz de promover a reconfiguração da esfera pública, a partir da inserção de grupos subalternos como sujeitos ativos no campo da comunicação, contribuindo assim para o (re)posicionamento destes grupos também no campo do desenvolvimento das localidades ou regiões onde estejam inseridas.

Para verificar tal hipótese, buscamos um recorte territorial no interior da Amazônia paraense que abrigasse rádios comunitárias autênticas e em funcionamento, ou seja, emissoras surgidas a partir da organização de segmentos populares, que, observadas e situadas em seu contexto e campo da comunicação - referido aqui especialmente aos meios existentes e por isso acionado como campo midiático - pudessem ajudar a responder como surgem, existem e funcionam rádios comunitárias no interior da Amazônia e quais as mediações que estabelecem para isso. Também era objetivo deste estudo, entender, a partir da observação, levantamento e análise da programação de emissoras comunitárias pesquisadas, se rádios comunitárias conseguem estabelecer, a partir do componente da participação, um modelo próprio de comunicação ou se simplesmente repetem o padrão externo pautado pelo modelo comercial. A escolha do lócus do estudo recaiu sobre as rádios comunitárias da Transamazônica, mesorregião do Sudoeste paraense, uma região - perdoe-nos de antemão a redundância - particularmente peculiar.

A BR 230, mais conhecida como Rodovia Transamazônica, mais especificamente no trecho que corta o estado do Pará é o elemento estruturante que enreda a história e o funcionamento das rádios comunitárias analisadas neste estudo. Foi ali, entre os municípios de Altamira e Rurópolis, um trecho de 352 km, onde se deu de fato, de forma mais intensa e acabada, o processo de ‘colonização dirigida’ implementado pelo governo Médici. Um projeto modernizador inspirado pelo desenvolvimentismo de alto impacto promovido pelo Estado no auge do Milagre Econômico e da ditadura militar. Um projeto implantado de forma discricionária, responsável pela intervenção estatal mais impetuosa e abrupta, e, portanto, violenta em termos de colonização que se tem notícia na história do país. Ali também, em todos os municípios localizados ao longo e à beira da “pista”, nesse trecho da rodovia, foram criadas rádios comunitárias a partir da segunda metade dos anos 90, praticamente todas na esteira de um dos mais combativos movimentos de organização popular em busca de protagonismo em torno do desenvolvimento regional e, já no início dos anos de 1980, pioneiro no uso da comunicação como estratégia de ação política.

a) Um parênteses: antecedentes ou lugar de fala do autor

Todo pesquisador social quando vai a campo - por mais que seja empático ao tema, “empatia” enquanto capacidade do pesquisador pensar e sentir-se como um nativo (GEERTZ, 1998) – se vê diante da tarefa de tentar ler um manuscrito estranho, escrito, como coloca o autor, com sinais que muitas vezes não domina. O acesso ao objeto não seá de

forma direta, a não ser marginalmente, por meio das “brechas” de informantes ou das informações disponíveis que podem levá-lo a compreender seu objeto. Assim sendo, como diz Geertz, em quem buscamos inspiração para refletir sobre a conduta do pesquisador em campo, os dados levantados são meramente “nossa construção das construções de outras pessoas”, *nossa* “inscrição” de um discurso social e não o discurso social bruto, do qual nós, como pesquisadores, não somos atores (GEERTZ, 1989, p. 20), ainda que nos sintamos próximos da realidade observada - proximidade aqui como reconhecimento por parte do pesquisador de facetas desta realidade ‘alheia’ - situação comum quando o estudo se dá não em mundos absolutamente exóticos, mas à “margens ou versões alternativas do seu próprio mundo” (BIZERRIL, 2004, p.156). Assim é neste estudo.

Não raro percebe-se conexões mais ou menos sutis entre as motivações de pesquisa e a história pessoal do pesquisador, o chamado “lugar de fala” do autor, como coloca Stuart Hall, muitas vezes marcado por reminiscências de seu *Lebenswelt* (mundo da vida) pessoal. Quem foi levado a ocupar os lotes ao redor da Transamazônica, cenário desta pesquisa, era na sua maioria gente simples, como os tantos bóias-frias que ocupavam a praça matriz da cidade da minha infância no Norte do Paraná – e aqui me permito usar a primeira pessoa do singular – uma das regiões de onde saíram levas de migrantes com o êxodo rural rumo às novas frentes de colonização agrícola no Centro Oeste e Norte do país. Gente com suas muitas peças de roupas, umas sobre as outras, as moças com lenços sob o chapéu de palha, a marmita amarrada como pequena trouxa no colo – imagens que guardo na memória - aguardando antes mesmo do raiar do dia o caminhão que iria transportá-los até as lavouras de café ou algodão. Gente que foi sumindo, desaparecendo do lugar, expulsos primeiro pela geadas nas fazendas de café e depois pelo modelo agrícola que apostava na substituição das culturas perenes pelas culturas mecanizadas, as *comodities* do soja e trigo que se impuseram como modelo agrícola. Muitos deles foram parar nos travessões da BR 230, a Transamazônica por onde circulei no trabalho de campo. Também o rádio vincula-se às reminiscências – primeiro como ouvinte aficionada desde a infância rural, depois como jornalista de emissoras populares no Paraná e por fim como pesquisadora.

Como forma de superar as limitações à compreensão do pesquisador, pelo estranhamento ou proximidade, Geertz propõe uma análise do cenário local pesquisado com base num amplo referencial semiótico. Para o autor, o uso dos métodos, técnicas e procedimentos de coleta de dados (entrevistas, observação, caderno de campo) só se completam por um tipo de esforço intelectual que resulte não apenas na observação e registro

das interações, estrutura e funcionamento do fenômeno (descrição superficial), mas que seja capaz de situá-lo em seu contexto (descrição densa).

Nesse sentido, para entender o fenômeno das rádios comunitárias na Transamazônica, buscamos situá-lo radicalmente em seu contexto - como também defende Bourdieu, - o que significa, do nosso ponto de vista, entender sua origem, conceito, função e uso ao longo do tempo (*conteúdo desenvolvido no capítulo dois desta tese*); bem como entender a região onde se dá este fenômeno - a Transamazônica - as principais dinâmicas que a formaram e findaram por forjar uma identidade local, bem como os atores principais em disputa: de um lado o Estado interventor, personagem hegemônico² no campo do desenvolvimento da região; de outro, os movimentos sociais, atores contra-hegemônicos que lançam mão da comunicação como ferramenta de reação (*conteúdo presente no capítulo três*).

b) O lugar como moldura metodológica

O recorte espacial desta pesquisa foi absolutamente determinante também para a construção teórica que se desenhou ao longo do trabalho. A definição da Transamazônica como recorte espacial impôs ao trabalho uma perspectiva histórico-territorial. Tal perspectiva histórica apóia-se, nesse caso, numa revisão que pretendemos crítica e integrada de Teorias do Desenvolvimento e Teorias da Comunicação, resultando na construção de pares ou binômios teóricos entre os dois campos do conhecimento. Tais pares ou contra-pares - *Desenvolvimentismo-Difusionismo*, *Dependência-Dialogismo*, *Globalização-Mediatização* - funcionam como uma espécie de eixo condutor na contextualização do lócus do estudo, com capacidade explicativa das dinâmicas e fenômenos resultantes das diferentes concepções de desenvolvimento e de comunicação que afetaram o modo de intervir e (re)agir na região a partir dos anos 70 do século passado.

O primeiro deles, formado pelo par *Desenvolvimentismo-Difusionismo*, tem como matriz a Teoria da Modernização e sua idéia de irradiação do ideal de desenvolvimento

² O termo *hegemonia*, que indica tradicionalmente o domínio de um país, governante ou grupo social sobre outros (RIOS, 2010), sob influência do pensador marxista italiano Antonio Gramsci (1891-1937) também passou a indicar o princípio organizador de uma sociedade na qual uma classe se impõe sobre as outras, não apenas através da força, mas também mantendo a sujeição, conseguida tanto por meio de reformas, nas quais se levam em conta os interesses de diferentes grupos, como também pela influência sobre o modo como as pessoas (OUTWITE e BOTTOMORE, 1996). A constituição de uma *hegemonia* é um processo historicamente longo, que ocupa os diversos espaços da superestrutura ideológico-cultural (MORAES, 2010). Para que a dominação ou poder seja estável, a classe dominante precisa criar e manter estilos de ampla aceitação de pensar sobre o mundo, ou sistemas de crença, que irão promover ao longo do tempo a construção de consensos. Para gerar um novo poder, ou contra-hegemonia, é necessário que grupos subalternos ou antagonísticos construam novos consensos, novas visões de mundo para a transformação da ordem vigente (JOHNSON, 1997)

a partir dos países centrais. Surge no pós-guerra a partir de concepções e estudos de autores funcionalistas como Lerner (1958), Rogers (1962) e Schramm (1976) e é o mais influente e atuante construto teórico até os dias de hoje. O segundo, já de forma crítica e reativa ao anterior, tem na perspectiva teórica latino-americana da *Dependência-Dialogismo* a modelagem e o entendimento para as ações do desenvolvimento e da comunicação. Temos aí, por um lado, a segunda geração da CEPAL³, entre eles Cardoso e Faletto (1969), e por outro, a Escola Crítica Latinoamericana de Comunicação como nominada por Marques de Mello, formada por autores como Diaz Bordenave (1982, 1983, 1983a), Beltrán (1981, 2002, 2005), Matellart (2002, 2003) e Freire (1988, 2005).

O terceiro binômio, se assim podemos chamar a *Globalização –Midiatização*, é mais difuso e múltiplo pois trata-se de um processo hermenêutico em construção, surge a partir do exercício do neoliberalismo e da globalização financeira e em pouco tempo promove mudanças nas bases estruturais de todos os campos sociais - da economia, da política, da cultura e da comunicação no mundo. Abriga, como discutiremos aqui, (re)emergentes, por vezes antagônicas, categorias e visões tanto do desenvolvimento como da comunicação, dessa última a partir de autores como Martín-Barbero (2004, 2006, 2008, 2009) e Canclini (2008, 2008a, 2008b, 2009).

Como abordagem metodológica, numa perspectiva interdisciplinar, este estudo transita basicamente pela Sociologia na medida em que recorre para sua compreensão ao micro e ao macrocosmo social. Ou seja, para entender o fenômeno das rádios comunitárias em localidades da Transamazônica - um fenômeno midiático micro-regional (MELO, 2006), ou seja, sediado no microcosmo social de pequenos municípios muitas vezes isolados da Amazônia brasileira, ainda que integrados a um movimento contra-hegemônico de caráter mais amplo, regional ou mesmo global – é preciso compreender os fatores macro-sociais que lhe deram origem, quais sejam: o processo de colonização na região, em especial a partir das ações desenvolvimentistas dos militares. Nesse trajeto, recorreremos, como caminho epistemológico à análise sociológica propiciada pela Teoria dos Campos Sociais, de Bourdieu (1986), aporte teórico central e fio condutor desse trabalho.

A teoria dos campos de Bourdieu (1986) se constitui, de forma ampla, numa sociologia do poder com alto poder explicativo do princípio da organização social em qualquer sociedade. O autor - como veremos mais amiúde no *primeiro capítulo*, no qual também desenvolvemos mais concentradamente as bases teóricas deste estudo - parte de uma

³ CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

visão topológica da sociedade, que seria formada por uma pluralidade de espaços relativamente autônomos, denominados “campos”, entendidos como microcosmos dotados de sentido e regras próprias e capazes de definir modos específicos de dominação e, conseqüentemente, de resistência e reação. O campo em disputa sob foco central desta pesquisa é de forma imediata o campo da comunicação, mais especificamente o sub-campo ou campo midiático, no qual as rádios comunitárias como meios alternativos se inserem.

Para discutir a formação e funcionamento das emissoras comunitárias como espaços públicos de reação ou resistência (mídias alternativas) no campo midiático de regiões periféricas (como a Transamazônica), acionamos autores latino-americanos, em especial Martín-Barbero (2004, 2006) e sua Teoria das Mediações, mas também autores como Jessé Souza (2003) e Milton Santos (2007) que nos ajudam a construir o conceito de “mídiatização periférica” e acrescentam outros pontos de vista à perspectiva cultural de Martín-Barbero e de Canclini (2008, 2009). O que todos esses autores têm em comum é a percepção da singularidade dos processos de desenvolvimento de países de modernização recente, como o Brasil, onde a desigualdade surge como a mais persistente e dramática contradição, uma desigualdade que permeia todos os campos e que se revela emblemática naqueles campos mais estratégicos à manutenção do *status quo*, como o da comunicação, palco principal onde se operam sentidos e se formam e reformam opiniões públicas.

A idéia de *mídiatização periférica*, construída neste estudo e que nos auxilia a revelar e desconstruir o campo midiático na região onde se situam as rádios comunitárias, parte da noção de *modernização periférica* trabalhada por Souza (2003), em seu livro “A Construção Social da Subcidadania: para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica”, e se alia com o entendimento de ‘periferia’ de Santos (2007), em “O Espaço do Cidadão”, como o lugar onde se é duplamente penalizado.

Nesses locais, conforme Beltrán (2005), consolidou-se um modelo de comunicação também autoritário, onde se privilegiou o crescente controle dos meios nas mãos de uma minoria e a expansão do acesso passivo aos meios pela maioria, meios massivos notadamente de caráter instrumental para a manutenção do *status quo*. Assim, nas regiões periféricas repete-se o padrão de concentração de meios de comunicação e de fluxos de informação que se dá em esfera global, porém acrescido da condição de precariedade ou insuficiência técnica e humana e da relação ainda mais evidenciada de promiscuidade entre mídia e poder. Quanto mais ‘periférica’, mais evidente estas características

c) As rádios pesquisadas e o trabalho de campo

A escolha da região da Transamazônica se deu, como já anunciado, a partir do critério de existência de um certo número de emissoras já licenciadas, ou seja, rádios comunitárias que já tivessem superado a *via crucis* da burocracia entre Ministério da Comunicação e Legislativo e que, portanto, vivenciassem de forma continuada os desafios da gestão e mediação em suas localidades. Essa condição iria nos permitir entender que tipo de estratégias (modelos de funcionamento, financiamento e programação) e de mediações (em especial as *socialidades* entre os vários atores em campo e as *institucionalidades* que regem e regulam o fazer das rádios comunitárias), conforme a teoria de Martín-Barbero, são colocadas em operação para manter as rádios “no ar”.

A maior parte (90%) das rádios comunitárias às margens da rodovia Transamazônica encontram-se em situação legal, ou seja, com licença outorgada, em caráter provisório ou já definitivo. Destas, como exemplos para aprofundar a análise, três emissoras foram selecionadas em localidades com cenários midiáticos distintos: **Rádio Nativa FM** (104,9 MHz) em **Altamira**, o centro econômico e institucional da região e onde se dá a mais efetiva disputa entre a comunicação comunitária e os meios de comunicação tradicionais; **Rádio Popular FM** (95,1 MHz) em **Brasil Novo**, onde a rádio comunitária local, como único meio de comunicação na localidade, enfrenta a disputa não no campo da comunicação, mas no da política; e Rádio União Rurópolis (87,9 MHz) em **Rurópolis**, onde tudo começou na Transamazônica, o mais isolado dos municípios na BR 230, já no entroncamento com a BR 163 (Cuiabá – Santarém), berço das principais lideranças regionais e onde funciona uma das rádios comunitárias pioneiras da região, atualmente, em plena crise de sentido e identidade.

Foram realizadas ao todo quatro viagens à campo na região da Transamazônica, entre julho de 2008 e março de 2009 – com cerca de uma semana de duração cada - além do trabalho inicial de coleta de informações e entrevistas realizadas em Belém com integrantes do movimento de rádios comunitárias durante o período de um ano, entre setembro de 2007 a outubro de 2008. Nos municípios visitados, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com atores diversos, selecionados de forma não aleatória e segundo amostragem não probabilística por serem eles, por sua função, cargo ou posição, considerados informantes-chaves (relevantes) para a compreensão do objeto estudado (as rádios comunitárias), bem como do contexto local onde estas se situam.

As ferramentas de coleta de dados – entrevistas, questionário, observação, pesquisa documental – foram construídas a partir do cerne condutor das hipóteses de trabalho

– a noção de *participação e dialogia*. Foram realizadas também escutas das emissoras durante o tempo que a equipe permaneceu em campo e algumas gravações de trechos de programa da emissora, para fins de confirmação da análise do objeto observado.

A partir do levantamento e coleta de informações buscou-se entender as estratégias e mediações estabelecidas pelas rádios comunitárias para existirem e funcionarem, o que acreditamos, nos levou a compreender também o impacto dessas interações na definição de sua programação e produção de conteúdos, *conforme discutido e analisado no capítulo final desta tese*.

Três exemplos diversos, contextos e complexidades distintas, mas que, expõe, cada qual, facetas de desafios que são em muitos aspectos comuns ao universo das rádios comunitárias e portanto, passíveis de generalização científica.

Boa leitura.

2. TRAMA TEÓRICA ENTRE COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Como existem, funcionam e sobrevivem rádios comunitárias no interior da Amazônia? E até que ponto, estas emissoras que historicamente nascem pela prática contra-hegemônica de grupos subalternos e se abrigam teoricamente no paradigma da dialogia, conseguem de fato atuar como um modelo alternativo e popular de comunicação capaz de contribuir para constituição de uma esfera pública mais ativa e plural e, assim, favorecer a participação desses grupos na tomadas de decisão sobre os destinos da região? Esta a dupla indagação que move este estudo, que tem como objeto o fenômeno das rádios comunitárias no contexto de uma região intensamente peculiar – a região em que a BR 230, conhecida como Transamazônica, corta o estado do Pará – foco das ações de colonização dirigida desenvolvidas pelo governo militar no início dos anos 70.

Tal indagação tem caráter francamente interdisciplinar, na medida em que, ao investigar processos de comunicação em uma dada localidade ou região transitamos por dinâmicas sociais diretamente imbricadas com a perspectiva histórica do desenvolvimento que irá formar o *ethos* regional, suscitando assim temáticas e objetos que demandam abordagens que escapam à concepções estritamente disciplinares. A comunicação em si, por sua polissemia e dimensão, como principal operador de sentidos da sociedade contemporânea, é naturalmente interdisciplinar. O desenvolvimento, por sua vez, a partir da noção de “campo” de Bourdieu (1986) – enquanto microcosmos dotados de sentido e regras próprias – pode ser entendido como um mega-campo de caráter transdisciplinar, no qual transitam e interagem inúmeros outros campos relativamente autônomos em disputa. É na conjugação desse binômio, comunicação e desenvolvimento, que buscaremos situar e apoiar a explicação teórica sobre a existência e resistência das rádios comunitárias na região da Transamazônica.

Para evidenciar essa trama teórica entre a comunicação e o desenvolvimento buscamos construir uma revisão crítica e integrada de Teorias do Desenvolvimento e Teorias da Comunicação, que resulta como eixo condutor, em pares ou binômios teórico-metodológicos (Desenvolvimentismo-Difusionismo, Dependência-Dialogismo, Globalização-Mediatização), com capacidade explicativa das dinâmicas e fenômenos resultantes das diferentes concepções de desenvolvimento e comunicação que afetaram o modo de intervir e (re)agir na região da Transamazônica a partir dos anos 70. Antes, porém, é necessário situar o

objeto deste estudo, as rádios comunitárias em localidades do interior da Amazônia, em seu campo e contexto de atuação: o campo midiático que se constitui em regiões periféricas.

Campo midiático, como discutiremos de forma mais aprofundada ainda neste capítulo, entendido como um sub-campo da comunicação, especialmente referido a sua modalidade *mediatizada* (MORAES, 1998) ou *midiatizada* (SANTAELLA, 2002) como preferimos adotar⁴, i.e, aquela comunicação que necessita de um intermediário tecnológico para que se realize e que diz respeito especialmente, ainda que não apenas, aos meios de comunicação de massa para transmissão de informações e notícias (jornais, rádio, revistas, televisão), potencializados na últimas décadas pela emergência de uma rede de comunicação planetária via redes de teleinformática. Comunicação midiatizada que se torna na sociedade contemporânea o principal operador de sentidos sobre o que sabemos e entendemos do mundo ao nosso redor. Principal mediadora das interações humanas (BARBEIRO, 2006) que, como espaço público privilegiado, ajuda a construir visões de mundo que definem entendimentos e modos de ação sobre uma certa realidade e região.

2.1 MODERNIZAÇÃO E MIDIATIZAÇÃO PERIFÉRICA

2.1.1 Periferia e Midiatização

O termo “mídia”, como matriz semântica do processo de midiatização , significa *strito sensu* meio (*médium*) tecnológico, mas deve ser entendido não apenas como meio de comunicação social para transmissão de informações e mensagens - como o rádio, a televisão, os jornais, o cinema, incluindo também a crescente rede de comunicação planetária via redes de teleinformática, mas especialmente, segundo Paiva (2008), como um dispositivo capaz de influenciar significativamente, “das formas mais diversificadas, a vida cotidiana e a atuação política dos indivíduos – a maneira como agem, sentem, desejam, lembram, convivem e resistem” (PAIVA *et al*, 2008, p.7).

Pode-se dizer, sem risco de exagerar, que as sociedades são hoje, em sua maioria, *centradas na mídia*, o que significa dizer, a exemplo de Venício Lima (2001) que vivemos num tempo de sociedades mídia-dependentes, ou seja, “*dependem* da mídia – mais

⁴ Neste estudo seguindo a opção mais usual, regida pelo bom senso terminológico defendido por Santaella (2002), fazemos uso do termo “mídia” ou “mídias” (e não *médium* (meio=suporte) no singular ou no plural *medias*, como grafado originalmente em inglês) para nos referir de forma geral aos meios de comunicação.

do que da família, da escola, das igrejas, dos sindicatos, dos partidos etc.- para a construção do conhecimento público que possibilita, a cada um dos seus membros, a tomada cotidiana de decisões” (LIMA, 2001, p. 113). Tal amplitude se dá pelo intenso processo de valorização do chamado campo midiático, onde a função de *mediação* entre os diversos campos sociais - que vem a ser justamente a característica que distingue e determina o regime de funcionamento do campo da comunicação (BOURDIEU, 1986; RODRIGUES, 1997) - se estabelece por meio do uso de um *medium* tecnológico. A essa *mediação midiática* das diferentes agendas de interesses em jogo entre os campos sociais (Política, Economia, Cultura, Ciência etc.) é que denominamos processo de *mediatização*.

Essa prevalência da lógica comunicativa-midiática como fator central da modernidade radicalizada se dá nos dias de hoje mesmo em sociedades periféricas, ainda que em gradações de alcance e inovação diferenciadas e, portanto, com níveis de apropriação e influência também distintos, mesmo que a partir da mesma lógica modernizante de caráter exógeno. É o que chamamos de *mediatização periférica*, resultado das precariedades estruturais e vícios institucionais que se instalam em países de modernização recente, como o Brasil e vários países da América Latina, Central, África e Ásia, onde durante décadas imperou o subdesenvolvimento antidemocrático baseado na dependência externa (BELTRÁN, 2005). Nesses locais, consolidou-se um modelo de comunicação também autoritário, onde se privilegiou o crescente controle dos meios nas mãos de uma minoria e a expansão do acesso passivo aos meios pela maioria, meios notadamente de caráter instrumental para a manutenção do *status quo*.

Nesses casos, ainda nos dias atuais, o acesso às tecnologias estão contingenciadas pela localização geográfica. Como diz Milton Santos, o lugar onde se mora no mundo contingencia escolhas, na medida em que as possibilidades de acesso definem o aporte a recursos, bens e serviços. De forma geral, em lugares onde os bens sociais públicos, como saúde, educação, transporte e meios de comunicação são mais escassos e existem apenas na forma mercantil as desigualdades aumentam, já que “reduz-se o número dos que potencialmente lhes têm acesso, os quais se tornam ainda mais pobres por terem de pagar, o que em condições democráticas normais, teria de lhes ser entregue gratuitamente pelo poder público” (SANTOS, 2002, p. 144).

A ‘periferia’, segundo Santos (2007), vem a ser, assim, o lugar onde se é duplamente penalizado: pelos processos de segmentação (de trabalho e classe social) característicos do capitalismo e pelo modo territorial de distinção e desigualdades. Vivemos num mundo onde o valor do indivíduo depende, em larga escala, não apenas do que se tem,

mas também do lugar onde se está. Nesse sentido, “morar na periferia é condenar-se duas vezes à pobreza”, explica o autor (SANTOS, 2001, p.139).

Na Amazônia, considerada ‘a periferia da periferia’, esta situação de desigualdade se aprofunda na medida em que, inúmeras vezes sequer é ofertado o bem social na forma mercantil. Não somente a Amazônia brasileira, mas a chamada Pan-Amazônia – com uma área de cerca de 7,5 milhões de km², quase o tamanho de toda a Europa – é duplamente periférica, marcada não apenas por profundas desigualdades intra-nacionais, mas muitas vezes pelo não-reconhecimento ou incompreensão do caráter e natureza das mesmas, percebidas sempre pelo viés externo. Não sem assombro, pode-se afirmar que nas porções amazônicas de cada um dos oito países que integram a Bacia Amazônica – Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela – a pobreza é mais pobre, a desnutrição crônica, o analfabetismo mais intenso, os conflitos pelos recursos mais graves⁵ que nas demais regiões desses países (STEINBRENNER, 2007).

Isso vale para todos os setores que demandam bens sociais públicos. No setor da comunicação, reconhecido (mas não exercido de fato) como um direito humano fundamental, isso significa mais do que não ter acesso a um bem mercantil ou à informação. Dentro da lógica atual, é não estar inserido, incluído, “conectado” ao mundo. No extremo, indivíduos, coisas ou lugares que não (se) comunicam e sobre as quais nada se fala, permanecem invisíveis, não existem na *esfera pública*⁶ contemporânea. Ou seja, não têm voz nem vez na arena comunicativa, palco da encenação política contemporânea onde se desenrolam as disputas de poder entre os atores sociais.

2.1.2 Modernização periférica

As emissoras de rádio comunitárias que se formam nos municípios da região da Transamazônica a partir dos anos de 1990 fazem parte, como mídia de caráter popular e idealmente alternativo, de um movimento de reação contra-hegemônica ao modelo de intervenção estatal na região, que deriva, por sua vez, de um processo histórico de

⁵ “Semelhantes nas diferenças. O cenário dos países da Pan-Amazônia e os caminhos da Educação Superior.” Artigo da autora publicado no Beira do Rio - Jornal de Divulgação Científica da Universidade Federal do Pará, Belém-Pará, p. 05 - 05, 22 out. 2007.

⁶ De acordo com Habermas (1996), é na *esfera pública*, como espaço público politicamente influente, que os diferentes grupos constitutivos de uma sociedade múltipla e diversa partilham argumentos, formulam consensos e constroem problemas e soluções comuns. A esfera pública conforma assim “o contexto público comunicativo, no qual os membros de uma comunidade política plural constituem as condições de possibilidade da convivência e da tolerância mútua, além dos acordos em tono das regras que devem reger a vida comum” (Habermas, 1996, p. 156 apud Costa, 2002, p.27).

modernização periférica que se dá no Brasil e de forma geral na América Latina. Um modelo de modernização de “fora prá dentro” que origina, por sua vez, no campo da comunicação um modelo de *mediatização também periférica*, o qual reproduz na região a concentração e controle midiático que se dá global e nacionalmente – dominado por poucos grupos, os *global players* no mundo e, no Brasil, por meia dúzia de famílias – porém de forma mais precarizada em termos de alcance e conteúdo.

A idéia de *mediatização periférica*, construída neste estudo e que nos auxilia a revelar e desconstruir o campo midiático na região onde se situam as rádios comunitárias estudadas, parte da noção de *modernização periférica* trabalhada por Jessé Souza (2003), que discutiremos a seguir, e se alia ao entendimento de ‘periferia’ de Milton Santos (2007), como o lugar onde se é duplamente penalizado.

Segundo essa perspectiva, repete-se em sociedades periféricas de modernização recente, pensadas a partir de interesses “de fora pra dentro”, o mesmo padrão de concentração de meios de comunicação e de fluxos de informação, porém acrescido da condição de precariedade ou insuficiência técnica e de recursos humanos e da relação ainda mais evidenciada de promiscuidade entre mídia e poder. Consequentemente, em regiões de mediatização periférica os meios de comunicação de massa não chegam a exercer de forma consistente – por ausência, incapacidade ou omissão – papel relevante para a formação de opinião pública local e regional, gerando uma tendência de valorização das outras instâncias constitutivas da esfera pública além da mídia - as organizações da sociedade civil e os espaços de comunicação interpessoal. Assim sendo, diante do controle excessivo e/ou da escassez do campo midiático local, grupos organizados e movimentos sociais encontram na criação de mídias próprias alternativas o caminho para ampliar seus recursos comunicativos e assim gerar visibilidade para suas causas, tendendo a favorecer por sua vez a constituição de uma esfera pública mais plural.

A teoria das mediações de Jesus Martín-Barbero contribui para discutir a comunicação como este espaço onde se mediam as ações e tensões do campo social. A partir de seu livro clássico “Dos meios às mediações” (1987), o autor propõe pensar a comunicação não apenas como meio, mas como espaço estratégico a partir do qual se podem ver as contradições da sociedade, especialmente tendo como cenário e foco o desenvolvimento latino-americano. Um “desenvolvimento desigual”, segundo o autor, que resulta de um modo dependente de acesso à modernidade que se origina no processo de incorporação dos países da região à modernidade industrializada e ao mercado internacional, desde as lutas pela independência, mais especialmente a partir dos anos de 1930 - momento em que se

estabelecem os mercados nacionais mediante, porém, ao seu ajuste às necessidades e exigências do mercado internacional. Tal lógica irá conformar nos países da região, como o Brasil, o que Martín-Barbero (2006, p. 218) chama de uma “modernidade não-contemporânea”.

Tal entendimento nada tem a ver com a idéia de ‘atraso constitutivo’, como o autor faz questão de esclarecer, ou seja, com aquele que é convertido em chave explicativa para todas as diferenças e desigualdades, mas sim um atraso historicamente produzido. No caso, a modernidade não-contemporânea a que se refere Martín-Barbero está baseada nas noções de desigualdade – na qual se apóia o desenvolvimento do capitalismo – e de descontinuidade. Uma descontinuidade pensada no sentido de compreender “tanto o que o atraso representou em termos de diferença histórica [...] quanto o que apesar do atraso existe em termos de diferença, de heterogeneidade cultural” (idem).

Para Canclini (2008, p. 67), a América Latina sofreu cronicamente de uma modernidade reprimida e postergada, sempre dependente das nações européias, num processo que aliou “um modernismo exuberante com uma modernização deficiente” e se deu em forma de “ondas de modernização”: no final do século XIX e início do XX, impulsionadas por oligarquias progressistas, pela alfabetização e pelos intelectuais europeizados – da qual a Belle Époque, inclusive a amazônica, é um exemplo; a partir dos anos de 1920 e 1930, impulsionada pela expansão do capitalismo, pela ascensão democratizadora dos setores médios e liberais e a configuração de diretos civis e trabalhistas, pela imprensa e, especialmente pelo rádio; desde os anos 1940 e 1950 as ondas de modernização se sucedem embaladas pela industrialização crescente, pelo boom urbano, pelo maior acesso à educação média e superior e pelas novas indústrias culturais.

Poderíamos acrescentar nessa lista, a grande ‘onda’ que tem como marco temporal os anos de 1970 e, especialmente no Brasil, o processo de modernização acelerada pelo chamado ‘Milagre Econômico’, um processo que, como detalharemos no terceiro capítulo desta tese, insuflado pelo capital internacional, gerou ações desenvolvimentistas de alto impacto nas regiões duplamente periféricas, como o Norte e Nordeste brasileiros, regiões que padecem de crônica desigualdade interna e cujos destinos têm sido definidos exogenamente a partir da burocracia do Estado central.

Esses movimentos foram, em geral, inspirados pela teoria da modernização, que se instala no pós-guerra como visão dominante e que interpreta o desenvolvimento como um processo de transição de um estado tradicional a um estado de modernização que só pode irradiar do centro - a partir do chamado “Primeiro Mundo”, um punhado de países americanos

do norte ou europeus - para a periferia⁷ – o chamado “Terceiro Mundo”, formado pelos países em condição de “atraso” social e tecnológico, a maioria, na época, situados nos continentes latino-americano, asiático e africano. Tais ondas, lideradas pela figura de um Estado keynesiano de caráter interventor, não foram suficientes, no entanto, para formar nessas regiões periféricas mercados autônomos para sustentar ou promover o desenvolvimento. Seus resultados foram, ao contrário, modestos e limitados: modernização com expansão restrita do mercado, democratização para minorias, renovação das idéias, mas com baixa eficácia nos processos sociais, o que indica, segundo Canclini (2005), os desajustes entre modernismo e modernização na região. Esta também a idéia do “capitalismo tardio”, tratado na tese de Cardoso de Mello (1982) que tornou-se obra de referência na análise do capitalismo brasileiro e suas especificidades.

Como bem explica Carvalho (1999), no caso da economia brasileira, entre os anos de 1930 e 1970, “sob o comando do Estado Estruturante, e com a participação do capital estrangeiro e do capital nacional, o país implementou um amplo projeto nacional de desenvolvimento que acabou culminando na consolidação de um dinâmico parque industrial e de uma agricultura e agroindústria modernas”. No entanto, nesse longo período, o processo de industrialização brasileiro não se fez acompanhar de uma política de distribuição de renda e da riqueza, de uma política de desenvolvimento científico-tecnológico, nem tampouco de uma política de reforma agrária ou de uma ampla política educacional. “Na ausência desses fundamentos estratégicos, acabou se configurando um padrão de desenvolvimento capitalista tardio e associado – dependente” (MELLO, 1982; TAVARES, 1986, apud CARVALHO, 1999, p.1).

Para Souza (2003), a desigualdade social de países periféricos de modernização recente como o Brasil não advém do fato de sermos “insuficientemente” modernos devido a uma “suposta herança pré-moderna e personalista”, baseada em categorias como “familismo, personalismo e patrimonialismo” – vícios estruturais da política e da sociedade brasileira, como defendem as interpretações sociológicas clássicas - criticadas pelo autor como “culturalistas essencialistas”. As desigualdades viriam “precisamente do fato contrário”, ou seja, como resultante de um efetivo processo de modernização de grandes proporções que toma o país paulatinamente a partir do início do século XIX (SOUZA, 2003, p. 17).

⁷ Como a própria palavra indica, “periferia” é desde sua origem um conceito relacional, pois pressupõe a existência de um centro. É também, no campo geopolítico, um conceito relacionado à concepção de poder entre nações, que se instala no pós-guerra, a partir da identificação de um conjunto de economias nacionais ditas subdesenvolvidas, (identificadas à época como Terceiro Mundo), que estariam dependentes e integradas aos grandes centros do capitalismo moderno (Primeiro Mundo) (SANDRONI, 1999).

Um processo que ele denomina de “modernização periférica”, que consiste na transferência, sem mediações, de visões e práticas impessoais da Europa para sociedades tradicionais, como a brasileira. Assim, nestas novas periferias as práticas modernas seriam anteriores às idéias modernas, na medida em que o influxo dessas sociedades e de seus agentes vêm *de fora pra dentro*. As teorias e visões de mundo nessas sociedades acabam assim por ser “esquemáticas”, no sentido kantiano do termo – ou seja, adaptadas de acordo com as condições específicas de tempo e espaço – porém menos sob a influência das forças pré-modernas anteriores, as tradições, e mais sob o peso das forças exógenas de dominação. Como coloca o autor, “esta ‘nova periferia’ é, na verdade, tomada de assalto [...] por uma cultura material e simbólica cujo dinamismo e vigor não deixam muito espaço para compromisso e reação” (SOUZA, 2003, p. 96).

Em seu livro “A construção Social da Subcidadania: Para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica” (2003), Souza busca desconstruir as interpretações clássicas das desigualdades nacionais que, vivem, segundo ele, “da percepção de um Brasil pré-moderno, afetivo e emotivo, para a explicação de nossas mazelas”⁸. A proposta do autor parte do pressuposto de que, para compreendermos o substrato social e cultural de uma sociedade singular, como a brasileira, e no caso deste estudo, amazônica, precisamos compreender primeiro como se estrutura a desigualdade nacional nos seus componentes material e simbólico. Para isso, Jessé indaga, antes de mais nada, “como, numa sociedade moderna (também nas sociedades periféricamente modernas, como a brasileira), cujo valor central de legitimação é a igualdade, é possível a naturalização/legitimação de uma desigualdade”, que, no caso específico do Brasil, carrega, segundo o autor, “a maior desigualdade social entre todas as sociedades complexas do globo” (SOUZA, 2005).

Para discutir o que ele chama de “naturalização da desigualdade brasileira” a partir da modernização periférica, Souza busca duas noções que nos parecem altamente relevantes para o cenário amazônico: a discussão da temática do *reconhecimento social* que tem como base a cidadania jurídica e política a partir das reflexões de Charles Taylor, e a crítica à “naturalização” das relações sociais de dominação contida na teoria do *habitus* Pierre Bourdieu e sua ênfase no aspecto “automático” – caráter irrefletido – dos diferentes

⁸ “O paradigma clássico de explicação por excelência é o do “personalismo/patrimonialismo”, cuja origem comum é a idéia de que a especificidade da sociedade brasileira e, portanto, da forma que a desigualdade e a estratificação social assumem entre nós decorreria da predominância estrutural de um “capital social de relações pessoais”. Seria esse capital de relações pessoais, precisamente, que transformaria seus possuidores em privilegiados e seus despossuídos em párias. É a existência desse capital que separa, por exemplo, o “indivíduo” da “pessoa” em Roberto DaMatta, ou o homem cordial bem-sucedido ou mal-sucedido em Sérgio Buarque” (SOUZA, 2006).

comportamentos. O que Taylor chama de “naturalismo” é a tendência moderna, operante tanto no senso comum da vida cotidiana quanto na forma de praticar filosofia ou ciência dominantes, de desvincular a ação e a experiência humana da moldura contextual que lhe refere realidade e compreensibilidade”, conferindo-lhes um outro significado que torna opaca a realidade (SOUZA, 2003, p. 23).

Como explica o autor, instituições como Estado e mercado, assim como as demais práticas sociais e culturais, já possuem implícita e inarticuladamente uma certa interpretação “do que é bom, do que é valorável perseguir, do valor diferencial dos seres humanos e etc.” A nossa identidade será então formada pelas identificações e escolhas providas por este pano de fundo valorativo, seja por afinidade, seja por oposição a elas (2003: 24). O nosso reconhecimento, enquanto indivíduo, grupo ou território também irá advir desse quadro de valores, entendidos como as “precondições sociais necessárias à atribuição de respeito e auto-estima” (SOUZA, 2003, p. 34).

A noção de “reconhecimento” é nesse sentido preciosa para pensarmos a formação das identidades individual e coletiva. Ainda mais levando-se em conta a região amazônica, território singular, duplamente periférico, historicamente isolado, explorado como um gigante natural a partir de interesses externos desde a colonização (nacionais e internacionais), porém diminuído social e politicamente pelo discurso e o olhar de fora, “de lá”, do eterno ‘descobridor’ como coloca Dutra (2005), mas também pelo olhar “de cá”, nativo, que internaliza e reproduz no espelho as visões exógenas sobre si e seu próprio lugar.

A tese é a de que a nossa identidade é em parte formada pelo reconhecimento ou pela ausência deste. Muito frequentemente, nos casos de falso reconhecimento por parte dos outros, uma pessoa ou grupo de pessoas pode sofrer um prejuízo real, uma distorção efetiva, na medida em que os outros projetem nele uma imagem desvalorizada e redutora de si mesmos. Não reconhecimento e falso reconhecimento podem infligir mal, podem ser uma forma de opressão, aprisionando alguém em uma forma de vida redutora, distorcida e falsa. Nessa perspectiva, não-reconhecimento não significa apenas ausência do devido respeito. Ele pode infligir feridas graves a alguém (*ou a algum lugar*), atingindo as suas vítimas com uma mutiladora auto-imagem depreciativa. O reconhecimento devido não é apenas uma cortesia que devemos às pessoas. É uma necessidade humana vital (TAYLOR, 1994, apud SOUZA, 2003, p. 35).

Ao longo do tempo, o não-reconhecimento vai gerando um entendimento implícito em relação ao indivíduo, ao grupo ou lugar. Um pré-conceito que *naturaliza as desigualdades*, como acontece em sociedades periféricas como a brasileira, onde, de acordo com Jessé Souza, “[...] o *habitus* precário, implica a existência de redes invisíveis e objetivas

que desqualificam os indivíduos e grupos sociais precarizados como subprodutores e subcidadãos”. É o que o autor chama de a "ideologia do desempenho", que baseia a valoração do outro sobretudo a partir da racionalidade do cálculo instrumental e do que considera trabalho útil e produtivo segundo as demandas crescentes do mercado e do Estado. Ideologia que cotidianamente reconhecemos nas relações entre instituições e indivíduos e que se torna a “base secreta de todo o mecanismo que classifica indivíduos e classes em superiores e inferiores, em cidadãos e subcidadãos, e, no limite, em gente e não-gente” como define Souza (SOUZA, 2003, p.35) em artigo mais recente.

Assim, o acesso "legítimo" a todos os bens e recursos escassos iria depender da efetiva existência, nos indivíduos e classes envolvidos na luta social, dos atributos do “trabalho útil e produtivo”. Por sua vez, efetivamente é o "acesso" a esta forma (instrumental) de ser e agir no mundo que permitiria a incorporação de "conhecimento", fundamento que irá, junto com o capital econômico, definir a hierarquia moderna da atual sociedade. Como o mercado e o Estado são seletivos e só se utilizam de indivíduos que possuam o tal "conhecimento in-corporado", os indivíduos e classes que não o possuem – porque não detém os códigos do saber valorado pelo sistema, formal ou informalmente – são literalmente "dispensáveis", uma espécie de "lixo social" que só possui o próprio corpo. Para se antecipar a possíveis críticas, Souza explica que essas pessoas, que ele chama de “subcidadãos”, podem ser "usadas" e encontrar "trabalho" apenas com seu próprio corpo (a prostituição, o trabalho doméstico, o trabalho muscular de todo tipo). Faltaria, no entanto, a essas pessoas e classes inteiras qualquer condição de se "incluir" no mercado competitivo de trabalho segundo as crescentes demandas por "conhecimento incorporado". Infelizmente, nos dias atuais, é apenas esse tipo de trabalho que produz reconhecimento social e prestígio (SOUZA, 2003).

Ao analisarmos mais à frente as ações do Estado interventor no planejamento e implementação da colonização dirigida na Transamazônica, se evidenciará tal lógica instrumental e produtivista, movida da parte do governo militar por ausência de conhecimento e reconhecimento para com a região e suas populações nativas bem como às populações migrantes, seja por *habitus* incorporado de quem impõe ou por *habitus precário* de quem aceita - no caso emblemático dos milhares de migrantes despossuídos e desterritorializados levados pelo Estado para a Transamazônica - sem condições de agir dentro de um modelo de comportamento e de sociedade competitiva (SOUZA, 2003a, p. 156). *Habitus precário* também, como veremos ao analisar as emissoras comunitárias da Transamazônica no último capítulo, dos comunicadores populares que buscam como referência padrões externos de produção de conteúdos radiofônicos. Dessa forma, conforme Jessé Souza desenha-se o

destino da marginalidade sócio-econômica e o empobrecimento cultural nas sociedades de modernização periférica.

2.1.3 Amazônia: emblema da midiatização periférica

Ainda hoje, na chamada Era da Informação ou Sociedade da Comunicação, como queiram os teóricos⁹, subsiste na Amazônia um complexo universo social que mistura parâmetros de modernidade e de urbanidade, com parâmetros de sociedades tradicionais pré-industriais, profundamente rudimentares no que diz respeito à infra-estrutura e oportunidades. Ainda assim, lá também, mesmo nas regiões mais isoladas, a comunicação já chegou, mas em geral não como bem público, mas como bem mercantil.

Acessa “o mundo” através das tecnologias de informações e comunicação (TICs) quem tem condições econômicas, mas isso somente *quando* e *se* ela está disponível. É possível ver, por exemplo, o número crescente de antenas parabólicas espalhadas pelos furos, igarapés e paranás ao longo dos rios da região ou à beira das estradas e travessões de terra indicando que a trama global/local já se instala desafiadoramente, mas somente para quem pode pagar por essa tecnologia.

Quando se trata do uso das novas tecnologias na região isso se torna ainda mais emblemático. Pesquisa do Centro de Estudos sobre o uso das Tecnologias da Comunicação e da Informação no Brasil (CETIC, 2008), que é vinculado ao Conselho Gestor da Internet no Brasil (CGI.Br), mostra que, mais intensamente que nas demais regiões, na região Norte o acesso à internet cresce especialmente entre a população mais jovem e de faixas mais populares das áreas urbanas de regiões metropolitanas, porém esses jovens das classes menos favorecidas estão pagando para ter acesso à rede mundial de computadores. São a chamada geração das “lanhouses”, espaços públicos de acesso pago nas periferias urbanas, onde 66% dos jovens entre 10 e 18 anos e com renda familiar até 3 salários mínimos acessam a internet. Apenas 3% deles têm acesso à internet em espaços públicos gratuitos (CETIC, 2008), o que indica que ainda não há política pública que garanta a oferta do serviço gratuito na região à altura dos anseios e demandas desses segmentos populares.

Essa mesma pesquisa aponta a midiatização desigual nas regiões duplamente periféricas, o que vale para o Norte e Nordeste do país, tratadas cronicamente ou como um problema ou como “almoxarifado” nacional. A Amazônia, no caso, tem sido historicamente pautada pelo uso de seus recursos. Desde a colonização, a região vem sendo representada

⁹ Sobre Era da Informação ver a trilogia de Castells – A sociedade em Rede, O poder da Identidade e Fim de Milênio (1999). Sobre Sociedade da Comunicação, ver Stockinher (2002)

como fonte disponível de riquezas naturais para a solução de problemas externos – sejam eles lusitanos no passado distante; nacionais, a partir das políticas desenvolvimentistas dos anos 70 ou globais, diante das noções de biodiversidade¹⁰ e sustentabilidade¹¹ planetária, na atualidade (STEINBRENNER, 2008).

Na Região Norte, que representa 75% da área da Amazônia Legal, há diferenças em todos os tipos de TICs (tabela1), mas as mais gritantes vão aparecer diante das tecnologias mais avançadas, como o volume de domicílios com computador (15%) e dentre estes, aqueles com acesso à Internet (7%). Nacionalmente, esses números são mais do que o dobro e nas regiões mais desenvolvidas, triplica.

Região	Rádio %	TV %	Antena parabólica	Computador %	Comp. c/ INTERNET	Telefone fixo	Telefone móvel
BRASIL	86%	97%	20%	25%	20%	36%	72%
BR Urbano	87%	98%	19%	28%	18%	40%	76%
BR Rural	84%	91%	28%	8%	4%	15%	52%
NORTE	70%	93%	26%	15%	7%	22%	67%
SUDESTE	89	98	18	33	25	49	77
SUL	94	97	20	30	20	38	77
CENTRO OESTE	82	96	28	30	21	37	87
NORDESTE	83	96	22	11	7	17	60

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos dados da pesquisa CETIC, 2008 (CGLBR, 2009)

Nas áreas rurais da Amazônia a precarização do acesso à comunicação, característica de uma mediatização periférica, é ainda mais grave. As novas tecnologias ainda são tão escassamente disponíveis nesses confins que nem mesmo tendo poder aquisitivo se tem acesso ao bem público. Como indica pesquisa do CETIC (2009), o principal motivo para não se conectar-se à internet alegado pela maior parte (56%) dos entrevistados do meio rural

¹⁰ O conceito de biodiversidade inclui todos os produtos da evolução orgânica, ou seja, toda a vida biológica no planeta, em seus diferentes níveis – de gens até espécies e ecossistemas completos –, bem como sua capacidade de reprodução. Corresponde à “variabilidade viva”, ao próprio grau de complexidade da vida, abrangendo a diversidade entre e no âmbito das espécies e de seus habitats. (ALBAGLI, 2001, p. 6).

¹¹ A noção de “sustentabilidade” a que se refere este estudo vincula-se à idéia mais ampla e complexa do equilíbrio duradouro entre a humanidade e o seu ambiente, uma discussão pautada desde a I Conferência do meio Ambiente, em Estocolmo, em 1972, quando foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Naquele momento a noção de sustentabilidade já trazia a idéia de complexidade e transversalidade, apresentadas especialmente no conceito de *ecodesenvolvimento* de Ignacy Sachs (2004) abrigo em seu tripé, a noção de sustentabilidade a partir da eficiência econômica, prudência ecológica e equidade social. Foi a partir dessa noção mais integral que originaram-se as bases e os esforços para a construção do conhecido Relatório Brundtland⁴ (1987), com a definição mais citada até hoje de desenvolvimento sustentável, concebido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

da região Norte foi a falta de disponibilidade de oferta da tecnologia ou serviço na área, mais do que não ter como pagar (33%).

Ainda assim os dados revelam a forte presença, e crescente, dos meios de comunicação de massa como vetores da informação e, portanto, operadores de sentido na região e sobre a região. E aí reside outro desafio como efeito ou desvio característico do processo de modernização periférica que tem em si caráter exógeno e, portanto, gera sentidos e decisões a partir de visões de mundo construídas *de lá prá cá*, *de fora pra dentro*. No caso da midiática periférica, isso se dá tanto porque as organizações do setor de comunicação (rádios, TVs, jornais e etc), em geral privadas, não estão presentes na região em quantidade e qualidade suficientes para a produção de informação a partir da perspectiva dos atores locais, quanto pela reprodução da lógica capitalista que embala o campo midiático e de seu *habitus* profissional, ainda que precarizados por fatores como falta de formação e escassez de recursos humanos (repórteres, editores etc) e atraso tecnológico.

Para o jornalista Lucio Flavio Pinto¹², uma espécie de *ombudsman* da região, editor do *Jornal Pessoal* – uma experiência rara de jornalismo independente que acaba de completar persistentes 22 anos nas bancas – um dos resultados dessa débil reprodução de um modelo externo, é que “a imprensa local e regional acaba por repetir estereótipos sobre a Amazônia veiculados pela grande imprensa”. Um tipo de olhar pré-concebido que não se mostra diferente na mídia regional e que, finda, na maioria das vezes, por replicar a visão estereotipada que a cobertura nacional (e internacional) imprime sobre a região. Uma visão que tem como elemento constitutivo regular, a idéia renovada do “Eldorado”, que se manifesta pela visão exógena da região a partir do uso (ou não uso) de suas riquezas naturais (MENDES, 1974; GONDIM, 2002; DUTRA, 2005, STEINBRENNER, 2008).

Assim, diferentemente do que acontece nos países desenvolvidos e também nos centros urbanos ou regiões mais desenvolvidas de países de modernização recente, como a brasileira, onde a mídia se assenhora cada vez mais do espaço público como principal operadora dos diferentes discursos sobre as coisas do mundo, nas regiões mais desiguais e isoladas, regiões periféricas de midiática precária, como a Amazônia, os meios de comunicação de massa não chegam a exercer de forma consistente – por ausência, incapacidade ou omissão – papel relevante para a formação de opinião pública local e regional.

¹² Lucio Flavio Pinto é jornalista e editor do *Jornal Pessoal*, uma experiência rara de jornalismo independente que acaba de completar persistentes 20 anos nas bancas. Atuou como correspondente do Estadão e da Veja em Belém a partir de 1974, além de participar da edição especial da revista *Realidade* sobre a Amazônia (Prêmio Esso de Reportagem de 1971).

Isso implica, por outro lado, numa tendência de valorização das outras instâncias constitutivas da esfera pública além da mídia, as organizações da sociedade civil e os espaços de comunicação interpessoal. Ou seja, cresce, para a formação da opinião pública sobre os assuntos de interesse coletivo, a importância dos encontros do cotidiano, do “mundo da vida”, como diz Habermas (1996) – as conversas na praça, nas feiras-livres, na igreja, nas escolas – e especialmente a mobilização dos movimentos sociais.

Isso se dá quando segmentos da sociedade local percebem que os temas que lhe interessam não estão recebendo o tratamento adequado daqueles atores que influenciam a tomada de decisões, e assim eles tendem a se organizar na busca por atenção pública para suas questões. Diante, portanto, do controle excessivo ou da escassez do campo midiático, grupos organizados e movimentos sociais de regiões periféricas encontram na criação de mídias próprias alternativas independentes o caminho para ampliar seus recursos comunicativos e assim gerar visibilidade para suas causas.

Considerando que os grupos sociais que habitam as franjas das regiões periféricas, como é o caso dos rincões da Amazônia, muitas vezes nem mesmo participam como platéia da esfera pública, ou seja, estão alijados do processo democrático de participação porque não se inserem de forma politicamente influente neste fórum aberto onde se travam as disputas entre os atores sociais, as mídias alternativas de forma geral e as rádios comunitárias de forma específica tendem a ocupar um papel importante no processo de empoderamento e articulação dos interesses locais dessas comunidades, bem como na construção de uma esfera pública por meio do fortalecimento de um processo discursivo mais democrático, a partir da emergência de novas institucionalidades com base no protagonismo local.

2.2 COMUNICAÇÃO EM CAMPO

2.2.1 A noção de campo

A noção de campo de Bourdieu¹³ se constitui em fundamento teórico-metodológico essencial a este trabalho, na medida em que permite sistematizar a coleta de

¹³ Bourdieu (1930-2002) é reconhecidamente um dos principais pensadores do século XX e um dos mais influentes autores das ciências sociais. Filósofo por formação começou seus estudos como antropólogo analisando o campesinato numa região periférica, a Argélia, então colônia francesa. Ao longo da construção de uma vasta obra marcada por uma permanente e profunda dimensão política, combinou ambição teórica com o

dados e estruturar a análise e discussão a partir da contextualização radical do fenômeno estudado. Isso porque a teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu é uma dessas teorias com alto poder explicativo, capaz de abrigar fenômenos diversos em escalas e culturalidades também diversas.

De orientação marxista, Bourdieu buscou explicar os mecanismos de organização e reprodução social a partir de uma visão pluridimensional do espaço social, permanentemente dividido entre dominantes e dominados e ordenado em campos regidos por regras, lógicas e valores próprios. As relações existentes dentro de cada campo – político, cultural, religioso, etc. – dependem do poder e força que cada ator exerce no seu devido campo de atuação. O que determina esse poder são propriedades atuantes, consideradas como princípios de construção do espaço social, ou seja, as diferentes espécies de capital, sob a forma de capital simbólico.

Entre dominantes e dominados há uma permanente tensão: aqueles que são dominantes se esforçam por manter o controle e preponderância do capital e posição que possuem, enquanto os dominados visam modificar a configuração que os desfavorece. Entre a conservação e a subversão é que se estabelecem os mecanismos de reprodução do campo (BOURDIEU, 1986). Por “mecanismos de reprodução”, entendem-se as formas de perpetuação da existência do campo enquanto espaço diferenciado (OLIVEIRA, 2006).

O que determina a posição no campo e o poder exercido no jogo social são as diferentes espécies de capital, sob a forma de capital simbólico, que ocorrem nos diferentes campos. No campo científico pôr exemplo, o capital simbólico não é apenas o *saber*, mas o reconhecimento deste saber, firmado na forma de titulação acadêmica e publicações. No campo político, o capital em jogo é o *crédito político*, de puro valor fiduciário, ou seja, baseado na ambiguidade da fidelidade partidária ou eleitoral (BOURDIEU, 1989).

No campo da comunicação, o que vale também para seu sub-campo midiático - que tratamos neste estudo, por sua centralidade, como campo midiático - o que determina o poder e a legitimidade dos dispositivos em jogo é a capacidade de mobilização do espaço público, de colocar-se como esfera pública legitimada porque consentida e delegada pelos demais campos sociais e revelada pela audiência. Ou seja, são os próprios valores de *mediação* dos fluxos entre os demais campos que definem o campo da comunicação (RODRIGES, 1990; BOURDIEU, 1997). No campo midiático a diferença é que tal mediação

entre diferentes atores de campos diversos (ou não) se dá de forma mediaticizada, ou seja, por meio de dispositivos tecnológicos.

No campo do desenvolvimento, que por sua dimensão não iremos operacionalizar nesta pesquisa, é a *decisão* a lógica que define seu regime de funcionamento. Decisão de caráter político, porque diz respeito à capacidade de intervir e provocar mudanças no espaço público, afetando grupos humanos diversos numa determinada região. Da mesma forma que no campo midiático, o campo do desenvolvimento tem em sua natureza o fato de constituir-se como um palco de mediação entre diversos campos sociais. Nesse caso, pode ser entendido como um mega-campo, formado por diferentes atores em diversas escalas (local, regional, nacional, internacional), instâncias (pública e privada, governamental e não governamental) e oriundos de outros campos (campo político, campo econômico, campo jurídico, campo ambiental, campo cultural, campo dos movimentos sociais etc.), agindo e/ou interagindo com o objetivo comum de alterar as condições ou meios de vida de determinada localidade ou grupo social, ainda que difiram quanto aos métodos utilizados e aos resultados pretendidos. Nesse processo a comunicação desempenha papel altamente relevante, na medida em que a decisão em jogo se define a partir de um embate de agenda de interesses, determinada pela capacidade de imposição de uma certa visão dominante de mundo¹⁴, visão esta que se forma, influencia, confirma-se, multiplica-se ou se altera por meio da comunicação exercida cada vez mais no campo midiático.

O poder exercido nos campos sociais é, portanto, sempre um poder simbólico e relacional, na medida em que “é um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe”. Um poder desigual, porém consentido, conforme entendimento foucaultiano, e legitimado sob as diferentes formas de capital simbólico (político, cultural, religioso, econômico, emocional, informacional, social etc.), compreendido como “*crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhe

¹⁴ A partir dos anos 90, o planejamento através de métodos participativos, tanto na esfera pública quanto privada, torna-se o novo paradigma do desenvolvimento. A participação, segundo definição, por exemplo, do Banco Mundial, deve ser entendida como “um processo no qual os envolvidos influenciam e compartilham o controle sobre iniciativas de desenvolvimento e as decisões e os recursos que os afetam” (WORLD BANK, 1996, p. iv apud SCHMITZ *et al.*, 2004). O ideal da participação, portanto, é o acesso democrático a todos os níveis de decisão, acabando com a divisão de funções entre quem planeja e decide e os que são afetados pelas decisões. Ainda assim, nessa definição ideal explicita-se uma desigualdade permanente e original no jogo de forças do campo do desenvolvimento, na medida em que em geral um ator, aquele que detém as condições estruturais e econômicas iniciais (o poder público, organizações financiadoras, instituições de pesquisa), toma a iniciativa sobre a ação de planejar e controla as informações em campo.

reconhecem”. Mais precisamente, capital simbólico geralmente chamado de autoridade, prestígio, reputação ou fama (BOURDIEU, 1989, p. 134).

Essa noção de poder como *relação* é o que também define o entendimento de Crozier e Friedberg (1977) dentro da perspectiva da escola francesa da Sociologia da Ação. O poder entendido como uma relação entre atores (nível da ação) e não como dever de obedecer (nível estrutural, dominação), trazendo assim implícita uma troca entre pessoas ou grupos que tenham um interesse comum, que de alguma forma os torna dependentes. Uma troca, entretanto, marcada pelo desequilíbrio, i.e., caracterizada por um processo de negociação desigual, no qual um ator teria mais vantagem que o outro. Na teoria dos campos, essa desigualdade se manifesta pela posição que os atores ocupam no campo, definida por sua vez pela qualidade e quantidade de capital simbólico que cada um detém.

2.2.2 O *habitus* em campo

Se os campos sociais podem ser entendidos como um palco onde se desenrolam jogos de poder e os atores em campo como seus jogadores, é o *habitus* – outro conceito central na obra de Bourdieu – que irá conferir sentido ao jogo. Trata-se de um sistema de disposições estruturadas (nas) e estruturantes das relações sociais. Pode-se entender *habitus*, como conhecimento adquirido, que indica uma disposição incorporada, quase postural que tem como efeito a produção do senso comum (BOURDIEU, 1989). É principalmente no convívio familiar e na trajetória escolar que tais disposições vão sendo incorporadas pelo indivíduo [...]. A trajetória diferenciada de cada agente produzirá sua percepção de mundo, portanto, seu *habitus*. Desta forma, uma trajetória singular pressupõe uma seletividade, pois exclui infinitas “não-trajetórias”. Já o *habitus* institucional tem a ver com a história das relações sociais da instituição, os conflitos internos entre grupos, as desigualdades e hierarquias existentes (BOURDIEU apud COSTA, 2004, p. 55-57).

Vale à pena salientar que os agentes sociais não estão inexoravelmente dominados pelas regras do jogo, ou seja, não são partículas passivamente conduzidas pelas forças do campo. Aqueles que têm *habitus* diferentes podem resistir e se opor às forças do campo e assim instigar um reposicionamento em campo que lhe seja mais favorável. No entanto, na “contramão” estes também se arriscam a estar deslocados, defasados ou mal colocados – com todas as consequências que se pode imaginar desta posição no campo (BOURDIEU, 1986).

Colocar-se na *contra-mão* de um processo hegemônico historicamente dominado por um mesmo ator, o Estado, foi a decisão dos movimentos sociais da Transamazônica a partir da formação de um *habitus* institucional forjado na articulação política de atores culturalmente diversos, migrantes vindos de várias partes do país, mais especialmente do Nordeste e do Sul, por meio de estratégias variadas, inclusive comunicacionais, em torno de um interesse comum: sobreviver. Por suas lutas e organização, como coloca Jean Hébert, os migrantes que procuraram a fronteira, conseguiram “se reproduzir na área cortada pela rodovia Transamazônica, como categoria social específica e, de certa maneira, ‘histórica’”. Pode-se dizer que por meio de uma forte inserção e participação política no espaço público local, construída já a partir do final dos anos 70, buscaram (re)posicionar-se no campo do desenvolvimento na região.

2.2.3 O Campo Midiático

Por mais que o campo da comunicação não se encerre no campo midiático, mas ao contrário, este se insira naquele, cada vez mais é por meio das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), ou de forma geral das *mídias*, que a sociedade contemporânea cada vez mais se expressa e engendra sentido. Na sociedade midiaticizada “as instituições, as práticas sociais e culturais articulam-se diretamente com os meios de comunicação, de tal maneira que a mídia se torna progressivamente o lugar por excelência da produção social de sentido” (SODRÉ, 2001, p. 27).

Definir o que venha a ser o campo da comunicação e por sua vez o sub-campo ou campo midiático nos dias de hoje é algo extremamente amplo e no mínimo difuso. Primeiro, porque a própria noção de comunicação é em si, naturalmente multidisciplinar e sua abrangência imprecisa e ao mesmo tempo avassaladora. Basta pensar que a comunicação é uma experiência diária em nossas vidas, seja como indivíduos, desde que nascemos, nas manifestações mais originais de nossa existência, ou como grupo, em sociedade, no lazer, no trabalho, na vida pública. Na verdade, não há tema na vida social que seja estranho à comunicação pois, como nos diz Braga e Calazans (2001, p. 10), “não há sociedade ou comunidade sem comunicação entre os homens”.

O conceito de comunicação é nesse sentido polissêmico e está condicionado aos inúmeros modelos de comunicação¹⁵ que surgem ao longo do último século para explicar

¹⁵ Sobre as definições de comunicação e as escolas e teorias da comunicação ver Mattelart & Mattelart, *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 2003; Braga e Calazans, *Comunicação e Educação*:

especialmente a interação entre os homens por meio da chamada comunicação de massa¹⁶, ou seja, aquela que é dirigida por intermediários técnicos a um grande público, relativamente numeroso, heterogêneo e anônimo (RABAÇA; BARBOSA, 2001). Dependendo da caracterização da(s) fonte(s) de produção e distribuição de conteúdos pode significar desde transmissão e difusão de mensagens de caráter unívoco e unidirecional (as redes de televisão aberta comercial até hoje muito pouco interativas) até interação, troca, polifônica e multidirecional (idealmente os meios alternativos comunitários e as novas redes sociais na Internet).

Grande parte dos modelos de comunicação deriva do pioneiro modelo tricotômico (*retórica, dialética e argumentação*) apresentado por Aristóteles (a pessoa que fala, o discurso que pronuncia, com vistas ao convencimento/persuasão da pessoa que escuta; ou *locutor – mensagem – receptor*) e representa uma corrente hegemônica que estuda os processos de comunicação e não a comunicação como processo. Tais modelos constituem a *corrente funcionalista* da comunicação, inaugurada como escola de pesquisa dos meios de comunicação de massa (*Mass Communication Research*) a partir dos estudos do cientista político Harold Lasswell (1948).

Lasswell propunha um modelo muito simples de comunicação verbal destinado a examinar os variados aspectos da comunicação, resumido numa única e eficiente frase averiguadora: *quem diz o quê por que canal e com que efeito?* (MATELLART, 2002). Estavam identificados aí de uma só vez: a fonte da informação, a mensagem, o meio ou canal, o destinatário e o efeito provocado pela ação. Modelo que seria refinado por Schramm e Berlo nos anos 60 em *fonte-mensagem-canal-receptor-efeito*. Como funcionam os meios, quais seus efeitos e como potencializá-los eram as perguntas centrais que o modelo buscava responder. Com o funcionalismo estrutural de Talcott Parsons adiciona-se aí outra indagação: a função social da comunicação.

Escola hegemônica, a partir dos EUA, entre o pós-guerra e os anos 70, a teoria estrutural-funcionalista¹⁷ da comunicação vai se ater, como objeto, às disfunções que as

questões delicadas na interface. São Paulo, Hackers. 2001; Santaella, *Comunicação & Pesquisa*. São Paulo: Hacker Editores, 2002 e Santaella e Nöth, *Comunicação & Semiótica*. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

¹⁶ O conceito de massa de Blumer (xxx) dará origem a idéia da sociedade de massa a partir do final do século XIX. Inicialmente, a “massa” é entendida como um **conjunto homogêneo de indivíduos, indiferenciáveis**, mesmo que provenham de ambientes diferentes, heterogêneos e de outros grupos sociais e que poderiam ser atingidos indistintamente por uma mesma ação e abordagem. Ou seja, nesse modelo somente o emissor era considerado. Este o entendimento do primeiro modelo básico de comunicação, a teoria da “bala mágica” ou Teoria Hipodérmica, construída a partir de estudos sobre a influência do rádio na primeira Guerra Mundial (CURVELLO, 2002).

¹⁷ A concepção de uma sociedade como um sistema dinâmico de atividades repetitivas, no qual a organização ou funcionamento dessas estruturas constituem a fonte de sua estabilidade é a A idéia de *estrutura* refere-se à

atividades de comunicação podem acarretar na sociedade, provocando ameaças à tendência idealizada do equilíbrio social. Assim, a comunicação passa a ser estudada tendo em vista a preocupação de promover uma relação otimista entre equilíbrio e conflito sociais, a partir da visão dominante e conservadora do *status quo*.

Os modelos críticos, de ancoragem no marxismo estruturalista, ditos não mecânicos, que entendem a comunicação como processo social de caráter dialógico e, mais recentemente, multilógico, surgem principalmente da observação das reações populares às formas em que se dá o desenvolvimento em países latino-americanos a partir dos anos de 1970. Num primeiro momento, marcadamente sob influência da Escola de Frankfurt¹⁸, a comunicação é denunciada por vários autores da chamada escola crítica latino-americana, entre eles o educador brasileiro Paulo Freire, como cenário privilegiado da dominação ideológica e os meios como palco dos discursos do poder. Fazer frente às suas implicações práticas era então o caminho do modelo dialógico emancipador proposto por Paulo Freire no âmbito da *educação libertadora*, que fortemente iria inspirar os movimentos populares e alternativos de comunicação na região, sob os auspícios da Igreja Católica, como veremos ao longo desse trabalho.

Num segundo momento, já a partir dos anos 1990, um novo entendimento da comunicação entremeada pela matriz cultural, representada por autores como Martín-Barbero e Canclini, irá reconfigurar os estudos e ao longo do tempo influenciar, ainda que não hegemonicamente, as agendas de comunicação a partir de um deslocamento do campo comunicacional dos meios para as “mediações socioculturais”, por intermédio das quais operam e são percebidos os meios de comunicação.

De forma geral, podemos dizer que a comunicação a cujo campo nos referimos, ou campo midiático, se conforma como objeto de ambas as correntes, da que a prioriza como meio e da que a percebe e analisa enquanto processo social. Diz respeito à comunicação mediada pela tecnologia, ou seja, aquela que aparece tardiamente na história da humanidade e

maneira pela qual são organizadas as atividades repetitivas da sociedade (comportamento familiar, atividade econômica, atividades políticas, religião etc.). A idéia de *função* refere-se à contribuição dada por uma determinada forma de atividade repetitiva em termos de conservar a estabilidade ou equilíbrio da sociedade.

¹⁸ Referência aos estudos realizados por um conjunto de teóricos de inspiração marxista a partir de meados dos anos de 1920 na Universidade de Frankfurt, na Alemanha, entre os quais Max Horkheimer (1895-1973) e Theodor W. Adorno (1903-1969). Os estudos dos filósofos da Escola de Frankfurt ficaram conhecidos como Teoria Crítica, que se contrapõe à Teoria Tradicional ao buscar analisar as condições sociopolíticas e econômicas de sua aplicação, visando à transformação da realidade. Um exemplo de como isso funciona é a análise dos meios de comunicação caracterizados como “indústria cultural” – termo conceituado por Adorno e Horkheimer no texto clássico escrito em 1947, “Dialética do Iluminismo”, no qual definem indústria cultural como um sistema político e econômico que tem por finalidade produzir bens de cultura como mercadorias e como estratégia de controle social (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996).

se constitui numa das importantes características da modernidade, que se distingue da comunicação humana mais original e *strictu senso* pelos processos de midiaticização e é responsável pelo surgimento de instituições não apenas reguladoras, mas na atualidade definidoras das relações em sociedade (LIMA, 2001).

A questão da centralidade da comunicação não reside ou se esgota, assim, na questão técnica. A comunicação não pode ser vista assim apenas por seu lado instrumental e técnico, como tende a reforçar o entusiasmo da sociedade pós-moderna em torno de suas parafernálias tecnológicas ou como indica a própria classificação das ciências feita pelo CNPq, que não elenca a Comunicação no ramo das Humanidades, mas sim como Ciência Social Aplicada.

A compreensão da dimensão do campo da comunicação se alterou no rastro das transformações dos próprios dispositivos comunicacionais. “Estamos no âmbito, hoje, de uma sociedade cujo laço social e experiência é hegemonicamente articulada pelos protocolos midiáticos” (BRITO, 2006, p.1), ou seja, a comunicação é entendida hoje mais como mediação, social e simbólica, do que como meio. Mais como questão de cultura, o novo lugar do espaço-tempo social e, portanto, lugar não só de conhecimentos, mas de reconhecimentos (MARTÍN-BARBERO, 2006). Consensualmente, lugar estratégico na produção de sentidos e na interação de atores e na articulação de contextos (HABERMAS, 1994; RUBIM, 1998; THOMPSON, 1999; SODRÉ, 2001; LIMA, 2001; MATTELART, 2002).

Vale lembrar que essa prevalência da lógica midiática se dá nos dias de hoje mesmo em sociedades periféricas, isoladas, ainda que em gradações de alcance e inovação diferenciadas e, portanto, com níveis de apropriação e influência também distintos, mesmo que a partir da mesma lógica modernizante de caráter exógeno. O acesso às novas tecnologias nesse caso será contingenciado tanto da capacidade econômica de adquirir os aparatos tecnológicos como da sua localização geográfica (SANTOS, 2001, p. 139).

2.2.3.1 Mediação como lógica de ação e reprodução no campo

Os processos comunicacionais no espaço social estão intimamente relacionados com a constituição de uma *esfera pública* (HABERMAS, 1992; RODRIGUES, 1990). Esfera esta responsável pela criação e manutenção de regularidades que ditam normas da linguagem e das ações, define os estatutos sociais e, por conseguinte, os papéis dos agentes e dos atores

em jogo. Pode ser entendida então como a “cena” em que o jogo das interações sociais e o movimento dos atores ganham visibilidade social.

O campo midiático, lembrando Foucault (1995), configura-se conseqüentemente como um lugar de disputa de poder pela imposição discursiva. Trata-se, segundo a teoria de Bourdieu e o entendimento de Rodrigues, de um campo de forças onde o valor que o distingue é a própria mediação entre os demais campos sociais. Os agentes ativos dos outros campos sociais (Econômico, Político, Científico, Cultural, da Justiça, da Saúde etc.), mediante as regras próprias do campo midiático, publicizam suas disputas por posições e espaços na formação da opinião pública, o que significa dizer na construção de consonâncias, conformidades e conveniências – ou de resistência, repulsa ou rejeição – a determinado pensamento ou ação que sejam considerados relevantes aos interesses e objetivos dos atores em jogo.

A matéria prima e capital simbólico por excelência do campo midiático é o discurso publicizado e materializado pelo fazer profissional em forma de notícia, notadamente no subcampo do Jornalismo. Todo discurso é um modo de ação, uma forma de agir sobre o mundo e também um modo de representação de conhecimento e crenças (FOUCAULT, 1975; FAIRCLOUGH, 2001). Toda notícia veiculada em forma de enunciados, em linguagem verbal ou não verbal, em textos escritos ou falados, ou por meio de imagens fixas ou em movimentos, traz em si, portanto, os efeitos do discurso. Discurso que diz respeito a um episódio único, o da enunciação, ou seja, ao ato específico e explícito do comunicar o discurso, e que se constitui numa relação única entre aquele que enuncia e o destinatário, sob condições exclusivas de um dado tempo e lugar e a partir de uma certa “prática social” (MAINGUENEAU, 2001, p. 6).

Assim como no campo político, como explica Bourdieu (1989, p.164), o funcionamento no campo midiático, pode ser descrito dentro da lógica da oferta e da procura. Isso se dá em função da desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada e centralizada em torno dos chamados “profissionais”. Os cidadãos comuns ficam reduzidos ao estatuto de meros “consumidores”, que devem escolher entre um grande rol de produtos midiáticos (comentários, notícias, análises, programas, projetos, e acontecimentos). Na hora da escolha, quanto mais afastados do lugar de produção, maior as chances de mal-entendidos (BOURDIEU, 1989, p.164). Ou seja, são os “profissionais” da comunicação que dominam a disputa em campo, seja do ponto de vista do controle dos dispositivos e regras de um saber prático na arte da elaboração e distribuição das mensagens, o chamado *habitus* profissional

dos comunicadores profissionais, ou do ponto de vista do controle da propriedade, do monopólio econômico dos meios.

A pergunta nos dias de hoje é: quem é “profissional” da comunicação no campo multimidiático em convergência digital? A resposta mais imediata seria aceitar que estamos todos conectados na “aldeia global”¹⁹ pós-moderna. Os dados da economia política da comunicação globalizada, porém, ainda deixam claro que, mesmo diante da revolução promovida pela rede mundial de computadores (WWW) no que diz respeito ao direito de produzir e publicar mensagens, o controle dos fluxos ainda passa pelo controle desigual dos meios massivos ou da inovação tecnológica.

2.2.3.2 Concentração dos meios como padrão global

Se a concentração da propriedade sempre fez parte da lógica da reprodução do sistema capitalista, com a globalização ela virou regra. É certo que informação e conhecimento sempre foram elementos cruciais no crescimento da economia e a evolução da tecnologia ao longo do tempo determinou em grande parte a capacidade produtiva da sociedade e os padrões de vida (CASTELL, 2006). A emergência, porém, de um novo paradigma tecnológico organizado em torno de novas tecnologias da informação, “mais flexíveis e poderosas”, possibilitou que a própria informação se tornasse o produto do processo produtivo (CASTELLS, 2006, p. 119) e os meios de comunicação, os vetores da lógica de uma produção maximizada agora por uma competição entre mega-empresas atuando em rede global.

Na atualidade, o campo global da comunicação está sob o domínio de meia dúzia de empresas transnacionais que controlam áreas coligadas da mídia (TV aberta e paga, cinema, rádio, Internet, locadoras de vídeo, gravadoras), sob efetiva hegemonia dos EUA²⁰ como pólo de produção e distribuição de conteúdos (MORAES, 2000). No Brasil, este padrão de concentração da propriedade de meios de comunicação se repete nacional e regionalmente com feições particulares: a chamada grande mídia no Brasil é hoje dominada por oito grupos nacionais, a maioria grupos familiares, numa clara configuração de oligopólio. Estudo

¹⁹ Termo construído pelo teórico Marchal McLuhan (1969) como metáfora de uma sociedade que se vê, a exemplo de uma aldeia tribal, interconectada globalmente pelas novas tecnologias da comunicação.

²⁰ As dez primeiras empresas no ranking de mídia e entretenimento figuram entre as 500 maiores companhias do mundo, com receitas anuais entre U\$ 6 bilhões e U\$ 25 bilhões. Por ordem de faturamento, as líderes são: Time Warner, Disney, Viacom, News Corporation, Bertelsmann Seagram (proprietária da Polygram e da Universal), Sony, TCI, Thomsom e NBC. Apenas quatro não estão sediadas nos EUA (MORAES, 2000, pp. 14-15).

intitulado “Os donos da Mídia”, coordenado pelo jornalista Daniel Hertz e divulgado em 2002, revelou que apenas 06 redes privadas nacionais controlavam 668 veículos (TVs, rádios e jornais) de comunicação no país - funcionando, na prática, como “instrumentos de poder regional e nacional” (EPCOM, 2002).

A maior parte das grandes empresas regionais de comunicação no país também atua sob forma de conglomerados²¹, em concentração do tipo *propriedade cruzada* - definição de Venício Lima (2001), que indica quando um mesmo grupo detém a propriedade de diferentes tipos de mídia do setor de comunicação - sob o molde denominado pelo autor de *monopólio em cruz* – caso em que há reprodução, em nível local ou regional, dos oligopólios dos grupos hegemônicos nacionais²².

Na região Norte, formada por sete estados que ocupam perto de 46% da área total do território nacional e que representa 75% da área da Amazônia Legal, apenas três grupos, atuando sob o modelo de propriedade cruzada são considerados grupos midiáticos de caráter regional, ou seja, chegam a exercer influência para além de suas fronteiras. Destes, dois estão sediados no Pará, território foco da pesquisa - Organizações Rômulo Maiorana (ORM) e Rede Brasil Amazônia (RBA), ambos com sede em Belém - e um no Amazonas, a Rede Amazônica de Rádio e Televisão (RMART) com sede em Manaus (CREPALDI, 2005)²³. Isso significa, como resultado, a reprodução também de um certo padrão de conteúdo e enunciados midiáticos circulando sob uma mesma lógica discursiva, ou seja, impera sob estes moldes o risco de homogeneização e pasteurização cultural.

2.2.3.3 A recursividade de sentidos do campo midiático

O imaginário sobre Amazônia que povoa hoje as mentes de brasileiros, ao nível do senso comum, “está referido principalmente à percepção transmitida pelos meios de

²¹ Conglomerado, segundo Taschner (1992), é um conjunto de empresas que atua em diversos campos, podendo seu crescimento ser interno ou externo, ou então, dependendo do caso, nas duas direções.

²² Isso fica claro quando se constata que em quase todos os estados da federação (19 dos 23), os sistemas regionais de comunicação são constituídos por dois tipos de “redes” principais: (a) um canal de televisão, largamente majoritário, quase sempre integrante da Rede Globo; e (b) dois jornais diários, um dos quais – o de maior circulação - sempre ligado a um canal de TV e paralelamente ligado a uma rede de emissoras de rádio, com canais AM e FM (AMARAL GUIMARÃES, 1994, pp. 30-32 apud LIMA, 2001, p. 103).

²³ As Organizações Rômulo Maiorana são consideradas o maior grupo de comunicação da região Norte. O grupo possui tanto veículos impressos como audiovisuais. Todas as emissoras e retransmissoras do grupo são afiliadas à Rede Globo. “O grupo tem o poder de fogo de dois jornais diários, nove emissoras que geram imagem de TV (duas emissoras e 7 associadas), 90 retransmissoras, oito emissoras de rádio, um portal de internet e uma TV a cabo, tudo isso com o selo da Rede Globo (PINTO, 2006). O grupo RBA constituiu-se desde o início como um projeto político, de propriedade da família do deputado Jader Barbalho (PMDB). O grupo possui 1 jornal, 5 rádios, 1 emissora de televisão e 1 retransmissora, afiliadas à Rede Bandeirantes. A TV RBA é transmitida via satélite para todo o Pará. O grupo também atua em outros setores além da comunicação, como agropecuária (1 ranário e três fazendas) e esporte (time de futebol *Ananindeua Esporte Clube*) (CREPALDI, 2005)

comunicação” (BUENO, 2002, p. 158), ou seja, aos sentidos que circulam no campo midiático. O que se percebe é que, seja no sentido de louvação ou de denúncia à destruição das riquezas naturais, impera na atualidade, de forma geral, usando um termo emprestado do prof. Armando Mendes (1974), uma única *pregação* – a natureza, elevada à condição de atributo máximo de classificação da Amazônia e ancorada numa visão mítica e exótica da região²⁴.

Tal replicação de abordagem e repetição de significados entre os meios de comunicação ancora-se, por sua vez, numa circularidade histórica de sentidos sobre a Amazônia. Pode-se dizer que a mídia, enquanto o principal campo operador de sentidos – juntamente com os campos científico e político – parece criar, dentro do princípio da interdiscursividade (BAKHTIN, 1995), uma espécie de zona de influência de mútua afetação, marcada por uma regularidade comum: a repetição de um discurso limitado à questão do uso ou não uso dos recursos naturais e embalado ainda hoje por uma visão mítica da Amazônia, emoldurada pelo processo de modernização duplamente periférica da região.

Vários estudos sobre o discurso midiáticos sobre a região apontam essa repetição de sentidos em torno da representação da Amazônia (BUENO, 2002; SEIXAS, 2003; SANTOS, 2004; DUTRA, 2003, 2005; AMARAL, 2008). Tanto na imprensa nacional quanto local. Mesmo a observação fortuita das veiculações sobre a Amazônia na programação dos meios de comunicação (em noticiários, em programas de entretenimento ou na publicidade) revela com facilidade esta escolha.

Nesse sentido, pode-se afirmar que não há novidade nos sentidos sobre a Amazônia veiculados pela mídia (DUTRA, 2003), há sim uma ressignificação de acordo com a época e o contexto em torno dos temas conhecidos e reconhecidos como elementos-chave de representação do que se entende por Amazônia. Tal regularidade dos relatos, pretéritos ou atuais sobre a Amazônia, como alerta o autor, não é neutra, ao contrário, estrutura-se sob a

²⁴ Esta recursividade de sentidos sobre a Amazônia pode ser observada tanto em produtos midiáticos de circulação nacional quanto local. Para citar algumas referências que corroboram esta idéia: Magali Bueno (2002), em sua dissertação de mestrado, analisa o imaginário brasileiro sobre a Amazônia por meio dos discursos midiáticos produzidos nas revistas O Cruzeiro, Realidade e Veja ; Joice Santos, observa a cobertura dos jornais locais do estado do Pará (Diário do Pará e O Liberal); Manuel Dutra toma como objeto de análise em sua tese de doutorado a produção de programas nacionais de televisão, especiais da Rede Globo, sobre a Amazônia (Globo Ecologia; Série Amazônia /Telecurso 2000; Globo Repórter; Brasil por Natureza – 500 anos do Descobrimto); Netília Seixas (2003) analisa os enunciados de dois programas veiculados no Brasil em redes de televisão aberta e fechada (Rede Globo de Televisão e Rede de Televisão Portuguesa Internacional- RTPi) e dois sítios na internet (do Governo do Pará e do portal Amazon Network); Glauce Monteiro analisa as representações das identidades paraense e amazônica na televisão local, a partir do programa “É do Pará!”, produzido por uma afiliada da Rede Globo (TV Liberal).

lógica e estratégia dominante. Uma lógica que revela o não-reconhecimento da região, como entende que naturaliza a desigualdade periférica e ao criar uma subcidadania na região (TAYLOR apud SOUZA, 2003), negligencia e invisibiliza as populações locais, excluindo-as da possibilidade de serem protagonista de seu próprio discurso e assim determinar ou influenciar escolhas que afetem o seu destino e bem estar.

Pela ótica na análise de discursos com base em Foucault (1975), tal recursividade explica-se pelo argumento de que todo texto e imagem apresentados pela imprensa, assim como aqueles produzidos por outros campos sociais, materializam uma ideologia, compreendida como visão de mundo, que é sempre “o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social” (FIORIN, 2003, p. 29). As elites não mudaram essencialmente seus interesses predatórios sobre a região ao longo da história, portanto não mudou também a base de seus discursos.

Essa repetição de sentidos pode ser explicada por outro viés, o da semiótica, naquilo que é conhecido como *modo de endereçamento*, denominado por Verón (1985) como “contrato de leitura”, isto é, a forma através da qual o emissor interpela seu público como sujeito do seu discurso. Cada emissor elabora o seu “outro”, imagina seu público-alvo de formas diferentes. A elaboração da mensagem passa pela idéia do convencimento do “outro”, através de verdades que vão ao encontro de verdades (que o emissor imagina) já reconhecidas pelo receptor (DUTRA, 2005). De forma emblemática, tanto no discurso midiático quanto no discurso político, há esta tendência a dizer aquilo que se sabe que o outro vai reconhecer, e portanto, aceitar com menor resistência. Nesse caso, fala-se ou deixa-se de falar sobre a Amazônia, aquilo que já é esperado. Repete-se à exaustão a temática ambiental hiperbólica e oculta-se questão não facilmente reconhecíveis, como as questões da Amazônia urbana por exemplo. Cria-se assim no embate de forças do campo midiático um “imaginário social” que garante a “esquematização” da sociedade amazônica periférica menos a partir de seus agentes e suas forças originais e mais a partir dos influxos externos, ou seja, a partir, mais uma vez, dos interesses externos à região.

2.2.3.4 A repetição de sentidos e o *habitus* na comunicação

Essa repetição de sentidos sobre a Amazônia no campo midiático se deve também ao chamado *habitus* profissional, categoria central da teoria de Bourdieu. O *habitus*

profissional de forma geral “é a matriz comum das práticas de todos os agentes que vivem e viveram nas mesmas condições sociais de existência profissional.” Por meio dessas disposições comuns, “decorrentes de uma percepção comum de mundo socialmente forjada e interiorizada ao longo de trajetórias no mesmo universo”, cada profissional finda por concordar, “sem saber ou perceber, com muitos outros levados a agir em condições análogas” (BARROS FILHO; MARTINO, 2003, p.136).

Não se pode pensar, no entanto, como acredita Sobrinho (2003), em *habitus* em estado puro, mas sim enquanto síntese de outros *habitus* presentes nos indivíduos, como resultado então de suas pertencas a diversos grupos e campos que interagem ao longo de suas trajetórias de vida. Ainda assim, para formação da identidade social de uma dada profissão há um tipo específico de saber prático – uma certa forma de agir e reagir a certas situações – que se impõe como rotina na medida em que se torna reconhecidamente familiar.

Independente das exigências de um nível de formação determinado ou da posse de um diploma de jornalismo – condição que varia de acordo com o país – o fato é que o fazer jornalístico pressupõe um repertório de competências que têm como referência comum o papel do jornalista como “mediador” que torna visível a vida social (NEVEU, 2006). A valorização da dimensão da coleta de informação (*news-gathering*), que se traduz na busca pela notícia (cada vez mais “ligeira”, pressionada pelo frenesi das novas mídias); a centralidade do factual e a predominância do discurso da objetividade são marcas do modelo anglo-americano de jornalismo que, ao contrário do modelo francês, propugna a separação entre informação e opinião (ou comentário).

A partir desse modelo de profissionalismo, que se tornou referência para grande parte do mundo, ser jornalista “supõe um relato de campo, a constituição de uma agenda de endereços (fontes) e das habilidades ligadas a tomar notas, a apurar a informação, ao domínio da situação da entrevista” e à capacidade de transmitir tais informações por meio de uma redação descritiva e sóbria, numa espécie de descrição clínica dos acontecimentos. Tais pressupostos se originam numa ilusão – “a crença na reconstituição objetiva dos fatos imaculados” – que transformada em norma profissional, delimitada em cartas e códigos de deontologia jornalística, produziu efeitos e estilo (NEVEU, 2003, p. 23).

Um dos seus efeitos centrais é a criação de uma certa ‘névoa’ que em nome da imagem social do jornalista, construída ao longo do tempo com base em princípios caros à democracia - o direito à informação e a liberdade de expressão - oculta o domínio e influência crescente da lógica empresarial sobre a prática jornalística. Em nome da maximização da audiência, valor que define o poder político e de mercado do veículo de comunicação

mediante seu alcance e abrangência como formador de opinião, tais princípios tornam-se reféns dos interesses do mercado. Para seduzir o cliente (ouvinte, leitor, telespectador) espetaculariza-se a notícia nos moldes publicitários: alto impacto e fácil assimilação. Há, conseqüentemente, um declínio da notícia em profundidade. Em diferentes países, a privatização de empresas estatais, a desregulamentação da mídia comercial e a concentração do setor vêm transformando parte significativa da grande imprensa em “fábricas de entretenimento” (BERTRAND, 2002).

Em um de seus últimos livros, Bourdieu analisa a realidade dos meios de comunicação, em especial “Sobre a televisão” francesa, e mostra como os “produtos jornalísticos são muito mais homogêneos do que se acredita”. A circularidade temática entre os meios da imprensa se deve ao fato de que, ao contrário do que prega o credo liberal - de que o monopólio uniformiza e a concorrência diversifica - quando exercida entre jornalistas e órgãos de imprensa, “que estão sujeitos às mesmas restrições, às mesmas pesquisas de opinião, aos mesmos anunciantes”, a lógica da concorrência homogeneiza os discursos. Para o autor, essa “circulação circular da informação” exerce uma poderosa “força de banalização” sobre os chamados “problemas da sociedade (BOURDIEU, 1997, p. 30).

Em parte a repetição de abordagem e significados se dá pelo fato de que a produção no campo jornalístico, como explica Bourdieu, é “coletiva”. Coletiva também é a produção, por exemplo, de uma película cinematográfica, onde a autoria se explicita nos créditos ao final do filme. No entanto, o coletivo de que as mensagens transmitidas por órgãos da imprensa (televisão, rádio, jornal, revistas) são o produto não se reduz ao grupo constituído pelo conjunto de uma redação jornalística, mas engloba “o conjunto dos jornalistas” (Ibid., p. 32). São as restrições da *concorrência* - na medida em que cada um dos produtores de informação jornalística (pauteiros, repórteres, redatores, editores) é levado “a fazer coisas que não faria se os outros (veículos de comunicação) não existissem” - e da *convivência* - ligadas à cumplicidade objetiva entre jornalistas, baseada nos interesses comuns ligados a sua posição no campo de produção simbólica - que acabam por homogeneizar os discursos.

Ou seja, a imprensa é pautada em grande parte por ela mesma, numa permanente preocupação de não ser “furado”²⁵ pelo concorrente. Como resultado, gera-se

²⁵ O “furo” de reportagem, elemento de distinção emblemática do mundo jornalístico, é a revelação em primeira mão, por um dado veículo da imprensa, de fato novo, inusitado, polêmico ou raro. Algo cada vez mais raro - porque exige aprofundamento, pesquisa, investigação - e incompatível nos dias de hoje, com as condições de produção (baixos salários, falta de apoio e infra-estrutura) e com as rotinas de produção, espremidas pela velocidade com que a informação “nova” deve ser colocada para consumo.

uma espécie de “jogo de espelhos”²⁶ que, refletindo-se mutuamente, ao contrário das premissas idéias da prática jornalística, “produz um formidável efeito de barreira e fechamento mental” (BOUDIEU, 1997, p.33). Bourdieu exemplifica as dinâmicas desse “jogo de espelhos”, ocasionado, dentre outras coisas, pelo que ele chama de “interleitura”:

Para fazer o programa do jornal televisivo do meio-dia é preciso ter visto as manchetes das 20 horas da véspera e os jornais da manhã e para fazer minhas manchetes do jornal da noite é preciso que tenha lido os jornais da manhã. Isso faz parte das exigências tácitas da profissão. A uma só vez para estar na jogada e para se demarcar, e frequentemente por diferenças ínfimas, às quais os jornalistas conferem importância fantástica e que passam completamente despercebidas ao telespectador (Eis um efeito de campo particularmente típico: fazem-se, por referência aos concorrentes, coisas que se acreditava fazer para ajustar melhor aos desejos dos clientes) (BOUDIEU, 1997, p. 33).

Quer seja pela análise de discursos (na visão de autores como Foucault, Fairclough, Fiorin, Orlandi, entre outros), pela explicação semiótica de Verón ou ainda por meio do *habitus* profissional de Bourdieu do campo jornalístico, que se espria pelo campo midiático, fala-se ou deixa-se de falar sobre a Amazônia aquilo que já é esperado e mais rapidamente reconhecível pelo senso comum. Na base da operação dos modernos meios de comunicação, seja onde e como for, a lógica de produção está condicionada à velocidade com que novidades (facilmente compreensíveis e ao mesmo tempo olvidáveis) possam se suceder.

Quando a problemática se localiza na região amazônica, em função de um cenário de midiática duplamente periférica - a dificuldade de reagir ao senso comum, ou a pregação única sobre a região que se cria também midiaticamente de “fora prá dentro” é ainda mais intensa. Assim sendo, diante de um campo que reproduz na região o padrão global de concentração empresarial, porém de forma mais precária e, portanto, mais aguda, na medida em que não dispõe de alternativas, explicar-se-ia a proliferação de meios alternativos no intuito de gerar uma outra ordem de comunicação, de caráter contra-hegemônico, capaz de atender à formulação de informações no interesse dos grupos subalternos desconsiderados pelos atores politicamente influentes da esfera pública.

²⁶ Bourdieu, exemplifica esse efeito desse “jogo de espelhos” que ele chama também de “interleitura”. “Para fazer o programa do jornal televisivo do meio-dia é preciso ter visto as manchetes do 20 horas da véspera e os jornais da manhã e para fazer minhas manchetes do jornal da noite é preciso que tenha lido os jornais da manhã. Isso faz parte das exigências tácitas da profissão. A uma só vez para estar na jogada e para se demarcar, e frequentemente por diferenças ínfimas, às quais os jornalistas conferem importância fantástica e que passam completamente despercebidas ao telespectador (Eis um efeito de campo particularmente típico: fazem-se, por referência aos concorrentes, coisas que se acreditava fazer para ajustar melhor aos desejos dos clientes). (BOUDIEU, 1997, p.33)

2.2.4. Movimentos sociais – espaços inter e intra-campos

Entendidos de forma genérica como empreendimentos coletivos com intenção de provocar mudanças em elementos da estrutura social, os movimentos sociais, mais do que um campo específico, situam-se - segundo Gramsci, um dos primeiros autores a perceber, ao lado de Bakhtin a capacidade de réplica de segmentos subalternos - na esfera da sociedade civil. Na ótica gramsciana, em contraposição à esfera da sociedade política, dominada pelo Estado, a sociedade civil designa o conjunto de instituições responsáveis pela elaboração e propagação de ideologias enquanto concepções de mundo, compreendendo uma gama variada de atores – entre os quais, o sistema escolar, a Igreja, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico, os partidos políticos e os movimentos sociais.

A definição de Gramsci de sociedade civil, como uma arena da luta de classes, permeada de conflitos, contradições e dissonâncias, nada tem a ver com interpretações liberais e socialdemocratas, nas quais a sociedade civil seria um lugar de harmonização de interesses e de emergência de um *terceiro setor*²⁷ situado para além do Estado e do mercado (MORAES, 2010). Para o autor, ao contrário, “não só a sociedade civil é um momento do Estado, mas o que nela tem lugar não pode ser compreendido fora das relações sociais que se expressam no mercado” (COUTINHO, 2006, p. 41 apud MORAES, 2010, p. 59).

Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nas instâncias coercitivas do Estado, na sociedade civil operam os aparelhos privados de hegemonia, isto é, organismos relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito, que desejam somar consensos e consentimentos em torno de suas proposições. Criados na intensificação das reivindicações sociais, estes aparelhos congregam a imprensa, os partidos políticos, os sindicatos, as associações, os movimentos sociais, a escola e a Igreja. São os agentes (privados) da hegemonia, os portadores materiais das ideologias que buscam consolidar apoios na sociedade civil, seja para manter a dominação, seja para contrariar seus pressupostos. Funcionam como caixas de ressonância de posições presentes nas pelejas ideológico-culturais (MORAES, 2010, p. 60).

O que diferencia, entretanto, tais atores é a desigualdade de poder entre eles e o acesso a seus dispositivos e aparatos, estruturais e simbólicos. Entre os atores principais que formam o que na concepção de Bourdieu chamamos de campo político – Estado, partidos políticos e movimentos sociais – tal desigualdade é definidora da posição que ocupam e

²⁷ O termo “terceiro setor” tem sido empregado também para denominar as organizações formais sem fins lucrativos e não-governamentais, com interesse público. A sociedade civil inclui esse setor, mas também se refere à participação cidadã num sentido mais amplo. (SHERER-WARREN, 2006, p. 110).

consequentemente do papel que são capazes de exercer na consecução de visões hegemônicas. No Brasil, os partidos políticos estão tradicionalmente ligados às classes dominantes na busca por chegar a governar (BERGER, 1996), formando assim a figura gramsciana do Estado ampliado, onde se imiscuem os interesses do privado e do público, por meio de sua capacidade de direcionar aliados e dominar adversários.

São os movimentos sociais que, de fato, desestabilizam o Campo Político ao trazerem vozes dissonantes e desestruturarem a relação situação x oposição. A luta do Campo Político está na desproporção entre o capital econômico e político dos dirigentes do campo à falta destes capitais pelos agentes dos movimentos sociais (BERGER, 1996, não paginado).

Os movimentos sociais existem fundamentalmente, como coloca Christa Berger, em razão da distribuição desigual dos bens produzidos socialmente, que demanda um tipo de organização cujo objetivo é reivindicar. “No seu interior configura-se a expressão cultural da desigualdade social. A cultura dos movimentos sociais é a do conflito e da solidariedade; da carência, da escassez e da falta, e é ela quem subsidia a possibilidade da reunião e a capacidade de se rebelar” (BERGER, 1996, não paginado)

Faz parte dessa capacidade de réplica de movimentos sociais vinculados a segmentos subalternos a busca de meios próprios de comunicação que divulguem suas idéias e suas políticas. Na verdade, a própria mediação da cultura e da política que se dá no seio dos movimentos sociais é parte do processo de comunicação que dá identidade aos movimentos e permite a inter-regulagem dos diversos interesses e, então, destes com a sociedade.

É, pois, no campo midiático, por meio da comunicação pública, que “outros campos sociais conhecem, formam opinião, elaboram argumentos e dialogam com os movimentos sociais” (Ibidem). É também por meio de ferramentas de comunicação, em geral alternativas, não massivas ou “radicais” (DOWNING, 2002), que os movimentos sociais buscam impor seus interesses e reivindicações junto à opinião pública e assim influir na cena e palco do desenvolvimento.

Há diferentes chaves de interpretação para o fenômeno dos movimentos sociais, como explica Maria da Gloria Gohn (2007): a abordagem estruturalista (Touraine, Melucci), a funcionalista clássica (Parsons, Turner) e contemporânea (Blumer, Smelser), a neo-idealista (Guattari) e a marxista (Castells, Habermas, Thompson) e a neo-marxista (Offe). Em comum, conforme Berger (1996), todas partem das relações estabelecidas pela formação social capitalista, portanto, industrial, o que explica de certa forma a ênfase na realidade

urbana. O certo é que para a maioria dos estudiosos, os movimentos sociais inserem-se na perspectiva da luta de classes. Uma diferença entre estas abordagens está no reconhecimento da presença do Estado, “que vai do agente de transformação histórica, representante da classe dominante, à agenciador de contradições”.

Uma definição, que pode ser considerada consensual, descreve os movimentos sociais como formas de organização e mobilização, inscritos como elos ativos entre os processos de reprodução social e a esfera política. Desta maneira, os movimentos sociais articulam-se tanto aos processos de construção da sociabilidade quanto ao campo político em seus conflitos. Esta dupla face é reconhecida nas lutas cotidianas de organizações de diversas feições (BERGER, 1996, sem paginação).

Touraine (1978), um dos pesquisadores que há mais tempo trabalha com o tema dos movimentos sociais na Europa e na América Latina, parte de uma concepção extremamente exigente de movimento social que pressupõe a identificação simultânea de três fatores: o modo de ação, o tipo de participantes e o desafio proposto. Nessa perspectiva, de certa forma idealizada, movimentos sociais consistem em uma ação conflitual, conduzida por um ator de classe, que se opõe a seu adversário de classe com vistas ao controle do sistema de ação histórico, numa sociedade industrial. Para o autor, um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural, mais vinculado à idéia de contradição que de protesto (GOHN, 2007, p. 147).

Chazel, sociólogo francês que também estuda os movimentos sociais a partir da sociologia da ação define movimento social como um empreendimento coletivo, porém intrinsecamente vinculado à noção de protesto e contestação que, por sua vez, “visa impor mudanças, de importância variável, na estrutura social e/ou política através do recurso frequente, mas não necessariamente exclusivo, a meios não institucionalizados.” (CHAZEL, 1995, p.291).

A partir desta perspectiva, algumas características podem ser atribuídas exclusivamente aos movimentos sociais: são fundamentalmente portadores de um protesto; esse protesto está na base do empreendimento coletivo e é através dele que procuram conseguir mudanças; um movimento social não tem de início necessariamente uma intenção política e, com frequência está muito longe de pretender conquistar o poder do Estado, como no caso por exemplo dos novos movimentos sociais - o ambiental, o de mulheres ou da luta por direitos da minoria - no entanto, um movimento social totalmente “puro”, liberto de qualquer referência política, é ilusório; assim sendo, a lógica de protesto leva-o quase

inevitavelmente a uma confrontação com as autoridades e, portanto, os movimentos sociais são sempre, em grau maior ou menor, atores do campo político em disputa pelo poder de decidir ou influir (CHAZEL, 1995; GOHN, 2007).

Para enfrentar o campo em disputa, cada vez mais os movimentos percebem a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade e assim produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para suas bandeiras de luta. Nesse processo de articulação de redes e fóruns de movimentos, se evidencia ainda mais claramente a dupla face dos movimentos, articulados tanto aos processos de construção da sociabilidade quanto ao campo político em seus conflitos. Ao mesmo tempo em que atribuem crescente legitimidade às esferas de mediação (redes e fóruns) entre os movimentos localizados e o Estado, buscam construir redes de movimento com relativa autonomia. Origina-se, a partir daí, uma “tensão permanente no seio do movimento social entre *participar com e através do Estado* para a formulação e a implementação de políticas públicas ou *ser um agente de pressão autônoma da sociedade civil*” (SHERER-WARREN, 2006, p. 112). Uma tensão e um dilema presente no seio dos movimentos sociais no Brasil, também na região estudada, especialmente desde o processo de democratização e da crise de mobilização a partir de meados da década de 1980.

2.3 COMUNICAÇÃO & DESENVOLVIMENTO – BINÔMIOS TEÓRICOS EM AÇÃO

Como todo campo se constitui como resultado da articulação entre teoria e *práxis*, ou seja, pela interação reciprocamente influente entre as disputas pela imposição das visões de mundo e os embates do mundo vivido, procuraremos localizar e contextualizar inicialmente as idéias seminais da articulação do que aqui chamamos de binômios teórico-metodológicos, formados pelas conexões empíricas e conceituais entre o Desenvolvimento e a Comunicação e que têm um rebatimento central nas decisões tomadas no campo do desenvolvimento e da comunicação, e de forma muito emblemática na Transamazônica.

A maior parte das teorias ou visões de mundo tem sido importada de pensadores de sociedades centrais, com um período, porém, marcadamente de exceção, nos anos 70, quando na contramão da discussão estrutural e simbólica sobre as desigualdades periféricas, tomam corpo a partir da América Latina e de autores da região, a Teoria da Dependência que influenciou toda uma geração de intelectuais em várias partes do mundo. Na comunicação também, a inspiração da escola crítica latino-americana e de autores como os já

citados Beltrán, Káplun, Diaz Bordenave e Paulo Freire, irão inspirar um novo paradigma, se não hegemônico, até hoje influente. Logo depois, porém, as tramas do liberalismo econômico renovado e potencializado globalmente pelas novas tecnologias irão iniciar um processo, ainda em curso, onde a lógica de mercado ganha contornos cada vez mais envolventes e aparentemente “neutros”. Um processo que tem como tendência homogeneizar os modos de vida e como característica a transformação de espaços nacionais em espaços econômicos internacionais. Porém, um processo, repito, em curso, e por isso dinamicamente e hermeneuticamente difuso²⁸.

O primeiro deles, cronologicamente falando e também o mais influente e persistente até os dias de hoje é formado pelo par *Desenvolvimentismo-Difusionismo* que tem como molde a Teoria da Modernização a partir da irradiação dos países centrais desde os anos de 1930. O segundo, já de forma reativa ao anterior, tem na perspectiva latino-americana da *Dependência-Dialogismo* a modelagem e o entendimento para as ações do desenvolvimento e da comunicação. O terceiro binômio, se assim podemos chamar a *Globalização-Mediatização*, é mais difuso e múltiplo, pois se trata de um processo em construção, surge a partir da globalização ou mundialização financeira e cultural e da explosão das potencialidades das novas tecnologias de informação e comunicação e abriga emergentes, distintas e por vezes antagônicas abordagens e visões tanto do desenvolvimento como da comunicação. Os três binômios teórico-metodológicos apesar de surgirem sucessivamente a partir de certas condições e conjunturas datadas não são estanques no tempo ou impermeáveis entre si, ao contrário, seus rastros e marcas se evidenciam, como veremos, nos embates de lógicas diversas que atravessam os processos de tomadas de decisão tanto no campo do desenvolvimento como da comunicação.

a) Correlações entre desenvolvimento e comunicação

Qual a relação, afinal, entre comunicação e desenvolvimento? Na prática, pode-se dizer de forma geral que são conceitos indissociáveis, possuem uma correlação

²⁸Essa idéia do tempo em curso, das teorias e empirias vivas, nos levam a citar aqui uma fala do geógrafo amazônida José Aldemir de Oliveira, professor da Universidade Federal do Amazonas, em palestra de abertura do Encontro Nacional sobre Comunicação e Multiculturalismo na virada do milênio (INTERCOM, 2000): “O tempo em que vivemos é único. Compõem-se de vários tempos e só é rigorosamente semelhante a si mesmo: jamais o homem teve a oportunidade de desenvolver tantas técnicas. Entretanto, como anteviu Euclides da Cunha no início do longo século XX, temos tudo e falta-nos tudo, porque falta-nos os desdobramentos dos acontecimentos.” (OLIVEIRA, 2001, s/p). A nós pesquisadores, ainda que aprendizes, resta-nos então inquirir, aferir, inferir, alinhar as teorias e os viveres que observados interpretamos, e então quiçá contribuir para a compreensão de uma realidade para além do senso comum ainda que por meio de um olhar, o olhar do observador, que é sempre parcial.

intrínseca experimentada ao longo da história da humanidade. Ao entendermos a comunicação *lato sensu* como interação social manifesta no ato e capacidade de produzir e consumir mensagens munidas de intencionalidade diversa – convencer, persuadir, esclarecer, iluminar, encantar, iludir, etc. – e o desenvolvimento como sinônimo de evolução nas condições de vida das pessoas, processo classicamente confundido com mero crescimento econômico, somos levados a concluir que desde as mais remotas formas de trocas de bens materiais e simbólicos entre grupos humanos – da dádiva tribal ao escambo e ao mercantilismo digital; do planejamento autoritário à noção de *empoderamento* e participação social – o desenvolvimento da sociedade nunca prescindiu da comunicação, seja como processo social ou como meio instrumental.

Adam Smith, pai da economia clássica, chegou a atribuir no final do século XVIII, em função das emergentes atividades fabris e da estruturação dos espaços econômicos pós-Revolução Industrial, um papel organizador à comunicação. Durante o século XIX, o conceito de comunicação na ótica da organização macroeconômica da sociedade evoluiu da descrição das redes físicas²⁹ - conexões e fluxos materiais entre as cidades que passam a atrair a população camponesa - à gestão de uma nascente opinião pública a partir do fenômeno das multidões nas cidades. A psicologia das massas³⁰ e a visão behaviorista da sociedade³¹ fundamentaram inúmeras ações de comunicação baseados em estudos de persuasão, base da propaganda, capazes de potencializar a dominação de Estados totalitários durante os dois períodos de conflitos bélicos mundiais e inspirar outros tantos regimes de exceção depois disso, vide as ditaduras na América Latina a partir dos anos 60. Os inventos de tecnologias de comunicação e seu uso original, também é bom lembrar, sempre estiveram ligados a iniciativas planejadas ou posteriormente controladas pelo Estado: foi assim com o primeiro sistema de comunicação à distância, o telégrafo (1793), depois o rádio (1895) e mais recentemente os satélites (1957) em plena Guerra Fria, todos inaugurados para fins militares e

²⁹ A sociedade que se urbanizava alavancada pelo processo de industrialização nos séculos XVIII e XIX, gerava novas dinâmicas e interação (fluxos de comunicação) entre pessoas e organizações. Autores como Claude-Henri de Saint-Simon (1760-1825), aristocrata francês com suas teorias no campo social, em especial suas leis de organização social e John Stuart Mill (1806-1873) filósofo inglês com suas idéias de utilitarismo e reformismo social, buscaram analisar as motivações das dinâmicas sociais de sua época (OUTWAITE; BOTTOMORE, 1996).

³⁰ Gustave Le Bon (1841-1931), em seus estudos no campo da psicologia coletiva, inaugura com sua obra mestra “Psicologia das Multidões (1895), uma fase de estudos sobre multidões e levantes populares (CONSOLIM, 2004).

³¹ John B. Watson (1878-1958), foi o fundador (1913) da corrente de pensamento chamada de Behaviorismo metodológico. O behaviorismo é um enfoque psicológico que se concentra apenas no comportamento observável, supondo que os padrões de comportamento resultam exclusivamente de condicionamento por meio do emprego de recompensa e castigo (JOHNSON, 1997).

depois apropriados pelo mercado e socializados de forma desigual em forma de mercadoria (MATELLART, 2001, 2003; CURVELLO, 2001).

Mais recentemente, a partir dos processos de globalização, não há como dissociar as noções de sociedade-mundo e comunicação-mundo, suportados ambos pelo desenvolvimento das tecnologias da comunicação e a midiatização acelerada da sociedade planetária. Como lembra Morin (2009), uma sociedade sempre dispõe de um território que, por sua vez comporta um sistema de comunicação. O planeta é hoje um território “dotado de uma textura de comunicações (aviões, telefone, fax, internet) como sociedade nenhuma pôde dispor no passado”. Mas, sem que isso signifique, contudo, um caminho de superação da visão hegemônica de desenvolvimento tecnoeconômico historicamente dominante, um desenvolvimento que mesmo com outras adjetivações (duradouro, sustentável, humano), ainda se apega à idéia econômica de progresso, que valoriza a quantidade e não a qualidade, somente considerando o que se pode calcular. Uma “visão que supõe que o estado atual das sociedades ocidentais constitui o objetivo e a finalidade da história humana” (MORIN, 2009, p. 357).

Mas se a *práxis* comunicação-desenvolvimento remonta longínqua, já os estudos em torno do fenômeno da comunicação na interface com questões do desenvolvimento são relativamente recentes, datam de meados do século passado, concomitantes com a própria eclosão da temática do desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial (CURVELLO, 2001; MARQUES DE MELO, 2006). É a partir daí que irá se configurar o binômio *desenvolvimentismo-difusionismo*, poderoso duo teórico-metodológico, principal e mais persistente referência no desencadeamento da história do desenvolvimento construído a partir da Segunda Guerra em praticamente todo o chamado “Terceiro Mundo”, também na Amazônia brasileira, exemplo bem acabado da visão do desenvolvimento que, como diz Morin, se impõe como “motor de ocidentalização forçada” e “instrumento de colonização de subdesenvolvidos” (MORIN, 2009, p. 357).

2.3.1 Desenvolvimentismo-Difusionismo

O desenvolvimentismo e o difusionismo podem ser entendidos como dois modelos³² estrategicamente conjugados ao longo do tempo: o *desenvolvimentismo*, modelo

³² Todo modelo é uma representação abstrata que nos ajuda pensar com mais clareza sobre alguma coisa. Os modelos científicos dizem respeito à maneiras de interpretação de um sistema formal ou de representações. No

dinâmico de desenvolvimento, de inspiração keynesiana, é centrado numa ação política ativa do Estado como regulador e orientador do desenvolvimento nacional (MOTA, 2001) - modelo que, independente do estilo e da vertente ideológica, tem sido a tônica dos governos brasileiros desde Vargas, com profundas marcas na Amazônia; o *difusionismo*, modelo de comunicação de orientação funcionalista, surgido nos Estados Unidos a partir dos anos quarenta (ROGERS, 1962; FONSECA JUNIOR, 2008), tem na visão entusiástica da transferência do conhecimento técnico seu princípio de dominação, tornou-se a base do modelo clássico e hegemônico de extensão e comunicação rural nos países em desenvolvimento.

a) Desenvolvimentismo

Até a década de 1930, a idéia de desenvolvimento era fortemente marcada pelo *laissez-faire* do liberalismo econômico, voltado à produção material e ao mercado como principal mecanismo de distribuição e regulação. Com a Grande Depressão, primeira grande quebra de confiança no sistema financeiro mundial, período de intensa recessão³³ que se estende por toda a década de 30 até o início da Segunda Guerra, cai por terra o princípio clássico do equilíbrio automático na economia capitalista – defendido e construído desde o século XVII e XVIII sob bases iluministas e estruturado no trabalho de autores como David Ricardo, Adam Smith, John Stuart Mill e Thomas Malthus – e inaugura-se um novo ciclo de relacionamento, de intervenção, entre o Estado e o conjunto das atividades econômicas nos países como forma de salvar o sistema capitalista combatido pela crise especulativa do mercado financeiro. As novas bases são fornecidas pelos estudos do economista John Maynard Keynes (1883-1946), em especial a partir de sua obra sobre *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936), onde propõe como solução para o problema do desemprego a intervenção estatal, por meio do apoio a setores produtivos, redução das taxas de juros e aumento dos investimentos públicos (MOTA, 2001; SANDRONI, 1999).

caso das ciências sociais, modos de interpretar a realidade e criar diretrizes para orientar o pensamento e a ação (JOHNSON, 1997).

³³ A Grande Depressão tem como marco temporal a Quinta Feira Negra (24/10/1929), data que ficou registrada na história como o primeiro dia de pânico nas Bolsas de Valores do mundo. Resultado de uma crescente especulação financeira, num só dia 70 milhões de títulos foram jogados no mercado sem contrapartida de demanda. O “crach” da Bolsa de Nova Iorque rapidamente se espalhou para outros ramos da atividade econômica, atingindo a produção e gerando altas taxas de desemprego - no auge da crise o comércio mundial ficou reduzido a um terço e o número de desempregados chegou a cerca de 30 milhões. No Brasil, o principal efeito da quebra das ações manifestou-se na queda vertical dos preços do café, atingindo toda a economia nacional. (SANDRONI, 1997)

A partir de 1945, o keynesianismo torna-se uma ortodoxia nos Estados Unidos e a partir daí para o resto do mundo em reconstrução. Como via conceitual e metodológica, a “Teoria da Modernização”, que interpreta o desenvolvimento como um processo de transição de um estado tradicional a um estado de modernização, que só pode irradiar do centro - a partir do chamado “Primeiro Mundo”, um punhado de países americanos do norte ou europeus - para a periferia, o chamado “Terceiro Mundo”, formado pelos países em condição de “atraso” social e tecnológico, a maioria, na época, dos continentes latino-americano, asiático e africano. No novo modelo, a figura do Estado passa a ter um papel central como o grande promotor das mudanças.

O autor central da Teoria da Modernização no pós-guerra é o economista norte-americano W.W. Rostow e sua teoria do crescimento em etapas. Em suas obras “Process of Economic Growth” (1952) e “Stages of Economic Growth” (1960), Rostow defendia a tese de que as sociedades, de forma homogênea, atravessam cinco etapas de evolução econômica: “1) a etapa da economia tradicional; 2) as pré-condições para a arrancada desenvolvimentista (*take off*); 3) a participação no processo de desenvolvimento, quando o crescimento se torna um dado normal do quadro econômico; 4) a idade madura, quando uma economia está em condições de utilizar as potencialidades da tecnologia disponível e 5) a etapa do desenvolvimento pleno, que coincide com um elevado consumo de massa” (SANDRONI, 1999, p.538-539).

Tal postulado tornou-se o cerne das teorias da modernização desenvolvidas a partir dos anos 50 por estudiosos³⁴ do desenvolvimento de países considerados atrasados. Todas elas, de forma variada, defendiam a idéia de Rostow de que o desenvolvimento se dá por estágios e que, seguidas certas condições experimentadas pelos países avançados (industrialização com expansão da poupança interna), ao final, naturalmente o desenvolvimento, entendido como *sinônimo de crescimento econômico, com melhoria da qualidade de vida para o grosso da população, aumento de salário e ingresso nas condições de progresso*, seria alcançado. A teoria da modernização será depois fortemente contestada pela segunda geração de teóricos da CEPAL, autores que formulam a teoria da Dependência como veremos adiante.

³⁴ Ver LEWIS, 1954; NURKSE, 1957; HIRSCHMAN, 1958; LERNER, 1958; MYRDAL, 1963.

b) Difusionismo

A Comunicação surge neste cenário de reconstrução do pós-guerra como ferramenta estratégica para a promoção das mudanças estruturais pretendidas pelo Estado desenvolvimentista. A base teórica do difusionismo surge com os estudos do cientista político Daniel Lerner, que em 1950 assume um projeto comum entre o Instituto Tecnológico de Massachussetts (MIT), onde lecionava, e o Bureau of Applied Social Research da Columbia, que iria se tornar o grande centro de pesquisa de motivação e análise de consumo dirigido por Paul Lazarsfeld, psicólogo estudioso dos efeitos da comunicação e um dos pais da *Mass Communications Research*. A pesquisa, financiada pela Voz da América, agência de comunicação radiofônica norte-americana, com alcance mundial em plena Guerra Fria, tinha como objetivo avaliar a opinião da população em regiões consideradas de turbulências políticas – seis países do Oriente Médio – e medir as reações da audiência às emissões de rádio (MATTELART; MATTELART, 2003). O resultado da pesquisa comparativa foi publicado em 1958, sob o título “The Passing of Traditional Society: Modernizing The Middle East”. Nela, Lerner verifica a clara e estreita correlação entre desenvolvimento nacional e a comunicação social e, seguindo as teorias das etapas de crescimento de Rostow (1960, afirmou que essa transição se daria também por etapas.

Seriam quatro, do ponto de vista da comunicação, as etapas de transição verificadas entre uma sociedade tradicional e uma sociedade moderna: urbanização (aparelhada com industrialização); participação das pessoas na comunicação massiva; alfabetização e participação na política. Segundo os estudos de Lerner no Oriente Médio, a ação dos meios de comunicação, especialmente a televisão, podia atuar como catalisador para encurtar as fases e criar um ambiente favorável que associasse modernização a uma mudança necessária de comportamento. De acordo com o estudo, as funções da comunicação nesse processo seriam as de: 1) criar novas aspirações; 2) apontar o crescimento de novas lideranças para a mudança social; 3) fomentar uma maior participação dos cidadãos nas atividades da sociedade e 4) ensiná-los “empatia”, a atitude de “colocar-se no lugar do outro”. Em resumo, a comunicação era considerada a uma só vez tanto indutora quanto indicadora de mudanças sociais (BELTRÁN, 2005, p. 9).

O desenvolvimento-modernização era concebido nessa vertente como um “tipo de mudança social, no qual novas idéias são introduzidas em um sistema social tendo em vista produzir um aumento de renda *per capita* e dos níveis de vida mediante métodos de produção mais modernos e de uma organização social aperfeiçoada” (ROGERS, 1962 apud Mattelart,

2003, p. 50). A comunicação para difundir as inovações seguia um modelo mecânico unidirecional, sob a influência das pesquisas de cunho funcionalista do psicólogo austríaco radicado nos EUA, Lazarsfeld, e operacionalizada na América Latina pelo primeiro centro de estudos de comunicação na região, o Ciespal (Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para a América Latina)³⁵. Neste modelo o que se buscava é o controle quantitativo/qualitativo dos efeitos (massivos) da informação, onde apenas o enunciador/emissor – ou aquele que detém o saber técnico consagrado como válido - é percebido como sujeito da comunicação, sendo o receptor – no caso os agricultores “atrasados” dos países não desenvolvidos - considerado como mero agente passivo do processo comunicativo.

Acreditava-se sob a vertente difusionista que informar e persuadir os agricultores a adotar melhores práticas (FONSECA, 1985, apud SCHMITZ, 2001) seria a receita para aumentar a produtividade e promover o desenvolvimento no campo. Até hoje, apesar dos esforços por mudanças nos serviços de extensão e na mentalidade dos técnicos, diversos estudos revelam que o modelo dominante de assistência técnica e extensão rural, bem como a comunicação utilizada como instrumento para induzir mudanças mantêm sua ênfase nas abordagens “de cima para baixo”, apostando nos “melhores e *mais modernos meios* de comunicação para atingir maior eficiência na difusão de tecnologias” (RIFTEL; FURTADO, 2002). Não apenas no setor público, mas também em iniciativas privadas voltadas ao desenvolvimento - muitas bem intencionadas e com discursos participativos - ainda usam a comunicação de forma verticalizada e com caráter meramente instrumental (COSTA, 2004; STEINBRENNER, 2006), indicando o quanto ainda o modelo difusionista, impregnado em seus *habitus*, incide sobre a ação de profissionais do campo da comunicação e do desenvolvimento.

Pode-se dizer que o processo de modernização tecnológica da agricultura adotado no Brasil apoiou-se no difusionismo como estratégia de disseminação nacional e convencimento individual. Um modelo de desenvolvimento que chegou ao campo a partir dos anos de 1960 e 70, apoiado nas experiências dos Estados Unidos e baseado em tecnologias de grande escala e forte coeficiente de capital para aumentar a escala de produção, o que favoreceu os médios e grandes produtores rurais em detrimento dos pequenos

³⁵ O Ciespal foi criado em 1959, pela UNESCO, OEA e governo do Equador e sediado em Quito. Fundado no contexto da Aliança para o Progresso, proposta do governo Kennedy para o novo cenário latino-americano, alí foi desenvolvido, com a participação de pesquisadores internacionalmente conhecidos como Paul Lazarsfeld, Wilbur Schramm, Raymond Nixon, John McNelly, Joffre Dumazedier, o modelo difusionista, instrumental adotado para a comunicação rural em toda a América Latina (BERGER, 2001).

(PASSINI, 1999). Especialistas da sociologia da comunicação rural de vários países do Terceiro Mundo, como Bordenave (1983), foram severos críticos da teoria difusionista por não levar em conta as relações de força no interior de sociedades profundamente segregadas, nas quais a decisão de adotar ou rejeitar uma inovação está fortemente condicionada pelos mecanismos de poder (MATTELART, 2003). O resultado foi perverso: concentração fundiária, êxodo rural, inchaço e favelização das cidades, expansão desordenada da fronteira agrícola. Tal conexão desenvolvimentismo-difusionismo constituiu, como veremos no próximo capítulo, elemento teórico importante no cenário onde se desenrolaram as decisões estatais que levaram à colonização dirigida na Transamazônica.

2.3.2 Dependência-Dialogismo

Um outro marco teórico importante para a perspectiva da co-relação comunicação/desenvolvimento surge no final dos anos 60. Trata-se da Teoria da Dependência, que se configura como crítica ao ideário desenvolvimentista que havia se tornado a ideologia mais influente na economia política brasileira e no pensamento econômico latino-americano entre os anos de 1940 e 50³⁶ e que se fortaleceu nos governos militares, vigorando até os anos de 1970.

Tanto o modelo desenvolvimentista quanto posteriormente a Teoria da Dependência têm como nascedouro a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina. Num primeiro momento, no pós-guerra, os teóricos da CEPAL e também do ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros – entre eles, nomes como Celso Furtado, Helio Jaguaribe, Wernek Sodré – explicavam o atraso da América Latina em relação aos “centros desenvolvidos”, tendo como questão central a necessidade do Estado interferir diretamente na economia por meio do planejamento global, visando à industrialização nacional como forma de superação da condição de países da “periferia do capitalismo” (MANTEGA, 1984).

a) Teoria da Dependência

³⁶ Na prática, é também nesse cenário desenvolvimentista de primeira hora, ainda no governo JK, em que irão se fortalecer as bases do modelo economicamente e politicamente concentrador e clientelista em torno da comunicação. No livro autobiográfico do jornalista Samuel Wainer (1988), relatos da época demonstram claramente o surgimento do modelo de relação, marcado por relações de intimidade/promiscuidade, que se instaura e irá se fortalecer a partir de então, entre os setores de comunicação e a iniciativa privada (principalmente empreiteiras na disputa pela execução das grandes obras), e de atrelamento político aos governos.

Também de dentro da CEPAL, vai surgir a crítica ao ideário desenvolvimentista de superação das desigualdades internas a partir de um modelo externo de modernização. A obra “Dependência e desenvolvimento na América Latina”, de Cardoso e Faletto (1967), considerada um marco na apresentação da Teoria da Dependência, propõem, ao contrário, formular um esquema de interpretação do desenvolvimento com ênfase na dinâmica política das classes e grupos sociais, no interior de cada país. Insistiam os autores na diversidade, ou seja, na necessidade de se levar em conta as variações no modo de relacionamentos das economias dos países periféricos com as economias desenvolvidas (MANTEGA, 1984).

Tal perspectiva teve um efeito enorme na alteração da forma de pensar o desenvolvimento nos países periféricos. Depois da Teoria da Dependência, não era mais possível pensar em simetrias entre países centrais e periféricos, alcançadas por etapas ou não. As possibilidades concretas de êxito dependeriam, segundo seus autores, de uma análise que não poderia ser só estrutural, mas que teria que compreender também o modo de atuação das forças sociais em jogo, tanto as que tendem a manter o *status quo* como aquelas que pressionam para que se produza a mudança social (CARDOSO; FALETTI, 1984)³⁷.

A Teoria da Dependência inspirou também fortemente interpretações e ações no campo da comunicação na América Latina a partir dos anos 70. Seu duplo no campo da comunicação vem a ser o modelo dialógico inspirado em Paulo Freire, que surge na mesma época como reação ao modelo funcionalista de comunicação, mecânico e unidirecional. Um dos marcos será desenvolvido no Centro de Estudos da Realidade Nacional (CEREN), no Chile, no governo da Unidade Popular de Salvador Allende. Coordenado por Armand Mattelart, o centro “terá importância fundamental na região por realizar pesquisas sobre o domínio das multinacionais na comunicação latino-americana, desde uma perspectiva marxista, introduzindo conceitos como ideologia, relações de poder, conflitos de classe” (BERGER, 2001, p. 245).

Esta perspectiva, inaugurada no Chile, que já contava com a participação de Paulo Freire (e sua educação libertadora por meio de uma comunicação dialógica), estende-se posteriormente por toda a América Latina³⁸, marcando a fisionomia dos estudos de

³⁷ Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto publicam em 1967 “Dependência e Desenvolvimento na América Latina”, obra seminal da Teoria da Dependência.

³⁸ Um exemplo dessa perspectiva é a segunda fase do CIESPAL – *Centro internacional de Estudios Superiores de Periodismo para América Latina*. Após Seminário da Costa Rica, em 1973 (BELTRÁN, 1981), o Ciespal dá uma guinada e assume um posicionamento mais crítico em relação à comunicação na região, substituindo professores estrangeiros por latino-americanos e introduzindo em seus cursos a preocupação com a comunicação popular e a pesquisa participante (BERGER, 2001).

comunicação (Idem). Influencia também a fisionomia e a ação de organizações de apoio à comunicação como instrumento de mobilização comunitária e popular, como as desenvolvidas no Brasil, de forma referencial e emblemática, até hoje, pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, que inauguram toda uma prática voltada à organização popular e à emancipação de grupos sociais excluídos.

b) O alternativo, o comunitário e o popular – um novo jeito de comunicar

Três conceitos básicos caracterizaram as experiências de comunicação que a partir do final dos anos de 1960 se contrapõem ao modelo teórico de comunicação mecânica e à prática da comunicação massiva das grandes empresas de comunicação por meio de uma tríade de comunicação diferenciada: *comunicação alternativa*, *comunicação comunitária e popular*. Todas as três noções se referem ao mesmo contexto de práticas de comunicação ligadas à organizações (em geral à igreja, sindicatos e mais recentemente à ONGs) que objetivavam contribuir para a consolidação de um modelo contra-hegemônico de comunicação horizontal, ou seja, um modelo no qual a participação popular constituísse o diferencial não só da produção da informação como da gestão de meios.

Um modelo de comunicação horizontal deveria basear-se, segundo Beltrán (1981), em três pilares: “exercício efetivo do direito de receber mensagens; exercício efetivo do direito de transmitir mensagens e o exercício do direito de tomar parte no processo de produção e transmissão das mensagens”. Ou seja, ao contrário do modelo dominante de comunicação vertical - onde o que de fato ocorre é um monólogo a partir do emissor de conteúdos cabendo ao receptor apenas reagir (*feedback*) para realimentar o processo – um sistema de comunicação pode ser considerado *participativo* quando ambos interlocutores têm a mesma oportunidade de gerar suas próprias mensagens e *popular* quando torna possível mecanismos que garantam que os setores populares falem daquilo que eles próprios querem falar (FESTA, 1982; BERGER, 2001; DORNELLES, 2007).

Segundo Gustavo Gindre (2004) a *comunicação alternativa* seria “aquela com projeto mais claro de enfrentamento da grande mídia e que se coloca como uma opção ideológica ao mercado e à imprensa estatal”. Em geral, naquele primeiro momento, “seriam experiências oriundas das camadas médias da sociedade, com menor inserção nos segmentos mais pobres e mais abertos ao experimentalismo da linguagem”. Já a *comunicação popular* (ou comunitária para alguns autores), seria aquela “produzida pelos setores subalternos da sociedade, a partir da constatação empírica da falta de meios próprios de comunicação”.

O termo *comunicação comunitária*, por sua vez, se fortaleceu mais recentemente a partir do retorno ao centro do debate da própria noção de *comunidade*. Com as novas tecnologias e a fluidez das identidades num mundo que entrelaça o material e o virtual em profusão, a noção de comunicação comunitária se expandiu na contemporaneidade para além da comunidade meramente territorial, ainda que no Brasil a lei da radiodifusão comunitária (Lei 9612/98) limite o conceito à localidades e pequeno porte. O conceito comunitário, no entanto, continua vinculado a uma “concepção idealista de utilização ética das ferramentas comunicacionais como forma de ação e transformação social” e “também como resposta política de parcelas das populações à desigualdade de acesso à comunicação na região” (MALERBA, 2008, p.151-152), porém engloba hoje uma diversidade de novos formatos de socialização e vivência comunal que diz respeito muito mais à comunidades de interesses variados, objetivo ou subjetivos, materiais ou espirituais (PAIVA, 2007) do que meramente à comunidades geográficas.

i) A comunicação alternativa e a luta pela democratização dos meios

A *comunicação alternativa*³⁹ é a primeira das três noções a surgir, já no pós-guerra, a partir dos debates de intelectuais de esquerda e dos chamados Países Não-Alinhados⁴⁰, preocupados com a dominação polarizada dos fluxos globais de informação no mundo. Na intenção de gerar contra-informação aos meios de comunicação de massa das grandes empresas, privadas ou estatais, a *comunicação alternativa* é herdeira dos estudos de Gramsci sobre hegemonia⁴¹. Pode-se dizer que é em torno dela que, de certa forma, se instaura o debate em prol da democratização dos meios de comunicação em busca da construção de uma Nova Ordem da Informação e Comunicação (NOMIC) em defesa de “Um

³⁹Em sua origem, nos anos 60, a comunicação alternativa possui estreita ligação com os estudos (na época) ainda incipientes da Escola de Frankfurt, especialmente ligados ao conceito de *indústria cultural* de Adorno e Horkheimer (GENDRI, 2004, p. 29).

⁴⁰Na época, a crítica à concentração da comunicação emerge a partir do movimento dos chamados Países Não-Alinhados, criado em 1961, envolvendo países insatisfeitos com o contexto de alinhamento automático a uma das duas potências que orquestravam as tensões da geopolítica global. Formalmente os não-alinhados existem até hoje, mas o movimento perdeu boa parte de sua razão de existir com o fim da ordem bi-polar no início dos anos de 1990, simbolizado pela queda do Muro de Berlim. Foram expoentes do Movimento dos Países Não-Alinhados alguns países que saíram do contexto do neo-colonialismo como a Índia (de Jawaharlal Nehru), a Iugoslávia (de Iosip Tito), o Egito (de Gamal Abdel Nasser), a Argélia (no curto governo de Ben Bella), a Indonésia (de Ahmed Sukarno) e a Tanzânia (de Julius Nyerere). Ver sobre o assunto José Marques de Melo (2008).

⁴¹Em seus estudos sobre o capitalismo ocidental e a estratégia revolucionária da Europa Ocidental, Gramsci (1971) salienta várias as significações para o termo entre as quais, as mais amplas, que afirmam que “hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios do econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade” [...] ou que “muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento” hegemonia “é a construção de alianças e a integração”. (GRAMSCI, 1971 apud FAIRCLOUGH, 2001, p.122).

mundo e muitas vozes”, como ficou conhecido o documento publicado no Brasil já nos anos 80 (Relatório McBride/FGV, 1983).

O relatório McBride, como ficou conhecido, tem méritos inegáveis. Elabora, antes de mais nada, a primeira grande denúncia feita contra os oligopólios privados da comunicação e o impacto que estes causam na soberania dos países. Já nos anos 50, no contexto da Guerra Fria, surgem as primeiras discussões que iriam revelar a concentração dos meios de comunicação e a desigualdade dos fluxos de informação como fator importante da dependência de países periféricos aos pólos centrais. O profundo desnível no cenário internacional era revelado a partir do modelo bipolar de concentração: de um lado, o modelo estatal soviético de controle dos meios (satélites) e dos mecanismos de produção e circulação de informações; do outro lado, o mercado, no sistema capitalista, representado pelas agências internacionais de notícias, controlando os fluxos de informação (GINDRE, 2004, p.19).

O ponto nevrálgico do debate levantado pela NOMIC foi a existência de uma *relação direta entre a democratização das comunicações e o grau de democracia de uma nação*. “Sem meios de comunicação democráticos, não existe uma sociedade democrática”, assegurava de forma inovadora o relatório. Essa relação, na perspectiva de uma Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação, passaria necessariamente pela ampliação do *direito liberal do acesso à informação* à condição do *direito de se comunicar*. Ou seja, “de receptor, o cidadão comum deve ser transformado em emissor de mensagens sociais”. E, segundo o documento pioneiro, “é justamente a medida deste exercício de produção de informações que marca o grau de democracia de uma dada sociedade” (GINDRE, 2004, p.19).

O direito à comunicação passara, naquele momento, a ser apresentado como um direito tão indispensável à vida humana quanto o direito à educação, saúde, moradia e trabalho (GINDRE, 2004, p. 22). Este embasamento gerado nos debates da NOMIC é considerado o “fruto mais duradouro” do processo de discussão iniciado na década de 1960, que irá sofrer um refluxo a partir de meados dos anos 80 com as transformações promovidas pelo fenômeno da globalização no campo da comunicação (e vice-versa), mas que recupera o fôlego na atualidade, mais uma vez em torno da democratização da comunicação, agora em cenário muito mais complexo e veloz.

ii) A Igreja e a comunicação comunitária e popular

A noção de comunicação *comunitária* e também *popular* na América Latina, está fortemente ligada às ações das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), agrupamentos populares organizados em torno das paróquias e capelas da igreja católica que, a partir dos anos 60, passam a promover um novo “fazer popular” - a discussão de problemas que diziam respeito à vida da comunidade, uma discussão que se ampliava para debates sociais e políticos numa perspectiva pedagógica e “libertadora” (FESTA, 1982). No plano sociológico, as CEBs representaram uma “inovação cultural, uma originalidade na prática social brasileira como jamais foi vista antes com tanta repercussão” (SILVA, 2002, p. 19). Como uma nova experiência eclesial e social a proposta das CEBs surge sob influências da Teologia da Libertação.

As CEBs se inserem no movimento de renovação e modernização da Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965) referendado no Encontro de Medellín (1968) e depois de Puebla (1979), sob a efervescência dos teóricos da contracultura e da dependência. Nesse contexto emergem duas vertentes principais a partir da reflexão da igreja sobre si mesma: “uma preocupada com questões sociais mais amplas, como os direitos humanos e a *opção pelos pobres*, que resultou na Teologia da Libertação e nas Comunidades Eclesiais de Base”; e outra, “de feição mais tradicional, influenciada pelo pentecostalismo, que resultou na *Renovação Carismática Católica*” (SILVA, 2002, p. 20). Ambas preocupadas com uma maior inserção da Igreja Católica nas camadas populares irão apostar, por caminhos e fins diversos, na comunicação como ferramenta estratégica de consolidação. A versão mais tradicional irá usar a comunicação de forma instrumental, replicando o modelo mecânico de comunicação vertical e unidirecional operado pelos meios convencionais de comunicação de massa⁴². A vertente progressista da Igreja, por sua vez, segundo bases marxistas e humanistas, insere a comunicação como ferramenta pedagógica de “libertação”, tendo como inspiração a teoria *dialógica* de Paulo Freire.

Conceitualmente, em Freire, a comunicação é entendida como um processo de via dupla, eu seja, que se dá pelo “diálogo” e pela “interação”, onde fonte e receptor são ambos ativos, interlocutores em condições de igualdade e que se “afetam” mutuamente. Nesse sentido, a conscientização é atributo indispensável ao exercício da comunicação e o diálogo surge como forma de comunicação capaz de promover a superação da “consciência mágica”

⁴² É o que se vê na atualidade na estratégia comunicativa da Igreja Carismática, com a figura de Pe. Marcelo e sua performance midiático-religiosa como formato e a expansão televisiva como estratégia (Rede Vida, Século XXI e João Paulo II - vinculadas à igreja católica controlam atualmente cerca de 650 repetidoras pelo país a partir de 4 emissoras).

ou ingênua que o homem tem do mundo, desenvolvendo uma “consciência crítica” e transformadora da realidade (FREIRE apud FESTA, 1982; TAUKE SANTOS, 2001).

A comunicação comunitária e popular se insere então na perspectiva libertadora de Paulo Freire como estratégia e ferramenta no processo de organização dessas comunidades, no esforço de gerar consciência crítica emancipadora e como apoio aos movimentos populares que em sua origem, nos anos da ditadura, viviam momento de refluxo pela forte repressão do Estado. O objetivo era promover a educação e a comunicação como forma de promover o engajamento e a participação popular. Ainda nos anos 80, com o surgimento dos centros de educação popular em algumas dioceses mais progressistas foram sendo criados meios populares de comunicação, entre os quais, rádios comunitárias também nas áreas rurais, onde estava sediada a maior parte das CEBs no país e onde o rádio de pilha tinha vasta penetração.

As rádios comunitárias, oriundas como reação ao modelo mecânico concentrador da comunicação e baseadas nas perspectivas contra-hegemônicas do modelo dialógico de Freire, trazem em si características das três categorias de significação do novo paradigma da comunicação participativa, ou seja, constituem-se em experiência de mídia *popular* porque oriundas, majoritariamente, de processos de mobilização e emancipação de segmentos sociais excluídos do acesso a bens e direitos; como mídia *comunitária*, por ser a própria qualidade de se originar a partir de interesses comuns e coletivos de uma dada localidade ou comunidade de interesse, o que a distingue e define enquanto mídia e *alternativa*, como lugar potencial de reposicionamento no campo da disputa pelo protagonismo no processo de produção de informação e sentido.

2.3.3 Globalização-mediatização: novos paradigmas do desenvolvimento, novos modelos de comunicação

Se os anos 70 do século passado foram marcados pelo enfrentamento do projeto político, autoritário em muitas partes do globo, que sustentava o desenvolvimento francamente econômico-tecnológico - um embate alimentado na América Latina pelas possibilidades de novas denúncias que a análise da dependência propiciou - os anos de 1980 serão definidos por um “claro refluxo da utopia revolucionária e um marcado retorno das forças conservadoras”. Mudam-se as táticas de dominação tanto na América Latina, onde as

ditaduras vivem um tempo de transição para “democracias controladas”, como na Europa, onde “as velhas democracias endurecem a repressão” e cessam garantias de bem estar social (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 58).

Esse retorno das ‘forças conservadoras’ se dá certamente pelo viés econômico. A partir do fenômeno da globalização financeira no início dos anos de 1990, a lógica mercantilista irá se instalar como moldura ideológica planetária de toda a (re)composição de sentidos sociais. Uma lógica embalada e radicalizada pelo retorno do liberalismo como teoria política, que aposta na redução do caráter normativo e interventor do Estado e, portanto, na desregulamentação do mercado e, por outro lado, na revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação como suporte das mudanças da gestão, agora ‘empresarial’, do espaço-tempo. “O novo modo de produzir, inextricavelmente associado a um novo modo de comunicar, converte o conhecimento numa força produtiva direta” (MARTÍN-BARBERO, 2004, p.36) e o cidadão, ator ainda em construção em grande parte do planeta, em consumidor. Pode-se dizer assim que da *modernização* (1930-1970 na América Latina) à *globalização* (1990-), passou-se da hegemonia da razão do Estado para a supremacia da razão de mercado (MATTELART, 2005; DOMINGUES, 2005; CASTELLS, 2006).

Assim sendo, globalização e as novas tecnologias comunicativas são os dois fatores apontados como centrais às profundas mudanças de perspectiva sócio-cultural, e também política, que se darão na região a partir da segunda metade dos anos 1980. Partilham dessa idéia importantes autores que ajudaram a construir as bases teóricas em prol de um novo estamento sócio-comunicativo latino-americano - como o sociólogo belga Armand Mattelart que viveu no Chile pré e pós-Allende, o pesquisador espanhol Martín-Barbero, residente na Colômbia desde 1963 e também o boliviano Luis Beltrán que participou ativamente da discussão entre comunicação e um novo projeto político para a América Latina⁴³.

Mas como entender as mudanças que a globalização produz em nossas sociedades? De acordo com Martín-Barbero, para entender tais mudanças é preciso ter em mente que a globalização pesa tanto ou mais no plano do imaginário cotidiano das pessoas do que sobre os processos macrossociais.

Entender essas transformações exige, em primeiro lugar, uma mudança nas categorias com que pensamos o espaço, pois ao transformar o *sentido do lugar no mundo*, as tecnologias da informação e da comunicação – satélites,

⁴³ Importante também ressaltar, especialmente no nível rural e educativo, o paraguaio Diaz Bordenave e o educador brasileiro Paulo Freire, referência, em várias partes do mundo, de uma dialogia emancipadora.

informática, televisão – estão fazendo com que um mundo tão intercomunicado se torne indubitavelmente cada dia mais opaco. Opacidade que se remete, de um lado, ao fato de que a única dimensão realmente mundial até agora é o mercado, que, mais do que unir, busca *unificar* (Milton Santos). E atualmente o que está unificado em nível mundial não é uma vontade de liberdade, mas sim de domínio, não é o desejo de cooperação, mas o de competitividade (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 58).

Do mesmo modo, para Mattelart (2003), a era da chamada sociedade da informação é também a da produção de estados mentais e, nesse sentido, seria preciso pensar de maneira diferente, inclusive, a questão da liberdade e da democracia. “A liberdade política não pode se resumir no direito de exercer a própria vontade. Ela reside igualmente no direito de dominar o processo de formação dessa vontade” (2003, p. 187), no qual a comunicação, de forma geral e a mídia, de forma específica, exercem papel estratégico. Nesse aspecto, que envolve diretamente a relação entre a liberdade de escolha e de influência sobre ações e intervenções de caráter público e efeito coletivo, Beltrán se mostra igualmente pessimista.

Em artigo recente (2005), ao discutir os trajetos da comunicação e desenvolvimento na América Latina, Luis Ramiro Beltrán afirma que o novo contexto econômico, político e tecnológico que se instala na região no final dos anos 1980, assim como no resto do mundo, sob o fascínio das promessas da chamada Sociedade da informação, é na verdade opressoramente contrário a mudanças estruturais em prol de uma democracia real, na medida em que tem a concentração econômica como padrão.

[...] la situación de la gran mayoría de (nuestros) conciudadanos es hoy más deplorable que la de los años del 70, que el desarrollo democrático no ha ocurrido, que la dominación interna sigue perpetrándose y que la dependencia externa es mucho mayor que nunca antes. Y [...] que ese empeoramiento abarca también, y en grande y creciente medida, a la situación de la comunicación. “Estamos, afirma – por ejemplo – el comunicólogo boliviano de larga trayectoria internacional Alfonso Gumucio, peor en muchos sentidos: la concentración de medios en pocas manos es mayor que antes, la privatización de las frecuencias y de los medios del Estado há eliminado casi completamente a la radio y la televisión de servicio público. Por influencia de las grandes empresas multinacionales ya no se discute la información como un hecho cultural y social sino como un hecho de mercado” (BELTRÁN, 2005, p. 33).

A concentração dos meios de comunicação e fluxos de informação apontada por Beltrán na América Latina faz parte de um fenômeno ampliado característico da globalização. A extensão e a liberdade quase completa adquirida pelo capital dentro do quadro da globalização contribuíram para um processo de fusões-aquisições que, segundo

Chesnais (1996) empurraram o processo de concentração a níveis que pareciam impossíveis até vinte anos atrás⁴⁴.

No campo da comunicação a concentração cresceu intensamente. Na Grã-Bretanha, 85% da imprensa diária nacional estão em poder de quatro grupos (BERTRAND, 2002). Nos Estados Unidos, na virada deste século, seis companhias controlavam quase todos os meios de comunicação por meios das fusões de empresas do setor e pelas convergências tecnológicas (tvs, rádios, internet, telefonia, tvs à cabo) (*The Media Monopoly*, 2000 apud BERTRAND, 2002). No Brasil, não passam de seis o número de empresas privadas nacionais que controlam, direta ou indiretamente, cerca de 400 veículos de comunicação no país entre rádios, jornais e revistas (EPCOM, 2002).

Pode-se dizer, no extremo, que o progresso e o desenvolvimento passaram a ser ditados por empresas e corporações transnacionais, sem envolvimento efetivo da sociedade – do cidadão, de seus representantes políticos ou da regulação do Estado (FREY, 2005). Pelas rédeas de um mercado liberado pelo enfraquecimento dos Estados-Nação e fortalecido pelas novas tecnologias da informação, a exclusão social não diz mais respeito somente ao acesso a bens materiais ou a novas tecnologias. Ao quebrar a coesão social pela instalação de uma “cultura da incerteza” (redução de garantias sociais e de direitos trabalhistas, ou seja, aumento do desemprego e da insegurança social), o modelo neoliberal atinge certamente a possibilidade do exercício da cidadania e da solidariedade social, agravando pela permanente sensação de insegurança, o caráter individualista da sociedade contemporânea e, portanto, comprometendo a democracia.

Neste cenário de avanço neo-liberal a mídia, tornou-se mais do que nunca instrumento de luta de classe, “o partido do capital” como afirma Gianotti (2011) lembrando Gramsci⁴⁵. Como coloca Moraes (2010, p.65), “é no domínio da comunicação que

⁴⁴ Um terço do comércio mundial resulta na atualidade das exportações e das importações feitas pelas empresas pertencentes a grupos industriais que têm o estatuto de sociedades transnacionais, enquanto que o outro terço tem a forma de trocas ditas “intragrupos” (entre filiais de uma mesma sociedade, situadas em países diferentes ou entre filiais e a sede principal). Estas trocas, contradizem então até mesmo o modelo universal neo-clássico, ou seja, deixam de ser “livres”, altamente planejadas efetuam-se não no “mercado”, mas no espaço privado interno dos grupos (FREY, 2005)

⁴⁵ Nas primeiras décadas do século XX, o filósofo marxista Antonio Gramsci já situava os jornais italianos como “verdadeiros partidos políticos”, por sua capacidade e tendência de interferir, com ênfases específicas, nos modos de verificação dos acontecimentos (MORAES, 2010, p.65). (...) Nos textos pré-carcerários - a maioria deles publicados nos jornais *L'Ordine Nuovo* e *L'Unità*, ambos vinculados ao PCI – Gramsci demonstra ter exata noção do papel-chave da imprensa como aparelho privado de hegemonia sob influência de classes, instituições e elites hegemônicas. Ele critica o alinhamento ideológico de grandes jornais ao poder, bem como as fórmulas verticalizadas de controle do noticiário e da opinião. (...) Em 2 de julho de 1921, dispara: “É preciso fazer compreender que o proletariado hoje não tem contra si apenas uma associação privada, mas todo o aparelho estatal, com sua polícia, seus tribunais, seus jornais que manipulam a opinião segundo o arbítrio do governo e dos capitalistas” (GRAMSCI, 2004b apud MORAES, 2010, p.63)

se esculpem os contornos da ordem hegemônica, seus tentáculos ideológicos, suas hierarquias, suas expansões contínuas no bojo da mercantilização generalizada dos bens simbólicos”.

O ponto nodal é transmitir conteúdos que ajudem a organizar e a unificar a opinião pública em torno de princípios e medidas de valor. Por isso, formar a opinião é uma operação ideológica “estritamente ligada à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a *sociedade civil* e a *sociedade política*, entre o consenso e a força” (GRAMSCI, 2000b, grifos do autor apud MORAES, 2010, p.67)

A possibilidade de construir uma nova hegemonia, ou seja, uma nova visão de mundo, a partir de interesses contraditórios aos que se impõem pela lógica dominante do capital, passa então, a partir da perspectiva gramsciana, pela construção de um novo consenso que só pode se dar, como explica Gianotti (2009, p.157) pelo “grande trabalho de persuasão, de demonstração de força organizada e da capacidade de provocar novas realidade”. Convencimento que na atualidade globalmente midiaticizada não pode prescindir do amplo uso dos meios de comunicação como instrumentos contra-hegemônicos. Uma reação, porém, que ligada a grupos subalternos enfrenta os desafios da própria racionalidade hegemônica da distribuição e acesso desigual a coisas, serviços, relações e idéias (SANTOS, 2000), tão claramente explicitada na concentração do arsenal midiático nas mãos de poucos - empresas transnacionais ao redor do mundo e oligarquias familiares em regiões periféricas.

a) Neo-liberalismo e os mitos do desenvolvimento

Do ponto de vista do desenvolvimento, o projeto neo-liberal, apostando na “utopia do mercado total” (LANDER, 2002^a apud Kaplún, 2005, p.170), irá acalentar, com uma nova roupagem, uma série de *mitos* que acompanham a noção de desenvolvimento desde sua origem epistemológica e empírica, ou seja, a partir da idéia de modernização nos anos 1930, e que irão manter sacralizado o modelo tecno-econômico de gestão do mundo e das coisas e pessoas no mundo. Alguns deles, enumerados por Kaplún (2007), nos parecem primordiais:

- i. O *mito do crescimento sem fim* continua, isto é, o limite para a exploração dos recursos da natureza e os problemas todos serão superados com a abordagem e a tecnologia adequada, ou seja, o problema não é a finitude dos recursos, já explícita em vários episódios de estresse ambiental⁴⁶ nos anos de 1960 e 1970, mas a *viabilidade* ou *sustentabilidade* de sua exploração;
- ii. O *mito do eurocentrismo* permanece, ou seja, a história universal tem como centro de referência a Europa e mais recentemente, os Estados Unidos, e alí estão os caminhos do que vem a ser “modernidade” ou “modelo de desenvolvimento” a ser alcançado num projeto de civilização do resto do mundo. Projeto agora acrescido de novos atores, como por exemplo a profusão de ONGs a partir dos anos de 1990, muitas das quais pautadas pela ‘lógica dos projetos’, por sua vez regida pela máxima da eficiência e eficácia dos financiadores, como mais uma forma de operação dessa relação dominante Norte-Sul.
- iii. Aos mitos precedentes, acrescentam-se novos, como o mito da *participação* e da *tolerância e diversidade*. Ambos dizem respeito a ideais republicanos historicamente cultuados e arduamente perseguidos como princípios da construção de sociedades cívicas e democráticas⁴⁷, idéias modernamente apropriadas pela expansão da lógica do “livre acesso” a bens e serviços, apregoada pela Sociedade da Informação e do Consumo.

O mito da *tolerância e da diversidade* tem a ver nas sociedades de mercado, segundo Kaplún, com a idéia da utopia liberal do “mercado total”, na qual todos teriam “o direito de expressar livremente suas diferenças culturais e de viver do modo que desejam”, quando, “na realidade, a globalização neoliberal”, ao contrário, “limita fortemente as possibilidade de ser e atuar de modos realmente diversos, pela homogeneização dos modos de vida”, porém, principalmente, alerta o autor, pelo “desterro sistemático” de concepções, modos de pensar, ver e viver o mundo que acabam excluídos do sistema porque considerados “simplesmente fora da realidade, fora do concebível. Como o (caso) de muitos camponeses latino-americanos (mais ainda se indígenas)” (KAPLÚN, 2007, p. 171).

⁴⁶ Inúmeros fatos e ações desencadeadas ao redor do mundo a partir dos anos 60, como resultado da relação desigual entre os homens e entre estes e a natureza acabaram por contribuir para o surgimento desta nova concepção de desenvolvimento: Nos países comunistas ocorria a destruição do meio ambiente em nome da industrialização, já em países em desenvolvimento, a preocupação com o meio ambiente era vista como um luxo do Ocidente. Uma nova série de catástrofes ocorridas entre os anos 70 e 80 irão alertar a sociedade mundial ainda mais para os impactos sociais dos problemas ambientais: descobriu-se que a droga talidomida causava má-formação congênita em recém-nascidos; cientistas afirmaram que a morte de peixes e outros organismos em milhares de lagos da Suécia era resultado do longo alcance de poluição atmosférica vinda da Europa Ocidental; derramamento de petróleo afetava toda a pitoresca costa norte da França; no Brasil, a poluição do ar de Cubatão fazia bebês nascerem sem cérebro (anencefalia) (STEINBRENNER, 2008).

⁴⁷ Sobre a questão da participação e a noção de Estado na visão da Teoria Política em sua tradição republicana ver Rousseau (1985), Tocqueville (1985) e mais recentemente Bobbio (1987).

Já o *mito da participação*, diz respeito ao reconhecimento da participação como pré-condição para o desenvolvimento (STEINBRENNER *et al*, 2007), idéia que alcança dimensão consensual a partir dos anos 1990, porém sob risco de indiferença quando empregada como mero rito de legitimação. Alguns estudiosos chegam a afirmar que a participação transformou-se numa nova ortodoxia no campo do desenvolvimento (BRAGA; CALAZANS, 2001, POKORNY, 2003, NUNES, 2009) e já manifestam a necessidade de uma reflexão crítica sobre práticas chamadas participativas.

A tendência da exigência geral de aplicar metodologias participativas e ação colaborativa em projetos de desenvolvimento acabou gerando o risco de abordagens generalistas sob uma espécie de ortodoxia da participação, caracterizada por uma abordagem artificial ao grupo como unidade de ação, que ignora a heterogeneidade de culturas existentes, valores e idéias dos indivíduos envolvidos e a assimetria das relações de poder vigentes na comunidade e entre os outros atores (POKORNY, 2003 apud STEINBRENNER, 2004).

Nesse sentido, tendo em vista projetos de desenvolvimento, a comunicação como fator essencial para ampliação da capacidade participativa dos indivíduos, mostra-se insuficiente como mobilizadora efetiva da participação cidadã, i.e., aquele tipo de participação que é capaz de acender uma nova dinâmica de organização social, capaz de intervir nas decisões de políticas públicas. Isso porque, inúmeras vezes, agentes responsáveis por processos de promoção ao desenvolvimento e empoderamento de atores locais, ainda mais especialmente em áreas rurais, reduzem as abordagens de comunicação a processos transitórios baseados em modelos simplificados de difusão de conhecimentos (inovações/tecnologia) (COSTA, 2004; STEINBRENNER, 2004).

Pode-se afirmar que, por convicção, inércia, interesse ou *habitus*, a permanência desses mitos neo-liberais do desenvolvimento estão a indicar uma grande dificuldade de superação e desatrelamento do mais persistente dos binômios ou modelos: o paradigma difusionista no campo da comunicação e o desenvolvimentismo, no campo do desenvolvimento.

Para Morin (2009), o próprio termo ‘desenvolvimento’ tornou-se um mito. Um mito típico do “sociocentrismo ocidental, um motor de ocidentalização forçada, um instrumento de colonização de subdesenvolvidos” (MORIN, 2009, p. 357). Um mito

propulsor de um movimento que, segundo o autor, não tem como derivar em nada que não seja a continuação de sua racionalidade quantitativa⁴⁸.

b) Globalização – cenário de lógicas antagônicas

Do ponto de vista planetário, muitos dos fenômenos atualmente considerados como globalização na verdade já existem há muito tempo, como a crescente integração das nações aos mercados globais (MORIN, 2009). O que o momento atual traz de novo é a enorme velocidade dessas mudanças em função do surgimento de tecnologias de informação que aceleram o processo.

A globalização iniciada em 1990 vem a ser a etapa atual de uma era que se inaugurou no século XVI com a conquista das Américas e a expansão das potências ocidentais da Europa sobre o mundo. Um processo marcado pela *predação*, pela *escravidão*, pela *colonização*, mas que acabou também produzindo seu reverso, ou seus *antídotos à barbárie que ela mesmo engendrou*, como coloca o autor: “embora insuficientes e frágeis, eles minaram a escravidão; as idéias emancipadoras, assimiladas pelos subjugados, levaram à descolonização na maior parte do globo” (MORIN, 2009, p. 349).

Nessa perspectiva pendular, a globalização do final do século XX, inscreve-se no duplo processo dominação/emancipação e a ele dá outras características. Ou seja, a globalização contemporânea se insere como um processo altamente complexo, pois de caráter múltiplo, onde o econômico e o tecnológico têm rebatimentos, ou melhor dizer, se espraiam, pelos demais setores do cotidiano (social, cultural, ambiental, afetivo e etc.) de indivíduos e grupos, atravessado por lógicas por vezes francamente antagônicas, como revelada por exemplo, na concomitância díspare de movimentos de *desterritorialização* (o sem-fronteiras

⁴⁸ Em seu artigo “Uma mundialização plural”, publicado em 2009 (1ª ed.) no Brasil, no livro “Por uma outra comunicação” organizado por Dênis de Moraes, argumenta: “o desenvolvimento ignora aquilo que não é calculável nem mensurável, isto é, a vida, o sofrimento, a alegria, o amor. Sua única medida de satisfação está no crescimento (da produção, da produtividade, da renda monetária). Concebido unicamente em termos quantitativos, ele ignora as qualidades: as qualidades do meio, a qualidade da vida, as riquezas humanas não calculáveis e monetarizáveis; ele ignora a doação, a magnanimidade, a honra a consciência. Sua abordagem varre os tesouros culturais e os conhecimentos das civilizações arcaicas e tradicionais; o conceito cego e grosseiro de subdesenvolvimento desintegra as artes da vida e sabedorias de culturas milenares” (MORIN, 2009, p. 357). Nesse sentido, Edgar Morin aponta como único caminho de transformação para a humanidade, ainda que improvável, “romper com o desenvolvimento”, não para “continuar”, mas para “recomeçar”. No lugar da noção de desenvolvimento propõe como ponto de partida não um programa ou projeto, mas “princípios que permitam a abertura de um caminho” daquilo que denomina “antropolítica (política da humanidade em escala planetária) e de política de civilização.” Somente assim, rompendo com o ‘desenvolvimento’, seria possível pensar num projeto de uma sociedade-mundo, baseada em valores humanistas de justiça e solidariedade, que não fosse, conforme o autor, o “remate planetário de um império hegemônico”, mas a base de uma “confederação civilizadora” (MORIN, 2009, p. 356).

dos fluxos digitais, a deslocalização do espaço) e a *(re)territorialização* (o retorno do “local” e da “comunidade” como lugar de referência e resistência no tempo).

Outro exemplo aparece na própria noção de *mediatização* e no seu contrapartido, na noção de *mediação*. Por um lado, a *mediatização* acelerada dos processos de interação em todos os níveis do espaço social – da comunicação interpessoal, inter e intra-grupos, ou entre e intra-empresas, Estados-nações e etc. – incidindo massiva, instrumental e estruturalmente sobre os fluxos e os sentidos neles contidos. E por outro lado, a eclosão de uma farta diversidade social e cultural, manifesta por novos atores sociais por meio também do uso de dispositivos midiáticos, entendidos não mais apenas como meios, mas como *mediações* sociais (MARTÍN-BARBERO, 2006), criando assim novas formas alternativas de comunicação e de sociabilidade (organização), algumas vezes tentando e outras conseguindo romper a invisibilidade (política) que, em geral, assola e cerceia os lugares periféricos e os grupos subalternos.

Outro exemplo de lógicas antagônicas que atravessam a sociedade dita pós-moderna, mediatizada e globalizada, diz respeito ainda, ao surgimento de novos paradigmas adjetivadores do desenvolvimento, como “humano”, “endógeno” e o mais celebrado dentre eles, “sustentável”, ainda que em meio a recalcitrante valorização nesses nossos tempos da lógica do consumo e do individualismo.

b1) O retorno do ‘local’

O lugar ou localidade, como espaço social e geográfico da ação no cotidiano de determinado grupo social (VEIGA E ALBALADEJO, 2002), nunca é neutro, ou seja, revela sempre uma disputa de poder pela imposição de sentidos e limites das representações do lugar (BOURDIEU, 2007) e, mesmo em rincões longínquos, na maior parte das vezes, já se encontra de alguma forma *conectado* à polifonia global por meio das tecnologias de informação e comunicação. Nenhum lugar, portanto, está hoje *fora da globalização*.

O mundo do trabalho, as relações de consumo, o mundo das idéias e das sensações passam a ser submetidos a um processo que não é de simples homogeneização, como se acostumou a pensar, mas como afirma Canclini, “de reordenamento das diferenças e desigualdades, sem suprimi-las” (CANCLINI, 2008). Um processo que continua sim regido por padrões definidos pelos países hegemônicos e pelo grande capital e que faz emergir resistências que ainda se fazem sentir pelo seu sentido contrário: a busca de identidade, e do local, ainda que tais termos também se encontrem em reconstrução.

Conforme Milton Santos (1994), “é pelo lugar que revemos o mundo e ajustamos nossa interpretação, pois nele, o recôndito, o permanente, o real, triunfam, afinal, sobre o movimento, o passageiro, o imposto de fora”. O local, geograficamente delimitado, emerge como reação à “globalização doentia”, pois é ainda pelo local, entendido como bairro, vila, comunidade ou município, que a organização de atores sociais se articula em torno de interesses mais claramente identificáveis. Ou como coloca o autor, é no lugar que o mundo se torna veraz e propiciador de esperança, enquanto o mundo global, através de uma “organização perversa”, torna-se “o lugar da falsidade e do engodo. Se o lugar nos engana é por culpa do global” diz Santos (1994, p. 20).

Esse local seguro trazido por Santos é o lugar físico que se revaloriza por aquilo que possa ser identificado como típico, específico da cultura e do cotidiano de certo grupo em dada localidade – muitas vezes considerado por aquilo que tem de tradicional e exótico⁴⁹ – características que ganham relevância e valor num mundo que se faz carente de referências do que possa ainda exprimir o sentido de ‘autenticidade’ e ‘exclusividade’. Nesse sentido, o aumento do valor do lugar passa pela aspiração do sentimento de pertença e segurança diante do espaço *desterritorializado* que a própria globalização imprime e o *não lugar* midiaticizado expande.

A explicação do próprio sentido de lugar justifica este retorno do local como referência de existência e também de experiência de mobilização e resistência social. Segundo o estudioso das relações da família e do trabalho no meio urbano, Richard Senett, “o sentido do lugar se baseia na necessidade de pertencer não a uma ‘sociedade’ em abstrato, mas a algum lugar em particular; satisfazendo essa necessidade, as pessoas desenvolvem o compromisso e a lealdade” (SENETT apud BAUMANN, 2003, p. 100).

Por outro lado, ao analisar as produções culturais, Canclini (2008) irá mostrar um outro aspecto da noção do local na pós-modernidade: a fluidez que o lugar adquire com a volatilidade do mundo contemporâneo. Segundo ele, na atualidade, “o local costuma estar em outro lugar“. E exemplifica: O *danzón*, a mais célebre música cubana, se ouve e se dança mais no México do que em Cuba; a *cumbia* colombiana faz hoje mais sucesso no México, Porto Rico e Nova Iorque do que na Colômbia (CANCLINI, 2008, p.61).

Ainda que esta *deslocalização* a partir da internacionalização do que é típico não seja especialmente nova - vide o rock, o jazz e mais recentemente o funk e o rap americanos aclimatados e mestiçados em todas as línguas do mundo; ou ainda a bossa nova

⁴⁹ *Exótico* como aquilo que provém de outro lugar, estranho e distinto do nosso e *tradicional*, vinculado à características, vivências e ritmos de um mundo pré-moderno.

brasileira, hoje mais escutada e vendida fora, em especial no Japão, do que no Brasil – cada vez mais ela se intensifica e acentua-se pela velocidade que ganham os processos de permuta e mestiçagem cultural com as possibilidades do ambiente virtual. A música, por exemplo, embalada pela força intercambiante da internet em banda larga cada vez mais rápida, “talvez seja o ambiente onde mais veloz e radicalmente estão sendo reformulados os conceitos de local, nacional e global” (CANCLINI, 2008, p. 62).

Contudo, este mesmo processo vai além da indústria cultural, da produção dos bens imateriais. O mercado transnacional da economia-mundo altera completamente o sentido original da marca como identificação da origem do produto e assim como inferência de sua qualidade tal como conhecíamos desde a Idade Média. Atrás de matéria-prima farta e mão de obra barata o mercado “revoluciona o que sabíamos de geografia econômica” (CANCLINI, 2008:64): o tênis da americana Nike é produzido em Jacarta, carros japoneses da Honda são fabricados na China e os da sul coreana Hyundai, na Índia. Embaixo de uma marca francesa está escrito “Made in El Salvador”. Pela competição econômica, o lugar como suporte da maximização do lucro se fragmenta e assim, como diz Néstor Garcia Canclini, “as marcas são anunciadas onde as coisas não estão ou ali onde ainda não chegaram” (Idem). Desterritorialização e reterritorialização, do econômico e do simbólico, a (con)fundir espaços e significados.

Castells (2006), ao desenvolver sua teoria da globalização vai distinguir entre e duas esferas do local na contemporaneidade: os *espaços de fluxos* e *espaços de lugares*. Um *lugar*, ou espaço de lugar, segundo ele, é um local cuja forma, função e significado são independentes e claramente identificáveis, tanto na aparência quanto no conteúdo, como um bairro de uma grande cidade. As pessoas ainda vivem em lugares e percebem seu espaço com base no lugar onde constroem uma interação ativa com seu ambiente físico diário, recheada com uma gama de usos e expressões e uma diversidade de significados.

Já o espaço de fluxos vem a ser uma nova forma espacial característica das práticas sociais que dominam e moldam a sociedade em rede, ou seja, é o suporte material (tecnológico e decisório) dos processos e funções dominantes da sociedade informacional (Idem). Dois exemplos bem acabados de espaços de fluxos da sociedade em rede: o sistema financeiro mundial que opera à base de fluxos de informações global em tempo real com “nós” definidores de interesses de elites em várias partes do mundo (as bolsas de valores); e o universo da internet, dos grandes buscadores e diretórios de informação.

Assim, poderíamos dizer que na atualidade “os lugares permanecem fixos, é neles que temos raízes”, entretanto, “os espaços (de fluxos) podem ser cruzados num piscar de

olhos” (CANCLINI, 2005, p. 51). Isso significa que altera-se também a noção do tempo humano sob o paradigma da tecnologia da informação. Na estrutura social emergente, a partir do *espaço de fluxos* que é, em verdade, um não-lugar, estaríamos vivendo, pela velocidade e concomitância de infindáveis fluxos, no “limiar do eterno, do tempo intemporal”. Tal mudança nas concepções de espaço e tempo vai atingir diretamente outra noção fundamental na conformação e compreensão da sociedade: a noção de identidade.

b2) A busca por identidade(s)

Antes de mais nada, parte-se da premissa de que toda e qualquer identidade é construída socialmente e, individual ou coletiva, está localizada no espaço e tempo simbólicos (CASTELLS, 2006; HALL, 2005). Com a popularização da Internet e a conseqüente emergência de uma chamada “cultura do ciberespaço”, fenômenos marcantes na sociedade atual que pluralizam as fronteiras do espaço/tempo, também a noção de identidade irá deixar de ser fixa para ganhar novos contornos.

Como explica Stuart Hall em seu livro “Identidade Cultural na Pós-modernidade” (2005), a noção de identidade nos dias atuais difere da noção iluminista - quando a identidade dizia respeito ao “eu” pessoal do sujeito - ou da noção sociológica de identidade - vinculada à concepção de interação social, na qual a identidade preenche o espaço entre o eu e o mundo público, entre o indivíduo e a estrutura (HALL, 2005). Na sociedade contemporânea, a identidade ganha “contornos móveis” e pluralidade. Com o processo de deslocamento das estruturas tradicionais acelerado pela globalização, assim como da desconcentração dos quadros de referências que ligavam o indivíduo ao seu mundo social e cultural, não há uma noção fixa de identidade. “A identidade tornou-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2005, p. 13).

Para Baumann (2005), nesses nossos tempos de ‘modernidade líquida’, como o autor conceitua a contemporaneidade, as identidades estão em movimento conforme a sociedade procura adaptar-se aos grupos sociais também móveis e cada vez mais velozes que surgem. A construção da identidade, assim, assume a forma de “uma experimentação infindável”. Os experimentos jamais terminam, afirma o autor. “Você assume uma identidade num momento, mas muitas outras, ainda não testadas estão na esquina esperando que você as escolha” (2005, p. 91).

Essa mobilidade é mais acentuada à identidade individual, mas também incide sobre a identidade coletiva, entendida, de acordo com Castells (2006), como “a fonte de significado e experiência de um povo” - onde significado corresponde a identificação simbólica, por parte de um ator social, de um conjunto de atributos culturais interrelacionados (história, geografia, língua e ambiente), com os quais ele se reconhece e é reconhecido e, portanto, se distingue dos demais.

A política de construção de identidades, isto é - quem e como se criam as identidades e com que resultado - irá depender do contexto social historicamente determinado. Uma vez que o contexto é sempre palco de relações de poder, é na direção desse embate que irão se definir, segundo Castells (2006, p. 24), a forma de construção e a origem das identidades coletivas que, segundo proposta do autor, se distinguem em três tipos:

- i) *Identidade Legitimadora*: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir sua dominação em relação aos atores sociais. Essa identidade *dá origem a uma sociedade civil*, com organizações, instituições e atores sociais estruturados e organizados e que, muitas vezes, mesmo de modo conflitante, reproduzem a dominação estrutural.
- ii) *Identidade de Resistência*: criada por atores sociais que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação. Essa identidade *dá origem a comunas ou comunidades*, que é uma forma de resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável.
- iii) *Identidade de Projeto*: quando os atores sociais constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. Essa identidade *produz sujeitos*, entendidos de acordo com Touraine (1992) como o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem um significado mais integral de sua experiência social no mundo.

Seguindo a definição proposta por Castells, pode-se dizer que a primeira delas, a *identidade legitimadora*, parece ter entrado em crise diante da “rápida desintegração da sociedade civil herdada da era industrial e do desaparecimento gradativo do Estado-nação” (CASTELLS, 2006, p. 86). Já as *identidades de projeto*, exemplificadas nos movimentos sociais e culturais que floresceram nas últimas décadas do século XX como busca e proposta de uma mudança estrutural da sociedade - como o feminismo, o ambientalismo, a defesa dos

direitos humanos e das liberdades sexuais - também sofreram um certo embotamento na atualidade diante das dinâmicas da sociedade em rede, talvez pela apropriação genérica e atomizante de seus princípios e pela profusão dissociativa do apelo cotidiano e incessante de “novas” causas na rede⁵⁰.

A forma mais evidente de construção de identidade na sociedade contemporânea parece então girar essencialmente em torno da *identidade de resistência*, a partir da formação, segundo o autor, de *comunas ou comunidades* reativas ao projeto de globalização e a seus efeitos clássicos (inclusão e exclusão na rede, flexibilização de direitos, concentração econômica, homogeneização cultural) – sejam elas de caráter étnico, religioso, territorial e etc. Ao construir novos códigos culturais, essas reações defensivas tornam-se fontes de significado e identidade.

b3) A volta da(s) comunidade(s)

O retorno, porém, da noção de ‘comunidade’ não vai se dar apenas como reação à globalização, mas também, como no caso das identidades móveis, como resposta às potencialidades que seus dispositivos tecnológicos oferecem como novas formas de comunicação e sociabilidade virtual. Por meio das nominadas ‘redes sociais’ (*chats, orkut, msn, twitter, facebook...* numa geração de novidades incessantes) formam-se diariamente novas ‘tribos’ ou ‘comunidades virtuais’ situadas no território da internet, onde cada integrante é a representação do local na dimensão globalizada da rede.

A Rede na WEB se mostra como um espelho real dos antagonismos do nosso tempo ‘hipermoderno’: por um lado, como espaço sem controle, livre das censuras e das prerrogativas mercadológicas presentes nas grandes mídias, apresenta-se como ambiente virtual potencial e/ou realmente capaz de neutralizar, senão combater, os estratagemas da sociedade de consumo e do pensamento único por meio da democratização da comunicação; por outro lado, como ambiente virtual regido pelos critérios da velocidade, da superficialidade e da fragmentação, reproduz e potencializa a cultura do efêmero (*snack culture*) onde os produtos culturais são elaborados para um consumo instantâneo e a informação se defronta com o fenômeno da abundância e simplificação, típico da nossa hiper-realidade mercantil (PINHO NETO, 2009).

⁵⁰ Não há um dia sequer em que não sejamos acessados por mensagens em nossas caixas postais eletrônicas nos pedindo para ajudar a salvar idéias, povos e o planeta.

Se de um lado pode-se afirmar sem receio que a disponibilidade do livre acesso à informação propiciado pelas novas tecnologias da informação e comunicação (TIC), em especial a internet, é algo fundamental a conquista de maturidade política - e são inúmeros os exemplos de utilização cívica ou cidadã que a WEB propicia; de outro é preciso indagar se as formas virtuais de ‘agregação social’ exercitadas em profusão cotidianamente, local e globalmente, representam de fato um ganho para a prática democrática⁵¹ (Idem).

Segundo Baudrillard (2001), há uma espécie de declínio da cultura, do pensamento e da política, reflexo da total instabilidade e efemeridade presentes na vida social. O declínio do debate político se justificaria, por um certo lado, pela forma como os conteúdos informacionais estão sendo geridos na Rede. Para Baumann (2001), estaríamos presenciando na atualidade uma desintegração da rede social, com um conseqüente processo de descoletivização, daí o declínio da política. Tal cenário, como rebatimento individual, reacende e conclama a busca pela comunidade comum, física, aquela que é sinônimo de confiança, de abrigo e conforto, de reconhecimento, sentimentos e laços que tanto nos fazem falta.

Como ‘comunidade’ significa entendimento compartilhado do tipo ‘natural’ e ‘tácito’, ela não pode sobreviver ao momento em que o entendimento se torna autoconsciente, estridente e vociferante [...] Em suma, ‘comunidade’ é o tipo de mundo que não está, lamentavelmente, a nosso alcance — mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir (BAUMANN, 2003, pp.19-9).

A comunidade estaria assim vinculada à idéia não apenas de estar-em-comum, mas especialmente de ‘ser-em-comum’, como advoga Sodré com base em Sposito – “em outras palavras, comunidade não é o mero estar-junto num território, como numa aldeia, num bairro ou num gueto, e sim um compartilhamento (ou troca), relativo a uma tarefa, um *múnus*, implícito na obrigação originária (*ônus*) que se tem para com o Outro” (SODRÉ, 2007, p. 9).

Como se percebe, a noção de ‘comunidade’ ganha assim, ao longo do tempo, caráter polissêmico e coloca-se dentre as idéias mais evocadas na atualidade, atraindo inúmeras reinterpretações (PAIVA, 2007, p. 13). Suas duas vertentes principais passam a ser

⁵¹ Recentemente, as redes sociais foram acionadas para ajudar na localização de desaparecidos no terremoto do Chile, para angariar ajuda humanitária para as vítimas no Haiti ou ainda para promover alternativas de enfrentamento ao cerceamento da informação nas eleições do Irã e nas greves na Venezuela. Por outro lado, redes sociais são usadas para tráfico, prostituição, pedofilia. Redes sociais são usadas para vender e comprar moda, para ser fashion, para ser fútil. Redes sociais são usadas para burlar a solidão do mundo e para acomodar inquietações pela adesão virtual a causas coletivas. Fora e dentro da Rede, a racionalidade instrumental voltada mais ao pragmatismo do que a realização de utopias potencializa-se, regida por um egocentrismo/individualismo crônico, o que limita ou impede o pensamento coletivo crítico ou cívico.

foco intenso de estudos: as comunidades ditas reativas ou de resistência, vinculadas a ideia do que é “comunitário” hoje no mundo, em geral em lugares considerados periféricos; e as comunidades virtuais, em espaço de fluxos, formadas a partir de identidades móveis por interesses também voláteis, fortemente ligadas a questões subjetivas e engajadas em responder aos estímulos e demandas do sistema hiper-mercantil. Nesse contexto dual, retoma-se também, e intensifica-se, o trabalho e o debate teórico em torno da comunicação comunitária⁵², como força discursiva contra-hegemônica no campo comunicacional (PAIVA, 2007).

c) Os novos paradigmas – atualizando os campos

No que diz respeito às teorias do desenvolvimento, considerando as novas categorias ou suas novas vestimentas, a discussão nas duas últimas décadas se fez a partir da noção do desenvolvimento territorial, endógeno e, especialmente em torno do paradigma da sustentabilidade - pensada em termos integrais, ou seja, sustentabilidade que se engendra pela articulação de lógicas diversas e antagônicas: o econômico, o ambiental, o social, o cultural... – e ensejado a partir do protagonismo de atores locais⁵³.

No que diz respeito às teorias da comunicação, retorna a discussão ampliada em torno da comunicação comunitária, a partir da perspectiva cultural na observação de dois fenômenos paralelos: a) o das comunidades virtuais nas chamadas redes sociais no ambiente

⁵² Pela configuração e localização dos atores envolvidos nas práticas de construção de novas formas e meios alternativos de comunicação e pela reação muitas vezes agressiva das forças contrárias, evidencia-se que o cerne político do embate iniciado nos anos 1970 sob as ditaduras latino-americanas ainda permanece inflamado. Sobre o assunto afirma Raquel Paiva em livro por ela organizado e intitulado *O retorno à Comunidade: Os Novos Caminhos do Social* (2008): “Trabalhar, teorizar, debater a comunicação comunitária, é ainda hoje, para países como o Brasil, um chamamento político. Talvez se tenha acentuado ou retomado o viés político que os anos 60 e 70 conferiram á questão da comunicação, em especial aquela voltada para os meios de radiodifusão. Ainda hoje, no Brasil, se convive com os mais avançados aparatos tecnológicos e a prisão e apreensão de grupos e indivíduos que decidem produzir mensagens e programação fora do escopo do que é considerado legal. Ainda hoje, em pleno século XXI, em todo o Brasil, se convive com inúmeras prisões e fechamento de emissoras de rádio. Muitas fenecem e delas nunca mais se ouve falar, outras há, entretanto, que persistem em seu projeto comunicacional, mesmo com a ausência de um veículo, transmutando-se em atividades com preocupação ecológica, com saneamento básico, com processos educacionais e mesmo em atividades de lazer para populações ancoradas num mesmo espaço territorial. Por esta razão, o âmbito da comunicação comunitária tem sido passível de intensa atividade principalmente por parte de setores universitários – professores e alunos – em processos comunicacionais surgidos com a marca da contra-hegemonia discursiva” (PAIVA, 2007, p. 136-137).

⁵³ Novas premissas, que almejam caráter paradigmático e que, por conta da racionalidade do sistema que se quer eficaz, ganham adeptos até mesmo nos flancos classicamente conservadores como o Banco Mundial, que as irá traduzir e expandir em conceitos teóricos adaptados como *governança e capital social*. Sobre o assunto ver PETERSEN, 1999 e AVRITZER, 2003.

da internet e b) o dos usos de meios populares e/ou alternativos para a produção e difusão de informação, como se pretende a radiodifusão comunitária.

A teoria para o entendimento destes novos fenômenos na América Latina vai constituir-se como herdeira dos estudos culturais, aproximando o entendimento da cultura como fenômeno de comunicação e da comunicação como cultura (Thompson, Hall, Canclini, Martín-Barbero). Extrapola-se também a noção de meio, *media* ou mídia para além do entendimento técnico-mecânico, considerando-se então a característica de *mediação* sócio-cultural que se estabelece entre os atores por meio dos aparatos de interação comunicativa, mediação esta que se dá de maneiras diversas e distintas, e que, por sua vez, é determinante de novas formas de sociabilidade no mundo.

c1) Os novos paradigmas do desenvolvimento: local, humano e sustentável

O retorno ao local como palco central da territorialidade e à endogenia como vetor do desenvolvimento, ou seja, que irá pressupor como fator central o protagonismo dos atores locais no campo do desenvolvimento irá se dar a partir dos anos 90, como resposta a globalização e propiciado por novos arranjos institucionais diante da crise do Estado-nação e pelo surgimento de novos atores sociais, com um amplo repertório de reivindicações longamente represadas (movimentos por direitos sociais, ambientais e humanos).

A teoria do Desenvolvimento Endógeno, defendida pelo colombiano Vasquez Barquero (2002), é uma dessas novas abordagens que surge como reação ao esgotamento do modelo de desenvolvimento “a partir de fora”, disseminado nos anos 60 e 70 junto aos países periféricos e centra-se na concepção de um desenvolvimento “de baixo para cima”, no qual “o sistema produtivo dos países se expande e se transforma pela utilização do potencial de desenvolvimento existente no território (nas regiões e cidades), mediante os investimentos realizados por empresas e agentes públicos e sob o crescente controle da comunidade” (BARQUERO, 2002, p.38). A teoria consiste num enfoque territorial do desenvolvimento e do funcionamento do sistema produtivo, onde o território ocupa um papel de agente de transformação e não de mero suporte de recursos e atividades econômicas.

A comunicação, bem como seus elementos constitutivos ou correlatos (informação, conhecimento, aprendizagem) é tratada como fator imaterial do desenvolvimento, essencial ao “fortalecimento da capacidade organizacional do território” (BARQUERO, 2002, p.53), especialmente no que diz respeito ao papel (autonomia) dos atores econômicos (privados e públicos) nas decisões de investimento (tomada de decisão) e

localização. Nesse sentido, a comunicação é entendida enquanto interação e fluxo de informação relevante e encarada como fator determinante na construção de espaços de diálogo entre diferentes atores em jogo no campo do desenvolvimento.

c2) Empoderamento

Na ótica do desenvolvimento a partir do lugar e dos grupos locais um conceito importante que surge nessa época é o do empoderamento (*empowerment*), criado por Friedman (1996). O autor parte das condições peculiares dos países em desenvolvimento para desenvolver sua teoria do “collective self-empowerment”, cuja ênfase está na necessidade de uma luta dos grupos e dos indivíduos excluídos “contra o poder dominante das elites tradicionais” para conquistar acesso ao poder social e, na seqüência, ao poder político.

Nesse sentido, o *empoderamento* pode ser entendido como o aumento de poder e autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, dominação e discriminação (VASCONCELOS, 2003, p.20). Essa idéia já havia sido trabalhada por Paulo Freire junto a comunidades periféricas de camponeses ou operários, a partir da pedagogia do oprimido ou pedagogia da esperança, que defendia a emancipação e libertação por meio de um processo educativo e comunicativo.

c3) Desenvolvimento humano como liberdade

Em anos recentes, o indiano Amartya Sen (2000) propagou uma nova abordagem que também transmite a necessidade de um exame crítico dos (pré)conceitos e atitudes político-econômicas tradicionais, porém preserva a lógica do livre mercado a partir de uma argumentação à favor da *liberdade* de transações e escolha no mercado e na sociedade. Sen propõe o entendimento do *desenvolvimento como liberdade*, ou seja, como expansão das liberdades substantivas do indivíduo, ou mais especificamente como o aumento da capacidade de os indivíduos fazerem escolhas (SEN, 2000).

Nessa perspectiva a comunicação pode ser percebida como fator essencial à liberdade. As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como, por exemplo, ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição e a morte prematura, bem como as liberdades associadas, como saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão. Dentro dessa concepção, a expansão da liberdade é vista como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. Nesse sentido, “o desenvolvimento

consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2000, p.10).

A democratização dos meios de comunicação, nesse caso, pode ser entendida, portanto, como uma necessidade correlata à expansão das liberdades do indivíduo e à sua capacidade de fazer escolhas. Ainda mais considerando-se o padrão global concentrador de fluxos e meios de informação e a constatação de que a mídia, no mundo de hoje, representa não a única, mas talvez a mais determinante estrutura para a produção e circulação de sentidos.

c4) O Desenvolvimento sustentável

Ao internalizar a noção de sustentabilidade, o conceito de desenvolvimento consolidado a partir da Rio 92 (II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano), almejava ser capaz de abrigar todos esses novos componentes adjetivadores do desenvolvimento – local, humano, participativo, sustentável. Ou seja, no bojo do ‘desenvolvimento sustentável’ – entendido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1987) – estariam contidas as dimensões centrais ao enfrentamento dos dilemas e complexidades do mundo contemporâneo. Todavia, o que constitui sua força, isto é, a busca de um consenso sob um largo espectro ideológico, tornou-se seu dilema: ao perseguir a conjugação de fatores plenos de lógicas contraditórias esbarra no impasse da confirmação operacional de sua viabilidade.

Teoricamente, ao contrário, o termo “desenvolvimento sustentável”, em menos de duas décadas, se estabeleceu como paradigma do discurso acadêmico, político e empresarial e já transita pelo senso comum, a ponto de já ser visto como um conceito sob o risco de ‘desbotamento’ por uso intenso, genérico e simplificador. Em seu livro “Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI” (2005), José Eli da Veiga advoga que ao entrar “na moda” o adjetivo “sustentável” substituiu noções de linguagem corriqueira, como “firme” e “durável”, e sofreu uma banalização, sendo muito usado para qualificar tanto um “crescimento econômico que não seria passageiro, instável ou oscilante”, quanto especialmente para se referir à consistência dos mais variados tipos de fenômenos.

A noção de desenvolvimento sustentável distanciou-se assim de sua origem, cujo sentido inicialmente formulado tinha maior precisão e vinculava-se ao antagônico desafio de “crescer sem destruir”. De maneira crescente, a noção de “sustentabilidade” foi

ganhando conotações mais amplas como equidade, governabilidade e justiça social, ao mesmo tempo que sua discussão política e mesmo semiótica foi se tornando mais difusa⁵⁴.

No conceito de desenvolvimento sustentável operado no início dos anos de 1990, estava subentendida de forma central uma visão bidimensional do desenvolvimento - por um lado a preocupação global com a finitude dos recursos naturais e para tanto a necessidade de regras internacionais como garantia de preservação ambiental e, por outro, a necessidade de desenvolvimento econômico nacionais, o que significava o aumento da capacidade dos países produzirem mais. Ou seja, estavam abrigados de forma central elementos por função, antagônicos – economia e natureza – donde nascia a tensão essencial do conceito de desenvolvimento sustentável de então.

Como dilema, o conceito emergente já carregava em si dois pressupostos básicos que iriam acompanhá-lo de forma permanente: o conceito de “necessidades”, sobretudo a prioridade às necessidades essenciais dos pobres no mundo e a noção de “limitações” que o estágio da tecnologia e o modelo de produção e organização social impõem ao atendimento das necessidades presentes e futuras (CARVALHO, 2003, p. 206). Para responder ao desafio do planejamento sustentável neste sentido mais amplo, era necessário ir além e incorporar outras dimensões (política, tecnológica, social e cultural) à noção de desenvolvimento.

Essa visão mais ampliada e multidimensional de desenvolvimento já estava presente no conceito de “ecodesenvolvimento” - enunciado por Ignacy Sachs no início dos anos 1970, durante a Primeira Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU (Organização das Nações Unidas), realizada em Estocolmo, na Suécia (1972). Baseada no tripé *eficiência econômica, equidade social e prudência ecológica*, sua concepção desenvolvimento propunha uma combinação entre crescimento econômico, aumento igualitário do bem-estar social e preservação ambiental. A noção de *ecodesenvolvimento* evidenciava as influências que, ainda na virada nos anos 60/70, se impunham sobre a discussão ambiental, vivamente impregnada por preocupações sociais⁵⁵.

⁵⁴ Michael Redclift (2003) chegou a compilar 100 diferentes definições para o termo ‘desenvolvimento sustentável’.

⁵⁵ A Primeira Ministra da Índia, Indira Ghandi, revelando uma corrente de pensamento que chegava do Oriente e influenciava os intelectuais da época, afirmava que “a pobreza é a pior forma de poluição” (GODOY, 2007, s/p.). Essa vertente de um ambientalismo social vai se evidenciar e ganhar contornos mais definitivos na reunião de especialistas realizado em Cocoyoc, no México em 1974, organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUMA) e pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Na reunião, houve avanços no modelo de *ecodesenvolvimento* sugerido por Sachs em Estocolmo, na medida em que a concepção original avançou na percepção da responsabilidade dos países desenvolvidos com a situação global, apontando a conexão entre fatores como explosão populacional, pobreza e degradação e o elevado nível de consumo dos países desenvolvidos; ou entre desperdício e poluição e a necessidade e a urgência

A partir da Rio 92, a questão ambiental entra na agenda como uma política própria, uma política apresentada como indispensável para solucionar os graves problemas que afetam as sociedades industrializada (FREY, 200). Avanços significativos foram alcançados em relação aos arranjos institucionais e às práticas de mediação em consequência do debate ambiental no mundo (Tratado do Clima, Agendas 21 e etc.). A discussão, no entanto, da relação custo/benefício a ser vivida pelas nações desenvolvidas – caso elas venham a endossar plenamente o conceito de desenvolvimento sustentável proposto – permaneceu em aberto. Da mesma forma como continua em aberto a discussão que recai sobre os indivíduos frente às exigências planetárias por mudanças de mentalidade, atitude e padrões de consumo.

Na Rio+10, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realizada em Johannesburgo em 2002, o termo desenvolvimento foi utilizado com um novo significado. Há um deslocamento de foco. Pode-se dizer que no encontro de 2002, o eixo desloca-se do campo da economia para o da sociedade. A questão da insegurança, em sua forma mais ampla, vai permear a pauta do encontro. Tanto a insegurança doméstica, fruto dos graves custos sociais da conjuntura da globalização, quanto a insegurança global, com o acirramento dos conflitos bélicos e do terrorismo no mundo. A redução das desigualdades sociais e a superação da pobreza no mundo se inserem também neste contexto⁵⁶ como estratégia de alívio das tensões sociais (FONSECA, 2003).

É essa abordagem ampliada do desenvolvimento sustentável, como uma forma integral de desenvolvimento alternativo, que enquadra seu discurso mais recente, amplamente

da mudança dos padrões de produção e consumo dos países industrializados (GODOY, 2007). A *Declaração de Cocoyoc*, como ficou conhecida, é considerada fundamental para a construção da nova percepção da relação entre sociedade e natureza. Ao colocar a necessidade de uma “nova ordem econômica mundial” e falar em “consumo sustentável”, o documento buscou alertar para a idéia de que existiam limites ambientais e sociais para o desenvolvimento que deveriam ser respeitados. O documento de oito páginas afirmava também que o fracasso da sociedade mundial em fornecer uma vida segura e feliz para todos não é causada por qualquer carência presente de recursos, mas sim pela má distribuição e uso dos recursos disponíveis, tanto do ponto de vista econômico quanto social.

⁵⁶ No contexto da insegurança global, a queda do Muro de Berlim, em 1989, funciona como marco temporal de um “divisor de águas” na geografia e nas causas dos conflitos. Com o fim da Guerra Fria, que tinha como modelo a luta hegemônica entre os dois sistemas do século XX - capitalismo-socialismo - instala-se uma nova geografia de conflitos, que tem como elementos centrais do agravamento de tensões a disputa pelo trinômio riqueza- recursos naturais - poder e o reordenamento geopolítico a mobilizar estiramentos étnico-religiosos. Já a insegurança doméstica revela-se, na virada do novo milênio, no aprofundamento das desigualdades sociais. Na prática, a liberdade quase completa adquirida pelo capital dentro do quadro da globalização contribuíram para um processo de fusões-aquisições de mega-empresas que, segundo Chesnais (1996) empurraram o processo de concentração a níveis que pareciam impossíveis até vinte anos atrás.

difundido pelo mundo, mas também largamente impreciso. Antes mesmo da Rio 92, em 1987, no livro intitulado “Desenvolvimento Sustentável: explorando as contradições” (*Sustainable Development: Exploring The Contradictions*), Redclift chegou a inventariar mais de 100 significados para o termo desenvolvimento sustentável. Mais recentemente, o autor, em seu artigo “Pós-sustentabilidade e os Novos Discursos de Sustentabilidade” (2003), sugere o esvaziamento do conceito e as dificuldades de romper com os fundamentos do modelo liberal neo-clássico. Segundo ele a sustentabilidade, como um conceito estabelecido, “tem freqüentemente disfarçado, em vestimentas mais novas, alguns velhos conflitos do passado”:

Os “novos” discursos da sustentabilidade têm se revestido de uma nova linguagem – a deliberação, a cidadania, até mesmo os direitos das espécies – mas escondem, ou marginalizam, as desigualdades e as distinções culturais que têm determinado a agenda ambiental internacional (REDCLIT, 2003, p. 135).

Nas últimas quatro décadas, desde a crise do petróleo nos anos 70, tendo como foco o meio ambiente global, o que tem estado em jogo é a imposição de uma visão dominante e hegemônica sobre uma nova forma de produzir riqueza que assegure a durabilidade e disponibilidade dos estoques de recursos naturais. Não de qualquer recurso, mas em especial daqueles estoques, como de energia fóssil e mineral, que sejam funcionais à manutenção dos níveis de crescimento econômico e padrões de consumo dos grupos que já se beneficiam dos altos estágios de desenvolvimento social (FERNANDES, 2003). Ou seja, as regras do jogo no campo econômico e mesmo no campo do desenvolvimento podem ser alteradas ao longo do tempo, mas o resultado da partida e os jogadores mais bem posicionados em campo, com poucas exceções, permanecem os mesmos.

Para o economista indiano Abhijit Banerjee, o cerne do problema é justamente que o paradigma do desenvolvimento sustentável está baseado numa racionalidade econômica e não ecológica – “as principais suposições do paradigma econômico neoclássico permanecem intocadas e o crescimento econômico permanece inquestionável” (BANERJEE apud LEMOS, 2003, p. 151). O fato “de que as prioridades ambientais diferem em diferentes regiões” acaba não sendo discutido.

Quando trazido para o âmbito da discussão territorial na Amazônia, com suas especificidades e conseqüentes desafios ímpares, o ideário da sustentabilidade torna-se então ainda mais desafiador. Com a globalização e diante das noções de biodiversidade e sustentabilidade planetária a natureza, na atualidade, como coloca Bertha Becker (2004, p. 32), “é valorizada como capital de realização atual ou futura e como fonte de poder para a

ciência”. Com isso, decidir sobre o uso de territórios e ambientes como reservas de valor, torna-se uma forma de controlar o capital natural futuro. Nesse sentido, a disputa das potências detentoras da tecnologia pelos estoques de natureza, localizados, sobretudo, em países periféricos, incide vigorosamente sobre o Brasil, em especial sobre a Amazônia. É, portanto, na condição de Eldorado reeditado que o “imenso capital natural” da região tem seu valor renovado (STEINBRENNER, 2008). Já o imaginário sobre esse “eldorado” é construído e moldado do campo midiático sob as lentes globais.

c5) A Teoria das Mediações para além da midiaticização

Na comunicação, a renovação do campo teórico se dará pela perspectiva cultural de análise do novo cenário que se desenrola no mundo, agora sob as lógicas antagônicas que permeiam a globalização – desterritorialização/(re)localização, exclusão/inclusão, concentração/democratização. Os deslocamentos com os quais se procurará refazer o campo da comunicação virão tanto da experiência dos movimentos sociais como da reflexão que articulam os estudos culturais (BERGER, 2001; MARTÍN-BARBERO, 2004).

Na virada dos anos 1980/1990 já não se mostravam mais suficientes os modelos explicativos baseados estritamente na perspectiva crítica da denúncia e combate ao funcionalismo presente nos meios de comunicação de massa. Crítica importante e intensamente praticada nas duas décadas anteriores por autores fundadores do pensamento comunicacional na região, entre os quais Armand Matellart, Eliseo Verón, Luis Ramiro Beltrán e também o brasileiro Paulo Freire. Como sintetiza Christa Berger ao analisar o panorama da pesquisa em comunicação realizada na América Latina, “tudo desembocava na crítica aos meios – sua estrutura produtiva, sua programação, suas mensagens e sua recepção” (BERGER, 2001, p. 257). Meios de comunicação de massa que integravam (e continuam a integrar) uma concreta e complexa rede de dominação.

Vão ser as experiências de comunicação popular, comunitária e alternativa, vividas intensamente desde os anos 1960 em vários países da região – como jornais operários, rádios camponesas, vídeos-documentários populares e etc., foco de estudos de centros de pesquisa engajados como o CEREM no México, o LET, na Bolívia e mesmo a Cátedra

Unesco no Brasil⁵⁷ – que irão apontar no trajeto dos anos 1980 um dos caminhos de renovação do campo da comunicação.

No trajeto dos anos 1980 três campos de investigação na comunicação na América Latina se estabelecem como estratégicos e permanecem atuais e relevantes (MARTÍN-BARBEIRO, 2002, p. 113-114):

- I. *A estrutura transnacional da informação*, que na esteira da teoria da dependência vincula-se aos estudos das estruturas (atualmente hiper-concentradas) de produção da informação não apenas na dimensão econômica dessas estruturas, a mais estudada até agora, mas também em sua dimensão política e ideológica. A política, com foco nas formas particulares e concretas de relação entre as estruturas transnacionais de comunicação e poder e as estruturas nacionais (regionais e locais); a ideológica, vinculada não à ideologia do conteúdo noticioso, mas à análise dos dispositivos de enunciação das notícias, o que significa dizer atenção aos processos e aparatos (como divisão social do trabalho, formação dos profissionais, enquadramentos de câmeras e etc.) que se materializam em regras de ação e de discursos, apresentadas sob a pretensa neutralidade da técnica que mascara as determinações sociais que as regem;
- II. *As novas tecnologias de comunicação*, a partir de uma análise especialmente lúcida desse “novo” modelo de sociedade global e do peso relativo que possuem essas tecnologias e os processos que estabelecem. Para isso, segundo o autor, é necessário partir do reconhecimento de que a tecnologia, mais que um conjunto de ferramentas – ainda que convertido em um dos enclaves econômico-político mais decisivos da atualidade e percebido com fascínio global – é uma racionalidade prática e também a materialização de um modelo de sociedade. Faz-se mister então não só desmistificar seu poder eficaz de fetiche e a mistificação que produz, mas também ser capaz de revelar as virtualidades de transformação, as contradições geradas e, com isso, as possibilidades de reação que abrem; e
- III. *A comunicação participativa, alternativa e popular*, sendo o *alternativo* ligado mais à liberação da fala, da atividade e da criatividade popular do que à potência ou à sedução pretensamente ‘dialógica’ que exercem as novas tecnologias. Ou seja, o alternativo aliado ao popular, e *popular*, nesse caso, quer dizer *tornar possível a expressão das aspirações e expectativas coletivas produzidas por e desde os grupos*

⁵⁷ CEREN – Centro de Estudos da Realidade Nacional

*sociais de base (tanto majoritários quanto minoritários, tanto patentes quanto latente*⁵⁸). Porém, adverte Barbero, o ‘popular’ não é homogêneo nem unívoco e é preciso localizá-lo em processos ambíguos e conflitivos da modernidade: de um lado, o *popular como memória* de outras dinâmicas econômicas, sociais, simbólicas que emergem como senhas de identidade nas práticas do cotidiano dos lugares – nas praças e mercados de pequenas cidades, nas festas de interior e de bairros; do outro lado, o *popular maciço*, como negação e impossibilidade do popular na medida em que é uma cultura produzida para as massas e, portanto, reabsorve e homogeneiza as identidades culturais. Nesse caso, como diz Canclini (2008), a noção de ‘popular’ para a mídia massiva segue a lógica do mercado, para o qual, a rigor, não interessa o ‘popular’ e sim a ‘popularidade’ que agrada ou vende mais. Assim, ainda que de forma desigual, os setores populares co-participam nas relações de força. A comunicação, por sua vez, será *alternativa* na medida em que assuma a complexidade desses processos.

A partir dos novos conteúdos do ‘popular’, em especial a existência de um projeto de intervenção cultural a partir dos movimentos sociais, pontuava-se a necessidade de reconhecimento de experiências coletivas de comunicação como forma de articulação e *mediação* social. Mediação enquanto categoria explicativa capaz de operar a e na multidimensionalidade e na multiculturalidade do mundo contemporâneo.

As categorias com as quais ingressamos nos anos 90 não são mais nem a de ideologia, nem a de dependência, ainda que estas tenham sido incorporadas ao discurso como um todo, mas a de mediação e a de hibridação, que permitem repensar a relação do popular com o massivo, da comunicação com os movimentos sociais, do receptor com o meio, todas “mediadas” pelas estruturas socioculturais (BERGER, 2001, p. 269).

Martín-Barbero irá defender, por meio de sua **Teoria das Mediações** (1979), uma visão transdisciplinar da comunicação a partir de uma abordagem específica para a região, ainda mais diante da dimensão e dos desdobramentos que a comunicação assume com as novas tecnologias em todas as instâncias da vida social. Assim, a sociedade deve ser pensada *desde a comunicação*, legitimando-a como um campo transdisciplinar no interior das ciências sociais.

⁵⁸ Definição de alternativo e popular na comunicação de massa de Vidal Beneyto (1979) adotada por Martín-Barbero em *Ofício de Cartógrafo* (2004:120). Segundo Beneyto: “O alternativo ou é popular ou se degrada em brinquedos e/ou máquina de dominação”..

Agora, tratar-se-ia de outra coisa: de uma história dos processos culturais enquanto articuladores das práticas comunicativas com os movimentos sociais, o que implica inserir a comunicação no espaço das ‘mediações’ nas quais os processos econômicos deixam de ser uma parte exterior dos processos simbólicos e estes por sua vez aparecem como constitutivos e não só expressivos do sentido social. Porque não há infra-estrutura ou economia que escape à dinâmica significativa, não é possível continuar pensando separadamente e de maneira fetichista o plano dos processos tecnológicos, industriais, e o da produção e reprodução de sentido. A partir daí, faz-se possível – ao menos em teoria – superar a concepção instrumentalista dos meios que ou os esvazia de espessura e materialidade histórica pensando-os como meras ferramentas nas mãos da classe dominantes ou os reduz à sua dimensão discursiva com o que as lutas sociais que os atravessam não seriam mais do que lutas entre discursos (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 131).

A partir destas rupturas e descolamentos tanto teóricos como sociais e políticos, Martín-Barbero (2004, p. 261) propõe um deslocamento do eixo do debate dos meios para as mediações, ou seja, para o espaço de articulação entre práticas de comunicação e movimentos sociais, onde se cruzam as matrizes culturais. Matrizes culturais que podem ser entendidas como marcas incrustadas na experiência social dos sujeitos, individuais ou coletivos, que são ativadas nas interações sociais, embaralham-se com as novas experiências e os novos movimentos, atualizam-se no (des)encontro cultural da interação social – comunicacional e/ou midiaticizada – quando então se modificam, desterritorializam-se para reterritorializarem-se (MAZZARINO, 2006). As matrizes culturais se constituem por via das mediações sociais, e, ao mesmo tempo, são elas mesmas mediações para os fazeres sociais (*habitus*) e na construção de novas identidades num mundo que se complexifica a cada dia diante das potencialidades das novas tecnologias e seus impactos e efeitos sobre o mundo vivido, muitos ainda sequer imaginados.

Para buscar entender o que chama das “novas complexidades das relações constitutivas entre comunicação, cultura e política”, Martín-Barbero (2006, p. 16) irá traçar um **mapa das mediações**⁵⁹, um sistema de observação e análise que se move sobre dois eixos ou percursos temporais: um eixo diacrônico, ou seja, histórico ou de larga duração, entre Matrizes Culturais e Formatos Industriais; outro, sincrônico, focado em dado momento ou a partir de certos fatores de mudança, tensionado entre as Lógicas de Produção e as Competências de Recepção ou Consumo.

A relação entre Matrizes Culturais e Formatos Industriais, explica o autor (2004, p. 16-17) “remete à história das mudanças entre *movimentos sociais e discursos*

⁵⁹ Em seu livro “Dos Meios às Mediações” (pg. 16) e reafirmado em “Ofício de Cartógrafo” (2002), pg. 230.

públicos e destes com os modos de produção do público que agenciam as formas hegemônicas de comunicação coletiva”. Mudanças que provém tanto das mudanças do capital e das transformações tecnológicas como do movimento permanente das gramáticas discursivas (entre hegemônico e subalterno) que alimentam os diferentes gêneros e meios de comunicação.

Vista a partir da *socialidade*, ou seja, pelo viés da mediação que se estabelece no ambiente de comunicação de uma comunidade social e que nos remete à movimentos de reencontro com o comunitário, “a comunicação é vista como questão de *fins* - da constituição do sentido e da construção e desconstrução da sociedade”. Vista, por outro lado, a partir da *institucionalidade*, “a comunicação se converte em questão de *meios*, isto é, de produção de discursos públicos cuja hegemonia se encontra hoje paradoxalmente do lado dos interesses privados” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p.18). A *institucionalidade* que atravessa a comunicação diz respeito a mediações de interesses e poderes contrapostos que afetam ao longo do tempo a regulação dos discursos na forma de condicionamentos diversos, por leis, regras ou políticas públicas (Idem, 2006).

Com relação à *tecnicidade*, que diz respeito em grande parte à “capacidade de inovar nos formatos industriais” (Ibidem), é preciso não confundir a comunicação com a técnica nem tampouco considerá-la (os meios) acessória. *Tecnicidade*, palavra criada por Barbero para se referir ao papel estratégico da técnica no mundo contemporâneo, nem é técnica nem é tecnologia, mas nome que tem familiaridade com as palavras sociedade e identidade e que indica a passagem da técnica instrumental do *saber fazer* para a técnica estrutural do nosso tempo (MARTÍN-BARBERO, 2008). Já as *ritualidades* remetem ao nexo simbólico que sustenta toda a comunicação (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 19).

Em sua relação com os formatos industriais (discursos, gêneros, programas, grades de programação), as ritualidades constituem *gramáticas de ação* – do olhar, do escutar, do ler – que regulam a interação entre os espaços e tempos da vida cotidiana e os espaços e tempos dos meios. O que implica a capacidade dos meios de impor regras de significação, ainda que significação seja diferente do sentido para o receptor a partir de uma interpretação sempre subjetiva. Do ponto de vista das capacidades de recepção ou consumo, as *ritualidades* remetem de um lado aos *usos sociais* dos meios; do outro lado, as *ritualidades* remetem às múltiplas *trajetórias de leitura* vinculadas às condições sociais do gosto (níveis e qualidade de educação, classe, gênero, hábitos familiares, regionais, memória étnica, etc.)(Idem).

A busca de Martín-Barbero com este mapa das mediações é reconhecer a centralidade e complexidade com a qual a mídia passa a operar o (e no) mundo, constituindo-

se como “espaço-chave de condensação e interseção da produção e do consumo cultural, ao mesmo tempo em que catalisam hoje algumas das mais intensas redes de poder” (Idem). Para o autor, é justamente desse papel fulcral que provém a necessidade (urgente) de enfrentar o “*pensamento único* de que a tecnologia é hoje o ‘grande mediador’ entre os povos e o mundo, quando”, na prática, “o que a tecnologia medeia hoje mais intensa e aceleradamente é a transformação da sociedade em mercado, e deste em principal agenciador da mundialização” (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 230). Essa reação encontra seu lugar estratégico justamente na articulação de identidades de resistência aos processos globalizantes, atores que o autor chama de *mediadores socioculturais*.

A luta contra o pensamento único acha assim um lugar estratégico [...] nas transformações que atravessam os *mediadores socioculturais*, tanto em suas figuras institucionais e tradicionais – a escola, a família, a igreja, o bairro – como no surgimento de novos atores e movimentos sociais que, como as organizações ecológicas ou de direitos humanos, os movimentos étnicos ou de gênero, introduzem novos sentidos do social e novos usos sociais das mídias. Sentidos e usos que em suas tentativas e tensões, remetem, de uma parte, à dificuldade de superar a concepção e as práticas puramente instrumentais para assumir o desafio político, técnico e expressivo que leva o reconhecimento *na prática* da espessura cultural que hoje contém os processos e os meios de comunicação; mas de outra parte remetem também ao lento surgimento de novas esferas do público e formas novas de imaginação e criatividade social (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 230).

As práticas da comunicação comunitária (participativa), popular e alternativa a partir de novos *mediadores sociais* são justamente o foco deste estudo sobre rádios comunitárias como dispositivos de mediação social, surgidos a partir da articulação contra-hegemônica de movimentos sociais, em localidades do interior da Amazônia, mais especificamente na região da Transamazônica. Uma região como já discutimos no início deste capítulo, duplamente periférica – tanto como resultado do processo de modernização recente, tardia e dependente, que se dá no país a partir dos anos 30, quanto pela reprodução crônica desse padrão que pensa a região de “fora prá dentro”, e que torna as desigualdades ainda mais desiguais na região.

Uma região, marcada por sua luta por reconhecimento diante da opacidade provocada pelo isolamento geográfico e político que o abandono crônico por parte do Estado lhe impôs. Uma região onde os movimentos sociais cedo descobriram, diante de um cenário de mediação periférica – onde não se tem acesso aos bens e meios comunicativos porque são escassos, não existem, são privados ou estão nas mãos do poder político e econômico – que era preciso comunicar para existir – “comunicar é dar existência”, lembra Barbero. Para

quebrar o silêncio e o abandono, era necessário então se fazer ouvir, estabelecer novos arranjos comunicativos, novas mediações sociais.

Ao colocar sob o foco os modos de operação e funcionamento de meios alternativos e populares de comunicação nestas localidades da Transamazônica, região emblemática do processo modernizador do regime militar, acreditamos estar trazendo também de forma emblemática para a discussão o lugar estratégico da comunicação comunitária e popular na articulação de novos arranjos institucionais e (re)posicionamentos de grupos sociais subalternos no campo da comunicação e assim, por conseguinte, no campo do desenvolvimento da região.

Assim, quem sabe, consigamos colocar em cena para o debate, como diz Martin-Barbero (2006), a “lenta formação de novas esferas do público” na Amazônia, de novos usos sociais dos meios de comunicação e de “novas formas de imaginação e criatividade social”.

[...] refiro-me a essas “novas maneiras de estar juntos” pelas quais se recria a cidadania e se reconstitui a sociedade, a partir de associações de bairro para a solução pacífica de conflitos, e das emissoras de rádio e televisão comunitárias para recuperar memórias e tecer novos laços de pertença ao território (MARTIN-BARBERO, 2006, p. 20).

Desenhar o cenário da Transamazônica e suas dinâmicas pela perspectiva histórica de seus principais atores – o Estado interventor e os movimentos sociais – para então entender o fenômeno das rádios comunitárias na região é o objetivo do próximo capítulo.

3. A TRANSAMAZÔNICA

Para entender o fenômeno das rádios comunitárias é necessário, como acredita Bourdieu, situá-lo radicalmente em seu contexto. Isso significa, do nosso ponto de vista, entender a região onde se dá este fenômeno, a Transamazônica, as dinâmicas que a formaram e forjaram uma identidade local e os atores principais em campo – de um lado o Estado interventor, personagem hegemônico no campo do desenvolvimento; de outro, os movimentos sociais, atores contra-hegemônicos no desenvolvimento e na comunicação. Este é o caminho de entendimento na régua do tempo que propomos trilhar nesse capítulo.

Ao fazer um recorte e focalizarmos com uma grande-angular no tempo a região da Transamazônica como região socialmente construída, drasticamente construída pode-se dizer, temos, nos últimos 40 anos, um palco extraordinário por onde vêm transitando modos de pensar e intervir na realidade social. Para enredar esta história e entender a lógica das ações e os atores principais nelas envolvidos – com seus consequentes cenários e dinâmicas que contribuíram para o surgimento das rádios comunitárias – definimos como elemento estruturante uma estrada, com suas motivações e consequências: a BR 230, mais conhecida como Rodovia Transamazônica, mais especificamente no trecho que corta o estado do Pará entre os municípios de Altamira e Rurópolis, um trecho de 352 km, onde se deu de fato, de forma mais intensa e acabada, o processo de ‘colonização dirigida’ implementado pelo governo Médici. Um projeto modernizador inspirado pelo desenvolvimentismo de alto impacto promovido pelo Estado no auge do Milagre Econômico e da ditadura militar. Um projeto implantado de forma discricionária, responsável pela intervenção estatal mais impetuosa e abrupta, e, portanto, violenta em termos de colonização que se tem notícia na história do país.

Ao pensarmos a região nas últimas quatro décadas, a partir da idéia dos pares teóricos como eixos de entendimento, percebe-se que a intervenção na Transamazônica pelo projeto militar se dá sob os moldes do desenvolvimentismo e embalada pela lógica comunicativa do difusionismo, ou seja a partir da ideia de comunicação como mera transmissão de conteúdos com fins de convencimento do grande público, no caso tanto os migrantes a serem trazidos para a região quanto a Nação, entusiasmada com as grandes obras e os resultados econômicos e assim desviada da opressão do regime.

A reação ao modelo interventor e ao abandono posterior da região se dará, por sua vez, sob o pensamento emancipador da comunicação dialógica, esta inspirada na crítica à

modernização construída pela Teoria da Dependência, cenário ideológico no qual se forjam os movimentos sociais na região da Transamazônica, sob os auspícios da Igreja libertadora. Diversas estratégias de comunicação serão desenvolvidas nessa época como instrumentos de mobilização e organização dos movimentos sociais, tendo como eixo de articulação, como veremos, o novo sindicalismo rural na região.

As rádios comunitárias irão surgir nesse bojo, mas já ao final desse período de intensa articulação das forças progressistas pelo fortalecimento das bases populares (meados dos anos 90). Seu funcionamento, assim como as mediações que estabelecem para continuar existindo se darão sob um tempo de lógicas controversas e paradigmas por vezes antagônicos (local/global, desenvolvimento/preservação, comunitário/comercial, oposição/situação), já sob os matizes da *globalização-midiatização*, esta de caráter periférico e precarizado. Um cenário onde as dinâmicas serão alinhavadas hegemonicamente não mais pelo Estado, mas pelas regras e padrões do mercado, mais uma vez determinadas de *fora pra dentro*.

Pode-se resumir então, sem a pretensão de esgotar o assunto e seus meandros, que o que procuraremos detalhar e discutir neste segundo capítulo é, portanto, um percurso no espaço-tempo de uma região, que tem na Rodovia Transamazônica seu eixo físico-temporal. Um trajeto orientado ou influenciado por lógicas de ação comunicativa - da intervenção no início dos anos de 1970 à reação social na região, da qual as rádios comunitárias se originam, já em meados dos anos 90 e em torno da qual, na figura dos novos movimentos sociais, elas mantêm a busca pela articulação de sua identidade e sobrevivência na atualidade.

3.1. DIMENSÕES DA REGIÃO

A área identificada atualmente como região da Transamazônica, no trecho em que a rodovia corta o estado do Pará, tem uma abrangência variada conforme a referência que se leva em conta. Segundo definição do governo federal, o Território da Transamazônica – a partir da conceituação dos chamados Territórios da Cidadania, programa lançado em 2008⁶⁰, abrange uma área de 251.839,20 Km² e é composto por 10 municípios: Altamira,

⁶⁰ O Programa Territórios da Cidadania foi lançado em 2008 pelo governo federal e propõe a ação integrada de vários ministérios para o desenvolvimento de políticas públicas em áreas de escassez com a finalidade de diminuir desigualdades, especialmente nas áreas rurais. O Território da Cidadania da Transamazônica é um dos oito territórios criados no Pará. Até 2009, eram 120 os territórios criados em todo o país. (Revista Territórios da Cidadania/2009).http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlm/clubs/territoriosrurais/pageflip/pageflip-view?pageflip_id=2221713

Medicilândia, Pacajá, Porto de Moz, Vitória do Xingu, Anapu, Brasil Novo, Placas, Senador José Porfírio e Uruará, a maioria constituída nos anos 80 e surgida de antigas agrovilas e agrópolis construídas pelo projeto dos militares. A população total do território nessa perspectiva é de 263.309 habitantes, dos quais 143.014 vivem na área rural, o que corresponde a 54,31 % do total (SIT/IBGE 2007), a maior parte, cerca de 27 mil famílias, é formada por agricultores familiares assentados na região desde o início da colonização dirigida em 1970 (SIT⁶¹). O governo do estado segue essa mesma abrangência e delimitação porém com outra denominação – Região de Integração Xingu⁶².

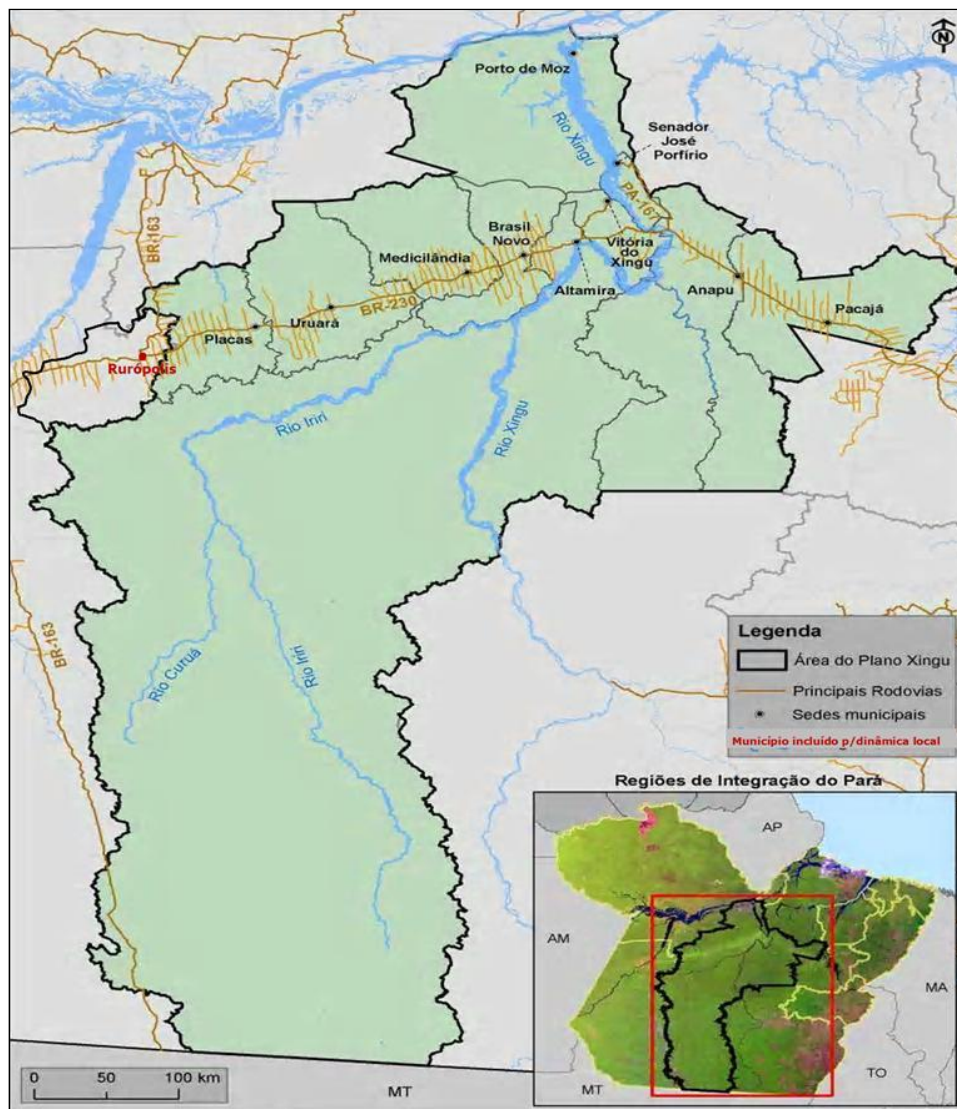
Já segundo a dinâmica da organização dos atores locais, em especial dos movimentos sociais, incluí-se nesta lista um município que é marco tanto da colonização dirigida dos anos 1970 como da reação a ela e a seus efeitos: Rurópolis, com 24.660 habitantes (SIT/IBGE, 2007), 65% dos quais na zona rural e uma área de pouco menos de 7mil km². Nasceu Rurópolis Emílio Médici e deveria ser a primeira das 23 rurópolis - estágio mais avançado do ambicioso modelo de urbanismo rural idealizado pelos militares – mas foi a única. Pelo mesmo motivo que nasceu, por sua localização estratégica, na confluência da Transamazônica com a Cuiabá-Santarém (BR 163), acabou se tornando a porta de entrada e palco inicial da organização sindical dos agricultores da região - movimento que influenciou a própria identidade da Transamazônica - impulsionou toda a articulação dos movimentos sociais e a formação de lideranças políticas em torno da luta contra o isolamento e o abandono da região.

Um isolamento em grande parte determinado sazonalmente pelas condições da rodovia Transamazônica e BR 163 (Cuiabá-Santarém), por onde circulam pessoas e produtos na região. Com alto potencial de exploração de seus recursos naturais, com vocação para a agropecuária e destaque para a pecuária de corte, lavoura temporária (arroz, milho e mandioca) e permanente (cacau, café e banana), e exploração florestal, os municípios ao longo da estrada dependem das condições dessas estradas para escoar sua produção intra e extra-regionalmente (PDRSX, 2009).

⁶¹ Sistema de Informações Territoriais (SIT), base de dados do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/territorio.php?menu=cidadania&base=2>

⁶² O Decreto nº 1.066, de 19 de Junho de 2008, acompanha em parte as delimitações dos Territórios da Cidadania no estado e também os princípios da delimitação das regiões, que se baseia em critérios de semelhança (ocupação, nível social e dinamismo econômico) e integração entre os municípios agregados. O objetivo é a “diminuição das desigualdades regionais”, porém volta-se de igual forma aos espaços rurais e urbanos. Os municípios da Transamazônica integram a Região de Integração Xingu, uma das 12 regiões redefinidas pelo decreto.

Mapa 1: Região da Transamazônica segundo dinâmicas locais



Fonte: SEIR/GeoPará, 2008. PDRS Xingú, 2009. Versão preliminar. Adaptada pela autora.

Cronicamente com problemas, renovados a cada estação de chuvas, o de chuvas, resultado é um baixo dinamismo econômico e uma alta precariedade na oferta de bens públicos que resultam no comprometimento da qualidade vida das populações da região: isso é o que aponta o índice de desenvolvimento humano dos municípios da Transamazônica (IDHM/PNUD), que em 2000 (0,67) mostrava-se abaixo da média nacional (0,69) da década anterior (PNUD, 1991)⁶³.

⁶³ Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, o IDHM nacional medido no ano de 2000 era de 0,766. O Índice de Desenvolvimento Humano criado pela ONU leva em conta a longevidade, o nível de escolaridade e o PIB per capita. Dados disponíveis em: <http://www.pnud.org.br/atlas/>

Este que tem sido o dilema histórico da região - o asfaltamento da Transamazônica – tornou-se fator focal de aglutinação, porque reivindicação de senso comum mesmo entre atores antagônicos no palco de poder na região. O movimento pela sobrevivência da Transamazônica, que cedo adotou a comunicação como estratégia de difusão e mobilização, da qual as rádios comunitárias derivam, tem origem e eixo na articulação dos colonos migrantes assentados às margens da “pista” que os trouxe de vários cantos do país. A inacaba BR 230.

3.1 A TRANSAMAZÔNICA (BR230) SURGE NO MAPA

A história da rodovia Transamazônica, sua construção e motivação, traz em si elementos que mais parecem arroubos literários, tamanha a megalomania que a envolvia. Oficialmente, tudo começou na manhã do dia 09 de outubro do ano de 1970, quando na pequena e pacata cidade de Altamira, às margens do Rio Xingu, sudoeste do Pará, com pouco mais de 15 mil habitantes, chegou a comitiva presidencial para fazer o lançamento oficial de uma obra considerada por seus idealizadores algo tão notável quanto a própria corrida espacial e anunciada como "uma das duas únicas obras humanas que os astronautas veriam do espaço na Terra" (a outra era a Muralha da China)⁶⁴.

Tudo parecia possível naqueles tempos, afinal, o homem chegara à Lua. Tempos de contrastes. O Brasil ainda respirava o entusiasmo dos “90 milhões em ação” pelo tricampeonato da Copa do México, reforçado pela campanha ufanista “Brasil, ame-o ou deixe-o” do governo militar. Vivia-se o auge do “milagre econômico” e também do “terror” político. O país cresceria naquele ano a uma taxa de 9,5% do PIB, a inflação seria a mais baixa da década, menos de 20% ao ano e as reservas cambiais alcançariam U\$ 1,2 bilhão de dólares⁶⁵, outro feito numérico. Também radicalizava-se a fase já sombria da histórica política do país pós-golpe de 1964 e do AI-5 em 1968⁶⁶, com a criação dos DOI-CODI, onde se

⁶⁴ Ver Lúcio Flavio Pinto sobre as ações de grande impacto do regime militar,

⁶⁵ Mensagem do Governo do Presidente Emilio Médici ao Congresso nacional, 01 de março de 1970, pg.17. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsb/bsd/ul349/000013.html>

⁶⁶ Durante a ditadura militar foram editados 17 atos institucionais. Mas entre eles, o mais polêmico e violento foi o de Número 5. O AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968, reedita os princípios do AI-1, suspende o princípio do *habeas corpus* e institui de forma clara e objetiva a tortura e a violência física contra os opositores do regime.(Brasil: Nunca Mais, 1985 apud PRIORI, 2004)

praticaria pela década seguinte a tortura e morte nos “porões da ditadura”⁶⁷; instalava-se oficialmente naquele ano a censura prévia a filmes⁶⁸, livros, revistas e periódicos⁶⁹. Mas isso era coisa que poucos ficavam sabendo, a imprensa estava silenciada ou conivente. No interior da Amazônia paraense, onde chegava a Hora do Brasil⁷⁰ pelas ondas da Rádio Nacional de Brasília (OC), e por meio das programações das rádios em ondas curtas de Belém, Clube e Marajoara⁷¹, comprava-se a imagem vendida pela publicidade oficial do governo e garantida pela censura no país.

Depois de sobrevoar durante quase três horas a floresta, vindo de Manaus, num avião “Avro” C-91 da FAB, o então presidente, general Emilio Garrastazu Médici, chega a Altamira às 11 da manhã, acompanhado de nada menos que oito de seus ministros - Hygino Caetano Corsetti, das Comunicações; João Paulo dos Reis Veloso, do Planejamento; José Costa Cavalcanti, do Interior; Luis Fernando Cirne Lima, da Agricultura; Jarbas Passarinho, da Educação; Mario Andreazza, dos Transportes e Francisco de Paulo Rocha Lagoa, da Saúde - além dos chefes dos gabinetes Militar (João Figueiredo), Civil (João Leitão de Abreu), do SNI (Carlos Alberto da Fontoura), e do governador do Estado, Alacid Nunes⁷².

Após as honras de estilo, (o presidente) seguiu em direção ao centro da cidade, onde foi entusiasticamente recebido pelos 3 mil habitantes de Altamira. Sofrendo os efeitos da alta temperatura reinante —quase 40 graus— o presidente dirigiu-se para o local da solenidade, distante oito

⁶⁷ Entre 1964 e 1981, 341 pessoas desapareceram dos porões dos órgãos de repressão do regime militar (DOPS, DOI-CODI), 197 destes somente entre 1970 e 1973, anos do governo Médici. Ver Anexo 2 (RETRATOS DO BRASIL. *Ditadura e Violência Política*, 1984; LINHARES (Org.). *A Modernização Autoritária*, 1990)

⁶⁸ Somente em 1970, cem (100) filmes brasileiros sob as ondas do Cinema Novo e o Cinema de Rua de São Paulo Cineastas em Ação, a produção de filmes militantes seriam apreendidos pelas tesouras da censura (RETRATO DO BRASIL, 1984.p. 285-287).

⁶⁹ Logo que toma posse, o presidente Médici baixa o Decreto-Lei nº 1077, que institui a censura prévia a livros, revistas e periódicos. A princípio, a Constituição garantia a liberdade de expressão à imprensa, somente permitindo a “verificação da existência de material atentatória à moral e aos bons costumes”. Na prática, esta verificação levou os censores para dentro dos jornais e empresas de comunicação. Tudo embasado pelo Ato Institucional nº 5 (1968), o mais rigoroso e amplo instrumento de perseguição e punição política do regime militar, que será revogado somente no final de 1978, término do governo Geisel. (RETRATO DO BRASIL, 1984. “A Gerra da Censura”, p.142-144)

⁷⁰ Criado no Estado Novo, com o nome de “Programa Nacional”, depois “Hora do Brasil” (1938) e a partir de 1971, Voz do Brasil, o programa teve papel central na popularização da ditadura Vargas e seguiu durante décadas servindo como instrumento de propaganda governamental, posição atenuada porém não superada após a redemocratização do país sob a proposta de dar foco às questões de cidadania.

⁷¹ Na virada da década de 1960, as duas emissoras de rádio mais antigas do Pará, Rádio Clube e Rádio Marajoara mantinham programas voltados ao interior do Estado. Da Rádio Clube, por ondas médias (OM), chegava o *Mensageiro do Interior* e, na Marajoara, por ondas curtas (OC), o *Alô Alô Interior*, importantes programas de recados e mensagens entre ouvintes da capital e do interior do Estado. Sobre os 70 anos da história do rádio em Belém, ver “O Pará nas Ondas do Rádio”, projeto de ensino, extensão e pesquisa da UFPA. Sítio: <http://www.oparanasondasdoradio.ufpa.br>

⁷² Fonte: “ARRANCADA PARA CONQUISTAR O GIGANTESCO MUNDO VERDE”, matéria publicada no Jornal Folha de São Paulo, em 10 de Outubro de 1970. Acervo *on line* da Folha. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_10out1970.htm Acessado em 18 de maio de 2010.

quilômetros.[...] O presidente emocionado assistiu à derrubada de uma árvore de 50 metros de altura, no traçado da futura rodovia, e descerrou a placa comemorativa do início da construção. [...] Incrustada no tronco de uma grande castanheira com cerca de dois metros de diâmetro, na placa estava inscrito: "Nestas margens do Xingu, em plena selva amazônica, o Sr. Presidente da República dá início à construção da Transamazônica, numa arrancada histórica para a conquista deste gigantesco mundo verde".(FOLHA DE SÃO PAULO, 10 de Out. de 1970).

No texto publicado no jornal Folha de São Paulo, no dia seguinte à solenidade de lançamento das obras da rodovia Transamazônica, evidenciam-se as noções que emolduravam, na época, a visão sobre o desenvolvimento da Amazônia.

3.2.1. Visões sobre a região e os atores locais

Todas as representações espaciais, em diferentes momentos e contextos, resultam de representações mentais, ou seja, de “atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem seus interesses e os seus pressupostos” (Idem). As representações mentais por sua vez forjam e são forjadas por representações sociais, que são elementos simbólicos que os homens expressam mediante o uso de palavras e de gestos. As representações sociais, muitas vezes idealizadas a partir da disseminação de mensagens e de percepções advindas do “senso comum”, sempre refletem as condições contextuais dos sujeitos que as elaboram, ou seja, suas condições socioeconômicas e culturais (MOSCOVICINI, 1989 apud FRANCO, 2004).

A noção de região em si deriva de uma disputa de idéias sobre um dado território. Já em sua etimologia (*regio*) conduz ao princípio da *di-visão* - ato que consiste, conforme Bourdieu, em “traçar as fronteiras”, em “separar o interior do exterior”. Uma região, segundo o autor, deve ser percebida como resultado de “lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social, e por este meio, de fazer e de desfazer os grupos” (BOURDIEU, 1989, p.112). Ou seja, a região não é senão resultado de um jogo de poder para impor limites a partir de uma dada visão de mundo.

Assim sendo, noções pré-concebidas tendem a gerar as representações mentais e as representações sociais (e vice-versa) sobre o novo território explorado e seus grupos sociais nativos e, por sua vez, os modos de agir e intervir sobre eles. Dentre as noções que emolduravam a visão de desenvolvimento no início dos anos 1970 levado à cabo pelos

governo federal na região da Transamazônica, pode-se perceber de forma mais destacada as seguintes:

1º) *A Amazônia é percebida de forma mítica*, a floresta como algo misterioso, exótico, estranho e apartado do todo que é o resto do país, “gigante mundo verde”, ora ‘paraíso’ pela sua incalculável riqueza natural, ora ‘inferno’, pelo que traz de desconhecido e desafiador, a ser conquistado e vencido em nome do “progresso”. Tal olhar mítico sobre a região⁷³ é algo que remonta à idéia do Eldorado de ouro e prata dos primeiros desbravadores (séculos XVI e XVII) ou da extraordinária ‘natureza selvagem’ dos viajantes de expedições científicas (século XVIII e XIX), ou ainda do ‘ouro verde’ do ciclo da borracha. O mito como ferramenta simplificadora e estratégica, que se manifesta pela visão exógena da região a partir do uso (ou não uso) de suas riquezas naturais (STEINBRENNER, 2007, 2008). O olhar mítico como “elemento de uma postura ideológica”, segundo a qual “a região somente tem sentido, geopolítico e, conseqüentemente militar, a partir da manutenção de sua política de estoque de riquezas naturais” (DUTRA, 1999, p. 4).

2º) *A natureza, portanto, é percebida apenas como matéria prima para o progresso* – idéia fundamentada pelo projeto técnico/científico iluminista que considera a natureza como objeto de controle e uso livre pelo homem e consolidada pela economia clássica, onde a “natureza torna-se insumo, enquanto disponibilidade de recursos naturais, ficando sua valorização econômica de mercado circunscrita ao custo da exploração” (MOTA, 1999, p. 27);

3º) *A indústria extrativa e a agricultura itinerante praticada pelas populações nativas da região e por pequenos produtores rurais é fator de atraso e deve ser superada pela modernização da agricultura* A questão que as elites governantes enfrentavam era como modernizar um setor agrário arcaico geralmente visto como representante do maior entrave para o desenvolvimento e terreno fértil para o radicalismo agrário⁷⁴ (HOUTZAGER, 2003).

⁷³ Chamar a atenção para os mitos, como alega Schwartzman (1981), não significa dizer que eles sejam necessariamente errados ou ilusórios. Ninguém se atreveria a contestar, por exemplo, a grandiosidade e a diversidade ambiental amazônica – em 7% da superfície do globo, o maior reservatório de água doce do planeta (12% de toda a drenagem superficial/ PINTO, 2004), a maior extensão de floresta contínua (3,5 milhões de km²), com a maior biodiversidade de fauna e flora do mundo (cerca de 5 mil espécies de árvores, mais de 3.000 espécies de peixes, mais de 100 espécies de macacos etc.). O que dá força ao mito é justamente que ele captura uma parte significativa da realidade social, como ela é e como ela é percebida pelas pessoas, e transforma tudo isso em verdades generalizadas

⁷⁴ As Ligas Camponesas, por exemplo, tão combatidas no início da ditadura em regiões do interior do país ainda eram percebidas como risco latente a ser evitado e combatido pelo regime. As Ligas Camponesas foram

Por muito tempo, as formas tradicionais de uso da terra, praticadas pelos grupos indígenas e pelos caboclos, caracterizadas por uma combinação de produtos extrativos florestais e de cultivo pós-queimada, foram vistas como responsáveis pela falta de desenvolvimento socioeconômico na Amazônia (GOUROU, 1950; MAHAR, 1978; WAGLEY, 1953 apud HURTIENNE, 2003). As políticas governamentais de modernização tentaram justamente introduzir uma agricultura “ordenada” na região, à imagem daquela existente na Europa e no Sul do Brasil (COSTA, 1992 apud HURTIENNE, 2004), como parte de um projeto transformador mais amplo para a zona rural.

O objetivo era criar um setor agroindustrial dinâmico, mediante vultosas transferências e subvenções distribuídas pelas agências governamentais de desenvolvimento e o apoio da pesquisa e assistência técnica, centralizadas na modernização agrícola intensiva, especialmente com os pacotes tecnológicos da Revolução Verde⁷⁵ (HALL, 1989; BROWDER, 1988; HECHT, 1983, 1985). Segundo o projeto dos militares ‘linha dura’, como veremos detidamente mais à frente, a inserção do Brasil na economia internacional se daria pela expansão do setor de agroexportação, que funcionaria então como uma alavanca para impulsionar o restante da economia para um novo e prolongado período de crescimento econômico.

4º) Por fim, cultivava-se a noção de que *o Estado desenvolvimentista era o único ator capaz de dominar o “gigante mundo verde” e primitivo e torná-lo obra de civilização*. Esta idéia de superioridade repousa em dois aspectos distintos: o primeiro, mais imediatamente ligado aos agentes da intervenção, vincula-se à visão em geral presunçosa e auto-elogiosa que a corporação militar tem de si e, em particular, à visão que tinha o grupo mais radical das Forças Armadas, os chamados militares “linha-dura”, que além de chamar o golpe de 64 de ‘revolução redentora’, acreditava que os militares seriam os únicos a salvar o país do atraso e da corrupção e, portanto, deveriam ficar no poder até que essa missão estivesse totalmente cumprida; o segundo aspecto repousa num olhar bem anterior, presente na obra do naturalista francês do

associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás, Paraná e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964 (CAMARGO, 2006)

⁷⁵ O termo Revolução Verde surge no pós-guerra a partir da proposta de aumento da produção agrícola voltada para o mercado externo e com o uso intensivo de insumos industriais, no que ficou conhecido como “pacotes tecnológicos”. A filosofia da revolução verde, voltada a valorizar com o apoio de crédito e tecnologia a monocultura e o latifúndio, foi levada a partir dos anos 50, em sua primeira etapa para os países do chamado Terceiro Mundo, como o Brasil.

século XVIII, conde de Buffon, um dos maiores representantes da ideologia eurocentrista e da crença na inferioridade daquele que é nativo de uma ‘terra incógnita’⁷⁶, visão que será ainda o pano de fundo para as teorias da modernização no pós-guerra que partem sempre do modelo central, desenvolvido e concentrador, como ideal de transformação de sociedades “atrasadas”.

O Estado encarna então não apenas a figura do conquistador, mas também o novo *descobridor* da Amazônia – ou seja, é aquele que vem de fora e se coloca na posição de revelar algo que antes não existia para o conhecimento estabelecido (DUTRA, 1999) – a partir do “vazio demográfico” - e, ao dar nome e nova forma ao ‘desconhecido’, adquire o domínio da descoberta. Isso significa que a realidade existente no lugar ‘descoberto’ e aqueles que ali já estavam não são reconhecidos pelo ator externo que se impõem como dominante. E assim não o foram as populações locais na história da configuração da Transamazônica.

Segundo o Censo de 1960 o total da população já existente na região a ser colonizada não chegava a 20 mil pessoas, a maior parte, cerca de 70%, vivendo nas áreas rurais, no modelo tradicional de povoamento rio-várzea-floresta, e vivendo do extrativismo vegetal ou animal (PDRS Xingu, 2008). Em sua maioria, famílias cuja origem remontava a outras levadas migratórias determinadas por demandas de mão de obra – no período da coleta das Drogas do Sertão, (Séc. XVI e VXII), no auge da cultura da borracha no final do século XIX ou na tentativa de sua recuperação, na Segunda Grande Guerra. Faziam parte, histórica e culturalmente, da chamada Amazônia tradicional, acessível por vias naturais e que na mistura de europeus e populações indígenas ao longo dos séculos deu origem à chamada “cultura cabocla dos ribeirinhos”, fadada, na visão de quem chegava ‘de fora’, a se render ao “progresso” que chegaria pela estrada.

O único município na rota da nova estrada a ser construída, na altura do Km 725, era Altamira, pouco mais que uma vila pacata, na beira do Rio Xingu, de economia de base extrativa (castanha, borracha e garimpo) e meia dúzia de casas comerciais ao redor de uma pracinha, com uma população na área urbana do município que, na época, não chegava a seis mil habitantes (IBGE, 1970). Durante os três anos que duraram as obras da rodovia, Altamira, que se tornou sede e ‘capital’ da Transamazônica, se transformou.

⁷⁶ Segundo Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon, que publica o livro *História Natural, geral e particular* em 1749, sem nunca ter pisado nas Américas, “o continente americano em seu estado bruto era hostil ao homem, com suas paisagens pantanosas, inundadas e fétidas, sendo seus habitantes selvagens, “primos” dos animais, marcados pela insensibilidade e pela imaturidade” (MEDEIROS LAHUERTA, 2006). Tal concepção irá aparecer exemplarmente no livro “Inferno Verde”, título da obra ficcional de Alberto Rangel (1904), que apresenta a floresta como um grande obstáculo para a ação do homem e que somente se tornará “obra de civilização” pelas mãos de “raças superiores”, dotadas de firmeza e inteligência e “providas de dinheiro” (RANGEL, 1927, p. 280).

Fernando Morais (2003), primeiro jornalista a percorrer a BR 230 por inteiro antes (com o trajeto ainda no papel, em 1970) e depois de construída (em 1974), conta que junto com os trabalhadores da estrada, empregados das três grandes construtoras responsáveis pela obra (Mendes Junior, Queiroz Galvão, Camargo Correa), vieram os colonos e os aventureiros que queriam ganhar dinheiro rápido e fácil. A população do município saltou para 18 mil habitantes e ao final desse tempo já tinha ruas asfaltadas, iluminação à vapor de mercúrio, centenas de casas comerciais (num total de 480 casas de tecidos, empórios, casas de calçados bebidas, açougues, ferragens e material de construção), dezenas de bares restaurantes e hotéis que viviam lotados com novos empresários vindos do Sul e comitivas oficiais. Muito dinheiro circulou em Altamira naqueles anos, capital da colonização dirigida, tudo inflacionou. Porém ninguém se lembrou que “a euforia tinha prazo para terminar”.

No dia em que as máquinas foram embora, deixaram de circular na cidade, mensalmente, 2 milhões de cruzeiros (*o equivalente a 400 mil dólares na época*). E como as atividades tradicionais de Altamira foram colocadas em segundo plano – todo mundo queria ganhar dinheiro com o comércio – a exploração de castanha, borracha e minérios decaiu muito e hoje atravessa uma de suas piores fases. (MORAIS, 2003, p. 62)

Quanto às populações indígenas da região - uma das áreas de maior etnodiversidade da Amazônia- havia sinais de 29 tribos indígenas⁷⁷ no traçado da Transamazônica ou nas suas proximidades, com uma população de aproximadamente 5 mil índios (MORAIS; GONTIJO, 1970; REALIDADE, 1971, p. 212). Em relação às populações indígenas, um plano da FUNAI, na época, deixava claro que a maior preocupação do governo era evitar choques violentos com as frentes de trabalho que abriam a rodovia. Previa a pacificação urgente e o deslocamento das tribos que estivessem no caminho da estrada. Tudo em nome do que se entendia por progresso.

A declaração do então ministro do Interior, Costa Cavalcanti, em 21 de agosto de 1970, na edição histórica da revista Realidade sobre a Amazônia (1971) revela bem a mentalidade da época: “tomaremos todos os cuidados com os índios, mas não permitiremos que entrem o avanço do progresso”. Algumas semanas depois, a FUNAI divulgava um plano detalhado contendo “medidas de antecipação” para evitar choques com os índios nas frentes de trabalho da Transamazônica, no qual evidenciava as diretrizes de uma política

⁷⁷ Somente no trecho paraense a ser cortado pela rodovia, a FUNAI reconhecia a existência de grupos isolados e arredios das etnias Jurunas, Caiapó, kararaô, Paracanã, Araras, Assurinim e Açucarotes (MORAIS e GONTIJO, 1970).

“empresarial” para o desenvolvimento das comunidades indígenas encontradas: “Ou a integração na economia regional como consumidor e produtor, ou a desagregação e o desaparecimento” dizia o ministro. Tal afirmação gerou na época forte reação de antropólogos, sociólogos e outros indigenistas que, apesar da censura, lançaram um manifesto condenando a política indigenista do governo Médici (REALIDADE, 1971).

Esta imagem da Amazônia, a ser domesticada pela ação alóctone (de fora), que vê o autóctone (de dentro) como inferior, indolente ou incapaz de vencer este *gigante natural*, e não reconhece ou não se atém aos interesses locais, demonstra um claro elemento ideológico que se repete ao longo da história da região: o *não reconhecimento*, como coloca Charles Taylor (1989 apud SOUZA, 2003), que finda por imprimir sobre o outro que sofre a ausência do reconhecimento – o que se aplica tanto a indivíduos como a coletividades, aqui no caso, indicando um região - uma imagem “devalorizada e redutora”. Como somos criaturas de relações contingentes, tal visão, construída nos moldes de uma sociedade hierárquica funciona como uma forma de opressão, de aprisionamento, gerando uma auto-imagem limitada ou depreciativa que passa a se reproduzir como “verdade”. Esse o princípio da modernização periférica.

Pelo olhar de quem vem de fora, o olhar do “descobridor”, legitimado pelo poder de decidir, nesse caso o Estado desenvolvimentista interventor, percebe-se a região amazônica enquanto paisagem (recursos naturais), mas negligencia-se ou ‘invisibiliza’, já que não se reconhece, o ser humano que a habita (STEINBRENNER, 2007). Este não reconhecimento das populações indígenas e de ribeirinhos que já se encontravam na região se explica talvez pelo fato de que estas populações locais mantêm na região sistemas pré-capitalistas de produção, baseados em formas tradicionais e sustentáveis de economia extrativa que não se enquadram assim na lógica produtivista e instrumental do sistema (POKORNY *et al*, 2010). Uma visão de desenvolvimento e gestão limitada e limitante que, convenhamos, não se alterou consideravelmente até os nossos dias.

3.2.2 A estrada (BR 230): desenvolvimentismo de alto impacto

As obras da rodovia transversal que iria cruzar o Brasil, ligando as regiões Nordeste à Amazônia e esta ao Centro-Oeste, começaram no dia 1º de setembro de 1970, mobilizando uma verdadeira operação militar. Somente para abrir o primeiro trecho da Transamazônica, os 262 km de Estreito, no Maranhão, à Marabá, no Pará, uma das quatro

construtoras responsáveis pela obra utilizou 1.500 trabalhadores, 315 máquinas e 700 caminhões⁷⁸. O plano da obra previa a abertura de três quilômetros por dia, com jornadas de 24 horas de trabalho ininterruptas. Seriam ao todo cerca de cinco mil quilômetros de traçado da BR 230, dois terços disso em meio à floresta primária, a um custo total em torno de um bilhão de dólares⁷⁹. O projeto inicial da rodovia era ainda mais ambicioso, previa ir de João Pessoa, na Paraíba, até uma saída para o Oceano Pacífico, atravessando o Acre, como caminho para escoar a produção agrícola que se queria incrementar na região.

Inaugurada oficialmente em setembro de 1972, a BR 230 porém jamais ficou pronta. O trecho inaugurado por Médici ia de Estreito à Itaituba, no Pará, com 1254 km de extensão, dos quais somente 10 km entregues asfaltados, apenas na chegada em Altamira, onde se deu a cerimônia de inauguração. Em meados de 1974, o governo Geisel anunciava o fim das obras da rodovia inacabada. Atualmente, a Transamazônica cobre 4.178 quilômetros, de Porto Cabedelo, na Paraíba, até Lábrea, no Amazonas, isso sem contar um trecho planejado, ou seja, só no papel, de quase 900 quilômetros, de Lábrea até o município de Benjamim Constant, já na divisa com o Peru (Ministério dos Transportes, 2009).

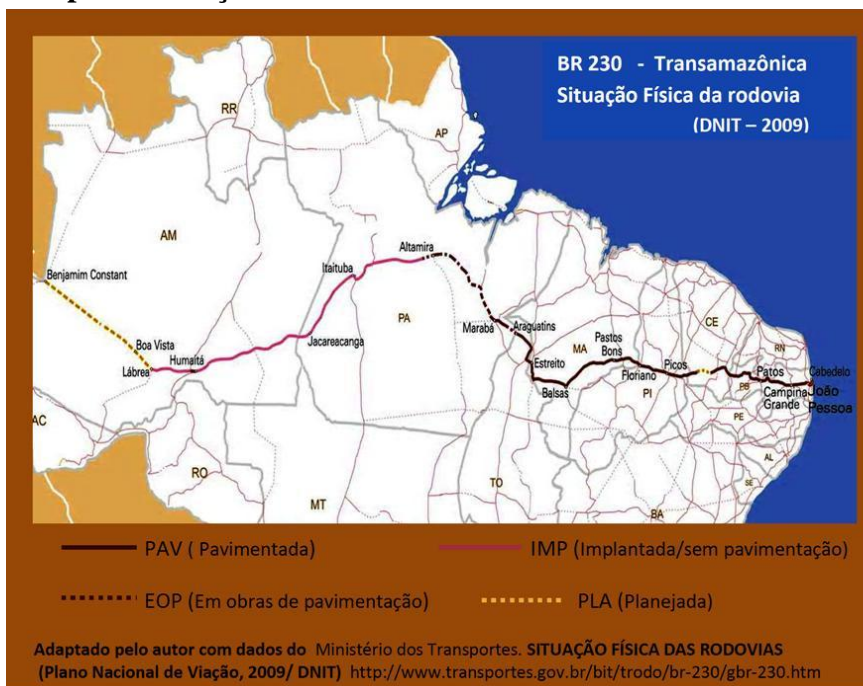
Apesar dos esforços e recursos mobilizados pelo governo a pavimentação da estrada, permanece em aberto até hoje. Menos da metade da rodovia que corta sete estados brasileiros (Paraíba, Ceará, Piauí, Tocantins, Maranhão, Pará e Amazonas) está pavimentada (Mapa 2).

Nos estados do Pará e Amazonas – seu trecho mais longo (1.569 e 831 quilômetros, respectivamente) e onde de fato merece seu nome de batismo - a Transamazônica continua praticamente uma estrada de chão coberta por cascalho e terra (apenas 12% do trecho paraense e menos de 1% da estrada no Amazonas estão pavimentados). Entre janeiro e junho, época das chuvas na região, torna-se intrafegável e, nos meses secos, transforma-se em pista de “aventura”, farta em pó e buracos.

⁷⁸ Anúncio publicitário, pg 18 e 19. Revista Realidade, Edição especial Amazônia. Outubro de 1971.

⁷⁹ Custo total da rodovia Transamazônica segundo estimativa do então ministro da Economia, Delfim Neto, relatado em matéria especial na revista Aventuras na História – “Transamazônica, uma estrada do tamanho do Brasil”. Editora Abril. Disponível em: <http://historia.abril.com.br/politica/transamazonica-estrada-tamanho-brasil-433869.html>. De acordo com reportagem publicada no Jornal da Tarde, em 1974, sobre “O Sonho da Transamazônica”, do jornalista Fernando Morais, o custo estimado na época para a construção da estrada era de 700 milhões de cruzeiros (Cr\$) ou cerca de 150 milhões de dólares na ocasião. A reportagem consta do livro “Cem quilos de ouro (e outras histórias de um repórter)”, livro de Morais, publicado em 2003 (Companhia das Letras).

Mapa 2: Situação Física da BR 230



Fonte: DNIT, 2009.

Durante todos esses anos, a pavimentação da BR 230 tem sido a principal reivindicação da população da região. Ela foi prometida em vários governos, mas nunca cumprida ou apenas pontualmente e somente nas proximidades dos municípios e em pequenos trechos que, sem manutenção, são consumidos pelas chuvas amazônicas. Agora, segundo o planejamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do atual governo, a Transamazônica receberá pavimentação em cerca de 700 quilômetros de seu leito, da divisa do Pará com o Tocantins até o município de Rurópolis, com um investimento total de R\$ 967 milhões de reais (PAC/ 10º Balanço/Janeiro a Abril de 2010).

3.3 O ESTADO INTERVENTOR

A decisão de se construir a rodovia Transamazônica teve motivações variadas, porém embaladas por um estado interventor numa dimensão nunca antes experimentada. O golpe militar de 1964 havia sinalizado um “divisor de águas na formulação de políticas para a Amazônia” (HALL, 1991:26). Até então, as iniciativas públicas para explorar os recursos da região, haviam sido “fragmentadas, muito limitadas e inconclusivas” (Idem), desde a primeira

grande penetração importante com finalidades econômicas que ocorreu com o ciclo da borracha, em seus dois períodos⁸⁰, até a tentativa ambiciosa, porém, com resultados modestos da SPVEA (1953-1964).

3.3.1 A SPVEA: um ensaio de grande porte

Apesar de anterior, a experiência da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) é uma referência importante para entender o processo e os modelos de desenvolvimento para a região. A SPVEA foi criada como uma agência de desenvolvimento regional, em 1953, a partir das discussões de representantes no Congresso Nacional diante do fracasso de iniciativas anteriores para desenvolver a economia da região, focadas sempre num só produto, a borracha. O Plano de Valorização Econômica da Amazônia, ao contrário, era concebido “como um sistema de obras públicas destinado a desenvolver a produção agrícola, mineral, industrial e elevar o bem-estar social e econômico da população” (MAHAR, 1978:15). As obras seriam financiadas por um fundo especial, estabelecido constitucionalmente (Art. 199 da Constituição de 1946), regulamentado sete anos depois (Lei nº1806/1953) e “mantido por um percentual de 3% do total da receita de impostos federais durante um prazo de 20 anos consecutivos” (Idem).

a) Surge a “Amazônia Legal”

A mesma lei que criou a SPVEA também redefiniu e expandiu em um terço a região entendida como Amazônia - da noção puramente geográfica de “Amazônia Clássica”, que compreendia o Amapá, Acre, Roraima (então Rio Branco), Rondônia (então Guaporé), Amazonas e Pará, para a noção que impera até hoje de “Amazônia Legal”, adaptada ao conceito econômico da região pensado pelo Plano, aumentando assim o desafio diante de uma área total de cerca de 5 milhões de quadrados, cobrindo 60% do território nacional.

O planejamento era pensado em longo prazo, ao menos inicialmente, através de planos quinquenais que, na prática – por falta de autonomia na gestão dos recursos e problemas de custeio – transformaram-se em planos anuais, sem grande impacto na realidade

⁸⁰ O primeiro ciclo, de 1870 até 1912, do período auge à derrocada da *hévea* nativa amazônica, quando o Brasil perde a competitividade diante das *plantations* de seringueiras britânicas na Malásia e o governo Hermes da Fonseca institui o Plano de Apoio à Borracha (1912-1914) numa tentativa fracassada de fortalecer a posição do país no mercado internacional e também melhorar as condições sociais e econômicas na região; e o segundo ciclo, na tentativa de reanimar as “decadentes perspectivas da Amazônia e da indústria da borracha” (idem) durante a Segunda Guerra Mundial, no que ficou conhecido como a Batalha da Borracha (ALVES PINTO, 1981 e MARTINELO, 1988)

social da região (MAHAR, 1978; HALL, 1991). Os cortes no plano original foram motivados pela necessidade do governo federal reduzir gastos públicos em prol da estabilização monetária, já que o país vivia um período de surto inflacionário, herança menos desejada do Plano de Metas⁸¹ de JK (ALMEIDA, 2004), identificado por muitos como o primeiro plano brasileiro de programação global da economia.

b) *A Belém-Brasília*

Em termos gerais, após dez anos de operação na Amazônia, a principal realização da SPVEA foi a construção da Belém- Brasília (BR14), primeira grande estrada a cruzar a Bacia Amazônica e facilitar a penetração e a ocupação desordenada e em grande escala da região (Idem).

Supostamente inspirada por pressão do *lobby* da nascente indústria automobilística do país, e não pelo desejo de colonizar o interior *per se*, estima-se que a estrada atraiu 174.000 migrantes no período 1960-70, de uma forma muito desorganizada e não planejada (Martine, 1980), embora outros autores (como, por exemplo, Katzman, 1977) tenham sugerido um número muito mais alto, de até 320.000 colonos (HALL, 1991, p. 25).

Ao contrário da Belém-Brasília, que respondia às demandas da indústria automobilística de expansão da malha rodoviária e aos interesses dos setores produtivos do Sudeste de acesso a novos mercados consumidores, a Transamazônica foi pensada como eixo estruturante de um projeto que aliava pela primeira vez a integração econômica da Amazônia à questão da segurança nacional e também, de forma inusitada, ao desenvolvimento de um projeto agrário voltado a pequenos agricultores, tendo como estratégia a execução de um gigantesco projeto de colonização dirigida que pretendia assentar ao longo de 200 km das margens da rodovia 100 mil famílias no prazo de 4 a 5 anos, transformando colonos em pequenos empresários rurais.

É importante salientar também que em nenhum dos casos se pensou em quem já estava na região ou no impacto que seriam causados às suas condições originais. Nenhum estudo de impacto ambiental foi realizado para construir na época essas mega-rodovias. Também não existia a percepção e, portanto, a preocupação de que se estaria alterando brusca e profundamente um modo de produção sustentável baseado numa cultura cabocla ribeirinha, historicamente construída, e fundamentada na extração de produtos da floresta e do rio.

⁸¹ O Plano de Metas, com ênfase no desenvolvimento da infra-estrutura e da indústria de base do país, sobretudo automobilística, e o próprio governo de Juscelino (1956-1960) em si, com seu emblemático *slogan* “50 anos em 5”, imprimiu no país a mística do desenvolvimentismo.

3.2.1. Integração parte I: Operação Amazônia e o estímulo ao capital privado

Como já foi dito anteriormente, o golpe militar estabeleceu um divisor de águas na formulação de políticas para a Amazônia, talvez, como especula Hall (1991:26), porque as autoridades militares “eram mais sensíveis à importância geopolítica da região que os governos civis que os antecederam”. A mais visível mudança foi o estabelecimento de uma “nova e mais enérgica estratégia de ocupação” da região como mecanismo de integração econômica (Hall, 1991:26). Na primeira fase do regime militar, durante o governo do general Castelo Branco, intensificou-se o estímulo à ocupação pelo capital privado que já vinha ocorrendo desde os anos 50, quando empresários paulistas começaram a buscar grandes áreas de terra na Amazônia para a criação extensiva de gado.

Deu-se continuidade à política de atração de capital privado por meio de incentivos fiscais iniciada pela SPVEA, porém as condições definidas para atrair investidores foram de tal sorte ampliadas que acabaram gerando ao longo do tempo consequências dramáticas para a região: tanto pela criação de uma cultura da *farra* das isenções e incentivos, plena em desvios e corrupções - que acabariam investigados pelo Ministério Público Federal na virada dos anos 90⁸² - como pelos efeitos sócio-ambientais danosos causados pela expansão vertiginosa da pecuária, segmento mais beneficiado pelas condições nunca antes tão generosas oferecidas pelo novo plano de desenvolvimento para a região que recebeu o nome de “Operação Amazônia” (1966).

Para executar o novo plano foi criada no mesmo ano uma nova agência de desenvolvimento regional, a SUDAM, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Surgia para suceder a desacreditada SPVEA. O modelo era a SUDENE, superintendência implantada no Nordeste por Celso Furtado, em 1959, final do governo JK e auge da mística desenvolvimentista. Para atrair investidores privados concedeu-se isenção de 100% do imposto devido para quem investisse na agricultura, pecuária, indústria e serviços básicos na região; abriu-se pela primeira vez linhas de crédito para aquisição de terras em escala

⁸² O escândalo da SUDAM, como ficou conhecida, trazia à tona uma série de denúncias de corrupção e desvios de verba pública tendo como eixo as superintendências regionais de desenvolvimento. As denúncias surgiram no embate política entre ACM, Antonio Carlos Magalhães, e Jader Barbalho, pela presidência do Senado. Um dos resultados da investigação do MPF, que abriu 481 processo por desvios de recursos num total de R\$ 4 bilhões nas duas autarquias, foi o fim, ao menos temporário como se verá, do modelo e da figura da SUDAM e SUDENE, no início de 2001 (JB On Line - <http://elisetexns.blogspot.com/2010/04/lentidao-da-justica-pode-deixar.html>)

substancial; criou-se um banco novo especialmente para financiar o esquema de incentivos, o Banco da Amazônia (BASA).

A explosão da pecuária na região refletia a ênfase global que organismos multilaterais, como Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, concediam à atividade em suas carteiras de investimentos. “Só essas duas organizações emprestaram U\$1,3 bilhão para criação de gado nas décadas de 1960 e 1970” (HALL, 1991: 27). A pecuária era tratada pelo Estado e pelo mercado como a coqueluche ao desenvolvimento da Amazônia e vendida em maciça publicidade como a atividade mais rentável na Amazônia, como ilustram os vários anúncios (Anexo 4) públicos e privados, publicados na edição especial da revista REALIDADE, em outubro de 1971.

“Aplique o incentivo fiscal de seu imposto de renda e multiplique seu dinheiro”, prometia um. “A Amazônia vai transformar seu imposto de renda em \$ Filé-Mignon”, garantia outro. “Em 1 alqueire de terra paulista de valor muito alto é possível engordar no máximo 3 bois. Em 1 alqueire de terra nova da Amazônia de valor baixo é possível engordar de 4 a 5 bois”, argumentava o terceiro de muitos anúncios buscando convencer o capital privado a investir em empreendimentos agropecuários, todos apoiados pela SUDAM. Não se tratava da busca por ouro ou prata, mas a argumentação trazia na facilidade de enriquecimento a idéia da conquista do novo Eldorado. Com o apoio do “Ministério do Interior e da SUDAM”, os “empresários sulistas” eram apresentados como “os novos bandeirantes do século XX”, os grandes responsáveis por uma nova realidade na Amazônia, que estaria sendo “definitivamente ocupada” em nome de um “progresso” que chegava pelas patas do boi. “A boiada está modificando a paisagem amazônica, fazendo desaparecer a era das lendas, do exotismo, dos mistérios, das promessas”, anunciava enviesada, porém profeticamente, a publicidade comercial.

3.3.2.1. Pecuária na Amazônia: modelo perverso de degradação e conflito

O resultado mais visível de toda essa campanha de incentivos em apoio à pecuária apareceu, ao longo dos anos, no forte impacto causado no cenário sócio-ambiental da região. Nas últimas quatro décadas o ecossistema florestal aos poucos foi sendo substituído por sistemas agropecuários que exigem grandes áreas de pastagens, pouco empregam mão-de-obra e, por sua dinâmica de ocupação e por sua lógica capitalista de expansão, geram conflito e violência no campo.

Do ponto de vista ambiental, a pecuária consolidou-se como o grande vetor do desmatamento. Pesquisadores (KAIMOWITZ, *et al* 2004; BARRETO *et al*, 2005, FEARNSSIDE, 2005; RIVERO *et al*, 2009) calculam que a pecuária responde atualmente por até 80% do desmatamento na região - 235 mil Km² já estariam ocupados por pastos na Amazônia, região onde mais cresce o rebanho bovino no Brasil, hoje o maior exportador mundial de carne⁸³. Do ponto de vista social, a abertura das fazendas de gado na Amazônia findou por gerar um flagelo, até hoje irremediável, de violência e morte no campo por conflitos fundiários. Como explica Becker (1991), “o movimento de expansão das empresas empurra os pequenos produtores para terras menos férteis e/ou menos acessíveis, através do violento processo de expulsão e expropriação de suas terras” (BECKER, 1991, p. 30).

Ao adotar, portanto, uma estratégia claramente voltada ao latifúndio na década de 1960, apostando na concentração fundiária como forma mais rápida de capitalização do vasto território, o estado brasileiro construiu uma perversa matriz comum para a violência no campo e o desmatamento da Amazônia, originários do mesmo processo de exclusão ao acesso da terra e dos desequilíbrios sociais por ela causada (HALL, 1991; BECKER, 1991, SANT’ANNA; YOUNG, 2000).

A principal crítica que se faz à política de desenvolvimento encaminhada pela Operação Amazônia é justamente a de ter sido deliberadamente concebida para reservar terras para servir aos interesses de empresários (MAHAR, 1978; IANNI apud HALL, 1991), como forma premeditada de bloquear, suprimir ou controlar uma possível colonização espontânea por parte de “uma massa de agricultores brasileiros famintos de terra, que começaram a chegar à região em grandes levadas durante a década de 1960” (HALL, 1991, p. 28).

Algumas tentativas de um planejamento mais abrangente, pensado a partir de pólos de desenvolvimento na região, tal como o da Zona Franca de Manaus (1967), chegaram a ser encaminhadas na forma de um primeiro plano regional da SUDAM (1968), mas que acabou não tendo apoio do governo (*idem*, 1991, p.28). As iniciativas de um desenvolvimento

⁸³ As pressões ambientais exercidas pelo setor da pecuária na região tendem a aumentar. O Brasil possui o segundo maior rebanho bovino do mundo (só perdendo para a Índia) e, desde 2004, ocupa a posição de maior exportador mundial de carne. Segundo dados do Relatório “Conexões Sustentáveis São Paulo – Amazônia Quem se beneficia com a destruição da Amazônia”, organizado pelo Fórum Amazônia Sustentável e pelo Movimento Nossa São Paulo, em 2007, as vendas para países estrangeiros atingiram a cifra recorde de US\$ 4,3 bilhões. De 2000 para cá, segundo o IBGE, o número de cabeças de gado cresceu 21%, saltou de 170 milhões para aproximadamente 206 milhões de cabeças. O Mato Grosso detém o maior rebanho do país, com 26,1 milhões de cabeças e o estado do Pará aparece em quinto lugar, com 17,5 milhões de animais. “De acordo com o estudo O Reino do Gado, divulgado pela ONG Amigos da Terra no começo de 2008, a Amazônia conta com 74 milhões de cabeças de gado, na proporção de 3,3 por habitante – relação três vezes superior à média nacional. Além disso, a pesquisa revela que um terço da carne in natura exportada no ano passado saiu de frigoríficos situados nessa parte do território brasileiro”. Relatório disponível em: http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/conexoes_sustentaveis.pdf

mais integral na época foram levadas à cabo pelo setor privado, este apoiado e incentivado pelo Estado - como, por exemplo, o polêmico projeto Jari, criado em 1967, pelo bilionário empresário americano, Daniel Ludwig⁸⁴.

3.3.2.2. Desenvolvimentismo nacionalista

A estreita ligação com o capital privado, a defesa do liberalismo econômico e a visão francamente otimista do governo militar quanto ao capital estrangeiro tinham como base ideológica a doutrina fomentada no seio da Escola Superior de Guerra (ESG), criada no pós-guerra sob influência norte-americana. Tal posição, no entanto, apesar de dominante, não significava um consenso entre os militares. Desde os anos 30, existiam duas correntes ideológicas dentro das Forças Armadas no país – uma que apoiava o desenvolvimentismo nacionalista e que, portanto, se posicionava contra a influência internacional e resistia ao capital estrangeiro e aqueles que, para eliminar o atraso no país e evitar o avanço das forças de esquerda, defendiam a cooperação com o capital internacional.

A ligação das forças armadas com o desenvolvimentismo na América Latina, como assinala Lúcia Osório e Silva⁸⁵ (2006), esteve associada, em sua origem, à situação de atraso econômico. Para entender essa vinculação tem-se que voltar um pouco no tempo. Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil permanecia como país exportador de produtos primários num gigante descompasso industrial com relação ao centro da economia mundial e as Forças Armadas, enquanto integrantes do aparelho estatal e treinadas na doutrina da Ordem e do Progresso, ocupavam uma posição privilegiada para influir institucional e ideologicamente no esforço de levar adiante a industrialização no país (Idem)⁸⁶.

Segundo Silva, a sustentação dada à ditadura Vargas, após a Revolução de 1930, em cuja eclosão os militares participaram, favoreceu o processo de “reforma nas forças armadas que aumentaria sua coesão interna e inauguraria a estreita vinculação entre os objetivos estritamente militares e o processo de industrialização brasileira” (SILVA,

⁸⁴ Sobre o assunto ver Lúcio Flávio PINTO (1986) *Jari: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig (as relações entre estado e multinacional na Amazônia)*. São Paulo: Marco Zero. 1986.

⁸⁵ Sobre *Desenvolvimentismo e Intervencionismo Militar* ver Lúcia Osório e Silva, e-premissas Revista de Estudos Estratégicos. Unicamp. ISSN 19811438. DOSSIÊ DREIFUSS Nº 01 – junho/ dezembro – 2006. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nee/epremissas/pdfs/01.07.pdf>

⁸⁶ Também há de se considerar, como destaca Silva (2006), que na base de uma consciência industrialista no meio militar residem as características da própria profissão militar, cuja prática, especialmente a partir dos grandes conflitos mundiais, obrigava a constatar a estreita relação entre tecnologia e estratégia militar e, conseqüentemente, a debilidade da indústria nacional.

2006:04). A criação da Escola Superior de Guerra (ESG) e do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), ambos em 1948, aprofundou a modernização das Forças Armadas, iniciada no Estado Novo, e indicou uma aproximação profissional ainda maior com as questões da Economia do país. Entretanto, o interesse no aprofundamento da industrialização, por si só provocava divisões profundas no interior da instituição. As opiniões e posições polarizavam-se em torno da escolha de uma via para o desenvolvimento. Os termos da polarização eram marcados pelas condições históricas latino-americanas daqueles anos de 1950-60, que colocavam, em plena Guerra Fria, de um lado, o nacionalismo de esquerda e, do outro, o liberalismo pró-americano de direita (SILVA, 2004).

A proposição política implícita e explícita na agenda *nacional-desenvolvimentista*, abraçada por uma parte da oficialidade, após a segunda-guerra, era de que a industrialização seria o meio de superar a pobreza ou de reduzir a distância entre os países subdesenvolvidos e os países ricos, e de atingir a independência política e econômica através de um crescimento auto-sustentado. Em síntese, era preciso aprofundar a industrialização, planejando-a, ampliando a infra-estrutura de bens e serviços básicos, garantindo as importações necessárias e evitando a interrupção do processo de desenvolvimento por políticas contracionistas. Por outro lado, a ideologia *nacionalista* proporcionava o objetivo a alcançar – a independência efetiva da nação. E na sua vertente mais a esquerda designava o obstáculo a ser contornado – as ações das nações plenamente industrializadas, especialmente os Estados Unidos que preferiam manter o país como fornecedor de matérias primas e produtos primários (SILVA, 2006, p. 6).

Após o golpe de 64, o desenvolvimento tecnológico e industrial do país e a confiança na livre concorrência permanecem como elementos centrais para a construção da política econômica. Do ponto de vista do desenvolvimento são as bases do nacional desenvolvimentismo o modelo adotado pelos governos militares, porém, para promover a coesão interna da corporação e evitar a divisão entre as facções “nacionalistas” e “entreguistas”, aos poucos a Escola Superior de Guerra volta-se estrategicamente para a questão da segurança interna.

A Doutrina de Segurança Nacional, gestada na ESG, servirá de base para a criação e funcionamento de organismos-chave do regime autoritário, como o Conselho de Segurança Nacional (CSN), órgão assessor da presidência da República, a Lei de Segurança Nacional (LSN), utilizada fartamente pelos tribunais de exceção contra adversários políticos do regime e ainda o temido Serviço Nacional de Informação (SNI), por onde irão passar como diretores futuros presidentes da República – Emílio Médici e João Figueiredo. Projetado e dirigido por um dos expoentes da ESG, o general Golbery do Couto e Silva (que no auge da repressão e perseguição política, admitiu ter criado um “monstro”), o SNI como sistema de

informação fundamental ao aparato repressivo do Estado teve vida longa, sobreviveu ao fim do regime militar, sendo desmontado somente no governo de Collor de Mello já nos anos 90 (RETRATO DO BRASIL, 1984).

3.2.3 Integração parte II: Segurança Nacional e Colonização Dirigida na Amazônia

A importância geopolítica da Amazônia e a questão da segurança nacional irão se tornar questões centrais e inseparáveis ao projeto de desenvolvimento na região amazônica a partir de 1968, com o endurecimento do regime militar, o chamado ‘golpe dentro do golpe’, quando os militares ‘linha dura’ assumem o governo.

Não era apenas a questão do desenvolvimento que dividia a opinião dos militares. Após 64, os rumos do regime militar também dividiam opiniões dentro da corporação. Havia divergências entre os ‘castelistas’, ligados ao primeiro presidente militar, Castelo Branco - militares mais moderados, até então maioria, que viam o regime como um processo de transição relativamente rápido e pretendiam o retorno à democracia, incluindo eleições diretas para presidente já em 1966 - e a chamada ‘linha dura’, ligada ao SNI, que defendiam a prorrogação do regime e, diante das iniciativas de rearticulação de uma oposição política, o fechamento total das instituições democráticas. A decretação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 68 demonstrava a vitória do grupo mais radical, que tinha entre seus expoentes, o presidente Costa e Silva e seu sucessor, Emílio Médici, na época chefe do SNI (SILVA, 2006; SALGADO, 2008).

Para contextualizar a cadência dos fatos e sua repercussão nos planos de ocupação da Amazônia, pode-se dizer, num apanhado geral, que a efervescência política e cultural⁸⁷ daquele final de década de 1960, em especial no emblemático ano de 68, que ecoava em várias partes do mundo atingia também o Brasil e assombrava os militares mais radicais. Fatos externos como o recrudescimento da Guerra do Vietnã e a reação pública crescente a

⁸⁷ O lema do movimento de protesto e contestação dos estudantes franceses contra todo tipo de autoritarismo, “Il est interdit d’interdire”, que ganhou as ruas de Paris naqueles meses de maio e junho como um emblema de uma geração, chegava ao Brasil em setembro do mesmo ano, embalado pela irreverência da Tropicália, na parceria de Caetano Veloso e Os Mutantes, que defendem a música “É Proibido Proibir” na final do III Festival Internacional da Canção, no Teatro da PUC em São Paulo, numa clara atitude de protesto e enfrentamento a “ordem” e aos “bons costumes” vigentes. Instigados pelos ventos da esquerda e pela proposta de uma alternativa política anunciada pela Revolução Cubana e potencializada entre os jovens na figura de Che Guevara, os grupos de oposição ilegal se multiplicam no país - o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) é formalmente criado em 1968 e organizações clandestinas, como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR- 8) intensificam suas atuações nesta época (REVISTA ECLÉTICA, nº 25, 2008, p. 33).

ela, a eclosão do movimento de rebeldia e contestação estudantil – na Alemanha, México, Grécia e particularmente na França – e a intensificação da Revolução Cultural, na China, criaram “um fermento de descontentamento bastante forte” em todo o mundo, que irá somar-se, internamente, à inconformidade contra o regime militar que começava a tomar conta também de setores políticos, da Igreja e da classe média, que haviam apoiado o golpe de 64 (SILVA, 1990, p. 370).

A mudança de orientação da Igreja Católica, que já se anunciava no Concílio Vaticano II (1962-1965) e consolida-se na assembléia geral do episcopado da América Latina em Medellín (1968), terá grande impacto e repercussões duradouras nos arranjos políticos até então vigentes. Advogando a “revogação de alianças políticas conservadoras”, dando voz ao clamor por “justiça social” e fazendo a “opção pelos pobres”, a Igreja redefinia seu relacionamento com a sociedade e se distanciava dos regimes autoritários na região (HOUTZAGER, 2004).

Quando Médici chega ao poder, depois de um mês de junta militar em exercício - entre o derrame cerebral de Costa e Silva e a consulta aos generais do Exército para a indicação de um nome à presidência, já que o então vice-presidente, Pedro Aleixo, que se posicionara contra o AI-5, divergindo dos direcionamentos políticos do momento, havia sido impedido de assumir o cargo - o Congresso estava fechado e a Constituição Federal revogada. Mostrando alinhamento ao grupo que o indicara, Médici completa o aparato repressivo: cria os DOI-CODI⁸⁸ e a instituição da Censura prévia (Decreto-Lei nº 1077). Assim que se dá o fim da transição do regime militar, em 1985, uma pesquisa organizada pela Arquidiocese de São Paulo sobre a repressão e tortura no país, ocorridas entre 1964-79 e que ficou conhecida como o relatório *Brasil Nunca Mais*, irá apontar o governo do general Emílio Garrastazu Médici como a fase mais violenta e repressiva do regime militar, os chamados anos de chumbo da ditadura.

Médici toma posse em 30 de outubro com mandato até 15 de março de 1974, dando início a um governo que sob o lema “Segurança e desenvolvimento” representará a fase de mais violenta escalada repressiva em toda a história da República. [...] Ao lado disso, o país vive a fase do “milagre econômico, dos “projetos-impacto” e das obras faraônicas, como a Transamazônica, a ponte Rio-Niterói, etc., o que fortalece uma propaganda permanente e bem elaborada de exaltação do Estado forte que massacrava no nascedouro toda

⁸⁸ Os Destacamentos de Operações de Informações - Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) foram uma forma de tornar mais oficial e sob controle as ações de repressão desenvolvidas a partir da Operação Bandeirante (OBAN), criada em julho de 1969 com o objetivo de coordenar e integrar as ações dos órgãos de combate às organizações “subversivas” armadas de esquerda. Cada estado tinha o seu DOI, subordinado ao CODI, que era o órgão central.

modalidade de lutas populares, fossem de reivindicação salarial, fossem em defesa das liberdades democráticas, fossem de denúncia de violação de direitos”. (BRASIL NUNCA MAIS, 1985, p. 32)

3.2.3.1 Comunicação para integrar o país

Para manter o controle do país, o regime militar usou a truculência, a censura, a economia e a propaganda. A Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) vinculada à presidência da República trabalhava a propaganda ideológica do governo militar por meio de um modelo de comunicação funcionalista empenhado na busca da máxima eficiência persuasiva. “Uma das máximas dessa abordagem é a de que persuadir os destinatários é um objetivo possível, se a forma e a organização da mensagem forem adequadas aos fatores pessoais que são ativados no destinatário quando interpreta a própria mensagem” (CURVELLO, 2001, p. 23). Tal abordagem se evidenciava em slogans e frases de efeito como “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Ninguém mais segura este país” ou o jingle ufanista da Copa de 70, “Noventa milhões em ação, prá frente Brasil”.

Segundo relato do brasilianista Thomas Skidmore (1988), o governo militar, montou uma verdadeira ‘operação de guerra’ muito bem sucedida na área da propaganda, instalando o setor de Relações Públicas mais profissional que o Brasil já vira. Uma equipe de jornalistas, psicólogos e sociólogos decidia sobre os temas e o enfoque geral, depois contratava agências de propaganda para produzir documentários para TV e cinema, juntamente com matérias para os jornais. Nas temáticas desenvolvidas fica clara a estratégia e a filosofia da comunicação governamental na época: um estudo de 116 spots contratados com 24 agências de propaganda mostrou que oitenta por cento exaltavam a importância do trabalho, o valor da educação e, como fator de estabilidade, o papel construtivo das forças armadas (SKIDMORE, 1988, apud KUNSCH, 2002, p.122; GRAF, 2003).

Tal mentalidade tinha como fonte teórica o difusionismo e as teorias da modernização que encaravam a comunicação como fator estratégico para criar um ambiente social propício às mudanças que se queria promover (SCHRAMM, 1964). A importância de se prover o país de infra-estrutura na área da comunicação como fator estratégico ao projeto militar de integração nacional e desenvolvimento do país se evidencia claramente na época. A seriedade com que os militares viam os problemas relacionados com o desenvolvimento das comunicações vai se manifestar não apenas na idealização e implantação de uma rede nacional de comunicações, mas também na criação de instituições reguladoras para o setor.

Atendendo aos objetivos expressos na Doutrina de Segurança Nacional, os militares irão agir em duas frentes: por um lado desenvolvem toda uma infra-estrutura voltada para a solução de problemas de ordem técnica que impediam os avanços das telecomunicações públicas e a radiodifusão privada, por outro lado, centralizam e endurecem o controle das atividades do setor. Entre meados das décadas de 1960-70, “a participação no uso de um satélite internacional (1965) somada à constituição de um sistema de troncos de microondas (1969 e 1973), permitirá finalmente a interligação de todo o país através do telefone e da televisão” (OLIVEIRA, 1991, p. 72). Já a volta da política de negociação caso-à-caso das concessões e renovações para o setor, uma prática do governo Vargas, tem o intuito de beneficiar os meios de comunicação de massa eletrônicos identificados com os propósitos do regime militar e aumentar a fiscalização sobre as empresas suspeitas de colaboração com a oposição ao regime.

Faz parte dessa política dos militares de valorização estratégica e controle das comunicações no país o fechamento do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), que abrigava em sua composição membros de partidos políticos além do governo e das forças armadas, e a criação de um ministério específico, o Ministério das Comunicações (1967), subordinando todas as empresas estatais dedicadas à comunicação no país (EMBRATEL, ECT, TELEBRÁS etc.) e alcançando também a radiodifusão privada por meio da ação do DENTEL (Departamento Nacional de Telecomunicações). Outro dado interessante é que durante todo o regime militar a alta cúpula do Ministério das comunicações sempre foi ocupada por militares de alta patente e especializados na área (Idem).

Para garantir a tarefa da integração nacional pelas telecomunicações, em locais de baixa densidade demográfica onde não havia apelo comercial e, portanto, não atraía o interesse da iniciativa privada, o governo mantinha um rol de emissoras públicas ligados inicialmente à Secretaria de Serviços de Radiodifusão (SSR) e depois à Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás), criada já no governo Geisel (1975). Até o período final do regime militar (1984), a Radiobrás operava 18 estações de longo alcance na Região Norte do país, 10 em Ondas Médias, duas em Ondas Curtas, seis em Ondas Tropicais e ainda mais doze em Frequência Modulada e oito estações de televisão no Norte e também no Centro Oeste (OLIVEIRA, 1991).

Todo esse aparato tecnológico iria propiciar a difusão do componente ideológico que buscava construir uma imagem positiva e progressista do governo dos militares, como os únicos capazes de trazer o Brasil moderno para a região e acordar a Amazônia, *gigante adormecido*. A execução das grandes obras vinha acompanhada de farta

campanha publicitária enaltecendo a figura empreendedora dos governos militares. As obras da Transamazônica e a campanha de atração de colonos para a região tinham também esse caráter ufanista e serviam para traçar políticas de consenso na opinião pública e amenizar possíveis efeitos danosos das grandes ações do governo (MORBACH, 2006).

3.3.3.2 O Projeto agrário linha-dura e o Plano de Integração Nacional (PIN)

Não muito estudada neste período, é a decisão do governo Médici, e somente nesse momento do regime isso acontece, de investir como “grande prioridade” na criação de infra-estrutura e condições para a “colonização” voltada a pequenos agricultores e a excedentes populacionais de áreas de escassa produtividade e alta tensão social. Essa decisão irá selar o destino da região centro-oeste do estado do Pará que viria a constituir-se na região da Transamazônica.

Evidentemente a aliança com os interesses do capital privado na Amazônia seria mantida também no governo Médici, conforme previamente anunciado na mensagem inaugural do governo ao Congresso, de março de 1970, evidenciada na manutenção ao estímulo ao avanço da pata do boi – “redobrado empenho merece a aplicação adequada e eficiente, dentro do sistema em vigor, do mecanismo de incentivos fiscais nas Regiões Norte e Nordeste” (Mensagem Presidencial, 1970:46) - porém é inegável o novo direcionamento que o processo de ocupação da Amazônia passa a ter provisoriamente entre 1970 e 1974.

Entre as motivações econômicas e geopolíticas para o recrudescimento da intervenção estatal na Amazônia, agora também por um novo viés, que estimulava o deslocamento de grandes contingentes humanos para a região, haveria, segundo “versões populares” (HALL, 1991), as de caráter humanista. O primeiro impulso presidencial afim de “unir homens sem terra a terra sem homens”, que se tornaria slogan e justificativa maior de todo o empreendimento hercúleo, teria surgido numa viagem presidencial de Manaus a Recife, em seu primeiro ano de governo (1969), quando a aeronave da FAB sobrevoou uma extensa área completamente retorcida pela seca (GRANATO, s/d). Quando no início do ano seguinte outra forte seca provocou consequências catastróficas, sociais e econômicas no Nordeste, o governo reagiu criando mais de uma centena de frentes de trabalho, gerando meio milhão de postos de trabalho e, conseqüentemente, muita dependência da ajuda estatal na região (HALL, 1991). Na ocasião, Médici participou de uma conferência na SUDENE e num discurso afirmou:

Quero dizer ao povo do Nordeste que não lhe prometo nada. Não prometo milagres nem transformações, nem dinheiro nem favores, nem solicito sacrifício ou votos, nem organização de caridade. Digo apenas que tudo tem que começar a mudar” (MÉDICI, 1970, apud HALL, 1991, p. 30)

Tal fala presidencial demonstra certo antagonismo existente entre o Estado nacional autoritário e centralizador e as oligarquias regionais. Deixa transparecer uma visão crítica da tecnocracia militar aos atrasos perpetuados no interior do Nordeste pela política dos “coronéis”, como algo antagônico aos ideais militares de modernização e transformação do Brasil em potência mundial. Como já foi dito, para os militares linha-dura e seus tecnocratas a modernização da agricultura era algo crucial para estimular e restabelecer o crescimento econômico. Em termos de política econômica o governo passava a dar ênfase à expansão da fronteira agrícola e ao conseqüente aumento da produtividade de produtos voltados à exportação como forma de promover o crescimento econômico e inserir o país na economia internacional (HOUTZAGER, 2003, MACARINI, 2004, VELOSO *et al*, 2008). Nesse sentido, a constituição um projeto agrário militar era pensado como algo estratégico, tanto para as questões de integração do território e segurança nacional quanto para os rumos da política macro-econômica do governo.

O projeto agrário, determinado em 1968, consistia em três partes entrelaçadas: *aumentar a produção agrícola, fomentar a integração nacional e incorporar o trabalho rural à sociedade nacional*. A produção agrícola seria aumentada ao expandir-se a fronteira em direção ao Norte e, sobretudo, ao criar-se um setor agroindustrial dinâmico para ajudar a redefinir a inserção do Brasil na economia internacional. Esse setor de agroexportação funcionaria então como uma alavanca para impulsionar o restante da economia para um novo e prolongado período de crescimento econômico. A preocupação com a integração nacional foi impelida pelo pesadelo dos oficiais – induzido pela Guerra Fria – de uma revolução ao estilo da cubana - no escuro, vasto e desconhecido interior do Brasil, e pelo sonho de fazer do Brasil uma potência mundial. A integração nacional exigia a integração econômica de novas regiões, bem como a extensão do alcance do Estado através do território nacional, incluindo áreas onde a autoridade de oligarquias locais e regionais prevalecia”. (HOUTZAGER, 2004, p. 43. *grifo nosso*).

Explicava-se assim o esforço e os recursos direcionados à colonização dirigida na Amazônia, especialmente após 1970, quando o projeto agrário dos militares ‘linha dura’ alcança seu auge, possibilitado justamente pelo grau de autonomia que somente o extremo autoritarismo do regime durante o governo Médici poderia possibilitar (HOUTZAGER, 2004,

p. 53). Discricionariamente o governo podia tomar decisões grandiosas sem risco de inquirições ou questionamentos.

Em julho de 1970, o governo lança por decreto (Decreto-Lei nº 1.106) o Programa de Integração Nacional (PIN) que em sua primeira etapa prevê “a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, assim como planos de colonização das áreas que lhe são adjacentes” (BRASIL, Mensagem Presidencial, 1971, p. 10). Desapropria “por interesse social, para fins de reforma agrária e colonização” cerca de 6,4 milhões de hectares de terra situados em ambos os lados da futura rodovia Transamazônica, na região de Altamira, estado do Pará. Declara ainda “indispensáveis ao desenvolvimento e segurança nacionais as terras devolutas localizadas na faixa de 100 quilômetros de largura, de cada lado do eixo das rodovias federais, já construídas, em construção ou em projeto, dentro dos limites da Amazônia Legal”, incluídas assim ao patrimônio da União para serem destinadas a “planos de colonização e projetos industriais e agro-industriais” (BRASIL, Mensagem Presidencial, 1971, p.11).

Para administrar toda essa área, que chegava a dois milhões de quilômetros quadrados, ou um quarto da área do Brasil, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)⁸⁹. Quatro diferentes órgãos já haviam sido criados no prazo de uma década para tratar das questões da terra no país e fechados sob acusação de ineficiência. O discurso que se fazia na época é que, desta vez, com mais técnicos e mais recursos, o novo instituto teria condições de “reduzir o grau de improvisação” com que a colonização era conduzida até então⁹⁰. Sua principal tarefa era assentar milhares de imigrantes ao longo da Transamazônica e Cuiabá-Santarém por meio da implantação de PICs (Projetos Integrados de Colonização) e posteriormente, após 1974, de PADs (Projetos de Assentamento Dirigido) (FERNSIDE, 1989; HALL, 1991). O período de hegemonia do INCRA na condução da política colonização e reforma agrária irá perdurar até 1984, quando é criado o Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (Mirad), por sua vez extinto ao final do governo Sarney (ALMEIDA, 1992).

⁸⁹ Em pouco mais de dez anos, de 1960 a 1971, cinco órgãos foram criados pelos diferentes governos para lidar com os assuntos de colonização e reforma agrária no país – INIC (até 1962). SUPRA (62-64). INDA (64-68, IBRA (68-70) e o INCRA (1971) (IPEA/INPES, 1972).

⁹⁰ Assim dizia o relatório de pesquisa desenvolvida em 1970 e 1971 pelo IPEA (Ministério do Planejamento) sobre as possibilidades da colonização dirigida na Amazônia (IPEA/INPES, 1972).

1.3.4.1. O PIC Altamira

A colonização ao largo da rodovia Transamazônica foi dividida em três áreas administradas separadamente, três Projetos Integrados de Colonização – PIC Marabá, PIC Altamira e PIC Itaituba - porém foi na área do PIC Altamira, o projeto pioneiro de colonização do PIN que serviria de “cartão de visita” para o governo, onde de fato se colocou em prática de forma mais acabada as premissas e promessas da colonização dirigida.

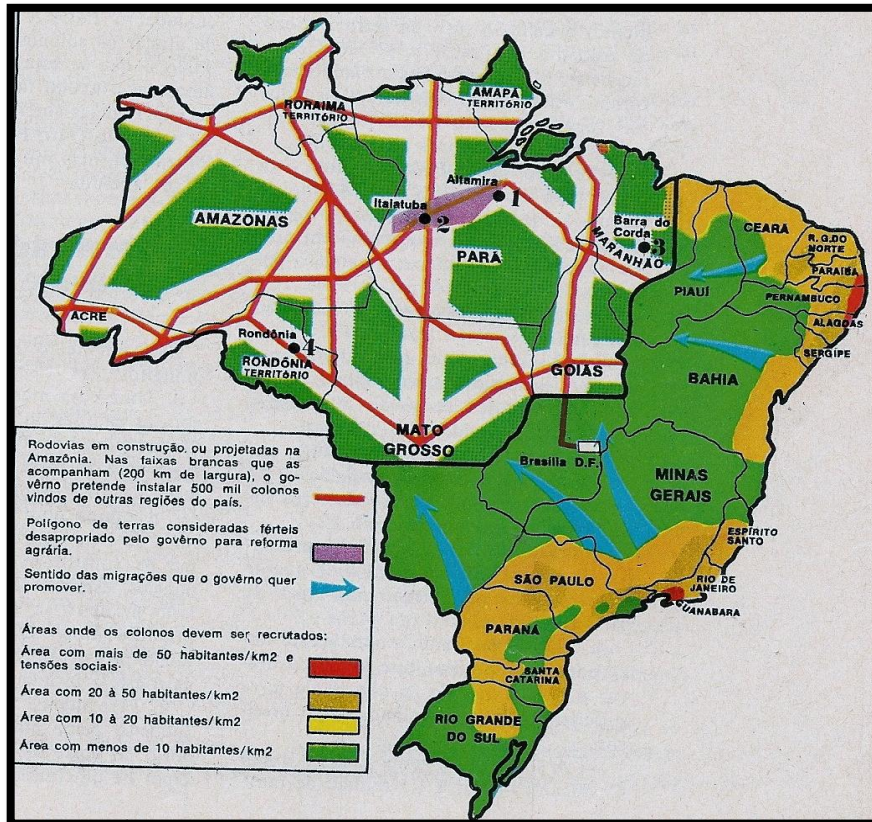
Cabia ao INCRA coordenar todos os órgãos, mais de uma dezena (IBDF, CFP, CIBRAZEN, COBAL, EMATER, EMBRAPA, CEPLAC, SEDUC, SESP, FSESP, SUCAM, BB, Cooperativas e Sindicatos, etc), envolvidos na implantação de uma dúzia de programas básicos na área do PIC Altamira: desde a distribuição de terras, organização territorial, administração da infra-estrutura física necessária às várias áreas – habitação urbana e rural, saúde, educação – crédito e comercialização dos produtos até o fomento a um movimento cooperativo, a improvável coleta do imposto da terra (ITR), que nenhum latifundiário já instalado na região pagava, e a tarefa de desembolsar o imposto sindical rural, como estratégia de controle sobre a organização dos trabalhadores rurais (HÈBETTE, 1998; HOUTZAGER, 2004).

Para complementar as ações de desenvolvimento na Amazônia e no Nordeste o governo lança no mesmo ano, em 1970, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND I), o Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDAM) e o programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA). Tanto o PIN como o PROTERRA foram considerados posteriormente como uma “tentativa do governo de redirecionar a estratégia do desenvolvimento” nas duas regiões - “da industrialização através da substituição de importações para o desenvolvimento rural”. A expectativa do governo era a de “promover a agroindústria e criar uma nova classe de fazendeiros ‘modernos’ de porte pequeno e médio, a fim de substituir a agricultura de subsistência” (MAHAR, 1979 apud HALL, 1991, p.31).

O governo também apostava que as terras da Amazônia seriam altamente produtivas, as mais férteis do Brasil, um vasto ‘novo Paraná’, para onde iria transferir durante a implementação da colonização dirigida na Transamazônica um contingente inicial de 100 mil famílias, 65% oriundas das chamadas zonas “vermelhas” do país (Zona da Mata, Agreste nordestino, Vale do Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro e Norte do Paraná), áreas vitimadas pela “fome, miséria ou revolta” (MOURA CAVALCANTI apud REALIDADE, 1971, p. 220) - como ilustra o mapa (Mapa 3) publicado junto a entrevista com o primeiro presidente do INCRA, José Francisco de Moura Cavalcanti, na matéria especial produzida em 1971 sobre o

êxodo que se promovia rumo à Amazônia. O restante seria trazido do Sul, colonos com perfil mais empreendedor. Essa era a fórmula imaginada pelo governo para criar um novo ambiente para o desenvolvimento agrícola da região.

Mapa 3: Plano de Colonização Dirigida para a Amazônia



Fonte: Revista Realidade. Nº 67. Edição Especial Amazônia, 1971, p. 219

Em 1974, quando os últimos bulldôzers terminaram o trabalho de abertura da Transamazônica e os fartos recursos investidos nos primeiros projetos de colonização já tinham minguado, menos de 6% dos migrantes previstos nas contas iniciais do governo haviam sido assentados. Um total de 5.717 famílias de pequenos produtores rurais, colonos ou “bóias-frias” haviam sido trazidos para a região.

Famílias inteiras deixaram seu lugar de origem expulsos pela concentração fundiária e mecanização do solo, resultado do modelo de desenvolvimento agrícola-exportador bancado pelo regime, e convencidos pelas promessas de uma propaganda oficial agressiva que acenava não apenas com o acesso ao lote de terra fértil, mas com todas as condições para as famílias viverem, educarem e cuidarem dos filhos. Também contrariando os

planos anunciados, menos de 30% deles vinham do Nordeste (HALL, 1991; FERNSIDE, 2001; MORAIS, 2003).

Nos folhetos e propaganda do governo vendia-se aos futuros colonos a idéia de terra fácil, farta e fértil. O que ficou comprovado, porém, é que a ‘terra roxa’ considerada boa para a agricultura estava limitada a uma faixa de cem quilômetros de extensão, na região de Altamira. Laudos do Instituto de Pesquisa Agropecuária do Norte (Ipean) demonstraram não muito mais tarde (1974) que só havia alta fertilidade em cerca de 3,5% das terras ao longo da Transamazônica⁹¹, mas aí já era tarde. O “novo Paraná” não existia, mas a estrada estava construída e milhares de colonos de todo o Brasil já haviam sido deslocados para lotes de 100 hectares ou glebas de 500 hectares às suas margens (MORAIS, 1974).

3.3.3.4 Propaganda oficial, promessas e realidade

Para atrair e convencer as famílias a virem participar da aventura da colonização da Amazônia, o governo militar lançou mão mais uma vez de um forte arsenal de propaganda em revistas, rádios, televisão e ainda por meio de visitas de porta em porta realizadas pelos funcionários do recém-criado INCRA. O uso da mídia estratégica dependia do local de origem das famílias. Como exemplificam os depoimentos dos migrantes em vários estudos sobre a colonização da Transamazônica, “quem morava em São Paulo conheceu a divulgação do projeto de colonização por meio da *televisão*. Em Santa Catarina, ouviram pelas *rádios, carro de som e pelas revistas O Cruzeiro, já em 1970*”. Em Minas Gerais, através de “*reportagens em rádios, pela Voz do Brasil, revistas e jornais* e no interior do Ceará, o meio de comunicação utilizado foi a *visita de um rapaz do INCRA*” (CASTRO, 1999, p. 19).

⁹¹ Sobre a fertilidade do solo da Transamazônica ver EMBRAPA/IPEAM (1974) e Fernside (2001). De acordo com estudo de Fernside baseado em pesquisas do solo da região realizadas no início dos anos 70 para verificar a qualidade inicial do solo encontrada pelos migrantes assentados (artigo revisado em 2001); “Pode-se calcular (Fernside, 1986a) que as ocorrências de terra roxa que cruzam a rodovia Transamazônica abrangem um total de 76,8 km da parte da rodovia observada por Falesi (1972a). Como outras pesquisas indicam que nenhum dos aproximadamente 3.000 km remanescentes da parte da rodovia dentro da Amazônia Legal é terra roxa (5), isso representa 2,6% da parte Amazônica da rodovia. Da parte colonizada da rodovia Transamazônica entre Marabá e Itaituba, isso representa 7,0% de beira de estrada. Na área total de 5 X 106 km² da Amazônia Legal, os 10.000 km² desse solo calculados como existentes (Falesi, 1974b) representam somente 0,2% da região. Usando-se os valores da pH do solo da floresta virgem de pelo menos 5,5 como um indicador aproximado de terra roxa, 9% da atual área de estudo é desse tipo de solo, tornando-o a grosso modo representativo das áreas de colonização da rodovia. O fato de que 33,0% do solo na área de estudo tenha o pH em menos do que 4,0 e 63,2% tem o pH abaixo de 4,5, indica a extrema pobreza da maior parte do solo”(FERNSIDE, 2001, p. 11).

Depoimentos fartos em estudos sobre a colonização⁹² da região da Transamazônica indicam, entretanto, que o principal meio utilizado para a veiculação da propaganda oficial do governo foi o rádio, em especial a Voz do Brasil, já que se dirigia ao público rural, onde o programa tinha forte penetração e a televisão ainda não havia chegado.

Ficamos sabendo desse projeto pelo governo que passava propaganda no rádio “Voz do Brasil”. A viagem foi longa, andamos de trem, de carro, avião e para chegar aqui foi de pau-de-arara. Nós viemos prá cá por causa da terra. A gente vivia de agregado (no Paraná) e como o governo garantiu a terra, a gente veio (Lourival Marques da Silva, agricultor, chegou à região em 1971, apud RITTER, 2007, p. 32).

Fiquei sabendo da colonização através do rádio, do Programa Voz do Brasil, programa que o meu pai não perdia. Quando anunciou a Amazônia ficou curioso, pois nós fomos desapropriados pela barragem da Hidrelétrica de Salto Jaguar e nossa terra foi mais de 90% alagada. Essa foi a causa da vinda para a Amazônia, pois uma família de quinze filhos, a maioria homens, precisava de terras para trabalhar. (Rute Rosa da Paixão Santos, professora aposentada, veio do Rio Grande do Sul em 1971. apud RITTER 2007, p. 33).

Na época, ouvíamos nos rádios falando que na Amazônia, Estado do Pará, havia distribuição de terras gratuitas e ao chegar nesta terra encontrava tudo arrumado, estradas asfaltadas, íamos morar numa vila, não iríamos encontrar dificuldade. (Nilda Urban, migrante vinda de São Paulo na primeira etapa da colonização apud CASTRO, 1999, p. 20)

A principal idéia-força contida nas propagandas do governo para promover a mobilidade sócio-espacial de milhares de migrantes para a Amazônia, como se pode perceber nas falas daqueles que vieram para a região, era a promessa idílica da “terra prometida”, traduzida na facilidade de acesso à terra e na possibilidade de melhoria de padrão de vida. Promessas que apenas parcial e provisoriamente foram cumpridas.

3.3.3.5 A colonização dirigida na Transamazônica e o modelo de urbanismo rural

A maior parte das famílias levadas pelo governo foi assentada no PIC Altamira, que compreendia uma faixa de terra de 20 a 24 km, atravessada ao meio pela

⁹² Encontramos nas bibliotecas da Universidade Federal do Pará nos campi de Altamira e Santarém, um acervo importante de estudos sobre o tema da colonização da Transamazônica, ricos em depoimentos de migrantes, realizados como monografias de conclusão de cursos de graduação (TCC), na maioria dos cursos de História e de Geografia. Estudos aos quais recorreremos para ajudar a ilustrar o entendimento sobre o processo e o impacto da colonização dirigida na região. Entre eles: “A Terra Prometida”, TCC de Manoel Ribeiro Castro (1999); “Migração: Sonho ou Pesadelo?”, de Edilson Caetano de Andrade (1999); “Nova Fronteira: uma análise geográfica a partir da colonização na Amazônia”, de Maria das Neves de Araújo Ritter (2007).

rodovia Transamazônica numa extensão de 480 km (240km para cada lado da cidade de Altamira). Entretanto, o projeto de colonização como prometido pelo governo, só foi colocado em prática numa faixa bem menor, que compreendia do *km 20 ao km 120* da BR 230 na porção do lado oeste de Altamira (HAMELIN, 1992). Ainda assim, os depoimentos, fartos em inúmeros estudos desenvolvidos na região, deixam claro que mesmo nessas áreas, para a maior parte dos migrantes as promessas não se cumpriram. Mesmo onde a infra-estrutura prometida foi construída, "tais como escolas, postos de saúde, etc, (elas) não preenchiam as necessidades da população" (Ibid., p.168).

Basicamente, o INCRA prometia aos pioneiros da colonização dirigida na Transamazônica 100 hectares de terra com financiamento garantido para o desmate, as sementes e o plantio; salário mínimo durante seis meses até a primeira safra; preço mínimo garantido; casa modesta, mas boa para os padrões do interior da Amazônia, de madeira, com cinco cômodos, sanitário à base de fossa, água coletada de igarapé há não mais de um quilômetro da casa e um quintal com 2 hectares para uma pequena roça e horta para a família (REALIDADE, 1971). As casas seriam, em sua maioria, construídas nas Agrovilas, que integravam o primeiro estágio na hierarquia do modelo de urbanismo rural proposto. Dois anos depois de chegarem à nova terra, todos, segundo o sonho vendido pelo governo, seriam "agricultores ricos e felizes" (Entrevista do ministro Costa Cavalcanti, 1971). As condições seriam garantidas por recursos do Estado, num total previsto na época de 50 mil cruzeiros (Cr\$) por colono assentado, ou cerca de 10 mil dólares na época (MORAIS, 1974).

A faixa de terra estabelecida pelo Ministério da Agricultura para a colonização da Transamazônica (100 quilômetros de largura em cada lado da rodovia) estava subordinada a um zoneamento retangular que criava, a cada cinco quilômetros, uma vicinal de dez quilômetros de extensão, formando o desenho de uma 'espinha de peixe', como ficou conhecida.

Como esse modelo de zoneamento rural fora concebido a partir de "uma construção intelectual desconectada de qualquer realidade local", quando as vicinais saíam do papel, o desconhecimento mostrava consequências por vezes intransponíveis – algumas "passavam no meio de rios, pântanos [...] outras escalavam colinas com encostas importantes; alguns lotes ficaram sem água enquanto que outros, ao contrário, eram sulcados por dois ou três cursos d'água" (HAMELIN, 1992, p. 167).

Imagem 1: Traçado “Espinha de Peixe” da Colonização Dirigida na Transamazônica



Traçado da BR 230 intensificado pelo desmatamento atual nas vicinais. Trecho entre os municípios de Rurópolis e Placas. Wikimapia/Google, 2010.

A parte mais próxima ao leito da estrada era destinada apenas aos colonos, com a demarcação de lotes de 100 hectares (400 m de frente e 2,5 m de fundo). Os noventa quilômetros restantes eram destinados a pecuária, inicialmente glebas de 500 hectares, mas que com o tempo, com a rotatividade e o abandono dos pioneiros, acabaram muitas virando latifúndios de criação de gado.

Já o modelo de urbanismo regional de base rural idealizado pelos militares constituía-se numa construção intelectual inovadora e extremamente otimista, que previa três níveis verticais de comunidades planejadas para apoiar a colonização: as *agrovilas*, as *agrópolis* e as *rurópolis*. As agrovilas ou pequenas aldeias abrigariam 50 a 70 casas dispostas em forma de retângulo, dotadas de uma estrutura básica – posto médico, escola e armazém geral do governo, agência da EMATER e do INCRA – e espaçadas umas das outras a intervalos de 10 km ao longo da estrada principal e das vicinais; o próximo estágio, as *agrópolis*, pequenas cidades projetadas para servir entre 8 a 10 agrovilas, situadas em intervalos de 20 km, poderiam abrigar cada uma até 600 famílias e funcionariam como centro administrativo intermediário, servida já por serviços mais especializados, como um pequeno hospital; o terceiro estágio do modelo de urbanismo rural eram as *rurópolis*, previstas para situarem-se a cada 70 km ao longo da rodovia, com uma população de até 20 mil pessoas, como principal centro administrativo e comercial de uma região que compreenderia de oito a 20 agrópolis, abrigando serviços como bancos, hospital, aeroporto, hotéis e restaurantes (MAHAR, 1978; FERNSIDE, 1989; CAMARGO, 1973 apud HALL, 1991; HAMELIN, 1992). Na realidade, somente 29 das mais de uma centena de agrovilas projetadas foram construídas, apenas duas agrópolis prosperaram. Uma única rurópolis foi implantada, a Rurópolis Presidente Médici, situada no entroncamento das duas rodovias de integração da região, Transamazônica (BR 230) e Cuiabá-Santarém (BR 163).

Para quem recebeu um lote no interior das vicinais da Transamazônica as condições de acesso, em especial no período de chuvas, impediam a sobrevivência e levavam, nas áreas menos férteis, ao abandono das áreas, principalmente após 1974, quando o governo, já com Geisel no poder, resolve, sob influência de vários setores do Estado, interromper o projeto de colonização social do INCRA, em favor das empresas privadas – únicas que poderiam, segundo a nova gestão, “tirar vantagem racional do imenso potencial da Amazônia” (HALL, 1991, p.38).

É preciso ponderar, no entanto, que apesar da precariedade das condições criadas e dos equívocos nas ações do governo, no trecho e no curto período onde se deu a colonização dirigida na Transamazônica os agricultores foram envolvidos pela presença do estado, um estado “ao mesmo tempo paternalista e prepotente que, atuando por meio do INCRA, beneficiava com crédito e assistência técnica, os colonos estrategicamente alocados nas terras mais férteis (as famosas e escassas terras roxas) à beira da rodovia” (HÉBETTE, 2004, p. 123). Já ao contrário do modelo oficial, os agricultores que chegaram à região pela forma conhecida como colonização espontânea, ficaram, desde o início, entregues a própria sorte. Nesses locais, intensificava-se o chamado ciclo de fronteira, identificado pelas “frentes de expansão dos pequenos lavradores, com uma agricultura itinerante de subsistência altamente instável e com itinerários de miséria e expulsão” em áreas marcadas pela dinâmica do “binômio minifúndio-latifúndio”⁹³ (HÉBETTE, ACEVEDO, 1979 apud HURTIENNE, 2002, p.22).

A monopolização precoce das terras, as políticas públicas em favor dos grandes proprietários, o pequeno tamanho dos lotes, os preços baixos e as condições miseráveis, proibem, na visão dos autores, a fixação do pequeno lavrador na terra, transformando-os temporariamente em peões nas fazendas e causando no final a sua migração para outras áreas rurais ou para as cidades. (HURTIENNE, 2002, p.22)

3.5 A TRANSIÇÃO DO REGIME MILITAR E SEUS EFEITOS SOBRE A REGIÃO

Com a saída de Médici e a subida de Geisel (1975-1979) ao poder mudam algumas diretrizes do planejamento no país, mas mantém-se o ‘estilo de crescimento’ apoiado

⁹³ Marabá, também no trajeto da BR 230, já quase na divisa com o Maranhão, é um exemplo dessa colonização espontânea.

na mística do “milagre econômico” bancado pelo capital internacional, apesar da crise mundial instalada a partir do primeiro choque de preços do petróleo⁹⁴.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (1971-1974) havia se voltado ao incentivo à indústria de bens duráveis e aos grandes projetos de integração nacional (infra-estrutura de transportes, telecomunicações e energia), como a Rodovia Transamazônica, a Ponte Rio Niterói e o projeto de Itaipu. O II PND (1975-1979) continua a enfatizar a filosofia da integração nacional, porém de forma mais vaga, e vai dedicar-se ao investimento em bens de capital (indústrias de base, em especial siderúrgica e petroquímica). Já num contexto de crise energética – com a crise do petróleo em 1973 – dará ênfase ao setor de energia com destaque para a indústria nuclear (Angra dos Reis), a pesquisa do petróleo, o início do programa do álcool e a continuação da construção de hidrelétricas (BRASIL, 1974)⁹⁵.

Em ambos os casos, o resultado foi o aumento geométrico da dívida externa brasileira e uma estrutural dependência do petróleo⁹⁶ - o produto representava metade de toda a energia consumida no país e mais de dois terços do petróleo utilizado era importado (II PND, 1974). Uma dependência que ganharia caráter ainda mais dramático com a tomada de consciência a partir de estudos que indicam, pela primeira vez, que o petróleo como fonte de energia não renovável era também limitado e finito. Com a crise mundial, reduz-se o crédito internacional e aumentam seus custos, cresce também os custos dos empréstimos já tomados para financiar o plano de grandes obras dos governos militares. Assim instala-se o ciclo

⁹⁴ O aumento repentino e brutal dos preços do barril do petróleo em 1973 – de US\$3 para US\$ 12 - causou um alerta geral no cenário político-econômico mundial e teve como origem a guerra do Guerra do Yom-Kippur, na qual os países árabes atacam, em 06 de outubro de 1973, o Estado de Israel numa tentativa de recuperar territórios perdidos na Guerra dos Seis Dias (1967). Como retaliação ao claro apoio dos EUA à Israel, os países produtores de petróleo (OPEP) utilizam pela primeira vez a principal arma que possuíam, o controle sobre o mercado do petróleo (o petróleo respondia na época por mais de 45% da energia produzida nos Estados Unidos, 63% na Europa e 75% no Japão). O resultado foi uma transferência de 2% do PIB dos países importadores aos países produtores de petróleo. Entre 1973 e 1974, os exportadores mundiais de petróleo aumentaram seus ganhos de 40 para 120 bilhões de dólares (II PND, 1974; VELLOSO, J. P., 1986 apud MONTAGNER; CARVAZAR s/d)

⁹⁵ Pronunciamento feito pelo presidente Ernesto Geisel em reunião ministerial em 10 de setembro de 1974 e Lei n.º 6.151, de 4 de dezembro de 1974, que cria o II PND. Documentos disponíveis na íntegra em: http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/5bd/2br/3plans/1974II-PND/pdf/II-PND.pdf

⁹⁶ Segundo o economista José Marcio Camargo (1982), esta enorme dependência em relação ao petróleo importado se concretizou em diferentes níveis, provocando mudanças estruturais que nos impactam perniciosamente até hoje: 1º) o setor industrial instalou tecnologia cuja principal fonte de energia era o óleo combustível; 2º) estimulou-se a substituição do transporte ferroviário pelo rodoviário tanto para passageiros quanto para cargas e, dentro do transporte ferroviário, substituiu-se energia elétrica por óleo diesel (este processo teve seu início já na segunda metade dos anos sessenta). Para realizar esta mudança aumentaram-se as estradas asfaltadas com objetivo de escoar a produção; 3º) finalmente, pouco foi realizado no sentido de melhorar os transportes coletivos de massa nas grandes cidades, estimulando-se o uso de meios de transportes individuais, principalmente o automóvel. Também aqui, grandes obras de infra-estrutura tiveram que ser realizadas (viadutos, vias elevadas etc.) para cuja conservação o petróleo é a matéria prima principal. (CAMARGO, 1982, p.2).

vicioso da dívida brasileira que, ao final do regime militar, em 1984, havia se multiplicado 17 vezes enquanto a inflação anual já alcançava três dígitos⁹⁷.

3.4.1 “Milagre” em crise e distensão política

A definição do nome de Geisel para presidente ocorreu nos primeiros meses de 1973, ano em que o PIB cresceu 14%, portanto no auge do “milagre”. A formulação e implantação do II PND vai se dar, entretanto, no limiar da crise do petróleo, estopim do final do ciclo de crescimento iniciado em 1968 (FONSECA; MONTEIRO, 2007). Sem o crescimento que alimentava os sonhos de “Brasil potência” no futuro, o regime militar perdia a fonte de legitimidade que mais lhe respaldara desde o governo Costa e Silva.

Em face do esgotamento do modelo político vigente, como resposta ao fim do “milagre econômico” e ao crescimento das tensões sociais, o quarto presidente após o golpe apresenta seu projeto de “distensão política” ou “abertura lenta e gradual” do regime militar. A institucionalização do regime era sem dúvida proposta anterior ao “milagre” e a sua crise, estava vinculada ao “vício de origem” do regime militar, mas foi reforçada a partir do fim do ciclo do crescimento.

O fato de originar-se de um golpe de estado não fez o regime militar prescindir da *pretensão de legitimidade*. Ao contrário, “ao longo de sua existência, o regime militar inúmeras vezes recorreu à força, mas jamais prescindiu da busca de elementos de coesão, ou de procurar fazer-se reconhecer como governo legítimo” ou com aparência de legalidade (FONSECA; MONTEIRO, 2008, p. 35). Mesmo o governo Médici, o mais discricionário e violento dos governos militares, fez questão de abrir o Congresso Nacional para tomar posse. Afinal, “todo poder, como bem assinala Levi, busca alcançar consenso, de maneira que seja reconhecido como legítimo, transformando a obediência em adesão” (FONSECA; MONTEIRO, 2008, p. 35). A comunicação foi duramente cerceada e a propaganda oficial fartamente utilizada com este fim.

Esta “utopia conservadora”, como coloca Fonseca e Monteiro ao discutir a racionalidade política do II PND, irá aflorar com toda a força com a ascensão de Geisel ao

⁹⁷ Tabela 2: Dívida externa e inflação em 1970 e 1984

Ano	Dívida Externa (<i>em US\$ milhões</i>)	Inflação
1970	5.295	19,5
1984	91.091	220,6

Fonte: IBGE In: Araujo, 2004, adaptada pela autora

poder, que se dá por meio de eleição indireta⁹⁸ num Colégio Eleitoral de cartas marcadas. A ascensão de Geisel representava a volta dos castelistas, ou sorbonistas, ao poder, após o predomínio dos militares ‘linha dura’ durante os governos da Junta Militar e de Médici (DAQUINO *et al*, 2007).

A “abertura lenta e gradual” dos mecanismos de terror e controle impostos pela ditadura se dará de forma pendular, um processo marcado por avanços, como o retorno às eleições diretas para o legislativo, o abrandamento da censura, o fim do AI-5 e a preparação da Anistia, que se concretizará no governo de Figueiredo; e retrocessos, como a Lei Falcão (1976), o Pacote de Abril (1977), a morte do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho (1976), vinculado ao PCB, na cela do DOI-CODI em São Paulo e a atuação terrorista de extrema direita⁹⁹, desencadeada por segmentos Linha Dura descontentes com a abertura em curso (SILVA, 1990; DAQUINO *et al*, 2007).

3.4.2 O II PND e seus impactos na Amazônia

Tais mudanças de cenário econômico e político se fazem sentir na Amazônia de maneiras diversas. No II PND, ao contrário do primeiro, há um deslocamento da região como foco do governo com relação à integração nacional. É para a região Nordeste que irão convergir os maiores esforços e investimentos do governo em seu projeto agropecuário e de infra-estrutura. Dos 165 bilhões de cruzeiros (o equivalente a 23 bilhões de dólares em valores de outubro de 1974, data da criação do plano), anunciados para a Integração Nacional das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, praticamente 70% destinavam-se às ações no NE (II PND, 1974).

O foco central do novo planejamento regional era agora não mais o desenvolvimentismo agrário em escala variada para aliviar tensões sociais, mas a promoção das “empresas em grande escala”. Sociedades anônimas orientadas para as exportações daqueles recursos naturais nos quais o Brasil e, em especial a Amazônia, desfrutava (e

⁹⁸ No dia 15 de janeiro de 1974, o general Ernesto Geisel, candidato da ARENA recebeu 400 votos de um Colégio Eleitoral, composto por 503 membros, sendo 404 filiados à ARENA e 103 integrantes do MDB. Estavam presentes 129 deputados estaduais, escolhidos pelas suas Assembleias Estaduais, somando-se aos 65 senadores e 310 deputados federais. O deputado Ulysses Guimarães, candidato à presidência pelo MDB e seu candidato à vice-presidente Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, jornalista e presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), receberam 67 votos. Mais detalhes da ‘farsa eleitoral’ e do movimento pendular entre avanços e retrocessos que significou a abertura (muito) lenta e gradual do governo Geisel, ver “Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais. Da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo” (AQUINO *et al*, 2007).

desfruta ainda hoje) de “vantagens comparativas”. Nesse caso, ao lado da pecuária, a mineração passa a ser a coqueluxe das atenções e planos do governo (MAHAR, 1978; HALL, 1989; MARCELINO, 2003) a partir de Geisel.

a) O POLAMAZÔNIA

A concepção da Amazônia como uma “fronteira de recursos” aparece com maior nitidez nesta fase do planejamento regional. As novas descobertas de recursos minerais pelo Projeto Radam, programa de prospecção do solo e subsolo amazônico criado no início do governo Médici, em especial das enormes jazidas de minério de ferro na serra dos Carajás e de bauxita no rio Trombetas e mesmo as potencialidades da região em termos de ouro e diamantes, reforçaram o ideal do Eldorado amazônico, fazendo dos recursos minerais o novo eixo do desenvolvimento na região.

A proposta era concentrar geograficamente os investimentos em áreas específicas. Assim, dentro do II PND, tomou forma o programa POLAMAZÔNIA (1974), ou programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, que previa “investimentos seletivos” em 15 pólos de crescimento: a mineração receberia 34% dos financiamentos, a pecuária e a agricultura moderna, leia-se aquela não voltada ao colono, ficariam com 31% e a indústria, 21% (MAHAR, 1978; SUDAM, 1976b apud Hall, 1989:39). Os recursos seriam provenientes do PIN e PROTERRA, fontes até então destinadas à distribuição de terra em unidades de pequena escala, como na região da colonização dirigida na Transamazônica, onde os investimentos e as atenções rareavam.

A pecuária, tratada por mais de duas décadas como a grande vocação e redentora do desenvolvimento da região, continuou, é certo, a ser fartamente subsidiada – entre 1975-1978 a SUDAM aprovou 344 projeto, dos quais 192 agropecuários, com um investimento total da ordem de Cr\$ 43 bilhões ou cerca de US\$ 2 bilhões de dólares no câmbio da época¹⁰⁰. Entretanto, a queda do preço internacional da carne bovina em 1975, os vultosos desvios de recursos de crédito nas “fazendas de fachada” e a conseqüente especulação financeira sobre a terra na Amazônia, somados ao aumento dos conflitos no campo frente à crescente concentração fundiária, diminuía o entusiasmo e os lucros do setor (HALL, 1989).

¹⁰⁰ Brasil, Mensagem Presidencial, 1978.

Os valores de conversão da moeda percebidos no parágrafo anterior indicam também a brutal desvalorização da moeda brasileira no período, fruto da grave crise internacional. Em setembro de 1974, quando o II PND foi lançado, antes do primeiro choque do petróleo, US\$ 1 dólar comercial estava cotado a Cr\$ 7,13 cruzeiros; já em dezembro de 1978, data de referência para o balanço da gestão do presidente Geisel apresentada em forma de mensagem presidencial ao Congresso Nacional, o valor do dólar tinha “explodido” - US\$ 1 dólar valia Cr\$ 20,47 cruzeiros, moeda da época. Com isso, ainda que o governo tenha ampliado o volume de recursos originalmente previstos para os pólos das três regiões (Nordeste, Norte e Centro-Oeste) em cerca de 30%, de fato a crise engoliu os investimentos, assim muitas obras e ações acabaram não saindo do papel.

Por outro lado, segundo Kohlhepp (2002), no Programa Polamazônia, o conceito dos pólos de crescimento, tema discutido na América latina desde os anos 1960, foi também “mal interpretado e o resultado não foi a ‘concentração descentralizada’ de desenvolvimento que se esperava”- ou seja, com os pólos funcionando idealmente como centros irradiadores do desenvolvimento para regiões mais periféricas. O que aconteceu foi sim o aumento das disparidades do desenvolvimento inter e intra-regional. “Em vez de pólos de crescimento com impulsos de desenvolvimento irradiantes, surgiram enclaves, mantidos artificialmente” (KOHLHEPP, 2002:39), como no caso emblemático do Programa Grande Carajás.

b) Os impactos na Transamazônica

Com relação à Transamazônica o impacto mais sentido com a mudança de governo foi o fim da colonização dirigida pelo Estado na região – projeto criticado internamente por setores do governo já desde a gestão anterior e externamente por grupos de interesses industriais sulistas, tanto pelo volume de recursos investidos quanto pela clientela atendida pela ‘colonização social’ defendida pelo INCRA¹⁰¹.

O fraco resultado agrário da região da Transamazônica era em geral atribuído a falta de estrutura e preparo do INCRA para a tarefa ou ao próprio colono, à sua propalada

¹⁰¹ Como explica Hall, certos setores do Estado, que operavam em aliança com interesses empresariais, exerceram forte pressão desde inícios da década de 1970 para alterar as prioridades do desenvolvimento em favor das grandes empresas. Dentro da máquina do Estado, o ministro do Planejamento, Reis Veloso, e o Banco da Amazônia (BASA) e a SUDAM defendiam firmemente essa mudança. Já os interesses privados eram representados por uma associação de empresários sulistas (AEA- Associação de Empresas da Amazônia), com sede em São Paulo, criada em 1968 como grupo de pressão em defesa do financiamento subsidiado para suas novas empresas de criação de gado na fronteira (HALL, 1991, p. 38).

inapetência ou incompetência para o cultivo profissional. A execução do projeto foi, sem dúvida, falha em muitos sentidos: as pesquisas sobre a qualidade do solo só vieram depois das estradas serem construídas e levadas de migrantes transportadas; os colonos eram obrigados a plantar culturas menos proveitosas (como o arroz, milho e feijão) nos solos ácidos e pobres da região; faltavam sementes e estas eram inapropriadas ao clima; as pragas nas plantas eram desconhecidas assim como as doenças que atingiram os novos colonos; faltava atendimento técnico ao cultivo assim como faltava atendimento às necessidades médicas da população (MORÁN,1990).

Além do mais, sintetiza Hall:

[...] como foi bem documentado por numerosos pesquisadores, os serviços básicos de infra-estrutura, educação, saúde, crédito, extensão rural e outros prometidos aos colonos nos povoados planejados simplesmente não foram implementados e a terra apenas não era suficiente para garantir a sobrevivência nessas difíceis circunstâncias (KLEIPENNING, 1975; BOURNE, 1978, MARTINE, 1980, MORAN, 1981, SMMITH, 1982, apud HALL, 1991, p. 35).

Em setembro de 1973, antes do fim do governo Médici, a equipe da pastoral da Igreja do Xingu, segundo relata Santos Souza (2006), já produzira um documento, encaminhado à CNBB, relatando a situação precária vivida pelos migrantes do projeto de colonização da Transamazônica no trecho da rodovia entre Altamira e Itaituba (Km 20 a 230).

Várias situações foram abordadas (no documento), dentre elas a situação da moradia das famílias. O INCRA não conseguiu cumprir a promessa de uma casa para cada família e muitos tiveram que construir choupanas para abrigarem-se com suas famílias e mais tarde construir suas próprias casas nos lotes. A mesma situação de precariedade era vivenciada na área de saúde, saneamento, estradas, transporte e educação. Os postos de venda da COBAL, responsável pelo abastecimento das famílias migrantes a um preço mais barato, existiam apenas em algumas agrovilas. O isolamento das famílias que viviam nos lotes dentro dos travessões era angustiante, principalmente no inverno. As queixas incluíam até o correio que nunca entregava as cartas enviadas a amigos e parentes relatando a situação. Muitos desconfiavam que estas eram abertas e caso falassem mal do projeto de colonização não eram entregues ao seu destino. No entanto, essa suspeita nunca foi confirmada, o fato é que as cartas desapareciam ao chegar aos correios (SANTOS SOUZA, 2006, p. 43).

De forma exemplar e emblemática o regime militar impôs à região o modelo de Planejamento Normativo, no qual o Estado, como único ator que planeja, prevê de fora sobre uma realidade pretensamente imutável e controlada e, portanto, equivocadamente de alta

governabilidade. O resultado é que, numa combinação de planejamento excessivamente centralizado e rígidas estruturas de administração, uma série de erros básicos foram cometidos:

[...] a construção de estradas que se tornavam intransitáveis na estação chuvosa, o fornecimento de variedades de sementes de crescimento rápido que amadureciam na época mais úmida do ano, a distribuição aos lavradores de áreas estéreis e os rígidos mecanismos de crédito que não foram adaptados às necessidades dos lavradores no calendário agrícola. Demora do INCRA em fornecer aos pequenos agricultores os títulos de propriedade da terra, que eram essenciais para obtenção do crédito subsidiado, alimentaram as desconfianças dos colonos em relação ao governo. À medida que a desilusão estabelecia-se, exarcebada pelo apoio oficial inadequado e o crescente endividamento, muitos vendiam seus lotes, aproveitando o aumento do valor das terras (HALL, 1991, p. 36).

Como explica Emílio Morán (1990), “a colonização da Transamazônica impôs critérios técnicos desenvolvidos longe da realidade dos colonos e não criou formas de ajustamentos quando os componentes do sistema encontravam uma realidade diferente daquela planejada” (MORÁN, 1990, p. 300). A própria etapa final das obras da Rodovia Transamazônica, a BR 230, é um exemplo cabal dessa visão de planejamento. Inaugurada já no governo Geisel, em 1974, o governo, ao invés de ajustar o cronograma ou modificar as prioridades da obra às necessidades dos colonos, optou por não construir as estradas vicinais, os travessões, que conduziam aos lotes e insistiu em finalizar a abertura da estrada até Humaitá (AM). O resultado é que por um lado, a maioria dos colonos perdeu sua produção de arroz por falta de transporte. E por outro, o trecho de estrada implantada (1083 km de Itaituba à Humaitá) praticamente sem uso e sem manutenção logo ficou intransitável (MORAIS, 1974).

O fato era que o pequeno agricultor, o colono, não era mais personagem da colonização orientada pelo Estado. Nem objetiva, nem subjetivamente. Em 1970, como explica Morbach (2006), em artigo sobre a campanha publicitária do projeto agrário do governo militar para a Amazônia, a propaganda oficial da ocupação escolheu como seu garoto-propaganda a representação do homem rude, no entanto, “apenas, e dessa vez, ele se viu ungido por uma nobre missão: a de ocupar os vazios demográficos da Amazônia, e aceitou a tarefa de transformar a Natureza em História” (MORBACH, 2006, p. 9).

Pode-se dizer também que esta foi a segunda vez, antecedida pela propaganda veiculada pelo governo nos anos de 1940 para atrair mão de obra nordestina para atuar como

“soldados da borracha”¹⁰². A mesma promessa idílica a homens simples: na primeira vez, o sonho de trabalho e um pedaço de chão vinha unguado pelo patriotismo do esforço de guerra; trinta anos depois, a louvação em torno do sonho da terra vinha embalada pelo caráter nacionalista, o de participar da ‘redescoberta’ e ‘despertar’ da “Amazônia que desperta para o desenvolvimento do nôvo (sic) Brasil que desperta para o amanhã” e assim ajudar “o Brasil a crescer nas mãos do Presidente Médici” diziam anúncios de página inteira em revista da época enaltecendo o governo e o empreendimento da Rodovia Transamazônica (REALIDADE, 1971).

Objetivamente, o governo Geisel retomava o foco nas unidades de grande escala. Entre 1975 e 1979, sob nova orientação, o INCRA vendeu um total de 1,7 milhão de hectares, em lotes de 500 a 3.000 hectares, o equivalente a duas vezes mais do que toda a área distribuída a pequenos agricultores de 1970-1974 (HALL, 1991). O foco da colonização estatal foi transferido para Rondônia agora com a parceria crescente de projetos privados de assentamento (KOLLHEPP, 2002).

A migração para a Transamazônica, entretanto, não parou com o fim do projeto de colonização dirigida do governo militar ‘linha-dura’. A chamada migração espontânea, que já acontecia desde os anos 50 irá se intensificar na década seguinte com os PADs, Projetos de Assentamento Dirigido, que não ofereciam mais os benefícios, créditos e apoio dos PIC, além de localizados no final das vicinais, nas áreas mais isoladas, mas que ainda assim continuaram a atrair migrantes. Os migrantes espontâneos, sem recursos e sem apoio, também continuariam a chegar à região a procura de terra.

Todos os municípios atravessados pela Transamazônica no estado do Pará cresceram a taxas mais elevadas que a média nacional (HAMELIN, 1991). A população da cidade de Altamira, por exemplo, considerada a capital da colonização dirigida, saltou de cerca de 15 mil habitantes, segundo o censo de 1970 (IBGE), para cerca de 50 mil habitantes no censo de 1980 (IBGE), uma taxa de crescimento de sua população urbana de 4,5%, diante de uma taxa nacional de 2,89% no período.

Seja como for, pioneiros ou migrantes de segunda ou terceira leva na Transamazônica, eles em absoluto imaginavam que iriam enfrentar uma experiência que mudaria tão profunda e brutalmente suas vidas e a vida na região, uma epopéia que, quase

¹⁰² No período da Segunda Guerra, ao entrar no conflito o Japão corta o fornecimento de borracha da Ásia aos países aliados. Era preciso pensar em uma alternativa, pois a indústria bélica dependia do produto. Aí, entra em cena novamente a borracha nativa da Amazônia. O desafio era conseguir mão-de obra em quantidade e rápido. A solução foi convencer com propaganda de guerra, e o apoio do governo norte-americano, milhares de brasileiros a se alistarem como “soldados da borracha”. O saldo dessa “guerra” em meio aos seringais: dos cerca de 60 mil soldados da borracha mais ou menos a metade desapareceu na selva. Ver Martinello (1988).

quarenta anos depois, ainda não chegou ao fim. Muitos não resistiram às condições da região, ao sol e calor extremo que expulsou ao longo dos anos muitos migrantes sulistas de pele clara por problemas de câncer de pele; ao terror dos “piuns” (pequeno mosquito que causava bolhas e extrema coceira); à terra pouco fértil e à falta de infra-estrutura; à solidão ou à saudade dos que haviam deixado prá trás. Os colonos que ficaram ou os novos que vieram, apesar das diferenças culturais, conseguiram, no entanto, como diz Jean Hébette, “por meio de sua organização e de suas lutas, se reproduzir na área cortada pela rodovia Transamazônica como categoria social específica e, de certa maneira, histórica” (HÉBETTE, 2004, p. 122).

Outras dinâmicas de intervenção irão acontecer na região ao longo do tempo – a partir de 1976, por exemplo, colonos com título de terras puderam ter acesso ao crédito para lavouras permanentes (cacau, pimenta, café), promovendo, “ainda que não sem ilusão” uma ascensão social (entre 1981 e 1991), de uma parcela de pequenos agricultores em empreendimentos de médio porte (100-200 hectares) na Transamazônica (ALMEIDA *et al.*, 1992; CASTELLANET; SIMÕES; CELESTINO FILHO, 1994 apud HURTIENNE, 2004); já no final dos anos 90 e início deste século, devido à influência global de uma nova visão ecológica sobre o uso dos recursos naturais, planos do governo e projetos de entidades internacionais voltam-se também na região e não sem resistência para a valorização e apoio à práticas sustentáveis na agricultura e a implementação de planos de proteção da floresta tropical (HURTIENNE, 2004; ALEGRETTI, 2006). Porém, do ponto de vista deste trabalho, o marco do recorte temporal com o qual trabalhamos é o fim da colonização dirigida a partir do governo Geisel, meados dos anos de 1970, quando se estabelecem de forma mais clara as motivações que levarão à articulação dos movimentos sociais na região e que, por sua vez, darão origem às rádios comunitárias na Transamazônica, objeto deste estudo

3.5 REAÇÃO AO ABANDONO: MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNICAÇÃO NA TRANSAMAZÔNICA

A história de privações experienciadas pelos colonos da Transamazônica acabou por gerar uma identidade na diversidade, baseada na noção não do pertencimento, mas da vivência em comum da perda do que lhes era familiar e daquilo que inicialmente era estranho a todos, a própria região, com seu clima e costumes peculiares. O abandono em que a Transamazônica foi lançada com a ausência da figura do Estado após a saída dos militares, acentuou o sentido da exclusão e do não reconhecimento da região, em torno dos quais se fez articulação e luta política, gerando um movimento social propriamente dito. Como diz Maria

da Glória Gohn “só com o movimento social o sentimento de injustiça passa a ter relevância política” (2008:48). Um movimento social que para lutar pela ‘sobrevivência da Transamazônica’ alçou-se à dimensão regional e se tornou precursor no Pará na elaboração de um projeto de desenvolvimento de alcance global com proposições de política públicas, elaboradas por colonos, tendo a comunicação como elemento constitutivo de suas estratégias políticas (SILVA¹⁰³, 1996).

3.5.1. Rompendo o isolamento: a formação de um movimento regional

No início dos anos 80 “a Transamazônica deixou de existir para o resto do país¹⁰⁴”, pontua uma liderança na região. Depois de ter sido foco de uma intensa propaganda do governo, o projeto de colonização dirigida do governo Médici caiu no esquecimento e a região ainda mais isolada ficou. A transição do regime militar para a Nova República produziu uma série de incertezas e a Transamazônica não entrava na pauta de investimentos dos governos. Os governos locais atuavam de forma paliativa e eleitoreira. A rodovia Transamazônica sem manutenção tudo paralisava nos meses de chuva. O crédito agrícola foi reduzido já a partir de 1982 e estancado praticamente a partir de 1985, dificultando as chances de sobrevivência da agricultura familiar e intensificando o êxodo dessas famílias para as cidades. Muitos abandonaram a Transamazônica, especialmente aqueles com lotes em áreas de terras menos férteis, e seguiram engrossando a dinâmica do ciclo das últimas fronteiras rumo à Rondônia e depois Acre e Roraima (HALL, 1991; HAMELIN, 1992; MORAN, 1990, MONTEIRO, 1998; MMA, 2006; SANTOS SOUZA, 2006, 2008).

Ainda no final do regime militar, uma série de ações foram tomadas para pressionar por soluções para problemas urgentes que afetavam os agricultores da Transamazônica. Quem conduzia a articulação era o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, ator estruturante do processo de mobilização popular na região, já que o sindicato de Altamira ficou de 1968, quando foi criado, até 1988, controlado pelo modelo sindical assistencialista promovido pelo governo militar e tutelado pelo Estado.

¹⁰³ Raimunda Monteiro Silva é jornalista, foi militante da comunicação popular da Transamazônica, uma das fundadoras do CAMPOS (Centro de Apoio ao Movimento Popular e Sindical de Santarém) que funcionava em Santarém como mecanismo de formação e produção de meios de divulgação para os movimentos sociais na região. É autora da dissertação “Informação e redes de interação no novo ciclo de mobilizações dos pequenos agricultores da Transamazônica” (NAEA, 1996).

¹⁰⁴ Ana Paula Santos Souza, coordenadora geral da FVPP em entrevista concedida à autora em 13 de fev. de 2009.

Conforme documento produzido pelo Ministério do Meio Ambiente (2006) sobre a história do movimento pelo desenvolvimento da Transamazônica e Xingu¹⁰⁵:

- Em 1984, por duas vezes colonos de Rurópolis enviaram comissões a Brasília, organizadas pelas delegacias sindicais da região, para negociar recursos para abertura e conservação das vicinais;
- Em 1985, cerca de mil colonos organizaram a ocupação da sede do Incra, em Rurópolis, e se apoderaram das máquinas de datilografia, como forma de pressionar o Governo para liberar verbas para as estradas;
- Em junho de 1985, as delegacias sindicais de Medicilândia e Uruará realizaram, juntamente com a Associação dos Fornecedoros de Cana da Transamazônica (Asfort) a primeira caravana da Região da Transamazônica, composta por aproximadamente 400 colonos que se dirigiram à Brasília para reivindicar do Governo Federal (Incra e Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA) a manutenção da usina PACAL, a abertura e a conservação das estradas vicinais e a construção de hospitais e escolas;
- Em 1987 foi a vez dos colonos de Brasil Novo ocuparem a sede do Incra pela regularização fundiária e pela solução dos problemas estruturais da colonização (MMA, 2006 p. 19).

Segundo o documento, redigido por lideranças da região, apesar de algumas conquistas importantes porém pontuais, no final dos anos de 1980, a situação na região era de “calamidade” (MMA, 2006, p 20). Uma pesquisa sócio-econômica realizada pelos próprios atores locais da Transamazônica (organizações de trabalhadores rurais, de professores, com o apoio da igreja) iria revelar dados alarmantes: havia nove médicos para uma população de 500 mil habitantes; num raio de mil quilômetros mais de 70% da população adulta era analfabeta ou semi-analfabeta; quase 3 mil quilômetros de estradas vicinais habitadas estava sem conservação; nenhum município, com exceção de Altamira – ainda que de forma precária, tinha energia elétrica; por falta de acesso e de assistência médica pessoas morriam no fundo das vicinais da BR 230 (MMA, 2006, p. 23).

A pesquisa fora resultado do primeiro encontro de caráter regional realizado em 1987¹⁰⁶ para discutir e reivindicar soluções para os problemas comuns de toda a

¹⁰⁵ O documento “FVPP: A história do movimento pelo desenvolvimento da Transamazônica e Xingu. PDA/PPG7. Brasília: MMA, 2006” faz parte de uma série de cadernos produzidos para contar a história de experiências sociais consideradas sustentáveis, que contam com o apoio do Subprograma Projetos Demonstrativos – PDA, parte do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), do Ministério do Meio Ambiente com o apoio da cooperação técnica alemã (GTZ). O documento é redigido por lideranças do próprio movimento em questão, a FVPP.

¹⁰⁶ Há divergências quanto à data e o local deste primeiro encontro. O documento do MMA (2006), com informações sistematizadas com a participação de lideranças da FVPP (Fundação Viver Produzir e Preservar – o braço jurídico do MPST) considera como o primeiro encontro regional o ano de 1987, em Medicilândia. Segundo a dissertação de Raimunda Monteiro Silva (1996), militante na época da formação do movimento da

Transamazônica. Dois anos antes, em 1985, lideranças de Uruará e Rurópolis em reunião informal já haviam constatado que “não havia saída isolada para a colonização, era preciso planejar e mobilizar a região como projeto regional e desta forma reivindicar ações de investimento da parte do Governo federal” (SILVA, 1996, p. 45).

O primeiro grande encontro foi realizado em Medicilândia, uma das agrovilas que, assim como Pacajá, Uruará e a pioneira Rurópolis, buscava a emancipação. A busca por emancipação fazia parte da estratégia de mobilização e regionalização do movimento organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, como forma de aproximação das populações locais ao poder de decisão política e ação da administração pública. Uma tentativa de se reposicionar no campo do desenvolvimento da região que naquele momento vivia a ausência do seu ator principal, o Estado brasileiro, que, paternalista e prepotente, a tudo centralizara até então.

O primeiro encontro reuniu lideranças da Transamazônica e também da BR 163 (Cuiabá-Santarém). Sofriam dos mesmos males do abandono e faziam parte da mesma base social - os novos colonos, agricultores familiares assentados pelos projetos de desenvolvimento do governo ou atraídos por eles - organizada pelo STR de Santarém, com o apoio das comunidades eclesiais de base (Cebbs) na região desde o final dos anos de 1970. O segundo encontro foi feito em Rurópolis, ponto estratégico no entroncamento das duas rodovias, para apresentar os resultados da pesquisa e refletir sobre a dura realidade que os dados apontavam (SILVA, 1996; SANTOS SOUZA, 2006; MMA, 2006.)

Do encontro de Rurópolis, a principal deliberação, conforme apontam os estudos, foi no sentido de mobilizar e conscientizar as comunidades de base sobre a dimensão comum da “calamidade” que atingia a toda região, tendo como finalidade organizar e unir forças para desencadear ações (atos públicos e debates em todos os municípios), envolvendo a sociedade civil organizada e não organizada numa luta que se pretendia regional. Também decidiu-se pelo envio de uma comissão à Brasília para denunciar a situação de abandono, lutar por melhorias e negociar com o governo federal uma maior atenção para a região (MMA, 2006, p. 22).

Pelos relatos e registros, este momento pode ser entendido como chave na formação de um movimento regional na Transamazônica. Como entende Axel Honneth,

Transamazônica, o primeiro encontro de caráter regional teria se dado um ano antes, ainda que não tão expressivo, quando em julho de 1987, parte do grupo de lideranças da região se reuniu na localidade da Vila de Alto Pará, que se tornou parte do município de Placas, para fazer um balanço e avaliar os sintomas da crise por que passava o movimento, muito apoiado até então no movimento eclesial da Igreja católica que, àquela altura, vivia um momento de refluxo verticalizado a partir do reposicionamento conservador do Vaticano. Para Silva, o encontro de Medicilândia, um marco para o movimento teria ocorrido em 1988.

considerado uma referência no estudo dos novos movimentos sociais relacionados à temática da identidade e do reconhecimento, ao promover o entendimento do “outro” como igual no sentimento de pertencimentos compartilhados de desrespeito provoca-se a união daqueles que não são reconhecidos. Assim como Taylor (1997), para o autor, as motivações para a participação ou identificação com conflitos e lutas sociais decorrem não apenas das privações compartilhadas, como entendem os interacionistas simbólicos, mas da memória de experiências morais de desrespeito e de privação de direitos que criam fraturas morais. A luta por reconhecimento vem a ser, portanto, uma luta pela ampliação de direitos, do qual os movimentos sociais surgem e são parte (GOHN, 2008).

Nesse sentido, a busca pelo reconhecimento da Transamazônica, no caso específico a busca por identificação junto às comunidades locais e de visibilidade junto à sociedade em geral e às autoridades de forma específica, no intuito da conquista de soluções para os problemas da região, constitui-se no cerne da formação de um movimento de caráter regional na Transamazônica. Os passos do movimento passam a ser construídos a partir daí de forma coletiva, tendo como base uma certa estrutura de raciocínio no sistema de tomada de decisões trazida da trajetória e tradição do sindicalismo na região, que se baseava, segundo Silva (1996), em

uma análise de conjuntura (fortemente centrada na leitura da composição de forças políticas atuantes na Região, incluindo uma percepção nacional e internacional das tendências econômicas e políticas), avaliação dos passos anteriores e definição de estratégias de atuação dentro da conjuntura delimita de análise (SILVA, 1996, p. 46).

Ao final de 1989, depois de um terceiro encontro regional, onde consolidou-se a integração da luta dos colonos da Transamazônica com a dos colonos da Cuiabá-Santarém, definiu-se a estratégia que alimentaria a ação do movimento durante os próximos anos. Este encontro é considerado o marco da criação do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST). Ocorrido nos dias 23 a 25 de junho de 1989, na chamada Linha Gaúcha¹⁰⁷, na cidade de Rurópolis, reuniu “sindicalistas, professores, movimentos populares, religiosos da Igreja Católica e associações de toda região”. Também estavam presentes “lideranças de outros Estados, ligados a CUT, a Igreja Católica e ao MST” (SANTOS SOUZA, 2006, p.71).

¹⁰⁷ Como explica Santos Souza (2006): “A linha Gaúcha ficou assim conhecida por ser um travessão onde a comunidade, conhecida como Flor da Selva, distante 15 km da cidade de Rurópolis, à margem da rodovia, no sentido Altamira-Itaituba, foi basicamente formada por migrantes gaúchos”.

Uma série de ações regionais de maior impacto seria gerada no intuito de construir e colocar em ação um Plano Global de Desenvolvimento da Transamazônica (PGDT). Um plano, segundo afirmam os estudos, sob novas bases e novo modelo de desenvolvimento, construído a partir da visão e com a participação dos atores locais

Em 1990 foi realizado um Seminário Regional, também conhecido como “Debate de Altamira”, que teve como tema “O futuro do projeto de colonização – Transamazônica 20 anos depois”. O foco do debate eram os problemas da Transamazônica, acompanhados de uma proposta alternativa dos movimentos sociais da região. O Seminário contou com a participação de 1.500 representantes de comunidades, categorias profissionais, grupos de jovens, mulheres, estudantes, autoridades políticas das diversas esferas do poder (ligadas à educação, saúde, agricultura, energia, transporte e infraestrutura de modo geral), órgãos financiadores e lideranças nacionais, como José Rainha (Movimento dos Sem Terra - MST) e Jair Meneguelli (Central Única dos Trabalhadores - CUT), e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag (MMA/FVPP 2006, p. 24).

O Debate de Altamira, como ficou conhecido, teve como objetivo quebrar o isolamento em que a região havia sido colocada ao longo do tempo e gerar visibilidade para suas demandas. Para isso, era necessário, segundo entendimento das lideranças na região desencadear “uma grande ação de alcance nacional e internacional, através da utilização dos meios de comunicação de massa” (Idem), por meio de rádios, TV, jornais e revistas – capaz de voltar a dar ‘existência’ ao projeto de Colonização da Região da Transamazônica, denunciando sua situação de abandono e apontando propostas de políticas públicas para seu desenvolvimento.

A comunicação era vista pelo MPST não apenas por seu potencial de divulgação através dos meios massivos. Naquele momento era necessário e estratégico ampliar as bases de apoio ao movimento regional que surgia e, nesse sentido, tornava-se relevante estabelecer ou reforçar redes de comunicação horizontal. Assim, fazia parte da estratégia buscar apoio de sindicatos urbanos, organizações não-governamentais e universidades, no vários níveis, do local ao nacional. Também foram geradas, indicações de políticas públicas para diversos setores (transporte, saúde, educação, crédito agrícola entre outros), apresentadas por comissões de lideranças da região como reivindicação aos diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipais)

Ao regionalizar as ações e constituir um grupo de dirigentes comuns o movimento reposicionava os atores locais, em especial os agricultores da Transamazônica, como sujeitos ativos capazes de influir nas decisões sobre o desenvolvimento da região. Isso

vai se evidenciar de forma ainda mais clara numa série de eventos de grande impacto com farta repercussão na esfera local e muito além dela que irão se dar no ano seguinte.

Entre maio e junho de 1991, outro debate massivo acontece em Altamira, onde cerca de 2.000 pessoas - “inclusive prefeitos e vereadores que também se juntavam às negociações, pois se identificavam como personagens de um mesmo projeto de colonização abandonado pelas autoridades” (Idem) – puderam participar da formulação e discussão do “Projeto Global de Desenvolvimento da Região Transamazônica”, que veio a ser a primeira formulação de política pública no Estado que tinha como propositores os colonos, os professores e os estudantes.

A partir daquele momento, agentes sociais colocados na região, à margem das decisões, credenciavam-se como cidadãos pensantes e atuantes na sua realidade. A Transamazônica não seria a mesma depois deste acontecimento. Ali se fortaleciam também elementos consistentes de observação sobre a capacidade dos pequenos agricultores em dirigir lutas de caráter abrangente, reunir aliados e propor políticas de longo prazo. (MMA/FVPP, 2006: 25)

Massificar o movimento era a estratégia definida para que o ciclo de denúncias sobre o abandono da Transamazônica obtivesse repercussão na imprensa em nível estadual e nacional (SILVA, 1996; MMA, 2006). Com o apoio da CUT e da igreja católica, duas lideranças escolhidas pelo movimento, dois jovens agricultores filhos de colonos migrantes da Transamazônica¹⁰⁸, percorreram o país visitando emissoras de rádio, buscando espaço em televisões e jornais para falar da realidade de abandono da Transamazônica 20 anos depois de seu início. Naquele mesma época, já como Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST), nome que aglutinava os vários personagens da colonização sob as bandeiras centrais do movimento, uma caravana de 300 lideranças da região segue para Brasília, onde acampa por um longo mês, entre agosto e setembro de 1991, até serem atendidos pelo então presidente Collor. Assim o movimento ia conquistando a visibilidade almejada. Nos meses seguintes, “a Transamazônica foi tema de reportagens nos mais importantes jornais e nas principais revistas do País, e em alguns programas de televisão de veiculação nacional.” (MMA, 2006: 25).

A experiência do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica representa, como diz Jean Hébert, pesquisador e consultor do movimento, “um marco inquestionável da história da Transamazônica e, talvez, da história da agricultura familiar do

¹⁰⁸ Esses dois jovens agricultores tornar-se-iam ainda nos anos 90 deputados da região pelo partido dos Trabalhadores (Airtton Faleiro e Zé Geraldo). Informação fornecida em entrevista por Ana Paula Santos Souza em entrevista concedida à autora (Fev. de 2009).

Pará”. Deve ser considerado segundo ele na dimensão de um “fato histórico” e “toda reflexão sobre seu passado, seu presente, e, acredito, sobre seu futuro, tem que ser amarrado a essa dimensão histórica” (HÉBETTE, 1994 apud SANTOS SOUZA, 2006, p.69).

Do ponto de vista da comunicação trata-se indubitavelmente de uma das mais ricas experiências de comunicação contra-hegemônica construída por movimentos sociais no país e é preciso compreender esse momento como marco das demais estratégias comunicativas que irão surgir na região no rastro do movimento.

3.5.2 Mobilização social e uso de ferramentas de comunicação popular na região

Na concepção de empoderamento desenvolvida pelo movimento, a comunicação era um dos três pilares estratégicos que dariam sustentação e orientariam a conquista de protagonismo em torno do desenvolvimento da Transamazônica. Ao lado da comunicação, um modelo de educação para a região e o investimento sistemático na formação de lideranças.

Importantes lideranças políticas, locais estaduais e nacionais, foram formadas no seio dos agricultores (vereadores, deputados estaduais e federais). O movimento também originou a busca por um novo modelo de escola para jovens de famílias de agricultores da região, a partir da política de alternância (escola-casa/campo), que resultou no projeto das Casas Familiares Rurais¹⁰⁹ na região, com o objetivo de formar uma juventude capaz de provocar o desenvolvimento global do meio rural.

Diversas estratégias de comunicação foram criadas como instrumento de mobilização e organização social e como forma de garantir visibilidade a uma realidade não vista pelo resto do país e, portanto, esquecida das autoridades: como a realização de eventos e ações de impacto - passeatas, os seminários, as caravanas à Brasília, os Gritos do Campo e da Terra, a produção ativa de ferramentas de divulgação e a criação de novas mídias populares,

¹⁰⁹ As Casas Familiares Rurais (CFR) tiveram origem na França, nos anos de 1930, por iniciativa de um grupo de famílias do meio rural, propondo a adoção de uma formação profissional aliada à educação humana para seus filhos. Tem como estrutura a Pedagogia da Alternância, que alia a educação formal ao trabalho no campo. Hoje, a Casa Familiar Rural expandiu-se para os cinco continentes, em trinta países, com a mesma concepção - responsabilidade e engrossamento das famílias na formação dos jovens, no sentido de provocar o desenvolvimento global do meio (MDA). Na região da Transamazônica as Casas familiares foram implantadas pelas organizações do movimento social desde novembro de 1995. A 1ª experiência na região, e também a pioneira no Norte do país, aconteceu no município de Medicilândia. Atualmente, já foram construídas 08 Casas (Rurópolis, Placas, Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Altamira, Anapu e Pacajá), que formaram mais de 700 jovens da região. Existe a previsão de construir mais três CFRs (Porto de Moz, Senador José Porfírio e Itaituba) para entrarem em funcionamento a partir do próximo ano (Fonte: Site FVPP - http://www.fvpp.org.br/projetos_detalhe.asp?cod=73&cod_pai=12)

das quais as rádios comunitárias seriam herdeiras já nos meados dos anos 90, como alternativa aos grupos hegemônicos locais e regionais.

No início dos anos 90 a região da Transamazônica já abrigava, segundo o censo de 1991 (IBGE)¹¹⁰ uma população de cerca de 200 mil habitantes, sendo 65% na zona rural. Como apoio à “arregimentação social” das comunidades ao longo da rodovia, mas também para a construção de um discurso contra-hegemônico que influenciasse o repertório de decisões políticas dos públicos acessados, o movimento lançou mão de uma série de ferramentas de comunicação popular. Entre os meios mais comuns produzidos estavam os informativos, as cartilhas, um jornal do MPST, panfletos, cartazes, os ágeis “mosquitinhos” - avisos de informações ligeiras em formato pequeno – informações para programas de rádio da prelazia em Santarém e até *outdoors* para a divulgação de alguns eventos de maior porte (SILVA, 1996).

A técnica para elaborar e produzir os meios de difusão se inspirava na experiência das pastorais católicas que em toda a América Latina desenvolveram de forma sistemática, a partir do final dos anos 60 - tanto nas ações do MEB (Movimento de Educação de Base) quanto das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) espalhadas pelo país - a utilização de meios de comunicação popular voltados à educação libertadora defendida por Paulo Freire com o objetivo de mobilizar e promover a reflexão das comunidades sobre a realidade política que vivia o continente sob os governos ditatoriais. Com máquina de datilografia e impressora de estêncil¹¹¹, equipamentos já comuns nas delegacias sindicais da região a partir de 1985, era feita grande parte do material de divulgação do movimento regional que se formava. Importante também o apoio das paróquias e escolas das comunidades para a confecção e distribuição do material.

A produção do material era feita por jovens estudantes de vários municípios (Altamira, Brasil Novo, Uruará, Rurópolis e Santarém), a maioria filhos de colonos que haviam participado de um processo de capacitação organizado pelos sindicatos da Transamazônica em conjunto com o Centro de Apoio ao Movimento Popular e Sindical de Santarém (CAMPOS), entidade criada com o apoio da FASE (Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional). O treinamento que venho a constituiu uma equipe regional

¹¹⁰ Considerando a microrregião de Altamira, que inclui todos os municípios da região da Transamazônica com exceção de Rurópolis, a população da região, calculada pelo Censo do IBGE de 1991, era de 197.261 habitantes, dos quais 131.885 (66,85%) residentes. Uma população 10 vezes maior que em 1970, antes da colonização, quando a população total da micro-região de Altamira era de 18.316 habitantes (IBGE), dos quais 12.033 (65,69%) habitantes na zona rural.

¹¹¹ Técnica de impressão por tela e rolo giratório em geral à base de álcool, muito utilizado pelas escolas e movimentos sociais.

de imprensa do MPST incluía “curso de português, técnicas básicas de redação jornalística, conceitos básicos de informação, comunicação e edição, diagramação em estêncil a álcool, tinta e eletrônico” (SILVA, 1996, p.03). A capacitação, com duração de três anos, teve início em 1985, a partir da preocupação dos sindicatos da região de formar equipes locais de divulgação como forma de garantir o fluxo de informações entre os STRs e seus associados.

Dois momentos expressivos que expressam bem a amplitude que o uso de recursos de comunicação pelos movimentos sociais tomou na Transamazônica foram a preparação do seminário regional que ficou conhecido como “Debate de Altamira” e do acampamento que durou um mês em Brasília, em 1991. Para a divulgação destes eventos foram associados diversos recursos de comunicação e também de marketing, tanto para popularizar a marca do movimento quanto para sensibilizar amplos setores da sociedade quanto ao abandono da Transamazônica e para as reivindicações da região, como relata Raimunda Monteiro Silva:

O primeiro ato que concentrou as forças de todos os municípios da região (Debate em Altamira), em agosto de 1990, teve uma divulgação ampla, em faixas, panfletos, cartazes, outdoors, folhas de cano, palavras de ordem. No acampamento realizado em junho de 1991, a equipe regional (de imprensa) deu um salto de qualidade. Com acompanhamento profissional, o trabalho foi potencializado. O evento divulgado com slogans e logomarca do Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST). [...] o símbolo do MPST figurou em *outdoors*, estampas em muros, bonés, camisas, “clip” na televisão local, painéis fotográficos, adesivos, tickets de alimentação, faixas e teve sua tradução e em palavras de ordem (SILVA, 1996, p. 5).

No final da década de 1980 passou a ser produzido pela equipe regional de imprensa um órgão informativo de caráter plural e regional, como o próprio movimento (MPST) se pretendia. Foi criado o “Transmigrante”, um informativo confeccionado em stêncil eletrônico que pretendia expressar a “visão de conjunto das organizações dos municípios” que se uniam à luta por mudanças na Transamazônica.

Toda essa rica experiência de comunicação popular na Transamazônica vivida entre meados dos anos 80 e início dos 90 evidencia a afirmação de Silva (1996) de que “os movimentos sociais da Transamazônica sempre trabalharam a comunicação como um elemento constitutivo de suas estratégias políticas”. Sua origem, porém, remonta à década anterior, anos da colonização em curso, auge da ditadura militar, quando se forja na região o novo sindicalismo rural, gestado no berço da Igreja Católica sob inspiração da Teologia da Libertação e da comunicação dialógica de Paulo Freire.

3.5.3 A origem: o novo sindicalismo rural e o papel da Igreja na região

Ainda no final dos anos 70, já se articulava a organização das bases populares na região da Transamazônica a partir do apoio da Igreja Católica e do que viria a constituir parte do novo sindicalismo rural, movimento na época emergente no país que se colocava como uma alternativa progressista ao modelo de sindicalismo único, corporativista, organizado nacionalmente pelo regime militar e tutelado pelo Estado.

Após o golpe de 1964, depois de terem eliminado a esquerda como uma força organizada no país, o que inclui a perseguição às Ligas Camponesas, movimento que no campo mais ameaçava a ordem estabelecida em suas lutas por reforma agrária e contra as oligarquias locais, “os militares estimularam de forma deliberada o crescimento do movimento sindical como parte de um projeto transformador mais amplo para a zona rural” (HOUTZAGER, 2004, p. 43).

O Movimento Sindical de trabalhadores Rurais, modelo estimulado pelo governo militar, legalizava a existência dos sindicatos únicos de todos os trabalhadores rurais (STRs), de base municipal, que funcionariam filiados à federações estaduais (FETAGRIS) e à confederação nacional (CONTAG). Seu crescimento e alcance nacional resultaram de seu papel no projeto agrário do governo militar ‘linha dura’.

O projeto agrário determinado em 1968 consistia em três partes entrelaçadas: *aumentar a produção agrícola, fomentar a integração nacional e incorporar o trabalho rural à sociedade nacional*. O aumento da produção agrícola assim como a integração nacional dependia da expansão da fronteira em direção ao Norte. Já o movimento sindical de trabalhadores rurais regulado pelo estado incorporaria o trabalho rural à sociedade nacional e, ao estender o regime trabalhista que regulava as relações do trabalho urbano, institucionalizaria um novo relacionamento entre o estado e o trabalho rural. Esse novo relacionamento foi formado, porém, sobre o controle do Estado e a despolitização do trabalho. “Os sindicatos rurais tornaram-se parte importante do braço distributivo do Estado, fornecendo um salário social em forma de serviços de previdência social e assistência médica” (HOUTZAGER, 2004, p. 43).

Em 1979 é formada em Santarém, com o apoio da Igreja e do braço local da FASE, a Corrente Sindical de Lavradores Unidos, organização de oposição sindical que conquista o controle do STR de Santarém já em 1980. A Corrente era formada principalmente por pequenos agricultores não apenas da área de influência imediata do município, o Médio-

Amazonas paraense, mas tinha sua base de apoio na Transamazônica, na confluência da BR 230 com a BR 163, área do atual município de Rurópolis, de onde saiu a primeira diretoria do sindicato, muitos da qual se tornaram também importantes lideranças políticas regionais, tanto no meio sindical quanto político-partidário¹¹² (LEROY, 1991 apud SANTOS SOUZA, 2006; SILVA, 1996; HOUTZAGER, 2004).

Ali foram assentados pelo governo, já nas primeiras levadas de migrantes, colonos sulistas que traziam alguma experiência em organização social pela tradição das cooperativas de agricultores gaúchos. É a partir dessa região que se dão as primeiras manifestações de agricultores, a primeira em 1972 contra a qualidade das sementes de arroz distribuídas pelo governo e em 1974, quando se dá a ocupação do INCRA por agricultores, protestando contra as condições de preço, transporte e armazenagem da safra (GANZER, 2010)¹¹³.

Não somente na Amazônia, mas em todo o país a Igreja Católica assumia o papel de incubador institucional para o novo sindicalismo rural. Na região, desde os primeiros anos da colonização da Transamazônica, a organização dos agricultores era feita a partir do trabalho das pastorais sociais, Pastoral Rural do Catecismo e Pastoral da Terra a partir de 1975. As pastorais formavam líderes comunitários para coordenar projetos comunitários e atuarem como ativistas de um processo de transformação social, baseado na idéia da *libertação dos oprimidos do campo*. Esta visão crítica das pastorais sociais, que se consolida nos anos 70, já dava sinais no final dos anos 50, a partir de uma *concepção moral do desenvolvimento* por parte de alguns setores da igreja no Brasil diante da incongruência entre *as possibilidades* apresentadas pelo governo desenvolvimentista e *a realidade social* de conflitos, de violência, de pobreza e de exploração no campo (MARTINS, 1979, p. 42).

O trabalho nas pastorais sociais era pautado pelos elementos centrais da nova doutrina da Igreja, anunciada no Concílio Vaticano II (1961) e confirmada na Conferência de Medellín (1968) e de Puebla (1979), que muitos consideram como o ato inaugural da Igreja Católica da América Latina, com expressão teológica nova e própria, “a partir e em função de seus povos e de suas culturas” (BOFF, s/d). Nos documentos produzidos pela II Conferência

¹¹² Duas das principais lideranças que emergiram da região são os irmãos Ganzer. Avelino Ganzer foi o primeiro presidente do STR de Santarém, fundador do Partidor dos trabalhadores e da CUT no Pará, vice-presidente da CUT nacional. Na ocasião desta pesquisa era diretor da Diretoria de Agricultura Familiar da SAGRI - Secretaria de Agricultura do Estado do Pará. Seu irmão, Valdir Ganzer, também líder da Corrente Sindical de Lavradores Unidos, seguiu o caminho político-partidário e, pelo Partido dos Trabalhadores que ajudou a fundar no Pará, já foi quatro vezes eleito deputado estadual (1986, 2002, 2006, 2010), duas vezes deputado federal (1990, 1998), candidato a governador (1994) e vice-prefeito eleito de Belém (1996).

¹¹³ Entrevista com Avelino Ganzer em 04 de Mar. de 2010.

do Episcopado Latino Americano na Colômbia destaca-se o novo posicionamento da Igreja no Continente:

O Episcopado Latino-Americano não pode ficar indiferente ante as tremendas injustiças sociais existentes na América Latina, que mantêm a maioria de nossos povos numa dolorosa pobreza, que em muitos casos chega a ser miséria humana(...) para nossa verdadeira libertação, todos os homens necessitam de profunda conversão para que chegue a nós o “Reino de justiça, de amor e de paz (Conclusões de Medellín, 1968 apud DOCUMENTOS DA IGREJA, s/d).

Os textos falavam também no imperativo de se "criar uma ordem social justa" nos "direitos dos pobres e oprimidos", na necessidade de "denunciar energeticamente os abusos e desigualdades excessivas entre ricos e pobres" e também na missão da Igreja de favorecer o povo para que "crie e desenvolva suas próprias organizações de base" (BOFF, s/d). Tais postulados irão pautar a atuação de padres, bispos e seminaristas nas tarefas de evangelização e organização popular nos diversos cenários latino-americanos e, no caso, nos confins da Amazônia dos anos 70 e 80, nas regiões remotas do Oeste paraense. Diversos religiosos são lembrados com enorme respeito e saudade pelo papel que exerceram na organização dos movimentos sociais da região e mesmo no dia à dia da vida dos migrantes: Padre Alírio Bervian, que trabalhava em Medicilância, Padre Oscar Fürh, em Uruará e Brasil Novo, Padre Pedro, Frei Rainério, o bispo Don Thiago Reyan em Santarém.

A primeira lembrança de uma ação evangelizadora na nova vida amazônica de um jovem migrante gaúcho que se tornaria uma liderança natural e referência para os movimentos sociais da região revela bem a dimensão do papel que a igreja desempenhou nos primeiros anos da fronteira da colonização na Amazônia: “Nós tínhamos acabado de chegar na terra, outubro, novembro de 1972, quando a gente tava construindo nosso “tapiri” - uma cabana com folha de babaçu, coisa que ninguém sabia fazer direito, não dominava a técnica - chegou pela trilha o Padre Pedro, da Prelazia de Santarém, perguntando se o pessoal, as famílias que estavam naquele trecho gostariam de participar de uma celebração”. Todos agradeceram e começaram em mutirão a limpar a clareira para a missa improvisada, ecumênica –“tinha católico, luteranos”. Em meio à floresta um lençol branco sobre o tronco cortado de uma castanheira serviu de altar, os paramentos da liturgia foram tirados da sacola do padre andarilho entre os travessões da rodovia que era aberta. ”Ninguém imaginava um troço daquele...ficou todo mundo emocionado, unido, aí ele começou a explicar a importância da ‘comunidade’ e da solidariedade” (GANZER, 2010).

No final da missa, o padre explicou também a importância da organização das famílias e já convidou o jovem colono para participar de um “tríduo” – três dias de treinamento em Itaituba para discutir a organização das comunidades na região (GANZER, 2010). Ao final do primeiro dia de treinamento, mais um ensinamento que iria marcar o jovem e o movimento: “o padre Pedro pediu prá eu acender uma fogueirinha, depois mandou apagar as outras luzes. Então, todos reunidos em volta da fogueira ele disse prá nós: ‘têm muitos problemas na Transamazônica – tem problemas da estrada, de saúde, de escola... – vocês têm que organizar o sindicato e onde vocês estiverem vocês têm quer ser como essa luz para a região’. (GANZER, 2010). “Esse foi o principal processo de formação de organização comunitária que tivemos, essa vivência do que vem a ser e a importância da ‘comunidade’, tudo com base na Teologia da Libertação” lembra Ganzer¹¹⁴.

Por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as pastorais sociais formavam uma rede de ação evangelizadora e de organização social nas localidades mais isoladas. Ainda que já existissem antes de Medellín, as Cebes foram adotadas como um traço da Igreja latino-americana, fruto da “opção pelos pobres” e instância operativa da Teologia da Libertação. Documento da Diocese de Santarém revela que em 1979 existia uma impressionante rede de grupos de catecismo (de fato Cebes) com cerca de três mil catequistas trabalhando em 617 comunidades rurais da região (DIOCESE DE SANTARÉM, 1980, p. 32 apud HOUTZAGER, 2004, p. 147).

Líderes comunitários que se destacavam, assim como o jovem Ganzer, eram enviados para participar de cursos especializados para organizadores comunitários, ativistas sindicais e políticos nas Prelazias do Xingu, Itaituba ou Santarém, ou no Instituto Pastoral Regional, na capital do estado em Belém. A metodologia utilizada no trabalho das pastorais tinha como referência a educação libertadora e a comunicação dialógica de Paulo Freire, que estimulava

[...] abrir novos canais para um maior diálogo entre os setores populares; dar oportunidade ao povo para que expresse sua voz; desenvolver a ‘consciência crítica’ [...] a capacidade das pessoas de julgar, de maneira mais objetiva, as mensagens que recebem; capacitar o povo para a participação na tomada de decisões [...] (BORDENAVE e CARVALHO, 1980 apud SILVA, 1996, p. 16).

A formação intelectual e a infra-estrutura organizacional foram trazidas à região pela FASE, ONG de base católica que havia adquirido experiência no Nordeste, no

¹¹⁴ Talvez por essa lembrança da “luz” em meio aos desafios da região, o jornalzinho criado anos depois pelo grupo dos 30, um grupo de lideranças que começa a se organizar em 1979 para tomar o STR de Santarém, vá se chamar justamente “Lamparina”.

assessoramento à organização das Ligas Camponesas, em especial em Pernambuco, antes do golpe de 1964. A Fase funcionava também como importante elo junto a entidades internacionais¹¹⁵ que financiaram em grande parte a organização do novo sindicalismo rural na região e a própria Fase através de projetos de cooperação internacional.

A rede de contatos da CPT e da FASE fez com que fosse possível que a Corrente superasse obstáculos terríveis, criados pelas vastas distâncias e pela precária infra-estrutura física da região [...] para estabelecer laços estreitos com vários movimentos regionais e nacionais que emergiam junto à esquerda. O movimento tomou conhecimento da onda grevista de 1978-79 no centro industrial de São Paulo praticamente enquanto ela ocorria. As greves urbanas tiveram impacto profundo e a Corrente entrou em contato com a oposição dos metalúrgicos de São Paulo logo no início de 1979 e, pouco depois, com o sindicato de São Bernardo e Diadema, liderado por Luís Inácio Lula da Silva. Quando a eleição sindical de 1980 aproximou-se, em Santarém trabalhadores urbanos de São Paulo viajaram para o Norte para ajudar a treinar os ativistas da Corrente sobre como organizar as eleições sindicais e monitorá-la (HOUTZAGER, 2004, p. 148-149).

A Corrente Sindical Lavradores Unidos venceu as eleições e conquistou o controle sobre o STR em 1980. Em seu auge, o movimento sindical liderado a partir de Santarém chegou a ter 265 delegacias sindicais e aproximadamente 12 mil membros (idem). Nos anos seguintes ajudou a formar novas lideranças e construir o movimento regional pela sobrevivência da Transamazônica (MPST). Participou também no início dos anos 80 do processo de formação das instituições que levaram à formação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) nacional e do Partido dos Trabalhadores no Pará (idem). O uso da comunicação de forma estratégica foi uma marca do movimento sindical que serviu de inspiração e modelo aos outros movimentos que se formaram na região.

Já no início dos anos 80, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, sob comando da Corrente Sindical de Lavradores Unidos (CSLU), que articulava ou influenciava por meio das delegacias sindicais praticamente toda a Transamazônica até Altamira, era considerado uma das experiências mais sofisticadas de organização sindical no meio rural (MARTINS, 1989; FESTA, 1986; HOUTZAGER, 2004). Também tinha como uma de suas marcas, reconhecida a nível nacional, o uso estratégico dos meios de comunicação, chegando a ser, inclusive, considerado na época como “o Sindicato (STR) mais

¹¹⁵ Entre os maiores doadores estavam as organizações holandesas CEBEMO (Centrale Bermddeling by Medefinacering Ontwekkelings Programma's) e ICCO (Interchurch Organization for Development Cooperation); a alemã Exodus e a inglesa Christian Aid (HOUTZAGER, 2004).

consciente a respeito dos meios de comunicação, apropriação e uso de meios populares e alternativos (FESTA, 1986).

Produzia, com o apoio da Federação das Agências de Assistência Social e Educacional (FASE), um jornal, O Lamparina, que circulou durante cinco anos (1978-1983) e chegou a ter uma tiragem de 3 mil exemplares; e um programa semanal de rádio (Informativo Sindical e depois A Voz do Sindicato) na emissora católica diocesana de Santarém. Ainda no início dos anos 80, uma equipe de educação popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS) realizou um filme, produzido conjuntamente com os trabalhadores da região, intitulado *Nossa força é nossa união*, usado para a campanha eleitoral da nova diretoria do Sindicato. Na mesma época o STR de Santarém lança mão do vídeo como recurso de mobilização. Uma equipe da FASE-RJ realizou pequenas novelas em vídeo para o trabalho do sindicato com suas bases (FESTA, 1986; HOUTZAGER, 2004; GANZER, 2010).

Segundo Regina Festa, pesquisadora e militante da comunicação popular, que esteve na região em mais de uma vez, toda essa multiplicidade de meios fez do sindicato de Santarém uma experiência única e pioneira.

(...) o Sindicato dos trabalhadores Rurais de Santarém, localizado no meio da selva, em resumo, é o primeiro sindicato brasileiro a adotar variadas técnicas de comunicação – jornal, cinema, rádio, vídeo, cartazes, música – no trabalho de conscientização, formação, organização e mobilização (FESTA, 1986, p. 15).

Ainda que a comunicação representasse na época uma preocupação nacional dos movimentos de esquerda que se rearticulavam, diante da concentração e o controle da informação pelos grupos de poder.

3.5.4 Anos 90 até hoje: tempo de transição - novos discursos e esvaziamento institucional

Nas últimas duas décadas o cenário institucional da região da Transamazônica se alterou a partir do impacto de dinâmicas internas e externas. A Igreja Católica, por mudanças de cunho ideológico nas orientações do Vaticano e nas relações com o Estado Brasileiro, recuou de seu papel de incubadora institucional dos movimentos sociais: abandona a doutrina da Teologia da Libertação, retirando das regiões de conflito párocos influentes na formação ideológica e na organização popular, o que também em certa medida acontece e afeta o campo de forças na região. Por outro lado o sindicalismo rural, origem e base dos

movimentos sociais na região, perde força como reflexo de um declínio geral, uma crise de *representação e dispersão* (ALMEIDA, 1994) vivido nacionalmente pelos STRs após a transição democrática, mas também, há que se considerar, por uma situação particular de progressivo esvaziamento de lideranças nas bases da região.

Por considerar que o caminho político partidário é capaz de “potencializar” as ações do movimento, inúmeras lideranças do MPST se lançam na conquista de espaços de poder em diferentes instâncias, no Legislativo (Câmaras Municipais, Assembléia Legislativa e Câmara Federal) e no Executivo (Prefeituras e até mesmo uma candidatura ao governador em 1994). Em 1986, a região ampliada, considerando também Santarém, elege o primeiro agricultor à Assembléia Legislativa¹¹⁶, em 1994, um jovem agricultor de Medicilândia, antiga agrovila recém-emancipada elege-se deputado da Transamazônica, todos filiados ao Partido dos Trabalhadores. Em 2006 o PT possuía “na Transamazônica 12 vereadores, 02 prefeituras, 01 deputado estadual e 01 deputado federal, todos ex-dirigentes do MPST” (SANTOS SOUZA, 2006, p.52). Seus militantes passam também a ocupar posições importantes em instâncias administrativas governamentais e não-governamentais (HEBETTE, 2004).

A conquista de espaços de poder pelos militantes e lideranças oriundos do movimento de pequenos agricultores da Transamazônica se significou, por um lado, maior possibilidade de influir sobre os processos de tomada de decisão e também maior possibilidade de captação de recursos para os projetos na região, como era planejado e pretendido, significou também uma cooptação de lideranças de trabalhadores rurais e um esvaziamento ou distanciamento das bases do movimento. Quadro que irá se agudizar sobremaneira com a chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores na esfera nacional (2003) e estadual (2007).

Ao mesmo tempo, O MPST consolida-se como representante da Transamazônica, porém enfrenta dificuldades de abrigar e direcionar pleitos de outros setores além de seu cerne, o movimento dos agricultores, uma crítica que a própria igreja fez ao movimento regional em meados dos anos 90. Com o fortalecimento do MPST, o movimento ganha autonomia e de certa forma se afasta da igreja. A grande articulação passa a ser entre o movimento sindical, a CUT e o PT, dinâmica local que seguia os arranjos que se davam a nível nacional. Do ponto de vista da igreja e do movimento, alguns motivos justificavam este afastamento:

[...] o movimento é um grupo político que aspira o poder, para isso constrói relações com outros grupos que não possuem o apoio da Igreja. Os

¹¹⁶ Valdir Ganzer, deputado estadual pelo PT (1996); Zé Geraldo, deputado estadual pelo PT (1994).

agricultores nunca incorporaram como prioridade as questões indígenas, isso reflete na opinião de padres e freiras, uma insensibilidade imperdoável por parte das lideranças. O movimento não só reivindica como atua em parceria com o governo, muitas vezes executando funções que são do próprio governo, a Igreja considera que esse não pode ser o papel do movimento social sob pena deste perder sua identidade de representante da sociedade civil. O movimento mudou seus ritos; os cânticos e as orações foram esquecidos na maioria dos eventos. Por fim, o recuo da Igreja quanto aos princípios da Teologia da Libertação foi considerado pelas lideranças do movimento como o principal motivo desse distanciamento (SANTOS SOUZA, 2006, p. 127).

Pode-se dizer também que o afastamento entre os principais atores das dinâmicas sociais da Transamazônica se deu ainda por divergências quanto a agenda de prioridades para a região – nos anos 90 a Igreja passa a liderar a defesa das questões ambientais inclusive como principal porta-voz da luta contra a construção da hidrelétrica de Xingu (Belo Monte) enquanto a organização dos agricultores mantém a agenda emergencial nunca de fato atendida pelas autoridades de governo - no topo da lista o asfaltamento da rodovia Transamazônica, melhorias na área de saúde, educação e crédito agrícola (SANTOS SOUZA, 2006).

Em 1997, pesquisa interna realizada entre os associados do MPST, como forma de avaliar a trajetória do movimento na Transamazônica e gerar insumos para definir a continuidade das estratégias quanto a políticas públicas para a região, revela claramente esta divergência em torno do discurso ambiental na região. Ao serem perguntados sobre as prioridades para melhoria do quadro socioeconômico da Transamazônica apenas 1% dos integrantes do movimento entrevistados considerou prioridade a utilização de técnicas para evitar o desmatamento e o reflorestamento de áreas alteradas. Para 65% dos entrevistados o mais importante continuava sendo as condições emergenciais de infra-estrutura (Idem).

É nesse momento, quando o governo volta à carga pela construção de Belo Monte, e quem se coloca contra a represa é acusado pelo governo e empresários da região de ser “contra o desenvolvimento”, que o MPST entende que a luta não era mais pela ‘sobrevivência’, mas pelo ‘desenvolvimento’. Em assembléia ordinária da Fundação Viver, Produzir e Preservar – criada já em 1991 para ser o braço jurídico do MPST - decidiu-se trocar o nome do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica para Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu – MDTX. A área de abrangência do movimento, portanto também se ampliava. A articulação e luta pelo desenvolvimento já não se restringia aos municípios da Transamazônica, mas incorporava toda a Bacia do Rio Xingu

devido à defesa de suas águas diante da possibilidade de construção do complexo hidrelétrico de Belo Monte.

Esse momento é considerado o marco inicial de uma nova fase para o movimento social na região. Sob alguns aspectos significa, segundo suas lideranças, “a fase de consolidação de suas propostas, fundamentadas em acúmulos de conhecimentos concretos nos diferentes segmentos que compõem o movimento, com o objetivo de subsidiar a elaboração de um projeto mais amplo” de sustentação econômica, social e ambiental da produção familiar na região (MMA/FVPP, 2006, p. 16).

A noção de sustentabilidade se integra à visão do desenvolvimento defendido pelo movimento e passa a pautar de forma mais intensiva os projetos apoiados para a região. Isso irá suscitar, por um lado, uma nova visibilidade para o movimento no cenário do debate ambiental - por natureza um debate global - e conseqüentemente novos apoios financeiros e parcerias internacionais, as quais foram fundamentais na conquista de avanços importantes na região, como o desenvolvimento de projetos experimentais de ações produtivas sob novas abordagens no meio rural¹¹⁷, e a luta pela demarcação de unidades de conservação na região¹¹⁸. Por outro lado, no interior do movimento, entre sua base de agricultores, surge uma certa resistência à essa nova agenda a partir do discurso mais intensivamente ambiental.

Segundo explica Santos Souza, “o povo da Transamazônica não se sentia parte dessa ‘Amazônia que precisava ser protegida’, da qual falavam as ONGs ambientalistas apoiadas pela Igreja Católica, a partir principalmente do Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em 1988, considerado o marco inicial do debate ecológico na Amazônia.

De acordo com a autora, Ana Paula Santos Souza (2006), filha de migrantes pioneiros na Transamazônica e também importante liderança na região, além do isolamento

¹¹⁷ Na Transamazônica o PPG/7, fundo do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais Brasileiras formado a partir de recursos a fundo perdido, doados pelos sete países mais ricos do mundo (Estados Unidos, Alemanha, Grã-Bretanha, Japão, Holanda, França e Canadá) apoiou iniciativas de implantação de projetos-piloto de Sistemas Agroflorestais, formação sobre manejo florestal, identificação e usos do potencial dos produtos florestais não madeireiros dos lotes dos agricultores. Parceria entre o MMA e a Comunidade Européia e a FVPP também garantiram o desenvolvimento de diversos projetos numa fase de “experimentação” apoiada por um grupo de pesquisadores franceses ligados ao LAET (Laboratório Agroecológico da Transamazônica) e de brasileiros ligados à EMBRAPA Amazônia Oriental. Esta parceria ajudou, por exemplo, a fundamentar as bases do projeto das Casas Familiares Rurais (CFR) existente em quase todos os municípios da Transamazônica funcionando atualmente com o apoio do BNDES, prefeituras e Governo do Estado.9SANTOS SOUZA, 2006, p.82)

¹¹⁸ Em 2004, depois de uma intensa luta dos movimentos sociais da região com apoio de entidades internacionais, inclusive com ações de impacto do *Green Peace* na região de Porto de Moz como forma de pressão pela demarcação de áreas de proteção ambiental, são criadas por decreto presidencial o mosaico de áreas protegidas da Terra do Meio em Altamira (Resex do Riozinho do Anfrísio, a Estação Ecológica e o Parque da Serra do Pardo) e também a Resex Verde para Sempre em Porto de Moz. ; em Gurupá a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Itatupã-Baquiá, seria criada em 2005 e ainda a Resex Gurupá-Melgaço, em 2006.

frequente nos períodos de chuva por conta das distâncias e da precariedade das estradas alguns outros argumentos podem explicar esse posicionamento resistente dos agricultores em relação ao discurso ambiental adotado pelo movimento: a) os migrantes que “vieram domar o inferno verde” e plantar o “progresso” não entendiam o porquê de tanta preocupação com a floresta; b) na opinião deles, com tanta terra e abundância de chuva o que faltava mesmo eram escola, saúde, estradas, crédito, transporte...; c) além disso, motivo de muita interrogação entre os agricultores era o fato de o discurso ambiental que alardeava a necessidade de preservação da Amazônia era quase sempre apresentado por um estrangeiro ou pessoas sem nenhum vínculo com o meio rural; d) por fim, na realidade, apesar da quantidade de aldeias indígenas existentes nas proximidades da Transamazônica, nunca existiu entre os índios e os agricultores uma aliança efetiva (SANTOS SOUZA, 2006, p. 127).

Pode-se dizer que, na década de 1990, a interação entre os atores sociais na região e a própria condução e vigor da participação das bases viram-se afetadas por lógicas e conjunturas fora do controle do movimento. Depois de importantes conquistas no início dos anos 90, com a abertura da interlocução com o governo após uma série de ações estratégicas e inovadoras, em especial na questão da liberação de crédito¹¹⁹, as promessas alimentadas pelo MPST de uma vida melhor para os colonos da Transamazônica e suas famílias custavam a se concretizar. *A economia da região estava estagnada* – o Plano Real do governo FHC fortalecia a tendência das privatizações, o desemprego era crescente e a agricultura voltada apenas para a exportação e o agronegócio. Os recursos que circulavam na região eram oriundos estritamente “de créditos como o FNO Especial e da exploração ilegal da madeira; *O cenário de violência era crescente* – o êxodo rural crescia; muitas famílias sem terra chegavam à região, a exploração desordenada de madeira estava combinada com a grilagem das terras públicas e a situação dos povos indígenas era bastante crítica; *A mobilização das bases estava deixando de existir* - a igreja estava cada vez mais afastada dos movimentos sociais e a mobilização de massa havia praticamente deixado de existir na região. Todas essas questões foram apontadas como consenso numa análise da situação social, econômica, política e religiosa de cada município integrante da Prelazia do Xingu, realizado em 1998 pro

¹¹⁹ Entre 1992 e 1995, surgiram novas associações e cooperativas de pequenos agricultores na Transamazônica. Cerca de 5.000 financiamentos do FNO foram liberados para projetos familiares na região. Em termos financeiros, isso representou em torno de R\$ 5 milhões de reais (MMA, 2006). Pesquisa interna realizada no final dos anos 90 com os associados do MDTX, indicaram que 63% dos associados ao movimento na região haviam recebido financiamento do FNO. O FNO, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, criado pela Constituição de 1988, é a principal fonte de recursos financeiros estáveis para crédito de fomento para atividades produtivas da região, é constituído por recursos proveniente de 0,6% da arrecadação do IR e IPI, administrados pelo Banco da Amazônia.

seus conselheiros de pastorais, que atuavam nas bases (Cebs) das comunidades da região (PRELAZIA DO XINGU, 1998, apud SANTOS SOUZA, 2006, p. 91).

Se no início do movimento o desafio era gerar consciência política, tendo a “sobrevivência” da Transamazônica como elemento aglutinador, o desafio passou a ser promover um novo modelo de desenvolvimento para a região que tivesse como base a diversidade e a sustentabilidade, ao mesmo tempo em que ainda se lutava pelas questões emergenciais nunca atendidas¹²⁰.

Quem responde por este desafio a partir de então é a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), que ao longo do tempo tornou-se a principal referência dos movimentos sociais na região e fora dela. Sua função, é atuar como aglutinadora na articulação e formulação de políticas públicas, econômicas e sociais para as duas regiões, Transamazônica e Xingu¹²¹ (FVPP, 2010) porém, na prática, a FVPP passou a ocupar na região o papel de incubadora institucional que antes fora exercido pela Igreja. O MDTX, nova sigla que veio substituir o MPST, parece não ter conseguido o intento. O Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu quase não aparece como referência junto às lutas do movimento na região. A articulação contra a construção de Belo Monte, por exemplo, é coordenada pelo MXVPS – Movimento Xingu Vivo Para Sempre, no qual se integram grande parte das organizações da época das lutas pela “sobrevivência”. O MDTX, no entanto sequer aparece entre elas no site e blogs do movimento que alcança intensa visibilidade e apoio nacional e internacional. Por outro lado, quando se fala de movimentos sociais na região da Transamazônica a referência na atualidade é sua fundação, a FVPP. O próprio documento de sistematização de experiências relevantes realizado pelo MMA (2006) sobre a história das lutas dos movimentos sociais da Transamazônica traz em seu título: “FVPP: A História Pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu”, apesar de redigido por lideranças da Fundação criada como braço jurídico do MPST.

¹²⁰ Em sessão solene do Congresso Nacional em junho de 2004, por ocasião dos 34 anos da abertura BR 230, mais uma vez o personagem principal era a inacabada e nunca asfaltada Transamazônica: “A situação das rodovias no Brasil é grave, mas este é um caso especial, diferente. Há ali um povo massacrado, escravizado. Daqui a pouco a doença de maior incidência na região poderá ser a depressão. É duro a pessoa trabalhar, ver o filho se preparar para ir à escola, chegar até a beira da estrada e o carro não passar para levá-lo e ele ter de voltar para casa. É duro para o cidadão que pegou financiamento no Banco da Amazônia para plantar cupuaçu perder toda a produção, porque até a estrada de chão está sem condições de tráfego [...] É duro ver as pessoas morrerem por não haver como levá-las para os hospitais mais distantes. É duro a Prefeitura ter que alugar aviões para levar os doentes a cidades mais próximas, como Altamira e Santarém. Esses fatos deprimem as pessoas. Aquele povo não merece isso. Aquela região não merece isso. O Brasil não merece isso. (Dep. Zé Geraldo, Notas taquigráficas Congresso Nacional, 24.06.2004, p. 411)

123. Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) – Site: www.fvpp.org.br

Atualmente, a FVPP reúne 113 organizações (sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, associações, cooperativas, movimentos de mulheres, pastorais religiosas, movimentos culturais e outros) filiadas em 19 municípios da Transamazônica, BR 163 e Xingu (FVPP, 2010). É nesta área de abrangência que a FVPP desenvolve 16 projetos abrigados em quatro grandes programas (*Consolidação da produção familiar rural e melhoria da renda, Direitos Humanos e Controle Social, Gestão sustentável dos recursos naturais e consolidação das Unidades de Conservação e Comunicação regional*) que, segundo seu site na internet, integram a implementação de políticas públicas na região. Para desenvolver todas essas ações, a FVPP “exerce parcerias estratégicas com organismos governamentais e não - governamentais estaduais e federais” (idem).

Justamente por essa abrangência temática e territorial, pela diversidade de atores que abriga e pela centralização que passa a exercer na articulação e coordenação de projetos na região, a FVPP correria o risco de não mais incubar os movimentos sociais, mas sim albergá-los, gerando possível dependência e não autonomia. O resultado, sob tal risco, segundo avaliação de uma das mais autênticas lideranças entre os agricultores pioneiros da região, seria a ameaça de uma fragmentação da identidade histórica da Transamazônica enquanto região.

Isso se daria a partir da “fragmentação do processo histórico de construção da *unidade na diversidade*” (GANZER, 2010), marca de um sindicalismo rural que ainda é referência na região, mas que não está mais no centro das articulações exercidas cada vez mais pelos novos atores sociais (Movimento de Mulheres, de luta por direitos humanos e ambientais). O sindicalismo rural na Transamazônica, base da identidade da região vive hoje sob o impasse de uma crise de sentido, o que explicaria talvez o esmaecimento da sigla (MDTX) que é herdeira do MPST e que representa um contingente de mobilização popular que, segundo atestam todos, se não deixou de existir, enfraqueceu na região. “O movimento na região enfraqueceu com governo Lula. Se acomodou”, diz uma das mais ativas lideranças dos novos movimentos sociais da região (MELO, 2009). O tom nostálgico dos tempos em que a igreja católica e movimento eram basicamente uma coisa só também é uma constante nas entrevistas com lideranças da região.

Paradoxalmente, essa crise institucional surge diante da consolidação da política democrática e da chegada da esquerda ao poder, bandeira estrutural de luta do movimento. Por mais antagônico que pareça, segundo autores que estudaram transições democráticas em países como Uruguai, Espanha, Chile (O'DONNELL, SCHMITTER,

CANEL apud HOUZAGER, 2004), isto é sintoma de declínio ou restrições que movimentos sociais enfrentam durante transições.

Os movimentos, nesses casos, são olhados como se tivessem perdido sua *raison d'être* enquanto canais democráticos abertos, como se tivessem se tornado vítimas da cooptação pelas agências do Estado ou marginalização pelos centros de tomada de decisão de forma geral, devido a sua busca de autonomia e aos laços incertos com partidos políticos. Nos casos em que os partidos possuem laços estreitos com partidos, a culpa cai sobre as escolhas estratégicas do movimento e dos líderes do partido para conter a mobilização extra-institucional contenciosa e os canais de execução de exigências em canais institucionais de representação (HOUTZAGER, 2004, p. 129).

Foi nesse quadro, marcado pela transição e um certo vazio institucional como pano de fundo, que surgem no final dos anos 90 as rádios comunitárias como elemento da ação comunicativa dos movimentos sociais da Transamazônica. São elas herdeiras desse rico processo de organização popular e ação comunicativa na região desde o final dos anos 70. Entender sua origem, como funcionam e que papel exercem nesse contexto na atualidade é o que veremos no quarto capítulo desta tese. No próximo, vamos nos deter ao fenômeno de forma mais ampla, as rádios comunitárias, suas heranças teóricas e vividas, sua dimensão quantitativa, no mundo, no país e na região de estudo.

4. RÁDIOS COMUNITÁRIAS: TEORIAS E PRÁTICAS

O rádio, como outros meios de comunicação à distância, surge no mundo a partir do aumento da complexidade das relações sociais e da conseqüente necessidade de se estabelecer uma comunicação que vencesse distâncias rapidamente. Desde os tambores tribais ou os serviços de Correio por meio de carruagens há quase cinco séculos até as mensagens multimídia distribuídas globalmente sem fronteiras via bits de informação, em tempo real e a múltiplos, quase ilimitados, e anônimos destinatários, a sociedade vem buscando intensamente inovações nas tecnologias de informação e comunicação para alterar a relação espaço-tempo e assim encurtar as distâncias que a separa de seus objetivos, sonhos, desejos. Ainda assim, apesar de todos os avanços e sofisticacões engendradas nos últimos 50, 60 anos, de toda a “parafernália” em novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), o velho rádio de pilha, uma invenção do século retrasado (1895) continua sendo um dos mais populares meios de comunicação de massa.

De fácil operação, baixo custo e grande alcance, o rádio é entre todos os meios de comunicação o que tem maior proximidade com o indivíduo. Atualmente, 88,9% dos lares brasileiros possuem ao menos um aparelho de rádio (CETIC; IBGE, 2008), sintonizado em uma das cerca de oito mil emissoras de radiodifusão sonora em funcionamento no país. É certo que na disputa com a TV, a partir dos anos 50, o rádio perdeu o espaço nas verbas publicitárias¹²² e no horário nobre nos lares da família brasileira, mas ganhou mobilidade e lugar cativo nas suas rotinas: não mais as noites na sala de jantar ou de estar, mas entre as tarefas do dia a dia, na cozinha, no carro, no campo de futebol (FERRARETTO, 2007) ou, se na zona rural, pendurado na árvore mais próxima do plantio ou da colheita.

Ainda que com números decrescentes na última década, não se deve subestimar a penetração do rádio nos domicílios brasileiros, mesmo se comparado à televisão¹²³. A convergência tecnológica mostrou-se aliada de primeira hora do rádio que, diferente da TV, está presente em uma gama variada de equipamentos – no carro, relógios-despertador, telefones celulares e mais recentemente, com a nova geração das TIC, nos computadores, isso

¹²² Os anúncios em rádio, que já foram a coqueluche dos anunciantes nos anos dourados (30-40), representam na atualidade apenas 4% do faturamento publicitário bruto no Brasil (Intermeios/Meio&Mensagem, 2007).

¹²³ Segundo dados da série histórica do IBGE, na década de 1998-2008 o número de domicílios com ao menos um aparelho de rádio caiu de 90.44 (o melhor índice na história do rádio no país) para 88.9, enquanto o número de domicílio com aparelho de televisão subiu de 87.5 para 95.13. (IBGE, 2009 apud ABERT, 2010)

sem contar i-pods, mp3, mp4 etc. Da frota de veículos no Brasil, 80% está equipada com rádio, cerca de 40% dos telefones celulares em funcionamento no país também, só isso significa algo em torno de 80 milhões de receptores de rádio potencialmente incorporados à vida dos brasileiros¹²⁴ (ABERT, 2010), dados que ainda não constam das estatísticas. Na atualidade, os mais entusiastas acreditam que, tanto com relação à recepção quanto à emissão radiofônica, a aliança entre rádio e internet (rádio-web) é o caminho não só para sobrevivência financeira, mas para a própria reinvenção do rádio.

Entretanto em lugares onde as distâncias ainda se medem em dias de barco ou estrada (quando trafegável), a energia elétrica não é para todos e as novas tecnologias lá não chegam assim tão fácil e tão rápido, o velho rádio de pilha, justamente aquele que mais independe das fontes de energia, parece superar seu aparente anacronismo tecnológico, reinventando usos e funções. Esta é a realidade de regiões inteiras no interior da Amazônia brasileira, assim como em outras regiões da América Latina, África e Ásia, regiões de histórica escassez econômica e indigência institucional, onde fatores como baixa escolaridade, baixa renda e ausência de infraestrutura, resultado dos vícios e equívocos dos modelos de desenvolvimento ainda limitam o acesso da maioria às tecnologias mais sofisticadas e aos meios tradicionais de comunicação e acabam por reforçar a presença da tecnologia fácil e barata da radiodifusão sonora. É também nesses cenários de modernização e midiaticização periféricas onde mais tem crescido o fenômeno das rádios comunitárias.

Muitos grupos e indivíduos em todo o mundo têm descoberto que o rádio lhes permite controlar uma ferramenta de comunicação genuína que fomenta a criatividade e facilita o acesso popular. Assim o rádio tem sido durante mais de cinquenta anos, o instrumento mais atrativo para a comunicação participativa e considerado o meio ideal, em todo o mundo, para provocar mudanças sociais (GIRARD, 2002; DAGRÓN, 2008). Em cada região elas recebem uma denominação diferente, segundo o contexto sociocultural e jurídico do país onde se localiza. Rádio popular ou educativa na América Latina, comunitária no Brasil, rádio rural ou local na África, rádio pública na Austrália e rádio livre ou associativa na Europa. Todos estes nomes descrevem o mesmo fenômeno: conseguir fazer-se ouvir e

¹²⁴ Segundo dados da ANFAVEA (Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores) e IBGE, a frota nacional estimada para 2008 era de 28,7 milhões de veículos, o que daria em números absolutos cerca de 22 milhões de receptores de rádio. Já com relação aos aparelhos celulares, estimados segundo o IBGE/CETIC (2009) em cerca de 174 milhões de aparelhos ao final de 2009, considerando que, segundo ABERT (2010), perto de 36% deles estão equipados com rádio, seriam acrescidos mais 62 milhões de aparelhos de retransmissão em radiodifusão sonora ao dia à dia dos brasileiros. Somados aos números absolutos específicos computados pelo IBGE em termos de domicílios com rádio (51,173 milhões em 2008), chega-se a um número ainda subestimado e impreciso, porém bastante relevante: haveria ao menos cerca de 135 milhões de receptores de rádio à disposição da comunicação radiofônica no país.

democratizar a comunicação na escala comunitária (DELORME, 2002). Elas são reconhecidas, de forma geral e idealmente como meios de contra-poder, de expressão democrática e de pertencimento local (LEAL, 2007). Buscam, como afirma Peruzzo (2009) provocar a reinvenção de um modelo de comunicação de interesse público.

3.1 FENÔMENO GLOBAL, CRESCENTE, MAS INVISÍVEL

Atualmente, segundo o site da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC)¹²⁵, existem ao menos quatro mil rádios locais livres em 115 países nos cinco continentes. Precisar, porém, quantas emissoras de caráter comunitário estariam nesse momento em todos os cantos do mundo operando equipamentos de radiodifusão sonora como bem coletivo é tarefa extremamente difícil, muito porque na maior parte dos países não existe reconhecimento ou regulamentação jurídica das atividades das rádios comunitárias, ou quando o há a burocracia e os impedimentos são de tal sorte que findam por promover a informalidade, a ilegalidade, a insustentabilidade financeira e operacional e, portanto, a alta rotatividade das emissoras.

Pode-se dizer que, em grande parte dos lugares onde estão instaladas, as rádios comunitárias sofrem pressões por parte de grupos majoritários, econômicos, étnicos, religiosos ou políticos – seja no Nepal¹²⁶, onde três das quatro emissoras comunitárias foram vandalizadas no ano passado por grupos maoístas; no Haiti¹²⁷, onde cerca de 12 emissoras resistem abertas após o terremoto de 2010; na França¹²⁸, onde cerca de 500 rádios associativas de caráter mais francamente cultural têm como bandeira a defesa da diversidade numa Europa transcultural; no México¹²⁹, onde só existem 19 rádios licenciadas, mas dezenas operando em regiões de violência crescente pela ação do crime organizado; ou no Brasil, que abriga o maior contingente de emissoras licenciadas, cerca de 4 mil, porém onde num só ano este mesmo número de emissoras pode ser fechado pelo governo em atos de fiscalização da Anatel

¹²⁵ Ver www.amarc.org

¹²⁶ AMARC ASIA-PACIFIC. Newsletter. Year 5, nº2, Abril de 2009. Disponível em: http://www.amarc.org/documents/asia_pacific_newsletter/AMARC_AP_Newsletter_April_2009.pdf

¹²⁷ AMARC HAITI - Haïti: L'AMARC appelle au rassemblement des radios communautaires dans le soutien au peuple haïtien. Disponível em: http://www.amarc.org/index.php?p=Haiti_solidarity_FR

¹²⁸ Ver CHEVAL e SEVILLA ZEBALLOS (2009): Diversité culturelle, interculturalité et radios associatives en France, l'exemple bordelais.

¹²⁹ AMARC MÉXICO. **Programa de Legislaciones y Derecho a La Comunicación. Documento:** Situación del Derecho a la Libertad de Expresión en México: Pluralidad y Diversidad con énfasis en la Radiodifusión Comunitaria. Agosto, 2010. Disponível em: <http://www.amarcmexico.org/sobre-amarc/3109.html>

que incluem a presença de policiais federais armados com metralhadoras, com fartos relatos de intimidação e truculência contra comunicadores comunitários.

As rádios comunitárias atuam em geral nas franjas de sociedades muitas vezes já periféricas, vinculadas a iniciativas de grupos mais ou menos organizados e tradicionalmente excluídos pelo sistema tradicional dos meios de comunicação de massa, mas em geral também marginalizados por outros campos sociais (Economia, Política, Justiça, Saúde, etc) nos quais estes indivíduos estão inseridos. Indivíduos e grupos que, insatisfeitos com seus representantes e alijados como sujeitos dos meios de comunicação existentes, buscam na organização de meios próprios e alternativos de comunicação a possibilidade de contrapor-se ao modelo unidirecional (monológico) hegemônico, e assim gerar visibilidade a suas demandas, valores ou crenças. Nesse sentido, as rádios comunitárias desempenham um papel importante para a democracia, na medida em que potencialmente se colocam como espaços de reconfiguração de esferas públicas com maior potencial de interatividade entre diferentes atores sociais (LEAL, 2009; PAIVA, 2009; PERUZZO, 2009).

Entretanto, pelo mesmo motivo de atuarem em territórios periféricos a partir de iniciativas de grupos subalternos, as rádios comunitárias muitas vezes não conseguem impactar a agenda política ou mesmo brigar pela audiência dos ouvintes onde propagam seus sinais, gerando em si um paradoxo: constituem-se como fenômeno crescente, relevante social e politicamente, mas desconhecido do grande público, *invisíveis* para além de suas bases ou segmentos diretamente antagônicos. É bem verdade que, prejudicadas pela lógica capitalista e pela fragilidade da legislação, as emissoras de caráter comunitário acabam muitas vezes vinculadas de forma imediata à produção marginal. Confunde-se rádio comunitária com rádio pobre, mal feita, sem recursos, precária estética, técnica e intelectualmente. Muitas vezes seus próprios integrantes não conseguem enxergar e alçar vôo para além deste limite. É certo também e ponto de amplo consenso em todos os países onde existem rádios comunitárias que um dos grandes desafios que elas têm a enfrentar é a manutenção de suas estruturas de produção, tanto em termos físicos quanto de recursos humanos. Porém, tal correlação imediata é equívoco eivado de preconceito.

No Brasil, as rádios comunitárias representam um fenômeno comunicacional recente, a partir dos anos 80, e sem precedentes no país, porém desconhecido da sociedade em geral – que a confunde com “rádios piratas”, termo pejorativo utilizado pelos grandes veículos de comunicação de massa para criminalizar o movimento – e pouco reconhecido por gestores públicos – que mantém o setor à míngua de políticas públicas. Em termos quantitativos não há dúvidas de seu vigor: existem atualmente espalhadas pelo país mais rádios comunitárias do

que emissoras comerciais de FM (Frequência Modulada) ou de AM (Amplitude Modelada). Em pouco mais de uma década, desde sua regulamentação por lei federal em 1998 (Lei nº 9.612), o número de emissoras comunitárias registradas pelo Ministério das Comunicações (MiniCom) já passa de quatro mil, o que representa cerca de 44% da radiodifusão sonora do país. Um número subestimado que tende a ser na prática muitíssimo maior. Estima-se que atualmente 12 mil rádios comunitárias funcionam na ilegalidade, aguardando pelo licenciamento que demora a chegar, em média, de quatro a seis anos e, no caso mais extremo, onze (ABRAÇO, 2010).

Na Amazônia, cerca de 300 rádios comunitárias já foram licenciadas pelo Ministério, mas não existem estimativas do número real de emissoras que estariam operando na região. Considerando a perspectiva nacional (cerca de quatro não regulamentadas para cada outorgada), o volume na região amazônica pode superar mil emissoras em funcionamento. No Pará, onde se concentra a maior parte (cerca de 40%) das rádios comunitárias autorizadas da Região Norte, mesmo levando em conta apenas os dados oficiais, é possível dizer que elas estão (autorizadas ou não autorizadas, abrindo e fechando, ou sendo fechadas) em todos os cantos do estado. Para se ter uma ideia, dos 143 municípios paraenses, em apenas um único nenhuma associação comunitária havia dado entrada, até 2008, na via crucis da burocracia junto ao Ministério das Comunicações¹³⁰.

Apesar dos números impressionantes e do volume crescente de estudos sobre o tema no país (PERUZZO, 1982, 1998, 1999, 2004, 2007, 2009; FRANÇA, 2001; LEAL, 2007, 2009; BAHIA, 2008; PAIVA, 1998, 2007; NUNES, 2001, 2007; SILVEIRA, 2001; SILVA, 2008), ainda sabe-se muito pouco sobre as rádios comunitárias. No Brasil, conforme Venício Lima, uma das maiores referências no estudo da relação entre mídia e poder, “o universo das rádios comunitárias constitui uma enorme *caixa preta* onde são pouquíssimos os dados oficiais disponíveis e onde, portanto, qualquer levantamento de dados constitui uma verdadeira corrida de obstáculos” (LIMA, 2007, p.8).

Como campo de pesquisa, as rádios comunitárias são, portanto, um tema emergente. Constituem uma realidade que se dá no contexto da localidade, da comunidade, porém que se insere no contexto segmentado da sociedade global e que, por sua complexidade, carece de muito estudo com base empírica que gere maior compreensão de sua

¹³⁰ Somente em Santa Cruz do Arari, mesorregião da Ilha do Marajó (PA), nenhuma associação comunitária, segundo dados de 2008, deu entrada na *via crucis* da burocracia junto ao Ministério das Comunicações. Em todos os outros 143 municípios do Pará, havia na época emissoras autorizadas ou licenciadas (74), em processo de análise (84), arquivadas (299) ou ainda aguardando aviso de habilitação (218) por parte do governo (STEINBRENNER, 2008a).

dimensão, de seus limites e possibilidades, de suas similaridades e distinções enquanto mídia alternativa, popular e, no Brasil, impositivamente de pequeno alcance, frente ao modelo da “mídia grande” hegemônica. O que determinaria de forma básica tal distinção seria o caráter comunitário da comunicação, ou seja, a participação da comunidade como princípio gerador e gestor da emissora comunitária. Tal distinção tenderia a se refletir não apenas na gestão (participativa) das rádios, mas também no conteúdo de sua programação, menos “pasteurizada” pelo padrão globalizado e mais identificada com a diversidade cultural e com as demandas locais.

Outra distinção estaria na localização das emissoras comunitárias. Dados do IBGE (2008) mostram que 63% do total de emissoras comunitárias autorizadas pelo governo estão em município com até 20 mil habitantes, ao contrário das FM comerciais. Isso talvez, porque, como explica o conselheiro da AMARC (Associação Mundial de Rádios Comunitárias), Sergio Gomes, “nos grandes centros, o espaço radioelétrico foi entregue todo à iniciativa particular”, não restando quase nada para universidades públicas, emissoras educativas, e muito pouco para rádios comunitárias (MídiaCom, 2008). No interior do país, em cidades de pequeno porte, ao contrário, inúmeras vezes, as rádios comunitárias são o único veículo local de comunicação, ou seja, deixam de ser mídia alternativa para constituir-se no único meio de comunicação local pra as populações de municípios mais isolados e mais pobres.

3.2 DEFINIÇÃO DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS

Pela Lei da Radiodifusão Comunitária, aprovada em 1998 (Lei 9.612/98), define-se como serviço de Radiodifusão Comunitária no Brasil a radiodifusão sonora em frequência modulada, operada em baixa potência (até 25 Wats) e cobertura restrita (1 km de raio), outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço. Essa definição no Brasil tem caráter limitante e reducionista.

Segundo a AMARC (Associação Mundial de Rádios Comunitárias), essa designação é na prática muito mais ampla. As rádios comunitárias fazem parte de um movimento de radiodifusão de caráter alternativo, formado por emissoras que respondem por nomenclaturas diversas (cidadãs, populares, educativas, livres, participativas, rurais, associativas, comunitárias), dependendo da função e papel que exercem, mas que enfrentam

um mesmo desafio: “democratizar a palavra para democratizar a sociedade” (AMARC/Brasil, 2007). O que as distingue, segundo a entidade, não é o tamanho ou a potência, mas sim a característica de que não fazem referência simplesmente a um lugar, “mas sim a um espaço de interesses compartilhados” (Op.cit.).

Apesar de defenderem um mesmo *front* alternativo no campo da comunicação, as rádios comunitárias se distinguem das demais emissoras públicas, ou seja, não estatais e não comerciais, por algumas características específicas. Como explica a presidente da AMARC, a radialista chilena Maria Pia (2009), a *rádio comunitária* é uma rádio que *pertence ou que é feita por uma organização social* ou por algumas organizações sociais, cuja *propriedade é da comunidade – comunidade geográfica*, mas também *comunidade de interesses*. É também uma rádio que *faz uma gestão operacional e econômica integral e de forma coletiva*. Outra característica fundamental é a *editorialidade independente* que as rádios comunitárias devem perseguir – independência dos poderes da Igreja, do poder do governo, dos poderes locais, do poder dos militares, ou seja, “independência dos poderes fáticos da sociedade”. Isso não significa, segundo ela, que não se tenha acordo com algum partido ou que não se venha a ter mais simpatia por determinado governo, mas não se pode ser propriedade destes grupos, algo que na prática é hoje misturado, cheio de equívocos e pleno de tensões e disputas ideológicas, e isso não só no Brasil (PIA/AMARC, i.v. 2009).

O que as distingue, portanto, dos meios tradicionais é a noção de *participação* ou *horizontalidade*, mas também a idéia da *independência* na definição e produção de seus conteúdos. Tais experiências experimentam na prática a proposta de construção de um outro modelo comunicacional que aproxime dialogicamente aqueles que emitem daqueles que recebem as mensagens, como novos instrumentos de mediação social, como coloca Martín-Barbeiro (1999).

Em todo caso, aqui ou acolá, é a noção de exclusão que move a reação de grupos sociais, mais ou menos organizados, na busca por formas próprias e alternativas de comunicação. Excluídos do campo midiático como sujeitos da comunicação, mas em geral também marginalizados em outros campos (Econômico, Político, da Justiça, da Saúde, etc.) tais indivíduos buscam na organização de meios alternativos de comunicação a possibilidade de contrapor-se ao modelo unidirecional (monológico), vertical (autoritário) linear e hegemônico, e assim gerar visibilidade a suas demandas, valores ou crenças e, portanto, posicionar-se como agente ativo na esfera pública do contexto onde se situam.

Seja onde e como for, pode-se dizer de forma consensual que as rádios comunitárias constituem-se em meios de comunicação e articulação com vistas ao

reposicionamento social de certos grupos sociais e por isso são atores de ação contra-hegemônica nos campos onde atuam. Devem assim ser entendidas, na perspectiva de Martín-Barbero (1998), como lugares de *mediação*, onde se constroem identidades, por onde circulam significados e onde se operam resistências sociais. Com potencial, portanto, para desenvolver um papel mediador na construção de novas formas de participação e de criatividade nos usos sociais da comunicação.

3.3 RÁDIOS COMUNITÁRIAS E A VERTENTE NÃO OFICIAL DA RADIODIFUSÃO

As rádios comunitárias, enquanto mídia alternativa de caráter popular, fazem parte da história não oficial da radiofonia mundial. A história oficial do rádio, seu invento, popularização e globalização está vinculada a padrões regidos pelo estado ou pelo mercado, ou por ambos, gerando modelos de gestão variados. Os grandes avanços tecnológicos que o rádio sofreu no início do século XX, por exemplo, relacionam-se às demandas governamentais em estratégias de comunicação especialmente em períodos de guerra. Por outro lado, sua popularização como veículo de massa só veio a acontecer a partir de sua aliança com as regras de mercado a partir dos anos 1930/40, quando também começam a surgir as primeiras teorizações sobre os fenômenos da comunicação humana mediada pela tecnologia¹³¹.

Foram justamente as necessidades de um Estado em Guerra e as demandas da nascente indústria cultural que conduziram as primeiras pesquisas em comunicação que irão dar origem à tradição hegemônica dentre os estudos norte-americanos da comunicação, entre os anos de 1920 e 60, denominada “Mass Communication Research”. Essa tradição de estudos é composta por autores e abordagens tão variadas que vão desde a engenharia das comunicações (Shannon-Weaver), passando pela sociologia (Lasswell, Srschramm, Wright, Merton) e pela psicologia (Lazersfeld, Osgood), com pressupostos teóricos e resultados também muito distintos (HOHLFELDT et. al, 2001, p. 120). Alguns buscaram entender os mecanismos do processo da comunicação humana mediada, outros, de viés mais político, indagaram sobre as funções da comunicação de massa na sociedade e um terceiro grupo voltou-se para os efeitos da comunicação como mecanismo de persuasão. O que dá unidade a esse conjunto de estudos são algumas características comuns, dentre elas a natureza empírica

¹³¹ Sobre o processo de surgimento e apropriação social e política do rádio ver John B. Thompson, *A Mídia e a Modernidade: uma Teoria Social da Mídia* (9ª ed., 2009) e Asa Briggs & Peter Burke, “Uma História Social da Mídia: de Gutemberg à Internet” (2004)

dos estudos e sua orientação pragmática, mais política que científica e o seu objeto comum, a comunicação midiática (HOHLFELDT et. al, 2001).

A vertente alternativa da comunicação também irá surgir primeiro na prática e depois na teoria. Tanto uma quanto a outra surge como reação à dominação. Na prática, independente da definição que recebam ou se outorgam ao longo do tempo ou lugar, as rádios “livres”, “piratas”, “cidadãs” ou “comunitárias” são oriundas não das dinâmicas do mercado nem tampouco do estado, mas da reação de movimentos e organizações da sociedade insatisfeita com fatores de sua realidade social, econômica e política e interessada em produzir meios próprios de comunicação para atender e difundir interesses culturais ou visibilizar lutas e bandeiras sociais.

Desse ponto de vista, pode-se dizer que se a vertente oficial da radiodifusão nasce do interesse de controle econômico e político dos meios e fluxos de informação para a manutenção do *status quo*; a vertente não oficial responde ao estímulo contrário, o da reação em busca de mudanças e transformações sociais. A perspectiva teórica que alberga esta última é justamente o paradigma da participação, construído a partir dos anos 60 de forma consistente por teóricos latino-americanos pertencentes a corrente do pensamento crítico latino-americano em reação e contraponto ao difusionismo da escola norte-americana.

a) A prima-teoria da comunicação de massa

A primeira teoria sobre a comunicação de “massa”, conceito que também irá surgir na época, desponta no início do século XX, quando pesquisadores buscavam analisar o impacto da propaganda em tempo de guerra e o papel da mídia na sociedade que emergia. Diversas teorias sociais sobre a natureza da ordem social, desenvolvidas a partir da metade do século XIX¹³² irão formular as bases para a evolução do conceito de “sociedade de massa”. Segundo as teorias consideradas na época, a sociedade de massa refere-se ao relacionamento existente entre indivíduos e a ordem social que o rodeia. Os sociólogos Leonard Broom e Phillip Selznick (1949) resumiram tais delineamentos da idéia de sociedade de massa nos seguintes termos:

A sociedade moderna é composta de massas na acepção de “haver emergido uma vasta massa de indivíduos segregados, isolados, independentes em

¹³² Dentre as principais teorias Hohlfeldt (2001) cita o conceito de *organismo coletivo* de Comte; a *analogia orgânica* da sociedade com suas consequências ou *leis da evolução* de Spencer; a teoria dos *vínculos sociais* de Tönnies - *Gemeinschaft e Gesellschaft* – e a análise da divisão do trabalho - *Solidariedade Mecânica* versus *Orgânica* - e o conceito de *anomia* de Durkheim.

todos os tipos de especialização mas no entanto carentes de qualquer valor ou finalidade central unificador. O debilitamento dos laços tradicionais, o aumento da racionalidade e a divisão do trabalho criaram sociedades compostas de indivíduos que se acham apenas reu-nidos frouxamente. Nesta acepção, a palavra ‘massa’ sugere algo mais como um bolo de massa do que um grupo social intimamente entrelaçados” (BROOM; SELZNICK, 1949 apud DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 178).

Surge daí a chamada *teoria hipodérmica* ou da *bala mágica* (*bullet theory*). Influenciada pelas pesquisas behavioristas em psicologia, a teoria das mensagens midiáticas como balas mágicas baseava-se em mecanismos instintivos de Estímulo-Reação (E-R) e na crença do poder da mídia na criação de entendimentos coletivos ou na sua capacidade de forjar a “solidariedade social” (LASSWELL, 1927 apud DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p.181), que parecia faltar em meio a nova ordem social industrial urbana (*Geseischaft*) que emergia no mundo ocidental, cujo tecido social abruptamente perdia seus núcleos de unificação e agregação social, comum na antiga noção de comunidade tradicional (*Gemeinschaft*).

A teoria da bala é também considerada a primeira teoria da propaganda ou sobre a propaganda como emissão de mensagens cuidadosamente projetadas para atingir metas mobilizadoras específicas, no caso, gerar em tempo de guerra laços de sentimentos capazes de unir as pessoas em solidariedade positiva. Diante da primeira das lutas globais que assumia características de guerra total, onde populações inteiras desempenharam papéis ativos nos esforços de guerra, tornava-se essencial forjar elos sólidos entre o indivíduo e a sociedade. O meio utilizado para isso foi a propaganda e as campanhas de guerra, desenvolvidas para mobilizar sentimentos e lealdade para com a nação, promover o moral alto e a resistência contra as privações e instilar o ódio e o medo contra os inimigos (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993).

Ainda que tida como primeva e simplificadora, foi a partir de suas suposições, ainda que não formuladas explicitamente, com relação às formas de organização social e especialmente aos mecanismos de impacto e efeito das mensagens sobre os indivíduos que foram surgindo modificações sucessivas, originando teorias mais modernas da comunicação de massa. Foi a partir da *bala mágica* que as teorias funcionalistas, hegemônicas no campo da comunicação, orientaram o pensamento daqueles que encararam a mídia como poderosa (Ibid., pp. 181-182), seja na persuasão em si do indivíduo, seja na criação de um ambiente social favorável à formação de opinião pública, arcabouço que influenciou concepções e

políticas de comunicação pública e privada em grande parte do mundo e respectivamente, reações em contraposição a elas.

3.4 PRÁTICAS E TEORIAS QUE ORIGINAM AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

Na prática, as rádios comunitárias como conhecemos no Brasil derivam das primeiras experiências de rádios alternativas envolvidas no âmbito político e voltadas à mudanças sociais na América Latina. Experiências vividas por movimentos de trabalhadores, rurais na Colômbia (Rádio Sutatenza, 1948) e de mineiros na Bolívia (Radio La Voz Del Minero, 1949), que surgem com vinte anos de antecipação ao movimento das rádios livres que toma conta da Europa no final dos anos 60/70 a partir da Itália e irá influenciar a formação das primeiras rádios livres associativas de cunho mais cultural por jovens da classe média brasileira nos anos 80.

No campo teórico, assim como em sua origem no tempo, esses dois movimentos, das rádios livres e das emissoras comunitárias se distinguem. Em ambos, porém, é possível perceber referências ao texto fundador da radiodifusão participativa, escrito entre 1929 e 1933, por Bertold Brecht. O pensamento de vanguarda do dramaturgo e poeta alemão já anunciava a importância da comunicação para a construção de uma sociedade democrática e defendia a construção de uma utopia dialógica em torno da emergência do rádio como veículo de massa, propondo modificar o caráter unilateral da mensagem radiofônica (GUGLIELMO, 2009). Já a partir da ideia de inclusão ou exclusão social em função do acesso ou não à comunicação, Brecht argumentava que “a possibilidade de impedir o poder da desconexão (social) está na organização dos desconectados” (BRECHT, Teoria do Rádio (1927-1932) apud MEDITSCH, 2005). Para isso o rádio deveria não somente emitir e ser escutado, senão fazer o ouvinte participar do processo de construção da mensagem e promover sua inter-relação com os demais ouvintes.

3.4.1 Rádios livres e o modelo europeu

As primeiras *rádios livres* da Europa surgem influenciadas por um novo ideário político inspirado pelos ventos do Maio de 68. No centro da discussão, uma polêmica: a cobertura distorcida e insuficiente dada pelos meios de comunicação aos movimentos subversivos. Pretendia-se buscar uma teoria dos meios de comunicação socialista que

ajudasse a formular uma estratégia de atuação nas mídias para a esquerda política. O objetivo era *perfurar* o monopólio estatal das telecomunicações, através de emissoras de rádio ilegais ou não autorizadas que estimulassem as pessoas a passar da condição passiva de ouvintes para a de agentes ativos de seus discursos (MACHADO *et al*, 1987).

Alguns teóricos se contrapõem quanto ao papel e modelo de comunicação alternativa no cenário da época. Hans Magnus Enzensberger (1970), filósofo alemão, criticava o fato de que a Nova Esquerda dos anos 60 havia reduzido o desenvolvimento das mídias a um único conceito – o de manipulação, a partir do pensamento da escola crítica de Frankfurt (MAZETTI, 2006). Isto levava, segundo ele, a uma posição meramente defensiva diante do modelo dominante que usa a mídia para fins repressivos. Tal postura deveria ser substituída por uma concepção dos meios de comunicação não só como meios de consumo, mas também de produção, para fins de emancipação.

Já o sociólogo francês Jean Baudrillard (1970), crítico da sociedade de consumo e da mídia, discorda severamente das concepções de Enzensberger. Para ele, não seria como veículo de conteúdo, mas na sua forma e na sua própria operação que os meios de comunicação induzem a relações sociais de caráter abstrato. Baudrillard, aproximando-se dos entendimentos mais atuais, não concebia as mídias como neutras e questionava duramente sobre seu uso revolucionário, uma vez que, segundo ele, uma revolução neste domínio só poderia ser obtida caso se restituísse aos meios de comunicação a possibilidade de um processo de troca, uma subversão da arquitetura das mídias em que a resposta e a reciprocidade (excluindo-se aquela simulada através de colunas de cartas de leitores, intervenção telefônica dos ouvintes, etc) deixasse de ser proibida (MAZETTI, 2006).

Por sua vez, o mais polêmico deles, o filósofo francês Félix Guattari (1987), teórico e ativista do movimento das rádios livres e de tantos outros (o anarquismo, o trotskismo, o PC, a Guerra da Argélia, o Vietnã, maio de 68 etc), revela mais claramente a natureza subjetiva da alma revolucionária que embalou o movimento das rádios livres nos anos 70 na Europa¹³³. No pensamento do autor, as rádios livres consistiam numa outra maneira, muito diversa, de uso da mídia rádio e exigiam, por conseguinte, uma outra relação

¹³³ O movimento das rádios livres começa na Itália, em 1975. A mais importante rádio do movimento é a Rádio Alice, de Bolonha, que começa a emitir em janeiro de 1976, e tem papel destacado em meio a uma crise sem precedentes no âmbito das universidades, cujo resultado é um confronto violento com os policiais enviados pelo prefeito comunista, com saldo de um morto e vários feridos. A rádio Alice desempenha papel estratégico no conflito transmitindo notícias ao vivo enviadas por telefone diretamente pelos estudantes envolvidos. De maneira geral, a emissora se caracterizava pela recusa de assumir uma postura político partidária definida nos termos convencionais e por trazer à discussão pública temas considerados malditos como o corpo, o desejo, o prazer e a preguiça. (CUNHA, 2009).

de escuta, outra forma de feedback e principalmente outro processo de criação que não cabia nos moldes tradicionais da mídia estatal ou privada.

As rádios livres seriam como um vírus de contestação do sistema de representação política, de questionamento da vida cotidiana, de reações e recusa ao trabalho em sua forma atual, contaminando o corpo social. “São o que Guattari considera revoluções moleculares criando mutações na subjetividade consciente e inconsciente dos indivíduos e dos grupos sociais. Segundo ele, a possibilidade de reapropriação da mídia através das rádios livres pode(ria) subverter a modelização da subjetividade” (CUNHA, 2005, p. 06).

Trata-se de um instrumento de experimentação de novas modalidades de democracia, uma democracia que seja capaz não apenas de tolerar a expressão das singularidades sociais e individuais, mas também de encorajar sua expressão, de lhes dar a devida importância no campo social global. Isso quer dizer que as rádios livres não são nada em si mesmas. Elas só tomam seu sentido como componentes de agenciamentos coletivos de expressão de amplitude mais ou menos grande¹³⁴ (FELIX GUATTARI, prefácio, 1989, s/d).

Este embate de dimensão existencial vai ficar ainda mais evidente no momento em que as rádios livres na França sofrem no início dos anos 80 os efeitos das intervenções do poder de Estado¹³⁵, liberando-as, mas submetendo-as a um estatuto. A maioria se institucionaliza, perde a chama do caráter inovador e o movimento reflui, algumas poucas, inclusive a Rádio Tomate, da qual Guattari participava, manifestaram-se, como exprime o filósofo, frontalmente contrárias às mudanças a fim de manter sua proposta original.

O que estamos a fim não é de fazer grandes rádios livres, mas de fazer nossas rádios livres. O que estamos a fim não é de difundir com meios sofisticados, nem de ampliar nosso alcance, mas simplesmente de que parem de encher nosso saco em nossa frequência de onda. Também não estamos preocupados nem com reconhecimento nem com eventuais julgamentos de valor; estamos pouco ligando para o índice de audiência, pois quem quiser

¹³⁴ Guattari também foi capaz de antever pelo prisma daquele novo movimento midiático, a partir do jogo de forças do que ele chamava de *micropolítica* nas relações sociais (quando se cruzam as diferenças sociais mais amplas com os desejos no campo social), conceitos que se encontram hoje no centro do debate, como sociedade em rede e mais além, sociedade pós-midiática. Dizia ele, ao prefaciar a obra de Machado, Magri e Marzagão, em 1987, “Rádios Livres: a reforma agrária no ar”: *As rádios livres, e amanhã as televisões livres, são apenas uma pequena parte do iceberg das revoluções midiáticas que as novas tecnologias da informática nos preparam. Amanhã, os bancos de dados e a cibernética colocarão em nossas mãos meios de expressão e concertação por enquanto inimagináveis. Basta que esses meios não sejam sistematicamente recuperados pelos produtores de subjetividade capitalista, ou seja, as mídias “globais”, os manipuladores de opinião, os detentores dos star system político. Trata-se, em suma, de preparar a entrada dos movimentos de emancipação numa era pós-mídia, que acelerará a reapropriação coletiva não apenas dos meios de trabalho, mas também dos meios de produção subjetivos.* (Pierre-Felix Guattari, 1987. Prefácio).

¹³⁵ Em 1983, no governo de François Mitterrand, as rádios livres são legalizadas e regulamentadas.

que nos escute; se não, basta virar o botão. Queremos ser os únicos a garantir aquilo que nos agrada, aquilo que é a nossa produção, sem nos referirmos aos novos tipos de julgamento da mídia que se instauraram há mais ou menos um ano (GUATTARI, 1987, p. 115 apud CUNHA, 2005, p. 8).

É este ideário e essa atmosfera contestatória que irá influenciar o surgimento da segunda geração de rádios livres no Brasil, em meados dos anos 80, já na transição entre a ditadura e o processo de abertura democrática, vinculada ao movimento de estudantes universitários. A mais conhecida delas foi a Rádio Xilik¹³⁶, desenvolvida por alunos e professores da PUC – São Paulo e da USP a partir das teorias da radiodifusão livre de Guattari (MACHADO *et al*, 1987; GHEDINI, 2009). A primeira geração das rádios livres no Brasil, que surge ainda no governo Médice, vincula-se, no entanto, muito mais ao modelo britânico, das chamadas ‘rádios piratas’.

Desde o final dos anos 50, vinham sendo montadas emissoras de rádio não autorizadas dentro de embarcações que transmitiam seus sinais fora das águas territoriais da Grã-Bretanha, burlando assim a fiscalização. A denominação de “rádios piratas”, como sinônimo de rádios ilegais, na verdade surge justamente destas emissoras *offshore*, ou seja, operadas do alto mar, que faziam tremular nos mastros de seus navios, por escárnio ou zombaria, bandeiras negras como dos antigos corsários¹³⁷. O caráter rebelde dessas emissoras era, entretanto, muito diferente do papel desempenhado pelas rádios livres de outros países da Europa ou das rádios comunitárias latino-americanas. O sentido de liberdade do movimento não se dava pela luta direta ou específica por mudanças sociais e políticas, mas sim pela afirmação de um estilo musical, o *rock inglês*, como discurso de contestação de valores sociais de uma sociedade vitoriana (MACHADO *et al*, 1987; GUEDINI, 2009).

É justamente este estilo contestatório das rádios britânicas, aliado à habilidade de jovens afeccionados pela tecnologia dos radiotransmissores que, em meados dos anos 70, em Sorocaba, interior de São Paulo, entra no ar a rádio *Spectro*, operada e animada por um garoto de 14 anos. Com ela, nascia o movimento de rádios livres de Sorocaba¹³⁸, que contou com mais de 100 emissoras não autorizadas, no cerca de uma década depois veio a ser batizado como o *Verão de 82 da radiodifusão livre no Brasil*. Tipicamente formado por jovens de classe média, despolidizados e atomizados, que viam no rádio, além de hobby, um

¹³⁶ A Rádio Xilik é considerada a primeira de uma série de rádios livres paulistanas - *ÍTACA, Molotov, Totó, Ilapso, Trip, Tereza, Se Ligue Suplicy* entre outras (MACHADO *et al*, 1987)

¹³⁷ O caso de maior sucesso entre as rádios piratas britânicas, e também o mais duradouro, foi da Rádio Caroline, que transmitiu o mais puro rock inglês durante mais de 40 anos (1964-2007) (GHEDINI, 2009).

¹³⁸ A primeira rádio livre que se tem notícia no país entra no ar em fevereiro de 1971, auge da ditadura militar, sob o governo de Médici. Uma iniciativa isolada, a *Rádio Paranóica*, de Vitória, no Espírito Santo, montada por um jovem de 16 anos curioso por eletrônica e amante de música (MACHADO *et al*, 1987).

meio para expressar descontentamento com a programação musical das emissoras comerciais (MELIANI, 2003), o movimento do Verão de 82 tentou se organizar, mas não chegou ao próximo ano, sofreu um rápido refluxo diante da forte repressão por parte do governo militar reativo a tudo que pudesse significar organização social ou desobediência civil.

É dessa época, mais especificamente a partir de 1985, o surgimento de outro tipo de rádios clandestinas no Brasil: as rádios livres engajadas em disputas eleitorais. Não mais de caráter diletante ou ligadas à juventude da contracultura, mas de cunho político, para potencializar durante as campanhas eleitorais a visibilidade de candidatos em geral vinculados ao Partido dos Trabalhadores (MOREIRA, 1998). Estas “rádios-palanque”, que surgiram em todo país¹³⁹, não deixam de representar o descontentamento de segmentos da sociedade organizada diante do critério político-partidário adotado pelo governo de distribuição de emissoras de rádio e televisão, usualmente beneficiando setores tradicionais de poder. Elas também, em especial pela ação das pessoas que a partir dessas rádios se tornaram entusiastas das rádios comunitárias, contribuíram para o fortalecimento do movimento pela legalização das emissoras comunitárias no país.

3.4.2 Rádios comunitárias na esteira das rádios latinas

As *rádios comunitárias* também derivam do paradigma da participação, porém mais especificamente do movimento teórico surgido na América Latina no final dos anos de 1960, início dos 70, a partir de novos modelos de comunicação dialógica pensados por teóricos da chamada escola crítica latinoamericana de comunicação social, tais como o brasileiro Paulo Freire, o argentino Mario Káplum, o paraguaio Juan Diaz Bordenave, o boliviano Luis Ramiro Beltrán e o francês Armand Mattelart, que adotou a Colômbia como palco de observação e vivência. Tais autores se contrapõem aos modelos da vertente sociológica da corrente funcionalista norte-americana, hegemônica desde os anos 30, encabeçada no pós- guerra por autores como Wilbur Schramm (1964, 1965), Daniel Lerner (1958) e Everett Rogers (1962), responsáveis pela construção do modelo difusionista de

¹³⁹ A mais famosa delas foi a *Se ligue no Suplicy*, de apoio ao candidato do PT à prefeitura de São Paulo. Ela integrava uma rede de emissoras livres do mesmo tipo chamada RTTT (Rede Totó Ternura de Telecomunicações) numa alusão ao apelido (*Toninho Malvadeza*) do então ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães. Em Brasília, entrou no ar a rádio livre *Ligado em Brasília* (1986) defendendo a candidatura de um professor da UNB, candidato do PDT a uma vaga na Assembléia Constituinte. No mesmo ano, o PT lança outras duas rádios livres com fins eleitorais: uma em Belo Horizonte, pela candidatura do partido ao governo de Minas e em Florianópolis, a *Trimilic*, uma “filial” da Rádio *Xilic* de São Paulo, referência em termos de rádio livre no país. No Rio de Janeiro surge em 1988 a rádio *Frívola* para discutir a questão das concessões de rádio e TV (1988). (Ver Sonia Virginia Moreira, “Rádio Palanque”, 1998).

comunicação e mentores de um importante campo, o da comunicação de massa na sua relação com o desenvolvimento de países chamados na época de subdesenvolvidos ou em desenvolvimento (BELTRÁN, 2005; GUGLIELMONE, 2009).

4.4.2.1 O modelo hegemônico: difusão de inovações

Após a Segunda Grande Guerra, tendo como base os princípios da psicologia do comportamento e a sociologia empírica funcionalista, a noção instrumental da comunicação midiática foi amplamente desenvolvida por governos e entidades internacionais como poderosa ferramenta na promoção de transformações sociais. Porém não era apenas a pobreza ou o analfabetismo que se queria combater em países do então chamado ‘Terceiro Mundo’, que partilhavam igualmente altos índices de escassez, falta de infra-estrutura e grandes dimensões territoriais. Em plena Guerra Fria, junto com o apoio técnico e financeiro dos Estados Unidos, voltado especialmente para a transferência de conhecimentos científicos e tecnologias na área da agricultura e da saúde, o que estava em cena como pano de fundo era combater a propagação de regimes pró-soviéticos.

O paradigma difusionista de comunicação que acompanhou o modelo de modernização dos países em desenvolvimento contribuiu para afiançar a visão instrumental da comunicação, destinada a criar ou modificar comportamento e atitudes através da persuasão. Tal paradigma linear percebe o receptor apenas como depositário do processo, que deve escutar e atuar em consequência do conteúdo emitido. O *feed-back*, ou retorno do processo comunicativo é considerado, porém, não para promover o diálogo, mas como indicador de eficiência ou, utilizando a metáfora *balística*, para medir o impacto da estratégia comunicativa (GUGLIELMONE, 2009).

A criação, em 1953, da agência dos EUA para o desenvolvimento internacional, USAID (*United States Agency for International Development*) e a implementação em 1961 pelo presidente Kennedy da “Aliança para o Progresso”, programa norte-americano de desenvolvimento sócio-econômico de países em desenvolvimento, tiveram papel importante durante ao menos duas décadas na consolidação tanto do modelo ocidental de modernização baseado na “revolução das expectativas crescentes”, ou seja, com vistas à promover o crescimento da produção e o consumo de bens e serviços, em especial no mundo rural pobre de países da Ásia, África e América Latina, quanto no financiamento do uso da comunicação para promover tais mudanças nestas localidades. A tecnologia do rádio à transistor, que permitia estender a audiência a locais desprovidos de eletricidade tão comum

em tais regiões, tornou-se então a grande aliada das práticas difusionistas de inovações no campo (BELTRÁN, 2005; GUGLIELMONE, 2009; SCHRAMM, 1964, 1965).

No entanto, já em meados dos anos 60, numerosas experiências patrocinadas pelo governo americano e por organismos multinacionais em escala mundial como a UNESCO (Organização das nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), a OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde), o UNICEF (Fundação das Nações Unidas para a Infância), o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), ou em âmbito regional a OEA (Organização dos Estados Americanos) e o IICA (Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas), demonstraram a escassa viabilidade do modelo difusionista e da concepção do desenvolvimento evolucionário tendo como espelho os países desenvolvidos.

O próprio Daniel Lerner, autor seminal do campo da comunicação e desenvolvimento, especialista na relação Oriente-Occidente, em artigo publicado no livro “Comunicação e Mudança nos Países em Desenvolvimento”, publicado em espanhol em 1967 e no Brasil em 1973, resultado de um seminário realizado em Honolulu em 1964 para analisar estudos de caso e organizado em parceria com Wilbur Schramm - este talvez o mais entusiasta defensor da importância da comunicação para criar o “clima” propício para que as mudanças sociais possam acontecer em regiões ‘atrasadas’ - iria apontar a crescente frustração das expectativas e as incongruências do modelo de desenvolvimento baseado na expansão da produção e consumo nascido no Ocidente e exportado para o resto do mundo:

Numa área após a outra, programas de desenvolvimento para produzir crescimento rápido têm sido sustados e até invertidos. No Ocidente, planejadores de desenvolvimentos perderam sua confiança primitiva quando viram que a pressa é inimiga da perfeição e estiveram assistindo impotentemente ao fenômeno de boas oportunidades se transformarem nas piores perdas. No Oriente, sociedades tradicionais outrora estáveis desintegraram-se e não estão se reintegrando. O fatalismo tradicional foi despedaçado pelo ativismo moderno. Os pobres quiescentes tornaram buscadores destemidos do processo *ter-pouco-mas-querer-mais*, a que chamamos desenvolvimento. A proporção “Querer/Ter”, em torno da qual gira a estabilidade social saiu fora dos eixos – desde que as pessoas aprenderam a querer bem mais do que podem esperar ter. Em consequência, a “revolução das expectativas crescentes” que celebramos tão confiantemente quinze anos atrás, hoje em dia está se tornando, em muitos lugares, no Oriente e no Ocidente, uma “revolução das frustrações crescentes” (LERNER, 1973, p. 120-121).

Outro expoente do difusionismo e do modelo de modernização, o sociólogo rural Everett Rogers, que no final dos anos 50 introduziu a teoria da difusão de inovações segundo etapas (*percepção, interesse, avaliação, prova de eficácia e adoção*)¹⁴⁰, irá proceder duas décadas depois a uma singular revisão de suas convicções prognosticando “a extinção do paradigma dominante” (1976) aludindo ao modelo clássico de desenvolvimento.

The most influential book about communication and development is probably Wilbur Schramm's *Mass Media and National Development*. When it appeared in 1964, social scientists thought they understood the nature of development and the role of communication in development. The ensuing decade shows us that our conception of development was rather limited and perhaps not entirely correct. Today we see that past notions do not entirely fit the reality and potential of the contemporary scene (ROGERS, 1976, p. 1)¹⁴¹.

Rogers admitiu a superação do paradigma dominante, reconhecendo entre outras coisas que era necessário ser sensível ao ambiente sociocultural específico no qual a comunicação tinha lugar, aspecto não considerado nas análises iniciais. Essas revisões resultaram da compreensão de que o modelo linear e vertical, o chamado modelo *top down*, de cima para baixo, segundo o qual as inovações se difundem a partir de cima, que não considerava nem as peculiaridades locais nem tampouco o *feedback* enquanto participação ativa do público alvo, precisava de modificações.

This comment on communication research in the United States may also apply to diffusion research. Such inquiry often sided unduly with the source "against" the receiver, perhaps a reflection of the one-way linear model of communication and of the mechanistic/atomistic components approach of much communication research. So the needed alterations in the classical diffusion model, such as a greater concern with communication effects gaps and the importance of audience participation in the diffusion process, may also hold implications for the entire field of communication (ROGERS, 1976, p. 26)¹⁴².

¹⁴⁰ Ver Desenvolvimentismo-Difusionismo no cap. 2, pg.66.

¹⁴¹ “O livro mais influente sobre comunicação e desenvolvimento é provavelmente *Comunicação de Massa e Desenvolvimento Nacional*, de Wilbur Schramm. Quando apareceu em 1964, pensamos que os cientistas sociais haviam entendido a natureza do desenvolvimento e o papel da comunicação no desenvolvimento. A década que se seguiu nos mostra que a nossa concepção de desenvolvimento era bastante limitada e talvez não seja inteiramente correta. Hoje vemos que as noções do passado não coportam inteiramente a realidade e o potencial da cena contemporânea (ROGERS, 1976, p. 1).

¹⁴² “Este comentário sobre pesquisa em comunicação nos Estados Unidos também se pode aplicar à pesquisa de difusão. Tal investigação, muitas vezes unilateral, coloca indevidamente a fonte “contra” o receptor, talvez um reflexo do modelo linear de comunicação e da abordagem mecanicista/atomística de seus componentes pelas pesquisas de comunicação. Assim, as alterações necessárias no modelo de difusão clássica, tais como uma maior preocupação com as lacunas de comunicação e seus efeitos, bem como a importância da participação do

Num sentido amplo, Rogers se somou “com franqueza e fidalguia exemplares”, como elogiou Beltrán (2005, p. 16), aos principais críticos de sua teoria de difusão de inovações, entre os quais o próprio Luis Ramiro Beltrán e outros teóricos da escola crítica latino-americana de comunicação. De forma geral, os autores latinos alertavam desde os anos de 1960 para a descontextualização do modelo difusionista que desconsiderava os mecanismos de poder embutidos na decisão de adotar novas tecnologias, i.e., como algo desconectado da política e apartado do processo de liberação e emancipação de grandes segmentos da população (DIAZ BORDENAVE, 1974; BELTRÁN 1976 apud MATTELART e MATTELART, 1997).

4.4.4.2 O novo paradigma: comunicação participativa

O novo paradigma da comunicação, o paradigma da comunicação participativa, horizontal e dialógica, que irá se constituir na principal base teórica para os movimentos de comunicação comunitária, popular e alternativa, surge a partir da América Latina, especialmente porque desde logo a região é projetada para o centro das controvérsias sobre as estratégias de desenvolvimento no confronto Norte/Sul. Palco de processos de transformação que abalaram as concepções tradicionais de comunicação e propaganda - desde o pragmatismo das pioneiras rádios operárias na Colômbia e Bolívia nos anos 40 à concepções desenvolvidas por teóricos como Paulo Freire e experimentadas na aurora dos anos 70 no governo chileno de Salvador Allende - desenvolve-se na América Latina uma crítica radical das teorias da modernização aplicadas à difusão de inovações junto aos camponeses, com seus pacotes tecnológicos para a agricultura, programas de planejamento familiar e educação à distância. Essa crítica ao caráter vertical e imposto do paradigma funcionalista originário dos Estados Unidos irá se estruturar com base numa nascente economia política da comunicação que surge já no final dos anos 60, no bojo das discussões provocadas pelos teóricos da ‘dependência’ e a partir da reflexão e questionamentos sobre o desequilíbrio dos fluxos de informação e produtos culturais entre os países desenvolvidos e os então chamados subdesenvolvidos ou do Terceiro Mundo (MATTELART; MATTELART, 1997; BELTRÁN, 2004, 2005; GUGLIELMONE, 2009).

público no processo de difusão, podem também ter implicações para todo o campo da comunicação” (ROGERS, 1976, p. 26).

Vivia-se na região um contexto extremamente propício à formulação de teorias que repensassem a natureza do fenômeno da comunicação em função de sua realidade econômica, social, política e cultural. Entre os anos de 1960 e 70 uma série de fatores repercutiram na construção destes novos enfoques no âmbito da comunicação social ajustados à análise da realidade vivida nesses países, tendo como eixo os anseios pela democratização da comunicação e das sociedades. É possível citar a repercussão do modelo cubano triunfante em 1959, o auge da “Teoria da Libertação” na igreja católica latino-americana, o crescimento dos movimentos populares de oposição aos regimes ditatoriais na região e também a evolução das rádios educativas para o desenvolvimento (GUGLIELMONE, 2009), um movimento iniciado ainda nos anos 40 e que, com o apoio da UNESCO e a ação e capilaridade dos setores progressistas da Igreja, desenvolve e difunde à época um novo modelo de comunicação horizontal que reafirma e promove o vínculo entre comunicação e organização popular na América Latina.

Três noções combinadas iriam nutrir o pensamento latino-americano, que o brasileiro José Marques de Melo viria batizar de “Escola Crítica Latinoamericana” de comunicação: a *dependência*, o *imperialismo cultural* e o *dialogismo*. A noção dialógica como elemento estruturante da comunicação é introduzido pelo educador brasileiro Paulo Freire como importante reflexão e reação ao etnocentrismo técnico e cultural que imperava nas relações entre técnicos agrícolas e camponeses no processo de desenvolvimento da nova sociedade agrária que se estava criando na virada dos anos 60 na América Latina, não sem o forte apoio financeiro e o aparato funcionalista de programas internacionais.

A ideia do *diálogo*, não apenas como a conversa entre dois ou mais falantes, mais precisamente como o reconhecimento igualitário de todos os interlocutores no processo comunicativo, carrega em si um caráter emancipatório inequívoco, porque concebe como válido apenas um modelo que seja essencialmente horizontal, o que confronta estruturalmente o modelo clássico de comunicação unidirecional e hierárquico. Assim, para Freire:

Não há, realmente, pensamento isolado, na medida em que não há homem isolado. Todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos, que se dá através de signos linguísticos. O mundo humano é, desta forma, um mundo de comunicação. [...] A comunicação implica (portanto) numa reciprocidade que não pode ser rompida. Por isso, não é possível compreender o pensamento fora de sua dupla função: cognoscitiva e comunicativa. [...] Desta forma, na comunicação, não há sujeitos passivos. Os sujeitos co-intencionados ao objeto de seu pensar *se comunicam* seu conteúdo. O que caracteriza a comunicação, enquanto este comunicar

comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo (FREIRE, 1969, p.67).

A noção dessa dimensão *dialógica* presente na base de sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1970), que discute a relação entre educador e educando, exerceu profunda influência na orientação de estratégias de comunicação e organização popular em todo o mundo. Inúmeras iniciativas – rádios educativas ligadas às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), rádios-poste, jornais de bairro, de sindicatos - que buscavam romper com o modo vertical e autoritário de transmissão de saber e de informações se apoiaram e ainda se referem nos dias de hoje às teorias de Paulo Freire.

As duas outras noções, *dependência* e *imperialismo cultural*, estão vinculadas à idéia de *integração mundial* que o capitalismo moderno exige para sua reprodução expandida e à de *troca desigual*, que se dá no esquema de relações desiguais que se perpetuam entre as nações que integram o “sistema-mundo”, conceito do historiador Immanuel Wallerstein, partilhado também por Gunder Frank, um dos fundadores da Teoria da Dependência, conceito que, como explica Mattelart (1987), dialoga com a noção de “economia-mundo” do economista Fernand Braudel (1979).

O conceito de “economia-mundo” define-se segundo uma tripla realidade: um espaço geográfico dado; a existência de um pólo, “centro do mundo”; zonas intermediárias em torno desse pivô central e de margens bastante amplas e bastante dependentes das necessidades do centro. Esse esquema de relações tem um nome: a troca desigual. “O capitalismo é uma criação da desigualdade do mundo” (Wallerstein, 1983) e só pode ser concebido num espaço desmedido, “universalista”. (MATTELART, 1997, p. 115).

Essa configuração centrípeta do mundo se evidencia claramente no mapa das relações comerciais, do qual as redes de comunicação constituem parte essencial, com suas hierarquias e a coexistência desigual de modos de produção diferentes. A noção de *imperialismo cultural*, introduzida por Herbert Schiller, integrante da perspectiva crítica americana, complementa esta nova visão do espaço mundial no que diz respeito à dependência nas relações internacionais em matéria de cultura e comunicação. O termo é definido pelo autor como o “conjunto dos processos pelos quais uma sociedade é introduzida no sistema moderno mundial, e a maneira pela qual sua camada dirigente é levada”, por motivos diversos (fascínio, pressão, força ou corrupção) “a moldar as instituições sociais para que correspondam aos valores e estruturas do centro dominante do sistema, ou ainda para lhes servir de promotor dos mesmos” (SCHILLER, 1976 apud MATTELART, 1997, p. 117).

Inúmeros estudos de protesto e propostas contra a invasão cultural ou *imperialismo cultural* exercido pelos países do ‘centro do mundo’, em especial os Estados Unidos, em detrimento das particularidades culturais dos países subalternos ou periféricos, surgiram na década de 1970, a “década de fogo”, como a designa Beltrán (2005). O estudo de maior repercussão foi resultado de uma controvérsia mundial, fruto da proposição do Movimento dos Países não Alinhados (MNOAL)¹⁴³, de construção de uma *Nova Ordem Internacional da Informação e da Comunicação (NOMIC)*, que buscava debater e combater o desequilíbrio de fluxos e trocas nas relações entre Norte/Sul, que se caracterizavam pela “comunicação em sentido único”. O debate foi abrigado pela UNESCO, patrocinadora do estudo¹⁴⁴ que resultou numa centena de recomendações críticas para reverter os desequilíbrios em matéria de informação a nível internacional, publicadas no documento conhecido como Relatório Mc Bride, intitulado “Um mundo e muitas vozes (UNESCO, 1980).

Também patrocinada pela UNESCO, foi realizada em São José da Costa Rica, em 1976, a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Políticas Nacionais de Comunicação na América Latina e Caribe, que originou a Declaração de São José, documento que veio a constituir-se numa espécie de credo oficial da comunicação alternativa para a construção da democracia (BELTRÁN, 2005). Ambas as iniciativas constituem-se em marco na luta pela democratização da comunicação em nível global e trazem como premissa inovadora a idéia da comunicação como um direito humano, assim como legavam aos governos o dever de produzir políticas públicas com autonomia e respeito às culturas locais, que garantissem o acesso igualitário aos meios de comunicação, como ilustram alguns pontos da Declaração de São José:

[...] el hombre tiene la necesidad vital de expresarse, debiendo garantizársele por tanto la facultad libre y espontánea de relacionar-se dentro de la comunidad; [...] esta actitud humana se manifiesta en todo tiempo y lugar y en toda clase de organización social; [...] em su afán de comunicarse el hombre ha creado las más diversas formas y medios que constituyen todas las expresiones de la cultura; [...] es un derecho humano el acceso a todos los bienes de la cultura y la participación libre y democrática en las varias

¹⁴³ O Movimento dos não Alinhados (MNOAL), formado por países que optaram por uma posição de independência nos anos 50 diante dos antagonismos de um contexto de Guerra Fria, já havia na época proposto a criação de uma “Nova Ordem Internacional Econômica” buscando alterar a visão centrípeta da economia-mundo. O movimento continua existindo até hoje, mesmo depois da queda do Muro de Berlim (1989). Atualmente ele é formado por 119 países (África (53), América Latina e Caribe (26), Ásia (39), Europa (1)). O Brasil nunca foi membro, mas acompanha os trabalhos do movimento como observador (Informações no site do MNOAL: <http://www.cubanoal.cu/index.html>).

¹⁴⁴ A comissão que desenvolveu o estudo patrocinado pela UNESCO foi presidida pelo irlandês Sean McBride, fundador da Anistia Internacional e ganhador do prêmio Nobel e prêmio Lênin da Paz (GUGLIELMONE, 2009; BELTRÁN, 2004, 2005)

manifestaciones del espíritu;[...] velar por el uso pacífico y benéfico de los medios de comunicación, es responsabilidad de todos los miembros de una sociedad;[...] establecer planes y programas para el uso extensivo y positivo de los medios de comunicación dentro de las políticas de desarrollo debe ser responsabilidad conjunta del Estado y los miembros de la sociedad; [...] las políticas nacionales de comunicación deben concebirse en el contexto de las propias realidades, de la libre expresión del pensamiento y del respeto a los derechos individuales y sociales; (DECLARAÇÃO DE SAN JOSE, UNESCO, 1976).

Ambas as iniciativas sofreram a tenaz oposição de associações interamericanas de proprietários e diretores dos meios massivos tradicionais que reagiam a qualquer iniciativa no sentido de regular o setor como uma afronta à tão proclamada “liberdade de expressão”, argumento sempre atual e acionado a qualquer ameaça à lógica da liberdade empresarial sem limites do sistema.

Também nutriram o pensamento crítico latino-americano as leituras de autores como Antonio Gramsci e sua noção de hegemonia e contra-hegemonia, dos filósofos da primeira fase da teoria crítica da escola de Frankfurt (Adorno e Horkheimer) com sua noção fundadora de indústria cultural, somado ainda à influência que a concepção de desenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) exerceu no pensamento da região - para a qual o desenvolvimento implicava uma mudança das estruturas econômicas a nível mundial - em especial a partir dos autores de sua segunda geração, criadores da Teoria da Dependência (GUGLIELMONE, 2009).

Somando arcabouço teórico às práticas de comunicação alternativa e popular ativas na região, diversos pesquisadores, tendo como foco a relação existente entre a experiência comunicativa e sua inserção local, propuseram paulatinamente a construção de um modelo de comunicação participativa em oposição ao modelo clássico funcionalista, criticado por perceber a comunicação como um processo impositivo de transmissão de mensagens de fontes ativas para receptores passivos.

Os princípios desta *comunicação participativa* que se buscava forjar sustentavam-se em cinco pilares, em grande parte estipulados na definição de *comunicação alternativa* desenvolvida pelo argentino Máximo Gringberg: 1) acesso amplo dos setores sociais aos sistemas de comunicação, 2) propriedade comunitária dos meios, 3) conteúdos

favoráveis à mudanças sociais 4) fluxos horizontais e multidirecionais de comunicação, 5) produção artesanal das mensagens (GRINGBERG, 1981 apud BELTRÁN, 2005, p.20)¹⁴⁵.

Não muito diferente em termos gerais, o modelo de *comunicação horizontal* formulado por Luis Ramiro Beltrán (1980), buscando conjugar várias propostas, apontava o *acesso* (direito de receber mensagens); o *diálogo* (direito de receber e emitir mensagens); e a *participação* (direito de participar efetivamente dos processos de comunicação) como elementos centrais e interdependentes. Definia *comunicação* como “el proceso de interacción social democrática que se basa sobre el intercambio de símbolos por los cuales los seres humanos compartem voluntariamente sus experiencias bajo condiciones de acceso livre e igualitário, diálogo y participación” (Idem, 2005, p. 21).

Mas se a teoria que originou o novo paradigma se edificou na América Latina, assim como na Europa, a partir do final dos anos de 1960, início dos 70, as práticas da comunicação participativa na região latino-americana são muito anteriores e pioneiras.

4.4.3 A comunicação comunitária na prática

Duas emissoras latino-americanas marcam a história mundial da radiodifusão alternativa, popular e comunitária. A primeira delas, que marca a origem das rádios educativas - multiplicadas entre os países da América Latina pelas mãos da ala progressista da igreja católica como instrumento de alfabetização, evangelização e mobilização popular - surge na Colômbia em 1947, a partir da idéia de um padre católico da paróquia de São Bartolomeu de Sutatenza, no vale do Tenza, província montanhosa de Boyacá, de utilizar a tecnologia do rádio para educar e alfabetizar os camponeses pobres da região (MACHADO *et alli*, 1987; BELTRÁN, 2004, 2005; GUGLIELMONE, 2009; GHEDINI, 2009).

A Rádio Sutatenza, criada pelo padre Jose Joaquim Salcedo, constitui-se na primeira versão de escola radiofônica. Com um transmissor de 90 watts e a proposta inovadora de construir a programação a partir da dinâmica do “microfone aberto” para a participação de ouvintes da localidade e arredores, uma população de cerca de oito mil habitantes, a Sutatenza rapidamente tornou-se uma experiência de sucesso, mas que com o tempo findou por descaracterizar-se do viés participativo.

¹⁴⁵ Este último, a produção artesanal das mensagens, não pode ser considerado como parte de um modelo mais amplo de comunicação alternativa, mas sim ligado às condições de produção dos meios alternativos e comunitários.

Com o apoio de várias entidades internacionais – Igreja Católica da Alemanha, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e General Electric, primeira parceira da rádio, que no seu início financiou o aumento da potência do transmissor da emissora para 1.000 Wats e doou uma centena de aparelhos de rádio a transistor aos camponeses – a rádio sai do vale de Tenza e instala-se na capital do país para constituir a rede radiofônica “Acción Cultural y Popular” (ACPO), a de maior penetração na Colômbia entre os anos de 1970 e 80. Seu programa de ação baseava-se em alfabetização, operações elementares de matemática, saúde, higiene, trabalho, especialmente voltado às técnicas para o aumento da produtividade agrícola, e formação espiritual. A ação de educação à distância propagada pela rede de emissoras chegou a congregar 7.500 “escolas radiofônicas” por todo o país, além da utilização de cartilhas e de um diário impresso por bibliotecas e escolas rurais (DAGRÓN, 2001 apud GUGLIELMONE, 2009, p. 5). Para se adequar a expansão e à estrutura de rede, a dinâmica inovadora e original do “micrófono abierto” foi com o tempo desaparecendo. A experiência da pioneira Rádio Sutatenza durou 40 anos. No início da década de 1990 a rede foi vendida para uma grande cadeia de rádios comerciais colombianas.

A emissora educativa tinha como inspiração a doutrina social da igreja em meados do século passado, direcionada pela Encíclica papal *Miranda Prorsus*, escrita pelo Papa Pio XII em 1957, que consagrava o uso dos “maravilhosos progressos técnicos”, como o rádio, o cinema e a televisão, para alcançar diretamente as massas, promover a vida espiritual e elevar o espírito humano. O ensinamento do Evangelho era a função máxima dada por esta encíclica aos meios de comunicação audiovisuais para difundir a formação cristã, “*base de todo progreso auténtico*” e para se opor ao “*comunismo ateo de ciertas naciones que utilizan los medios audiovisuales de comunicación para extirpar la religión de las almas*” (GUGLIELMONE, 2009, p. 7).

A principal crítica sofrida pela Rede ACPO-Sutatenza veio do interior da própria igreja, já nos anos 60, de setores mais à esquerda, que acusaram a emissora de praticar um anticomunismo “ciego y ridículo” (DAGRÓN, 2001 apud GUGLIEMONE, 2005, p. 6). Também foi acusada de desenvolver práticas desmobilizadoras, por ter trabalhado temas a partir da agenda dos programas externos de desenvolvimento e difusão de informações, como controle da natalidade e a utilização de fertilizantes de origem química produzido por empresas transnacionais (idem, 2005, p.6)

a) As rádios mineiras da Bolívia: as primeiras comunitárias de fato

Também no final dos anos 40, porém nos contrafortes da Cordilheira dos Andes, na Bolívia, algumas rádios pertencentes a sindicatos de trabalhadores das minas de estanho realizaram a primeira experiência de autogestão completa, nos moldes idealizados pelas atuais rádios comunitárias. As emissoras eram administradas e sustentadas economicamente pela comunidade de interesse e geográfica, no caso pela participação dos sindicatos, e a formação de jornalistas e locutores se realizava localmente junto a voluntários membros da comunidade, os trabalhadores das minas, mas também outros integrantes, como mulheres, professores e estudantes. Qualquer pessoa da comunidade tinha acesso livre aos microfones para reivindicar ou criticar autoridades, ainda que fosse a própria direção dos sindicatos dos mineiros, considerados na época as organizações sindicais mais democráticas e politicamente avançados da América Latina (MACHADO *et al*, 1987; GHEDINI, 2009; GUGLIELMONE, 2009).

Assim, as rádios mineiras da Bolívia podem ser consideradas o primeiro caso de uma emissora bem aos moldes do atual conceito de comunicação comunitária:

[...] a comunicação comunitária – que por vezes é denominada de popular, alternativa ou participativa - se caracteriza por processos de comunicação baseados em princípios públicos, tais como não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter – preferencialmente - propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de desenvolver a educação, a cultura e ampliar a cidadania. Engloba os meios tecnológicos e outras modalidades de canais de expressão sob controle de associações comunitárias, movimentos e organizações sociais sem fins lucrativos. Por meio dela, em última instância, realiza-se o direito de comunicar ao garantir o acesso aos canais de comunicação. Trata-se não apenas do direito do cidadão à informação, enquanto receptor – tão presente quando se fala em grande mídia –, mas do direito ao acesso aos meios de comunicação na condição de produtor e difusor de conteúdos (PERUZZO, 2009, p. 56).

Um bom resumo do que significou a experiência das rádios mineiras da Bolívia é feito pelo jornalista boliviano, Afonso Gumucio Dagron (2001), num estudo desenvolvido a pedido da Fundação Rockefeller sobre histórias, nos quatro continentes, de comunicação participativa para mudança social:

Las radios mineras de Bolivia establecieron los principios de la comunicación participativa aun antes de que el término fuera acuñado. A lo largo de su desarrollo fueron independientes, autogestionadas, autofinanciadas y sirvieron de manera consecuente los intereses no

solamente de los trabajadores sino de la sociedad boliviana en su conjunto. Las radios mineras eran el ejemplo más avanzado de la comunicación participativa. Fueron concebidas, financiadas y equipadas por los trabajadores mineros, y dirigidas en sus aspectos técnicos y administrativos por los trabajadores, que aprendieron a elaborar los contenidos y a producir los programas localmente. No hay muchos ejemplos en el mundo donde la comunicación democrática haya representado un papel tan importante simultáneamente en un nivel local y nacional. Tampoco hay muchos ejemplos de experiencias de comunicación enteramente controladas por la comunidad. Si ése no hubiera sido el caso, las emisoras mineras no habrían tenido la influencia política y social que tuvieron en Bolivia (DAGRON, 2001, p. 43).

As rádios dos sindicatos mineiros integravam o movimento sindical trotskista ligado ao “Partido Obrero Revolucionário” (POR) e desempenharam importante papel na Revolução Nacional de 1952, que teve entre suas principais ações a nacionalização das minas bolivianas – até então pertencentes aos chamados “barões do estanho”¹⁴⁶ – e a criação de uma empresa estatal (COMIBOL) para administrá-las. Com a nacionalização e o restabelecimento da liberdade sindical, o movimento das rádios mineiras consolidou-se e expandiu-se. Em pouco mais de três anos, outras duas dezenas de radioemissoras mineiras, além das pioneiras *Voz Del Minero* e *21 de Diciembre*, foram instaladas e passaram a funcionar com um equipamento de média potência (220 watts) e um esquema de programação simples, baseada no modelo de radiodifusão argentino da época, que aliava muita música intercalada por comunicados sindicais de hora em hora. Nos anos de 1960 a rede já contava com 23 estações.

Foi nessa época que a Igreja Católica se aproxima do movimento das rádios mineiras. Com a nova orientação interna, a partir do realinhamento à esquerda da Igreja anunciado pelo Concílio Vaticano II (1967) e confirmado pela Conferencia de Medellin (1968), a igreja católica abre espaço para sua ala progressista que passa a consagrar os meios audiovisuais não mais como ferramentas clericais, mas como vetores de propagação do diálogo sobre problemas da atualidade mundial. Com a nova doutrina social da igreja, inspirada pela Teologia da Libertação que defendia a opção preferencial pelos pobres e o engajamento no combate aos abusos das ditaduras América Latina, padres católicos passam a viver a dura realidade dos mineiros e alguns chegam a trabalhar lado a lado com eles no fundo das galerias das minas. Também a rádio católica Pio XII, criada em 1953 por uma ordem religiosa conservadora com um transmissor de alta potência (2 Kwats) para se contrapor às

¹⁴⁶ Para se mensurar a dimensão autoritária do poder econômico exercida pelos proprietários das minas, antes na nacionalização, um dos mais poderosos “barões” mandou destruir a pioneira Rádio Sucre que começara a operar em 1947 por iniciativa de professores da região das minas de Catavi e enviou esses radialistas voluntários para o exílio (DAGRON, 2001; GUGLIELMO, 2009).

emissoras dos sindicatos e combater “o comunismo”, se alia depois à rede de estações mineiras. Em 1967, depois de denunciar com detalhes a intervenção e repressão militar durante o chamado “Massacre de San Juan”, a emissora foi completamente destruída.

A credibilidade das informações produzidas e a resistência das emissões da rede de rádios mineiras sempre foi algo muito apreciado em períodos de mobilização social ou instabilidade política no país, como em 1980, depois do golpe militar do general Garcia Mesa, quando todos os meios independentes de comunicação da Bolívia foram fechados e depois ficaram sob cerrada censura. Para saber o que de fato acontecia no país somente sintonizando uma das cerca de vinte emissoras mineiras que ainda funcionavam do altiplano boliviano. Por esse motivo, em diferentes períodos, as radioemissoras mineiras foram objeto de ataques e perseguições por parte do exército (DAGRON, 2001, p. 43).

Com o advento da globalização e a privatização das economias nos anos de 1990, as minas estatais da Bolívia entram em crise e fecham, um depois do outro, os distritos mineiros e com eles desaparecem a maior parte das emissoras comunitárias. Atualmente, restam apenas três das rádios sindicais, em processo de readequação a novas tecnologias e novos públicos para continuar sobrevivendo (GUGLIELMONE, 2009).

4.5 RÁDIOS COMUNITÁRIAS NO BRASIL

Há poucos registros sobre a história não oficial do rádio no Brasil. Se há experiências de rádios comunitárias anteriores aos anos 90, a partir da noção de emissoras que respondem aos anseios de acesso à comunicação por parte de comunidades de interesse ou geográficas e funcionam em esquema de auto-gestão, pouco se sabe. Na historiografia do movimento o que se contempla em praticamente todas as publicações são referências às rádios livres que derivam do modelo europeu e surgem com mais força nos anos 80 no interior de São Paulo (MACHADO *et al*, 1987; PERUZZO, 1998, 2009; COGO, 1998; LEAL, 2004; BAHIA, 2008; SILVA, 2008). A maior parte dos estudos sobre rádios comunitárias como se conhece e define hoje, assim como a data de fundação das emissoras estudadas, são em geral posteriores à 1998, quando entra em vigor a legislação que as regulamenta no país (Lei 9612/98) e oficialmente institui o conceito das rádios comunitárias brasileiras. Há, no entanto, referências a duas emissoras consideradas as mais antigas e pioneiras no que diz respeito ao modelo de emissoras comunitárias no país (FRANÇA, 2001; BAHIA, 2004; NUNES, 2007; POLIVANOV, 2007; GHEDINI, 2009).

a) Radio Favela: pioneira

A primeira emissora de caráter tipicamente comunitário que se tem notícia teria sido a *Rádio Favela* de Belo Horizonte, criada em 1981, por um grupo de moradores da Vila Nossa Senhora de Fátima, localizada no Aglomerado da Serra, composto por 11 vilas e favelas e uma população estimada em cerca de 160 mil habitantes, região de explosão demográfica na década anterior e responsável por 25% dos homicídios da região metropolitana da capital mineira (NUNES, 2007). A origem da emissora, que funcionou até 1996 na ilegalidade, remonta aos eventos de cunho musical e cultural que se realizavam como alternativa de lazer no final dos anos de 1970 nas ruas próximas à favela.

Com o apoio da igreja católica e da associação de moradores, a Rádio Favela nasce do desejo da população jovem local de “criar um espaço para divulgar a música e a cultura negras, falar da discriminação contra os moradores e das questões relacionadas à violência e às drogas” (BAHIA, 2002, p.5), mas também, ao perceber as possibilidades do meio de comunicação, denunciar as precárias condições de vida na vila e reivindicar melhorias às autoridades. Entrando no ar à noite, sem concessão, foi várias vezes lacrada pela polícia. A cada vez que mudava de local, de barraco em barraco, ia ganhando adeptos na comunidade. Em 1996, conseguiu alvará de funcionamento, concedido pela Prefeitura de Belo Horizonte, passando a ter o seu reconhecimento como entidade cultural. Em 2000, conquista a outorga de rádio educativa (FRANÇA, 2001), situação em que se encontra até hoje.

Em artigo onde analisa a Rádio Favela como experiência da construção de sujeitos em meios à convivência urbana, a partir de novas práticas comunicativas, Vera França (2001), aponta o papel de novo espaço público periférico desempenhado pela “rádio do povo para ao povo”, “a voz do morro”, falando do “Aglomerado da Serra para o mundo”.

Ela estabelece um espaço para discussões e críticas políticas, econômicas e sociais. Nas palavras de seu diretor, Misael, "Essa rádio não toca música não, toca é idéia. Eles querem que a rádio toque música, pro povo consumir música e continuar dançando pro resto da vida. Mas a gente aqui gosta de balançar o beijo e isso incomoda." Balançando o beijo, a rádio critica o governo, os políticos, denuncia a discriminação social, racial e espacial, empreendendo um discurso de valorização do morro e das pessoas de periferia. Mas também fala do dia-a-dia, das cenas prosaicas do cotidiano, das relações afetivas. De forma absolutamente informal, locutores e ouvintes conversam, expõem problemas privados, mandam recado, opinam sobre as mais variadas questões. A grade de programação é heterogênea e incerta, o leque musical apresentado inclui todo tipo de gênero - samba, sertanejo, rap, pagode. A linguagem da rádio é chamada por eles de "favelês" - que seria uma fala particular da periferia, com suas gírias, expressões próprias,

palavrões, falada num estilo absolutamente coloquial, marcado pela despreocupação com regras gramaticais e com a colocação de voz. Apesar de seu estilo "sujo" e de seu funcionamento desorganizado, a rádio vem se consolidando cada vez mais. Já dispõe de razoável infraestrutura técnica, tem um índice alto de audiência e seu trabalho vem sendo reconhecido por entidades locais e internacionais (FRANÇA, 2001, p. 6).

O sucesso da Rádio Favela foi tão grande que, segundo Nunes (2007), a emissora se transformou na terceira maior audiência de Belo Horizonte. Reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), devido à realização de campanhas preventivas e educativas contra a violência e as drogas, a emissora teve sua história contada em filme¹⁴⁷, intitulado "Um Onda no Ar" (2002), rodado pelo diretor de cinema Helvécio Rattón.¹⁴⁸

b) Novos Rumos: modelo inicial de gestão

Outra emissora referência para o movimento e das mais antigas comunitárias, estreou em dezembro de 1990, no distrito de Queimados, na Baixada Fluminense. Desde o início a Rádio Novos Rumos foi administrada por um conselho integrado por representantes da comunidade local e seu modelo de gestão e estatuto serviu de referência para milhares de rádios fundadas nos anos seguintes (GHEDINI, 2009).

Em sua primeira fase, a emissora funcionou por apenas cinco meses, sofrendo em maio de 1991 seu primeiro (de vários) fechamento por fiscais do Dentel (atual Anatel) e agentes da Polícia Federal, que também apreenderam seus equipamentos. Nesses primeiros meses no ar, um dos seus resultados mais impressionantes foi a diminuição dos índices da violência na comunidade de Queimados (NUNES, 2007; POLIVANOV, 2007). Como usualmente acontece em grande parte das rádios comunitárias que se formaram posteriormente pelo país afora, os programas da emissora eram feitos ao vivo, com exceção dos religiosos, produzidos pelas próprias igrejas presentes na localidade.

A Novos Rumos permaneceu fora do ar até maio de 1995, quando, após o recolhimento de mais de 10 mil assinaturas num abaixo assinado que exigia a volta da rádio, foi autorizada pelo então ministro das comunicações, Sérgio Motta, junto com outras 16

¹⁴⁷ O diretor mineiro Elvécio Rattón, filmou também "O Menino Maluquinho", personagem do cartunista Ziraldo. Mais informações sobre a rádio e o filme no site da emissora <http://radiofavelafm.com.br/home> ou www.umaondanoar.com.br.

¹⁴⁸ Atualmente, ao entrar no site da Rádio Favela (<http://www.radiofavelafm.com.br>), que está também em outras redes sociais (twitter e Orkut), apesar de não disponibilizar sua programação *on line*, não é possível perceber a inovação da linguagem ou as pistas do jornalismo realidade que marcou a história da emissora segundo os estudos disponíveis. Todas as informações postadas diariamente no site da rádio são de fontes do jornalismo tradicional, em especial retiradas do G1 (Globo).

emissoras comunitárias de locais diferentes do país, que passaram a integrar um projeto piloto apoiado pelo governo para gerar argumentos pró-regulamentação das comunitárias no país. Somente em 2008, a Rádio Novos Rumos recebeu a licença definitiva para operar legalmente.

Ao longo do tempo, com as mudanças de gestão, a Rádio Novos Rumos vai sofrer do mais comum dos males que assola as comunitárias em suas estratégias de sobrevivência: é acusada (CORNILLS, 2009) de ter se tornado uma rádio comercial ou à serviço do poder local. Mais da metade da sua programação passa a ser ocupada pelos programas religiosos arrendados pelas igrejas presentes na comunidade, que não abrem o microfone para os moradores; as manhãs, horário nobre no rádio, eram tomadas por programa diário da prefeitura do município. Um movimento de oposição à essa programação e posicionamento consegue em 2005 destituir judicialmente a então diretoria da emissora, agora com a proposta de retomar seu formato original e o compromisso com a comunidade¹⁴⁹.

4.5.1 O movimento de rádios livres e comunitárias

Na cronologia das experiências da comunicação participativa, alternativa ou comunitária no país, duas décadas antes do movimento das rádios livres e comunitárias, outros movimentos populares irão exercitar o paradigma da comunicação participativa e alternativa no país. Estudos pioneiros sobre a comunicação popular no Brasil, de autores como Regina Festa (1982, 1986, 1986a), Carlos Eduardo Lins da Silva (1982, 1985, 1986), Ana Maria Fadul (1982), Cicilia Peruzzo (1982), Fernando Santoro (1985, 1986), Sergio Caparelli (1985, 1986), indicam que no Brasil entre os anos de 1960, 70 e mesmo até início dos anos 90, a vitalidade da comunicação contra-hegemônica aparecia preponderantemente no âmbito dos movimentos populares ligados sobretudo aos setores progressistas da Igreja católica, e na chamada imprensa marginal, tanto a imprensa alternativa (independente ou “nanica”), como a imprensa sindical.

A imprensa alternativa representada pelos pequenos jornais, em geral com formato tablóide, ousava analisar criticamente a realidade e contestar um tipo de desenvolvimento. São exemplos, o PIF-PAF, lançado em 1964; Pasquim (1969); Posição (1969); Opinião (1972); Movimento (1975); Coojornal (1975); Versus (1974); De Fato (1975); Extra (1984), entre outros. Eram jornais dirigidos e elaborados por jornalistas de esquerda, alguns ligados à pequena burguesia, que, cansados do autoritarismo, aspiravam a

¹⁴⁹ Rádio Comunitária - Atenção: a Baixada Fluminense quer falar. *Matéria de Patrícia Cornill, publicada no site A Rede, tecnologia para a inclusão social quando da mudança, por via judicial, da diretoria da rádio Novos Rumos.* <http://www.aredede.inf.br/inclusao/edicoes-anteriores/46-2009-06-15-06-04-34/155>

um novo projeto social e preocupavam-se em informar a população sobre temas de interesse nacional numa abordagem crítica (PERUZZO, 2009, p. 54).

A imprensa sindical por sua vez, herdeira dos jornais operários sob influência anarquista do final do século XIX¹⁵⁰, exercem no campo e na cidade um importante papel de reação ao regime militar, por meio da produção da chamada “contra-informação”, o que significa ao mesmo tempo *prática de comunicação e militância política que resistem à ordem hegemônica e lutam pela instalação de uma nova hegemonia* (FADUL, 1982, p.35). No final dos anos de 1970 muitas publicações de sindicatos chegam a ganhar dimensão de imprensa diária. Em alguns casos, jornais mensais passaram a publicar também suplementos diários para momentos de greve, com tiragens acima de 30 mil exemplares. Este o caso de dois jornais sindicais que existem até hoje, a *Tribuna Metalúrgica*, jornal diário do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e o Sindicato dos Bancários de São Paulo, com sua *Folha Bancária*¹⁵¹ com tiragem na época de 30 e 35 mil exemplares respectivamente (FESTA, 1986).

Várias ferramentas de comunicação foram associadas numa época de experimentação extremamente rica e criativa. Além dos meios impressos – jornais, boletins, informativos, os mais utilizados e preferidos na época - também foram usados entre outros, pelos movimentos populares, ONGs e núcleos de ativistas de comunicação, o vídeo, o teatro popular, fantoches, literatura de cordel, publicações de literatura popular (*jornalivro*), rádio-poste por auto-falante e também o rádio de pequeno alcance.

No que diz respeito à radiodifusão alternativa, assim como em grande parte dos países da América Latina, o movimento de rádios populares surge no país nos anos 70, tendo como suporte os movimentos eclesiais de base da Igreja Católica. Um marco da intervenção social com o auxílio de instrumento de comunicação popular se deu com a implantação pela igreja do Movimento de Educação de Base (MEB), que teve início em 1961, com a instalação de escolas radiofônicas em diversos estados da região Nordeste, Norte e Centro-oeste, por meio de uma rede de recepção organizada em escolas, igrejas e associações populares. Toda a programação do MEB era transmitida ao vivo, através de emissoras pertencentes às dioceses onde se localizavam as sedes de unidades do sistema de educação à distância (PRADO PIMENTEL, 1999, p. 48).

¹⁵⁰ Maria Nazareth Ferreira, num estudo pioneiro (1978) sobre a “Imprensa Operária no Brasil - 1880 – 1920”, chega a contar mais de duas centenas de jornais operários em atividade nos país na virada do século retrasado (Silva, 1986).

¹⁵¹ Os dois jornais sindicais ainda estão ativos e agora com edições também *on line* (Folha Bancária – www.spbancarios.com.br e a Tribuna Metalúrgica <http://www.smabc.org.br/smabc/tribunas.asp>)

Nos dois primeiros anos, o trabalho ainda segundo a linha conservadora das redes de rádios educativas católicas de caráter clerical iniciadas nos países vizinhos sob inspiração da Encíclica de Pio XII, voltava-se prioritariamente para a evangelização e para temas como alfabetização, noções de higiene e saúde, associativismo e técnicas agrícolas (FÁVERO, 2006). Com o realinhamento a favor dos progressistas dentro da igreja após os encontros de Medellín (1968) e Puebla (1979) as escolas radiofônicas do MEB adotam a educação e a comunicação com fins de emancipação política, inspiradas pela teoria e métodos de Paulo Freire, que estavam proibidos pelo regime militar e não podiam sequer ser citados, mas eram usados. Muitas destas emissoras e sedes do movimento foram perseguidas e fechadas pela ditadura.

É também no seio da igreja católica, no âmbito das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que irão germinar no Brasil inúmeras experiências de comunicação popular e comunitária como suporte para a conscientização e mobilização popular. As CEBs se inserem também no movimento de renovação e modernização da Igreja Católica, sob bases marxistas e humanistas, a influência dos teólogos da libertação, da contracultura e da dependência e mais uma vez a inspiração de Freire.

Com o fechamento dos espaços públicos pelas ditaduras, as igrejas sob orientação mais progressista passam a ocupar o lugar de *espaço público*, não apenas para *nutrição da fé, mas para organização e mobilização popular* (BETO, 1981). As Comunidades Eclesiais de Base, que em seu auge, no final da década de 70, chegaram a estar presentes em 80 mil localidades no país, congregando cerca de dois milhões de pessoas (FESTA, 1982), eram formadas por grupos de pessoas das classes populares - na periferia urbana por donas de casa, operários, subempregados, aposentados e jovens e na zona rural por trabalhadores rurais, posseiros, pequenos agricultores e seus familiares, organizados em torno das paróquias e capelas, por religiosos ou leigos (FESTA, 1982) - que passam a debater o enfrentamento de problemas comuns (de sobrevivência, de moradia, desemprego, falta de terra, violência, opressão, etc.) por melhores condições de vida.

A comunicação comunitária se inseria aí como estratégia e ferramenta no processo de organização dessas comunidades, no esforço de gerar consciência crítica emancipadora e como apoio aos movimentos populares que viviam momento de refluxo pela forte repressão do Estado. Nesse contexto, segundo estudo de Regina Festa (1982) a comunicação assumia várias tipologias: da comunicação oral individual (informes, recados etc.) ou grupal (liturgias, cantos, reuniões, ato públicos, assembléias, comício, mutirão etc); passando pela comunicação simbólica, a partir de *recursos caseiros* da própria comunidade

(abaixo-assinado, manifesto, filipeta, cartaz, faixas, jornal mural, teatro, festas etc.); até a comunicação tecnológica, quando a comunidade dependia de aparato externo que em geral não dominava (audiovisual, cinema, vídeo-cassete, rádio etc), um tipo de comunicação mais usado inicialmente pelas CEBs urbanas.

A maior parte das CEBs estava, porém, em áreas rurais, onde o rádio de pilha era o principal meio de comunicação de massa. Com a criação dos centros de educação popular ligados ao MEB em algumas dioceses mais progressistas e o avanço nas discussões da importância da comunicação para o processo de emancipação foram sendo criados meios populares de comunicação, entre os quais, rádio-poste, ou seja, emissões de rádio por meio de sistema de alto-falantes, programas de rádios em horários arrendados e mesmo rádios próprias de pequeno alcance e tecnologia fácil.

A partir de meados dos anos de 1980, com João Paulo II, a vertente mais conservadora da Igreja volta a ser dominante no Vaticano e a Teologia da Libertação vai sendo desarticulada, inclusive com o silenciamento de teólogos da Libertação e a saída das bases de seus párocos mais progressistas e engajados. Com isso, as Comunidades de Base deixam de ter a mesma visibilidade eclesial, mobilizadora e comunicativa. Com o fim da ditadura militar, com a crise do modelo socialista e com a afirmação do capitalismo neoliberal, as CEBs de certa forma “submergem”, mas não desaparecem. Em 2000, segundo o Instituto de Estudos da Religião (Iser), existiam cerca de 70 mil núcleos de Comunidades Eclesiásticas de Base no Brasil, nas cidades e no campo. Ainda em meados dos anos 90, a força articuladora das CEBS servirá de base para o surgimento de grande parte das experiências de rádios comunitárias no interior do país, entre elas, as da região da Transamazônica, foco desta pesquisa.

4.5.2 A institucionalização das rádios comunitárias

A formação de um movimento de rádios livres e comunitárias vai se dar pela articulação dos atores diversos que animavam o cenário da comunicação participativa, popular e alternativa no país como forma de resistência ao regime militar, porém, em seu primeiro impulso resulta mais diretamente das iniciativas pela democratização do espectro radiofônico nascidas no interior paulista. Em Sorocaba, considerada a capital das rádios clandestinas, surge entre 1982 e 1983, quando funcionavam na cidade quase 50 rádios não autorizadas, a primeira organização de rádios livres, o Conselho das Rádios Clandestinas de Sorocaba (CRCS). O fechamento de algumas emissoras e a ameaça por parte do governo de

fechar todas foi, entretanto, suficiente para desarticular o movimento (REGO COSTA e HERMAN Jr., 2002).

A primeira tentativa de juntar emissoras clandestinas de vários estados aconteceu em 1986, no Rio de Janeiro, num evento festivo realizado no Circo Voador, novo espaço, na época, da cena cultural da capital carioca. Do encontro saem duas entidades - a ABOLA, Associação Brasileira das Ondas Livres do Ar e a CORA-LIBRA, Cooperativa de Rádios Livres do Brasil. Três anos depois, em 1989, é realizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) - o I Encontro Nacional sobre Rádios Livres, em São Paulo, que contou com representantes de dez estados e aprovou a criação de um coletivo nacional, que buscava o apoio da sociedade civil para defender a democratização da comunicação. O II Encontro Nacional, em Goiânia, no ano seguinte, em 1990, contou com representantes do movimento de rádios da Argentina, referência na qualidade e inovação da linguagem radiofônica e de El Salvador, tradicional reduto do rádio de resistência (Idem). O III Encontro do Coletivo acontece em Macaé, em 1991.

Durante este período, percebia-se claramente uma mudança do perfil destas emissoras. A maior parte já vinha de iniciativas de movimentos sociais organizados e começava a esboçar grades de programação e estruturas organizativas mais sólidas. Era o nascimento das rádios comunitárias, que marcariam a década de 1990 (GINDRE, 2004, p.35).

A denominação “rádios comunitárias” só viria a se tornar oficial em 1995, quando a partir de I Encontro Nacional de Rádios Livres Comunitárias, realizado no Rio de Janeiro, institucionalizou-se o uso do termo “rádios comunitárias” para definir aquelas emissoras que “têm gestão pública, operam sem fins lucrativos e têm programação plural” (PERUZZO, 1999, p. 252-253). A partir desse momento, tem-se a “separação teórico-ideal” entre as rádios comunitárias e as rádios livres, essas entendidas de forma geral como emissoras de radiodifusão sonora não legalizadas “que tenham como objetivo divulgar livremente as idéias de seus produtores, geralmente diferentes das propagadas na grande mídia” (POLIVANOV, 2007, p. 4). Com o *boom* das comunitárias nos anos de 1990, animadas pelo contexto político de redemocratização do país, no bojo do qual se trava a luta pela democratização da comunicação e a busca por sua legalização, as rádios livres quase desapareceram (GINDRE, 2004), voltando à carga mais recentemente a partir do suporte das novas tecnologias da comunicação em rede pela internet, leia-se rádio-web.

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), entidade que desempenha um papel importante no debate sobre a radiodifusão comunitária no país

surge em 1991. Ele é resultado da soma dos vários Comitês pela Democratização da Comunicação formados em 1990, como reação dos movimentos sociais à manipulação pela Rede Globo do último debate da campanha eleitoral à presidência da República (1989).

Herdeiro das lições apreendidas pela Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação (FNLPCD), entidade que surge oficialmente em 1984 e ganha destaque a partir de sua atuação junto a Assembléia Nacional Constituinte (1987), o FNDC propõe fazer da democratização da comunicação um tema não apenas corporativo, de interesse apenas de setores vinculados a ele - como acabou acontecendo na Constituinte - mas sim um assunto reconhecido e legitimado pela sociedade brasileira como de interesse público. Um desafio até hoje sem solução que persegue os debates sobre a democratização do campo comunicação no país (GINDRE, 2004; LEAL, 2007), como se viu na recente convocação e realização da I Conferência Nacional de Comunicação (2009).

Também em 1991 é lançada a Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação, em Brasília, com a presença do Coletivo Nacional de Rádios Livres, que em 1993 se integra à coordenação do FNDC. Nesse mesmo ano, é formada a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO) para representar essa categoria de comunicação que crescia no país, durante o I Encontro Nacional de Rádios e Televisão Comunitárias, realizado naquele ano em São Paulo. A principal reivindicação da entidade era a formulação de uma lei específica que tratasse do fenômeno das radcom e regulamentasse o serviço para evitar as repressões policiais e o fechamento das rádios (LEAL, 2007).

Em 1996, no Congresso Nacional, havia oito projetos de lei propondo a regulamentação das rádios comunitárias. Mas a batalha jurídica para legalização dessa atividade contava com uma forte barreira: a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, formada pelas grandes emissoras de radiodifusão do país e liderada pelas Organizações Globo (LEAL, 2007, p. 393).

Com muitos avanços e recuos o movimento consegue finalmente, no dia 19 de janeiro de 1998, através da Comissão de Comunicação, Tecnologia e Informática, do Congresso Nacional, levar a plenário e aprovar a lei que regulamenta as rádios comunitárias. No dia 19 de fevereiro a Lei das Rádios Comunitárias é sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Da proposta de projeto de lei do movimento só foi possível aprovar 10% dos itens definidos - 70% dos parlamentares membros da comissão no congresso eram donos ou tinham interesses indiretos em empresas de rádio e televisão (REGO COSTA; HERMAN Jr,

2002). Assim, a aprovação do instrumento legal que regulamenta a radiodifusão comunitária no Brasil, a Lei 9.612 é encarada pelo movimento de rádios comunitárias como um retrocesso, um recuo, uma armadilha para o setor.

Entretanto, ainda que limitada e parcialmente distorcida dos anseios do movimento, a aprovação de uma lei que regulamenta o setor da radiodifusão comunitárias no país traz em si um avanço: o reconhecimento de “um outro”, este “outro” grupos sociais não hegemônicos, populares, que se manifestam a partir da existência de um tipo distinto de emissora pública que não é nem comercial nem estatal e que produz seus conteúdos encurtando ou subtraindo a distância entre emissor-receptor e sem os usuais filtros da grande mídia.

A busca pela legalização das rádios comunitárias que se iniciou lá nos anos de 1980 reveste-se, portanto, de importância não apenas porque ela acabaria com os fechamentos das emissoras por parte da Anatel, mas essencialmente pelo que a institucionalização significa em termos de reconhecimento e legitimação social. Pois, como afirma Bourdieu (1989, p. 118), “o mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto”.

[...] a oficialização tem a sua completa realização na *manifestação*, acto tipicamente mágico (o que não quer dizer desprovido de eficácia) pelo qual o grupo prático, virtual, ignorado, negado, se torna visível, manifesto, para os outros grupos e *para ele próprio*, atestando assim a sua existência como grupo conhecido e reconhecido, que aspira à institucionalização (BOUDIEU, 1989, p. 118).

Dessa forma, o caráter oficial das rádios comunitárias no país, na medida em que reconhece formalmente “um outro” não hegemônico, legitima a existência de um novo lugar de fala a partir de um espaço público periférico (FRANÇA, 2001), gerado por segmentos normalmente invisibilizados como sujeitos políticos, (não apenas mas também) porque excluídos como sujeitos ativos da esfera pública, conformada mais que nunca nos dias de hoje por meio do campo midiático.

4.6.5 Radcom e o modelo de radiodifusão no Brasil

Para entender as conquistas ou limitações do movimento das rádios comunitárias é necessário entender o contexto institucional em que se situam, o que significa

dizer, enfrentar a discussão, ainda que de forma breve, sobre o modelo de radiodifusão adotado no país.

A vertente oficial e tradicional da radiodifusão sonora no Brasil tem caráter privado e comercial e foi largamente promovida e beneficiada pelo modelo e políticas de comunicação adotadas no país. Desde sua origem até os dias de hoje, o modelo brasileiro de radiodifusão persistiu em seu caráter exclusivamente comercial e privado, porém fortemente politizado pela trama já iniciada nos anos 30 do século passado, em Vargas, e consolidada depois nos anos 60, com o regime militar, que faz das concessões de canais de radiodifusão no Brasil "moeda de troca" do Poder Executivo no jogo político.

Por "modelo", entende-se tanto a representação simplificada de um fenômeno, no caso a organização de diferentes formas de se executar os serviços de radiodifusão sonora e por imagens, quanto a idéia de exemplo a ser seguido (OLIVEIRA, 1991). Embora cada país tenha desenvolvido o seu modelo de exploração dos serviços de radiodifusão, cada um com suas especificidades, no Brasil, sob a influência americana, estabeleceu-se um sistema híbrido de radiodifusão.

Isso significa dizer que as empresas que operam os canais de rádio (ou TV) são propriedade privada, os canais, porém, são públicos. Entretanto, segundo Lima (2004) ao contrário do que aconteceu em outros países, a opção prioritária por um modelo privado-comercial de radiodifusão foi feita nos gabinetes do poder, sem debate e sem participação da sociedade civil. A consolidação desse modelo - que já se anunciava na primeira demonstração pública de radiodifusão sonora no país (realizada no Rio de Janeiro, durante as comemorações do centenário da Independência (1922), por duas empresas norte-americanas, a pioneira Westinghouse e a Western Electric, a pedido do governo de Epitácio Pessoa) - se deu especialmente nos anos 30, no regime instalado após a Revolução e comandado por Getúlio Vargas, o presidente que como nenhum outro fez do rádio um meio de sustentação política.

Segundo a Constituição de 1988, o serviço brasileiro de radiodifusão sonora e de sons e imagens deveria, em verdade, se constituir numa *complementaridade* dos sistemas *privado, público e estatal*. Decorridos, porém, mais de 20 anos da promulgação da Constituição, segundo Lima (2004) essa norma não foi regulamentada e não é cumprida.

Nunca tivemos no Brasil *complementaridade* entre os sistemas de radiodifusão. Na verdade, embora não exista dúvida sobre como funciona o sistema privado, não chegamos a ter sequer uma definição legal sobre a diferença entre os sistemas estatal e público. O rádio primeiro e a televisão, logo depois, foram sendo consolidados como sistemas hegemonicamente privados, comerciais, sustentados pela publicidade, regulados por decretos

de 1931 e 1932, durante o regime instalado pela Revolução de 1930, chefiado por Getúlio Vargas (LIMA, 2004, s/p).

A Lei Brasileira de Telecomunicação, de 1962, gestada pelos representantes da indústria da informação em meio à instabilidade do momento político brasileiro - entre a renúncia de Jânio e as dificuldades de governabilidade enfrentadas por João Goulart - vai reconhecer e consolidar os interesses da iniciativa privada. As concessões públicas passam a valer para 10 anos (rádio) e 15 anos (televisão), renováveis por períodos idênticos e sucessivos¹⁵².

a) Manutenção do privado sobre o público

Com os militares no poder, o foco sobre a comunicação passa a ser de expansão estrutural por um lado e de controle, leia-se censura, por outro. Sob o impulso de novas tecnologias (expansão do sistema de telefonia, telex e de televisão, via satélite) e sob o peso dos mecanismos de controle e fiscalização (Ministério das Comunicações e Dentel), os governos militares promovem a expansão dos meios de comunicação no país, setor fundamental à realização das metas de integração nacional. Por sua função estratégica, o Ministério das Comunicações fica praticamente em todo o regime sob os cuidados de ministros militares e depois, sob a alçada de políticos representantes das grandes empresas de comunicação do país ou, no mais das vezes, eles mesmos empresários subsidiários de grandes grupos nacionais.

A Constituição de 1988, motivada pela mobilização em prol da democratização da comunicação no país, irá tentar quebrar o crônico caráter promíscuo entre mídia e política no país. Nesse sentido a Carta Magna irá tanto apontar a comunicação como um direito fundamental do cidadão e, portanto, como função pública (Art. 21), como também proibir que deputados e senadores mantenham contrato ou exerçam cargos, função ou emprego remunerado em empresas concessionárias de serviço público¹⁵³, algo que a própria Lei das Telecomunicações de 1962 já previa¹⁵⁴. Há, no entanto, indicações claras de que essas normas legais são cronicamente descumpridas. Na prática, o “balcão de troca”, gestado nos anos de

¹⁵² Segundo Sergio Capparelli (apud BOLAÑO, 2007, p. 12) “o presidente João Goulart, deposto dois anos depois pelos militares, vetou nada menos do que 52 itens do código e teve, numa noite, todos os vetos derrubados pelo Congresso, reunido sob o olhar vigilantes da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT)” criada naquele mesmo ano.

¹⁵³ Letras a. e b. do item I do Artigo 54 da Constituição.

¹⁵⁴ Parágrafo único do Artigo 38 da LBT.

1930 e consolidado a partir de 1960, tornou-se norma na conduta entre os poderes¹⁵⁵ no Brasil.

Nessa prática promíscua entre público (estatal) e privado, os beneficiários das concessões de canais de comunicação no país têm sido historicamente grupos familiares, inseridos ou apoiadas pelo grande capital, no comando da política regional. Trata-se, segundo Lima (2005), de uma nova versão do velho coronelismo da política brasileira - sistema de relações políticas e de dominação mantidos desde a Velha República em torno da “enxada e do voto”.

Nesta nova modalidade, cunhada por Venício Lima (2005) como do “coronelismo eletrônico”, a *moeda de troca* em torno do voto passa a ser a informação, ou melhor, a possibilidade de “controlar consciências”, ou seja, de influir na formação da opinião pública a partir do controle dos meios de difusão da informação. Controlar ou influenciar o controle das instituições de mídia, “que nas sociedades contemporâneas têm a capacidade de definir o que é público” significa, portanto, “definir o espaço de realização da própria política” (LIMA, 2005).

b) Reforma com velhos ares

A reforma nas comunicações no país vai acontecer já em meados dos anos de 1990 e será moldada pelas contradições internas vividas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso entre uma vertente progressista, capitaneada pelo então Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, em defesa da construção de um projeto de caráter mais público e estatista, e uma ala liberal, muito mais permeável aos interesses do empresariado (Bolaño, 2007). O processo de privatização das telecomunicações - que passam a ter uma legislação específica, a Lei Geral de Telecomunicações (LGT), aprovada em 1997 – com a entrada de capital estrangeiro, é um bom indicador de que foi a tendência liberal que preponderou nessa disputa.

Há sem dúvida avanços nesta época¹⁵⁶, fruto da mobilização de uma frente de esquerda – Frente Nacional de Lutas por Políticas de Comunicação (1983) que se articulou

¹⁵⁵ Um dos momentos emblemáticos da “barganha política” em torno das concessões se deu no final dos anos 80, durante a negociação em torno da prorrogação do mandato do então presidente Sarney. Durante o governo do presidente José Sarney as concessões foram ostensivamente utilizadas como moeda política, dando origem a um dos episódios mais antidemocráticos do processo constituinte. Em troca de votos favoráveis ao mandato de cinco anos para Presidente foram negociadas 418 novas concessões de rádio e televisão. Com isso, cerca de 40% de todas as concessões feitas até o final de 1993 estavam nas mãos de prefeitos, governadores e ex-parlamentares ou seus parentes e sócios. (JAMBEIRO, 2000,:82 apud BOLAÑO, 2007: 18)

¹⁵⁶ Nessa época o processo de novas outorgas ganhou mais transparência com a adoção do mecanismo de licitação (ainda que, na prática, o principal critério continuasse a ser o poder econômico das emissoras). A

em torno do tema da comunicação antes mesmo da Constituinte de 88 e que acabou originando, como já vimos, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), ator importante desde então nas articulações pela aprovação de uma legislação progressista para o setor - Lei de Tv à Cabo (Lei 8.977/ 97); Lei de Radiodifusão Comunitária (Lei 9.612 /98) e mais recentemente, articulação da I Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM, 2009).

Uma Lei da Radiodifusão específica para o setor, porém, nunca saiu do papel. Na prática isso significa que a Anatel administra o espectro eletromagnético, mas a regulação da radiodifusão privada, e mesmo das emissoras comunitárias, fica à cargo do Ministério e ainda sob a égide do Código de 1962 (BOLAÑO, 2007). Tal cenário persiste no governo Lula e indica que a comunicação no Brasil permanece, ainda que com avanços em setores específicos, pautada por fatores de mercado.

Dispositivos presentes na Constituição Federal e reafirmados como propostas da I CONFECOM, que poderiam servir de base para um novo modelo de regulação das comunicações no país, continuam sem regulamentação. Questões fundamentais, como a proibição de monopólio e oligopólio nos meios de comunicação; o equilíbrio entre os sistemas público, privado e estatal; a preservação das finalidades educativas, culturais e informativas; a proteção à cultura regional através da garantia a de regionalização da produção e o estímulo a produção independente; ou ainda a garantia de políticas públicas para a comunicação comunitária no país, que pudessem apoiar a sustentabilidade financeira e social das rádios comunitárias, continuam sem enfrentamento. Preserva-se assim o velho modelo baseado na lógica concentradora e clientelista, que gera como fenômeno, um sistema de comunicação incapaz de responder à diversidade sócio-cultural do país, ainda mais em regiões culturalmente ricas e economicamente desiguais como é o caso da Amazônia.

4.6.6 O Marco legal: a Lei 6.912/98

Pela Lei 6.912 denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora em frequência modulada, operada em baixa potência (até 25 Wats) e cobertura restrita – entendida como “aquela destinada ao atendimento de determinada

própria criação da ANATEL (1997), agência reguladora independente que tem como função principal a regulamentação do setor, pode ser considerado um avanço por se distanciar do controle histórico exercido pelo Ministério das Comunicações. A Anatel incorpora mecanismos democráticos importantes como as consultas públicas e a participação de representantes não só do executivo e legislativo, mas também de entidades representativas da sociedade civil.

comunidade de um bairro e/ou vila” (art.1º, §2º) – e outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

Apesar de suas limitações e restrições, a lei institucionaliza a radiodifusão comunitária e reconhece a existência de um espaço de ativismo comunicacional inédito no país. A medida provisória (MP nº 2.216-37 de 2001) que complementa a lei define como “função primeira” da existência das rádios comunitárias “garantir voz ao cidadão e servir ao interesse público nos municípios brasileiros livres de interferência política ou religiosa” no atendimento do “interesse exclusivo da comunidade”.

Tal função social seria garantida pela participação da comunidade local no acompanhamento da programação da emissora. Tanto a participação como a fiscalização se daria por meio de um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, sem dúvida esta talvez a maior contribuição trazida pela lei. Além disso, pela lei 9.612, qualquer cidadão da comunidade beneficiada tem direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora comunitária, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações (Art 4º, § 3º, 2001).

O prazo da autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária é de dez (10) anos, conforme alteração legislativa promovida pela Lei nº 10.597, de 2002, que modificou o prazo inicialmente fixado pela lei que era de apenas três anos. A outorga pode ser renovada por igual período, caso sejam cumpridas as exigências legais. As emissoras devem operar por um período mínimo de oito horas diárias, contínuas ou não e sua programação deve observar princípios morais e de integração social estabelecidos na Lei 9.612 (art. 4º), como dar preferência à finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade; promover atividades artísticas e jornalísticas na comunidade; respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida; e não discriminar raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

4.6.6.3 Armadilhas da lei ou contra-reforma

A lei que regulamenta as rádios comunitárias é o resultado possível alcançado nos embates pela democratização da comunicação no país. Dessa forma, como resultado desse jogo de forças onde o poder econômico desequilibra os embates políticos, a Lei aprovada para

regulamentar a radiodifusão comunitária finda por impor restrições estruturais à existência e expansão de um sistema alternativo e popular.

A primeira delas diz respeito à *restrição de potência e alcance* permitido às comunitárias. Pela legislação em vigor (Lei n. 9612/98; Decreto n. 2615/98 e Norma Complementar n. 2/98 alterada pela Portaria n. 83, de junho de 1999), as rádio comunitárias têm seu alcance limitado a uma área de cerca de quatro quilômetros ao redor da antena transmissora (1 km de raio), com uma potência máxima de 25 watts em seu transmissor (art.1º). Tais restrições tornam-se limitações ainda mais graves em localidades onde são grandes as distâncias e onde não existem muitas vezes outros meios locais de comunicação nos municípios.

Rádios comunitárias também não podem formar redes (art.16), com exceção de casos de guerra ou calamidade (ainda que ao receberem a concessão passem a estar obrigadas a transmitir em rede a *Voz do Brasil*). Além disso, apesar do alcance limitado, a legislação não garante nenhum tipo de proteção ao espaço de atuação das rádios comunitárias, ao contrário, conforme previsto na lei, se uma comunitária interfere na frequência de uma emissora comercial ela será fechada, já se uma comercial provoca interferências numa rádio comunitária, o MiniCom nada fará.

A lei estabelece também distinção econômica. Não é permitido às comunitárias custearem suas operações e programação por meio de anúncios publicitários, somente por meio de “apoio cultural”, conceito pouco claro no texto da lei e desde que o apoiador esteja sediado na localidade da emissora (art. 18), o que no estrito rigor da lei inviabiliza qualquer apoio externo ao funcionamento ou programação das comunitárias.

Estas últimas seriam, como alegam seus críticos, “armadilhas” da legislação para conter a expansão das comunitárias, seja por restrição de alcance ou por asfixia econômica. Há também *a burocracia a emperrar o sistema* das comunitárias. O tempo de trâmite para a regulamentação de uma rádio comunitária varia, segundo estudiosos do movimento, de dois a sete anos para que uma comunitária receba sua licença de funcionamento, no extremo, chegando a onze. Outra dificuldade diz respeito à outorga de *apenas um canal por localidade* (art. 5º) para emissoras comunitárias, o que é considerado pelo movimento um desrespeito ao direito de equidade – na medida em que a lei permite a operação de várias emissoras comerciais – e também uma afronta ao direito da livre expressão da diversidade de idéias e culturas.

Ainda outra limitação diz respeito à *frequência destinada às rádios comunitárias*, que em muitos casos vai de 87,5 a 87,7 MHz, quando o “dial” da maior parte

dos aparelhos de rádios comercializados no país inicia em 88,0 MHz. Ou seja, além de limitado o alcance, a potência e o número de canais, as rádios comunitárias, depois de enfrentar toda a *via crucis* da burocracia estatal, ainda correm o risco de não serem sintonizadas por seus potenciais ouvintes.

Para Lopes (2005), a política de radiodifusão comunitária posta em prática no Brasil a partir da Lei 9.612/98, de suas regulamentações e da sua aplicação prática, “foi estabelecida sob os moldes conservadores, de modo a evitar qualquer alteração significativa do *status quo* das comunicações no Brasil” (LOPES, 2005, p. 14). Estabeleceu-se assim, segundo ele, uma espécie de “estratégia de contra-reforma” a qual se deu, primordialmente, “por meio da exclusão de uma boa parte dos possíveis novos atores comunicacionais do direito de prestarem o serviço de radiodifusão comunitária” (Idem, 2005, p.14).

No momento em que se desenvolve este estudo está em tramitação uma dezena de projetos¹⁵⁷ que propõem alterações na Lei 9.612/98, dentre eles, o projeto de lei 4.186/98, que conta com o apoio de diversas entidades ligadas ao movimento de rádios comunitárias. O projeto, que tramita na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara Federal, prevê desarmar as “armadilhas” da legislação em vigor, a começar pelo aumento da potência, a permissão da formação de rede e a criação de alternativas de sustentação financeira para as emissoras comunitárias.

¹⁵⁷ Segundo informação do Jornal do Senado, disponíveis na internet, tramitam na Câmara dos Deputados vários projetos propondo mudanças na legislação relacionada às rádios comunitárias. As proposições estão principalmente apensadas ao Projeto de Lei 4.186/98, que aumenta a potência permitida das rádios de 25 para 50 watts e possibilita o funcionamento de mais de um canal de rádio comunitária em cada localidade. Já o PL 4.156/01 amplia a faixa de frequência para serviços de radiodifusão comunitária canais de frequência, de 88,1 MHz a 108 MHz. A proposta de dedução no Imposto de Renda das pessoas físicas ou jurídicas que realizarem doações para rádios e televisões comunitárias consta do PL 1.263/03 e os PLs 594/03 e 2.189/03 autorizam as emissoras a veicularem publicidade e divulgação oficial da União; já o PL 2.105/03 autoriza a veiculação de propaganda de micro e pequenas empresas, isentando as rádios comunitárias da cobrança de direitos autorais assim como o PL 6.136/02, que propõe isenção do pagamento de direitos autorais pelas radcoms ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação e Distribuição. Com relação à programação, outro projeto, o PL 4.165/01 obriga emissoras de rádio e televisão, educativas e comunitárias, a reservar espaço para a programação local e regional; o PL 1.665/03 regulamenta o patrocínio e a realização de programas religiosos nas RadCom e o PL 3.269/03 propõe a criação do Fundo de Apoio à Radiodifusão Comunitária. Já o PL 2.801/03 estabelece que instituições de ensino superior possam executar serviço de radiodifusão comunitária. Com relação à penalização das radcoms, o PL 1.771/03 regulariza e anistia emissoras de radiodifusão sonora que se encontram em funcionamento irregular, assim como o PL 6.810/02 prevê o cancelamento de multas aplicadas às rádios piratas. Por outro lado, na contramão da cidadania, o PL 6.851/02 suprime o dispositivo que proíbe o proselitismo na programação das rádios comunitárias. (Jornal do Senado. “Deputados sugerem novas regras”: <http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/cidadania/RadioComunitaria/not04.htm>).

4.6.6.4 Coronelismo eletrônico e a questão da autenticidade

As limitações de alcance, potência, frequência, associação e expansão por meio de rede e os modos de gestão financeira impostos pela Lei 9.612, somados a extrema burocracia do processo de legalização das rádios comunitárias acabam por beneficiar na disputa pelo licenciamento definitivo junto ao Ministério das Comunicações as emissoras já muito organizadas ou apadrinhadas por empreendimentos comerciais, religiosos ou políticos. Este é um paradoxo da lei, que em seu artigo 11 proíbe inclusive vínculos de toda sorte que submetam a entidade detentora da autorização a compromissos e ingerências de relações financeiras, religiosas, político-partidárias ou comerciais.

Segundo o professor Venício Lima, em entrevista ao jornal O Globo, o que se dá na prática é que a burocracia criou atalhos para a intervenção dos políticos.

Para conquistar a outorga, os interessados têm que reunir uma pilha de documentos e percorrer um labirinto que começa no Ministério das Comunicações, passa pelo Palácio do Planalto e atravessa diversas comissões na Câmara e no Senado até chegar ao Diário Oficial. Em 2002, o fim das delegacias regionais do ministério transferiu para Brasília o início do processo, que acontecia nas regiões de origem das rádios (LIMA, 2007).

Uma pesquisa da UnB revela que rádios apadrinhadas por políticos têm 4,4 vezes mais chances de aprovação que as demais (POLIVANOV, 2007) e estudo recente de Lima e Aguiar Lopes (2007) mostra que metade (50,1%) das emissoras comunitárias autorizadas pelo Ministério das Comunicações entre 1998 e 2004 padece dos mesmos males do “coronelismo eletrônico” que afeta historicamente a radiodifusão no país, ligada à políticos e à política partidária e a seus vícios (clientelismo, nepotismo, apadrinhamentos).

O estudo analisou 2.200 emissoras comunitárias outorgadas em todo o país pelo Ministério das Comunicações entre 1998 e 2004. Pelo cruzamento de dados das diretorias das emissoras outorgadas com cargos eletivos, a pesquisa concluiu que 50,1% das rádios comunitárias autorizadas possui vínculo político e que isso influencia no andamento dos processos de autorização.

Um “coronelismo”, porém, de um novo tipo – não vinculado à deputados e senadores, mas, na medida de sua atuação local, à prefeitos, ex-prefeitos, vereadores ou candidatos a tal. Na região Norte, essa média foi ainda maior, em 60,2%, das emissoras comunitárias autorizadas no período detectou-se vínculo político entre algum membro da diretoria da rádio e políticos ou seus familiares.

Isso finda por criar uma onda das chamadas pseudo-comunitárias, as “picaretárias” ou rádios “de dono”, que se constituem por interesse privado, reproduzem os formatos comerciais e não são abertas à participação da comunidade. Ou seja, o próprio contraditório do teórico-ideal de rádios comunitárias, que se define como aquelas que têm” gestão pública, operam sem fins lucrativos e têm programação plural” (PERUZZO, 1999, p.253), um ideal claramente prejudicado pelas dificuldades de manutenção que o formato oficial regulamentado em lei impôs.

Quantas das cerca de quatro mil rádios comunitárias licenciadas nos últimos doze anos após a regulamentação da Lei 9.612/98 são de fato um canal para a população organizada exercitar localmente uma comunicação plural, democrática e sustentável? Quantas das emissoras podem representar uma alternativa de qualidade e participação popular na comunicação ou quantas são apenas a repetição em pequena escala dos vícios da grande mídia nacional, regada pelo mercado e apadrinhada pelo estado como moeda de barganha política? Quantas delas podem transmitir outras versões dos fatos, comunicar eventos de interesse local, divulgar a cultura e o saber local que não aparecem nos grandes meios? Ou seja, quantas das emissoras autorizadas a funcionar são autênticas comunitárias?

A discussão sobre a autenticidade das rádios comunitárias tem sido um assunto crescente, presente não apenas entre o movimento de rádios comunitárias, entre representantes dos órgãos do governo, mas também entre os empresários da radiodifusão privada, que usam tal argumento para justificar campanhas difamatórias e de denúncias¹⁵⁸ contra rádios ditas “piratas” ou para denunciar a disputa desleal do mercado privado por rádios que se beneficiam da condição de comunitárias (não estão sujeitas a licitação para concessão de uso e como entidades sem fins lucrativos são isentas de tributos), mas que são de fato comerciais.

Para os setores que controlam os meios de comunicação no país, representado pela ABERT (Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão) apenas 10% das emissoras que se dizem comunitárias seriam mesmo “comunitárias”, ou seja, com gestão coletiva, participativas e com moldes não comerciais. A maioria, segundo argumento da ABERT, reproduziria os modos de gestão, funcionamento e programação do sistema comercial de radiodifusão sonora e também os vínculos políticos¹⁵⁹.

Para o movimento a questão da autenticidade é também uma questão preocupante. A questão que se coloca é que muitas emissoras comunitárias ditas autênticas -

¹⁵⁸ A cada mês a ABERT encaminha em média 50 denúncias aos órgãos de governo. Conforme dados da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRACO Nacional, 2007) 17 mil rádios comunitárias já teriam sido alvo de denúncias da entidade que representa as empresas de comunicação.

¹⁵⁹ Entrevista de dirigentes da ABERT ao Jornal do Brasil, 19 de Junho de 2007. In: site da ABERT -

ou seja, aquelas que têm como princípio gerador e gestor a participação da comunidade na qual estão sediadas - não estão muitas vezes no rol das regulamentadas pelo governo, ao contrário, “não conseguem concessão do Ministério” porque não têm padrinho político, funcionam sem autorização e então, sendo consideradas ilegais - apesar de cumprirem os requisitos exigidos pela legislação - são perseguidas e fechadas (LAHNI, 2008, p.35). Já as “pseudo-comunitárias”, emissoras que se dizem comunitárias, muitas vezes liberadas como tal por apadrinhamento político, mas que funcionam nos moldes de rádios comerciais para uso das elites políticas locais e grupos religiosos, teriam até quatro vezes mais facilidade de obter a licença de funcionamento, além de mais condições de se manter no ar.

O mais preocupante é que tal situação de apadrinhamento político não é mais uma prática restrita aos grupos conservadores ou de “direita”. A via crucis da burocracia no Ministério das Comunicações e o evidente beneficiamento político nos trâmites do licenciamento das emissoras vem forçando um pragmatismo duvidoso mesmo entre grupos legítimos dentro do movimento de rádios comunitárias. Como reconheceu em conversa informal um diretor de rádio comunitária vinculada ao movimento e recém licenciada na região metropolitana de Belém com a ajuda de um padrinho político: “sem um deputado forte o processo de legalização se perde nos corredores de Brasília”¹⁶⁰

4.6 RADCOM EM NÚMEROS OFICIAIS

4.6.1 Dados nacionais e por regiões

Existem hoje no Brasil, segundo dados do ministério e da ANATEL (Janeiro/2011), mais emissoras comunitárias do que rádios FM (frequência modulada), comerciais e educativas, ou rádios AM (amplitude modulada/OM). O sistema brasileiro de radiodifusão sonora é formado atualmente por 9.327 emissoras de rádio outorgadas e licenciadas pelo Ministério das Comunicações (Minicom), das quais 3.905, ou cerca de 42% do total do sistema, são rádios comunitárias autorizadas a operar legalmente no país.

¹⁶⁰ A referida emissora comunitária localiza-se na região metropolitana de Belém, foi fundada em março de 2002 e obteve sua licença definitiva de funcionamento em janeiro de 2011, com a ajuda, segundo afirmou o diretor-presidente da emissora, da deputada Elcione Barbalho (PMDB).

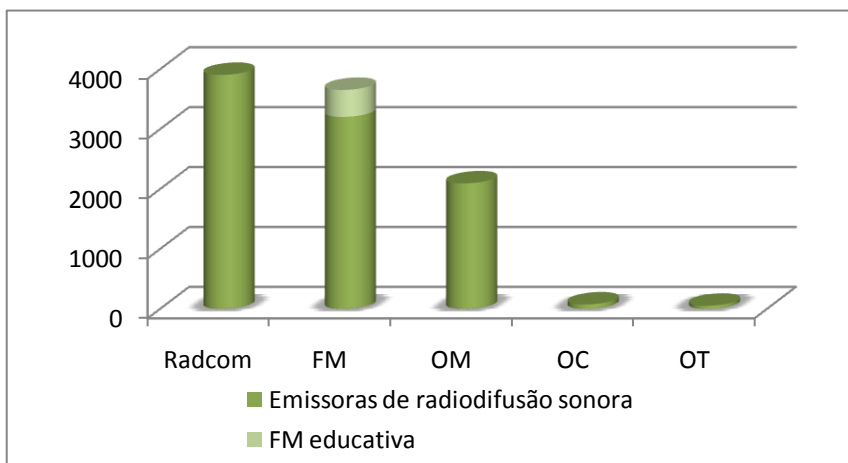
Gráfico 1: Sistema de Radiodifusão Sonora no Brasil por categorias de emissoras

Gráfico elaborado pela autora. Fonte: Ministério das Comunicações (Minicom) e Anatel (Jan. 2011)

Deste total, cerca de 35% localiza-se no Sudeste do país; em torno de 25% estão no Nordeste; perto de 20% nos Estados do Sul; 10% na Região Centro Oeste e pouco mais de 7% na Região Norte (Gráfico 2). Tais números revelam por si o caráter geopolítico da concentração que historicamente ronda o cenário da radiodifusão no Brasil.

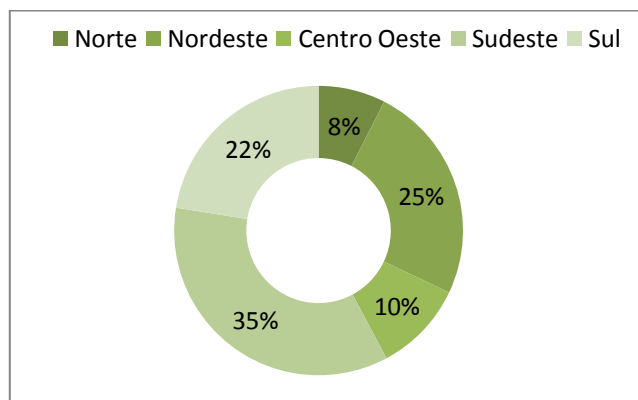
Gráfico 2: Radiodifusão Sonora por regiões do Brasil

Gráfico elaborado pela autora. Fonte dos dados: Ministério das Comunicações (Minicom) e Anatel (Jan.2011)

Se observados por Estados, (conforme tabela abaixo) percebe-se que têm maior número de outorgas justamente os Estados com maior influência e tradição na história do campo político no país e, portanto, com mais cacife na prática do “balcão” da radiodifusão como moeda de troca - São Paulo e Minas Gerais detêm cerca de um terço (31%) de todas as emissoras de rádio do país. E esse cenário se repete quando diz respeito ao cenário da radiodifusão comunitária.

Tabela 2: Radiodifusão Sonora no País, por Regiões e Estados											
Brasil (total)	Radcom	FM	OC	OM	OT						
9614	3905	3.204	73	2094	51	Região Norte					
Região Centro-Oeste						Estados	Radcom	FM	OC	OM	OT
Estados	Radcom	FM	OC	OM	OT	Acre	5	25	0	11	5
Distrito Federal	31	35	5	9	0	Amazonas	39	41	2	27	10
Goiás	197	143	3	81	4	Amapá	15	20	0	6	2
Mato Grosso do Sul	79	76	0	62	4	Pará	105	88	0	49	9
Mato Grosso	77	89	0	69	5	Rondônia	35	52	0	23	5
Total:	384	343	8	221	13	Roraima	3	15	0	6	1
Região Sudeste						Tocantins	54	46	0	20	1
Estados	Radcom	FM	OC	OM	OT	Total:	263	287	2	142	33
Espírito Santo	63	64	0	26	1	Região Nordeste					
Minas Gerais	623	449	4	241	5	Estados	Radcom	FM	OC	OM	OT
Rio de Janeiro	104	130	7	85	1	Alagoas	63	44	0	21	0
São Paulo	461	564	23	353	17	Bahia	284	155	0	6	1
Total:	1305	1207	34	705	24	Ceará	191	146	0	129	0
Região Sul						Maranhão	138	55	1	49	3
Estados	Radcom	FM	OC	OM	OT	Paraíba	121	65	0	35	0
Paraná	231	231	14	220	2	Pernambuco	163	104	0	45	1
Rio Grande do Sul	256	294	10	236	0	Piauí	72	36	0	58	2
Santa Catarina	141	175	4	149	0	Rio Grande do Norte	108	34	0	40	0
Total:	738	700	28	605	2	Sergipe	22	28	0	18	0
						Total:	1215	667	1	401	7

Tabela elaborada pela autora. Fonte de dados: Ministério das Comunicações e Anatel (Jan/2011).

Na região Centro Oeste o número de emissoras comunitárias legalizadas chega a 387 (10%), com evidente concentração no Estado do Mato Grosso. Por fim, na Região Norte, situam-se 263 emissoras já licenciadas pelo ministério (7%) do total das rádios comunitárias do país, sendo que o Pará concentra o maior número delas (105 licenciadas), mais que o dobro que no estado do Amazonas (39). Na região Norte, as rádios comunitárias outorgadas representam cerca de 40% do total de emissoras (721) em funcionamento.

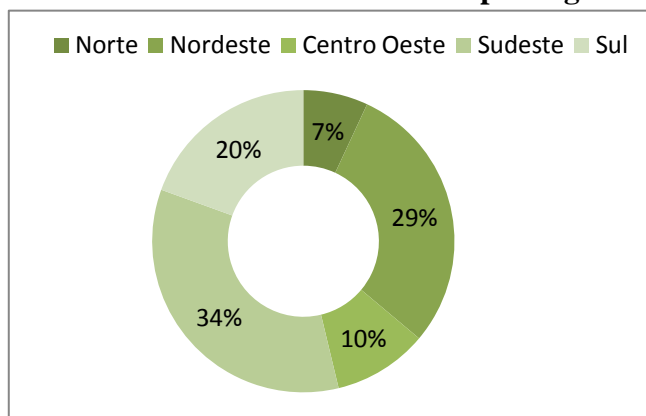
Gráfico 3: Rádios Comunitárias por regiões

Gráfico elaborado pela autora. Fonte: Ministério das Comunicações (Jan. 2011)

Outro dado interessante é o que se refere à prevalência das emissoras comunitárias em pequenos municípios no país. Dados do IBGE (2006) mostram que 63% do total de emissoras comunitárias autorizadas pelo governo estão em município com até 20 mil habitantes.

Tabela 3: Distribuição de Rádios comunitárias por município/habitante

População	Total de Municípios	Total de Rádios Comunitárias
Brasil	5.564	2704
Até 5.000	1.371	379
De 5.001 a 10.000	1.290	627
De 10.001 a 20.000	1.292	702
De 20.001 a 50.000	1.033	619
De 50.001 a 100.000	311	195
De 100.001 a 500.000	231	154
Mais de 500.000	36	28

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006. In: Mídia Com Democracia, FNDC, nº.7, fev.2008.

Isso talvez, porque, como explica o conselheiro da AMARC (Associação Mundial de Rádios Comunitárias), Sergio Gomes, “nos grandes centros, o espaço radioelétrico foi entregue todo à iniciativa particular”, não restando quase nada para universidades públicas, emissoras educativas, e muito pouco para rádios comunitárias. No interior, em cidades de pequeno porte ao contrário, inúmeras vezes, as rádios comunitárias são o único veículo local de comunicação. Nesse caso, como diz Gomes, “o Brasil todo ouve rádio, mas nem todas as cidades têm rádio. Todo mundo ouve, mas nem todo mundo fala” (MIDIACOM DEMOCRACIA, Fev. de 2008).

4.6.2 Rádios Comunitárias no Pará: Cenário em números oficiais e relatos

Em termos de Estado, de forma geral, os dados oficiais, fornecidos no sítio do Ministério das Comunicações (janeiro de 2011), indicam que em doze anos de existência da lei que regulamenta a radiodifusão comunitária no país (Lei 6.912/1998) 105 associações comunitárias conseguiram legalizar o funcionamento de emissoras no estado do Pará (92 com licença definitiva e 13 com licença provisória).

Esse número já é expressivo se considerarmos que o número de emissoras comunitárias é superior ao de rádios comerciais FM (88) ou de AM (49) em funcionamento no Estado. Também significa que as emissoras comunitárias licenciadas já estão presentes em maior número de municípios (67) - quase metade do total de municípios paraenses - do que as emissoras comerciais outorgadas.

Se considerarmos, no entanto, que até 2008, 664 associações espalhadas na quase totalidade (99,3%) dos (143) municípios do Estado, já haviam ingressado com uma comunicação de interesse no processo lento e burocrático do MiniCom em busca de concessão e licenciamento; e se entendermos, como é sabido, que primeiro os grupos sociais locais colocam as rádios “no ar” para depois buscar a legalização, é possível afirmar que *no Estado do Pará, há rádios comunitárias por toda parte*. De fato, apenas em um único município paraense não havia registro até então, ao menos oficialmente, de alguma iniciativa de legalização de rádio comunitária (Santa Cruz do Arari –Minicom, 2008).

Tabela 4: Radiodifusão Sonora nos municípios do Estado do Pará

Radiodifusão sonora no Estado do Pará (Anatel, 2008)	NA	NR
Nº de emissoras comerciais em municípios paraenses (AM + FM)	46	32,16%
Nº de rádios comunitárias AUT*, com LP*ou LD em municípios paraenses*	67	46,85%
Nº de municípios paraenses onde as RAdCom AUT com LP ou LD são ÚNICO meio de comunicação local	39	27,20%
Nº de municípios paraenses que já manifestaram interesse ou participaram de Aviso de Habilitação do MiniCom	142	99,30%
<small>AUT: Rádios comunitárias autorizadas ao funcionamento mas com processo de licenciamento não finalizado; LP: Licença Provisória do MiniCom, LD: Licença definitiva já publicada no Diário oficial// *, ** Fonte: Ministério das Comunicações (Ago de 2008). Http://www.mc.gov.br; *** Fonte: SISCOM (Sistema de Informações dos Serviços de Comunicação de Massa /ANATEL (Ago 2008) - http://sistemas.anatel.gov.br/siscom/consulta/default.asp?nav=1&c=1&pref= . Realizada pela autora.</small>		

Isso significa dizer também que em muitos municípios paraenses, as rádios comunitárias deixam de ser uma “mídia alternativa” para constituir-se no único meio de

comunicação com chances de produção local de informação. Para ser mais exata, na perspectiva mais conservadora, conforme tabela abaixo, metade das emissoras comunitárias já licenciadas em, para a população de 39 municípios do Estado, até há muito pouco tempo (MINICOM;ANATEL, 2008), a única *opção local* de veículo de comunicação de massa.

a) Um pouco da história não oficial

Há muito pouco estudo sobre o fenômeno das rádios comunitárias na Amazônia como um todo e na no estado do Pará isso não é diferente. O que delineamos aqui é apenas um esboço no sentido de situar o movimento no Estado, porém sem maior aprofundamento já que nosso recorte de pesquisa tem como foco específico a região da Transamazônica. Os dados não oficiais apresentados resultam de um rol de entrevistas com ativistas do movimento de rádios comunitárias no Estado do Pará, somado à leitura de escassa bibliografia, busca de sítios na internet e também da observação durante várias reuniões do Fórum de Rádios Comunitárias do Pará, entre os meses de abril a novembro de 2008.

O número de rádios comunitários em atividade no Pará é impreciso e difuso. Assim como no resto do país, se esconde sob a capa da clandestinidade imposta a inúmeras emissoras que praticam o exercício temporário e arriscado da rádio livre, expostas à fiscalização e apreensão de seus equipamentos por parte da Anatel e Polícia federal e a processo judicial de seus comunicadores enquanto aguardam a lenta burocracia do estado por uma chance para a legalização.

Os dados oficiais falam em uma centena de emissoras licenciadas no Pará, a realidade trazida pelos ativistas indica pelo menos quatro vezes mais. Na capital do estado, por exemplo, em dez anos, de 1998 a 2008, mais de cinco dezenas de associações comunitárias de radiodifusão sonora da capital do estado de alguma forma já manifestaram seu interesse em participar de um aviso de habilitação, etapa inicial do processo de licenciamento, e assim ingressaram no processo de licenciamento e concessão do Ministério das Comunicações. Porém, somente três emissoras (01 no distrito de Mosqueiro, 01 em Icoaraci e uma única na cidade de Belém) receberam até hoje licença do Ministério das Comunicações para funcionamento. Esta única emissora licenciada na capital é inclusive apontada pelos ativistas do movimento de rádios comunitárias como uma “rádio de dono”, ou seja, uma “picaretária”, que funciona em moldes comerciais a serviço de interesses privados, sem a participação da comunidade. Enquanto isso, ao menos uma dezena de emissoras tradicionalmente ligadas ao movimento de rádios comunitárias e pela democratização da

comunicação continuam operando na ilegalidade, muitas vezes de forma semi-ativa, colocando programação no ar apenas alguns dias ou horários na semana e mudando de endereço para burlar a fiscalização.

b) Quatro regiões de concentração

Pode-se afirmar com alguma segurança que são quatro os centros de maior atividade ou com maior organização na atualidade entre rádios comunitárias no Pará, sempre com alguma cidade pólo como irradiadora ou articuladora do movimento: Belém e região; Castanhal e a mesorregião do Nordeste Paraense; Marabá e região (Sul e Sudeste); Transamazônica e Baixo Xingú (Mesorregião Sudoeste), tendo como pólo Altamira. É possível depreender também que no Pará a situação, tanto atual como de origem, é bastante distinta entre rádios comunitárias de pequenos municípios ou localidades do interior daquelas em cidades maiores, em especial na capital do Estado. A maior parte das emissoras autorizadas está localizada em municípios com menos de 50 mil habitantes, onde justamente as disputas e pressões por parte de veículos comerciais ou é pequena ou inexistente.

Sabe-se que em várias regiões do Estado, especialmente em áreas distantes dos centros urbanos maiores, principalmente nas áreas de colonização recente, as rádios comunitárias surgiram, assim como em outras regiões do país, como ferramenta de organização popular motivada pelo Partido dos Trabalhadores e pela igreja católica e suas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), em torno da luta dos sindicatos de pequenos produtores pela garantia da posse da terra e pela denúncia de violência no campo, ou de trabalhadores rurais sem terra, pela reforma agrária. Foi assim na região da Transamazônica e também na região de Marabá, Sudeste e Sul do Pará, regiões onde se deram os maiores e mais intensos processos recentes de colonização no estado, induzida ou desordenada, atuais centros importantes de organização da radiodifusão comunitária.

c) Alinhavos da história

A luta por radiodifusão comunitária no Pará é bem anterior à regulamentação do setor. Pelo que se conta¹⁶¹, a primeira rádio comunitária surgiu em Belém, ainda nos anos

¹⁶¹ Informações fornecidas por militantes do movimento de rádios comunitárias de Belém entre março e setembro de 2008: Moisés Ferreira, Julio Araújo, Angelo Madson, Francisco Canuto, Lelie Batista, Luis Cunha, Rômulo Gadelha.

80, a partir da experiência de uma rádio sindical, do Sindicato dos Radialistas, criada em 1984 de forma experimental e que alguns anos depois vai dar origem à Rádio Erê FM, fundada em 1996, emissora que, apesar de pioneira, até hoje permanece não legalizada pelo MiniCom.

O ideário e o apoio de partidos de esquerda funcionou como importante força motriz da instalação de emissoras comunitárias na capital e no interior do Estado. Em Belém, no final dos anos 90 e início da década de 2000, segundo informação de militante do movimento de rádios comunitárias na capital, chegou a 34 o número de emissoras comunitárias em funcionamento nos bairros de Belém. A intenção do movimento, com o apoio do poder público municipal, sob gestão do PT (1997-2004) - ainda que não sob forma explícita de política pública - era montar uma rádio comunitária em cada bairro da cidade.

Com o “bombardeio” das campanhas da ABERT contra “rádios piratas” e o recrudescimento das pressões da ANATEL sobre as emissoras não autorizadas, a partir de 2004, ao contrário do que se poderia esperar no governo Lula, uma nova onda de ações acaba “tirando do ar” a maior parte das rádios comunitárias que operavam clandestinamente em Belém. Equipamentos foram confiscados e comunicadores populares processados. O apoio do governo municipal, com o fim do mandato e a eleição de um candidato integrante de forças partidárias contrárias, já não existia mais e mesmo as forças de esquerda antes unidas sob um mesmo partido, estavam divididas (PT/PSOL). Também o movimento de rádios comunitárias encontrava-se sem unidade e com dissidências internas na capital.

No sentido de garantir assistência jurídica às emissoras e ativistas e como forma de abrigar a diversidade de entidades, comunicadores e apoiadores da luta pela democratização dos meios de comunicação, criou-se em 2007 o Fórum em Defesa das Rádios Comunitárias, que funciona em Belém, na sede da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH). Os comunicadores estão sendo defendidos pela entidade que, num destes casos, considerado um avanço na jurisprudência, conseguiu que um radialista comunitário fosse absolvido pela Justiça Federal do Pará, que não considerou crime a operação de rádio de baixa potência. As rádios na capital, no entanto, continuam ou fora do ar ou operando irregular e clandestinamente. A maior parte, cerca de três dezenas aguarda a análise de seus processos ou o lançamento de novos Avisos de Habilitação por parte do Ministério para poder pleitear mais uma vez, a concessão de um canal e a licença de funcionamento.

Em Marabá, segundo o jornalista Rogério Almeida (2006) a implantação da primeira rádio de caráter comunitário, Rádio Comunitária Alternativa FM, se deu em 1998 e teve como motivação o Massacre de Eldorado dos Carajás. Logo após o episódio, ainda em 1996, surgiram as primeiras iniciativas, com o apoio de entidades como a Federação dos

Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), o Centro de Educação Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP) e a Casa Paroquial, para instalar uma rádio capaz de atuar com uma linha editorial que permitisse denunciar a violência no campo, ao contrário dos demais veículos comerciais de comunicação da região.

A Alternativa FM funcionou durante três anos e foi fechada no final de 2001, mais uma entre milhares de rádios comunitárias lacradas pela Polícia Federal numa “operação de guerra” desencadeada no governo FHC, por pressões da ABERT (Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão), ação repressiva que continuou no governo Lula. Mesmo depois de estar “fora do ar”, a Alternativa FM conseguiu articular o movimento de rádios comunitárias na região, organizando encontros regionais que viabilizaram a criação de uma regional da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO) - a ABRAÇO SUL e Sudeste – Pará (ALMEIDA, 2006).

Na região da Transamazônica e Baixo Xingú (parte das mesorregiões Sudoeste e Baixo Amazonas), grande parte das emissoras surgiram também já no segundo quarto dos anos 90, no auge do movimento nacional de rádios comunitárias, quando se consegue em Brasília, não sem concessões, a aprovação da Lei 9.612/98. Na região, a articulação em torno da comunicação popular se dá sob o foco da luta pelo desenvolvimento.

As primeiras rádios da região, e talvez as primeiras do interior da Amazônia, surgem em Rurópolis e em Uruará, em 1997, municípios que abrigavam importantes lideranças das articulações do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST) contra o abandono em que vivia a região. O contexto, a história e o funcionamento dessas emissoras no campo midiático da Transamazônica é o que detalharemos no próximo capítulo.

5. RÁDIOS COMUNITÁRIAS E O CAMPO MIDIÁTICO NA TRANSAMAZÔNICA

A região da Transamazônica chama a atenção pelo “cordão” de rádios comunitárias criadas a partir da articulação dos movimentos sociais. Em todos os nove municípios localizados ao longo e à beira da “pista” da BR 230 no trecho entre- Pacajá (Km 391) e Rurópolis (Km 984), incluindo aí os municípios de Anapú, Vitória do Xingu, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará e Placas – grande parte deles antigas agrovilas emancipadas como bandeira de luta do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST)¹⁶², foram criadas rádios comunitárias a partir da segunda metade dos anos 90.

Elas surgem na esteira do intenso processo de ação comunicativa que se desenvolveu a partir dos anos 80 como elemento estratégico da luta pelo reconhecimento da situação de abandono em que se encontrava a região e pela possibilidade de grupos subalternos passarem a influir nos rumos do desenvolvimento regional. Atualmente, em praticamente todos os municípios ao longo deste trecho da rodovia Transamazônica as emissoras comunitárias se encontram licenciadas e na grande maioria deles constituem-se em único meio de comunicação local existente – justamente nos municípios menos populosos da região e com maior índice de população residente na área rural. Isso significa dizer que as rádios comunitárias são na atualidade o único meio local de comunicação de massa para cerca de 140 mil habitantes da região, dos quais cerca de 65% em média vivem em áreas rurais.

Grande parte das rádios comunitárias surge já no segundo quarto dos anos 90, no auge do movimento nacional de rádios comunitárias, quando se consegue em Brasília, não sem concessões, a aprovação da Lei 9.612/98. Na região, porém, o momento era de revisão do movimento regional e de certa forma de refluxo em função de conjunturas internas e externas que apontavam para uma desarticulação das bases locais e de divergência interna quanto aos rumos e à agenda a seguir.

A situação vivida pelos movimentos sociais na região não era algo isolado, ao contrário, acompanhava tendências nacionais e internacionais em alguns sentidos. O grande berço e incubador institucional dos movimentos sociais, a Igreja Católica, vivia enquanto instituição uma forte tensão interna que também afetava a região, e que dizia respeito ao retorno da linha conservadora à cúpula do Vaticano, com a negação e banimento, à partir da

¹⁶² Emancipação entre os anos 80/90 dos municípios da Transamazônica: Medicilândia (1989), Pacajá(1989), Uruará (1989), Vitória do Xingu (1993), Brasil Novo (1993) e mais recentemente, Anapú (1997) e Placas (1997).

cúpula, da Teologia da Libertação, doutrina social que havia fermentado toda uma nova relação da igreja com a realidade social de sociedades periféricas e embalado a organização popular em todo o continente latino-americano; esse recuo havia afetado também nacionalmente a relação entre igreja e o movimento sindical rural, fomentado pela igreja e expandido a partir de sua rede organizacional (leia-se Cebes).

Mas se o movimento de esquerda no campo em sua face corporativa estava em crise, pois enfrentava dificuldades em repor suas representações e atender às novas demandas a partir da onda de criação de novos municípios com a Constituição de 1988, a sua vertente partidária estava em franco crescimento: o Partido dos Trabalhadores, que surge do mesmo movimento de apoio da base clerical, emerge nessa nova fase como o principal aliado da organização dos trabalhadores rurais. Em 1988 o PT elegeu em todo o país candidatos saídos das bases rurais. No Pará, dos 39 vereadores eleitos naquele ano, apenas dois foram na capital e 37 em municípios predominantemente rurais (HOUTZAGER, 2004, p. 202).

Essa conquista do caminho partidário, como planejado pelo movimento e resultado desejável do trabalho de organização empreendido pela Igreja do Povo, contribui, no entanto, para o afastamento entre o movimento sindical rural e a igreja e, ao longo do tempo, finda por repercutir num certo vácuo de lideranças na articulação das bases do movimento na região. No contexto local, divergências na condução e na definição de prioridades da agenda do movimento, em especial em torno do discurso ambiental – tem início nessa época a luta contra a construção da Hidrelétrica de Belo Monte e pela preservação das áreas indígenas que seriam as mais afetadas - também irão contribuir para distanciar os dois atores mais importantes até então na articulação popular na Transamazônica (Igreja e STR).

É, pois, a partir da articulação partidária que irão surgir na Transamazônica as rádios comunitárias. O que não deixa de ser uma característica que se dá não apenas nas áreas rurais, mas também urbanas em todo o país. Também em Belém, o movimento pela criação de emissoras comunitárias tem na primeira gestão do prefeito do PT, Edmilson Rodrigues (1996-1999) seu principal articulador, que defendia a criação de uma radcom em cada bairro da capital.

As primeiras rádios comunitárias da Transamazônica são criadas em 1997, em Uruará e Rurópolis, municípios com importantes lideranças na articulação do movimento contra-hegemônico na região, onde nasce o novo sindicalismo rural no final dos anos 70 e se iniciam as primeiras manifestações regionais contra o abandono da região nos anos 80. Uma cartilha preparada por militantes petistas com o apoio do Diretório Regional do Partido dos

Trabalhadores do Pará promovia junto aos movimentos sociais da Transamazônica a criação de rádios comunitárias como “uma idéia possível e necessária” para garantir “a comunicação a serviço da comunidade”, era utilizada para explicar passo a passo a implantação de emissoras comunitárias, desde o equipamento necessário e formas de organização da programação até argumentos jurídicos para garantir o funcionamento das emissoras (DIRETÓRIO, 1997).

Naquele momento, terceiro quarto dos anos de 1990, os movimentos sociais apoiados pela crescente ala de esquerda no parlamento pressionam pela regulamentação das rádios comunitárias no país como bandeira central pela democratização da comunicação para, dessa forma, romper com os históricos arranjos clientelistas que vêm garantindo a lógica das políticas de radiodifusão no país (BOLAÑO, 2007). Contribuir para a articulação e organização popular e, ao mesmo tempo, promover alternativas para o controle sobre o agendamento público imposto pelos meios de comunicação tradicionais eram as intenções do movimento nacional.

Esse também era o intuito na Transamazônica, onde o isolamento, o abandono, os conflitos e a violência na região se agravavam pelo silenciamento imposto pelos meios de comunicação de massa existentes na região. Uma região onde a relação de ingerência direta entre mídia e poder político e econômico se fez e faz inequivocamente presente e aparente no seu campo midiático, desde a formação deste a partir de meados dos anos de 1970 até hoje.

4.1 O CAMPO MIDIÁTICO NA TRANSAMAZÔNICA

O campo midiático, entendido aqui a partir dos meios de comunicação de massa existentes na Transamazônica, tem em Altamira seu pólo de concentração e irradiação. Como centro econômico, administrativo e político da região da Transamazônica e Xingu, Altamira concentra meios e fluxos de informação e de tomada de decisões. Ali estão sediados todos os escritórios e representações na região de órgãos federais como Ministérios da Agricultura, da Justiça, da Fazenda, Previdência Social, Delegacias da Política Federal, da Receita Federal, universidade, hospital de alta complexidade, um comércio mais forte e variado – e também a sede dos principais órgãos de articulação dos movimentos sociais (FVPP, Movimento Xingu Vivo para Sempre, Movimento de Mulheres Cidade e Campo etc.) influenciando uma população de cerca de 290 mil habitantes (IBGE, 2007) da região da Transamazônica e Xingu.

Concentra também o maior número de veículos de comunicação - mais da metade dos meios de comunicação de massa estão localizados em Altamira e em termos de televisão, os únicos canais que produzem informação local ou cobrem de alguma forma, ainda que precariamente, os acontecimentos da região estão ali sediados.

Ilustração 1: O Campo midiático na Transamazônica



Fonte: Anatel/ SRD (2010) e dados de campo (2008/2009).

Nas demais cidades ao longo da rodovia da Transamazônica o que existem são repetidoras dos sinais de grandes redes de comunicação, somente as antenas, sem nenhum esquema de produção de informação local ou regional.

Ou seja, se algum fato com valor de notícia¹⁶³ acontece em algum ponto da região que detém uma área total de cerca de 250 mil km², é a partir de Altamira que as informações serão produzidas para ir ‘para fora’. Essas informações, ainda que limitadas em termos de conteúdo por motivos diversos (falta de infra-estrutura, problemas de formação profissional, orientação editorial parcial), não circulam dentro da região, entre os municípios. No caso das TVs isso é mais evidente, já que o alcance das retransmissoras é normalmente local e seus sinais não costumam chegar aos municípios vizinhos, em especial na área rural. Isso faz com que haja uma quantidade enorme de antenas parabólicas espalhadas pelos travessões da rodovia, levando aos colonos da Transamazônica informações diretamente produzidas nas ‘cabeças de rede’¹⁶⁴, sediadas no eixo Rio-São Paulo.

¹⁶³ Notícia aqui entendida como “relato de fatos ou acontecimentos atuais, de interesse e importância para a comunidade e capaz de ser compreendido pelo público” (RABAÇA e BARBOSA, Dicionário de Comunicação, 2001, p. 513).

¹⁶⁴ Emissora de rádio ou televisão responsável pela geração de programas transmitidos por mais de uma estação (rede) num sistema de radiodifusão (RABAÇA; BARBOSA, 2001, p.88)

Na verdade, as antenas parabólicas formam hoje uma espécie de *kit básico* de comunicação entre os colonos da Transamazônica: *moto* para vencer os caminhos esburacados ou enlameados da estrada e vicinais; *rádio* de pilha na cozinha para ouvir a programação da emissora com melhor sinal, na maior parte das vezes emissoras ‘de longe’; *antena parabólica* no telhado para fugir da programação única da repetidora local ou porque nenhum sinal de retransmissoras da região chega ali, e mais recentemente, o *celular*, que já funciona na maior parte da área urbana dos municípios, mas somente em alguns pontos da zona rural, e ainda assim exige muita ginástica para se conseguir telefonar. Como só funciona em alguns pontos mais altos do terreno, é comum encontrar pelas vicinais pessoas paradas no alto de morros ou até mesmo em cima de árvores tentando falar ao celular.

Com as rádios isso já é em parte diferente, a única rádio privada AM de Altamira e região, a Rádio Rural da Transamazônica é ouvida principalmente na zona rural de vários municípios, de Pacajá (a 168 km de Altamira sentido Marabá) a Brasil Novo (a 56 km sentido Itaituba). Já a única FM comercial, Vale do Xingu, também chega a outros municípios, porém de forma mais restrita. A emissora do mesmo grupo em Ondas Tropicais, Rádio Jornal da Transamazônica que teria um alcance capaz de atingir a todos os municípios da região, e que funcionou nos anos 80, está fora do ar desde 1989 e ainda que com planos de ser reativada, continuava da mesma forma, sem operar, no momento desta pesquisa. Já as rádios comunitárias estão obrigadas a funcionar, por força de lei (9.162/98), com baixa potência (25 wats), antena de 30 metros e alcance de 1 km de raio, o que dependendo da topografia não ultrapassa os limites de um bairro ou no máximo fica restrito à sede do município. Também não podem formar redes coligadas e assim não se constituem em veículos de comunicação operativos de caráter regional e mesmo localmente, muitas vezes, enfrentam problemas de funcionamento e transmissão, seja pelas amarras legais, seja por conjunturas locais.

Tais exigências ‘legais’ acabam por gerar um paradoxo na região. Em seis dos nove municípios ao longo da Transamazônica, não existe nenhum outro veículo de comunicação de massa instalado a não ser a emissora comunitária, ou seja, nesses municípios o único meio local de comunicação com potencialidade para produzir informação sobre a realidade do lugar, promover a cultura local, gerar interação e abrir espaço para as manifestações da comunidade local são as rádios comunitárias (tabela 5).

Tabela 5: Meios eletrônicos de comunicação existentes nos municípios ao longo da Transamazônica e distribuição da população

Município	Meios de comunicação								População (Censo 2010)		
	RTV	FM	AM	OT	Radcom	Jornal	Revista	Total	Total	Rural	%RURAL
Altamira	6	1	1	1	2	1	2	13	105.030	14.962	14,20%
Anapu					1			1	20.493	10.653	51,90%
Brasil Novo					1			1	17.960	11.048	61,50%
Medicilândia					2*			2	27.442	17.820	64,90%
Pacajá					1			1	40.052	26.300	65,60%
Placas					1*			1	23.930	19.074	79,70%
Rurópolis		1			1			2	44.720	20.315	45,42%
Uruará	1	1			1			3	40.068	24.793	61,80%
Vitória Xingu					1			1	13.480	8.119	60,22%
Total	7	3	1	1	11	1	2	25	333.175	153.084	45,90%

Fonte: Anatel/ SRD (2010) e coleta de informações na região e IBGE (Censo 2010). Nota: RTV- Retransmissora de TV; Rádio em Frequência Modulada (FM); Rádio em Amplitude Modulada/Ondas Médias (AM); Rádios em Ondas Tropicais (OT); Radcom – Rádio Comunitária.*Uma emissora de Medicilândia e a Radcom de Placas estão com processos parados do Minicom, fechadas pela Anatel e Polícia federal em 2008 e 2009 estão fora do ar.

Esses municípios são justamente os que apresentam o maior percentual de seus habitantes nas áreas rurais, isolados muitos meses ao longo do ano nos períodos de chuvas¹⁶⁵ pelas condições precárias de acesso e onde em geral se carece de rede de energia elétrica. De forma geral, segundo informações da Secretaria estadual da Agricultura (SAGRI-XINGÚ), apenas 35% da área rural dos municípios da região possuía energia elétrica ao final de 2008. A exceção era Brasil Novo, onde 95% do município já tinha cobertura de energia elétrica.

Isso significa que nas áreas rurais, onde apesar da tendência crescente de urbanização ainda se concentra a maior parte da população dos municípios da Transamazônica (61,3%), o único meio de comunicação de massa pelo qual a população do interior ainda é capaz de receber notícias é o rádio de pilha, que prescinde de energia elétrica. No caso em questão, porém, os aparelhos de rádio nas localidades mais isoladas finda por transmitir não a programação de rádios comunitárias - único veículo existente em cerca de 70% dos municípios da região, a não ser que estas burlem a lei – mas sim emissoras de longo alcance.

¹⁶⁵ Em virtude do tamanho do território do município (159.696 km²), Altamira apresenta clima equatorial de dois tipos - Am e Aw, da classificação de Köppen. O primeiro, predominante na parte norte do município, por onde passa o traçado da rodovia BR 230, apresenta temperaturas médias de 26°C, e precipitação anual, girando em torno de 1.680 mm, sendo os meses mais chuvosos entre dezembro a maio e os menos chuvosos, de junho a novembro. O segundo tipo, ao sul, é o Aw – onde o clima equatorial passa por uma transição até alcançar o tipo savano, onde o excedente de água ocorre entre fevereiro e abril e a menor quantidade de chuva, em setembro. (IDESP, 2006)

Importante também dizer que em termos das novas tecnologias de informação e comunicação, que envolvem o uso da internet, a região da Transamazônica está longe de viver uma realidade de inclusão digital. Mesmo na área urbana de Altamira, onde diversos (8) provedores de acesso à internet (Serviço de Comunicação Multimídia-SCM) estão autorizados pela Anatel¹⁶⁶ - a rede global de computadores é muito instável. A tecnologia que poderia potencializar o fluxo de informações, contribuindo para a troca de informações, mobilização e organização dos atores sociais da região, bem como servir de ferramenta importante a divulgação de fatos e eventos regionais relevantes entre os municípios e para fora da região, funciona apenas algumas horas do dia¹⁶⁷. Nos demais municípios, grande parte do serviço oferecido ao consumidor é feito por “internet pirata”, ou seja, por provedores clandestinos de internet, algumas vezes fechados pela Anatel e Polícia Federal por prover e vender sem autorização conexão com a WEB (WWW) via antena de rádio¹⁶⁸.

Do ponto de vista da internet pública, o programa do governo do Pará de inclusão digital Navega Pará, segundo informações em seu sítio¹⁶⁹, chegou à região em 2008/2009, interligando com acesso à banda larga instituições (órgãos municipais, instituições de ensino superior e pesquisa) em três municípios da região (Altamira, Pacajá e Uruará). Também instalou infocentros (locais públicos de acesso à internet) em algumas escolas e centros comunitários de quatro municípios da Transamazônica (Altamira (6), Pacajá (2), Rurópolis (3) e Uruará (2)). No entanto, mesmos esses avanços pontuais, acessíveis a públicos dirigidos, estão presentes somente nas áreas urbanas dos municípios. Duas preocupações, nesse sentido, acompanhavam as discussões locais sobre o programa do governo: a ausência da rede no interior dos municípios e a manutenção dos equipamentos da rede na região. Durante a semana que passamos em campo em Rurópolis (março/2009) o infocentro instalado na escola estadual do município permaneceu fora do ar por problemas técnicos. Como suporte à comunicação comunitária, somente uma das rádios comunitárias da região firmara até então parceria com o programa do governo para ter acesso ao sinal da internet.

¹⁶⁶ O provimento de acesso à Internet via radiofrequência, atividade popularmente conhecida como "Internet via rádio", necessita de autorização da Anatel e esta não é gratuita. Para explorar o Serviço a empresa deve pagar o PPDESS - Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações - no valor de R\$ 9.000,00 mais taxas (Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI e a Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF), mais contribuições para o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL (ANATEL, 2010)

¹⁶⁷ Opinião de consenso entre mais de duas dezenas de pessoas ouvidas (em fevereiro e março de 2009) na cidade, ligadas à comunicação e aos movimentos sociais na região.

¹⁶⁸ Entrevista com o delegado da Polícia Federal em Altamira, Alexandre Dutra, em 20.02.2009.

¹⁶⁹ Programa Navega Pará - <http://www.navegapara.pa.gov.br/>

a) Mão de obra pouco qualificada e insuficiente

Mas se os fluxos de informação na região são limitados, num primeiro momento pelo alcance restrito dos veículos diante das grandes distâncias e pela precária infraestrutura da rede física de estradas, de eletrificação rural e de internet, gritante também é a precariedade na produção dessa informação, entre outros motivos, pela quantidade e formação dos recursos humanos que atuam nas tarefas de produção de notícias.

Quatro das seis retransmissoras de TV existentes na cidade (TV Vale do Xingu-SBT, TV Altamira-Record, TV REDE TV e TV da Prelazia do Xingu-Canção Nova) produzem noticiários diários e chegam a enviar notícias sobre fatos locais e regionais para as edições estaduais e por vezes nacionais das redes que retransmitem, porém o número dos profissionais em todas as organizações fica muito aquém das demandas e a formação na quase totalidade não passa do segundo grau completo.

. A televisão do grupo Vale do Xingu, que retransmite o SBT, por exemplo, é a que tem a maior equipe numericamente falando, porém também o maior volume de produção noticiosa para colocar ‘no ar’: são quatro equipes (repórter + cinegrafista), para produzir dois noticiários (total de 60 minutos diários) e enviar matérias para a edição de Belém, cobrindo a princípio Altamira e toda a região do Xingu (10 municípios). Não existe no departamento de jornalismo da empresa a figura do pauteiro, ou seja, aquele profissional responsável pela primeira etapa de apuração e produção da informação do que pode virar notícia¹⁷⁰, tudo quem faz é o repórter em “ronda” diária.

A TV Altamira, da Prefeitura Municipal, que retransmite a Rede Record, possui um noticiário diário (30 minutos) e enviam diariamente de uma a três matérias sobre fatos da região para a edição estadual e com muita frequência “emplacam” matérias nacionais; também possui quatro equipes para cobrir toda a região e a única jornalista formada da cidade¹⁷¹. Ambos os grupos, Vale do Xingu e a TV da Prefeitura, remuneram seus profissionais com os piores salários da cidade - um profissional na função de repórter nestas duas emissoras recebia na época menos de um salário mínimo e meio, metade do que paga a TV da Prelazia do Xingu, Canal 3, retransmissora da Canção Nova¹⁷².

¹⁷⁰ Entrevista com Gutemberg Teixeira da Cruz, coordenador do departamento de Jornalismo do Grupo Vale do Xingu. (Entrevista em 18.02.2009).

¹⁷¹ Entrevista com Wilson Soares de Oliveira, Diretor da TV Altamira. (Entrevista em 18.02.2009).

¹⁷² O salário pago à repórteres nas emissoras do Grupo de Comunicação Vale do Xingu e da TV Altamira eram em fevereiro de 2009 de R\$ 600,00. A jornalista formada recebia a remuneração de R\$960,00. Já na TV da Prelazia do Xingu, a remuneração média é de R\$ 1.200,00, podendo chegar a R\$1.400,00 para repórteres mais experientes e R\$ 1.600,00 para editor, valores compatíveis com o piso inicial de repórter profissional em Belém. O piso de repórter em São Paulo, capital, para repórter de TV em 2009 era de cerca de R\$ 2,500,00. Informações

Por sua vez, a TV Liberal Altamira que retransmite a programação da rede Globo não possui sequer noticiário local nem tampouco departamento de jornalismo e dentre os quatro profissionais (dois repórteres e dois cinegrafistas) que realizam a cobertura dos fatos da região para enviar para a edição estadual, nenhum deles é jornalista formado¹⁷³. Já as emissoras de rádio não possuem departamento ou equipes de jornalismo próprias. A FM 93,5, a mais ouvida, utiliza as informações locais produzidas pela TV do mesmo grupo, Vale do Xingu; e a única AM da cidade, a Rádio Rural também não tem equipe especial para a produção de notícias locais. O principal programa de informações dessa emissora fica por conta do próprio dono da rádio, o radialista João Matogrosso, responsável pelo horário diário da madrugada onde passa informes e recados resultados da ronda que ele mesmo faz pessoalmente em hospitais e delegacias da cidade. No meio dia, coloca no “ar” programação noticiosa da Rádio Nacional da Amazônia.

Nas áreas mais isoladas da região, a notícia local dificilmente chega, seja por TV ou rádio. As únicas emissoras a serem sintonizadas no rádio ligado antes de sair para o trabalho da lavoura ou coleta, pendurado na árvore ao lado da roça ou na cozinha ao final do dia, são nesses locais mais distantes em geral emissoras em irradiação de ondas de longo alcance, ondas curtas (OC) ou tropicais (OT). Dentre essas, pelos relatos que ouvimos em vários municípios, a mais ouvida continua sendo a Rádio Nacional da Amazônia¹⁷⁴ como já nos anos 70, quando não havia ainda meios locais na região da Transamazônica.

5.1.1 A formação do campo midiático na Transamazônica

Quando começa a colonização na Transamazônica, em 1970, com as primeiras máquinas chegando para abrir a rodovia que seria vista da Lua, Altamira era uma pequena cidade à beira-rio, com pouco mais de quatro ruas, sem energia elétrica, nem telefone, o correio era difícil chegar e a televisão ainda era uma novidade pouco comentada entre os pouco mais de 15 mil habitantes, a maior parte (70%) vivendo na área rural do município de território gigantesco, o maior do país, cerca de 160 mil km². A primeira retransmissora de TV iria começar a operar na região no final daquela década – segundo relatos, em 1977 em

obtidas nas entrevistas com os diretores de Jornalismo dessas emissoras e os sítios dos Sindicatos dos Jornalistas do Pará e de São Paulo.

¹⁷³ Informações fornecidas por um dos repórteres da TV Liberal Altamira que após se queixar das condições de trabalho e das exigências da rede pediu para não revelar seu nome. (Entrevista em 20.02.09)

¹⁷⁴ A Rádio Nacional da Amazônia foi criada em 1977 pelo governo militar. Atualmente ela integra a rede de emissoras públicas da EBC, Empresa Brasileira de Comunicação, que veio substituir a antiga Radiobrás. Opera em Ondas Curtas, nas frequências OC 11.780 KHZ e OC 6.180 KHZ.

Altamira¹⁷⁵, antes mesmo da TV Tapajós em Santarém¹⁷⁶ (1979) - e durante muitos anos iria retransmitir uma programação única, como pretendiam os militares – primeiro a Rede Tupi até 1980, quando a rede foi extinta, e depois a Rede Globo. Toda a programação era gravada em vídeo-teipe e enviada do Rio de Janeiro e São Paulo por avião para as capitais da Amazônia e de lá para as outras cidades da região. Ainda em 1982, somente o Jornal Nacional era retransmitido ao vivo e os poucos aparelhos existentes nos domicílios urbanos das cidades-pólo viravam motivo de reunião da vizinhança. A primeira antena parabólica que hoje é artigo comum nos travessões na Transamazônica teria chegado em 1978, direto de uma fábrica do interior de São Paulo (Pirassununga) trazida por um avião Búfalo da FAB¹⁷⁷.

O rádio, por ser acessível, prescindir de energia elétrica e já fazer parte dos hábitos do brasileiro desde os anos 40, era o principal meio de comunicação para os moradores da região, grande parte deles migrantes recém-chegados, vindos de várias regiões do país, migrantes trazidos nas ondas da ‘colonização dirigida’ do regime militar. As rádios mais ouvidas eram emissoras que falavam de muito longe, com potência de longo alcance (em Ondas Curtas ou Ondas Tropicais), em especial as rádios Nacional de Brasília e depois a Nacional da Amazônia, ambas integradas a Radiobrás, que mantinham programas específicos para o interior da região amazônica, com informações dirigidas ao público dessas localidades, mas que se consistiam basicamente em recados e avisos entre familiares distantes. O sucesso de alguns programas era tamanho que os locutores dessas emissoras estatais chegavam a fazer caravanas de shows pelo interior da região, alguns deles estrategicamente contratados por órgãos do governo para coincidir com eventos dos movimentos sociais e assim esvaziar as manifestações¹⁷⁸.

Também na virada da década de 1970, as duas emissoras de rádio mais antigas do Pará, Rádio Clube e Rádio Marajoara¹⁷⁹ mantinham programas voltados ao interior do Estado. Da Rádio Clube, por ondas médias (OM), chegava o *Mensageiro do Interior* e, na Marajoara, por ondas curtas (OC), o *Alô, Alô Interior*, importantes programas de recados e mensagens entre ouvintes da capital e do interior do Estado. No entanto, é preciso lembrar,

¹⁷⁵ A TV Altamira, da Prefeitura da cidade, entra no ar em 1977, porém sua outorga é de 1983 (SRD/ANATEL)

¹⁷⁶ A Rádio e Televisão Tapajós de Santarém, ao contrário, recebe a concessão para retransmissão dos sinais da TV Globo em 1976, porém segundo relatos (FESTA, 1986) teria começado operar somente em 1979.

¹⁷⁷ Entrevista João Matogrosso, radialista pioneiro na região, proprietário da Rádio Rural AM, primeira emissora de rádio de Altamira, que forma juntamente com a TV Líder (Rede TV) o Sistema Matogrosso de Comunicação.

¹⁷⁸ Em entrevista à Regina Festa em outubro de 1981, líderes do STR de Santarém relatam um episódio em que o INCRA de Rurópolis teria promovido a vinda de dois famosos locutores na época – Edelson Moura e Marcia Ferreira, que comandavam o programa “Pergunte o que quiser” da Rádio Nacional de Brasília, o mais ouvido pelos agricultores da Transamazônica que ia ao ar entre 5 e seis da tarde – justamente nas vésperas de um ato público que estava sendo organizado pelo sindicato. (FESTA, 1986:8)

¹⁷⁹ Fonte: O Pará nas Ondas do Rádio (<http://www.oparanasondasdoradio.ufpa.br>).

estes veículos estavam sob controle da censura e eram produzidos por empresas privadas vinculadas ao governo ou que, para manter suas concessões, eram coniventes com o regime.

a) A pioneira

A primeira experiência de rádio feito na Transamazônica da qual se tem lembrança chamava-se Rádio Pioneira¹⁸⁰, uma emissora de curto alcance que teria sido colocada no ar em 1966 por um técnico de eletrônica que consertava aparelhos de rádio, Orlando Araújo da Silva. Ele resolveu construir um transmissor com peças usadas para irradiar para os domicílios da cidade os shows de calouros que aconteciam no palco do único cinema da cidade na época, chamado Cine Cleide. A emissora teria funcionado¹⁸¹ durante uma década, fechando em 1975 ou 76.

Outra experiência antiga de comunicação local em Altamira foi a de um sistema de “boca de ferro” (alto-falantes), que funcionava já em 1975 no mercado municipal a anunciar as novidades das casas comerciais e a oferecer música aos ouvintes/transeuntes. Trazia como novidade, em discos de 78 rotações, a música sertaneja para uma região que ainda vivia sob o ritmo da cultura do carimbó e do sirimbó¹⁸². O sistema de rádio-poste foi montado por João Alves Filho, baiano de Caitité, mecânico de automóveis de formação, locutor com experiência de microfone na Rádio Guararapes do interior paulista nos anos 50. Comerciante de gado no Centro-Oeste, João Alves ficou famoso na cidade de Altamira como João Matogrosso, apelido que adota antes de se lançar candidato na primeira eleição para prefeito da cidade, em 1988, depois que a região deixa de ser considerada Área de Segurança Nacional.

João Matogrosso torna-se também proprietário da primeira emissora de rádio oficialmente instalada em Altamira, a Rádio Rural da Transamazônica (AM 670 KHz), em dezembro de 1982. O processo de sua concessão já iria revelar com clareza a formação do jogo de forças políticas que constitui o campo midiático de Altamira que, como centro comercial, político, administrativo e comunicativo da Transamazônica, provoca rebatimentos em toda a região.

¹⁸⁰ Entrevistas com Euclides Coelho da Cunha Filho (em 12.02.2009) e com Cléo Soares (19.02.2009), antigos radialistas em Altamira.

¹⁸¹ Cléo Soares, radialista atualmente da Rádio Rural da Transamazônica foi o primeiro comunicador da Rádio Pioneira, montada por um técnico em eletrônica de nome Orlando Araújo da Silva, já falecido.

¹⁸² Entrevista com João Matogrosso, em 14.02.2009.

5.1.2 Feudo político e alianças no “balcão” das concessões

A história da primeira emissora de Altamira começa em 1977, quando da visita do então presidente João Figueiredo à cidade, por ocasião da 1ª Feira Agropecuária de Altamira. A visita havia sido articulada por João Matogrosso, que fundara a Associação Rural de Altamira e conseguira apoio do governo militar para a construção do Parque de Exposições da cidade. O então ministro das Comunicações, Haroldo Correa de Matos fazia parte da comitiva presidencial e é nessa ocasião que o anfitrião João Matogrosso, um apoiador entusiasmado e homem de confiança do regime militar na região, lhe fala da importância de uma rádio em Altamira.

Em 1978 o edital para uma emissora AM (ondas médias) é aberto, porém João Matogrosso perde a concorrência - haviam alegado falta de um documento pessoal no processo - mas não desiste. Recorre a seu padrinho em Brasília. Na ocasião, haviam dois grupos políticos claramente definidos na cidade, um apoiado pelo então governador, Alacid Nunes e outro pelo então senador Jarbas Passarinho. Ambos militares de carreira e integrantes da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), ainda assim rachavam o poder político no Estado do Pará. João Mato Grosso fazia parte do grupo de Passarinho, com forte trânsito em Brasília. No outro grupo, apoiado por Alacid, estava um jovem político, Domingos Juvenil, que vindo da Arena, havia sido prefeito de Altamira indicado pelo regime (1975-1977), e seria reeleito em 1978 como deputado estadual, agora pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Justamente quem havia ganho a concorrência do edital para a rádio de Altamira.

Assim que é procurado por João Matogrosso, Passarinho recorre ao então ministro das Comunicações que por sua vez cancela o edital em questão e abre um novo. João Matogrosso volta a concorrer, porém com alterações no projeto inicial – a emissora que originalmente tinha o nome de “A Voz Agrícola de Altamira”, passa se chamar “Rádio Rural da Transamazônica” – agora em nome de três pessoas de sua confiança. Desta vez, ele ganha a concorrência. Depois de um período de trâmites jurídicos e técnicos, em 15 de setembro de 1982 é assinado o contrato de convênio entre a nova emissora com o então Dentel. A Rádio Rural, única emissora AM de Altamira e da região até hoje, entra no ar em 29 de dezembro do mesmo ano, apontando com nitidez o quanto os arranjos em Brasília sempre foram essenciais na definição das concessões de radiodifusão que beneficiam grupos de poder no país.

João Matogrosso, que se elegeu vereador da cidade pelo PMDB¹⁸³ em dois mandatos (1992 e 1996¹⁸⁴), possui hoje, além da Rádio Rural, um canal de retransmissão de TV arrendado, canal 25, retransmissor da Rede TV, enquanto espera a licença do canal 21, concessão já outorgada pelo Ministério das Comunicações ao Sistema Matogrosso de Comunicação¹⁸⁵. Sua proximidade política no momento é com o grupo da prefeita Odileida Maria de Souza Sampaio, que inclusive mantém um programa diário na Rádio Rural chamado, “Bom Dia, Prefeita”. Em seu segundo mandato pelo PSDB, a prefeita, por sua vez, também mantém laços políticos com um outro grupo de comunicação na cidade, o Grupo Mansour de Comunicação, de propriedade de Manoel de Jesus Mansour Abucater - vereador pelo PSDB (2000) e secretário de Obras durante a primeira gestão da prefeita - detentor do canal 19, que aparece nos registros da Anatel já com outorga emitida aguardando licenciamento, como retransmissor da Rede Record. No momento, porém, que esta pesquisa estava em campo, o canal 19 estava retransmitindo a BAND em fase experimental. Quem retransmite a Rede Record na cidade, é na verdade a televisão da Prefeitura Municipal de Altamira, Canal 6, a mais antiga retransmissora de televisão da região¹⁸⁶.

A TV Altamira, como é conhecida, primeira retransmissora de sinais de televisão na Transamazônica e do interior do Pará, foi montada pelo então prefeito da época com recursos do comércio da cidade e começa a operar em 1977, retransmitindo a programação da TV Tupi de São Paulo. O prefeito indicado na época era Domingos Juvenil, que consegue a concessão e coloca a emissora no ar. Em 1981 a TV vinculada à Prefeitura assume a retransmissão da Globo, permanecendo até 1988, quando assume então a programação da CNT e mais recentemente da Record¹⁸⁷.

Entre 1988 e 1990, já como deputado federal pelo PMDB, Domingos Juvenil irá receber a concessão dos três veículos que formam a sua própria rede de comunicação, a mais forte da região, que inclui a Rede de Rádio e Televisão Vale do Xingu – uma FM (93,1 KHz), com a maior audiência e maior infra-estrutura na cidade, uma OT (Rádio Jornal da Transamazônica¹⁸⁸) e uma RTV (TV Vale do Xingu), Canal 4, retransmissora do SBT, a

¹⁸³ Nessa época o governo do Pará era ocupado por Jader Barbalho, do PMDB (1991-1994).

¹⁸⁴ No segundo mandato, João Matogrosso presidiu a Câmara dos Vereadores de Altamira.

¹⁸⁵ Fonte de informações: Sistema de Controle de Radiodifusão (SRD) da Anatel (www.sistemas.anate.gov.br/srd/). Acessado em janeiro de 2011.

¹⁸⁶ A outorga da RTV Prefeitura Municipal de Altamira, segundo os registros do Sistema de Controle de Radiodifusão da Anatel (SRD) é de 06 de Abril de 1983.

¹⁸⁷ Informações de Cléo Soares, primeiro diretor da TV Altamira a partir de 1977, onde permaneceu até 1983. (Entrevista concedida em 19.02.2009)

¹⁸⁸ A Rádio Jornal da Transamazônica, segundo relatos de comunicadores da região teria iniciado suas operações em 1981, antes do registro existente da sua outorga (SRD/Anatel), e teria funcionado até 1989, quando deixou de

mesma rede de seu principal aliado político no estado, o ex-deputado, ex-governador, ex-senador, ex-ministro Jäder Barbalho, proprietário do Sistema RBA (Rede Brasil Amazônia de Comunicação), o segundo maior grupo de comunicação do Pará.

Outra retransmissora importante no campo da comunicação de Altamira e região é a TV Liberal, canal 13, afiliada à Rede Liberal, por sua vez afiliada à Rede Globo. A Rede Liberal integra uma empresa familiar, a ORM (Organizações Rômulo Maiorana), o maior grupo de comunicação do Pará, concorrente da rede de comunicação da família Barbalho, que mantém tradicionalmente alianças políticas com o outro grupo de poder político no Pará, comandado durante muitos anos por Almir Gabriel e mais recentemente por Simão Jatene (PSDB). Entretanto, a TV Liberal Altamira, que retransmite a programação da Globo no município é administrada por pessoas próximas¹⁸⁹ à Jader - o ex-prefeito pelo PMDB, Armino Denardin (1989-1992), grande empresário do ramo de revendedora de automóveis¹⁹⁰. Denardin, assim como Mansour e Juvenil¹⁹¹ fazem parte do grupo político de Jäder Barbalho, inclusive foram todos indiciados pelo Ministério Público por desvios de recursos da SUDAM no escândalo que levou à renúncia de Jader no Senado em 2001 e que nas últimas eleições, pelo efeito da Lei da “Ficha Limpa” o tornou inelegível.

É possível perceber dessa forma que o que se iniciou nos anos 70 como dois grupos políticos, ainda que originados de um mesmo partido (ARENA), influenciando os arranjos para a criação dos meios de comunicação em Altamira se transformou num único feudo político em torno de uma figura de poder, porém vinculado menos por questões partidárias, mas sim a interesses privados (e seus impactos) sustentados pela manutenção do poder político/midiático na região. Entre os interesses privados que orientam como pano de fundo aquilo que é e como é tornado público por esses veículos de comunicação está a *extração de madeira* na região, muitas vezes, ilegal (setor que em 2009 se encontrava em franco recuo diante das ações de fiscalização do governo federal na região¹⁹²); a *pecuária*

irradiar. Em conversas com a gerência da rede Vale do Xingu, a informação no momento desta pesquisa (fev. 2009) era de que a emissora em OT do grupo iria ser reativada.

¹⁸⁹ Elci e Miguel Salchuck são os diretores da emissora Liberal em Altamira, porém o que todos os entrevistados ligados ao setor de Comunicação da cidade afirmam é que a retransmissora da Globo seria propriedade do ex-prefeito Denardin.

¹⁹⁰ Denardin é fundador do Grupo Mônaco, rede de revendedoras Wolkswaven, com concessionários nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. É tido como o homem mais rico da região.

¹⁹¹ Revista Época: “Rastros da Propina”. Edição 172, 03/09/2001-<http://epoca.globo.com/edic/20010903/brasil3a.htm>; “Destino Selado”, Isto É Edição 1968, 19/09/2001: (http://www.istoe.com.br/reportagens/41219_DESTINO+SELADO), e “Procurador denuncia máfia de Altamira. Esquemas envolviam a Sudam” site Amigos da Terra, publicado em Amazônia.Org: <http://www.amazonia.org.br/noticias/print.cfm?id=6199>)

¹⁹² As ações de fiscalização da Operação Arco de Fogo, realizada pelo Ibama, Forças Nacionais e Política Federal começaram em 2008. Somente no ano de 2009, a operação multou 881 serrarias e carvoarias na

extensiva (são mais de 1,5 milhão de cabeças de gado na microrregião de Altamira¹⁹³), historicamente responsável por desmatamento e pelos conflitos fundiários¹⁹⁴ e, mais recentemente, a *defesa de Belo Monte* e o que a construção e o funcionamento do complexo hidrelétrico pode significar para a região e conseqüentemente para os grupos de poder estabelecidos. Tais interesses representam claramente a manutenção do modelo de desenvolvimento que ali chegou há mais de cinco décadas com a política desenvolvimentista de JK, mantida com alguns redirecionamentos pelos militares e até hoje, em seu cerne, inalterada.

Esse arranjo das forças políticas conservadoras na Transamazônica (a partir de seu centro regional, Altamira) com base nas elites econômicas irá se tornar mais complexo e, do ponto de vista do olhar da sociedade e das bases dos movimentos sociais, mais confuso, a partir do momento em que o Partido dos Trabalhadores (PT) chega ao poder (Eleição presidencial, 2003) amarrado a uma aliança nacional com o PMDB que se repete regionalmente (Eleições para governador, 2006). Na região da Transamazônica isso significou lideranças que emergiram da luta dos movimentos sociais estarem lado a lado com adversários históricos sob o constrangimento de, em nome da governabilidade, adotar um abrandamento de posições aparentemente incompatível com sua trajetória.

Jader Barbalho, por exemplo, era governador do Pará (1982-1985) quando no início dos anos de 1980 o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST) foi à Brasília em caravana reclamar do abandono da região, inclusive por parte do governo estadual; quando Ministro da Reforma Agrária (1985-1990), ouviu a UDR e não convidou a CONTAG para sua posse e isso quando a base sindical do movimento lutava por reforma agrária na Constituinte. O mesmo personagem político que depois de 2006, em função das alianças eleitorais, passa a ser a principal liderança da base aliada do governo petista. Assim também com Domingos Juvenil, ex-prefeito indicado de Altamira e principal articulador das forças conservadoras na região da Transamazônica, que assume a presidência da Assembléia Legislativa em nome das novas alianças políticas nacionais e estaduais.

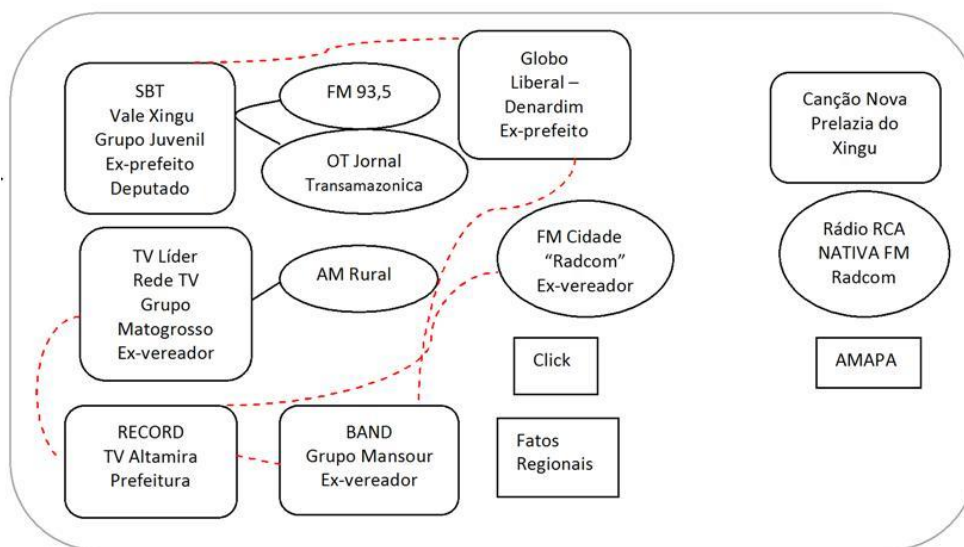
Amazônia e prendeu 222 pessoas por atividades de desmatamento ilegal. (Balanço de Operações/Polícia Federal, Portal Consultor Jurídico, 2009. http://www.taogomes.com/2009_12_23_archive.html)

¹⁹³ Dados do Censo Agropecuário 2006 (IBGE) para os municípios da Microrregião de Altamira (Altamira, Anapú, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingú.

¹⁹⁴ Conflitos fundiários envolvendo grilagens, invasão de terras indígenas e avanços no desmatamento são motivo de embates permanentes na região, que já resultaram em muita violência e morte, dentre elas da irmã Dorothy Stang (12 de fevereiro de 2005) missionária católica que vivia desde os anos 70 na região engajada na luta contra a grilagem de terra. No momento articulava um novo modelo de assentamento sob bases sustentáveis (PDS) no município de Anapú.

Do outro lado do campo midiático, os únicos veículos em Altamira que não fazem parte deste grupo de interesses é a Fundação João Paulo II, Canal 3, que obteve a outorga do Ministério em 2000 e autorização para funcionar em 2003 (Anatel, 2010) e também uma das duas rádios comunitárias licenciadas da cidade, a RCA, Rádio Comunitária Altamira ou Nativa FM, fundada em 1998 a partir da articulação dos movimentos sociais na região da Transamazônica.

Esquema 2: O campo midiático em Altamira



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados de campo (2009) e da Anatel (2010)

Retransmissora da rede católica Canção Nova, pertencente à Prelazia do Xingu a “Tv da Igreja”, como é chamada na cidade, representa o principal espaço de acesso à mídia pelos movimentos sociais de Altamira e região. Constitui-se na voz fundamental na luta contra a construção da usina de Belo Monte e na defesa das populações indígenas. Já a Nativa FM, rádio comunitária sobre a qual falaremos mais detalhadamente na sequência deste capítulo, enfrenta, entre os vários tipos de percalços que normalmente afligem uma rádio comunitária autêntica, aquele que é resultado emblemático do jogo de forças políticas da região e da usual barganha no balcão das concessões de meios de comunicação nos gabinetes em Brasília.

A ARCA (Associação Rádio Comunitária de Altamira) ou Nativa FM, fundada com a participação de 19 organizações populares, entre elas o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica, diversos sindicatos (de professores e trabalhadores na educação, de trabalhadores na agricultura na saúde), movimentos de bairro (Associação de Feirantes e

Mutirão Cidadania) e duas igrejas (Prelazia do Xingu e Igreja Metodista), disputa a mesma frequência radiofônica (104,9 MHz) com outra emissora, a Cidade FM, ou Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Altamira, que obteve a outorga do Ministério das Comunicações como rádio comunitária, mas que na verdade vem a ser uma pseudo comunitária ou rádio “de dono”, sem qualquer vínculo com movimentos sociais na sua origem e no seu funcionamento. “Rotary e Lyons Clube”, segundo a própria diretoria da emissora, seriam suas entidades fundadoras. O “dono” da “rádio comunitária” é o ex-vereador Francisco Marcos Alves do Nascimento, na época em pleno exercício como vereador pelo PL (2000-2003)¹⁹⁵.

“Em termos de concessão não se faz nada sem apoio político. Todo mundo sabe disso” confirma o ex-vereador e “dono” da emissora, o “Marquinhos”¹⁹⁶. Para ajudar a obter a ‘dele’, o então vereador do PL contou com o apoio de um deputado estadual do mesmo partido, Nadir Neves, que na época, já início dos anos 2000, alertava os grupos conservadores da região sobre a abertura de avisos de habilitação para obter concessão de rádios comunitárias na Transamazônica. Militantes dos movimentos sociais afirmam que esta atitude da direita de “pegar carona” na onda das rádios comunitárias era uma tentativa de reação aos avanços das organizações populares que já vinham há alguns anos colocando no ar e tentando a legalização das emissoras comunitárias em vários municípios da Transamazônica. Em maio de 2002, ainda como vereador (quando a Lei 9.162/98 em seu art.11 proíbe sequer vínculo político-partidário) ele participa do Aviso de Habilitação de nº 16 (24.05.2002) aberto pelo Ministério das Comunicações para o município de Altamira. O trâmite do processo de legalização demorou pouco mais de dois anos, tempo recorde para os padrões da burocracia em termos legalização de rádios comunitárias. Um senador pelo PTB, Duciomar Costa, atual prefeito de Belém, também intercedera em Brasília para agilizar o andamento do processo¹⁹⁷.

Em 27 de julho de 2005, é publicado no Diário Oficial o ato da outorga da concessão da Cidade FM. A RCA ou Nativa FM, a outra comunitária, a autêntica, havia dado entrada na documentação junto ao Minicom, quase quatro anos antes (Aviso de Habilitação nº 4 de 18.03.1999) e só veio a obter a outorga no ano seguinte, em 2006. Nesse meio tempo a “comunitária” do ex-vereador já havia garantido formalmente o direito de funcionar no centro

¹⁹⁵ Atualmente Francisco Marcos Alves do Nascimento faz parte do grupo da prefeita Odileida Sampaio do PSDB e foi indicado no atual governo¹⁹⁵ para o cargo de gerente regional da ADEPARA (Agência de Defesa Agropecuária do Pará), em Altamira.

¹⁹⁶ Entrevista Francisco Marcos Alves do Nascimento em Altamira, em 17.02.2009.

¹⁹⁷ Entrevista com Francisco Marcos Alves do Nascimento, o “Marquinhos”, ‘dono’ da FM Cidade, rádio outorgada como comunitária em Altamira (2009).

da cidade, obrigando a RCA a transferir-se para um bairro distante, diminuindo assim consideravelmente seu poder de penetração junto aos ouvintes e sua sustentabilidade financeira.

A Cidade FM de Altamira é na verdade mais um dos muitos casos de rádios “picaretárias” que com o apoio de padrinhos políticos surgem não da iniciativa popular de grupos organizados em busca de canais próprios de comunicação para expressão e exercício da cidadania, mas sim de interesses individuais ou de grupos com ambições políticas, para os quais as rádios são uma oportunidade de fazer negócio e barganha política por voto ou cargo. Esse tipo de emissora representa o “pior” dos dois mundos: se dizem comunitárias para conseguir o bônus de uma concessão por 10 anos de um canal público de radiodifusão sonora e o usam de forma comercial, sem os ônus dos impostos que recaem sobre um canal privado, concorrendo assim deslealmente com ambos os setores.

Em termos de mídia impressa, o que existe em Altamira e circula pela região são quatro publicações de caráter amador: uma revista trimestral (“Click”), voltada para informações turísticas e acontecimentos sociais; dois jornais mensais (“A Notícia” e “Fatos Regionais”) que mais parecem coluna social e política agendada pelas administrações dos municípios da região; e uma espécie de almanaque a princípio também mensal (“Guia AMAPA”), publicado por uma ONG ambiental com informações da agenda de acontecimentos da cidade e curiosidades a partir de informações pesquisadas em revistas de circulação nacional ou na internet. Todas essas publicações, de tiragem e periodicidade incerta, são vendidas nas duas bancas de revista da cidade. Esta última, o Guia Amapa ‘Bons Negócios’, uma publicação da Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento da Transamazônica, em meio a anúncios do comércio local é a única delas que ainda abre espaço para a divulgação de eventos e manifestações organizadas pelos movimentos sociais da região, em especial ligados à questões ambientais. Os demais, não aparentam ter “côr” política, mas no campo da comunicação da região aderem aos grupos de poder político e econômico como espaços pagos de publicização das ações dos prefeitos em exercício ou para a crítica aos desafetos destes¹⁹⁸

¹⁹⁸ A edição de nº 168 do jornal “A Notícia”, por exemplo, de 4 de fevereiro de 2009, numa publicação de 12 páginas dedica três para criticar a gestão passada de um dos municípios da região, outras três para elogiar e entrevistar o novo prefeito eleito do tal município e mais uma inteira para homenagear o aniversário de outro gestor municipal. Outro exemplo é o Jornal “Fatos Regionais”, edição nº 103, de 5 de dezembro de 2008: de suas 12 páginas, oito foram ocupadas por matérias elogiosas a prefeitos da região ou a um deputado estadual que aparece em fotos ou referências em seis das 12 páginas.

5.1.3 Mídiação periférica na Transamazônica: repete-se o modelo concentrador ainda mais intenso e mais precário

O campo midiático na Transamazônica, entendido a partir do contexto dos meios de comunicação de massa existentes, traz elementos claros de um contexto de *mídiação periférica*, conceito desenvolvido neste estudo a partir da idéia de que em regiões periféricas como é o caso da Amazônia e da Transamazônica em específico, onde se desenvolveram processos de modernização a partir de interesses externos, nomeados por Jessé Souza (2003) como “modernização periférica”, repete-se o padrão de concentração de meios e fluxos que se dá em esfera global e nacional, porém acrescido da condição de precariedade ou insuficiência e da relação ainda mais evidenciada de promiscuidade entre mídia e poder.

O modelo de concentração da “propriedade cruzada”, como define Venício Lima (2001), quando um mesmo grupo detém mais de um veículo de comunicação, em geral, TV e rádio, como fator de controle da produção e distribuição de conteúdos, está claramente presente no campo da comunicação de Altamira. Também não deixam dúvidas as relações e alianças políticas entre os grupos de força da região e a prática das concessões de rádio e TV, atreladas ao uso eleitoral dos meios de comunicação, uma prática comum no país que remonta ao tempo de Vargas e se agudiza com os militares e depois na Nova República de Sarney, mas da qual não escapam nem os governos progressistas de FHC e Lula.

Trata-se do fenômeno conhecido como ‘coronelismo eletrônico’, expressão relativamente freqüente na mídia desde 1980, quando começa a ser denunciada pela imprensa a propriedade de meios de comunicação, em especial empresas concessionárias de rádio e televisão, nas mãos de políticos brasileiros, os quais muitas vezes participavam simultaneamente das comissões legislativas que outorgam os serviços e regulam os meios de comunicação no país, como já foi o caso do então senador Jader Barbalho. O termo faz referência à política do ‘coronelismo’ desenvolvida na primeira República por uma elite agrária que dominava o cenário político local por meio da força e da troca de favores.

O ‘coronelismo eletrônico’ que se opera entre o campo da comunicação e da política, claramente evidente na Transamazônica, deve, da mesma forma que o conceito que lhe deu origem, ser entendido como um sistema que é perpassado por uma rede de relações entre poderes locais e federais que pressupõe, sobretudo, um compromisso e uma troca de proveitos entre interesses públicos e privados (SANTOS, 2006), com prevalência dos segundos sobre os primeiros. Nessas regiões mais periféricas, esses ‘coronéis’ deixam de ser

os senadores e deputados federais e passam a ser deputados estaduais, prefeitos, ex-prefeitos e vereadores.

Fica evidente também na região, como afirma Milton Santos (2002) que o lugar onde se mora - no caso da Transamazônica, se ao longo dos travessões da BR 230, no interior das áreas rurais ou nas sedes urbanas dos municípios – contingencia as escolhas e os acessos às tecnologias de informação e comunicação e, portanto, favorece, limita ou, no extremo, impede a possibilidade de inclusão nas redes de decisão. Porém, além da localização geográfica que penaliza duplamente as pessoas que vivem em áreas periféricas; além da concentração e da contaminação imprópria nas relações entre mídia e poder imposta pelo ‘coronelismo eletrônico’ e evidente na região desde os primeiros arranjos em torno das concessões de veículos de radiodifusão; o campo da comunicação na Transamazônica adquire também um caráter precário e improvisado, em certa medida por questões que dizem respeito a ausência ou insuficiência de um *habitus* entre aqueles que atuam nas empresas de comunicação da cidade.

Habitus, apoiado em Bourdieu, vinculado ao significado de uma rotina positiva que implica em alguns princípios transformados em regras do fazer profissional que se automatiza como garantia de manter valor essencial, simbólico, no caso do campo jornalístico, a credibilidade noticiosa. Nesse sentido, a ausência de algumas rotinas estruturantes na produção de informação jornalística, como a falta da figura do pauteiro nas redações dos meios locais, ou a escassa prática das reuniões de pauta, ou no extremo, a ausência do próprio departamento de Jornalismo, como acontece na retransmissora da Rede Globo na região, além da baixa qualificação da mão-de-obra – cerca de 80% dos profissionais atuantes nas empresas de comunicação de Altamira têm apenas o segundo grau completo – são fatores que tendem a comprometer ainda mais a produção de sentidos e significados sobre a região a partir do escasseamento da pluralidade e da crítica, afetando assim, ainda mais, a construção de uma esfera pública ativa e plural na região já comprometida pelo arranjo de forças desigual entre um grupo minoritário que detém os meios de produção na região e também grande parte dos meios de comunicação e os movimentos sociais.

Isso implica, por outro lado, numa tendência e numa necessidade de valorização das outras instâncias constitutivas da esfera pública além da mídia. Na região esse espaço tem sido exercitado, expandido e ocupado pelos movimentos sociais, os novos *mediadores sociais* como coloca Martín-Barbero (2004), desde o final dos anos 70, quando começaram a promover a organização popular em torno de causas coletivas e regionais que

garantissem uma identidade, como fator de (auto)reconhecimento e distinção (HAAL, 2005), em meio à diversidade dos tantos migrantes trazidos com a colonização.

Foi também a partir dessas contingências e limitações - contingências geográficas de acesso e limitações políticas - existentes no campo da comunicação que se formaria nos anos 80 na Transamazônica, que os movimentos sociais definiram a necessidade de tratar a comunicação como fator estratégico e resolveram produzir meios próprios de comunicação e divulgação (jornais, boletins, informativos, cartazes, outdoors etc.) para promover o reconhecimento social e político das bandeiras de luta do movimento e assim se reposicionarem socialmente. Ou seja, a comunicação como questão de fins - da constituição do sentido, da construção e desconstrução da sociedade; e, como questão de meios, como forma de produção de discursos públicos. Jogo pendular entre *socialidades* a acionar e *institucionalidades* a efetivar (MARTÍN-BARBERO, 2004).

Isso foi feito nos anos 80 em função das reivindicações do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica em torno de bandeiras coletivas e integradoras como o asfaltamento da rodovia, a melhoria das condições das vicinais, das condições de saúde e educação dos moradores da região e a expansão de crédito agrícola para a agricultura familiar. Isso vale também para atualidade, quando as bandeiras originais ainda não foram de fato atendidas ou satisfeitas e as novas bandeiras já não são da mesma maneira consensuais entre os atores que formam o movimento. Atualmente, um novo modelo de desenvolvimento, que tem na questão da sustentabilidade sócio-ambiental sua bandeira mais evidente, se configura como o novo discurso a conduzir o movimento regional agora na região ampliada, da Transamazônica e Xingu e em algumas questões, também a BR 163.

É certo também que a questão ambiental, sendo de natureza global, exige que o movimento busque uma readequação de ferramentas midiáticas para conduzir estrategicamente suas bandeiras. Na atualidade são as possibilidades de convergência tecnológica, que as novas mídias digitais e as chamadas redes sociais permitem, os principais suportes do chamado *cyberativismo ambiental*, do qual também se vale na região principalmente o Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS), um coletivo que reúne 250 entidades locais, nacionais e internacionais que busca frear a construção de Belo Monte. Vídeos, sites, abaixo assinados em redes globais, informes, cartas de denúncia ou apoio navegam pela internet em defesa dos territórios e das populações da região ameaçados pela

construção da represa¹⁹⁹. A novas tecnologia de comunicação e informação (TIC) tornam-se para os movimentos na região, em especial em torno das bandeiras ambientais, as ferramentas essenciais na atualidade para estabelecer alianças e gerar visibilidade e redes de apoio externo capazes de ajudar a frear os avanços dos novos projetos de grande impacto planejados pelo governo.

Mas se as novas tecnologias operam estrategicamente as redes e apoio de ‘dentro prá fora’, internamente, entre os municípios da região, em especial nas áreas rurais aonde os moradores virão a ser mais afetados no caso da construção de Belo Monte, computador conectado à internet praticamente não existe. Nesse cenário de midiaticização periférica presente na região, marcado pela precariedade de meios e controle dos fluxos, as rádios comunitárias é que detêm a possibilidade de comunicar. Ainda mais considerando que em grande parte dos municípios, ainda que legalmente com potência restrita (o que muitas vezes não é e nem pode ser atendido sob o risco de ‘falar prá ninguém’), as rádios comunitárias são o único meio local de comunicação existente.

Nesses ambientes periféricos as rádios comunitárias surgem como a possibilidade de experimentar na prática um outro modelo comunicacional que aproxime dialogicamente aqueles que emitem daqueles que recebem as mensagens, ambos interlocutores em geral excluídos do campo midiático como sujeitos da comunicação, mas em geral também marginalizados em outros campos (Econômico, Político, da Justiça, da Saúde, etc.). Tais indivíduos e grupos buscam na organização de meios populares e alternativos de comunicação a possibilidade de contrapor-se ao modelo unidirecional (monológico), vertical (autoritário), linear e hegemônico que ainda mais fortemente domina territórios periféricos. Nessas regiões, como é o caso da Transamazônica, as rádios comunitárias podem vir a constituir-se em meios de reconfiguração da esfera pública, com vistas ao reposicionamento social de certos grupos antes excluídos.

A pergunta é como as rádios comunitárias em funcionamento na região da Transamazônica se posicionam e que papel desempenham neste campo da marcado pela midiaticização periférica. Representam elas de fato uma alternativa de participação popular na comunicação da região ou apenas conseguem repetir em pequena escala os vícios dos grandes meios? São capazes de transmitir outras versões dos fatos, comunicar eventos de interesse da

¹⁹⁹ O movimento *Xingu Vivo para Sempre* em defesa do Xingu e dos povos da floresta possui site na internet, blog, facebook, canal no Youtube, twitter, e dezenas de outros espaços de apoio na rede da web. <http://www.xinguvivo.org.br/quem-somos/> <http://www.facebook.com/group.php?gid=130833970297954> <http://xingu-vivo.blogspot.com/> <http://www.youtube.com/watch?v=oOsUdoq13II>

comunidade e das organizações sociais, divulgar a cultura e o saber local que não aparecem nos grandes meios ou, em função também de um *habitus precário*, como coloca Jessé Souza, submetem-se ao fluxos de informação e sentido predominantemente controlados de ‘fora pra dentro’? Estas são questões centrais que movem este trabalho e que buscaremos responder trazendo, num primeiro momento, mais elementos sobre o conjunto das rádios comunitárias na região e num segundo momento, aprofundando a análise a partir de alguns exemplos destacados para uma observação de seu funcionamento e suas dinâmicas internas em maior profundidade.

5.2 RÁDIOS COMUNITÁRIAS NA TRANSAMAZÔNICA: ORIGEM, REPRESSÃO E LEGALIZAÇÃO

Apesar do território ampliado do movimento passar a incluir os municípios da região do Baixo Xingu, nosso recorte de pesquisa tem como referência o leito da Transamazônica. As rádios comunitárias foco deste estudo fazem parte do território de colonização recente na região Sudoeste do Pará, instaladas ao longo da BR 230 entre Pacajá e Rurópolis, municípios que, em sua maioria, têm pouco mais de duas décadas de existência. Elas surgem na esteira de um dos mais densos e ativos movimentos de organização popular é certo, porém em meio a uma transição de agendas e de condução do movimento regional na Transamazônica. Um momento de distanciamento entre os principais atores – igreja e sindicalismo rural - e de emergência do discurso ambiental e também do caminho político-partidário, portanto um momento crucial para a manutenção das bases sociais ao longo da rodovia.

É nessa perspectiva, animados inicialmente pelo “vôo solitário” e pela “teimosia” de um militante do Partido dos Trabalhadores, figura controversa de nome João Prado²⁰⁰, que começa em 1997 a discussão sobre a instalação de rádios comunitárias entre integrantes dos movimentos sociais da região. Ele levava até lideranças nos diferentes municípios as informações do movimento nacional em franca campanha pela legalização das emissoras que já funcionavam no país²⁰¹. Vários projetos já estavam sendo discutidos nesse

²⁰⁰ João Prado é citado por todos aqueles de alguma forma vinculados ao movimento de rádios comunitárias na região da Transamazônica que reconhecem sua importância para a instalação das emissoras, porém é acusado por muitos de ter, ao longo do tempo, transformado em negócio a abertura de rádios comunitárias. Inclusive, o equipamento inicial usado pela rádio “picaretária” de Altamira teria sido vendido por ele ao então vereador “dono” da rádio.

²⁰¹ Entrevista com João Prado, em 03.07.2011.

sentido no Congresso Nacional, as pressões da bancada parlamentar pela Democratização da Comunicação aumentava e, apesar da reação dos empresários do setor, tudo indicava que o governo FHC não demoraria a liberar o funcionamento das rádios comunitárias no país. A hora era de aumentar as pressões e colocar mais rádios comunitárias no ar, fosse por uma questão ideológica ou instrumental para as forças de esquerda.

Uma cartilha do Diretório Estadual do PT no Pará, organizada por João Prado e Lenir Trevisan (1997), trazia todas as informações necessárias para implantar uma rádio comunitária, inclusive com a lista de equipamentos básicos de transmissão e estúdio com alternativa de potência e preço. Na época, o equipamento completo mais simples ficava em torno de R\$ 4 mil reais segundo a tabela da cartilha, um valor alto para os movimentos sociais considerando que o salário mínimo na época, em moeda de hoje, estava em torno de R\$120 reais. Para bancar os custos, em cada município formava-se uma comissão para arrecadar os recursos para a aquisição dos equipamentos, mas também propor o estatuto da associação e convocar uma assembléia para sua fundação com a participação de várias entidades representativas da sociedade civil. Participaram da fundação das emissoras da região várias igrejas (Católica, Assembléia de Deus, Adventista, Luterana, Metodista, Batista), sindicatos, cooperativas, movimento de mulheres, porém o maior incentivo na fundação das rádios na Transamazônica foi dado pelas paróquias, associações e sindicato dos trabalhadores rurais - STR (FVPP, 2007).

No prazo de dois anos sete emissoras foram colocadas no ar pelos movimentos sociais: Uruará (1997), Rurópolis (1997), Altamira (1998), Brasil Novo (1998), Medicilândia (1998), Pacajá (1999) e Anapú (1999). No ano seguinte seria instalada a emissora de Vitória do Xingu, município já á beira do Rio Xingu, muito próximo do leito da rodovia. Mais recentemente, duas outras emissoras foram criadas, uma segunda em Medicilândia, no Distrito União da Floresta, Km 120 (2003) e outra em Placas (2004), último município a ser emancipado na região.

Estas duas últimas estão fora do ar e seus processos foram arquivados junto ao Ministério das Comunicações. Todas as demais se encontram finalmente legalizadas, depois de um longo processo que para a maioria levou uma década e no caso extremo demorou 13 anos. Este o caso da rádio comunitária de Uruará, Fundação Antena Livre FM, a primeira a surgir na Transamazônica, em 1997; deu entrada na burocracia do Ministério em 1999 (Aviso de Habilitação nº 5); recebeu autorização para funcionamento uma década depois, em 2009, e a licença definitiva (LDE), em 2010.

A única exceção quanto ao longo tempo de legalização vem justamente da emissora que se diz comunitária, porém, não se origina nem mantém vínculos com movimentos sociais, a Cidade FM de Altamira (*ver primeira linha da tabela abaixo*), uma rádio “de dono”, que no prazo de apenas dois anos conseguiu iniciar e finalizar seu processo de licenciamento (2002-2004). Outra diferença em relação às demais é a ausência de pendência financeira da Cidade FM junto à Anatel (última coluna da tabela 6).

Todas as demais rádios comunitárias da região já foram fechadas, lacradas - algumas várias vezes - tiveram seus equipamentos apreendidos, muitos dirigentes dessas emissoras foram processados judicialmente e a maioria foi multada por uso ilegal de meios de telecomunicações, ou seja, por operarem sem licença enquanto a burocracia demorava a fazer sua parte. Em geral por esse motivo, ao consultar o Sistema de Controle de Radiodifusão (SRD, fev. 2011), todas as comunitárias autênticas da região constam no momento como “entidades devedoras (não bloqueada)” ou “entidades com débito (bloqueada)”.

No início, durante algum tempo, enquanto a lei de regulamentação da radiodifusão comunitária entrava em vigor, as rádios comunitárias na região puderam operar sem problemas. Quando começou a fiscalização as ações de fiscalização da Anatel resultavam em ações de caráter administrativo (multas, advertências), jurídico (indiciamento de dirigentes) e laque dos equipamentos irregulares. Era o início da própria estruturação da Anatel no Governo FHC. “O órgão identificava as radcoms por meio de mapeamentos, emitia uma carta-denúncia para a Justiça Federal, que a acatava e emitia uma denúncia formal, com mandato de busca e laque de equipamentos” (OLIVEIRA, 2010, p.84).

O plano de repressão às Radcoms do Governo FHC era considerado ineficaz porque não previa o apoio da Polícia Federal. Ainda sob a gestão de Fernando Henrique, a forma de fiscalização da Anatel mudou “O mandato se transformou em um pedido de busca e apreensão e os agentes da Anatel visitavam as Radcoms acompanhados por policiais federais” (OLIVEIRA, 2010, p.84). Não apenas mais rádios foram fechadas, também aumentou em todo o país a violência nessas ações de repressão.

Tabela 6: Licenciamento e fiscalização das rádios comunitárias da Transamazônica

Município	Emissora	Nome fantasia	Frequencia	Fundação	Entrada no Minicom	Autorização func/to	Status atual	Fiscalização Antatel/PF
Altamira	Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de	FM Cidade	104,9 MHZ	2002	Aviso 16 24.05.2002	19.01.2004	Licença definitiva - LDE 29.02.2008	Nunca fechada.emissora sem débito
Altamira	Associação Rádio Comunitária de Altamira	NATIVA FM RCA FM	104,9 MHZ	1998	Aviso 4 18.03.1999	17.11.2005	Licença Definitiva - LDE 26.03.2008	3 x fechada. 01 x equip. apreendido. 4 dirigentes processados. Multas do valor de R\$ 2,5 mil Entidade com débito (bloqueada)
Anapu	As. Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de				Aviso 13 06.09.2001	08.12.2004	Licença Definitiva - LDE 14.01.2009	01 x fechada. Entidade devedora
Brasil Novo	Associação de Cultura e Informação de Brasil Novo	Popular FM	95,1 MHZ	1998	Aviso 13 06.09.2001	01.10.2007	Licença Definitiva - LDE 20.11.2009	4 x fechada.5 dirigentes processados. Multas no valor de R\$ 10 mil . Entidade c/débito (bloqueada)
Medicilândia	Associação de Rádio Comunitária Sociedade FM de Medicilândia	Sociedade FM	87,9 MHZ	1998	Aviso 5 09.09.1999	14.10.2003	Licença definitiva - LDE 26.01.2007	3 x fechada. 01 x equip. apreendido. 03 dirigentes processados. Multas no valor de R\$ 11.4 mil
Medicilândia (Km 120)	Associação de Rádio Comunitária Floresta FM	Floresta FM	99,7 MHZ	2003			Processo Arquivado.	01 x fechada, equip. apreendido.
Pacajá	Associação de Cultura e Informação de Pacajá	Novo Tempo FM	87,9 MHZ	1999	Aviso 6 17.12.1999	09.04.2002	Licença definitiva - LDE 17.08.2009	01 x fechada Entidade devedora (não bloqueada)
Placas -	Associação de Comunicação Interativa de Placas	Fuso Horário FM	87,9 MHZ	2004			Processo arquivado.	03 x fechada. Equip. apreendido. Dirigentes indiciados.
Rurópolis	Associação Rádio União Comunitária	União FM	87,9 MHZ	1997	Aviso 6 17.12.1999	11.07.2002	Licença Definitiva - LDE 08.04.2005	01 x fechada. Entidade devedora (não bloqueada)
Uruará	Fundação Comunitária Antena Livre FM	Antena Livre FM	102,5 MHZ	1997	Aviso 5 09.09.1999	07.01.2009	Licença Definitiva - LDE 14.06.2010	s/i. entidade devedora (não bloqueada)
Vitória do Xingú	Associação de Rádio Comunitária Vitória do Xingú.	Arawete FM	104,9 MHZ	2000	Aviso 13 06.09.2001	01.05.2008	Licença definitiva - LDE 21.12.2009	s/i. entidade devedora (não bloqueada)

Fonte: Anatel -Licença RADCOM (2010), Sistema de Controle de Radiodifusão (2010) e dados de campo.

Em 2005, o uruguaio Gustavo Gómez, diretor do programa de legislação e direito à comunicação da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC), chegou a afirmar que o Brasil poderia ser denunciado à Organização dos Estados Americanos (OEA) por conta da violência praticada contra as rádios comunitárias. "A situação se agrava pela própria omissão do Estado brasileiro, já que muitas estão na ilegalidade não por vontade própria, mas porque o Estado impede, com burocracia, sua legalização, e assim as empurra

para ilegalidade”, diz ele, numa referência muito familiar às emissoras da região (PORTAL DA CIDADANIA, 2005, s/p.)²⁰².

Mas não apenas a demora no licenciamento era um problema para as rádios comunitárias diante da fiscalização da Anatel. Era antes, é hoje e continuará sendo a restrição de alcance e potência o maior problema operacional das emissoras comunitárias da região. De fato, até que seja revisado o artigo primeiro da Lei 9.612 que define em si o Serviço de Radiodifusão Comunitária a partir de sua baixa potência e cobertura restrita (“aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade ou vila”, que não ultrapasse 1 km de raio a partir de sua antena de 30 metros), o funcionamento de emissoras instaladas em municípios de grandes dimensões, em regiões rurais, ou de baixa densidade demográfica estará fadado à ilegalidade de quem opera e à hipocrisia de quem fiscaliza.

Como na fase da implantação das primeiras radcom na região ainda não existia regulamentação do setor, algumas emissoras adquiriram transmissores de 100 watts de potência. Nessa época viveram o auge de sua audiência, conseguindo atingir as colônias rurais e os moradores mais distantes nos travessões da BR 230. Este foi o caso da primeira fase da emissora de Altamira, de Medicilândia e Brasil Novo. Ou na região do Xingu, puderam levar informação e integrar comunidades ribeirinhas distantes numa época crucial de mobilização da população pela demarcação de reservas ambientais, o caso das emissoras de Porto de Moz e de Gurupá. Muitas conseguiram também funcionar de forma auto-sustentada em função do consequente maior volume de patrocinadores.

Com a fiscalização da Anatel e o aumento da truculência nas ações, as emissoras foram obrigadas a trocar seus transmissores para 25 watts como impõe a lei. Isso implicou, porém, numa profunda crise: com o sinal bastante reduzido, não chegavam mais aos ouvintes mais distantes, justamente aqueles que mais dependeriam da rádio comunitária como meio de interligação em situações de urgência (recados para parentes, casos de saúde, aviso de reunião do sindicato, da associação ou cooperativa etc.). Mesmo nas áreas urbanas, muita gente passou a reclamar da qualidade do sinal recebido. Com isso as rádios comunitárias perderam força política entre as organizações que participam das emissoras, grande parte delas com suas bases na zona rural – a rádio deixava de ser assim interessante do ponto de vista estratégico da organização e seu público-alvo – como também perderam apoiadores culturais (nome que o cinismo legal impõe aos anunciantes de rádios comunitárias).

²⁰² “Brasil pode ser denunciado na OEA por violência contra rádios comunitárias”. Portal de Cidadania, 6.01.2005 <http://www.radiobras.gov.br/materia.phtml?materia=212673&editoria=NA>

Como estratégia de “sobrevivência”, algumas emissoras mantêm um transmissor extra mais potente ou potencializam a capacidade de irradiação de suas antenas para conseguir, mesmo sob risco da fiscalização, “fazer rádio comunitária”. Afinal, segundo eles, quem criou essa lei (9.612/98) ou “estava brincando de fazer rádio” (MELO, i.v., 2009) ou “não conhece a Amazônia” (MADERGAN, i.v., 2008).

Ainda assim, mesmo com as pressões, o movimento das rádios comunitárias da Transamazônica mostrou-se bastante estável, ao contrário do que normalmente acontece em outras regiões. Diante das ações de fiscalização é comum que as rádios sem autorização mudem com frequência de nome e endereço, gerando uma alta rotatividade no setor (OLIVEIRA, 2010). Isso talvez se explique pelo lastro que os movimentos sociais significam para os militantes das rádios comunitárias. Nos municípios da região, quem participa das radcom normalmente já faz parte de outras, por vezes várias, organizações populares. As rádios comunitárias são parte de uma luta, de um processo que tem mais de três décadas. Essas redes e esse lastro de experiência e tradição em reagir à condições insatisfatórias, parecem ser capazes de sustentar uma identidade prévia que as distingue das demais rádios comunitárias de outras regiões, por seu vínculo original com o movimento social da Transamazônica. Uma identidade coletiva que enfrenta, no entanto, grandes desafios para ser colocada em prática.

5.2.3 Repressão contra Radcom e a Distensão anunciada

O período mais intenso e violento da fiscalização das rádios comunitárias coincide com o governo Lula. Entre 2002 e 2003, houve um aumento de 37% no número de Radcoms fechadas no Brasil e no mesmo período cresceram em 82% as denúncias contra emissoras comunitárias (Portal da Cidadania, 2005), em geral acusadas de serem *rádios piratas* colocando em risco o espaço aéreo (o que tecnicamente não se comprova)²⁰³ ou, mais de acordo com a lógica do mercado, a audiência das FM comerciais. Nesse mesmo ano, 17 mil emissoras de rádio comunitárias foram denunciadas pela associação nacional que reúne os empresários do setor (ABERT)²⁰⁴.

²⁰³ Ver estudo na área de eletrotécnica de Tome *et al* (2008) : “Rádio Comunitária derruba avião? Em busca de respostas a um mito”. Disponível em: http://www2.faac.unesp.br/pesquisa/lecotec/eventos/ulepicc2008/anais/2008_Ulepcc_1214-1227.pdf

²⁰⁴ ABERT – Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão. Informação constante informativo produzido pelo Intervozes (Coletivo Brasil de Comunicação Social): Concessões de rádio e TV: onde a democracia ainda não chegou. Informativo Intervozes, Nov. 2007.

Evidente que o pano de fundo no campo das denúncias e perseguições às rádios comunitárias é a ocupação e uso, ou seja, o domínio, do espectro eletromagnético²⁰⁵ de transmissão de sinais, um bem comum, de caráter público, que historicamente tem sido concedido pelo governo a um grupo reduzido de famílias. Também na Transamazônica aconteceram denúncias na época que, segundo conta, teriam partido de concorrentes que se sentiam ameaçados com o crescimento do movimento e da audiência das rádios comunitárias (SANTOS SOUZA, i.v. 2009).

Em 2006, 3.600 emissoras auto-intituladas comunitárias foram fechadas pela Anatel e Política federal e 350 outorgadas²⁰⁶ no mesmo período pelo Ministério das Comunicações. No final de 2007, segundo a ABRAÇO Nacional, cerca de 20 mil rádios sem outorga estavam no ar, aguardando os trâmites da burocracia na *via crucis* do processo de licenciamento de rádios comunitárias no país. Para o movimento de rádios comunitárias da Transamazônica, gestado nos movimentos sociais e originado muito por iniciativa da militância petista tal postura se mostrou incompreensível, assim como para o movimento estadual e nacional de radcom.

A convocação e realização da I Conferência Nacional em dezembro de 2009 representou sem dúvida uma chance de promover avanços no setor da radiodifusão comunitária e também, de certa forma, distensionar a relação do movimento com o governo. As conferências têm como pressuposto permitir uma maior participação popular na formulação de políticas públicas para setores de direitos fundamentais, nos quais se inclui a comunicação. Embora os empresários de mídia tenham boicotado a conferência e abafado a repercussão de suas decisões com o silenciamento do assunto na grande imprensa, propostas importantes foram aprovadas na I Confecom. O tema da radiodifusão pública foi abordado em 105 diretrizes dentre as 633 propostas aprovadas na Confecom, das quais 17 tratam da flexibilização das regras para a radiodifusão comunitária, principal reivindicação do movimento (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2010; MINICOM, 2010).

²⁰⁵ Conjunto de frequências em que é possível a transmissão de informações por meio de ondas eletromagnéticas que, conforme seu comprimento e forma, se propagam no espaço. Frequência é o número de vezes por segundo em que uma corrente elétrica inverte o sentido do fluxo, medido em hertz (ciclos por segundo). As frequências das ondas eletromagnéticas de rádio normalmente são medidas em quilo-hertz, mega-hertz ou giga-hertz; então as emissoras de rádio são normalmente rotuladas com kHz, MHz e GHz (ABERT, 2009 e MiniCom, 2011)

²⁰⁶ Rádios outorgadas são aquelas que já venceram todas as etapas da burocracia ministerial (Carta de Demonstração de Interesse, Aviso de habilitação, Envio e análise de documentação) e tiveram seu pedido autorizado pelo Ministério das Comunicações, faltando ainda a análise no Congresso Nacional (Comissão Legislativa de Ciência e Tecnologia) e a publicação do Decreto Legislativo para que obtenham a licença definitiva de operação. Contudo, a partir da publicação da Medida Provisória 2.143, o Ministério das Comunicações pode emitir uma licença provisória para funcionamento das rádios comunitárias se o Congresso não avaliar o respectivo processo dentro do prazo de 90 dias contado a partir da data do recebimento dos autos.

Várias destas reivindicações, importantes para o funcionamento adequado das emissoras comunitárias, já tramitam na Câmara Federal em forma de projeto de lei: o PL 4549/98, tramita com seis projetos apensados - *concede anistia* a quem tenha sido condenado a detenção por operação de rádio comunitária sem outorga; o PL 4186/98: tramita com 15 projetos apensados - *flexibiliza a legislação da rádio comunitária, aumentando a potência* dessas rádios, possibilitando ao Executivo indicar *mais de um canal* de rádio comunitária para cada localidade e *alterando os critérios de penalidade* para as infrações cometidas pelas emissoras; o PL 6348/02 destina parte dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) para *capacitação técnica, operacional e da programação das emissoras* de rádio e TV educativas e comunitárias e dos canais comunitários da TV a cabo; e o mais recente, o PL 6087/09 - cria a *Contribuição para o Desenvolvimento das Rádios Comunitárias* (AGÊNCIA CÂMARA,2010). Todos esses projetos, se aprovados, podem fazer com que as rádios comunitárias na Amazônia ou em qualquer outro lugar do país, configurem um sistema viável e alternativo de comunicação popular.

5.2.4 Tentativas de formação de um movimento de Rádios Comunitárias

Se as rádios comunitárias da Transamazônica surgiram na mesma época não significa que já existia de antemão uma articulação ou um projeto prévio de integração ou funcionamento dessas emissoras. Naquele momento, “as rádios comunitárias não eram pauta específica ou domínio dos movimentos sociais na região” (MELO, i.v. 2009). Do ponto de vista do funcionamento, tudo era novidade, cada uma gerando estratégias diversas, ainda que motivadas por um mesmo ideário – “representamos a esquerda dessa região”, diz Domingos Moraes, fundador da Rádio Comunitária de Altamira e um dos principais articuladores do movimento de rádios comunitárias (MORAIS, i.v, 2009).

A articulação do movimento de rádios comunitárias na região começou em 2002 e coincide com a saída de João Prado do movimento e também da diretoria da rádio comunitária de Altamira. É Domingos Moraes, que assume a coordenação da rádio, quem irá também conduzir as atividades em prol da organização das emissoras na Transamazônica e Xingu. A intenção, segundo ele, era construir uma rede de integração, capaz de funcionar como o contraponto de informação em relação aos meios tradicionais da região.

Com o apoio da FVPP e do GTA²⁰⁷ foram realizados três seminários regionais para organizar o movimento de rádios comunitárias (2002, 2004 e 2007). Além da questão da integração do movimento e da criação de uma rede de rádios na região, fazia parte das discussões a necessidade de se buscar assessoria jurídica para ajudar no processo de legalização das rádios e contribuir na implantação de algumas emissoras, o que aconteceu em alguns casos com recursos do Fundo Dema²⁰⁸.

Destas discussões surgiu o Projeto Excelsa, um projeto de criação de um sistema alternativo de comunicação regional. A idéia, que contou com o apoio da Fundação Ford e coordenação da FVPP, era estabelecer uma rede de comunicação utilizando o potencial estrutural das rádios comunitárias que seriam integradas por meio de comunicação via WEB, através da instalação de provedores de internet via satélite em cada uma das emissoras participantes. Inicialmente, como projeto piloto, o sistema iria funcionar a partir de três pólos – Altamira, Brasil Novo e Rurópolis – dos quais seria liberado o sinal para as outras emissoras comunitárias da região, por sua vez vinculadas aos movimentos sociais, que funcionariam como fonte e ao mesmo tempo como estruturas de apoio para a apuração de informação. O objetivo era gerar uma rede de notícias ao vivo em link regional em alguns horários pré-determinados ou de acordo com a cobertura de eventos relevantes para toda a região.

“Vivemos numa região em que há muitos problemas, de violência, de pistolagem, de mando e desmando. É importante dar a verdadeira versão dos fatos, mostrar ‘o outro lado da moeda’ que não sai na imprensa”, diz Moraes (i.v., 2008) ao explicar a importância de se criar um sistema alternativo de comunicação. O projeto, no entanto, não foi à frente principalmente por problemas técnicos para a formação da rede. Dos três pólos, somente a rádio comunitária de Rurópolis instalou e manteve o provedor de internet por algum tempo como estratégia de financiar seus custos.

É possível pensar também que se a rede Excelsa de Comunicação tivesse sido colocada em operação, com muito probabilidade, ela já teria sido lacrada pela Anatel e pela Polícia Federal, afinal, segundo a lei que regulamenta a radiodifusão comunitária no país sem se ater às especificidades de cada região:

²⁰⁷ GTA - Grupo de Trabalho Amazônico é uma rede de organizações da Amazônia que congrega tanto organizações indígenas, agricultores familiares e seringueiros quanto ambientalistas, criada com o objetivo de pressionar os países mais ricos que integram o PP-G7 a cumprir efetivamente a promessa de destinar recursos para combater o desmatamento nas florestas tropicais brasileiras (SANTILII, 2004 apud SANTOS SOUZA, 2006).

²⁰⁸ O Fundo Dema leva o nome de Ademir Alfeu Federicci, coordenador do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), assassinado em agosto de 2001.

É vedada a formação de redes na exploração do Serviço de radiodifusão Comunitária, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública e epidemias, bem como as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em lei (BRASIL, LEI 9.612/98, art. 16).

Assim, apesar dos esforços, as rádios comunitárias “continuam na pauta dos movimentos sociais da região, mas sem avanços” (MELO, i.v., 2008). Elas são como ilhas, “isoladas, lutando para sobreviver com estratégias diversas” afirma uma das principais lideranças do movimento na região (MORAIS, i.v. 2009). Legalizadas, deram “voz à diversidade”, a figura do líder comunitário que nunca havia sido sujeito da comunicação teve oportunidade de ir para a frente do microfone, porém, enfrentam o desafio de construir uma rádio que não seja como outra qualquer, que não seja uma mera “cópia do modelo comercial” (SANTOS SOUZA, i.v. 2009). Fugir do modelo padrão de “FM comercial” é especialmente difícil para os comunicadores jovens, a maior parte dos mais de 90 locutores que atuam, em sua maioria, como voluntários, nas rádios comunitárias da região da Transamazônica e Xingu (FVPP, 2007).

Além do desafio de um modelo próprio de fazer rádio comunitária, talvez o maior desafio seja o de “manter a rádio no ar” com todas as amarras que a lei impõe – limite de potência diante de enormes distâncias; impedimentos de financiamento, disputa por frequência e impossibilidade de formar redes. Uma das consequências na região do alcance restrito imposto às emissoras comunitárias por uma lei que pensa a Amazônia com os mesmos critério com os quais pensa um bairro da cidade de São Paulo, está na fala de Antonia Melo, uma das mais ativas militantes da região e diretora de rádio comunitária: no bairro onde mora em Altamira Antonia não escuta a rádio pela qual luta há 13 anos, porém para ela, muitíssimo pior é que na região “os trabalhadores rurais integram as associações de rádios comunitárias mas não podem ouvir as rádios das quais participam” (MELO, i.v. 2009).

5.3 RADCOM NO CONTEXTO LOCAL: ALGUNS CASOS EM DESTAQUE

Para entender melhor como funcionam e sobrevivem as emissoras comunitárias na região da Transamazônica e compreender com mais profundidade o papel que elas exercem em seu contexto local e também regional, selecionamos alguns exemplos para uma observação mais aprofundada. Foram três as emissoras escolhidas para aprofundar nossa análise: **a Rádio Nativa FM** ou Associação Rádio Comunitária de **Altamira** (ARCA); **a Rádio União FM** de **Rurópolis** e **a Rádio Popular FM** de **Brasil Novo**.

Como critérios da escolha foram destacadas as noções de *legitimidade e autenticidade* das emissoras comunitárias e também a *diversidade* de contexto midiático no qual cada caso estudado se insere. Nesse segundo aspecto, cada uma das emissoras destacadas atua em contexto muito distinto. A rádio comunitária RCA ou Nativa FM enfrenta o maior e mais competitivo dos campos e o mais urbano dos três cenários, afinal é em Altamira, pólo regional, que se concentram as principais empresas de comunicação e a maior oferta de fatos e eventos a comunicar; em Rurópolis, uma das mais antigas rádios comunitárias da região trava na cidade onde teve início a organização regional dos movimentos sociais na Transamazônica um embate com apenas uma outra rádio, uma FM comercial ligada ao principal grupo político na cidade, porém mais pela sobrevivência de sua identidade do que para se manter “no ar”. Já em Brasil Novo, a emissora comunitária reina absoluta, sem concorrentes no campo da comunicação local. É um dos muitos casos na Amazônia paraense, onde rádios comunitárias despontam não como uma alternativa, mas como o único meio de comunicação com possibilidade de produção local de informação. E aí, os dilemas são outros.

Quanto ao princípio da *autenticidade* das rádios comunitárias, enquanto qualidade e condição que as legitima por conterem características próprias que as definem como tal, pode-se dizer que já a escolha da região da Transamazônica teve como base esse critério inicial, na medida em que na região, como já vimos, as emissoras comunitárias instaladas, com exceção de uma única, derivam de uma luta histórica dos movimentos sociais, movimento este que perpassa, na prática, em vários momentos, pela luta em prol da democratização da comunicação diante da ausência, escassez ou falta de acesso aos meios existentes.

Resumida pela moldura de caráter ideal apresentada por uma das principais estudiosas do fenômeno das rádios comunitárias no país, Cecília Krohling Peruzzo, a noção de autenticidade das rádios comunitárias resgata antes de mais nada o paradigma da comunicação participativa:

De início, convém ressaltar que não está se referindo a qualquer rádio que se apresente como comunitária, mas especialmente a um tipo de emissora que realmente possa ser identificada como tal. A rádio comunitária que faz jus a este nome é facilmente reconhecida pelo trabalho que desenvolve. Ou seja, transmite uma programação de interesse social vinculada à realidade local, não tem fins lucrativos, contribui para ampliar a cidadania, democratizar a informação, melhorar a educação informal e o nível cultural dos receptores sobre temas diretamente relacionados às suas vidas. A emissora radiofônica comunitária permite ainda a participação ativa e autônoma das pessoas residentes na localidade e de representação de movimentos sociais e de outras formas de organização coletiva na programação, nos processos de

criação, no planejamento e na gestão da emissora. Enfim, baseia-se em princípios da comunicação libertadora que tem como norte a ampliação da cidadania (PERUZZO, 2007, p. 69-70).

Fica claro que o desafio da autenticidade na prática se pauta pelo paradigma da participação e da dialogia que se originou da observação das primeiras experiências de rádios comunitárias na América Latina. Um paradigma que se contrapõe ao modelo vertical, unidirecional e autoritário do modelo dominante de comunicação, a partir de uma perspectiva emancipadora de inclusão de setores populares no campo midiático, historicamente controlado por grupos tradicionais de poder. Um campo cada vez mais dominado pela lógica do mercado, onde - na visão marxista que influencia a obra de Bourdieu e que estimulava os teóricos da comunicação latino-americana nos anos 70 – se reproduz o embate de classes pelo controle das forças produtivas (a tecnologia disponível) e dos instrumentos de produção (o modo como a produção é organizada), tendo como perspectiva a transformação ou manutenção das estruturas sociais.

Também buscamos entender o que o movimento de rádios comunitárias entende por esta noção de “autenticidade” e, afinal, o que na opinião de quem faz e luta pelo setor o que distingue uma rádio comunitária “autêntica” de uma “pseudo-comunitária”²⁰⁹. Para a maioria “não existe fórmula única” do que é ou como deve funcionar uma rádio comunitária, afinal, elas refletem em suas dinâmicas a diversidade das localidades onde atuam. Entretanto, foi também a idéia de um projeto coletivo, de comunicação popular participativa que, acreditam, define o que venha a ser uma rádio comunitária autêntica. Ou seja: não é potência ou alcance e tampouco a condição “legal” - como determina a lei e defendem aqueles que pretendem colocar o movimento de rádios comunitárias sob controle - o que define a autenticidade de uma emissora comunitária, mas sim a noção de *participação*, tanto na gestão quanto na definição de sua programação.

5.3.1 Hipóteses e procedimentos da pesquisa

É preciso aqui resgatar as hipóteses e objetivos deste trabalho para entendermos os principais parâmetros estabelecidos para a observação e análise em maior

²⁰⁹ Realizamos, como parte integrante da metodologia deste trabalho, junto aos integrantes do Fórum em Defesa das Rádios Comunitárias, em Belém, uma Oficina de Discussão (maio de 2008), com o tema *Rádio Comunitárias: autenticidade em questão*.

profundidade das rádios comunitárias selecionadas. A hipótese central que move este estudo é a de que:

- * *As rádios comunitárias por sua origem no contexto sócio-político nacional e internacional e pela característica essencial que as distinguem - a **gestão participativa** - têm a capacidade de operar como um **modelo de comunicação alternativo** ao sistema tradicional dos meios de comunicação de massa. Um modelo, portanto, pautado pela **dialogia**, capaz de promover a reconfiguração da esfera pública, a partir da **inserção de grupos subalternos como sujeitos ativos no campo da comunicação**, contribuindo assim para o **(re)posicionamento destes grupos no campo do desenvolvimento** das localidades ou regiões onde estejam inseridas.*

Para melhor entender os próximos passos podemos dividir seu conteúdo inicial, em duas partes:

- i. Na primeira oração da hipótese central a afirmação de que *as rádios comunitárias têm a capacidade de operar como um modelo de comunicação alternativo* – está relacionada à história das rádios comunitárias no mundo, porém estritamente condicionada a uma forma específica de operar as relações de gestão e produção da emissora, que deve ter caráter *participativo - participação* entendida aqui como o ato de tomar parte em algo (MICHAELIS, 2000), ou como coloca Bordenave (1995) como a condição de não estar à margem, de ter capacidade de intervir.
- ii. Já o conteúdo da segunda oração insiste na *dialogia*, referindo-se ao modelo horizontal e multidirecional, construído justamente a partir do paradigma da participação, que pressupõe como fundamental a aproximação do emissor e receptor, ambos tornando-se interlocutores e produtores de conteúdo; tal característica que dá voz a quem não a tinha irá tanto distinguir as emissoras comunitárias dos meios tradicionais, estes orientados por um modelo de comunicação vertical e unidirecional, quanto possibilitar *a inserção de grupos subalternos no campo da comunicação*, ou seja, de segmentos populares normalmente excluídos do campo midiático ou nele inseridos como meros consumidores passivos.
- iii. Ou seja, é mais uma vez pelo caráter *participativo, horizontal, dialógico* que se operaria então o último grupo de afirmativas da hipótese central: a de que esse novo

modelo seria capaz de assim *reconfigurar a esfera pública* onde essas emissoras estariam inseridas, tornando-a mais ampla e plural e, portanto, contribuindo para o *posicionamento ou reposicionamento destes segmentos subalternizados no campo do desenvolvimento*, o que significa dizer posicioná-los em condições mais favoráveis de participar (ao falar e ser ouvido por meio das rádios comunitárias) nos processos de tomada decisão sobre assuntos relevantes para a qualidade de vida dessas pessoas e suas localidades.

Da mesma forma, a hipótese de trabalho secundária, na medida em que é uma contingência da primeira, traz como categoria central a *participação*. Vejamos:

- * *O que determinaria a distinção entre o sistema de radiodifusão comunitária e o sistema dos meios de comunicação tradicional seria antes de mais nada o caráter comunitário da comunicação, ou seja, a participação da comunidade (seja ela territorial ou de interesses e afinidades), como princípio gerador e gestor das emissoras comunitárias. Tal distinção tende a se refletir não apenas na gestão (participativa) das rádios, mas também no conteúdo de sua programação. Um maior grau de influência da comunidade, com maior recorrência de características locais (sotaques, gosto musical, valores, crenças, interesses) levaria à formação de um sistema de comunicação menos “pasteurizado” pelo padrão global e mais identificado com a diversidade cultural e com as demandas locais.*

O conteúdo dessa hipótese que se quer, pois, conseqüente da anterior diz respeito à possibilidade de construção de um sistema de comunicação alternativo que por seu modo distinto de operação (*participação da comunidade como princípio gerador e gestor*) e pelas mediações que estabelece (*maior grau de influência da comunidade, com maior recorrência de características locais*), resulte em um modelo próprio de fazer rádio comunitário, com possível linguagem e estilo particulares, ou que, simplificada, não reproduza tal e qual o *padrão global* comercial, regido pela lógica do mercado.

Ou seja, o que está em jogo no rol de observações e análise que implementamos de alguns exemplos de rádios comunitárias na região da Transamazônica é justamente o componente *participativo*, tendo em vista os seguintes aspectos:

- 1) **Origem:** participação de organizações e movimentos sociais na formação da emissora comunitária;
- 2) **Legalização:** estratégias estabelecidas para conquistar a legalização.
- 3) **Manutenção/funcionamento:** participação dos Conselhos comunitários na gestão da emissora, estratégias e mediações estabelecidas para se manter no “ar”.
- 4) **Programação/produção de conteúdo:** participação da comunidade e das entidades na definição da programação da rádio. Produção de informação e fontes principais da informação veiculada.

a) Ferramentas metodológicas do trabalho em campo

Foram feitas ao todo quatro viagens à campo na região da Transamazônica, entre julho de 2008 e setembro de 2009, além do trabalho inicial de coleta de informações e entrevistas realizadas em Belém com integrantes do movimento de rádios comunitárias durante o período de um ano, entre setembro de 2007 a outubro de 2008.

Em cada um dos municípios visitados, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com atores diversos, selecionados de forma não aleatória e segundo amostragem não probabilística por serem eles, por sua função, cargo ou posição, considerados informantes-chave (relevantes) para a compreensão do objeto estudado (as rádios comunitárias), bem como do contexto local onde estas se situam. As ferramentas de coleta de dados – entrevistas, questionário, observação, pesquisa documental – foram construídas a partir do cerne condutor das hipóteses de trabalho – a noção de *participação e dialogia*. Nessas três localidades, cujo tempo de permanência foi de uma semana cada, foram entrevistados as seguintes categorias de informantes:

- * Comunicadores das rádios comunitárias e dirigentes das mesmas;
- * Autoridades locais - prefeitos, secretários municipais, vereadores, padre, pastor;
- * Lideranças de organizações sociais (movimento de mulheres, sindicatos, organizações não governamentais, associações de produtores);
- * Dirigentes ou outro informante qualificado (que atua regularmente na atividade de comunicação) de todos os demais meios de comunicação de massa existentes no município onde se situa a emissora comunitária;
- * Vizinhança – moradores das proximidades das sedes das emissoras comunitárias estudadas.

A partir do levantamento e coleta de informações buscamos entender as estratégias e mediações estabelecidas pelas rádios comunitárias para existir e funcionar, o que acreditamos, nos levou a compreender também o impacto dessas interações na definição de sua programação e produção de conteúdos, no intuito de atender os seguintes objetivos, específico e geral:

Objetivo específico principal:

. A partir da observação, levantamento e análise da programação das emissoras comunitárias pesquisadas avaliar a presença ou não de elementos que indiquem a concepção de um modelo próprio de comunicação radiofônica (que valorize os interesses e a cultura locais), distinto dos padrões tradicionais da radiodifusão comercial.

Objetivo geral:

Contribuir para revelar o fenômeno da radiodifusão comunitária em regiões do interior da Amazônia paraense e discutir seus limites e possibilidades como modelo de comunicação alternativo aos meios de comunicação de massa tradicionais, portanto capaz de favorecer a inserção de grupos subalternos como sujeitos ativos do campo da comunicação e, por conseguinte, do campo do desenvolvimento.

5.3.2 Altamira: o campo em disputa

a) Origem da NATIVA FM 104,9

No dia 28 de abril de 1998, uma terça-feira, sete e meia da noite, representantes de 19 entidades sociais reuniram-se em assembléia, no auditório da Prelazia do Xingu, para criar a Associação Rádio Comunitária de Altamira (ARCA), atualmente chamada Rádio Nativa FM (104,9 MHZ) (ATA DE FUNDAÇÃO, 1998)

Estavam ali presentes entidades representantes de trabalhadores urbanos (5), de trabalhadores e produtores rurais (4), organizações religiosas (4), movimento de mulheres (1), associação de bairro (1), ONGs (2) e fundação (1) voltadas à saúde e cidadania e o movimento regional, o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST). Essa composição a que se refere a ata de fundação da emissora (1998) indica que a rádio comunitária de Altamira nasce com o apoio das organizações fundadoras dos movimentos sociais na região – igreja e o movimento dos trabalhadores e produtores rurais – porém já com

uma predominância das entidades representantes dos novos movimentos sociais (movimento de mulheres, por direitos humanos e ambientais) de caráter mais urbano, característica que segue na época as mudanças na própria orientação do movimento regional na Transamazônica.

O número grande de entidades no momento da formação da emissora não significa em si um elevado grau de participação no processo que se daria a seguir, tinha mais a ver com a adesão à idéia de ter uma rádio em cada município ligada aos movimentos sociais, defendida entusiasticamente pela figura de um militante do Partido dos trabalhadores e ativista da radiodifusão comunitária, João Prado, que circulava pela região promovendo a instalação de rádios e também vendendo o equipamento para tanto. Será, porém, um grupo mais reduzido, ligado principalmente ao movimento de mulheres, na figura de Antonia Melo, e aos trabalhadores do setor de educação, na figura de Domingos de Moraes, que irá conduzir os rumos da emissora comunitária de Altamira, até hoje, e tornar-se, este último, um dos principais articuladores do movimento de radiodifusão comunitária da região. Já apontando esta tendência, o secretário e a tesoureira da primeira diretoria da RCA, José Roberto Rodrigues Prates e Maria Ivonete Coutinho da Silva, eram ambos professores.

João Prado se tornaria, por decisão da primeira assembléia da entidade, o primeiro diretor da rádio comunitária de Altamira. Seu estilo na condução da emissora, no entanto, “não encontrava eco no movimento”²¹⁰, assim em 2002 ele foi substituído na direção por Domingos de Moraes. Nessa época a emissora funcionava na casa do novo dirigente, num bairro central da cidade e começava a conquistar audiência, quando foi fechada pela primeira vez pela Anatel. Domingos responderia a dois processos judiciais por uso ilegal de telecomunicações.

Antes da criação e do primeiro fechamento da RCA FM alguns integrantes do grupo inicial (Antonia, João Prado, José Roberto) já haviam colocado no ar uma outra emissora, com o nome de Rádio Tavaquara, uma referência à vila erguida pelos jesuítas às margens do Igarapé Pannels que daria origem à cidade de Altamira. Essa experiência teria sido então a primeira iniciativa de rádio livre da região, início de 1997, porém não durou um ano. Também foi lacrada pela Anatel.

b) Legalização

²¹⁰ Entrevista Domingos de Moraes em Julho de 2008.

Até ser legalizada, a Rádio Comunitária de Altamira seria fechada e multada pela fiscalização da Anatel mais duas vezes, e outros três dirigentes seriam indiciados e processados. O processo de licenciamento da emissora levou exatos dez anos, desde quando foi dada entrada na documentação junto à Anatel, em abril de 1998 - com o anúncio de manifestação de interesse em desenvolver a atividade de radiodifusão comunitária na cidade de Altamira, primeira etapa do processo de legalização - até receber a licença definitiva do Ministério das Comunicações, em março de 2008.

A licença que chegava depois de uma década trazia, porém, um sabor amargo. A emissora havia participado do quarto Aviso de Habilitação do Ministério das Comunicações (quando o governo reage à manifestação de interesse das entidades e abre a concorrência pela concessão de canais de radiodifusão comunitária nos municípios) em 18 de março de 1999 - a primeira grande abertura de canais para a Região Norte²¹¹, mas seria literalmente ‘passada pra trás’ pela prática do apadrinhamento político utilizado por outra emissora que ingressara no Ministério três anos depois²¹². Como já vimos no início deste capítulo, um vereador de Altamira, orientado por um deputado estadual de seu partido buscou auxílio de um senador paraense em Brasília e conseguiu no prazo de apenas dois anos obter a autorização de funcionamento para uma rádio pseudo-comunitária no centro da cidade, onde já operava a RCA FM. O impacto sobre a emissora foi desastroso.

A RCA vivia nessa época o auge de sua audiência. O período entre 2001 e 2004 pode de fato ser considerado o de maior estabilidade e de maior audiência da RCA FM em seus 12 anos de existência. Nesse tempo, ainda transmitindo de um bairro central da cidade, ela atingiu em 2004 o primeiro lugar na audiência entre as emissoras de rádio de Altamira²¹³, município na época com cerca de 83 mil habitantes, a maior parte, perto de 85%, concentrados na área urbana onde funcionava na época duas outras rádio - a FM Vale do Xingu do grupo Domingos Juvenil e a AM Rádio Rural, do grupo João Matogrosso, os dois mais antigos proprietários de meios de comunicação de massa na cidade e região e representantes locais da tradicional aliança entre poder político e econômico e mídia.

“Chegamos a ter mais de 70% da audiência na cidade inteira” diz Domingos. “Nesse tempo chegamos a produzir uma hora e meia diária de informação local”, relembra. A

²¹¹O quarto Aviso de Habilitação do Ministério das Comunicações anunciou a abertura de 84 canais para radiodifusão comunitária na Região Norte, os três avisos anteriores entre novembro e dezembro de 1998, logo após a promulgação da Lei 6.912, juntos não somaram 30 canais para a região. (Minicom, 2009)

²¹² Ver tabela na pg. 254.

²¹³ URCA Promoções e Pesquisa de Audiência certificou o primeiro lugar de audiência à RCA FM em 30 de abril de 2004. Ainda que não tenha sido possível aferir os critérios desenvolvidos pela empresa, o fato indica um reconhecimento da rádio comunitária pela sociedade local.

rádio mantinha na época um grupo de 14 locutores fixos, em parte remunerados pelos “apoios culturais” do comércio local, setor mais disputado pelos meios de comunicação de Altamira assim como o que mais gera arrecadação ao município²¹⁴. A procura por espaço para anunciar produtos ou promoções na emissora era tanta naquele momento que a coordenação da rádio chegava a recusar anúncios para evitar que “poluíssem” a programação, fortemente baseada em música e atendimento a ouvintes²¹⁵.

Com a autorização de funcionamento concedida à outra rádio comunitária, a RCA, para poder continuar seu processo de licenciamento, foi obrigada pela Anatel a se mudar para um bairro na periferia da cidade, Colina, extremo da área urbana do município e um dos mais carentes, onde não havia na época sequer infra-estrutura de energia elétrica e água encanada. Lá, bem próximo ao marco inicial das obras da Transamazônica²¹⁶, onde teve início a história recente que faz da região o que ela é hoje, a emissora passou a funcionar num barraco improvisado de madeira - o “caixotinho” – onde ficou cerca de três anos.

Nesse meio tempo, a RCA FM, com o apoio do Fundo Dema - que atua no apoio aos movimentos sociais e projetos vinculados à proteção sócio-ambiental²¹⁷ - conseguiu obter assessoria jurídica para tentar reverter a situação de mudança de local de irradiação, assim como para suspender as multas recebidas, mas todos os recursos a que deram entrada foram recusados. No final de 2005, ela recebe a autorização de funcionamento e somente em 2008 a licença definitiva para operar, por dez anos, das ‘franjas’ da cidade, o canal 285 em frequência modulada (FM 104, 9 MHz), compartilhado com a outra emissora dita comunitária. A liberação de um canal único para a radiodifusão comunitária por município, como prevê a lei 9.612 traz problemas tanto de interferência de sinal – em certas zonas de baixadas os sinais se misturam e não se escuta nenhuma das duas emissoras - quanto de identificação por parte do público da própria existência da Rádio RCA, na medida em que a rádio do ex-vereador - diretor regional da Adepará²¹⁸ por ocasião desta pesquisa, órgão

²¹⁴ 53% da arrecadação de ICMS de Altamira tem como origem o setor do comércio atacadista, junto, junto com o setor de serviço é também o que mais emprega (49,4%) – dados o caderno Estatísticas Municipais, produzido pelo IDESP/SEPOF, 2011. Disponível em: <http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/georeferenciamento/altamira.pdf>

²¹⁵ Entrevista Domingos Morais em 18.02.2009.

²¹⁶ Bem próximo da nova sede da RCA (NATIVA FM) fica o marco inicial da Rodovia BR230, onde o então presidente Garrastazu Médici e sua comitiva fizeram o lançamento oficial da obra da rodovia em 09 de outubro de 1970 (ver foto da placa de lançamento no Anexo 4a).

²¹⁷ O Fundo Dema leva o nome de Ademir Alfeu Federicci, coordenador do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), assassinado em agosto de 2001.

²¹⁸ “Marquinhos”, como é mais conhecido o ex-vereador Francisco Marcos Alves do Nascimento, foi diretor regional da ADEPARÁ - Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - durante governo de Ana Julia Carepa, do PT (2007-2010).

estadual de fomento à agropecuária - é mais conhecida por estar sediada no centro da cidade, atingir bairros mais populosos.

Com a mudança para a periferia a rádio RCA perde audiência, conseqüentemente perde anunciantes (apoadores culturais), a rotatividade de locutores aumenta e não consegue mais produzir informação local, nem sequer telefone para fazer ligações consegue manter, apenas para receber ligações de ouvintes e assim poder atender pedidos de música, formato que se torna o “carro chefe” da programação simplificada.

c) Funcionamento e manutenção

Quando a rádio foi criada, ficou definido na assembléia de fundação um sistema de cotas para garantir a manutenção da emissora. Cada uma das 19 entidades fundadoras da ARCA (Associação Rádio Comunitária Altamira) indicaria cinco colaboradores, que se tornariam sócio-beneméritos da rádio, contribuindo com uma cota mensal de vinte reais. Esse sistema financeiro para a manutenção da emissora não funcionou por muito tempo. Apesar de apoios e contribuições eventuais, passou a ficar a cargo da diretoria da emissora, eleita a cada dois anos em assembléia geral, a responsabilidade de encontrar maneiras de manter a rádio no ar. Isso vale tanto para o processo operacional da RCA quanto para a definição da programação e produção de conteúdos, como veremos mais à frente. O número de entidades associadas também diminuiu com o tempo. Atualmente estão associadas à ARCA, 10 entidades²¹⁹, além de quatro pessoas físicas, como sócios fundadores.

Durante a época em que irradiava do centro da cidade e tinha um alcance maior, foram os anúncios do comércio - chamados “apoios culturais” mas que seguem, em geral, o mesmo estilo dos anúncios comerciais de rádios FM do Oiapoque ao Chuí - que garantiram a manutenção da RCA. Depois da mudança de endereço e da competição pela partilha da mesma frequência, foi principalmente pelo esforço dos voluntários que a emissora continuou funcionando. Alguns locutores ainda conseguem obter apoio cultural para seus programas e dessa forma se remuneram, a maioria, porém, atua como voluntário. Já os diretores da emissora desde sempre se dedicaram à emissora de forma voluntária, destaca-se aí o trabalho de Domingos, atualmente secretário da emissora, porém na prática coordenador e principal animador da existência da Rádio Comunitária Altamira durante todos esses anos.

²¹⁹ Prelazia do Xingu, Grupo de Trabalho da Amazônia-GTA, Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Cidade de Altamira, FVPP, Fetagri Regional, Sintepp, CPT, STR, PARA e Associação Casa Familiar Rural de Altamira – ARCAFAR.

Juridicamente, quem responde pelo cargo de direção da rádio é Antônia Mello, a mais aguerrida das ativistas sociais da região, porém ela atua mais como uma espécie de consultora, especialmente para assuntos ligados à linha editorial da programação da emissora, isso porque Antonia Melo, como muitos militantes de causas sociais, está dividida entre inúmeras bandeiras de luta – ela está à frente da luta contra a construção de Belo Monde, como coordenadora do Movimento Xingu Vivo para Sempre, e participa de outros sete movimentos sociais que atuam local, regional, nacional e internacionalmente em defesa dos direitos humanos e sócio-ambientais da região²²⁰.

Para reestruturar a rádio, construir a nova sede e buscar alternativas de sobrevivência financeira, a rádio contou com recursos de projetos apoiados por entidades diversas como o GTA - Grupo de Trabalho da Amazônia e a Fundação Ford, mas também com o apoio de comerciantes por meio de doações de material de construção. Grande parte da mão de obra para erguer a nova sede foi oriunda de mutirão dos locutores e outros voluntários.

No momento da realização desta pesquisa de campo (fev. 2009), a emissora vivia mais um movimento de transição. Havia conseguido terminar a construção da nova sede, num terreno cedido pela Prelazia do Xingu - praticamente ao lado do antigo “caixotinho”, a sede improvisada onde ficou quase três anos - e estava para iniciar um projeto de inclusão digital para jovens e adultos do bairro. Todos os computadores do projeto foram adquiridos com recursos do GTA e a idéia era que parte do uso dos equipamentos pudesse servir como fonte de arrecadação para manter os principais gastos correntes da emissora (luz – atualmente “genérica”, ou seja, puxada de forma irregular e telefone – que ainda continuava liberado somente para receber ligações). A RCA, rebatizada NATIVA FM, também estava prestes a conseguir o sinal da internet, fundamental para viabilizar o projeto, por meio de um convênio com um programa do governo do estado, o Navega Pará, que como contrapartida por utilizar a antena da emissora para atuar no município cederia o acesso à rede da web.

Para marcar essa nova fase, por decisão tirada em assembléia, foi transformada em OSCIP²²¹ - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Dessa forma ela poderá ser a mantenedora do projeto de inclusão digital e buscar novos apoios por meio de doações,

²²⁰ Antonia Melo é também coordenadora do GTA-regional (Grupo de Trabalho Amazônia), fundadora e membro do Comitê em Defesa da Vida das Crianças de Altamira, membro fundadora do Fórum Regional Dorothy Stang, fundadora e coordenadora do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Cidade de Altamira, membro do Movimento Nacional de Mulheres e Direitos Humanos e também da Aliança Continental de Mulheres e líder do Movimento Xingu Vivo Para Sempre.

²²¹ As OSCIPs são ONGs criadas por iniciativa privada, que obtêm um certificado emitido pelo poder público federal (Ministério da Justiça) que permite celebrar parcerias com o poder público e descontar doações do imposto de renda.

agora dedutíveis do imposto de renda. Também havia a expectativa da emissora vir a se beneficiar da Lei Rouanet, Lei Federal de Incentivo à Cultura, que permite que a doação de empresários seja deduzida do IR. Essa a estratégia da rádio Nativa FM para iniciar uma nova fase menos dependente dos apoios culturais do comércio e com mais liberdade para pensar e fazer rádio comunitária.

d) Programação e produção de conteúdo

Domingos Morais, coordenador em exercício da rádio, explica como gostaria que fosse a nova programação da emissora: “Eu imagino uma programação voltada para a educação. O entretenimento - música e humor - é importante, mas é possível pensar em programas que ensinem a população a viver melhor, a conhecer e fazer valer seus direitos”, explica e continua: “para isso é preciso criar um grupo de locutores que sejam também educadores”. Com a alta rotatividade que ainda existe no corpo de locutores da emissora isso não se torna tarefa simples.

Grande parte dos comunicadores que atuam nas outras rádios da cidade foram formados na RCA, hoje Nativa FM – “todos os nossos locutores vêm dos bairros, são formados por nós, mas não conseguimos manter”, diz Domingos. Principalmente nos últimos tempos, diante da queda de ouvintes, de patrocínios e das condições precárias de trabalho – o local improvisado de funcionamento da rádio não tinha até então nem água, nem banheiro. Atualmente 10 locutores apresentam a grade de programas da rádio, que vai das 5 h às 23 horas de segunda a sexta e a maioria faz isso de forma voluntária e apaixonada.

“90% dos locutores da cidade começaram na rádio comunitária”, confirma o pedreiro que já foi locutor de circo e que há mais de três anos acorda aos sábados e domingos, ainda noite fechada, para colocar no ar (das 5h às 7h) um programa de “músicas do passado” dos anos 70 e 80, e mais sertanejo de raiz²²². ”Nós fazemos a comunicação popular, usamos a linguagem real, do jeito que o povo fala” explica Willian Nunes. Nesse mesmo horário, de segunda a sexta, quem entra no ar é um técnico em eletrônica, veterano na rádio, com um programa de variedades (humor e atendimento de pedidos de músicas).

A rádio possui um Conselho de Programação formado por cinco membros – duas pessoas da direção da rádio, um representante dos locutores e dois representantes das entidades que integram a associação da rádio comunitária - porém os programas são

²²² Entrevista comunicador popular da rádio comunitária Willian Divino Nunes dos Santos, em 14. 02.2009.

produzidos com bastante independência pelos próprios locutores. A direção discute o perfil inicial do programa e orienta sobre os princípios da emissora - é proibido fazer qualquer comentário ou tocar músicas que sejam ofensivas à moral ou que desrespeitem os direitos humanos. Isso significa dizer que muitas músicas bastante populares não são tocadas na rádio comunitária Nativa FM: “recentemente nós deletamos 56 músicas muito pedidas – tecnobrega, funk, melody” que de alguma forma geravam constrangimento, conta o voluntário que ajuda na técnica da rádio²²³. A emissora possui mais de cinco mil músicas em seu acervo digital – o que mais toca é MPB, música romântica, música gaúcha, vanerão e sertanejo, um dos carros-chefe da programação da emissora.

Dentro da programação diária da emissora, vai ao ar de segunda à sexta-feira, das 17h às 19h30, um programa só de música sertaneja, apresentado por um trabalhador de oficina mecânica de automóveis, um goiano de voz retumbante que já foi locutor de rodeio. No horário do final das tardes ele chega a receber 50 pedidos de música, aos domingos, comanda outro programa sertanejo, “Segura Peão!”, das 10 às 12 horas e nesse dia os pedidos de ouvintes podem chegar a 70²²⁴. Em termos de informação o que coloca no ar são os avisos gratuitos (especialmente de achados e perdidos – documentos, animais) solicitados pelos ouvintes. Essa é também a forma com que se dá participação dos ouvintes na programação da emissora, por meio de telefonemas, cartas ou “torpedos” (mensagem de texto por celular), normalmente para ofertar música ou pedir que o locutor divulgue algum recado ou aviso urgente (documento extraviado, animais perdidos, recados para pessoas da família) - mecanismo tradicional ao modelo das emissoras populares, comerciais ou públicas.

Outro horário tradicional na rádio e que mantém ainda um grupo fiel de patrocinadores é um programa que pretende ser uma revista matinal voltada ao público feminino e comandado pela única mulher veterana na programação, uma jovem dona de casa, de 24 anos que está há três anos e meio na rádio comunitária, sua primeira experiência à frente do microfone²²⁵. Saúde, receitas de alimentos, fofocas e novelas são os principais assuntos do programa “Dia à Dia”, que vai ao ar de segunda à sexta, das 8h às 12h. As fontes de informação para tanto são revistas (Ana Maria, Ti-tit-ti, Minha Novela) e a busca na internet que, em geral, a locutora faz em alguma “lan house” no caminho entre a casa e a emissora. O programa também oferece música e manda avisos e recados, de acordo com os pedidos dos ouvintes, por carta ou telefone. “Todo o atendimento é gratuito”, ao contrário da

²²³ Entrevista Jean Carlos, voluntário que ajuda na parte técnica da emissora.

²²⁴ Entrevista com Josemar Moraes de Andrade, o J. Moraes, comunicador sertanejo da NATIVA FM em 18.02.2009.

²²⁵ Entrevista Irenice Souza, locutora há 3 ano e meio, começou na rádio e continua lá.

emissora FM comercial da cidade “que cobra (R\$10 reais) por qualquer recado ou aviso que leva ao ar”²²⁶. A produtora e apresentadora do programa reconhece que faltam recursos para produzir informações sobre a cidade e a região, mas considera que seu programa agrada aos ouvintes, pois recebe, “no mínimo 20 ligações por dia”.

Quanto ao perfil dos comunicadores, a maior parte dos locutores da Nativa FM tem baixa escolaridade, em geral possuem o primeiro grau completo ou o segundo incompleto. Também não fazem parte dos movimentos sociais que integram a Associação da rádio comunitária e não são necessariamente moradores dos bairros próximos. A exceção são dois locutores que comandam programas aos sábados, os quais são professores de escolas públicas da cidade e integram o sindicato da categoria, o Sintepp, sócio fundador da emissora, ainda que os programas que comandem sejam independentes e não tenham uma vinculação direta com a entidade. É nos programas de ambos, “Intercâmbio” (sábado, das 10h às 12h) e “Microfonia” (das 13h às 17h) que a emissora produz alguma informação local, por meio de entrevistas, articuladas pelo coordenador da rádio, Domingos, muitas vezes a pedido dos movimentos sociais ou por orientação da diretora Antonia Melo. No programa da tarde é mais comum que o locutor produza notas a partir de informações coletadas da internet ou via aviso dos movimentos sociais. Em termos de informação, a emissora também coloca no ar, três vezes por semana, o programa de 15 minutos Prosa Rural²²⁷, com informações voltadas ao agricultor e sua família produzidas pela EMBRAPA, e que, atualmente, pode ser ‘baixado’ diretamente da internet.

A única entidade que integra a Associação e do Conselho Comunitário e que faz parte regularmente da grade da programação da emissora é a igreja católica, com um programa diário chamado “Palavra de Vida”, das 7h às 8h, voltado à evangelização e à divulgação da agenda das pastorais. Na prática, portanto, os movimentos sociais estão, de certa forma, ausentes da programação e da rotina da emissora que ajudaram a fundar e da qual fazem parte. “O movimento social não acompanha o nosso dia a dia” afirma Domingos Moraes, assim, ‘tocar a rádio’ torna-se, de certa forma, “uma experiência solitária”, desabafa.

²²⁶ Informação confirmada em conversa com pessoas do departamento comercial da FM Vale do Xingu, os quais pediram para não serem identificados.

²²⁷ A Nativa FM de Altamira é uma das mais de mil emissoras de rádio no país que transmitem o programa Prosa Rural, programa semanal de 15 minutos criado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 2003, como uma das ações do Fome Zero do governo federal com o objetivo de divulgar tecnologias e informações úteis para o dia-a-dia das famílias rurais. O conteúdo dos programas é produzido pelos centros de pesquisa da Embrapa e os programas atendem especificidades de cada região (Norte, Centro-oeste e Sudeste, Sul e Semiárido.) Atualmente ele pode ser baixado pelas emissoras cadastradas diretamente da internet (www.embrapa.br/prosarural).

Essa é uma característica que, segundo Antonia Melo, não é uma situação vivida de forma exclusiva pela antiga RCA, agora Nativa FM. “As entidades que compõem o conselho (dessas emissoras) são na verdade, meros figurantes, para legitimar a entidade. Não ocupam o espaço que existe e que poderiam ocupar, há uma desconcentração do movimento em relação às rádios comunitárias” diz ela.

Uma explicação para isso está no modelo de voluntariado das emissoras comunitárias. “O movimento social, nosso, aqui da região, tem condições de produzir informação de utilidade para colocar na rádio – mas, não investe nisso, toda a discussão se volta ao voluntariado e aí não ‘sai’. (Somente com) o voluntariado (a rádio comunitária) não é sustentável – as pessoas vão se cansando”, explica Domingos. “Quem faz parte das associações das rádios já faz parte de outros movimentos que (também) mal conseguem sobreviver”, complementa Antonia Melo, ela própria sobrecarregada pela extensa e intensa agenda dos movimentos sociais que coordena na região.

Cria-se assim um paradoxo: os movimentos sociais que criam as emissoras comunitárias para ter um meio próprio de comunicação e que reclamam objetivamente de não terem acesso aos outros meios massivos, não utilizam as potencialidades e possibilidades das rádios comunitárias. “As rádios comunitárias continuam sendo uma bandeira dos movimentos sociais (na região), mas sem avanços (...). Há interesse, mas (os movimentos) não dão prioridade (a elas)”, explica Melo.

No caso da rádio comunitária de Altamira, isso indica que a emissora ainda está às voltas com o desafio original da sobrevivência - “a emissora não é auto-sustentável” – ainda que permanentemente preocupada com o desafio de construir uma linguagem e um modelo próprio de rádio comunitária, dilema crucial da radiodifusão comunitária de forma geral no país: “(Queremos) uma rádio comunitária que debata os problemas da comunidade, que leve pessoas para serem entrevistadas, que seja capaz de dar a verdadeira versão dos fatos, de ser o contraponto da informação na cidade”. E exemplifica a importância disso:

Quando assassinaram a irmã Dorothy, os meios de comunicação da região quase a transformaram de vítima em ré. Quando aconteceram as intervenções nas madeiras, nos noticiários locais o grande vilão era o PT, os movimentos sociais, Don Erwin (Kräutler, bispo da Prelazia do Xingu) (MORAIS, i.v., 18.02.2009).

Entretanto, somente se as rádios comunitárias forem sustentáveis pode-se enfrentar o desafio de “promover cidadania de forma participativa e ao mesmo tempo agradar o ouvinte”. No entanto, segundo percepção de Antonia Melo, esse momento de forma geral

ainda não chegou para o movimento de rádios comunitárias na Transamazônica: “Não vejo que estas associações estão conseguindo pensar um modelo diferente, (elas) estão conseguindo apenas sobreviver com base na comercialização” (MELO, i.v. 19.02.2009).

5.3.3 Brasil Novo: emissora única e o desafio de fazer diferente

a) Origem da Rádio Popular FM (95,1 MHz)

Criada em 4 de abril de 1998, a Rádio Popular FM de Brasil Novo nasce, assim como as demais rádios comunitárias da região, em torno da militância do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST) e também a partir das informações técnicas de João Prado, porém mais do que nos exemplos anteriores, com o apoio decisivo da paróquia local. A figura do padre Oscar Fuhr, um dos párocos da ala progressista da igreja católica que atuava na região desde os anos 70, foi fundamental na articulação para a fundação da rádio – “foi ele o braço forte para fundar a rádio²²⁸” - a primeira reunião aconteceu dentro da paróquia, os primeiros móveis, o primeiro transmissor e os primeiros discos de música pra tocar na rádio foram doados por ele.

Fazia muito pouco tempo, menos de seis anos, que a principal Agrópolis criada pelo INCRA ao longo da rodovia BR 230, mais exatamente no seu km 46, havia se tornado município (1991). Brasil Novo contava na época com uma população de pouco mais de 17 mil habitantes num território de 6.368 km², sendo menos de 4 mil moradores na sede urbana e o restante (75%) nas áreas rurais (IBGE, Censo 2000) ao longo dos travessões ao Norte e ao Sul da pista de terra e muita lama no tempo das chuvas. Era a segunda vez que um prefeito eleito estava à frente da gestão do novo município e a realidade já anunciava a consolidação de uma alternância sem grandes mudanças na condução da prefeitura, representada por dois grupos políticos dominados pelo personalismo de duas lideranças carismáticas, mais do que por partidos políticos, ambos representantes das elites econômicas locais: de um lado, o grupo de Antonio Lorenzoni, empresário do setor madeireiro, dono do cartório da cidade que seria prefeito duas vezes (1992 e 2000, pelo PMDB); do outro lado, Carlos Caetano, pecuarista representante dos grandes proprietários das glebas, dono do posto de gasolina da cidade e da maior loja de materiais de construção, que viria a ser uma vez vice-prefeito (1992), do próprio

²²⁸ Entrevista com Arildo Madegan, integrante do MPST e um dos fundadores da Rádio Comunitária de Brasil Novo. Em 6 de julho de 2008.

Lorenzoni, e três vezes prefeito de Brasil Novo (1996 (PMDB), 2004 (PSDB) e 2008(PR)). Ambos, considerados adversários dos movimentos sociais da região.

São justamente os movimentos sociais mais articulados do novo município, especialmente a partir da zona rural e sob o poder de ativação da igreja - que se fazia presente com suas comunidades eclesiais de base (Cebs) nas agrovilas dos 12 travessões da Transamazônica no perímetro de Brasil Novo - que irão criar a Associação de Cultura e Informação de Brasil Novo (ACIBRA), cujo nome fantasia adotado seria Radio Popular FM (95,1). A emissora foi fundada por cinco entidades locais além da Igreja Católica (Paróquia Corpo e sangue de Cristo): o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Brasil Novo (STTR); o Movimento de Mulheres de Brasil Novo, a Cooperativa de Mini, Pequenos e Médios produtores Rurais de Brasil Novo (COOPBRAN) e o “Caminhões Comunitários” - um programa desenvolvido a partir do STTR para atender as necessidades de escoamento da produção e também as necessidades mais urgentes de transporte das famílias dos lotes ao longo dos travessões da Transamazônica, que para tudo precisavam vir para a cidade, já que escolas rurais nas agrovilas eram poucas e atendimento à saúde só na sede do município, situação que ainda hoje permanece praticamente inalterada. Ainda num primeiro momento, outras duas organizações religiosas passam a fazer parte da rádio como entidades associadas: a Igreja Assembléia de Deus e a 1ª Igreja Batista de Brasil Novo.

Todas essas entidades irão compor o Conselho Comunitário da Popular FM, com direito à voz e voto nas assembleias da rádio, ao uso de duas horas semanais cada dentro da grade de programação da emissora e direito a indicar representante para integrar o Conselho de Programação da rádio. Isso significa dizer que a Popular FM possui todos os mecanismos de participação previstos pela Lei 9.612 – Conselho Comunitário, Conselho Fiscal e Conselho de Programação, ainda que na prática eles de fato não funcionem como deveriam, como veremos adiante. Cada uma das entidades, fundadoras e associadas, também devem, segundo definido no estatuto da Associação (ESTATUTO, 2005) concorrer para o “funcionamento e expansão da emissora” por meio de uma contribuição mensal no valor equivalente a 2% do salário mínimo vigente, além de uma contribuição inicial equivalente a 2% de 12 salários mínimos – o que em preços de hoje significariam respectivamente 10 reais mensais e 129 reais de aporte inicial, soma que em nenhum momento chegou a cobrir os custos de operação da rádio.

A grande fonte de custeio da emissora comunitária de Brasil Novo sempre foram os anúncios do comércio local (apoios culturais) e do poder público, ainda que adversários políticos (movimentos-prefeitura). Também a realização de eventos (festas) e,

mais recentemente, o arrendamento de horários da programação para igrejas evangélicas de várias denominações presentes e crescentes na cidade compõem o sistema financeiro de manutenção da emissora. Toda essa requisição por parte de atores variados e por vezes antagônicos só é possível porque a rádio comunitária Popular FM sempre foi e continua sendo, ao menos por enquanto, o único meio de comunicação local existente no município e, portanto, a única alternativa de divulgação massiva de informação em Brasil Novo.

No campo midiático do município, além da rádio comunitária, Brasil Novo conta com uma repetidora de televisão (Cultura/Funtelpa-PA), que antes retransmitia o sinal da Globo, porém a maior parte das casas, tanto na cidade quanto nos lotes e agrovilas tem antena parabólica – “onde tem energia tem televisão e onde tem televisão, 70% tem antena parabólica” explica o coordenador da Emater no município²²⁹ - acessando, portanto, sinais de diversas emissoras a partir das ‘cabeças de rede’ no Sudeste do país. Em termos de telefonia, há uma única empresa de telefonia móvel instalada no município, isso apesar da ‘febre’ que os telefones celulares já significam na cidade – “toda família, mesmo na área rural, tem (hoje) um telefone celular” diz o diretor do STTR²³⁰. Quanto à internet, computador é coisa rara nos domicílios e conexão com a internet também. Há duas *lan houses* na cidade e somente alguns pontos privados de conexão discada a partir de um provedor “pirata” não licenciado pela Anatel, de propriedade do chefe de gabinete da prefeitura²³¹. Banca de revista nenhuma, por isso publicações e mesmo jornais diários de Belém são coisa rara em Brasil Novo.

Isso faz com que na fala dos mais variados grupos se repita a afirmação: “a rádio comunitária é um patrimônio da cidade²³²”. Esse fator também propiciou ao longo do tempo uma condição em termos de gestão e funcionamento completamente distinta daquela que as demais emissoras observadas mais amiúde neste estudo enfrentam devido ao cenário de disputa - e de forma desigual - do campo midiático. Isso não significa, porém, que a rádio Popular FM de Brasil Novo não enfrentou embates para conseguir se manter no ar, ao contrário, e o mais difícil deles foi justamente o seu processo de legalização.

²²⁹ Wanderlei Ribas Pereira, coordenador da Emater em Brasil Novo, entrevista em 07. Fev. de 2009.

²³⁰ Afirmação de Braz Teixeira da Silva, diretor de finanças do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Brasil Novo. Em 06 de fev. de 2009.

²³¹ Segundo Anatel, não há nenhuma empresa autorizada em Brasil Novo a operar Serviço de Comunicação Multimídia (provedores de conexão à internet via rádio) – EASP (Entidades Autorizadas dos Serviços Privados (<http://sistemas.anatel.gov.br/easp/>)). Já a informação de que o chefe de gabinete do prefeito é o proprietário do único provedor de internet da cidade (Elo.com) é informação corrente, confirmada pela assessoria de comunicação da prefeitura. Entrevista com o assessor José Sales Rodrigues em 05 de fev. 2009.

²³² Fizeram esta afirmação entre outros: o Prefeito Carlos Caetano, o novo pároco da cidade Wandeir Lima Alves, o Pastor Edilson Alves da Silva, da 1ª Igreja Batista, Braz Teixeira da Silva do STTR, Marinete Madergan, radialista e vereadora pelo PT; Lindomar Carvalho Garcia, vereador pelo PTB e presidente da Câmara Municipal de Brasil Novo – entrevistas realizadas entre 4 e 9 de fevereiro de 2009.

b) Legalização

A primeira fiscalização da Anatel em Brasil Novo aconteceu no ano seguinte de sua fundação, em 1999. A associação já havia encaminhado sua Manifestação de Interesse ao Ministério das Comunicações – primeira etapa para que o governo abra a concorrência de canais de radiodifusão comunitária nos municípios solicitados, por meio da publicação de editais de Avisos de Habilitação, o que ainda não havia ocorrido. Ainda que funcionando de forma improvisada, transmitindo nos primeiros tempos somente no horário da noite, a emissora, controlada pelos movimentos sociais, já começava a incomodar os grupos tradicionais de poder na cidade.

Acredita-se que foi por conta de denúncia anônima que a Anatel chegou à cidade no dia 4 de abril de 1999 para fiscalizar a rádio Popular FM. A emissora foi lacrada e ficou quase um ano fechada. Quando voltou a funcionar, era aos sobressaltos - a cada vez que ficavam sabendo que a Anatel estava na região, fechavam as portas e recolhiam o equipamento. A emissora seria fechada outras três vezes (2002, 2003 e 2006), a última delas com apreensão de todo o equipamento conseguido por meio de doação cotizada das entidades associadas e apoio de projeto do Fundo Dema; cinco dirigentes foram indiciados por atividade ilegal de telecomunicações e o total de multas aplicadas pela Anatel chegou em 2009 a cerca de 10 mil reais.

Em 2001, quando finalmente o governo publicou o edital de abertura de Aviso de Habilitação para Brasil Novo, duas associações de rádio comunitária participam da concorrência: a Rádio Popular FM e uma outra entidade com nome Fantasia de “TransFM”, criada pelo então prefeito da época²³³. A iniciativa além de uma reação local à rádio dos movimentos sociais, fazia parte de uma tentativa de reação em toda região, articulada pelo deputado Nadir Neves, o mesmo que obteve sucesso em Altamira com a liberação da pseudo-comunitária Cidade FM.

Inicialmente a rádio Popular FM perdeu a concorrência e em 2003 o Ministério das Comunicações chegou a oficializar o arquivamento do processo da rádio. A Associação de Cultura e Informação de Brasil Novo ou Rádio Popular FM porém reagiu e com o apoio das entidades e do comércio local contratou um advogado em Brasília e conseguiu provar as irregularidades cometidas pelos adversários: a outra entidade havia fraudado as assinaturas

²³³ Entrevista Marinete Mardegan, radialista e vereadora, em 07.02.2009; e entrevista de Antonio Lino, radialista, ligado ao STTR e à paróquia local, em 06.02.2009.

nos abaixo-assinados exigidos como comprovação de apoio popular à criação das associações de rádio comunitária, importante item no processo de concorrência do Ministério das Comunicações. Somente em 2006 o processo da popular FM foi reaberto no Ministério e voltou a tramitar normalmente. Nesse ínterim a entidade gastou com honorários de advogado cerca de 13 mil reais. Em outubro de 2007 é publicada no Diário oficial da União a autorização para a rádio Popular FM funcionar, porém ainda com licença provisória. A licença definitiva viria somente 11 anos, sete meses e 16 dias depois de sua fundação, em 20 de novembro de 2009.

c) Funcionamento e manutenção

A rádio comunitária de Brasil Novo é auto-sustentável, remunera seus locutores por hora trabalhada (R\$ 4,00) e por isso não enfrenta o problema da alta-rotatividade dos profissionais, problema comum nas rádios comunitárias deficitárias. Também remunera parte da diretoria que trabalha em regime de dedicação exclusiva (diretor geral – 3 salários mínimos e tesoureiro, 2 s.m.), o que sem dúvida ajuda na gestão do dia à dia da rádio, ainda que não resolva os desafios de promover o engajamento dos movimentos sociais e entidades integrantes no processo de gestão, discussão da programação e produção de conteúdo.

A arrecadação mensal da rádio, em torno de cinco mil reais, com anúncios do comércio e do poder público e o arrendamento de horários para as igrejas é suficiente para cobrir os custos correntes (água, luz, telefone, aluguel, manutenção do equipamento e remuneração do pessoal - locutores, diretoria e uma secretária) que também chegam a esse valor, ou seja, no final de cada mês o resultado empata. Para cobrir despesas extras, como o concerto ou compra de equipamento, a emissora promove festas públicas, com os jovens *dee jays* (*disc jockeys*) da rádio.

i) *Política e radcom*

Durante muitos anos o fato da emissora estar claramente posicionada, desde a sua origem, junto aos movimentos sociais e portanto próxima aos partidos de esquerda, em especial o PT na região, não alterou as relações comerciais da rádio, nem com o comércio, anunciante fiel, nem tampouco com o poder público. As forças e as opiniões sobre política na cidade, como é frase corrente entre os moradores de Brasil Novo, sempre se dividiram claramente entre os dois caciques locais: “os do Carlinhos” e “os do Lorenzoni”, como “jogo

entre Flamengo e Vasco”²³⁴. O fato da rádio se posicionar a favor de nenhum deles e eventualmente contra os dois, não era suficiente para gerar antagonismos entre os atores que apoiavam este ou aquele diante da única “vitrine” midiática da cidade. Durante as últimas eleições municipais, em 2008, porém, o quadro se alterou.

Com o Partido dos Trabalhadores no governo, nacional e estadual, assim como em função das orientações para que as alianças nacionais se repetissem também no pleito municipal, serviu para aproximar em Brasil Novo tradicionais adversários. O PMDB de Lorenzoni se uniu ao PT para lançar a candidatura de Alexandre Lunelli – então vereador do PT, pequeno agricultor com larga trajetória nos movimentos sociais (integrante do MPST, fundador do STTR no município, e um dos criadores dos “Caminhões Comunitários” e um dos fundadores da rádio comunitária) e temperamento moderado. Pela primeira vez o PT surgia como uma terceira força política com chances de governar os destinos da cidade. Por todos esses ingredientes a rádio “entrou na campanha” – um dos seus articuladores principais, Arildo Madergan, se tornou o coordenador da campanha de Lunelli e o tesoureiro da rádio, Tarcício Venturini, se licenciou da emissora também para trabalhar na campanha do PT à prefeitura.

“A gente investiu tudo nessa campanha, (pois) sabia que o candidato (do PT) tinha uma outra visão da comunicação e com o apoio da prefeitura a gente ia poder fazer uma rádio grande, investir em profissionalização e integrar toda a região”, explica a diretora geral da emissora, Rosymayre Rosa da Silva Acácio Feitosa (i.v. em 07.02.2009). Era também a chance de colocar em prática soluções para os problemas do município pelo quais os movimentos sociais vinham lutando todos aqueles anos, desde o início do MPST - Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica, no qual muitos iniciaram sua trajetória política.

Por uma diferença de menos de 1% o prefeito em exercício, José Carlos Caetano, o “Carlinhos” reelegeu-se. A disputa foi acirrada e o confronto pesado, repleto de acusações e reações quanto à compra de votos pela máquina municipal²³⁵. O resultado para a gestão da rádio é que pela primeira vez a emissora perdeu contratos de anunciantes do

²³⁴ Francisco Ferreira de Araújo, 62 anos, pequeno empresário, pioneiro na cidade, chegou à Transamazônica em 1972.

²³⁵ As acusações de compra de voto e abuso de poder econômico e político, levaram à cassação do mandato pelo TER e afastamento do cargo do prefeito eleito de Brasil Novo, José Carlos Caetano, em abril de 2009. Porém, somente em junho desse ano (2011) acontecerão novas eleições no município. (Diário do Pará, 18.03.2011. Disponível em: <http://diariodopara.diarioonline.com.br/N-129381-ELEICOES+PARA+PREFEITO+OCORREM+EM+4+CIDADES.html>)

comércio local. A relação de oito anos com a Câmara Municipal também foi rompida, mas quem decidiu encerrar o acordo comercial, nesse caso, foi a própria rádio.

Todas as segundas feiras pela manhã durante oito anos a emissora abria o microfone para coloca no ar, ao vivo e na íntegra, a sessão da Câmara Municipal de Brasil Novo. Por esse serviço a Câmara pagava uma cota mensal no valor de 900 reais. A prática se incorporou a tal ponto na rotina da cidade que, se por alguma razão a emissora estava “fora do ar”, a sessão da Câmara era cancelada pelo Legislativo Municipal. Funcionava também como um claro indicativo do papel exercido pela emissora no município como espaço público para o exercício da política. A questão é que durante a campanha eleitoral o espaço de cobertura ao vivo das sessões da Câmara Municipal transformou-se num palanque radiofônico com ares de armadilha para os interesses políticos que a rádio naquele momento defendia: os vereadores, na sua maioria de partidos coligados ao prefeito, aproveitavam os microfones da rádio comunitária para falar ao vivo, sem nenhuma forma de controle, em favor da candidatura da situação e contra o candidato da oposição. Em reunião do Conselho Comunitário da emissora, ficou decidido “por unanimidade, não continuar com este tipo de relação entre a rádio e a Câmara, não mais com o microfone aberto - o que propomos é fazer a cobertura das sessões” explica Odete Rios²³⁶, representante do Movimento de Mulheres no Conselho.

ii) *Radcom e igrejas evangélicas*

“A política partidária atrapalha a rádio e atrapalha os movimentos sociais”, reflete uma das radialistas da emissora²³⁷. Mas se a rádio comunitária, do ponto de vista de sua gestão, parece querer no momento se afastar da política partidária – lembrando que os dados aqui coletados o foram em fevereiro de 2009, ainda sob uma certa ‘ressaca’ eleitoral - as circunstâncias cada vez mais aproxima a rádio de uma outra força, a princípio também antagônica aos princípios da emissora comunitária - as igrejas evangélicas, que tradicionalmente no município “não são parceiras dos movimentos sociais”²³⁸. Na atualidade, cinco igrejas protestantes, das mais tradicionais às novas e novíssimas pentecostais, ocupam o espaço da rádio por meio de arrendamento (60 reais/ hora) para fazer a “pregação do

²³⁶ Odete Rios, integrante e uma das fundadoras da emissora, representa o Movimento de Mulheres no Conselho Comunitário. É coordenadora da Casa Familiar Rural de Brasil Novo. Entrevista em 05.02.2009.

²³⁷ Marinete Madergan, radialista e ex-vereadora em 07.02.2009.

²³⁸ Odete Rios (Entrevista em 05.02.2009)

evangelho”: Igreja Presbiteriana, Igreja Adventista Quadrangular, Igreja de Deus (no bairro Cidade Nova), Igreja de Deus (no Centro), Assembléia de Deus Madureira.

Em tempos de queda na arrecadação da emissora - época da entressafra do cacau (janeiro a abril), principal produto a movimentar a economia local - o arrendamento para as igrejas já chega a representar cerca de um terço da arrecadação da emissora²³⁹. Também as igrejas associadas à rádio - Igreja Católica (fundadora), Assembléia de Deus e Igreja Batista (associadas) – mantém programas na rádio, porém dentro de sua cota de tempo semanal estipulada pelo estatuto. São, inclusive, somente as igrejas e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais que ocupam as duas horas a que têm direito semanal como membros do Conselho Comunitário. A paróquia ocupa apenas a metade do seu tempo, aos sábados com o programa “Sintonia das Comunidades”, com recados e avisos de catequese e celebrações na área rural. Os demais movimentos que já chegaram a ter programas na rádio comunitário não conseguiram permanecer. Um dos motivos alegados é que “a comunicação é exigente. O ouvinte quer trabalho de qualidade e isso requer um preparo e um tempo que os movimentos ainda não têm”. Outro motivo é que os movimentos sociais em Brasil Novo vivem “nos últimos anos uma crise de estagnação²⁴⁰”.

As duas causas apontada para essa crise reafirmam a explicação do que seria o *esvaziamento institucional na região*, ocasionado tanto pelo afastamento da Igreja nos anos 90, a partir do novo posicionamento do Vaticano distanciando-se das diretrizes da ‘igreja libertadora’ que havia embalado a organização social nos anos 70 e 80, quanto pela cooptação dos movimentos e suas lideranças pela via político-partidária frente aos novos arranjos locais e regionais que repetem as alianças da base eleitoral que conduziram a esquerda ao governo. “Os movimentos sociais na região (da Transamazônica) e em Brasil Novo eram fortes antes de virar governo”, confirmam integrantes do movimento regional. Já o afastamento da Igreja traz elementos um pouco distintos em Brasil Novo: o tempo de existência da crise ou ‘vazio’ a que se referem os militantes (em torno de 5, 6 anos) coincide com a morte de Pe. Oscar Fuhr (16 de abril de 2005)²⁴¹, padre gaúcho que chegou à região em 1974 e que é citado como o “guia”, o “mestre”, o “braço forte” dos jovens filhos de colonos que se tornaram militantes das causas sociais na Transamazônica. A única crise interna evidenciada na administração da rádio, quando em 2006 o movimento se dividiu para disputar a eleição da nova diretoria parece inclusive refletir a ausência da sua figura agregadora do padre Oscar.

²³⁹ Tarcício Venturini, tesoureiro da emissora. Entrevista em 05.02.2009.

²⁴⁰ Odete Rios (Entrevista em 05.02.2009)

²⁴¹ O padre Oscar Fuhr chegou na região em 1974, vindo da Arquidiocese de Porto Alegre (RS) para trabalhar em Uruará. Antes de morrer, pediu para ser enterrado em Brasil Novo.

É certo, como já vimos, que esse distanciamento entre igreja católica e movimentos sociais não se dá só na localidade, mas em toda a região e reflete entre outros aspectos uma conjuntura internacional do reposicionamento da Igreja Católica diante das questões sociais e de suas atitudes junto às bases sociais e eclesiais. Em Brasil Novo, porém, esse distanciamento tem um ar mais dramático, com traços de orfandade e desamparo, que parece imprimir lenta superação. Nostalgia e certa melancolia rondavam as falas de todos os integrantes dos movimentos sociais da cidade entrevistados por este estudo. “Estamos juntando os cacos da nossa história” diz emblematicamente, Odete Rios, militante dos movimentos sociais e “cria do Pe. Oscar”, como ela mesma gosta de lembrar.

Integrantes do movimento acusam a atual paróquia, Sangue e Corpo de Cristo, antes comandada por Pe. Oscar de haver se distanciado dos movimentos e se aproximado das elites – “a missa de domingo virou um desfile de moda”, diz uma antiga militante. Objetivamente, a igreja que tudo “animava”, que estava presente em “cada corte” das vicinais, discutindo “todos os temas e demandas sociais”, sofreu um refluxo. “Hoje 70% das igrejas nas vicinais fecharam ou estão desmobilizadas, fazendo como as outras igrejas - vendendo a palavra de Deus”, acusa outra. Já para o atual pároco, Wandeir Lima Alves, um jovem goiano que chegou a Brasil Novo em 2001 com pouco mais de 20 anos para atuar como vigário cooperador do Pe. Oscar, o principal problema para a desarticulação das comunidades rurais está nos desafios trazidos pela modernidade: naquela época “a única ‘ativação’ nas comunidades rurais era o padre, hoje o ‘altar’ é a televisão”, alega.

Os jovens, segundo o novo pároco, já não querem mais permanecer na área rural, com isso “o campo está esvaziando” e os problemas na cidade aumentando: falta oportunidade para os jovens – não há nenhum curso superior na cidade - aumenta o consumo de drogas e já há casos de prostituição infantil no município, aponta pe. Wandeir. Quanto ao afastamento entre igreja e movimentos sociais o pároco de Brasil Novo responde pela via conciliadora: “Muitos dizem que a Teologia da Libertação morreu, mas ela se aperfeiçoou: passou de uma situação mais radical no início para a opção das pastorais hoje em dia”.

Quando o assunto é a rádio comunitária, ainda que concorde que ela é “um bem para a população de Brasil Novo”, o tom de Pe. Wandeir é bastante crítico. Ele questiona se a Rádio Popular FM é de fato “comunitária”, ainda que não participe ou se envolva para tentar fazê-la diferente, e indaga - “Qual a diferença entre uma rádio que toca música de sucesso e coloca um locutor levando ao ar informações que interessam ao deputado Juvenil ou informações que interessam ao PT ?”.

d) Programação e produção de conteúdo

Tanto a partidarização da emissora quanto as dificuldades de gestão comunitária da emissora são fatores que têm gerado reflexões junto aos dirigentes da rádio, mas também impactos sobre suas condições de funcionamento. O primeiro deles, após o embate eleitoral, tem cobrado seu preço objetivamente, na redução da arrecadação da emissora entre segmentos que se polarizaram. O segundo, tem levado à tentativa, por parte da atual direção, de provocar a discussão sobre o tipo de rádio comunitária que se quer fazer, junto à equipe e aos associados da rádio.

“Ser rádio comunitária e ter perfil de comercial pra nós não interessa”, afirma Rosimayre, a Meire, diretora da Popular FM. “Nós temos a função de levar a discussão do dia a dia, principalmente da cidade, para a rádio. Isso com o pensamento de que assim podemos ajudar as pessoas a terem uma qualidade de vida melhor”, argumenta ela. As reuniões do Conselho de Programação – constituído segundo o estatuto da emissora para ajudar a construir a programação e discutir seu conteúdo, ainda que constituído de forma muito restrita pelo coordenador geral, o programador de notícias e dois apresentadores de programas indicados pelo Conselho Comunitário – deveriam ser mensais e poderiam servir para este fim. Também as reuniões do Conselho Comunitário, que acontecer “trimestralmente”, segundo seu estatuto, poderiam contribuir nesse sentido, na medida em que é o Conselho Comunitário o mecanismo que tem a prerrogativa de fiscalizar a emissora “no tocante a seu caráter comunitário, sua administração e programação”. No entanto, nenhuma das duas coisas acontece de fato ou de forma integral. Na prática, porém, segundo informações de integrantes da atual diretoria, mas também de gestões anteriores, o Conselho Comunitário da Rádio Popular FM de Brasil Novo se reúne anualmente em Assembléia Geral e as reuniões do Conselho de Programação se resumem às reuniões da diretoria com os locutores, sem o envolvimento efetivo dos movimentos sociais que dela fazem parte. Realidade que, em geral, se repete nas demais emissoras pesquisadas na região.

Na prática, garantir a participação efetiva dos associados na condução e construção da rádio comunitária que se deseja é um desafio também em Brasil Novo. As entidades associadas acabam deixando muito “na mão” do grupo de dirigentes (coordenador, secretário e tesoureiro) as decisões sobre a emissora, gerando uma “sobrecarga de responsabilidade” que deveria ser partilhada, diz Meire. Mesmo nas reuniões com a equipe de locutores, o maior desafio é a questão da compreensão do papel da rádio comunitária: nesse caso, “a maioria dos locutores não tem compromisso com os movimentos sociais” ou com as

demandas sociais da população do município, explica a atual diretora. São em geral jovens entre 17 e 20 e poucos anos, contratados pelo talento natural da voz grave e a capacidade de improviso, porém, quase todos, impregnados por um padrão técnico e estético emanado das grandes redes nacionais de rádio FM comercial.

Ao longo de mais de uma década de história da emissora, entretanto, a filosofia da rádio de querer “fazer diferença na qualidade de vida da cidade”, como diz um de seus fundadores e ex-dirigente²⁴², já se manifestou em vários momentos, por meio da criação de uma esfera pública local, por exemplo, na realização de campanhas de interesse público contra a falta de iluminação pública na área rural ou pela melhoria dos salários dos professores municipais. Nessas ocasiões a rádio comunitária funciona com a técnica do “microfone aberto” por uma semana ou mais, durante a qual ouvintes manifestam sua opinião ou dúvida e são trazidos entrevistados ao estúdio para debater e responder sobre o assunto. Vinhetas educativas contra a violência doméstica ou contra o uso de drogas também já foram levadas ao ar e mesmo a transmissão das sessões do Legislativo Municipal é um exemplo das potencialidades da rádio comunitária como espaço público a partir de um lugar periférico (FRANÇA, 2001). Entretanto, a rádio Popular FM de Brasil Novo não consegue, no dia à dia, fazer a cobertura e a abordagem dos assuntos da cidade e da região: “falta pessoal, mais qualificação e também infra-estrutura”, explica a diretora. “O complicado é que isso faz com que a gente saiba mais do que acontece em São Paulo do que em Medicilândia”, município vizinho.

O principal espaço informativo da emissora, o noticário “Espaço Aberto”, que vai ao ar se segunda à quinta, das 12h às 13 horas (sexta-feira o horário é ocupado pela Igreja Batista) é um exemplo disso. Produzido por “uma equipe de um”, brinca o jovem locutor²⁴³, responsável pelo levantamento, redação e apresentação das notícias, o programa, que mistura música, informação e entrevista, enfrenta diariamente o desafio de produzir informação local e regional. Os principais empecilhos para a apuração das informações é a dificuldade de transporte – a emissora não tem meios próprios para deslocamento, nem telefone celular específico para a reportagem ou link para transmissão externa, somado ao acesso restrito às fontes oficiais de informação no município, especialmente do poder público (prefeitura e secretarias municipais, ainda mais depois do embate acalorado nas eleições). As notícias do estado são pesquisadas na internet (ORM, Liberal, G1) e as nacionais, são fornecidas por um

²⁴² Arildo Madergan, entrevista em 6.07.2008.

²⁴³ Bruno Portugal, apresentador do Informativo Espaço Aberto e dos programas Seresta e Panela de pressão da Popular FM.

serviço pago de São Paulo, de notas gravadas (60 reais por mês com direito à 6 notícias/dia) enviadas via internet. Não existe uma rotina para a apuração das notícias regionais e nem é feito contato com as demais rádios comunitárias da região para este fim. Também não há reunião de pauta e a decisão sobre o que vai ao ar acaba, conforme explica o apresentador do noticiário, sendo movida pelo improviso e pela decisão pessoal.

O jovem locutor do informativo da rádio, que já morou no interior de São Paulo, em Belém e Altamira e já teve algumas experiências de trabalho em rádios de Altamira (na Rádio Rural e Vale do Xingu) apresenta também outros dois programas da grade da emissora: “Seresta”, um programa musical que vai ao ar aos domingos (20h às 22 horas) e também o humorístico “Panela de Pressão”, transmitido nesse mesmo horário nas noites de sábado. Juntamente com outros dois locutores, eles criam personagens bem ao “estilo Pânico” da rádio Jovem Pan, indicando mais uma vez qual é a referência de rádio para os jovens locutores da Popular FM.

O ‘carro-chefe’ da emissora é seu horário da manhã, como tradicionalmente acontece no rádio. O programa sertanejo “Bom Dia Brasil Novo”²⁴⁴, que abre a programação das 5h30 às 7 horas, intercalando música e informação e por vezes até entrevista, é o de maior audiência da emissora, seguido de perto pelo programa de música romântica “Pop Show”²⁴⁵, que vai ao ar das 8h30 ao meio dia. Essa audiência é medida pela participação de ouvintes no programa, tanto pedindo e dedicando música como enviando recados aos familiares em geral moradores dos lotes nas vicinais da Transamazônica.

A rádio Popular FM atinge todo o município de Brasil Novo, isso porque uma antena potencializada garante um raio de 30 km no alcance da emissora. Caso atendesse a determinação da lei não seria ouvida nem nos primeiros lotes na faixa dos pioneiros da colonização dirigida, famílias assentadas nos 15 quilômetros iniciais dos travessões, muito menos ainda os agricultores dos assentamentos escutariam a emissora nos fundos das vicinais, onde o rádio faz de fato uma enorme diferença para vencer a distância e o isolamento. Segundo uma psicóloga da secretaria municipal de Saúde, é justamente o rádio de pilha e a possibilidade de ouvir a rádio comunitária e fazer contato por meio dela que ajuda muitos pacientes que sofrem de depressão pelas condições de isolamento em que vivem²⁴⁶. O CAP (Centro de Assistência Psicológica) de Brasil Novo tem 600 pacientes registrados, homens e

²⁴⁴ Marinete Madergan, é a apresentadora fixa do Bom Dia Brasil Novo.

²⁴⁵ Hugo de Leon é o apresentador fixo do programa Pop Show.

²⁴⁶ Lilian de Fátima Pereira, psicóloga do CAP de Brasil Novo. Entrevista em 04.02.2009.

mulheres²⁴⁷, de 18 a 82 anos, a maior parte na área rural, recebendo atendimento médico-psicológico por problemas de depressão.

Com maior potência na antena, a rádio comunitária consegue levar e trazer avisos de utilidade pública ou recados pessoais dos e nos quatro cantos do município, na sede urbana e na área rural. Grande parte das mensagens do público ouvinte chega à rádio em forma de ‘torpedos’, por telefone celular (equipamento já comum em todo o município). Muitas pessoas, entretanto, ainda vêm trazer pessoalmente os bilhetes no estúdio da rádio. O resultado é uma enorme quantidade diária de recados e avisos de utilidade pública que se acumulam nos escaninhos de cada comunicador da Popular FM (ver fotos no Anexo D). Ao final de cada dia, um balaio cheio de informações já anunciadas pelos locutores é queimado para dar espaço à mais bilhetes no dia seguinte – desde aviso de achados e perdidos até recados sobre a saúde de fulano ou a saudade de beltrano. O rádio, reafirmando-se como a extensão da comunicação interpessoal, massiva, mas também especialmente dirigida. Esta parece ser uma das grandes forças de sustentação da rádio comunitária no interior de regiões rurais como Brasil Novo.

São também os avisos e recados a principal forma das entidades não associadas utilizarem a emissora. A Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) ou a Ceplac (Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira), por exemplo, se valem dos serviços da rádio comunitária justamente para contatarem lideranças e mobilizarem as comunidades rurais para encontros e reuniões dos seus técnicos com produtores nas estradas vicinais. Produzir um programa específico com informação relevantes para os mini e pequenos produtores rurais do município ainda não é feito nem por essas entidades, nem tampouco pela rádio, ainda que o agricultor familiar e sua família seja sem dúvida um público²⁴⁸ importante e cativo da rádio e temas importantes não faltem para ser tratados na forma de um programa radiofônico de assistência técnica e extensão rural, sobre o cacau, por exemplo – já que o município é o segundo maior produtor na região; ou sobre as formas de reflorestamento diante das pressões do novo Código Florestal, problema a ser enfrentado no

²⁴⁷ A maioria dos pacientes do CAP são mulheres de meia idade. Segundo a psicóloga, elas ficam muito sozinhas nos lotes enquanto os maridos vão pra a “lida” e os filhos que crescem migram para a cidade”. Nesses locais a energia elétrica chegou muito recentemente e alguns pontos mais afastados ainda não chegou, explica Lilian Pereira (2009).

²⁴⁸ Os mini e pequenos produtores rurais representam a maioria (70%) dos cerca de 2 mil agricultores de Brasil Novo (Emater/Brasil Novo, 2009 – Fonte: Wanderley Ribas Pereira, coordenador da Emater - Brasil Novo. Entrevista em 05.02.2009)

município, um dos mais deflorestados do estado²⁴⁹; a própria questão ambiental que aparece em documentos da emissora²⁵⁰ como um valor já apropriado pela entidade, não se reflete de forma evidente na programação da rádio e nos conteúdos por ela produzidos.

5.3.4 Rurópolis: do pioneirismo à perda de identidade

a) Origem da Rádio União FM (87,9 MHz)

A Rádio União FM Rurópolis está inserida, do ponto de vista de seu campo midiático, num cenário de disputa também bastante comum a emissoras comunitárias instaladas em município pequenos de até 50 mil habitantes, onde além da rádio comunitária funciona no município apenas uma outra emissora FM, porém privada de caráter comercial. Ou seja, locais aonde se dá o embate direto entre dois modelos de comunicação que têm ou deveriam ter origem, função e interesses diversos. Outro dado relevante é entender a dimensão do isolamento que normalmente atinge a região, mas que é ainda mais agudo em Rurópolis.

Primeira cidade planejada idealizada pelos militares no seu modelo de urbanismo rural proposto para a colonização dirigida na Amazônia, Rurópolis – hoje com 44.720 habitantes (IBGE, 2010), cerca de 65% dos quais já vivendo na cidade²⁵¹ -situa-se na confluência de uma encruzilhada entre rodovias de integração – a Transamazônica (BR 230) e a Cuiabá-Santarém (BR 163) - que levam a três cidades pólos: Altamira, há 330 km direção Noroeste, capital da região da Transamazônica e Xingu; Santarém, há 214 km sentido Norte, pólo da região do Baixo Amazonas e Itaituba, há 146 km direção Nordeste, sede da região do Tapajós, da qual objetivamente o município faz parte. Situa-se, portanto, no extremo de três rotas que durante quatro meses do ano (janeiro a abril) tornam-se praticamente intransitáveis. Os dois mil quilômetros de vicinais que se espalham pelo município e que seriam de responsabilidade do INCRA são também um convite ao isolamento.

²⁴⁹ Brasil Novo situa-se numa das áreas mais alteradas do Estado, tendo sido citado entre os 36 municípios que mais sofreram desmatamento no ano de 2007 na Amazônia (DETER, 2007). Disponível em: <http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=260319> Acessado em 10 de maio de 2009.

²⁵⁰ Prestação de contas da ACIBRA, gestão 2005-2007 e resumo da história pela legalização da emissora, 2008 (mimeo).

²⁵¹ Entre os censos do IBGE de 2000 e 2010, a população de Rurópolis quase dobrou, passou de 24.660 habitantes para 44.720. Enquanto em 2000, cerca de 66% da população vivia na área rural, dez anos depois 65% está na área urbana.

Outra distinção que vale a pena destacar é o tipo de migração inicial que se dá no município. Não se deve esquecer que Rurópolis, quando integrante do modelo de urbanismo rural dos militares, foi implantada na primeira fase do plano de colonização dirigida, quando a perspectiva era promover uma espécie de reforma agrária controlada, por meio da distribuição somente de módulos rurais de 100 hectares para colonos do sul com perfil empreendedor e migrantes das chamadas zonas vermelhas (áreas de tensão política ou zonas de seca no Nordeste), com o objetivo de gerar um novo ambiente para o desenvolvimento agrícola da região e criar uma nova classe de fazendeiros "modernos" de porte pequeno e médio, afim de substituir a agricultura itinerante de subsistência, considerada fator de atraso econômico. Isso fez com que 95% das cerca de 6 mil propriedades rurais²⁵² existentes no município tenham sido constituídas de pequenas propriedades familiares, ocupadas, ainda hoje, ao menos a metade delas, por famílias de pioneiros, em boa parte oriundo do Sul do país, que vivem da agricultura (urucum, cacau, pimenta do reino e banana) e da pecuária²⁵³.

Mal imaginava os militares que tanto a posição estratégica do município, altamente isolada, porém altamente confluyente, assim quanto o tipo de migração inicial promovida pelo governo naquele território, iriam fazer com que as primeiras lideranças e as articulações iniciais do que se transformaria num intenso movimento regional pela sobrevivência da Transamazônica (MPST) surgissem dali, em especial no Km 160, na Vicinal Flor da Selva, em Rurópolis, entre filhos de colonos gaúchos que já traziam alguma experiência em organização social²⁵⁴. Isso explica talvez o fato da rádio comunitária de Rurópolis ter sido uma das pioneiras na região.

Por uma margem pequena de tempo, menos de um ano, a rádio comunitária de Rurópolis é a mais antiga das emissoras instaladas em municípios da região da Transamazônica e estudadas mais amiúde por esta pesquisa. Ela foi fundada na mesma época que a rádio de Uruará, considerada entre o movimento a primeira do interior do Pará e talvez da Amazônia.

Em reunião no auditório da Câmara Municipal, a Associação Rádio União Comunitária Rurópolis foi criada em 18 de maio de 1997, por um grupo de entidades

²⁵² Ao menos metade dessas propriedades, quase quarenta anos depois, ainda não recebeu a titulação do INCRA. Entrevista Celito Dallabrida, secretário da Agricultura de Rurópolis (11.08. 2009)

²⁵³ Celito Dallabrida, entrevista em 11.08.2009.

²⁵⁴ A colônia ali formada pela família Dallabrida era reduto também da família Ganzer, a partir das quais se originam as primeiras articulações para a construção da Corrente Sindical de Lavradores Unidos que tomaria o STR de Santarém no final dos anos 70 e a partir dele influenciaria todo o movimento na Transamazônica para a criação de um novo sindicalismo rural que, apoiado pela igreja, se contrapunha ao modelo pelego e assistencialista dos sindicatos rurais tutelados pelo Estado militar.

integrantes dos movimentos sociais da região, porém com uma predominância marcante das organizações religiosas - Paróquia Santíssima Trindade, Igreja Evangélica de Confissão Luterana, Igreja Adventista, Igreja Batista, Assembléia de Deus, Comunidade Padre Cícero e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rurópolis. Talvez devido a isso, não se sabe, a rádio seria instalada num chalé de madeira em estilo alemão de pouco mais de 30m², defronte à praça central da cidade, onde fora rezada a primeira missa, na inauguração da Rurópolis Emílio Médici nos anos de 1970 e que depois foi sede provisória de todas as igrejas que iam chegando ao município com a colonização e a abertura da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém – ou seja, uma casa de passagem para organizações religiosas, na qual a rádio comunitária se instalou e adotou como sede até hoje.

Em função da origem dos primeiros migrantes na região, marcadamente colonos gaúchos, também as igrejas evangélicas - e não apenas a igreja católica como no restante da região - irão desempenhar um papel mais ativo junto aos movimentos sociais do município, o que irá se repetir não só na fundação, mas no funcionamento da emissora comunitária e nos cargos ocupados nas diretorias da associação.

A emissora de Rurópolis irá surgir a partir dos ecos do movimento nacional pela democratização da comunicação que chegam à região, como já foi dito anteriormente, pautados pelo entusiasmo de alguns militantes do Partido dos Trabalhadores com as possibilidades de se instalar uma rede rádios comunitárias como instrumento de organização social na região. Seguindo a cartilha publicada pelo Diretório estadual do PT (1997) e distribuída por João Prado, primeiro formou-se uma Comissão de Implantação para depois criar a associação e escolher a primeira diretoria da futura emissora. O primeiro coordenador da rádio foi um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Egon Gross; como secretária, Carla Andrea Grossman, pastora da Igreja Luterana e como tesoureiro, Anésio Souza Coelho, representante da Assembléia de Deus. Criaram-se também, seguindo à risca o “Guia para instalação de rádios comunitárias” (1997), a figura do Gerente de Programação, “que seria responsável pela produção dos programas e pela administração do dia à dia da rádio” (DIRETÓRIO, 1997, p.14).

Para montar os primeiros programas, vinculados às entidades fundadoras, foram realizados testes para descobrir quem poderia ficar à frente do microfone: “O pessoal dos movimentos foram fazer os testes para ver quem não era muito nervoso”, lembra Egon Gross. “Ninguém tinha experiência, foi tudo feito ‘na marra’”. Os primeiros programas da rádio eram musicais, tocavam músicas gauchescas, sertanejas e música do Norte, tentando agradar às várias frentes de migrantes que formaram Rurópolis. As primeiras entidades a

assumirem programas dentro da emissora foram a Igreja católica (programa religioso) e o STR (um informativo).

Nos dois primeiros anos de funcionamento (entre 1997 e 1999), com transmissor mais potente (100 wats) e sem concorrentes, a rádio comunitária “foi fundamental para a agricultura familiar (no município), inclusive para a instalação da Casa familiar Rural” no município, conforme Brunilda Meurer, integrante da Comissão de Implantação da rádio, na época vereadora pelo PT. Foi justamente nessa época que a Anatel fecha pela primeira e única vez a Rádio União Comunitária, como veremos à frente mais detidamente.

Atualmente a rádio tem problemas de alcance e qualidade de som. Seguindo estritamente as regras da Lei da Radiodifusão Comunitária, com transmissor de 25 Wats de potência e antena de 30 metros, a rádio comunitária União FM mal chega à zona rural e quando chega, o sinal pega mal. “Eu não escuto a comunitária porque ela não pega lá onde eu moro. Eu escuto mesmo a outra” diz dona Marinês Lira de Almeida, produtora rural que mora há apenas cinco quilômetros da sede do município.

A “outra” a que se refere a agricultora é a FM Transamazônica (102,7 MHz), uma rádio FM comercial, licenciada, que aparece na Anatel como integrante do Sistema Lageado de Comunicações²⁵⁵ e que começou a operar em maio de 2006. Com transmissor de 300 Wats de potência, antena de 53 metros e alcance de 90 km de raio, ela alcança todo o território do município de Rurópolis, e ainda parte de Placas, Aveiro e da zona rural de Itaituba. O proprietário, que já foi vereador, primeiro presidente da Câmara Municipal de Rurópolis e atualmente é também técnico da CEPLAC no município, está reivindicando um aumento da potência de sua rádio para 3.000 Wats. Pode ser que consiga, a princípio a legislação não impede que isso aconteça. A desigualdade de condições de alcance entre as duas emissoras da cidade ficará somente ainda mais gritante.

Se não bastasse essa desigualdade nas condições técnico-jurídicas entre rádios privadas e comunitárias, outra armadilha formal que afeta diretamente a rádio de Rurópolis é a posição que ela ocupa no *dial* dos aparelhos receptores. A maior parte dos rádios de pilha à venda no país, mesmo os mais sofisticados, iniciam a marcação da Frequência Modulada em 88,0 MHz. Entretanto, muitas rádios comunitárias - e esse é o caso da União FM - segundo definição do próprio Minicom, podem ser captadas apenas em 87,9, ou seja, abaixo da marcação inferior, o que impede que muitos ouvintes possam sintonizar as comunitárias nos seus aparelhos receptores. Para alterar isso é preciso que o próprio Ministério que disciplina o

²⁵⁵ O Sistema Lageado de Comunicação integra três outras FM além da de Rurópolis – Rondonópolis (MT), Cuiabá (MT) e Goiânia (GO).

setor de Telecomunicações informe e exija a adequação dos novos aparelhos, coisa que até hoje, 12 anos da Lei 9.612, ainda não foi feito.

Para completar o campo midiático de Rurópolis, pode-se dizer que, além das duas emissoras FM, não existe no município outros meios locais de comunicação de massa e a infra-estrutura de comunicação ou o suporte para ela é bastante precário ou inexistente na área rural - 70% do município ainda não tinha energia elétrica quando desta pesquisa (ago.20009)²⁵⁶. Falta também telefonia fixa rural e a telefonia móvel (celulares) é uma conquista recente que chegou apenas para a área urbana.

Quanto à televisões, o município possui apenas uma repetidora da TV Cultura/Funtelpa (Anatel, 2010), mas a população, assim como em toda a região lança mão da antena parabólica, na cidade e no campo, aonde tiver energia a eletricidade ou gerador – para alcançar o sinal das redes nacionais de televisão. Internet já existe no município, há cerca de quatro anos, e quem trouxe a novidade para Rurópolis foi a própria rádio comunitária União FM, como veremos mais adiante.

Hoje funciona na cidade um provedor privado de sinal da internet, que abastece alguns domicílios e as três *lan houses* da cidade. Também já chegou ao município a conexão em banda larga do programa do governo do estado, o Navega Pará, que instalou infocentros em escolas do município, porém, durante a semana em que permanecemos na cidade, os dois aos quais tivemos acesso estavam sem sinal²⁵⁷. Jornal impresso, somente uma publicação semanal, de Santarém, o jornal “O Impacto”, um tablóide de notícias populares e cobertura de fatos e ações que envolvem a agenda de prefeitos e prefeituras de municípios da região, inclusive de Rurópolis.

b) Legalização

O processo de legalização da Rádio Comunitária União Rurópolis tem início oficialmente em dezembro de 1999, quando a Associação participa do sexto Aviso de Habilitação para radiodifusão comunitária no país. Nesse momento a rádio estava fora do ar. No início daquele ano, a Anatel havia fechado todas as emissoras comunitárias instaladas ao longo da Transamazônica. Começou em Altamira, depois Brasil Novo, Medicilândia, Uruará e então chegou à Rurópolis. Como nos outros municípios, a rádio comunitária foi lacrada,

²⁵⁶ Entrevista com prefeito de Rurópolis Aparecido Florentino, em 09.08.09.

²⁵⁷ Informação das escolas onde estão instalados os infocentros- Artur Gabriel e Bela Vista. (05 a 11.08.2009)

mas, ao contrário das demais, que recolocavam o sinal no ar, mesmo sob risco de nova fiscalização, permaneceu fechada por cinco anos.

A Rádio União Comunitária Rurópolis foi lacrada pela Anatel no início de 1999 e ficou sem funcionar até receber a licença provisória do Ministério das Comunicações e voltar a operar legalmente seu transmissor no começo de 2004. Nesse meio tempo, no entanto, a Associação Rádio União Comunitária Rurópolis manteve-se rigorosamente ativa, em prol de sua legalização. Como consta em ata, eram realizadas assembleias ordinárias e extraordinárias para eleição da sua diretoria, primeiro com mandato de um ano, depois, a partir de 2001, de dois anos. Essas diretorias tinham a principal incumbência de acompanhar o processo de licenciamento da emissora junto ao Ministério das Comunicações em Brasília, manter o pagamento das contribuições das entidades associados em dia (na época estipuladas em 1% do s.m.), prestar contas da situação financeira e do patrimônio da rádio, além de cuidar do equipamento para que pudesse ser usado quando a rádio voltasse a funcionar de forma autorizada.

No começo de 2003, o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST) resolve criar uma comissão especialmente para dar apoio jurídico à rádio União FM e as outras emissoras comunitárias da região para enfrentar os trâmites da burocracia que acontecia em Brasília²⁵⁸. Em outubro do mesmo ano, já de posse da informação que o Ministério das Comunicações havia emitido o documento de autorização de funcionamento da rádio, os integrantes da associação iniciam os preparativos para poder reabrir a emissora. É feito um orçamento para despesas emergenciais (2 mil reais), a ser cotizado pelas entidades, e passam a realizar mutirões semanais de limpeza, “toda quarta-feira à tarde”, para manter o prédio da rádio em ordem²⁵⁹.

Em janeiro de 2004, quando recebem a licença provisória de funcionamento, reúnem-se para marcar a data da reinauguração: no dia 25 de janeiro de 2004 a Rádio União Comunitária Rurópolis, FM 87,9, voltaria a funcionar, o que de fato aconteceu. Para ajudar na manutenção, a cota de contribuição mensal é então ajustada para 3% do salário mínimo. Também criam um grupo para trabalhar a nova programação da emissora e resgatam nesse momento a figura do gerente de programação, agora chamado coordenador de programação. Quem assume a função é Paulino Magno da Silva Filho, que já era o tesoureiro da entidade e

²⁵⁸ O plano do movimento era apoiar a legalização das emissoras comunitárias para assim “criar uma rede de comunicação entre as entidades regionais” que pudesse, por exemplo, ajudar a mobilizar e divulgar ações como o Grito da Terra Brasil que iria acontecer naquele ano. Informações de Celito Dallabrida, na época membro do Conselho Fiscal da emissora, registradas em ata da Associação Rádio União Comunitária Rurópolis, em 1º de maio de 2003. (ATA nº09, pg. 6)

²⁵⁹ ATA de Assembleia Extraordinária da Rádio, em 01 de Outubro de 2003. (ATA nº10, pg. 7)

a partir de então torna-se o principal articulador da emissora, uma espécie de gerente vitalício, até hoje. Ele será por dois mandatos presidente da rádio comunitária (2004-2008) – quando é aprovado um novo estatuto, adequado às exigências da Lei de Radiodifusão no país, e também quando são desenvolvidos mecanismos alternativos para tentar garantir a manutenção financeira da rádio.

c) Manutenção/ funcionamento da União FM

Desde a aprovação do novo estatuto e criação do Conselho Comunitário da rádio em 2008, 10 entidades se encontram associadas à Rádio União Comunitária Rurópolis, ou União FM. São elas: as fundadoras - Igreja Adventista do Sétimo Dia, Comunidade Padre Cícero, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Assembléia de Deus, Paróquia Santíssima Trindade, Sindicato dos trabalhadores Rurais; e as novas associadas - Ordem Auxiliador das Senhoras Evangélicas, Cooperativa de Agro-Leiteira da Transamazônia (Coopetra), Casa Familiar Rural e Associação Atlética de Rurópolis (AAR). Cada uma contribui mensalmente com uma ou mais cotas, quando necessário, no valor equivalente a 3% do salário mínimo, algo em torno, no total, de 150 reais/mês. Para as associadas terem programa na grade da emissora é cobrado adicionalmente um valor de 6 reais a hora utilizada. Apenas três delas mantêm programas regulares: a Igreja católica e a Cooperativa de Agricultores, uma vez por semana e a Assembléia de Deus, diário.

A rádio desde seu início, especialmente em função de ter ficado muito tempo fechada, foi em grande parte mantida por contribuições ou doações de suas entidades, fundadoras e associadas. Atualmente, são os anúncios fixos e eventuais do comércio e do poder público que respondem por mais da metade da arrecadação da rádio, que chega nos bons meses a cerca de 3,5 mil reais. As gravações dos comerciais veiculados, são feitas em geral por uma empresa de São Paulo, que recebe as informações e envia o produto, com sotaque paulista, tudo pela internet.

O comércio varejista na cidade conta apenas com cerca de 40 estabelecimentos (RAIS, 2009 In: IDESP, 2011) e emprega com carteira assinada não muito mais que 100 pessoas. Do total dos cerca de 1.500 empregos formais gerados na cidade, pouco mais de 1.000 são da Administração Pública, ou seja, é mesmo a Prefeitura Municipal o grande gerador de renda e emprego na cidade (idem), o que em si acaba afetando a disposição tanto de anunciar quanto do ouvinte participar mais criticamente da emissora: “Gostaria que tivesse mais discussão sobre os programas que vão ao ar. Além disso, a comunidade não participa por

medo de represálias políticas já que a cidade é pequena” explica Wildglan Pereira da Silva, produtor de notícia e apresentador do único informativo da rádio comunitária de Rurópolis. “Aqui o poder sabe de tudo o que acontece: quem compra de quem, quem vende prá quem e assim promove represálias”, complementa o coordenador de programação e gerente da rádio, Paulino Magno.

Quando a rádio voltou a funcionar em 2004 ainda não enfrentava a concorrência da Transamazônica FM, a outra emissora existente no município. Mesmo com baixa potência e alcance restrito, era grande a sua audiência na cidade, “chegávamos a receber cerca de 1.200 cartas por mês”²⁶⁰. Com a necessidade de manter a rotina da emissora, decidem remunerar o serviço dos locutores (em ½ s.m.) e também o do coordenador de programação (em 1 ½ s.m.). “Não era mais possível tocar a rádio com voluntários”, conta o coordenador. A emissora decide então passar a cobrar para anunciar avisos, recados e leituras de cartas enviadas à rádio.

A tabela de preços é a seguinte: avisos custam R\$1,00 e rodam 3 vezes (tudo minuciosamente anotado num caderno); cartas custam RS 0,10. “Se for um aviso de utilidade pública, não cobramos” garante o coordenador da emissora. A cobrança dos recados e avisos, entretanto, irá comprometer um dos principais elos de fidelidade entre ouvinte e emissora, aspecto que será valorizado pela concorrente, a FM Transamazônica, quando começa a funcionar na cidade em 2006.

O agricultor José Milton Santos, agricultor, integrante do STR e morador da Vicinal Tupi, no Km 120, resume bem o que os avisos e recados significam para quem mora na área rural: “Muita gente usa o rádio para mandar recados sempre que precisa. Assim as pessoas das vicinais onde não tem energia não ficam isoladas. Mas o pessoal manda carta agora é para a Transamazônica, porque eles não cobram”, diz ele.

Além da oposição à administração municipal naquela época, em 2006, a disputa pelos anúncios ou apoios culturais do comércio torna-se com a concorrente em campo, cada vez mais difícil. Um mecanismo criado para tentar tornar a rádio sustentável financeiramente, o mais arrojado deles, foi conseguir trazer a internet para Rurópolis e ao tornar-se um provedor autorizado, com a venda do serviço de conexão à rede WWW, ajudar a custear a manutenção da emissora.

Esta oportunidade surgiu com a inclusão de Rurópolis como um dos três pólos iniciais do projeto Excelsa, desenvolvido pela Fundação Viver, produzir e Preservar (FVPP)

²⁶⁰ Entrevista com Paulino Magno, tesoureiro e gerente da Rádio União Comunitária Rurópolis, em 09.08.2009.

com apoio financeiro da Fundação FORD, com o objetivo de criar um sistema integrado via internet de comunicação regional, tendo como ponto de apoio as rádios comunitárias da região. Como já vimos, as outras duas emissoras, de Altamira e Brasil Novo, não conseguiram implantar a tecnologia necessária. A Rádio União Comunitária Rurópolis conseguiu, mas o que era para ser uma solução, quase virou um pesadelo. Mais uma vez, assim como no processo de legalização da emissora, o que imperou foi uma postura de persistir honrando as formalidades das regras e dos acordos firmados²⁶¹.

Segundo consta em ata, desde o início das conversações e a aprovação do projeto, até o funcionamento do provedor demorou cerca de um ano, o principal problema enfrentado foi com o fornecimento do sinal. Foram quatro empresas contratadas: a primeira desistiu do serviço; a segunda cobrou 1.200 reais para gerar o sinal a partir de Altamira, dois meses depois bloqueou o sinal alegando falta de pagamento dos equipamentos; cobrou quase o dobro, mais uma vez, por um novo modem e a garantia de reabilitar o serviço. A rádio pagou, nada aconteceu. Procuraram uma nova empresa, mais a mesma quantia inicial foi paga. Uma tempestade queima o HD do computador, a empresa não faz manutenção, são obrigados a procurar uma quarta empresa. Novo custo. Como não tinham dinheiro em caixa, fazem empréstimo. O sinal começa a funcionar regularmente.

Entrava em operação o primeiro provedor de internet de Rurópolis. Chegaram a ter cerca de 50 clientes. A arrecadação mensal do provedor era de cerca de R\$ 4,5 mil reais, o que, depois de pagar as despesas do serviço (sinal + técnico + manutenção) significava um valor mensal em torno de 1.800 reais, pouco mais da metade dos gastos mensais da emissora.

O serviço de provedor de internet da rádio durou, entretanto, ao todo, dois anos, até que surgiram dois concorrentes na cidade, ambos "piratas" e tornaram o serviço não rentável. Seja como for, as possibilidades de acesso à informação trazidas pela internet faria com que a programação da rádio nunca mais fosse a mesma: "O mundo chegou à Rurópolis", diz Paulino (para o bem e para o mal, poderia se completar).

²⁶¹ Permito-me especular sobre essa postura formalista dos integrantes da rádio em Rurópolis. Ela parece conter marcas do grupo étnico e cultural que predominou no início da organização social no município e da fundação da emissora – gaúchos, religiosos, de origem alemã, povo que, como nenhum outro, como dizia Machado de Assis (1994), traz já em suas fábulas a concepção fantástica do método e da pertinácia diante das fatalidades. Digo isso, sem incorrer em maior ou mais balizada discussão literária ou simbólica, apenas lembrando as lendas narradas em os Imortais, em "Obra Completa" de Machado de Assis (1994), sobre os povos daquelas paragens (O Caçador de Harz e o Marinheiro Batavo), mas principalmente relembando uma fábula contada na minha infância no Sul, já não sei por quem, como exemplo de empenho e persistência, mas também de rigidez porque teimosia- a história versava sobre uma pedra que rolava morro abaixo sempre atingindo a igreja de uma vila alemã nas montanhas e a cada vez a igreja era reconstruída por todos e a pedra empurrada para o alto, até rolar novamente. Assim, a mim parece a postura da rádio União FM, diante dos processos de instalação, legalização e manutenção da União FM Rurópolis.

d) Programação/produção de conteúdo

Os efeitos da internet se evidenciam na programação da União FM. De segunda à sexta, 13 programas cobrem as dezenove horas diárias de programação da Rádio União Rurópolis (das 5 às 23 horas). Destes, 90% é de programas musicais - música sertaneja, gauchesca, mas também música romântica e música pop (“os últimos sucessos baixados da internet”, atendendo à pedidos) – intercalados por notícias de novelas, dicas de beleza e receitas culinárias. Tudo tirado da internet.

Também entre os musicais está um dos programas realizados por entidades fundadoras ou associadas à rádio comunitária: é o programa da Cooperativa Agro-Leiteira da Transamazônica, a COOPETRA, que durante uma hora e meia, todos os sábados, das 11h às 12h30, apresenta o “Gauchosco e Brasileiro”, considerado um dos pontos altos da programação da emissora. Não há informação, somente música. As outras duas entidades a manterem programas são a Igreja Católica, que realiza todos os domingos, das 12h às 13 horas, um programa de pregação e avisos às comunidades, e a Assembléia de Deus, que durante a semana ocupa meia hora diária e nos sábados 60 minutos, com louvação, pregação e cânticos.

O principal espaço informativo da rádio comunitária vai ao ar de segunda a sexta-feira, das 11h30 às 12 horas – o “União Esporte Notícia”, programa produzido por um produtor e locutor contratado, Wildgan Silva e apresentado por ele e por Paulino Magno, gerente e coordenador de programação da rádio. O programa não consegue, no entanto, “por falta de infra-estrutura e pessoal”, explica Silva, produzir informação sobre o que acontece no município - 80% a 100% das informações noticiadas na semana em que estivermos na cidade tratavam de fatos ocorridos fora do município e acessados em sites de notícia regionais ou nacionais²⁶². Nos finais de semana abre-se um outro espaço para tratar de assuntos locais – é o “Clube de Domingo”, que vai ao ar das 6h às 9h. Intercala música, informações e entrevistas com convidados ao vivo no estúdio. É na verdade o principal espaço de entrevista da programação da emissora. O programa é apresentado também por Paulino Magno.

A decisão do que vai e como vai ao ar na rádio comunitária não costuma passar pelo Conselho Comunitário, criado em 2008 e formado por representante das cinco entidades fundadoras da Associação Rádio União Comunitária Rurópolis. Em sete meses de

²⁶² Sites G1, Diário on Line, O Liberal, segundo Wildgan Silva. Entrevista em 09.08.2009.

funcionamento, reuniram-se apenas uma vez. Na prática, cada um dos seis locutores que formam a equipe de comunicadores remunerados da rádio decide por si o que fazer, não há também integração entre eles – “um quase não ouve e nem dá palpite no programa do outro” comenta uma das locutoras que é também recepcionista²⁶³. A decisão final, na prática também, não fica com a diretoria como um todo – formada, segundo o novo estatuto (2008), por coordenador e vice; secretário geral (e segundo secretário), tesoureiro (e segundo tesoureiro) e diretor de patrimônio – mas sim com o coordenador de programação ou o “gerente”, aquele “que resolve os problemas da rádio no dia à dia”, como diz Paulino Magno, uma espécie de gerente vitalício, desde que a rádio foi reaberta em 2004. Nesse tempo, quando ele não estava ocupando oficialmente o cargo de coordenador, estava como tesoureiro, respondendo efetivamente pela gerência da emissora, um “faz-tudo”, desde busca de apoio comercial, cobrança, definição da programação e ainda apresentação de programas.

Esse engajamento e ao mesmo tempo centralização nas atividades da rádio comunitária indicam que os movimentos sociais que formaram a emissora não estão mais na emissora, fazendo ou junto com ela pensando as formas de se fazer rádio comunitária, ou mesmo exercendo controle e fiscalização do que vai ao ar. Já pelas condições profundamente desiguais quanto à capacidade de produção e à qualidade e alcance do som das duas rádios FM da cidade – a comunitária União FM e a Transamazônica, comercial - atores seminais na formação da União FM, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais estão deixando também de “ouvir” a rádiocomunitária: “a comunitária quase não pega na área rural, a outra tem uma grande penetração, além disso, o único programa com informação voltada para a agricultura familiar é feito pela Ceplac na rádio Transamazônica”, explica Andressa Cristo²⁶⁴, presidente do STR de Rurópolis.

Tal ‘afrouxamento’ entre os membros da Associação de rádio comunitário, que traz efeitos sobre as formas de gestão e programação da emissora, pode indicar também, como pano de fundo, o aprofundamento de certa crise de identidade dos movimentos sociais da Transamazônica que se inicia ainda no final dos anos 90 com o afastamento entre Igreja e movimentos sociais, em especial do sindicalismo rural. Uma crise de identidade que com o novo quadro político, desenhado a partir das eleições de 2008, se agravou.

i) Sobre política, partidos e os efeitos sobre a programação da rádio

²⁶³ Entrevista com. Eliete Boone Bamberg, recepcionista e radialista da rádio União Rurópolis, em 10.08.2009.

²⁶⁴ Entrevista com Andressa Cristo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Rurópolis, em 10.08.2009.

Também em Rurópolis, assim como em Altamira e em Brasil Novo, o campo dos movimentos sociais e conseqüentemente a emissora comunitária a eles vinculada sofrem os efeitos de uma nova conjuntura política que se desenha em toda a região, ainda que em cada município com suas particularidades, a partir das novas alianças político-partidárias costuradas na última meia década desde Brasília e Belém. Ainda que este não seja um estudo de ciência política, ao menos relatar a partir dos dados coletados o novo quadro político que se forma no município após a eleição de 2008 é fundamental para entender nesse caso o impacto sobre a rádio comunitária em foco, sua gestão e programação.

A Rurópolis Presidente Médici transformou-se no município de Rurópolis em maio de 1988, após plebiscito que reduziu sua denominação à categoria que designava as cidades rurais idealizadas pelo projeto de colonização. A emancipação fazia parte do projeto dos movimentos sociais que pretendiam ampliar a capacidade de decisão dos grupos locais. O primeiro prefeito eleito foi um engenheiro agrônomo que havia sido executor do Programa de Colonização do INCRA na região, para o qual a Rurópolis Presidente Médici servira de base de apoio. Desde então, o PMDB e o PSDB sempre se alternaram no comando político na administração municipal, muitas vezes formando novas lideranças a partir de cisões internas (vices que mudavam de lado, primos que rachavam o partido) e com uma farta história de denúncias de corrupção e cassação²⁶⁵. Em 18 anos da história do novo município, o Partido dos Trabalhadores sempre disputou as eleições como uma via alternativa, apoiado pelos movimentos sociais, sempre no lado oposto aos dois outros grupos representados ora pelo PMDB, ora pelo PSDB. Até 2008.

As alianças nacionais entre PMDB e PT, que se repetiram nas eleições estaduais em 2006 e garantiram a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo do Estado do Pará, promoveram também em Rurópolis a aproximação dos dois partidos, formando uma coligação “barca cheia” antes impensável: PMDB, PP, PTB, PT, PSB, PRB e PDT de um mesmo lado e o PSDB, do outro. Inicialmente, assim como em muitos municípios do interior, o PT deveria sair na cabeça de chapa. Assim aconteceu como vimos em Brasil Novo. Em Rurópolis o candidato do PT, o então vereador Wilson Gonçalves, originalmente do PSB, recuou e o então prefeito Aparecido Florentino, reelegeu-se.

²⁶⁵ O primeiro prefeito eleito, Zericé da Silva Dias (1990-1993), se elege mais uma vez em 1996, mas é cassado por denúncias de desvio do dinheiro público pelo Tribunal de Contas da União. Assim também, o segundo prefeito de Rurópolis, eleito em eleição suplementar, Aprígio Pereira da Silva (1994-1996). O terceiro prefeito do município, José Paulo Genuíno (2001-2004), também está sendo investigado por desvio e má verbação do dinheiro público.

O resultado, segundo apontam integrantes dos movimentos sociais, é que “não existe mais oposição em Rurópolis”. Para Egon Gross²⁶⁶, trabalhador rural aposentado, um dos primeiros delegados sindicais na região e primeiro presidente da Rádio Comunitária de Rurópolis o momento é de decepção -“antes a gente enfrentava, acreditava, agora...fracassou”. Para o carpinteiro e professor de escola primária, Cléo Farias, integrante das pastorais da Igreja e fundador do Comitê de Justiça e Paz em Rurópolis, “a lógica das alianças acaba com os movimentos sociais. Isso aconteceu com o Lula”, diz ele – “há uma decepção, um desânimo nos municípios. E agora se repete aqui. O movimento (social) fica sem reação, sem vitalidade, perde a identidade”, reflete²⁶⁷.

Identidade, enquanto construção social, como “fonte de significado e experiência de um povo”, como diz Castells (2006, p. 24), conjunto de atributos com os quais o sujeito “se reconhece e é reconhecido e, portanto, se distingue dos demais”. *Identidade de resistência* e reação, no caso dos movimentos sociais, em especial nessa região da Transamazônica, onde nasceu a Corrente Sindical Lavradores Unidos e o MPST. Identidade, da qual as rádios comunitárias são herdeiras. Identidade, enquanto distinção pela participação, na gestão e conteúdo, atualmente difícil de ser percebida nas rotinas da rádio comunitária União FM.

Com o novo cenário político no município, a situação de “não-identidade” comunitária parece se aprofundar. O tesoureiro e gerente de programação da rádio comunitária, Paulino Magno, trabalhou como coordenador da campanha de reeleição do prefeito do PMDB, tendo como vice o PT. E se diz constrangido com a nova composição de forças no município: “Eu não estou à vontade”, diz ele, “essa aliança não é sustentável por muito tempo”, e explica “temos (nós, movimentos sociais e PT; e eles, PMDB e outros partidos) formas muito diferentes de pensar e agir”. Também admite que os novos arranjos políticos tendem, por um lado, a aumentar as chances de arrecadação da rádio e, por outro, a gerar dependência financeira. Não nega que os novos arranjos políticos geram um clima de “auto-censura”, porém não trata isso como algo a ser combatido: “os acordos políticos interferem na programação da rádio e no seu posicionamento. Este novo entendimento político no município não tem permitido a autonomia da Rádio Comunitária” porém “mostrar os problemas do município, nesse momento, seria buscar problemas para a rádio”, admite (PAULINO MAGNO, i.v. 2009).

²⁶⁶ Entrevista com Egon Gross, pioneiro da colonização dirigida em Rurópolis, primeiro diretor da Rádio União Comunitária Rurópolis, em 11.08.2009.

²⁶⁷ Entrevista com Cléo Farias, professor da rede municipal e integrante da direção da Rádio Comunitária União, em 11.08.2009.

Quando perguntado qual a perspectiva de futuro para a União Comunitária Rurópolis, FM 87,9 MHz, Paulino responde: “continuar ocupando este espaço essencial para a sociedade”, sendo para isso necessários “um prédio e estúdio bons e equipamentos modernos”, elenca o gerente/coordenador. Nenhuma palavra sobre participação ou sobre uma maneira mais coletiva de definir ou gerar o conteúdo da programação. Como se em si, continuar existindo o meio houvesse se transformado em fim.

5.3.5. Realidades comparadas: uma síntese

Apresentamos a seguir uma síntese comparada dos resultados obtidos na pesquisa realizada junto às rádios comunitárias dos três municípios ao longo da BR 230 (Altamira, Brasil Novo e Rurópolis), levando em conta como critério de observação e análise a participação e dialogia nas várias mediações estabelecidas para garantir a existência das emissoras.

a) Origem

- ✓ As três emissoras, assim como a quase totalidade das rádios comunitárias da Transamazônica são autênticas no que diz respeito a sua origem - surgem a partir de movimentos sociais e organizações populares.

b) Legalização

- ✓ Nenhuma delas acionou o “balcão” de trocas políticas das concessões e portanto amargaram longos processos de legalização – no mínimo 6 e no máximo 13 anos de espera. Em alguns casos contaram com ajuda de mecanismos regionais (Dema, FVPP) para custear assessoria jurídica, mas usualmente foram recursos cotizados pelas organizações membros que garantiram o acompanhamento do longo processo de licenciamento.

c) Funcionamento e manutenção

- ✓ Todas as emissoras observadas possuem os mecanismos de participação exigidos pela Lei 9.612/98 – Conselho Comunitário e de Programação - mas na prática não são efetivos, reúnem-se esporadicamente e não desempenham integralmente as funções previstas.

- ✓ A gestão das emissoras fica por conta de um grupo reduzido, que atua “sobrecarregado” de forma rotativa.
- ✓ A manutenção financeira é altamente precária, principalmente nos municípios onde há disputa no campo midiático.

d) Programação e conteúdo

- ✓ Os conselhos de programação não são atuantes e as decisões recaem sobre a diretoria, ou por vezes, sobre a figura do “gerente vitalício”;
- ✓ os mecanismos de participação dos ouvintes ainda se limitam muito aos existentes nas emissoras comerciais - avisos e recados por escrito e os pedidos de música por telefone dentro da programação ao vivo – a diferença é o acesso mais estreito à emissora, propiciado por um sentimento de proximidade e familiaridade e o valor que esses mecanismos adquirem em áreas isoladas.
- ✓ Os movimentos sociais estão de certa forma ausentes da programação e da rotina das emissoras que ajudaram a fundar e das quais fazem parte juridicamente. A exceção é a igreja católica – porém atualmente possui outra relação com a emissora comunitária, não mais para mobilização e organização social, mas sim como espaço para louvação
- ✓ As igrejas evangélicas vêm tornam-se as principais arrendatários dos horários das rádios comunitárias, sem maior envolvimento na gestão ou nas causas coletivas das emissoras;
- ✓ As emissoras que mantêm espaços noticiosos (radiojornais diários) ou não produzem informação local ou o fazem de forma precária e improvisada, devido à falta de estrutura (transporte, telefone) ou de pessoal “qualificado”.
- ✓ A maior fonte de informação a partir da chegada da internet são os sites e portais de notícias (G1, Diário on line, O liberal).
- ✓ Não há mecanismos de apuração ou troca de informações relevantes entre as emissoras ou destas e os movimentos sociais da região.
- ✓ Os locutores decidem, programam e produzem seus programas de variedades em geral de forma independente, desarticulada e improvisada, a partir de informações da internet ou de publicações de bancas de revista.
- ✓ Na programação musical, com rara exceção, o que toca nas emissoras comunitárias são as mesmas músicas “mais pedidas” nas “paradas de sucesso” das emissoras comerciais.

5. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Aqui retomamos a pergunta com a qual iniciamos este estudo: Como existem, funcionam e sobrevivem rádios comunitárias no interior da Amazônia? E até que ponto elas conseguem de fato atuar como um modelo alternativo e popular de comunicação capaz de contribuir para constituição de uma esfera pública mais ativa e plural e, assim, favorecer a participação desses grupos na tomada de decisão sobre os rumos do desenvolvimento da região.

A partir da perspectiva das mediações de Martín-Barbero (2006), pode-se dizer que no contexto de uma região intensamente peculiar - a região em que a BR 230, conhecida como Transamazônica, corta o estado do Pará, foco das ações de colonização dirigida desenvolvidas pelo governo militar no início dos anos 70 - as rádios comunitárias observadas mais amiúde estão contingenciadas por *institucionalidades* e *socialidades* que promovem e favorecem ou dificultam, limitam ou impedem o lento surgimento de “novas esferas do público e formas novas de imaginação e criatividade social” (MARTÍN-BARBERO, 2004:230).

Institucionalidades que atravessam a comunicação e dizem respeito a mediações de interesses e poderes contrapostos que afetam ao longo do tempo a regulação dos discursos na forma de condicionamentos diversos, por leis, regras ou políticas públicas (idem); e *Socialidades*, como explica o autor, quando as mediações se dão no ambiente de comunicação de uma comunidade social e a comunicação é vista como “questão de *fins* – da constituição do sentido e da construção e desconstrução da sociedade” (2006, p. 18). Socialidades estas matizadas na região em foco principalmente por uma *identidade de resistência*, conforme Castells (2006), herdada de um processo de duas décadas de reação contra-hegemônica que gerou um forte movimento regional na Transamazônica. Uma herança que se esmaece com o tempo, devido aos novos arranjos institucionais e políticos que findam por desconstruir a lógica de ação dos movimentos sociais ao aproximá-los de posições e atores até então antagônicos.

Novos arranjos que têm na sua origem a dissolução ou afrouxamento de alianças originais e fundadoras dos movimentos sociais na região - como o distanciamento entre Igreja Católica, incubador institucional da organização popular também alí na Transamazônica, e o movimento regional, leia-se MPST (Movimento pela Sobrevivência da

Transamazônica), principalmente na figura do sindicalismo rural. Também o processo de partidização e saída de lideranças fundamentais da região em função de conquistas pela via político-partidária – uma estratégia de sucesso do movimento, diga-se de passagem, mas que finda por esvaziar ou desarticular as bases na região. Ambos acabam por influir para a configuração da “crise” ou “estagnação” dos movimentos sociais na região, situação repetidamente referida pelas atuais lideranças do movimento na Transamazônica.

Outro fator relevante para a desestabilização dos movimentos que originam e sustentam as rádios comunitárias na região, surge mais recentemente como consequência do anterior e a partir da chegada do Partido dos Trabalhadores aos governos estadual e federal, trazendo para região o desenho de coligações que estabelecem como estratégia de governabilidade alianças anteriormente impensáveis. Fator mais sentido, naturalmente, onde estas novas alianças saíram vencedoras nas eleições municipais recentes, como é o caso de Rurópolis.

Alí, onde justamente tudo começou – de onde saíram nos anos 70 lideranças expressivas que ajudariam a estruturar e conduzir o movimento na região e para fora dela - as novas composições de forças políticas que envolvem pela via partidária os movimentos sociais parecem afetar diretamente as condições específicas de produção da rádio comunitária. A proximidade política e a dependência financeira do poder municipal como grande gerador de renda na cidade opera como “filtro” censor na produção de conteúdos, tanto por parte da rádio quanto na disposição de participar por parte dos ouvintes. Além disso, o distanciamento de lideranças de referência da origem do movimento parece indiretamente afetar a existência e funcionamento da emissora comunitária, na medida em que tal ausência contribui para o esvaziamento institucional que por sua vez empalidece a identidade dos movimentos locais e, por conseguinte, da própria rádio.

Em Brasil Novo, tal ausência está vinculada mais especialmente a uma figura emblemática cuja memória remete a um tempo onde a noção de “comunidade” vinculava-se tanto ao sentido religioso que a todos abrigava na diversidade e confortava diante dos infortúnios comuns naquela terra nova falsamente prometida quanto à experiência crítica e emancipadora fartamente exercitada a partir dos preceitos da Teologia da Libertação e da teoria de Paulo Freire nas comunidades eclesiais de base (Cebs) espalhadas no interior das vicinais do município. A quebra desta relação na localidade aparece como algo doloroso e desestabilizador dos movimentos, na medida em que não parece ter surgido uma nova liderança ou instituição capaz de promover o efeito agregador e condutor que a saudosa figura exercia.

Entretanto, o fato da rádio comunitária de Brasil Novo não enfrentar concorrência com outros meios de comunicação no município minimiza de certa forma o impacto do processo de esgarçamento identitário comum aos movimentos sociais na região, conquanto a coloca numa posição privilegiada como um bem comum a todos, “um patrimônio da cidade”. Tal posição de destaque como único meio de gerar visibilidade ao jogo de forças do município lhe atribui, de forma geral, valor estratégico no campo social e político da localidade, e de forma específica no campo local dos movimentos sociais, o que em algum momento já resultou em disputa interna pela gestão da emissora, diferentemente dos outros dois municípios, onde as rádios comunitárias deixam de ser tratadas como uma prioridade e os movimentos associados permanecem distanciados, atuando, na prática, como figurantes para legitimar a existência das emissoras.

Por outro lado, por esse mesmo motivo, ou seja, pela situação de exclusividade que a rádio comunitária de Brasil Novo vivencia em seu campo midiático e pelo vigor financeiro que disso resulta, é ali que se pode perceber de forma mais bem acabada o que Jessé Souza chama de naturalização do *habitus* precário, que implica na existência de redes invisíveis e objetivas que desqualificam como “subprodutores e subcidadãos” os indivíduos e grupos sociais que habitam em regiões de modernização periférica, como o Brasil e, no caso específico deste estudo, a Amazônia. É o que o autor chama de “ideologia do desempenho”, que baseia a valoração do outro sobretudo ao componente instrumental do “conhecimento incorporado” (SOUZA, 2003, p. 35). Na prática, com relação às rádios comunitárias, esse olhar subalternizado que vem de *fora prá dentro*, mas que é internalizado pelos grupos locais, deixa vestígios nos formatos, recursos e estilos radiofônicos, a partir da reprodução de um modelo externo de rádio produzido nos centros de controle dos fluxos de informação, sediados no Sudeste do país, que ameaça pasteurizar as diversidades culturais com a força de um rolo compressor movido pela lógica de mercado.

Por mais que a inquietação de não fazer da rádio comunitária “uma rádio como outra qualquer” esteja presente entre as preocupações dos gestores da emissora de Brasil Novo - diferentemente do que acontece em Rurópolis, onde vive-se uma condição de rarefação do engajamento dos movimentos em relação à rádio e uma aparente aceitação amorfa do simples existir como fim possível - essa é uma discussão que ainda ali não madureceu ou promoveu avanços perceptíveis.

Em Altamira, onde a rádio comunitária (Nativa FM) enfrentava no momento desta pesquisa a condição de maior penúria entre os exemplos observados mais atentamente, era também, das três emissoras, a que mantinha de forma mais evidente e consistente a

reflexão de se promover um modelo alternativo de comunicação popular. *Popular* não em relação à *popularidade*, como explica Canclini (2008, p. 259), que traz em si a preocupação com o massiço, diante de uma cultura produzida para as massas e que, portanto, “reabsorve e homogeneiza as diversidades culturais”. Mas popular aliado ao alternativo, e *popular*, nesse caso, mais uma vez citando Néstor Canclini, querendo dizer “tornar possível a expressão das aspirações e expectativas coletivas produzidas por e desde os grupos sociais de base” (idem), enquanto *alternativo* se referindo a uma posição crítica e criativa de contra-hegemonia midiática.

É verdade também que muitos dos entendimentos mais críticos que se percebe no seio da rádio comunitária de Altamira não se constituem em prática, ainda que essencialmente por questões de escassez de recursos e infra-estrutura. Também porque eles derivam principalmente da permanência à frente da rádio de um reduzido grupo - talvez seja mais justo falar numa dupla de lideranças que qualificam a discussão sobre o modelo ideal de comunicação comunitária a partir de uma perspectiva ideológica – postura que não permeia o grupo como um todo (locutores e voluntários que fazem o dia à dia da rádio ou movimentos que figuram juridicamente como integrantes mas dela não participam de fato). Pode-se pensar que o principal motivo para essa maior vitalidade crítica da radcom de Altamira seja a própria dinâmica do campo midiático do município, pólo regional que concentra meios e fluxos e onde se dá o mais exigente e permanente embate pela produção de sentido, um campo de tensões e disputa entre opiniões de grupos com visões antagônicas sobre o desenvolvimento da região.

Importante lembrar que tais enfrentamentos se pautam na atualidade, assim como na história da Amazônia, pela disputa quanto ao uso dos recursos naturais, porém focada mais recentemente a partir do discurso sócio-ambiental introduzido na região já no final dos anos 80 com o início das pressões pela construção da hidrelétrica de Belo Monte, que vem colocar novamente em pauta os efeitos e impactos destas grandes obras sobre as populações locais. A partir daí vai surgir um novo direcionamento na agenda original dos movimentos sociais que migra, como elemento aglutinador, das questões emergenciais de infra-estrutura - dentre elas o asfaltamento da rodovia, prima-reivindicação na origem da organização popular três décadas atrás e ainda não atendida - para o desafio de gerar um novo modelo de desenvolvimento para a região, que tenha como base a diversidade e a sustentabilidade, agora num território expandido - Transamazônica e Xingu, que se alia em algumas demandas à região do Tapajós e Baixo Amazonas.

Do ponto de vista das rádios comunitárias, o que foi possível perceber é que a questão ambiental ainda não está presente de forma objetiva na programação das emissoras. Eventualmente trata-se de forma episódica do tema e principalmente na rádio de Altamira, que se encontra no centro do debate contra Belo Monte, debate este que é capitaneado pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre, coordenado inclusive pela mesma pessoa que juridicamente responde pela coordenação da emissora. Por outro lado, sendo a questão ambiental de natureza global, o movimento regional tem buscado o uso de novas ferramentas midiáticas para conduzir estrategicamente suas bandeiras. A novas tecnologia de comunicação e informação (TIC), por meio das chamadas redes sociais, tornam-se assim para os movimentos na região, em especial em torno das bandeiras ambientais, as ferramentas essenciais na atualidade para estabelecer alianças e gerar visibilidade e redes de apoio externo capazes de ajudar a frear, também *de fora pra dentro*, os avanços dos novos projetos de grande impacto planejados pelo governo. Nesse sentido, as rádios comunitárias que sequer conseguem, por motivos diversos, interligar-se em rede regional de comunicação, deixam de se constituir, nesse aspecto, num meio estratégico para a nova agenda dos movimentos sociais da Transamazônica e Xingu.

Isso talvez signifique dizer também que na região da Transamazônica, com exceção de Altamira, pólo concentrador dos atores, dos meios, e dos fluxos, as novas *comunidades*, as chamadas comunidade virtuais, ainda são uma realidade muito tímida ou inexistente. Tais práticas sociais virtualizadas que moldam a sociedade em rede, função cada vez mais dominante em nossa sociedade informacional, dependem de um suporte material (tecnológico) que é ainda rarefeito na região periférica. Quando existe o acesso à internet este é restrito ou inexistente, como nas zonas rurais – no Brasil apenas 4% dos domicílios da área rural tem computador com acesso à internet (CETIC, 2008), na região Norte com certeza esse número é ainda menor e concentrado nas sedes urbanas dos municípios. O acesso, quando se dá, é na maioria das vezes em espaços privados não gratuitos (*cybers* e *lan houses*) funcionando por meio de formas não institucionalizadas (provedores piratas).

No que diz respeito ao uso da internet pelas rádios comunitárias, quando existe, está moldado por uma relação de mão única, unidirecional *de lá para cá*. Como diz o coordenador de uma das rádios comunitárias²⁶⁸: com a internet “o mundo chegou” à região, mas deveríamos acrescentar que a região não chegou ao mundo. As emissoras utilizam o acesso à internet para ‘baixar’ informações sobre fatos que estão acontecendo no país e fora

²⁶⁸ Paulino Magno, coordenador de programação e tesoureiro da Rádio Comunitárias União Rurópolis FM. Entrevista em 09.08.2009.

dele, notícias nacionais e internacionais, porém, quase sempre sem conseguir noticiar “o que se passa no município vizinho”, diz outra coordenadora de rádio comunitária na rota da BR 230²⁶⁹. No sentido inverso, *de cá pra lá*, as emissoras ainda não foram capazes de colocar na internet sua programação. Altamira é a única que tem um blog²⁷⁰, com postagens irregulares, porém a programação da rádio não está na rede.

O que persiste na região em plena Era da Informação são as *comunidades de lugares*, baseadas no lugar onde as pessoas vivem e constroem uma interação ativa com seu meio físico diário (CASTELLS, 1999), porém não mais necessariamente as comunidades ditas reativas ou de resistência. Ao derredor das rádios comunitárias observadas, o que tornou-se perceptível foi justamente uma nostalgia desta ‘comunidade’ já vivida na região, gestada no berço da Igreja dos anos 70, na qual se originou o combativo movimento social na Transamazônica.

De forma geral, nas rádios comunitárias instaladas em municípios ao longo da rodovia e observadas mais detidamente por este estudo, percebe-se a dificuldade dos integrantes dos movimentos sociais que fazem a gestão das emissoras de estabelecerem uma correlação mais efetiva entre aquilo que experienciaram ao longo do processo de formação do movimento regional nos anos 70 e 80 - que forjou a identidade de reação contra-hegemônica do movimento regional e a noção de comunidade - e suas práticas atuais de gestão e produção de conteúdos e formatos dos programas realizados nas rádios comunitária. Experiência original, como lembra uma importante liderança na época²⁷¹, que se vinculava à própria noção de *comunidade e de comunitário*, como aquilo que diz respeito ao “fazer em comum”. *Comunidade*, como define Muniz Sodré, “vinculada à idéia não apenas de estar-em-comum, mas especialmente de “ser-em-comum”, um compartilhamento (ou troca), relativo a uma tarefa, um *mínus*, implícito na obrigação originária (*ônus*) que se tem para com o Outro” (SODRÊ, 2007, p. 9).

É justamente em torno do paradigma da participação e da dialogia, inspirado na observação pelos teóricos latino-americanos das primeiras emissoras de rádio comunitárias de mineiros bolivianos, que se configura na atualidade o dilema e desafio não superado das emissoras comunitárias estudadas na região da Transamazônica. O ideal de gestão integral e coletiva não se refletem nos mecanismos de participação das comunidades. As formas de participação dos ouvintes ainda se limitam muito às existentes nas emissoras populares

²⁶⁹ Rosimayre Rosa da Silva Acácio Feitosa, coordenadora da rádio comunitária Popular FM de Brasil Novo. Entrevista em 06.02.2009.

²⁷⁰ Blog da Rádio Nativa FM, de Altamira: rcnativafm.blogspot.com

²⁷¹ Avelino Ganzer. Entrevista em 04.03.2010.

comerciais - avisos e recados por escrito e os pedidos de música por telefone dentro da programação ao vivo. A diferença é sim no acesso mais estreito à emissora comunitária, propiciado por um sentimento de proximidade e familiaridade que a rádio comunitária gera junto à comunidade onde está inserida. Situação mais evidente acompanhada em Brasil Novo, onde diariamente ouvintes da emissora entregam avisos e recados para serem lidos pelos locutores numa tal quantidade que chega a encher um grande cesto a cada dia. Num desses dias, uma ouvinte ao ser a emissária de uma meia dúzia de avisos com remetente e destino diversos, afirmava: “a rádio comunitária é nossa, não é?”, “aqui a gente se sente em casa”²⁷².

Quanto aos mecanismos de participação das entidades que integram as associações comunitárias, eles existem em todas as emissoras estudadas – os Conselhos Comunitários, como prevê a lei 9.612/98, e em alguns casos, também o Conselho de Programação – mas não são de fato efetivos. Na prática, os esforços para manter a emissora “no ar” se tornam responsabilidade de um grupo restrito, composto em geral por entusiastas, pessoas convencidas das potencialidades da radiodifusão comunitária para as lutas dos movimentos sociais, que assumem a diretoria da associação e que acabam, os mesmos nomes, “sobrecarregados” e se revezando numa atividade muitas vezes “solitária”²⁷³.

A participação ou o engajamento parcial ou insuficiente por parte das entidades que compõem as associações da rádio comunitárias têm motivos diversos, alguns já explicitados aqui, que derivam de *mediações* estabelecidas ao longo do tempo e que contribuíram para a desconstrução de um cenário original e a configuração de um período de transição, que implica na atualidade em novas agendas, novos discursos e novas parcerias para os movimentos sociais dentro do campo midiático e, por conseguinte, político da região, campo no qual as rádios comunitárias ainda terão que se inserir de forma mais positiva. Porém, a rarefação no engajamento dos movimentos sociais no fazer diário das rádios comunitárias tem a ver também com *institucionalidades* que limitam o desenvolvimento da radiodifusão comunitária no país e, de forma especial, o impedem em regiões de grandes dimensões e baixa densidade demográfica, como na Amazônia, da qual a porção aqui estudada serve bem como emblema.

²⁷² Iranice Felix de Melo, 38 anos, moradora do travessão 19, Brasil Novo, em 6.07.2008.

²⁷³ Rosimayre Feitosa coordenadora da rádio de Brasil Novo, em seu segundo mandato e Domingos de Moraes, secretário da rádio de Altamira, na prática reiterada, coordenador da programação da rádio.

a) Institucionalidades perversas

A origem e funcionamento das rádios comunitárias, como já foi dito, são contingenciados por *socialidades*, como já vimos, e também por *institucionalidades*, que dizem respeito a mediações de interesses e poderes contrapostos que afetam ao longo do tempo a regulação dos discursos na forma de condicionamentos diversos, por leis, regras ou políticas públicas, “cuja hegemonia se encontra hoje paradoxalmente do lado dos interesses privados” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 18). O mais perverso dos exemplos é a própria armadilha em que se tornou a legislação que deveria não só regular, mas promover o setor de radiodifusão comunitária no país (Lei 9.612). Ao contrário, inúmeras são as distorções, limites e impedimentos na qual a legislação encerra as rádios comunitárias de forma geral, porém de forma mais agravada na Amazônia.

A obrigatoriedade (Art. 1º) da operação em baixa potência (25 wats) com alcance restrito (1 km de raio) torna as rádios comunitárias instaladas em territórios isolados e de população rarefeita quase uma peça de ficção. Operar nessas condições, conforme exige a lei, torna-se um grave impedimento para que as emissoras atinjam justamente o público que se encontra mais excluído do acesso à comunicação por residir em localidades distantes, em geral nas áreas rurais, onde inúmeras vezes as emissoras constituem-se no único meio local de comunicação, na medida em que tais locais não interessam comercialmente ao setor privado. Essas populações ficam assim, duplamente penalizadas, pois moram em lugares onde a comunicação assim como a saúde, o transporte, a educação de qualidade - direitos fundamentais do cidadão - não é acessível sequer como bem mercantil. Afinal, como diz Milton Santos (2001), o lugar onde se mora no mundo contingencia escolhas, na medida em que as possibilidades de acesso definem o aporte a recursos, bens e serviços. Sendo assim, “morar na periferia é condenar-se duas vezes à pobreza” (SANTOS, 2001, p. 139), e não apenas a pobreza econômica, mas a exclusão do acesso à informação, que leva à penúria intelectual, social e cívica.

O fato das rádios comunitárias estarem impedidas por força da lei (Art. 16) de formarem redes é outro grave dos contra-sensos impostos por uma legislação que não leva em conta as particularidades regionais. Criar uma rede de comunicação regional faz parte da própria origem das rádios comunitárias na Transamazônica, que nascem a partir de um movimento de organização popular ao redor de problemas e reivindicações comuns a toda a região. Ao proibir que as rádios comunitárias estabeleçam mecanismos permanentes ou episódicos de integração de seus esforços de produção e/ou transmissão de informação e

notícias a lei impede a articulação entre demandas afins ou temas de interesse comuns aos movimentos sociais e à população daquela região. Tal impedimento finda por secundarizar as rádios comunitárias como meio estratégico para a comunicação regional e dessa maneira lhes desagrega valor, enfraquecendo conseqüentemente sua posição junto aos movimentos que lhe deram origem e a ela se vinculam e, assim tornando-as mais vulneráveis à lógica privada que na atualidade lhes sustenta.

O modelo estipulado pela Lei 9.612/98 de sustentação financeira (Art. 18) é por fim outro exemplo das artimanhas de um processo de institucionalização de um setor público que no fundo se coloca em defesa dos interesses privados. A legislação só admite “patrocínio” sob a forma de “apoio cultural” e “desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida”, ou seja, a princípio, no estrito senso da lei, as rádios comunitárias não podem ser apoiadas financeiramente por grandes anunciantes nacionais, sejam eles públicos ou privados a não ser que estes estejam sediados nas localidades onde se encontram as emissoras. Fica assim evidente que a disputa não se faz apenas pelo uso do espectro radioelétrico, mas também pela partilha do mercado milionário dos anunciantes dos meios de comunicação.

O governo brasileiro, por exemplo, o maior anunciante no país²⁷⁴, não poderia incluir em seu plano de mídia a veiculação de campanhas de utilidade pública nas emissoras comunitárias da região da Transamazônica, como campanhas de vacinação, contra a dengue, em defesa do uso de preservativo nos Carnavais, enfim, mídia paga nos meios privados, mas que não se insere ou não se paga nas rádios públicas. Uma fundação internacional pela defesa do meio ambiente do planeta também não poderia, por exemplo, apoiar programas de educação ambiental desenvolvidos por emissoras comunitárias da Amazônia, na medida em que não tem sede na localidade. O resultado é o cinismo e a hipocrisia.

Por um lado, as rádio comunitárias, não conhecendo ou dispendo de outro mecanismo de sustentação financeira, disputam de forma desigual o mercado de anunciantes, em geral entre o comércio local, e reproduzem o padrão dos anúncios comerciais que somente chamam de “apoios culturais” para não cair nas malhas da fiscalização. São justamente os anúncios comerciais que em geral sustentam o funcionamento das emissoras e configuram conseqüentemente condições específicas de produção de conteúdo das rádios comunitárias,

²⁷⁴ Durante o ano de 2009 inteiro, o governo federal aplicou R\$ 495,1 milhões em anúncios publicitários. Segundo dados do Ibope Monitor, o valor é superior a todo o investimento publicitário feito por grandes empresas, em 2009, como a Coca Cola (R\$ 492,9 milhões), o Grupo Pão de Açúcar (R\$ 412,4 milhões), e a telefônica Vivo (R\$ 456,3 milhões). (Site da Associação Contas Abertas. Disponível em: <http://contasabertas.uol.com.br/WebSite/Noticias/DetalheNoticias.aspx?Id=112> Acessado em 09.maio.2010.

que findam pautadas pela lógica de mercado, obrigadas a “fazer o que agrada o cliente”, como diz a coordenação de uma das rádios estudadas. O mercado pasteurizando a diversidade cultural e desviando muitas vezes o foco dos assuntos e necessidades da comunidade em nome não do popular, mas da popularidade.

O governo, por outro lado, a quem caberia estabelecer políticas públicas para promover o setor da radiodifusão comunitária e reequilibrar o jogo de pressões desigual exercido pelo mercado, não o faz. Gerar políticas públicas para a comunicação comunitária no Brasil, por exemplo, é tratar a comunicação como um direito humano e fundamental – direito que inclui o *acesso* (direito de receber mensagens); o *diálogo* (direito de receber e emitir mensagens); e a *participação* (direito de participar efetivamente dos processos de comunicação), como coloca Luis Ramiro Beltrán (2005) em seu conceito de comunicação horizontal, o qual foi formulado para se contrapor ao modelo funcional hegemônico, que trata a comunicação como um processo impositivo de transmissão de mensagens de fontes ativas para receptores passivos.

O tratamento equânime, como prevê a Constituição Brasileira, aos três setores que compõe o sistema de radiodifusão no país – o privado, o estatal e o público – não é cumprido. A ênfase possível, menos ameaçadora e mais convergente com os interesses privados, tem sido dada à expansão da infra-estrutura de acesso aos bens e meios de comunicação, em especial das novas tecnologias. Está aí em pleno debate no país a criação do Plano Nacional de Banda Larga para acesso à internet.

Ampliar o acesso à informação e às tecnologias que as suportam, se é importante, revelam apenas a faceta de uma certa lógica – a do direito liberal, que surge já no início do século passado respondendo às demandas de uma sociedade capitalista em expansão, com os primeiros meios de comunicação de massa tornando-se coqueluche de consumo – rádio, telefone, televisão...e agora a tecnologia digital. Mas é preciso ter cautela para não ficar satisfeito com o mero direito de acesso. A comunicação como um direito humano é mais do que isso.

Na Amazônia, marcada pelo que denominamos de *midiatização periférica*, impera a necessidade de ambas as garantias – a do direito liberal de acesso aos meios e a do direito humano à comunicação. A midiatização periférica a que nos referimos surge como resultado das precariedades estruturais e vícios institucionais que se instalam em países de modernização recente, onde durante décadas imperou o subdesenvolvimento antidemocrático baseado na dependência externa (BELTRÁN, 2005). Nesses lugares *periféricos* instalou-se ao longo do tempo, no que diz respeito ao campo da comunicação, um modelo de midiatização

também periférica: o qual reproduz na região o padrão de concentração e controle midiático que se dá global e nacionalmente, porém de forma mais precarizada em termos de alcance e conteúdo e acrescida por uma relação ainda mais evidenciada de promiscuidade entre mídia e poder.

Nesses ambientes, do qual a Transamazônica é um exemplo bem acabado, se faz presente o controle desigual dos meios por grupos familiares, a simbiose entre interesses privados e públicos, o uso eleitoreiro no balcão das concessões, tudo isso de forma mais explícita e acrescida de uma precariedade e insuficiência crônica nas condições de infraestrutura e recursos humanos no setor – quantitativa e qualitativamente. Nesses ambientes de mediação periférica, as rádios comunitárias podem sim vir a desempenhar um papel fundamental na criação de uma esfera pública mais plural, o que, em si, propiciaria um maior equilíbrio entre os atores em campo. Sem desarmar as “armadilhas” que regulamentam o setor da radiodifusão comunitária no país, ocupar tal papel, no entanto, se torna algo improvável.

O direito de ser sujeito ativo da comunicação é inerente à pessoa humana e reconhecido na esfera do direito constitucional positivo do Estado (artigo 5º e 221) como algo que precisa ser garantido pelo Estado, mas ainda não o é. Ao convocar a I Conferência Nacional de Comunicação, o governo promoveu sem dúvida um avanço na tentativa de gerar políticas públicas para o setor. Apesar das resistências dos “donos da mídia” no país, foram aprovadas diversas propostas importantes que tratam da radiodifusão pública, dentre elas algumas específicas que propõem a flexibilização da legislação que regula a existência e funcionamento das emissoras comunitárias em termos de potência e alcance, número de canais por localidade e criação de mecanismos de destinação de recursos para capacitação técnica e da programação das emissoras. Muitas destas propostas tramitam na Câmara Federal em forma de projeto de lei aguardando os encaminhamentos necessários para virar política pública e assim mudar o cenário de confinamento institucional a que estão submetidas as rádios comunitárias no país. Um cenário que, como demonstraram os exemplos de rádios comunitárias em operação na região da Transamazônica, não apenas limita ou impede o desenvolvimento da radiodifusão comunitária, como por rebatimento das condições *asfixiantes* impostas, desvia ou degrada ricas identidades comunitárias originais.

b) Alinhavos finais

O estudo das rádios comunitárias instaladas em municípios ao longo da BR 230, mais conhecida como Rodovia Transamazônica, no trecho em que corta o estado do

Pará, nos permitiu verificar, no particular, algumas situações que podem ser tomadas como emblemáticas para o conjunto das rádios instaladas em pequenos municípios do interior de regiões periféricas, dentre as quais a Amazônia é emblemática, e outras ainda, que tendem a refletir dilemas mais gerais do setor da radiodifusão comunitária como um todo no país. A mais desafiadora delas diz respeito justamente à premissa da participação como fator de distinção entre o modo de fazer rádio comunitária, entendida como aquela emissora que faz uma gestão operacional e econômica integral e de forma coletiva.

A pergunta é como as rádios comunitárias em funcionamento na região se posicionam e que papel desempenham neste campo marcado pela midiática periférica. Nessas regiões, os meios de comunicação de massa não chegam a exercer de forma consistente (por ausência, incapacidade ou omissão) papel relevante para a formação da opinião pública sobre o lugar e a região, gerando assim uma tendência de valorização das outras instâncias constitutivas da esfera pública além da mídia, como as organizações da sociedade civil e os espaços de comunicação interpessoal.

Nesse sentido, potencialmente, como resultado da iniciativa contra-hegemônica de movimentos sociais organizarem meios próprios e alternativos de comunicação, as rádios comunitárias surgem nesses ambientes como a possibilidade de experimentar um outro modelo comunicacional que aproxime dialogicamente aqueles que emitem daqueles que recebem as mensagens. Na prática, porém, o que se percebe de forma geral é uma rarefação do engajamento ou insuficiência dos mecanismos de participação das entidades que as originam ou a ela se agregam em parte reflexo ou resultado da própria “crise” ou “estagnação” dos movimentos sociais. Uma crise que é oriunda na região de um processo de esgarçamento identitário que atinge os movimentos sociais – crise essa que, evidentemente, não é privilégio dos movimentos sociais da Transamazônica, mas, ao contrário, atinge, ainda que com particularidades, as bases das forças de esquerda em várias situações de transição de democracias, quando a esquerda chega ao poder. Na região em si, percebe-se uma crise da chamada *identidade de resistência* e mesmo da própria noção de *comunidade*, que moldou os movimentos em busca de protagonismo regional em décadas anteriores. Uma identidade que, afrouxada por novos arranjos políticos, distancia os movimentos sociais das rádios comunitárias, o que significa dizer, fragiliza o posicionamento dessas emissoras no campo midiático ao qual pertencem, já que é a partir dos movimentos sociais que as rádios comunitárias autênticas se originam e se sustentam institucionalmente, tornando-as assim mais vulneráveis à lógica privada.

São, entretanto, as *institucionalidades* que mais fortemente limitam o desenvolvimento da radiodifusão comunitária no país e, de forma especial o impedem em regiões de grandes dimensões territoriais e baixa densidade demográfica, como a região amazônica. A questão do alcance ou potência limitado pela lei é uma dessas regras perversas que afetam a existência e funcionamento das rádios comunitárias e que as limitam ou impedem de se tornarem mediadores sociais capazes de promover o surgimento, como diz Martín-Barbero, de novas esferas do público e novas formas de imaginação e criatividade no uso social dos meios de comunicação, com possibilidade tanto de promover a inserção dos segmentos subalternos como sujeitos da comunicação, quanto de construir, pela via coletiva que as distinguem, um modelo próprio de comunicação comunitária.

A ausência de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do setor da radiodifusão comunitária, por outro lado, joga conseqüentemente as emissoras comunitárias ‘no colo’ da lógica do mercado como estratégia possível de sobrevivência. É nesse sentido que se faz especialmente importante para o desenvolvimento da comunicação pública e comunitária no país, um compromisso efetivo do Estado em promover e mesmo ‘proteger’ o setor das pressões desiguais que o sistema de produção capitalista impõe massivamente, sem trégua e, praticamente, sem brechas, implicando em antagonismos inescapáveis, na medida em que são, os dois sistemas – o da comunicação pública e o da comunicação privada - por natureza distintos e regidos por regras também próprias e antagônicas.

Um compromisso que não pode ser assumido somente pelo Estado, as também por outros atores. Como, por exemplo, pelas universidades, não apenas no sentido de apoiar e fortalecer o emergente campo da pesquisa da comunicação comunitária, mas também como instância pública possível de abrigar mecanismos de discussão e construção de novos modelos, linguagens e formatos de fazer rádio comunitária a partir das especificidades próprias de cada contexto, realidade e identidade das próprias emissoras comunitárias. Um mecanismo talvez de incubação não residente de rádios comunitárias, como se dá com o setor da Economia Solidária, a partir das universidades públicas nas diferentes regiões.

Nas condições atuais, as rádios comunitárias não podem desempenhar efetivamente um papel positivo no jogo de forças já desigual do campo midiático da região onde estão inseridas e, portanto, também não no campo do desenvolvimento onde se orquestram as tomadas de decisão sobre os destinos da região, um campo onde a mídia se insere cada vez mais como espaço valorizado de mediação entre distintas visões em disputa.

A despeito, entretanto, de todas as deformações do modelo que preside seu funcionamento, pode-se dizer que as rádios comunitárias instaladas no interior de regiões

periféricas como a Transamazônica, no interior da Amazônia brasileira, desempenham sim um papel importante como expressão de segmentos populares em busca de visibilidade e reconhecimento social e político. Sua capacidade de influir e de (re)posicionar-se e aos atores subalternos que representa no campo midiático está contingenciada principalmente por um embate institucional francamente desequilibrado e tradicionalmente dominado pelo favorecimento do setor privado.

Flexibilizar, portanto, a Lei 9.612/98 levando em conta as particularidades de regiões periféricas e criar políticas públicas que de fato promovam o desenvolvimento do setor, especialmente em regiões periféricas, é condição fundamental à sobrevivência das rádios comunitárias e a sua razão de ser.



REFERÊNCIA

ABERT. **Tudo o que você precisa saber sobre rádio e televisão:** licenças, outorgas, taxa de penetração, receitas e receptores. Organizado e formatado por Luis Roberto Antonik. Dezembro, 2010. Disponível em: <http://www.abert.org.br/site/images/stories/pdf/resultado/Tudooquevoceprecisasabersobrerradioetelevisao.pdf>. Acesso em: 22 set. 2010.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIA. Câmara dos Deputados. **Radiodifusão Pública. I CONFECOM.** Publicado em 10 jun. 2010. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/148746.html?timestamp=1276175667954>. Acesso em: 12 jun. 2010.

ALBAGLI, Sarita. Biodiversidade, pesquisa e desenvolvimento na Amazônia. **Amazônia: fronteira geopolítica da biodiversidade.** Parcerias Estratégicas. n. 12. set. 2001. Disponível em: http://moelabs.org/b37/Seminarios_em_ri_II-Nilson_Cesar_Fraga/I_Semestre/Amazonia%20e%20Biodiversidade.pdf. Acesso em: 25 set. 2009.

ALLEGRETTI, Mary. Do Avanço Brasil ao PPA de Lula: o que mudou do ponto de vista ambiental na agenda do desenvolvimento na Amazônia. **Ciência & Ambiente**, n. 32. Janeiro/Junho de 2006. Santa Maria: UFSM, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O Intransitivo da Transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1985). In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A.E. (Org.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois.** 2. ed. Belém: CEJUP: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992. p. 259-290.

_____. **Universalização e localismo:** movimentos e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. Belém: MPEG, 1994.

ALMEIDA, Anna Luiza Ozório de. **Colonização dirigida na Amazônia.** Rio de Janeiro: IPEA, 1992.

ALMEIDA, Paulo Roberto. **A experiência brasileira em planejamento econômico:** uma síntese histórica, 2004. Disponível em: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1277HistorPlanejBrasil.pdf>. Acesso em: 24 maio 2009.

ALMEIDA, Rogério. **Araguaia-Tocantins:** fios de uma história camponesa. Belém: [s.n], 2006.

ALVES PINTO, Nelson Prado. **Política da Borracha no Brasil.** A falência da borracha vegetal. Cap. II. São Paulo: Hucitec, 1981.

AMARC. Associação Mundial de Rádios Comunitárias. <http://www.amarc.org/>. Acesso em: 12 ago. 2010.

ANATEL. Serviço de Controle de Radiodifusão (SRD). Disponível em: <http://sistemas.anatel.gov.br/SRD/Consultas/ConsultaGeral/Tela.asp>. Acesso em: 10 jan 2007; 5 nov. 2007; 19 ago. 2008; 24 jan. 2008; 03 fev. 2009; 26 jan. 2010; 17 ago. 2010; 18 jan. 2011.

ARNS, Paulo. **Brasil Nunca Mais**. Um Relato para a História. Projeto Brasil Nunca Mais. Arquidiocese de São Paul, 1985. Livro original disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_q\Trbs\GTNM_Livros\GTNM_Livros_MP.DOCPRO&Pasta=Tomo%20I%20%20O%20Regime%20Militar&PagLog=&Pesq=DOI-CODI&PagFis=. Acesso em: 07 maio 2010.

ASIS, Machado. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, V.III, 1994.

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA E INFORMAÇÃO DE BRASIL NOVO (RÁDIO POPULAR FM). **Ata de Fundação. Brasil Novo**, 04 abr. 1998. Mimeo.

_____. **Estatuto**, Brasil Novo, 29 dez. 2005. Mimeo.

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE ALTAMIRA (RCA ou NATIVA FM). **Ata de Fundação**. Altamira, 28 abr. 1998. Mimeo.

ASSOCIAÇÃO RÁDIO UNIÃO RURÓPOLIS (UNIÃO FM). **Ata de Fundação**. Rurópolis, 11 nov. 1997. Mimeo.

AVRITZER, L. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In. Boaventura de Souza Santos (Org.). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 562-567.

_____. **Rádios comunitárias: mobilização social e cidadania na reconfiguração da esfera pública**. Coleção Comunicação e Mobilização Social. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística; UFRGS, 2002.

BARRETO, Paulo; ARIMA, Eugênio e BRITO, Marky. **Pecuária e desafios para a conservação ambiental na Amazônia**. Belém: IMAZON, 2005. Disponível em: <http://www.imazon.org.br/downloads/index.asp?categ=5>. Acesso em: 12 set. 2010.

BARROS FILHO, Clóvis; MARTINO, Luís Mauro Sá. **O Habitus na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de consumo**. (1970) Porto: Edições 70-Brasil, 3. ed. 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Comunidade, a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Identidade.** Ed. Jorge Zahar. Rio de Janeiro. 2005.

BECKER, Berta. **Amazônia:** Geopolítica na virada do III Milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. **Amazônia.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1991. (Série Princípios).

BELTRÁN S., Luis Ramiro. **Adiós à Aristóteles:** la comunicación “horizontal”. Revista Comunicación y Sociedad. n.6, sep., 1981. São Paulo: Cortez. p.5-35. Disponível em: http://www.alaic.net/portal/revista/r7/art_01.pdf. Acesso em: 8 jul. 2010.

_____. **A luta pela democracia na comunicação latino-americana:** memória mínima de um ex-combatente dos conturbados anos 70. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. nº 1- 2004 – p. 42-58. Disponível em: <http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/rbcc/article/viewFile/851/634>. Acesso em: 09 ago. 2009.

_____. **La Comunicación para el desarrollo en Latinoamérica:** un recuento de medio siglo. In: CONGRESO PANAMERICANO DE LA COMUNICACIÓN, 3., 2005, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires, Julio 12-16, 2005.

BERGER, Christa. **Campos em confronto:** jornalismo e movimentos sociais: as relações entre o movimento sem terra e a Zero Hora. 1996. 326 fls. Tese (Doutorado em Comunicação). Escola de Comunicação e Artes – Universidade de São Paulo, 1996. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/berger-christa-campos-3.html> Acesso em: 6.abr.2009.

_____. A pesquisa em Comunicação na América Latina. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luis C.; FRANÇA, Vera Veiga (Org.). **Teorias da Comunicação:** conceitos, escolas e tendências. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BERTRAND, Claude-Jean. **O arsenal da democracia:** Sistemas de Responsabilização da Mídia. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BETO, Frei. Comunicação popular e Igreja. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Org.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil.** São Paulo: Paulinas, 1986. p. 99-117.

BIONDI, Antonio; CHARÃO, Cristina. Terra de Gigantes. In: Mídia(s) no Brasil: o poder dos conglomerados e os múltiplos contrapoderes. **Revista Adusp.** São Paulo: Associação dos Docentes da USP. Seção Sindical da Andes-SN, n. 42. p. 6-23, jan. 2008.

BIZERRIL, José. **O vínculo etnográfico:** intersubjetividade e co- autoria na pesquisa qualitativa. In: *Universitas* Ciências da Saúde – v.2, n.2. p.152-163, 2004. Disponível em: <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/cienciasaude/article/view/530/351> Acesso em: 12 mar. 2009.

BOBBIO, Norberto; Michelangelo BOVERO. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOFF, Clodovis. **A originalidade histórica de Medellín**. Serviço Bíblico Latinoamericano. Biblioteca digital, [19-?]. Disponível em: <http://www.servicioskoinonia.org/relat/203p.htm>. Acesso em: 14.mar.2009.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?** Coleção Questões Fundamentais da Comunicação, n. 10. São Paulo: Paulus, 2007.

_____. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec / Polis, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989. (Coleção Memória e Sociedade).

_____. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lucia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Trad.: Denice Brabara Catani. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva. 2007.

BRAGA, J.L; CALAZANS, R. **Comunicação e educação: questões delicadas na interface**. São Paulo, Hackers. 2001.

BRASIL. **Constituição Brasileira**. Casa Civil, Brasília-DF, Publicada no DOU em 05 de Outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1998.

_____. **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Rádios comunitárias: licença provisória e licença definitiva**. Relação de Processos que foram enviados para assinatura do Ministro. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/radio-comunitaria/licenciamento>. Acesso em: 12 jan.2011.

_____. **Rádios comunitárias: situação do processo**. Avisos de Habilitação. Demonstração de Interesse. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/radio-comunitaria/situacao-do-processo>. Acesso em: 16 jul. 2008.

_____. **Caderno I CONFECOM**. Brasília: Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Publicado em: 10 de jun. de 2010. Disponível em: http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/publicacoes/confecom/confecom-14_10_2010.pdf. Acesso em: 09 ago. 2010.

_____. **Mensagens presidenciais. Brasília, DF, 1970-1971-1974**. Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras - Center for Research Libraries (CRL). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acesso em: 21 jun. 2010.

_____. **II Plano Nacional de Desenvolvimento**. Lei n.º 6.151, de 4 de dezembro de 1974, Disponível em: http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/5bd/2br/3plans/1974II-PND/pdf/II-PND.pdf. Acesso em: 13 out. 2009.

_____. **Ministério dos Transportes:** Banco de Informações e Mapas dos Transportes. Disponível em: <http://www.transportes.gov.br/bit/trodo/br-230.jpg>. Acesso em: 25 jul. 2010.

_____. IPEA/INPES. **Colonização dirigida no Brasil:** suas possibilidades na região Amazônica. Relatório de Pesquisa n. 8. Por Vânia Porto, Claudio Monteiro Considera e Maria Thereza L. I. de Castro e Silva. Rio de Janeiro, 1972.

_____. **Lei de Radiodifusão Comunitária.** Lei N. 9.612, de 19 de Fevereiro de 1998, publicada no DOU de 20 de Fevereiro de 1998. Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L9612.htm> Acesso em: 22 jan. 2007.

_____. **Mensagem presidencial** ao Congresso Nacional: Presidente Emilio Médici. 1970, 1971, 1972, 1973, 1974. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acesso em: 16 mar. 2010.

_____. **Sistema de informações territoriais (SIT)**, base de dados do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/territorio.php?menu=cidadania&base=2>. Acesso em: 08 jul. 2010.

BRECHT, Bertold. Teoria do Rádio (1927-1932). In. Eduardo Meditdch (Org.). **Teorias do Rádio:** textos e contextos. v. 1. Florianópolis: Insular, 2005.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma História social da mídia.** De Gutemberg à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CAMARGO, Aspásia. **O que foram as ligas camponesas?** Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos. Publicado em 9 de dezembro de 2006. Disponível em: http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2322&Itemid=25. Acesso em: 23 set. 2010.

CAMARGO, José Marcio. **Do milagre à crise:** a economia brasileira dos anos oitenta. Texto para discussão. Dep. Economia PUC/Rio, 1982. Disponível em: <http://ideas.repec.org/p/rio/texdis/361.html>. Acesso em: 14 out. 2010.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. 4.ed. 4. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **Consumidores e cidadão:** conflitos multiculturais da globalização. 7. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008a.

_____. **Leitores, expectadores e internautas.** São Paulo: Iluminuras, 2008b. (Coleção: Os livros do Observatório).

_____. **Diferentes, desiguais e desconectados:** mapas da interculturalidade. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CAPARELLI, Sergio. Política de radiodifusão no Brasil. **Cadernos Intercom.** Rádio e Cultura no Brasil. n.8. ano 4. dez. 1985. p. 15-24.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina** (1967). 7. ed. São Paulo: Zahar, 1984.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede: era da Informação: economia, sociedade e cultura**. 9. ed. amp. e rev. São Paulo: Paz e Terra, 2006. v.1.

_____. **O Poder da identidade: era da informação: economia, sociedade e cultura**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. v.2.

CASTRO, Manoel Ribeiro. **A Terra prometida**. 1999. 37 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em de História). Faculdade de História, Universidade Federal do Pará, Altamira, 1999.

CASTRO, Edna. Transformações ambientais na Amazônia: problemas locais e desafios internacionais. In: MENDES, Armando Dias (Org). Amazônia. **Terra & Civilização: uma trajetória de 60 anos**. Belém: Banco da Amazônia, 2003. v.2.

CHAZEL, François. Poder. In: BOUDON, Raymond. **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **Mundialização: o capital financeiro no comando**. Tradução de Ruy Braga. Disponível em: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/05/out5_02.pdf. Acesso em: 10 jun. 2005.

CHEVAL, Jean-Jacques e Sheila Vanessa SEVILLA ZEBALLOS. Diversité culturelle, interculturalité et radios associatives en France, l'exemple bordelais. In: **Revista Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. [s.l.]: EPTIC, v. 11, n. 3, sep.- dic./2009.

COGO, Denise. **No ar...uma rádio comunitária**. São Paulo: Paulinas, 1998.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil: TIC domicílios e TIC empresas 2008**. São Paulo, 2009.

CONSOLIN, Maria Cristina. Gustave Le Bon e a reação conservadora às multidões. In: Encontro Regional de História – O lugar da História, 7., 2004. Campinas. **Anais**. Campinas ANPUH/SP- UNICAMP, 2004.

COUTINHO, Eduardo G., FREIRE FILHO, João, PAIVA, Raquel. **Mídia e poder: ideologia, discursos e subjetividade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

COSTA, Luciana Miranda. **Sob o fogo cruzado das campanhas: ambientalismo, comunicação e agricultura familiar na prevenção ao fogo acidental na Amazônia**. 2004. 337 f.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

CUNHA, Mágda Rodrigues da. A Era pós-mídia desenhada nas rádios livres: o pensamento de Félix Guattari. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Uerj, 2005. Disponível em: http://www.alquimidia.org/ganesha/arquivosSGC/DOWN_220536radios_livres___intercom.pdf. Acesso em: 23.nov.2010.

DAGRON, Alfonso Gumurcio. **Haciendo Olas:** historias de comunicación participativa para el cambio social / Informe para La Fundación Rockefeller. Nova Yorque: The Rockefeller Foundation, 2001. Disponível em: <http://www.bantaba.ehu.es/sociedad/files/view/haciendoolas.pdf?revision%5fid=62865&package%5fid=56434>. Acesso em: 16 ago. 2010.

DAQUINO, Rubim Santos Leão de; et al. **Sociedade brasileira:** uma história através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

DeFLEUR, Melvin L.; BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da comunicação de massa.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

DELORME, Michel. Una red de intercambio internacional (prólogo). In: GIRARD, Bruce (edt.) **RadioApasionados: Experiencias de radio comunitaria en el mundo.** Edición digital Comuica. Disponível em: <http://comunica.org/apasionados/>. Acesso em: 17 ago. 2010.

DIAZ BORDENAVE, Juan. **O que é participação?** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **O que é comunicação?** São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **O que é comunicação rural?** São Paulo: Brasiliense, 1983a.

_____. **Além dos meios e mensagens.** Petrópolis. Brasil: Editora Vozes, 1983b.

DIRETÓRIO PT/PA. **Rádio comunitária.** A comunicação a serviço da comunidade. Uma idéia possível e necessária. Guia para Implantação de Rádios Comunitárias. Composição de texto: Lenir Trevisan e João Prado. Belém: Secretaria de Comunicação/PT-PA, Fevereiro de 1997.

DOCUMENTOS da Igreja. **Conclusões de Medellín.** Biblioteca digital, [1968]. Disponível em <http://agnusdei.50webs.com/medell15.htm>. Acesso em: 13 out. 2010.

DORNELLES, Beatriz. Divergências conceituais em torno da comunicação popular e comunitária na América Latina. **E-Compós** - Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação, 2007.

DUTRA, Manuel Senna. Biodiversidade e desenvolvimento sustentável: considerações sobre um discurso de inferiorização dos povos da floresta. In: Marcionila Fernandes e Lemuel Guerra (Org.) **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável.** Belém: UNAMAZ, 2003. p. 170-197.

_____. **A Natureza da TV: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta...** Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFGA), 2005.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação** (1970). São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Os Estudos culturais em debate. **UNIREvista**, Unisinos, RS. v. 1, n.3. jul. 2006. Disponível em: http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Escosteguy.PDF. Acesso em: 12 ago. 2010.

FADUL, Ana Maria. Hegemonia e contra-Infomação: por uma nova práxis da comunicação. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins (Org.). **Comunicação, hegemonia e contra-infomação**. São Paulo: Cortez: Intercom, 1982. p. 25-39.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília:Universidade de Brasília, 2001.

RÁDIO DIGITAL: democratização ou "cala-boca tecnológico"? Postado em 26 fev. 2006. Disponível em: <http://www.fazendomedia.com/novas/movimentos260206.htm>. Acesso em: 30 fev. 2008.

FERNANDES, Marcionila. Desenvolvimento sustentável: antinomias de um conceito. In: FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel (Org.) **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003. p. 131-170

FERNANDEZ, Adrián José Pailla. Comunicação e cidadania na virada do século: movimentos sociais espaço público em frequência modulada-FM. In: DAWBOR, Ladislau et al. **Desafios da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNSIDE, Philip. **Condições da qualidade inicial do solo na rodovia Transamazônica e sua simulação em modelos para a estimativa da capacidade de suporte humano**. 1982 Revisado em 2001. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/mss%20and%20in%20press/ISQ-port.pdf. Acesso em: 16 jun. 2010.

_____. Desmatamento e Desenvolvimento Agrícola na Amazônia. In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A.E. (org.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. 2. ed. Belém: CEJUP: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992. Pp. 207- 222.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Doravante, 2007.

FESTA, Regina. Comunidades Eclesiais de Base e Comunicação. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Org.). **Comunicação, Hegemonia e Contra-Infomação**. São Paulo: Cortez: INTERCOM, 1982.

_____. **Comunicação na Selva Amazônia**. In: Intercom Revista Brasileira de Comunicação. Ano IX, n. 54, Jan-Jun, 1986. p. 5-29.

_____. Movimentos Sociais, Comunicação Popular e Alternativa. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Org.). **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas: 1986.

FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. São Paulo: paulinas, 1986.

FONSECA, Pedro Cesar Dutra e MONTEIRO, Sergio Marley Modesto. **O Estado e suas razões: o II PND**. Revista de Economia Política, v. 28, n. 109, p. 28-46, jan-ma./2007.

FONSECA JUNIOR, Wilson Corrêa da. A comunicação na Embrapa: do difusionismo à comunicação como inteligência organizacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS, 2., 2008, Belo Horizonte. **Anais...**Abrapcorp, Belo Horizonte, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 23-77.

FRANÇA, Vera. **Convivência urbana, lugar de fala e construção do sujeito**. Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 7, p. 1-10, jul./dez. 2001.

FRANCO, Maria P. B.. **Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004. Disponível em: www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a08n121.pdf. Acesso em: 12 jan. 2007.

FREI BETO. Comunicação popular e Igreja. In: FESTA, Regina e SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Org.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 99-117.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 10. ed. Coleção O Mundo Hoje, v. 24. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2005.

FREY, Klaus. Concepções de Desenvolvimento Sustentável e as Perspectivas de Gestão Local. In: COELHO, Maria Célia Nunes; MATHIS, Armin (Org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local na Amazônia: Uma agenda em debate**. Belém: NAEA; UFPA, 2005. p.109-123.

FVPP. Fundação Viver, Produzir e Preservar. <http://www.fvpp.org.br>. Acesso: 17 set. 2010.

_____. **Dados gerais das Rádios Comunitárias da Transamazônica e Xingu**. Questionário e informações: Arildo Madergan; Relator: Galdino Xavier de Paula Filho; Coordenadora geral: Ana Paula Santos Souza. Altamira, Maio de 2007. Mimeo.

GEERTZ, Clifford. **Por uma teoria interpretativa da cultura**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

_____. **O Saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GHEDINI, Fred. **Nas ondas sonoras da comunidade: a luta pelas rádios comunitárias no Brasil.** Rio de Janeiro: Global: Ação Educativa, 2009.

GIANOTTI, Vito. Hegemonia, Linguagem e Contra-hegemonia. In: **Muralhas da Linguagem.** 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GINDRE, Gustavo. **A sociedade civil brasileira e a luta pela democratização das comunicações.** Fundação Ford, 2004. Disponível em: http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com_docman&task=search_result. Acesso em: 24 jul. 2008.

GIRARD, Bruce (Edit.). **Radio apasionados: experiencias de radio comunitaria en el mundo:** Edición digital en 2002 por Bruce Girard y Comunica. Disponível em: <http://comunica.org/apasionados/>. Acesso em: 17. ago. 2010.

GOHN, M.da.G. **Teoria dos movimentos sociais.** São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais.** 3. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

GONDIN, Neide. **A Invenção da Amazônia.** São Paulo: Marco Zero, 1994.

GRAF, Marília G. **Propaganda de lá para cá.** São Paulo: Ibrasa, 2003.

GRANATO, Fernando. **Transamazônica, uma estrada do tamanho do Brasil.** In: Revista Aventuras na História. [1998]. Disponível em: <http://historia.abril.com.br/politica/transamazonica-estrada-tamanho-brasil-433869.shtm>. Acesso em: 03 mar. 2010.

GUGLIELMONE, Isabel. El oyente comprometido: teorías y preceptos fundadores de las rádios participativas en América Latina. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación,** São Paulo, v. 11, n.3, 2009. Disponível em: www.eptic.com.br. Acesso em: 02 jun. 2010.

HABERMAS, J. **Passado como futuro.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. (Biblioteca Tempo Universitário n. 94).

_____. **Teoria de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social.** Madri: Taurus, 1987b. v.1.

HALL, Antony L.. **Desenvolvimento para quem?: desmatamento e conflito social no programa Grande Carajás.** Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HAMELIN, Philippe. O Fracasso Anunciado. In: Phyllippe Léna e Adélia Engrácia de Oliveira (Org.). **Amazônia: fronteira agrícola 20 anos depois**. 2 ed. Belém: Cejup e Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992. Coleção Eduardo Galvão. p. 161-176.

HÉBETTE, Jean. Reprodução Social e Participação Política na Fronteira Agrícola Paraense: O Caso da Transamazônica. In: **Cruzando fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004. v.4.

HIRSCHMANN, Albert O. **Política econômica na América Latina**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 3. ed. Petrópolis: Rj: Vozes, 2001.

HOUTZAGER, Peter. **Os Últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)**. São Paulo: Globo, 2004.

HUERTAS, F. **O método PES: entrevista com Carlos Matus**. São Paulo: FUNDAP, 1996.

HURTIENNE, Thomas P. Agricultura Familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia In: COELHO, Maria Celia *et al* (Org). **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional**. Belém: NAEA; UFPA; CEJUP, 2002.

_____. Análise socioeconômica dos sistemas de uso de terra por pequenos produtores agrários na Amazônia oriental. **Novos Cadernos NAEA**, v. 7, n. 2, p. 191-272, 2004.

IBGE. **Série Estatísticas & Série Históricas**. Série PD243 e PD282. 2009. Disponível em: <http://serieestatisticas.ibge.gov.br/>. Acesso em: 07 jan. 2011.

_____. **Censo Agropecuário 2006: unidades da federação**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>. Acesso em: 30 maio, 2010.

INTERVOZES, Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Direito à Comunicação no Brasil**. Relatório de Pesquisa. Terceira Versão. Junho de 2005. Disponível em: http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com_docman&task=search_result. Acesso em: 6 maio 2009.

_____. **Concessões de rádio e TV: onde a democracia ainda não chegou**. Informativo Intervozes, Nov. 2007. Disponível em: http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/revista_concessoes_web.pdf. Acesso em: 03 dez. 2007.

IPEA. **Colonização dirigida no Brasil, suas possibilidades na região amazônica**. Relatório de Pesquisa n.8. Por Vania Porto Tavares, Claudio Monteiro Considera e Maria Thereza L.L. Castro. Brasil. Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1972.

JB ONLINE. **Rádios comunitárias reclamam de demora para obter licença - 09/12/2007**. Disponível em: <http://jbonline.terra.com.br/extra/2007/12/09/e09126555.html> Acesso em: 09 dez. 2007.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KAIMOVITZ, David, MERTENS, Benoit, WUNDER, Sven, PACHECO, Pablo. **A Conexão hamburgher alimenta a destruição da Amazônia**. 2004.

KAPLÚN, Gabriel. Entre mitos e desejos: desconstruir e reconstruir o desenvolvimento, a sociedade civil e a comunicação comunitária. In: PAIVA, Raquel (Org.). **O retorno da comunidade**: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.167-194.

KAMPEL, Silvana Amaral; CAMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antonio M. V. **Análise espacial do processo de urbanização da Amazônia**. Relatório Técnico. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia. 2001.

KOHLHEPP, Gerd. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira**. Estudos Avançados. n.16, v.45, p.37-61, 2002.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. **História das Relações Públicas no Brasil: retrospectiva e aspectos relevantes**. Idade Mídia, São Paulo, ano 1, n. 2, nov/2002.

LAHNI, Claudia Regina. Rádios Comunitárias autênticas: entre a comunicação democrática e a perseguição. In: **Mídia(s) no Brasil: o poder dos conglomerados e os múltiplos contrapoderes** Revista Adusp. Associação dos Docentes da USP. Seção Sindical da Andes-SN- Jan. 2008, n. 42. p.34-42.

LEAL, Sayonara. Radiodifusão Comunitária n Brasil: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: RAMOS, Murilo Cesar; SANTOS, Suzy (Org.). **Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas**. São Paulo: Paulus; 2007. p.377-404.

_____. **Diversidade cultural, cidadania e esfera pública**: um olhar sobre as rádios comunitárias no Brasil. In: Revista Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación. EPTIC. www.eptic.com.br. Vol XI, n. 3, sep.-dic./ 2009.

LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia. Notas sobre expansão de fronteiras e desenvolvimento na Amazônia. In. **Amazônia**: a Fronteira agrícola 20 anos depois. 2 ed. Belém: Cejup/Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992.

LERNER, D. **The Passing of Traditional Society, Modernizing the Middle East**. Glencoe: Free Press, 1958. Mimeo

LERNER, Daniel; SCHRAMM, Wilbur. **Comunicação e mudança nos países em desenvolvimento**. Prefácio de Lyndon Johnson. São Paulo: Melhoramentos: Universidade de São Paulo, 1973.

LEWIS, William Arthur. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In: AGARWALE, A. N.; SINGH, S. (Org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969, p.406-456 . Disponível em: http://www.adelinotorres.com/desenvolvimento/W.%20Arthur%20Lewis_O%20desenvolvim

ento%20com%20oferta%20ilimitada%20de%20m%C3%A3o-de-obra.pdf. Acesso em: 07 ago. 2010.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006a.

_____. As bases do novo coronelismo eletrônico. **Observatório da Imprensa**. Postado em: 08 Ago. 2005. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=341IPB001>. Acesso em: 12 dez. 2007.

LIMA, Venício A. de (Org.). **Vozes da democracia: histórias da comunicação na redemocratização do Brasil**. São Paulo: Intervozes/Imprensa Oficial, 2006b. Disponível em <http://www.intervozes.org.br/publicacoes/livros/vozes/>. Acesso em: 02 dez. 2007.

LIMA, Venício A.; LOPES, Cristiano Aguiar. Rádios Comunitárias: coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004). As autorizações de emissoras como moeda de barganha política. **Observatório da Imprensa/ PROJOR**—Instituto para o desenvolvimento do Jornalismo, Jun. 2007. Disponível em: http://www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/download/Coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf. Acesso em: 04 dez. 2007.

LOPES, Cristiano Aguiar. **Reflexões sobre a regulação da radiodifusão no Brasil: em busca da lei geral de comunicação eletrônica de massa**. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Brasília, 2005a. Disponível em: http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/publicacoes/estnottec/tema4/2005_3360.pdf. Acesso em: 22 jun. 2008.

_____. **Política pública de radiodifusão comunitária no Brasil: exclusão como estratégia de contra-reforma**. 2005, 164 f.. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Faculdade de Comunicação; Universidade de Brasília, 2005b. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/arquivos/radcomfinal.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2008.

MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGRÃO, Marcelo. **Rádios Livres: a reforma agrária no ar**. Prefácio de Félix Guattari. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento econômico da Amazônica: uma análise das políticas governamentais**. Relatório de Pesquisa n. 39. Rio de Janeiro: IPEA; INPES, 1978.

MAINGUENEAU, Dominique. **Elementos de lingüística para o texto literário**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MALERBA, João Paulo. A Comunicação Comunitária no Limite. In: PAIVA, Raquel; SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro dos (Org.). **Comunidade e contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa**. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2008.

MANTEGA, G. **A Economia Política Brasileira**. 8.ed..Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura.** São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** Prefácio: Néstor García Canclini. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

_____. **Cartografias da sensibilidade e da tecnicidade: sentidos da tecnicidade – Aula 3.** Cursos Globo Universidade. 10. Set.2008. Disponível em: <http://globouniversidade.globo.com/GloboUniversidade/0,,AA1703379-9048-1701855,00.html> Acesso em: 14 ago. 2010.

_____. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, Dênis de (Org.) **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder.** 4. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. p.57- 86.

MARTINELLO, Pedro. **Formação e expansão da empresa gumífera e importância da borracha amazônica na segunda guerra mundial.** Cap.I. Rio Branco: Cadernos UFAC, série Estudos e Pesquisas I, 1988.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

_____. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo.** São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **Fronteira.** A Degradação do Outro nos Confins do Humano. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Contexto, 2009.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação.** 6 ed. São Paulo: Loyola, 2003.

MATTELART, Armand. **Comunicação mundo: história das idéias e das estratégias.** 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. **A globalização da comunicação.** 2. ed. Bauru: SP.: EDUSP, 2002.

MATUS, C. **Adeus, senhor presidente.** São Paulo: Litteris, 1989.

MAZETTI, Henrique Moreira. A luta pela comunicação e a luta através da comunicação. IN: INTERCOM SUDESTE, 2006. **Anais...** São Paulo. Disponível em: www.direitoacomunicacao.org.br/novo/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=314. Acesso em: 01 dez. 2007.

McLUHAN, Marshall. **A Galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico.** Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo: EDUSP, 1969.

MELIANI, Marisa. **História das rádios livres no Brasil.** CMI Brasil- Centro de Mídia Independente. São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/PT/blue/2003/03/249609.shtml>. Acesso em: 13 ago. 2010.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo tardio**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELO, José Marques de. MacBride: a NOMIC e a participação latino-americana na concepção de teses sobre a democratização da comunicação. **LOGOS 28**. Globalização e comunicação internacional, ano 15, 1º semestre, 2008, p. 42-59

_____. Comunicação e Desenvolvimento: por um conceito midiático de Região. In: MELO, José Marques de; SOUZA, Cidoval Moraes de; GOBBI, Maria Cristina (Org.). **Regionalização midiática: estudos sobre comunicação e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: Sotese, 2006.

MIDIACOM DEMOCRACIA. Revista do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). **Por trás dos números sobre rádios comunitárias**, nº 7, Fev. 2008.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

MONTEIRO DA COSTA, José Marcelino. Ocupação, integração e desenvolvimento da Amazônia: 60 anos de ação federal. In: MENDES, Armando Dias (org). **Amazônia. Terra & Civilização: uma trajetória de 60 anos**. v.2. Belém: Banco da Amazônia, 2003.

MORAES, Dênis de. O capital da mídia na lógica da globalização. In: Dênis de Moraes (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2009. p. 187-216.

_____. **Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci**. Dossiê Comunicação e Política. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

MORAIS, Fernando. O sonho da Transamazônica acabou (1974) In: **Cem quilos de ouro** (e outras histórias de um repórter). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MORAIS, Fernando, GONTIJO, Ricardo. **Transamazônica**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

MORAN, Emilio F.. A Ecologia humana como crítica: colonização e ecologia humana. In: **A Ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. p.283-307.

MORBACH, Marise Rocha. **A Difusão midiática da exclusão: o caso da Amazônia**. Encontro dos Núcleos de Pesquisa, n.6. 2006, Brasília: INTERCOM, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0413-1.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2010.

MOREIRA, Sonia Virginia. **Rádio palanque**. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 1998.

MORIN, Edgar. A epistemologia da complexidade. In: _____. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001. p. 137 a 174.

_____. Uma mundialização plural. In: MORAES, Denis de (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

MOSCOVICI, Serge. Des représentations collectives aux représentations sociales. In: JODELET, D. **Les représentations sociales**. Coll. sociologie d'aujourd'hui, Paris: P.U.F., 1989.

MOTA, Carlos Renato. As Principais teorias e práticas de desenvolvimento. In: BURSZTYN, Marcel (Org.) **A Difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

NUNES, Maria Vidal. Rádios comunitárias no século XXI: exercício de cidadania ou instrumentalização. In: MOREIRA, Sonia Virginia; DEL BIANCO, Nélia R. (Org.). **Desafios do rádio no século XXI**. São Paulo. INTERCOM; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

_____. Rádios comunitárias: exercício da cidadania na estruturação dos movimentos sociais. In: _____ (Org.). **O Retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2007. p. 95-118.

NURKSE, Ragnar. **Problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1957.

OLIVEIRA, Dennison de. **Estado & mercado: telecomunicações no Brasil**. Curitiba, PR: Prephácio, 1991.

OLIVEIRA FILHA, Elza A. de. **Olhares sobre uma cobertura: a eleição de 2002 para o governo do Paraná em três jornais locais**. Tese. (Doutorado em Ciência da Comunicação). São Leopoldo: UNISINOS, 2006.

OLIVEIRA, Raphaella Marques de. **Dez anos de lei de radiodifusão comunitária: discurso e prática política e os reflexos no cenário de Belém**. 82 f., 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social – habilitação Jornalismo). Faculdade de Comunicação, Belém:UFPA, 2010.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus Editorial, 1985.

OUTHWAITE, Willian; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Com a consultoria de Ernest Gellner, Robert Nisbet e Alain Touraine. Editoria da versão brasileira: Renato Lessa e Wanderley Guilherme dos Santos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PAIVA, Raquel. Para reinterpretar a comunicação comunitária. In: Raquel Paiva. (Org.) **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. Pp.133-148.

_____. **O Retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: MAUD X, 2007.

_____. **O Espírito comum: comunidade, mídia e globalismo.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

PARÁ NAS ONDAS DORÁDIO O. Projeto de ensino, extensão e pesquisa da UFPA. Disponível em: <http://www.oparanasondasradio.ufpa.br>. Acesso em: 23 set. 2009.

PASSINI, J.J. **Geração e comunicação de inovações tecnológicas para a Agricultura Familiar.** 1999. 162 f. Tese (Doutorado em Tecnologia). Curitiba: CEFET, 1999.

PLANO de Desenvolvimento Regional Sustentável da Região de Integração Xingu (PDRSX). **Resumo Executivo.** Belém: NAEA; UFPA; SEIR, 2008.

PEIXOTO, Rodrigo C. D. Ação cultural e concepção colítica entre Igreja católica e os camponeses (Um estudo na região de Marabá). In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A.E. (Org.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois.** 2 ed. Belém: CEJUP: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992. p.145-160.

PERUZZO, Cicília M. K. **El contexto de la comunicación popular y la comunicación alternativa.** Cultura popular, Lima: CELADEC, 1982.

_____. **Participação nas rádios comunitárias no Brasil.** In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 30., 1998. Recife. **Anais...** Disponível em http://bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.html. Acesso em: 30 nov. 2007.

_____. **Comunicação nos Movimentos Populares: a participação na construção da cidadania.** Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania.** In: Maria José da Costa Oliveira (Org.) Comunicação pública. Caminas, SP: Alínea, 2004. p. 49-80.

_____. Rádio comunitárias, educomunicação e desenvolvimento. In: **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social.** Rio de Janeiro: MAUAD X, 2007. p. 69-94.

_____. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor.** ECO-Pós, v.12, n.2, maio-agosto 2009, p.46-61.

PETERSEN, P. A. Participação não participada; incorporando as abordagens participativas para o desenvolvimento na prática das instituições. In: PETERSEN, P.; J. ROMANO. **Abordagens participativas para o desenvolvimento local.** Rio de Janeiro: AS-PTA/ActionAid Brasil, 1999.

PINTO, Lucio Flavio. **Jari: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig (as relações entre estado e multinacional na Amazônia).** São Paulo: Marco Zero, 1986.

_____. Água, solução e problema. In: UHLY, Stphen; SOUZA, Eliene Lopes de (Org.). **A Questão da água na Grande Belém**. Belém: Casa de Estudos Germânicos; Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 39-55.

_____. Amazônia: perdida no rumo da história. In: MARTIN, Coy; KOHLHEPP, Gerd (Coord.). **Amazônia sustentável: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p.15-23.

_____. **Contra o Poder. 20 anos de Jornal Pessoal: uma paixão amazônica**. Belém: edição do Autor, 2007.

PNUD BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/>. Acesso em: 04 mar. 2008.

POKORNY, Benno; CAYRES, Guilhermina; NUNES, Westfalen. Participatory analysis of heterogeneity, an approach to consolidate collaborative initiatives at community level. **Journal Forests, Trees and Livelihoods**, n.13 .2003. p.161-175.

POKORNY, B.; *et. al.* **A produção familiar como alternativa de um desenvolvimento sustentável para a Amazônia: lições apreendidas de iniciativas de uso florestal por produtores familiares na Amazônia boliviana, brasileira, equatoriana e peruana**. 1. ed. Belém: FOR LIVE/ CIFOR, 2010, v. 1.

POLIVANOV, Beatriz Brandão. **Novos Rumos e Onda Livre: conflitos e negociações na busca pela legalização das rádios comunitárias**. In: Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política – **Compólitica** – Belo Horizonte, 2007. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2007/sc_scp-beatriz.pdf. Acesso em: 12 dez. 2010.

PRADO PIMENTEL, Fábio. **Rádio educativo no Brasil: uma visão histórica**. UFRJ. Rio de Janeiro: SOARMEC, 1999.

RABAÇA, Carlos Alberto; Barbosa, Gustavo Guimarães. **Dicionário de Comunicação**. 2ª ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

RAMONET, Ignacio. O poder midiático. In: Dênis de Moraes (Org.) **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. 4 ed. Rio de Janeiro: RECORD, 2009. p.243-252.

REDCLIFT, Michael R. Os Novos discursos de sustentabilidade. In: Marcionila Fernandes e Lemuel Guerra (Orgs.) **Contra-Discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: UNAMAZ, 2003. p. 47-75.

REGO COSTA, Mauro Sá; HERMANN, Wallace. Rádios livres, rádios comunitárias, outras formas de fazer rádio e política. **Revista Lugar Comum: estudos de mídia, cultura e democracia**. Rede Universidade Nômade, Maio-Out 2002: Porto alegre, 2002. n.17, p. 97-107.
Disponível em: <http://www.universidadenomade.org.br/userfiles/file/Lugar%20Comum/17/12%20RÁDIOS%20LIVRES%20RÁDIOS%20COMUNITARIAS%20OUTRAS%20FORMAS%20DE%20FAZER%20RÁDIO%20E%20POLÍTICA.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2010.

RETRATO DO BRASIL. **Da Monarquia ao fim do Estado Militar**. V.1, 2 e 3. São Paulo: Editora Política, 1984.

REALIDADE, Revista. Ano 6, n. 67, Editora Abril. Outubro de 1971.

RICCI, Rudá. **Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

RIFFEL, C.M.; FURTADO, J.A. Comunicação rural e o desenvolvimento sustentável - em busca de perspectivas alternativas. In: Angelo Brás Fernandes Callou (Org.). Comunicação rural, tecnologia e desenvolvimento local. **GT's Intercom, nº 13**, São Paulo Recife: Intercom, 2002. p 165-175.

RIOS, Dermival Ribeiro. **Grande dicionário unificado da língua portuguesa**. São Paulo: DCL, 2010.

RIVERO, Sergio; ALMEIDA, Oriana; ÁVILA, Saulo e OLIVEIRA, Wesley. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Nova Economia**. Belo Horizonte. n. 19, v.1, p. 41-66. Jan.-abr.2009.

ROSTOW, W. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias de comunicação: questão comunicacional e formas de sociabilidade**. Lisboa: Presença, 1990.

ROGERS, Everett M. **Diffusion of innovations**. Nova York: Free Press, 1962.

_____. Communication and development: the passing of a dominant paradigm. In: Rogers, E. **Communication and development: critical perspectives**. Bervely Hilss, CA, Sage. p. 121-148. Disponível em: <http://www.cf-hst.net/unicef-temp/Doc-Repository/doc/doc478697.PDF>. Acesso em: 15 ago. 2008.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Textos escolhidos**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004

SALGADO, Graça. **O Golpe dentro do golpe**. Entrevista In: Revista Eclética, n. 25. PUC-Rio. p 33-36. Disponível em: <http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/>. Acesso em: 14 maio. 2010.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo eicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTAELLA, Lúcia. A crítica das mídias na entrada do século XXI. In: **Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas**. José Luiz Aidar Prado (Org.). Sao Paulo: Hacker Editores, 2002. Pp.44-57

SANT'ANNA, André Albuquerque; YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. Conflitos no campo e desmatamento na Amazônia: duas faces de uma mesma moeda. In: ENCONTRO

NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 5., 2000, Fortaleza. **Anais...**Fortaleza, 2000. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/gema/pdfs/conflitos_no_campo_e_desmatamento_na_amazonia.pdf Acesso em: 12 out. 2009.

SANTORO, Luis Fernando. **Rádio e educação:** Alternativas no Interior das Emissoras. Cadernos Intercom. Rádios e Cultural no Brasil. N. 8. Ano 4. Dezembro de 1985.

_____. O vídeo nos movimentos populares. In: Regina Festa e Carlos Eduardo Lins e Silva (Orgs). **Comunicação popular e alternativa no Brasil.** São Paulo: Paulinas, 1986.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Por uma outra globalização -** do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

_____. **O Espaço do cidadão.** 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS SOUZA , Ana Paula. **O Desenvolvimento socioambiental na Transamazônica:** a trajetória de um discursos e muitas vozes. 2006, 140 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável), Universidade Federal do Pará; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental, Belém, 2006.

SCHMITZ, H. Reflexões sobre métodos participativos de inovação na agricultura: Agricultura familiar. In: SIMÕES et al (Org). **Métodos e experiência de pesquisa-desenvolvimento.** Belém: GRET; NAEA, 2001. p. 39-90.

SCHRAMM Wilbur. **Comunicação de massa e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Editora Bloch, 1976.

_____. **La ciência de la comunicación.** 1ª ed. Centro de Estudos Superiores de Periodismo para América Latina (CIESPAL). Quito: CIESPAL, 1965.

_____. **Comunicação em massa e desenvolvimento:** o papel da comunicação nos países em desenvolvimento (UNESCO, 1964). Tradução de Muniz Sodré e Roberto Lent. 2. ed. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1976.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais.** Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan.-abr, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Org). Comunicação, hegemonia e contra-informação. In: **Comunicação, hegemonia e contra-informação.** São Paulo: Cortez: Intercom, 1982. p. 17-24.

_____. As brechas da indústria cultural brasileira. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Org.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986. p.15-31.

_____. Imprensa sindical na América Latina. In: **Cadernos Intercom**. Jornalismo Popular. Ano I, N. 1. Março de 1982. p.7-23

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.) **Historia geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p.351-384.

SILVA, Lígia Osório e. **Desenvovimentismo e intervencionismo militar**. In: e-premissas. Revista de Estudos Estratégicos. Unicamp. DOSSIÊ DREIFUSS Nº 01 – jun.-dez., 2006. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nee/epremissas/pdfs/01.07.pdf>. Acesso em: 14 maio 2010.

SILVA, Raimunda Nonato Monteiro da. **Informação e redes de interação no novo ciclo de mobilizações dos pequenos agricultores da Transamazônica**. Belém, 1996. 204 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1996.

SIT – **Sistema de Informações Territoriais**. Ministérios do Desenvolvimento Agrário. Disponível em <http://www.mda.gov.br/portal/sdt/programas/territoriosrurais/2635370>.

SILVA, Terezinha. **Gestão e mediações das rádios comunitárias: um panorama do estado de Santa Catarina**. Chapecó: Argos, 2008.

SILVEIRA, Paulo Fernando. **Rádios comunitárias**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SODRÉ, Muniz. Prefácio. In: Raquel Paiva (Org.) **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p:7-12.

SOUZA, Jessé. **A Construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

_____. **Política e desigualdade Social**. La Insignia, diário digital independente. Postado em 01 de maio de 2006. Disponível em http://www.lainsignia.org/2006/mayo/ibe_001.htm. Acesso em: 09 set. 2010.

STEINBRENNER, Rosane. **Para além da informação: dilemas e desafios à participação**. 2006, 216 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

_____. **Amazônia na fronteira entre a ciência e a mídia: submissão ou superação do mito?** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., 2008. **Anais...** Brasília, DF.: Intercom, 2008.

STEINBRENNER, Rosane e HURTIENNE, Thomas. **Mídia Alternativa para um desenvolvimento alternativo na Amazônia**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL

“AMAZÔNIA, FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO”, 2008. **Anais...** Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, 2008a.

STEINBRENNER, Rosane; HURTIENNE, Thomas; POKORNY, Benno. Participação e Comunicação: desafios ao desenvolvimento In: **Atores Sociais, Trabalho e Dinâmicas Territoriais**. 1 ed. Belém : NAEA; UFPA, 2007, v.1, p. 293-308.

TAUK SANTOS, Maria Salett. Comunicação participativa e ação libertadora: a influência de Paulo Freire no pensamento comunicacional das décadas de 70 e 80. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE. 2001. Recife. Disponível em: <http://www.paulofreire.ufpb.br/paulofreire/Files/seminarios/oral36.pdf> OCQUEVILLE Acesso em: 16 nov. 2007.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 9 ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 2009.

TOME, Takashi; BOTTESI, Carlos; SOLHA, Hélio. **Rádio comunitária derruba avião?** em busca de respostas a um mito. In: ENCONTRO DA UNIÃO LATINA DE ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO, DA COMUNICAÇÃO E DA CULTURA - Digitalização e Sociedade, 2., Bauru, **Anais...** Bauru, São Paulo:ULEPICC, 2008. Disponível em: http://www2.faac.unesp.br/pesquisa/lecotec/eventos/ulepicc2008/anais/2008_Ulepicc_1214-1227.pdf. Acesso em: 2 mar. 2011.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 247-268.

_____. Os movimentos sociais: objecto particular ou problema central da análise sociológica? In: _____. **O Retorno do actor: ensaio sobre sociologia**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. p.98-121.

UNESCO. **Declaración de San José**. Adoptada por La Conferencia Intergubernamental sobre las Políticas de la Comunicación en America Latina y el Caribe. Costa Rica, 1976.

_____. Relatório MacBride. **Um Mundo e muitas vozes**. Por uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação. UNESCO: FGV, 1983.

VASCONCELOS, E.M. **O poder que brota da dor e da opressão: “empowerment”, sua história, teorias e estratégias**. São Paulo: Paulus, 2003.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VEIGA, Iran; ALBALADEJO, Christophe. A formação do território a nível local e a emergência da ação coletiva. Análises das trocas simbólicas em duas coletividades locais da região de Marabá. Amazônia oriental. In: ALBALADEJO, Christophe; VEIGA, Iran. (Org.). **A construção local dos territórios da agricultura familiar (Amazônia Oriental)**. Belém: NEAF; UFPA, 2002, p. 41-77.

VERÓN, Eliseo. **A análise do “Contrato de Leitura”**: um novo método para os estudos de posicionamento de suportes impressos. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 1999.

_____. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

WEINER, Samuel. **Minha razão de viver**: memórias de um repórter. Autobiografia. Organização e edição de textos: Augusto Nunes. São Paulo: Planeta do Brasil, 2005.

WIKIMAPIA. **Efeito espinha de peixe**. Disponível em: <http://wikimapia.org/2474624/pt/Efeito-Espinha-de-Peixe-Rod-Transamaz%C3%B4nica>. Acesso em: 11 out. 2010.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.

ANEXOS

ANEXO A – LISTA de ENTREVISTADOS

1. ABRIL, Zilda Duarte de. **Entrevista**. Agricultora, ouvinte de rádio. Decupagens. Arquivo Pessoal, Rurópolis, 2009.
2. ABUCATER, Manoel de Jesus Mansour. **Entrevista**. Ex-vereador, proprietário de grupo de comunicação. Decupagens. Arquivo Pessoal, Altamira, 2009.
3. ALMEIDA, Marinês Lira de. **Entrevista**. Agricultora, ouvinte de rádio. Decupagens. Arquivo Pessoal, Rurópolis, 2009.
4. ALVES, Ester Caetano. **Entrevista**. Primeira dama do município. Decupagens. Arquivo Pessoal, Brasil Novo, 2009.
5. BAMBERG, Elizete Boone. **Entrevista**. Recepcionista da rádio União Rurópolis e Radialista. Decupagens. Arquivo Pessoal, Rurópolis, 2009.
6. BARBOSA, José Mario. **Entrevista**. Ex-vereador, proprietário da emissora FM Transamazônica. Decupagens. Arquivo Pessoal, Rurópolis, 2009.
7. BEZERRA, Antônio Francisco. **Entrevista**. Radialista. Decupagens. Arquivo Pessoal, Altamira, 2009.
8. COSTA, Francisco. **Entrevista**. Locutor da Rádio Transamazônica. Decupagens. Arquivo Pessoal, Rurópolis, 2009.
9. CRISTO, Andressa. **Entrevista**. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Rurópolis. Decupagens. Arquivo Pessoal, Rurópolis, 2009.
10. CRUZ, Gutemberg Teixeira da. **Entrevista**. Diretor/Coordenador de Jornalismo da TV Vale do Xingu, retransmissora do SBT. Decupagens. Arquivo Pessoal, Altamira, 2009.
11. CRUZ, Marcelo Neves da. **Entrevista**. Técnico Agropecuário da SEMAGRI. Decupagens. Arquivo Pessoal, Brasil Novo, 2009.
12. DELEON, Hugo. **Entrevista**. Locutor Rádio Comunitária Popular FM e professor de informática. Decupagens. Arquivo Pessoal, Brasil Novo, 2009.
13. DEPARIS, Ana Cláudia Meur. **Entrevista**. Locutora Rádio Comunitária União. Decupagens. Arquivo Pessoal, Rurópolis, 2009.
14. FARIAS, Cleo. **Entrevista**. Professor da rede municipal e integrante da direção da Rádio Comunitária União. Decupagens. Arquivo Pessoal, Rurópolis, 2009.
15. FEITOSA, Rosymayre Rosa da Silva Acácio Feitosa. **Entrevista**. Diretora geral da Rádio Comunitária Popular FM. Decupagens. Arquivo Pessoal, Brasil Novo, 2009.

16. FERREIRA, José Reinaldo. **Entrevista.** Vice-presidente da Associação dos Moradores do Bairro Mutirão de Altamira e locutor da Rádio Comunitária Nativa FM. Decupagens. Arquivo Pessoal, Altamira, 2009.
17. FLORENTINO, Aparecido. **Entrevista.** Prefeito de Rurópolis. Decupagens. Arquivo Pessoal. Rurópolis, 2009.
18. GANZER, Avelino. **Entrevista.** Liderança pioneira na região, um dos fundadores da Corrente Sindical Lavradores Unidos, ex-presidente do STR de Santarém e da FETAGRI. Quando da entrevista, Diretor da Diretoria de Agricultura Familiar da Secretaria de Agricultura do Estado do Pará (SAGRI).
19. GARCIA, João Alberto. **Entrevista.** Diretor responsável pelo setor de comunicação da retransmissora de TVs Católicas. Decupagens. Arquivo Pessoal, Altamira, 2009.
20. GERHARDT, Magnólia Damasceno. **Entrevista.** Tesoureira da Rádio Comunitária Sociedade FM 87,9. Decupagens. Arquivo Pessoal, Medicilândia, 2009.
21. GOES, Sebastião. **Entrevista.** Delegado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Comunidade de Alto Alegre, Rurópolis. Decupagens. Arquivo Pessoal, Rurópolis, 2009.
22. GROSS, Egon. **Entrevista.** Pioneiro da colonização dirigida em Rurópolis, primeiro diretor da Rádio União Comunitária Rurópolis. Decupagens. Arquivo pessoal, Rurópolis, 2009.
23. KNEBEL, Marlene. **Entrevista.** Produtora rural, veio do Rio Grande do Sul em 1980. Decupagens. Arquivo Pessoal, Rurópolis, 2009.
24. LEMOS, Elizabeth. **Entrevista.** Encarregada administrativa ligada ao setor madeireiro. Decupagens. Arquivo Pessoal, Altamira, 2009.
25. LOBATO, Miguel Roberval da Silva. **Entrevista.** Locutor da Rádio Comunitária de Altamira. Decupagens. Arquivo Pessoal, Altamira, 2009.
26. MAGNO, Paulino. **Entrevista.** Tesoureiro e gerente da Rádio União Comunitária Rurópolis. Decupagens. Arquivo Pessoal, Rurópolis, 2009.
27. MELO, Antonia. **Entrevista.** Coordenadora da Rádio Comunitária Nativa FM e coordenadora de vários outros movimentos, entre os quais o Movimento Xingu Vivo para Sambre. Decupagens. Arquivo pessoal, 2008 e 2009
28. MADERGAN. Arildo. **Entrevista.** Um dos fundadores da Rádio Comunitária Popular FM. Decupagens. Arquivo Pessoal, 2008 e 2009.
29. MORAIS, Domingos de. **Entrevista.** Secretário da Rádio Comunitária NATIVA FM. Decupagens. Arquivo Pessoal, 2008 e 2009

30. MENDONÇA NETO, Miguel Furtado de. **Entrevista**. Bibliotecário, veio do Maranhão em 1977. Decupagens. Arquivo Pessoal, Rurópolis, 2009.
31. NASCIMENTO, Francisco Alves. **Entrevista**. "Dono" da Cidade FM, rádio comunitária de Altamira. Ex-vereador. Decupagens. Arquivo Pessoal, Altamira, 2009.
32. NUNES, Willian. **Entrevista**. Locutor da Rádio Comunitária de Altamira. Decupagens. Arquivo Pessoal, Altamira, 2009.
33. OLIVEIRA, Wilson Soares de. **Entrevista**. Diretor da TV Altamira, retransmissora da Record. Decupagens. Arquivo Pessoal, Altamira, 2009.
34. PAIVA, Frank Ewerton Pereira. **Entrevista**. Locutor da Rádio Transamazônica. Decupagens. Arquivo Pessoal, Rurópolis, 2009.
35. PIA, Maria. **Entrevista**. Presidente da AMARC – Associação Mundial de Rádios Comunitárias. Decupagens. Arquivo pessoal. Belém, 2009.
36. PIMENTA, Joaquim Rodrigues. **Entrevista**. Autônomo. Decupagens. Arquivo Pessoal, Altamira, 2009.
37. PONTES, José Milton Neves. **Entrevista**. Produtor rural, veio do Mato Grosso em 1987. Decupagens. Arquivo Pessoal, Rurópolis, 2009.
38. RABELO, Carlos Magno Rodrigues. **Entrevista**. Diretor Geral do Jornal Fatos Regionais. Decupagens. Arquivo Pessoal, Altamira, 2009.
39. RABELO, Madalena Pereira. **Entrevista**. Diretora Administrativa do Jornal Fatos Regionais. Decupagens. Arquivo Pessoal, Altamira, 2009.
40. ROSSAROLA, Clézio. **Entrevista**. Agrônomo da EMATER. Decupagens. Arquivo Pessoal, Rurópolis, 2009.
41. SÁ, Jason Rios de. **Entrevista**. Vigilante, veio da Bahia em 1975. Decupagens. Arquivo Pessoal, Brasil Novo, 2009.
42. SALES, Francisco Martins. **Entrevista**. Dono de uma loja de roupas em Brasil Novo, veio do Ceará em 1983. Decupagens. Arquivo Pessoal, Brasil Novo, 2009.
43. SANTIAGO, Nataliane Bonfim. **Entrevista**. Locutora Rádio Transamazônica. Decupagens. Arquivo Pessoal, Rurópolis, 2009.
44. SANTOS, Paulo. **Entrevista**. Locutor da Rádio Comunitária de Altamira. Decupagens. Arquivo Pessoal, Altamira, 2009.
45. SANTOS, Pedro dos. **Entrevista**. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e parte da organização da Rádio Comunitária Arikari. Decupagens. Arquivo Pessoal, Senador José Porfírio, 2009.

46. SANTOS, Raimundo Gomes dos. **Entrevista**. Produtor rural, veio do Maranhão em 1984. Decupagens. Arquivo Pessoal, Rurópolis, 2009.
47. SANTOS, Rute Rosa da Paixão. **Entrevista**. Professora aposentada, veio do Rio Grande do Sul em 1971. Decupagens. Arquivo Pessoal, José Porfírio, 2009.
48. SCHOMMER, Francisca Soares. **Entrevista**. Vereadora de Rurópolis pelo PT. Decupagens. Arquivo Pessoal, Rurópolis, 2009.
49. SILVA, Aldo Monteiro da. **Entrevista**. Dono da Revista Click's LTDA. Decupagens. Arquivo Pessoal, Altamira, 2009.
50. SILVA, Aparecido Florentino da. **Entrevista**. Prefeito de Rurópolis. Decupagens. Arquivo Pessoal, Rurópolis, 2009.
51. SILVA, Christianne Oliveira da. **Entrevista**. Editora-chefe e repórter da TV Canção Nova, retransmissora de TVs católicas. Decupagens. Arquivo Pessoal, Altamira, 2009.
52. SILVA, Danuza Oliveira. **Entrevista**. Gerente de restaurante. Decupagens. Arquivo Pessoal, Altamira, 2009.
53. SILVA, Jonas Lourenço da. **Entrevista**. Vereador de Rurópolis pelo PT. Decupagens. Arquivo Pessoal, Rurópolis, 2009.
54. SILVA, Lourival Marques da. **Entrevista**. Agricultor, chegou na região em 1971. Decupagens. Arquivo Pessoal, Brasil Novo, 2009.
55. SILVA, Wildglan Pereira da. **Entrevista**. Locutor da Rádio Comunitária União. Decupagens. Arquivo Pessoal, Rurópolis, 2009.
56. SOUSA, Ana Gomes de. **Entrevista**. Professora de História. Decupagens. Arquivo Pessoal, Rurópolis, 2009.
57. SOUZA, Ana Paula Santos. **Entrevista**. Coordenadora geral da FVPP. Decupagens. Arquivo Pessoal, Altamira, 2009.

ANEXO B – LEI Nº 9.612**LEI Nº 9.612****DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998****Publicada no DOU em 20 de Fevereiro de 1998**

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

§ 1º Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros.

§ 2º Entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila.

Art. 2º O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá aos preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, modificada pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e demais disposições legais. (Vide Medida Provisória nº 2.216-37, de 31.8.2001)

Parágrafo único. O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá ao disposto no art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Art. 4º As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária atenderão, em sua programação, aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

II - promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;

III - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV - não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

§ 1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária.

§ 2º As programações opinativa e informativa observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultâneas em matérias polêmicas, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§ 3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à Direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 5º O Poder Concedente designará, em nível nacional, para utilização do Serviço de Radiodifusão Comunitária, um único e específico canal na faixa de frequência do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Parágrafo único. Em caso de manifesta impossibilidade técnica quanto ao uso desse canal em determinada região, será indicado, em substituição, canal alternativo, para utilização exclusiva nessa região.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

~~Parágrafo único. A outorga terá validade de três anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.~~

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11.12.2002)

Art. 7º São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente constituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

Art. 8º A entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º desta Lei.

Art. 9º Para outorga da autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, as entidades interessadas deverão dirigir petição ao Poder Concedente, indicando a área onde pretendem prestar o serviço.

§ 1º Analisada a pretensão quanto a sua viabilidade técnica, o Poder Concedente publicará comunicado de habilitação e promoverá sua mais ampla divulgação para que as entidades interessadas se inscrevam.

§ 2º As entidades deverão apresentar, no prazo fixado para habilitação, os seguintes documentos: I - estatuto da entidade, devidamente registrado;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

IV - comprovação de maioria dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do

serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

§ 3º Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço e estando regular a documentação apresentada, o Poder Concedente outorgará a autorização à referida entidade.

§ 4º Havendo mais de uma entidade habilitada para a prestação do Serviço, o Poder Concedente promoverá o entendimento entre elas, objetivando que se associem.

§ 5º Não alcançando êxito a iniciativa prevista no parágrafo anterior, o Poder Concedente procederá à escolha da entidade levando em consideração o critério da representatividade, evidenciada por meio de manifestações de apoio encaminhadas por membros da comunidade a ser atendida e/ou por associações que a representem.

§ 6º Havendo igual representatividade entre as entidades, proceder-se-á à escolha por sorteio.

Art. 10. A cada entidade será outorgada apenas uma autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo único. É vedada a outorga de autorização para entidades prestadoras de qualquer outra modalidade de Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como à entidade que tenha como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados.

Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Art. 12. É vedada a transferência, a qualquer título, das autorizações para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 13. A entidade detentora de autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária pode realizar alterações em seus atos constitutivos e modificar a composição de sua diretoria, sem prévia anuência do Poder Concedente, desde que mantidos os termos e condições inicialmente exigidos para a outorga da autorização, devendo apresentar, para fins de registro e controle, os atos que caracterizam as alterações mencionadas, devidamente registrados ou averbados na repartição competente, dentro do prazo de trinta dias contados de sua efetivação.

Art. 14. Os equipamentos de transmissão utilizados no Serviço de Radiodifusão Comunitária serão pré-sintonizados na frequência de operação designada para o serviço e devem ser homologados ou certificados pelo Poder Concedente.

Art. 15. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária assegurarão, em sua programação, espaço para divulgação de planos e realizações de entidades ligadas, por suas finalidades, ao desenvolvimento da comunidade.

Art. 16. É vedada a formação de redes na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública e epidemias, bem como as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo definidas em leis.

Art. 17. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária cumprirão tempo mínimo de operação diária a ser fixado na regulamentação desta Lei.

Art. 18. As prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária poderão admitir patrocínio, sob a forma de apoio cultural, para os programas a serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida.

Art. 19. É vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

Art. 20. Compete ao Poder Concedente estimular o desenvolvimento de Serviço de Radiodifusão Comunitária em todo o território nacional, podendo, para tanto, elaborar Manual de Legislação, Conhecimentos e Ética para uso das rádios comunitárias e organizar cursos de treinamento, destinados aos interessados na operação de emissoras comunitárias, visando o seu aprimoramento e a melhoria na execução do serviço.

Art. 21. Constituem infrações - operação das emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária:

I - usar equipamentos fora das especificações autorizadas pelo Poder Concedente;

II - transferir a terceiros os direitos ou procedimentos de execução do Serviço;

III - permanecer fora de operação por mais de trinta dias sem motivo justificável;

IV - infringir qualquer dispositivo desta Lei ou da correspondente regulamentação;

Parágrafo único. As penalidades aplicáveis em decorrência das infrações cometidas são:

I - advertência;

II - multa; e

III - na reincidência, revogação da autorização.

Art. 22. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária operarão sem direito a proteção contra eventuais interferências causadas por emissoras de quaisquer Serviços de

Telecomunicações e Radiodifusão regularmente instaladas, condições estas que constarão do seu certificado de licença de funcionamento.

Art. 23. Estando em funcionamento a emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em conformidade com as prescrições desta Lei, e constatando-se interferências indesejáveis nos demais Serviços regulares de Telecomunicações e Radiodifusão, o Poder Concedente determinará a correção da operação e, se a interferência não for eliminada, no prazo estipulado, determinará a interrupção do serviço.

Art. 24. A outorga de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária fica sujeita a pagamento de taxa simbólica, para efeito de cadastramento, cujo valor e condições serão estabelecidos pelo Poder Concedente.

Art. 25. O Poder Concedente baixará os atos complementares necessários à regulamentação do Serviço de Radiodifusão Comunitária, no prazo de cento e vinte dias, contados da publicação desta Lei.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de fevereiro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

ANEXO C - GRADES DE PROGRAMAÇÃO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

Grade de Programação Rádio Popular FM Brasil Novo – seg à sex 2009

Grade de Programação Rádio Popular FM Brasil Novo			
Segunda à sexta-feira - FEVEREIRO de 2009			
Horário	Programa	Conteúdo	Apresentador/ responsável
5h30-7h45	Bom Dia Brasil Novo	Música sertaneja, avisos e recados ao meio rural	Marinete Madergan rádio
7h45-8h00	A Voz da Profecia	Louvação e cânticos	Igreja Adventista
8h00-8h30	Tempo de Recomeçar	Louvação e cânticos	Igreja de Deus Cidade Nova
8h30-12h00	Pop Show	Música sertaneja e romântica, pedidos, avisos, recados	Hugo Deleon rádio
12h00-13h00	Espaço Aberto	Informativo - notícia e entrevistas	Bruno Portugal/rádio
13h30-14h00	Palavra de Vida	Louvação e cânticos	Igreja de Deus - Centro
14h00-17h00	Show da Cidade	Música Jovem (sucessos nacionais), pedidos, avisos e recados	Valdemídio Silva/ rádio
17h00-17h30	A Verdade que Liberta	Louvação e cânticos	Assembléia de Deus
17h30-17h45	Cortina Musical	Música	gravado/rádio
17h45-18h00	Hora da Ave Maria	Oração e louvação	Igreja Católica
18h00-19h00	Voz do Brasil		Retransmissão EBC
19h00-20h00	Toque Sertanejo	Música Sertaneja	Valdemídio Silva/ rádio
20h00-22h00	Encontro Marcado	Música sertaneja e romântica	Salastiel Silva/rádio
22h00-00h00	Fim de Noite	Música variada	Reinaldo Santos/rádio

Fonte: Elaborado pela autora, 2010.

Grade de Programação Rádio Popular FM Brasil Novo – sábado 2009

Grade de Programação Rádio Popular FM Brasil Novo Sábado - FEVEREIRO de 2009			
Horário	Programa	Conteúdo	Apresentador/ responsável
5h30-6h30	Programa Musical	Música sertaneja e sucessos	Apresentador variado/rádio
6h30-7h30	Espaço Sindical	Música, informação entrevista	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
7h30-8h30	O Messias está voltando	Louvação e cânticos	Assembléia de Deus Madureira
8h30-12h00	Programa da Cidade	Música sertaneja e romântica, pedidos, avisos, recados	locutor de plantão/rádio
12h00-13h00	Sintonia das Comunidades	Orações e cânticos e avisos das	Igreja Católica
13h00-14h00	Programa Musical	Música variada	locutor de plantão/rádio
14h00-17h00	Progama Especial de Sábado	Música Jovem (sucessos nacionais), pedidos, avisos e	locutor de plantão/rádio
17h00-18h00	Rompendo em Fé	Louvação e cânticos	Igreja Batista
18h00-22h00	Panela de Pressão	Música e humor	Bruno Portugal e cia.

Fonte: Elaborado pela autora, 2010.

Grade de Programação Rádio Popular FM Brasil Novo – Domingo 2009

Grade de Programação Rádio Popular FM Brasil Novo Domingo - FEVEREIRO de 2009			
Horário	Programa	Conteúdo	Apresentador/ responsável
5h30-7h30	Alvorada Sertaneja	Música sertaneja	Apresentador variado/rádio
7h30-8h30	O Messias está voltando	Louvação e cânticos	Assembléia de Deus Madureira
8h30-12h00	Seleção Musical	Sucessos da semana	locutor de plantão/rádio
12h00-14h00	Programa Musical	Música variada	locutor de plantão/rádio
14h00-15h00	A fé vem pelo ouvir	Louvação e cânticos	Igreja Presbiteriana
15h00-17h00	Locutores novatos	Música	Locutores em experiência
17h00-18h00	Rompendo em Fé	Louvação e cânticos	Igreja Batista
18h00-22h00	Programa Musical	Música variada	locutor de plantão/rádio

Fonte: Elaborado pela autora, 2009.

Grade de Programação da RCA ou Nativa FM Altamira – seg à sex 2009

Grade de programação da RCA ou Nativa FM- Altamira			
Segunda à Sexta-feira - FEVEREIRO de 2009			
Horário	Programa	Conteúdo	Apresentador/ responsável
5h30-7h00	Variedades	Música	Paulo Santos
7h00-8h00	Palavra de Vida	Orações e cânticos e informações das pastorais	Pastoral Igreja Católica
8h00-12h00	Dia à Dia	Programa de Variedades	Irenice Souza/rádio
* 11h0-11h15	Prosa Rural	informação	EMBRAPA - gravado (às 2ª, 4ª e sábado)
12h00-14h00	Evidências	Música	Elicléia Santos
14h00-17h00	Tarde Alegre	Música e reacados, avisos	Atitô
17h00-19h30	Coração sertanejo	Música	J. Morais
19h30-21h00	Voz do Brasil		Retransmissão gravada
21h00-23h00	Janela do passado	Música de saudade	Atitô

Fonte: Elaborado pela autora, 2009.

Grade de Programação da RCA ou Nativa FM Altamira – Sábado 2009

Grade de Programação Rádio Nativa FM - Altamira Sábado - FEVEREIRO de 2009			
Horário	Programa	Conteúdo	Apresentador/ responsável
5h00-7h00	Túnel do Tempo	Música	Willians/ rádio
7h00-10h00	Sábado Alegre	Música e informações/ entrevista	J. Reinaldo
10h00-13h00	Intercâmbio	Música e variedades	Lages Filho
13h00-17h00	Programa Musical	Música variada sucessos	Pedro Santos
17h00-21h00	Microfonia	Música, informação e variedades	Lázaro Versoza
17h00-19h30	Coração sertanejo	Música	J. Morais
19h30-21h00	Voz do Brasil		Retransmissão gravada
21h00-23h00	Janela do passado	Música de saudade	Atitô

Fonte: Elaborado pela autora, 2009.

Grade de Programação da RCA ou Nativa FM Altamira – Domingo 2009

Grade (provisória) de Programação Rádio Nativa FM - Altamira Domingo - FEVEREIRO de 2009			
Horário	Programa	Conteúdo	Apresentador/ responsável
5h00-8h00	Túnel do Tempo	Música	Willians Nunes/ rádio
8h00-10h00	Variedades	Música, recados e avisos	Paulo Santos
10h00-12h00	Segura Peão	Música Sertaneja	J. Morais
12h00-15h00	Programa Musical	Música variada sucessos	Pedro Santos
15h00-18h00	Música	Sucessos musicais	J. Reinaldo
18h00-22h00	Música	Música de saudade	Atitô

Fonte: Elaborado pela autora, 2009.

Grade de Programação da Rádio União Comunitária Rurópolis FM – seg à sex 2009

Grade de Programação Rádio União Comunitária Rurópolis FM Segunda à Sexta-feira - Agosto de 2009			
Horário	Programa	Conteúdo	Apresentador/ responsável
5h00-7h30	Bom Dia Cidadão	Música, avisos e recado	Laércio
7h30-8h00	Horário Musical	Música variada	locutor de plantão/rádio
8h00-11h00	Caldeirão de Sucessos	Sucessos musicais	Maicon/ rádio
11h00-11h30	Musical	Música variada sucessos	locutor de plantão/rádio
11h30-12h00	União Esporte Notícia	Noticioso	Wildgan e Paulino Magno
12h00-12h30	Programa religioso	Louvação e cânticos	Assembléia de Deus
12h30-14h00	Musical	Música variada sucessos	locutor de plantão/rádio
14h00-17h00	Temperatura Máxima	Música -sucessos	Ana Claudia/ rádio
17h00-18h30	Momento Sertanejo	Música sertanejo - avisos, fofocas, novelas	Elisete Bamberg / rádio
18h45 -19h00	Prosa Rural	informação ao homen do campo	EMBRAPA - gravado
19h00-20h00	Voz do Brasil		Transmissão da EBC
20h00-22h00	Balanço da Noite	Musical	Edmilson Ribeiro/rádio

Fonte: Elaborado pela autora, 2009.

Grade de Programação da Rádio União Comunitária Rurópolis FM – sábado 2009

Grade de Programação Rádio União Comunitária Rurópolis FM			
Sábado - Agosto de 2009			
Horário	Programa	Conteúdo	Apresentador/ responsável
6h00-8h00	Bom Dia Cidadão	Música, avisos e reacado	Laércio
8h00-11h00	Prá lá de Bom	Música Sertaneja	Marciano Alves
11h00-12h30	Gauchosco e Brasileiro	Música aguchesca e Sertaneja	Coopetra
12h30-15h00	Sabadaço	Música variada sucessos	Edmilson/rádio
15h00-16h00	Programa Religioso	Louvação e cânticos	Assembléia de Deus
16h00-17h00	Ritmos 87	Sucessos	Elisete Bamberg/ rádio
17h00-20h00	Musical	Música variada sucessos	locutores de plantão/rádio
20h00-23h00	Sabadão especial	Sertanejo e variedade	Marciano Alves

Fonte: Elaborado pela autora, 2009.

Grade de Programação da Rádio União Comunitária Rurópolis FM – Domingo 2009

Domingo - Agosto de 2009			
Horário	Programa	Conteúdo	Apresentador/ responsável
6h00-9h00	Clube de Domingo	Música e informação/ entrevista	Paulino Magno/ rádio
9h00-12h00	O Melhor do Domingo	Música, recados e avisos	Roque Ribeiro/ rádio
12h00-13h00	Pregação	Avisos, cânticos, oração	Igreja Católica
13h00-15h00	Parada Musical	Música variada sucessos	Daiane
15h00-16h00	Programa Religioso	louvação e cânticos	Assembléia de Deus
16h00-19h00	Música	Oferecimento de música e sucessos	José Macena / rádio
19h00-2300	Popular FM	Música romântica	Widgan Silva

Fonte: Elaborado pela autora, 2009.

ANEXO D – FOTOS E ILUSTRAÇÃO SOBRE A TRANSAMAZÔNICA E EMISSORAS COMUNITÁRIAS PESQUISADAS

A abertura da estrada – placa do lançamento oficial da rodovia BR 230



Fonte: Acervo da autora, 2009.

A abertura da estrada



Fonte: Trecho da Transamazônica perto de Altamira, 1971. Revista REALIDADE, Outubro de 1971

Governo militar na “colonização dirigida” da Transamazônica



Fonte: Presidente Médici e o chefe de seu Gabinete Militar, João Figueiredo, inspecionam a Transamazônica, 1972. In: Retrato do Brasil, 1984. Pg.159.

Tempos de Terror



Fonte: Vítimas da ditadura militar. RETRATOS DO BRASIL. São Paulo: Política Editora, 1984. V.3. Pp.98-100.

O Milagre Econômico / Desenvolvimentismo



Muitas pessoas estão sendo capazes, hoje, de tirar proveito das riquezas da Amazônia.

Com o aplauso e o incentivo da SUDAM.

Com o aplauso e o incentivo do Banco da Amazônia.

O Brasil está investindo na Amazônia e oferecendo lucros para quem quiser participar desse empreendimento.

A Transamazônica está aí: a pista da mina de ouro.

Comece agora. Faça sua opção pela SUDAM. Aplique a dedução do seu imposto de renda num dos 454 projetos econômicos já aprovados pela SUDAM. Ou então apresente seu próprio projeto (seja ele industrial, agropecuario, ou de serviços).

Você terá todo o apoio do Governo Federal e dos governos dos Estados que compõem a Amazônia. Há um tesouro à sua espera. Aproveite. Fature. Enriqueça junto com o Brasil. Informe-se nos escritórios da SUDAM e nas agências do Banco da Amazônia.

Chega de lendas, vamos faturar!

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA SUDAM

BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

Fonte: Revista Realidade, 1971, p. 78.

Anúncios Publicitários públicos e privados estimulando investimentos na pecuária na Amazônia



Fonte: Anúncios promovendo a rentabilidade e vantagens da pecuária na Amazônia, sempre com o apoio da SUDAM (detalhe). Revista REALIDADE. Edição nº 67, especial sobre a AMAZÔNIA. Outubro de 1971. Da esquerda para a direita e de cima para baixo: pgs. 276, 300, 253, 260, 313 e 277.

A reação dos movimentos sociais – MPST



Fonte: Acervo FVPP – In: A História do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MMA/FVPP, 2006)

A Transamazônica na época de chuva –muita lama



Fonte: Acervo FVPP –In: A História do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MMA/FVPP, 2006)

A Transamazônica no verão amazônico – muita poeira



Fonte: Foto: Rosane Steinbrenner: BR 230, entre Altamira e Brasil Novo, julho de 2008

As emissoras comunitárias –sede Rádio Rurópolis –União FM



Fonte: Fotografia de Lara Lages, Fevereiro de 2009.

Estúdio rádio comunitária de Rurópolis



Fonte: Fotografia de Lara Lages, agosto de 2009.

Sede e marca da Rádio Popular FM de Brasil Novo



Fonte: Fotografias de Lara Lages, Fevereiro de 2009

Locutor no estúdio da rádio de Brasil Novo



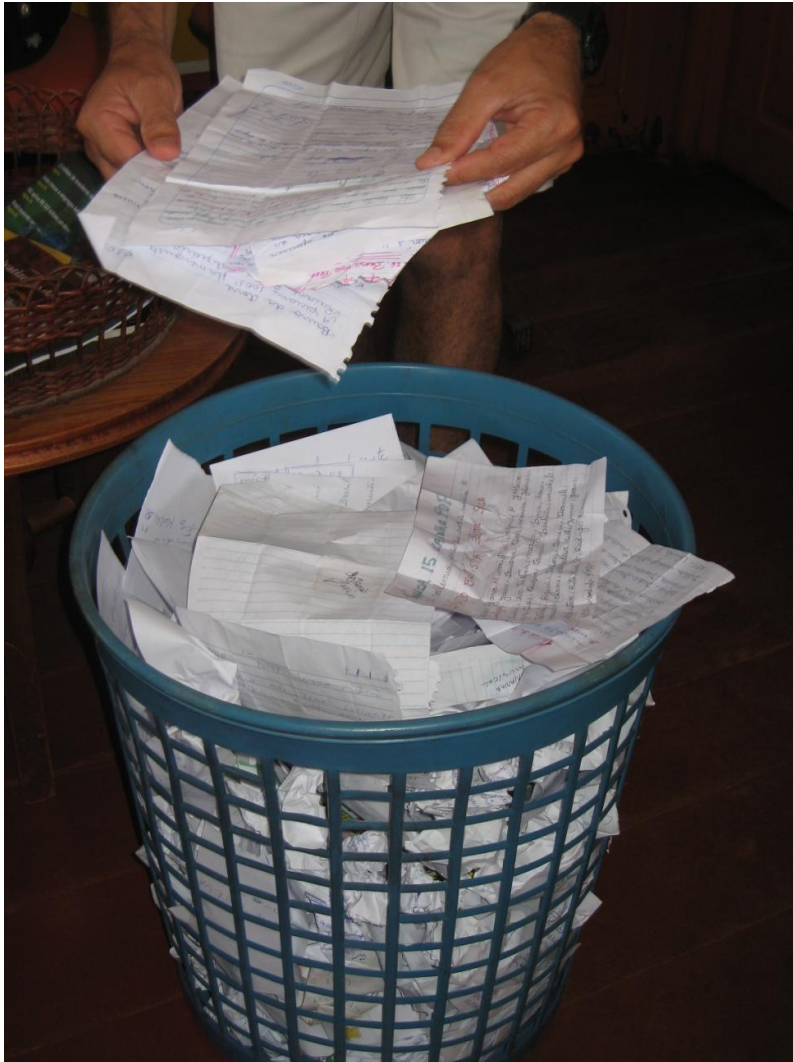
Fonte: Fotografia de Lara Lages, Fevereiro de 2009.

Diretora da emissora de Brasil Novo



Fonte: Fotografia de Lara Lages, Fevereiro de 2009.

Os avisos e recados ainda são a principal forma de participação dos ouvintes –volume diário em Brasil Novo



Fonte: Fotografias de Lara Lages, Julho de 2008.

Presença dos agricultores em reuniões da Emater no interior dos municípios é garantida pelos avisos nas rádios comunitárias



Fonte: Fotografias de Lara Lages, Julho de 2008.